



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OS HOMOSSEXUAIS E A EXCLUSÃO DESTES NO SISTEMA DE HEMOTERAPIA: QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA OU DE DISCRIMINAÇÃO?

HOMOSEXUALS AND THEIR EXCLUSION IN THE HEMOTHERAPY SYSTEM: PUBLIC HEALTH MEASURE OR DISCRIMINATION?

EMILY ALVES DE LIMA JACINTHO¹

emilyjacintho4@gmail.com

BERNARDO SILVA DE SEIXAS²

seixas.bernardo@gmail.com

RESUMO: A Portaria 158/2016, do Ministério da Saúde, e a Resolução 34/2014, da ANVISA, restringem a participação dos homossexuais e bissexuais no sistema de hemoterapia brasileiro, na modalidade de doadores de sangue, quando estes tiverem praticado ato sexual, 12 (doze) meses antes da doação. Entretanto, diante dos objetivos da República Federativa do Brasil, de construir sociedade justa e solidária, reduzir desigualdades sociais, além de promover o bem de todos, sem preconceitos de sexo e outras formas de discriminação, surge o questionamento se tal instrumento é medida apta a proteger o receptor ou se não passa de mais uma forma discriminatória atual. Diante disto, este trabalho visa esclarecer o princípio da igualdade material, previsto no art. 5º, caput e inciso LIV da Constituição Federal. Ademais, será analisada a necessidade de declaração de inconstitucionalidade de tal ato e a sua consequente reforma, uma vez que o Estado Democrático de Direito, o direito de igualdade e de escolha dos envolvidos, bem como os avanços da medicina e o atual déficit do banco de sangue dos hospitais brasileiros não permitem a inércia da situação. Para tanto, o presente artigo, desenvolver-se-á pelo método hipotético-dedutivo, analisando os direitos do cidadão homossexual, bem como a restrição destes de serem possíveis doares para o sistema de hemoterapia. Por fim, disporá de consulta bibliográfica a doutrinas, além de documentos oficiais e artigos científicos, encontrados no meio eletrônico.

PALAVRAS-CHAVE: Doação De Sangue. Homoafetivos. Inconstitucionalidade. Igualdade.

INTRODUÇÃO

A trajetória do indivíduo homoafetivo é marcada por preconceitos e lutas em favor da aceitação. Isto porque, é comum ao indivíduo, na hora de se relacionar, agrupar-se com aqueles de maior afinidade, com semelhanças ideológicas e físicas, por exemplo. Deste

¹Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

² Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru. Professor do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e CIESA.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

modo, através de pré julgamentos, discriminam-se os que não fazem parte do grupo social intitulado como hierarquicamente melhor ou correto. Assim, diante de uma falsa ideia de superioridade, são atribuídas características negativas a aquelas minorias pelo simples fato de terem sexo, cor, raça e comportamento diferentes.

Ocorre que, na década de 80, quando houve o surto epidêmico da AIDS, pouco conhecimento se tinha acerca da doença. Nesse contexto, ao se descobrir que uma das formas de transmissão do vírus era por meio da transfusão de sangue, a medida imediata tomada pelas autoridades mundiais foi a inclusão dos homoafetivos como principal grupo de risco, o que culminou na restrição total ao direito de doação de sangue dos mesmos.

Por oportuno, vale salientar que no Brasil foram regulamentadas, através da Resolução 34/2014 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde, normas de restrição parcial ao direito de doar sangue dos homens que tenham feito sexo com outros homens, pelo período de 12 meses da ultima relação sexual até a data da doação.

Outrossim, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, permitiram aferir novos dados acerca da parcela da população atingida pela doença, além de identificar com maior eficiência e agilidade o vírus no organismo.

Além disto, insta ressaltar que o Estado brasileiro, por meio da Constituição Federal, visa garantir uma vida justa e igualitária a todos os cidadãos, promovendo a liberdade de escolha e repudiando qualquer forma de preconceito e discriminação.

Assim, o dualismo entre a saúde pública e os direitos fundamentais culminaram na discussão atual da inconstitucionalidade dos atos normativos em comento, por meio da ADI n. 5543/DF em tramitação do Supremo Tribunal Federal que visa através da declaração de inconstitucionalidade, retirar estas normas do ordenamento jurídico brasileiro e reformar o sistema de hemoterapia atual.

Nesse parecer, o presente trabalho espera realizar uma análise acerca dos direitos fundamentais do homem, garantidos constitucionalmente, principalmente no que tange ao direito à igualdade. Ainda, pretende-se apresentar breves conceitos no que convém aos atos jurídicos, bem como esclarecer possíveis dúvidas acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade objeto deste estudo. Para mais, será apresentado o atual panorama de contaminação pelo vírus da AIDS no Brasil, bem como avanços na medicina no que pertine ao atual exame de identificação de soropositivos. E finalmente, almeja-se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

esclarecer ao máximo a temática para instigar o leitor a esta problemática tão importante e em atual discussão pelo sistema Judiciário brasileiro, para que seja possível realizar uma ponderação de valores, a fim de reformar mais um vez ou não as regras referentes aos homoafetivos no sistema de hemoterapia.

Para tanto, a pesquisa será desenvolvida sob o enfoque crítico dialético, pelo método hipotético-dedutivo, proporcionando-se uma análise ampla sobre temática que envolve os direitos constitucionalmente estabelecidos, a orientação sexual e o sistema de hemoterapia. Outrossim, disporá de pesquisas bibliográficas, por meio de livros, artigos científicos, endereços eletrônicos, e ainda, através de consulta à Relatórios Oficiais, às peças interposta no processo de ADI, bem como à Constituição Federal.

A ADI E DA NATUREZA JURÍDICA DOS ATOS NORMATIVOS

Antes de serem analisados os argumentos referentes à manutenção da Portaria 158/2016 (Ministério da Saúde) e da Resolução 34/2014 (ANVISA), é imprescindível que se compreenda a natureza jurídica de uma Portaria, de uma Resolução, bem como a de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Primeiramente, cabe a ressalva que as resoluções e portarias são espécies de atos administrativos normativos, que divergem das leis em diversos pontos. Isto porque, as leis são editadas pelo poder Legislativo, ao passo que as portarias e resoluções são atos emitidos pela Administração Pública, isto é pelos Chefes do Executivo. Quanto à legalidade, insta saber que somente lei (fonte primária de direito) inova na ordem jurídica, sendo os atos normativos (fontes secundárias de direito) subordinados e dependentes da lei (Mello, 2013, p. 347-348 e 372- 373).

Assim, é clarividente a relação de supremacia entre a lei sobre os atos normativos emitidos pelo Executivo. Isso porque, conforme Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p. 349) não se quis tolerar “que o Executivo, valendo-se de regulamento, pudesse, por si mesmo, interferir com a liberdade ou a propriedade das pessoas”, isto é instituindo ou restringindo direitos.

Deste modo, conclui-se que não cabe inovação de matéria aos atos normativos em questão, devendo estes explicitar o conteúdo e os temas da lei. A esse respeito, vejamos o que preleciona Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p. 369):



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(..)Aqui, ainda é mais evidente sua **função interpretativa**, que será, no que a isto concerne, exclusivamente interpretativa, cumprindo meramente a função de explicitar o que consta da norma legal ou explicar didaticamente seus termos, de modo a “**facilitar a execução da lei**” (...). – *sem grifos no original.*

Além disto, insta ressaltar que as resoluções e portarias além de serem subordinada às leis, são subordinadas a outros atos do poder Executivo, *in casu* o regulamento. Conforme o exposto por Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p. 373):

Tudo quanto se disse a respeito do regulamento e de seus limites aplica-se, ainda com maior razão, a instruções, portarias, resoluções, regimentos ou quaisquer outros atos gerais do Executivo. **É que, na pirâmide jurídica, alojam-se em nível inferior ao próprio regulamento.** Enquanto este é ato do Chefe do Poder Executivo, os demais assistem a autoridades de escalão mais baixo e, de conseguinte, investidas de poderes menores. – *sem grifos no original.*

Nesse sentido, Rafael Carvalho Rezende de Oliveira (2013, p. 293) preleciona que “as resoluções são atos administrativos, normativos ou individuais, editados por Ministro de Estado ou outras autoridades de elevada hierarquia, com a finalidade de complementar as disposições contidas em decretos regulamentares e regimentos”.

Ato contínuo, explica-se que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é um tipo de controle concentrado de constitucionalidade que consiste no exame de lei ou ato normativo federal ou estadual, editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 e que ainda estejam em vigor. (Moraes, 2016, p. 1150).

Nesse diapasão, através da declaração de inconstitucionalidade, a ADI visa invalidar o ato normativo, de forma a garantir segurança nas relações jurídicas, uma vez que estas não podem estar amparadas em normas que ferem o disposto na Constituição Federal.

Quanto ao seus aspectos técnicos, insta ressaltar que o art. 103 da Constituição Federal de 1988, determina em rol taxativo aqueles que podem propor um controle concentrado de constitucionalidade, como no caso em comento partido político com representação no Congresso Nacional, *in casu* o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- V o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- VI - o Procurador-Geral da República;
- VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;**
- IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. - *sem grifos no original.*

Já no que tange a competência, o art. 102 da Carta Maior, atribui competência originária ao Supremo Tribunal Federal, que poderá declarar a inconstitucionalidade da norma, desde que entendida pela maioria absoluta dos ministros.

A respeito da lei e ato normativo, ou seja do objeto da ADI, Alexandre de Moraes (2016, p. 1151) entende que este poderá ser qualquer ato revestido de conteúdo normativo, vejamos:

O objeto das ações diretas de inconstitucionalidade genérica, além das espécies normativas previstas no art. 59 da Constituição Federal, engloba a possibilidade de controle de todos os atos revestidos de indiscutível conteúdo normativo. Assim, quando a circunstância evidenciar que **o ato encerra um dever-ser e veicula, em seu conteúdo, enquanto manifestação subordinante de vontade, uma prescrição destinada a ser cumprida pelos órgãos destinatários, deverá ser considerado, para efeito de controle de constitucionalidade, como ato normativo.** Isso não impede, porém, o controle abstrato de constitucionalidade dos decretos autônomos (por exemplo: CF, art. 84, incisos VI e XII) ou, ainda, dos decretos que tenham extravasado o poder regulamentar do chefe do Executivo, invadindo matéria reservada à lei.

Assim, mesmo que a resolução e a portaria não estejam enquadradas no rol do art. 59, posto que, não são oriundas do poder legislativo e sim do poder executivo, é pertinente a ADI porque especificamente neste caso, a portaria 158/2016 e a resolução 34/2014 são atos normativos e não meramente atos regulamentadores de interpretação.

Isto porque os atos supramencionados, violam diretamente e primariamente a Constituição, uma vez que não há nenhuma outra norma intermediadora, ou seja não há uma lei entre a Constituição e tais atos normativos.

Ora, se não há previa determinação de direitos por lei, não existe matéria para ser interpretada por uma resolução e por uma portaria. Isto significa dizer que os atos impugnados pela ADI 5.543/DF inauguram conteúdo autônomo e primário, sendo portanto, passíveis de controle concentrado de constitucionalidade.



O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Ensinado por Aristóteles e aprimorado por Ruy Barbosa, o princípio constitucional da igualdade material, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. De forma que cabe a tal princípio a proteção quanto a situações arbitrárias e a diferenciações não permitidas pela Constituição.

O art. 5º, caput, da Carta Constitucional, prevê a incidência da igualdade formal, uma vez que garante aos cidadãos o tratamento de forma equitativa perante a lei.

Assim, o princípio da isonomia, como também é chamado, por ser um princípio fundamental, atua como alicerce de todas as normas jurídicas, inclusive do próprio texto constitucional. E possui como objetivo a unidade da Constituição Federal, a preservação do Estado Democrático de Direito, bem como a orientação dos cidadãos e dos órgãos que compõem os três poderes.

Nesse sentido, a doutrina conceitua em tríplice a finalidade do princípio da igualdade, de modo à limitar a atuação do legislador, que deve vedar a regulação desigual de fatos iguais; do interprete/autoridade pública, que deverá aplicar a norma banindo arbitrariedades; e do particular, a este cabe o respeito aos seus semelhantes, devendo agir sem preconceitos ou discriminações, sob pena de sofrer responsabilização civil ou penal (MORAES, 2016, p. 100).

É aqui que se percebe a atuação da igualdade material, uma vez que para se obter a igualdade efetiva, não basta apenas a proibição da descriminalização perante a lei, faz-se necessária a operação desta, isto é, aplica-la no caso concreto e no dia a dia do cidadão.

Diante da igualdade material que se passa a estudar não só o indivíduo, mas como também o grupo de indivíduos de forma isolada, especialmente aqueles grupos socialmente fragilizados; para que assim, sejam editadas leis acerca de políticas públicas que visem abolir as disparidades pela promoção de igualdade de oportunidades.

Ademais, aos princípios fundamentais, a dogmática atual lhe atribui o status de norma jurídica. De forma que, a violação de um princípio, mesmo que este seja apenas implícito no ordenamento, equipara-se a transgressão de qualquer norma, dada a ausência de hierarquia quanto ao desrespeito dos bens jurídicos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim, qualquer norma, que se afastar do princípio da igualdade, por ferir os valores pregados pela constituição não deverá ser recepcionada, por incidir em inconstitucionalidade.

Nesse sentido, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) propôs a ADI 5.543/DF, visando a declaração de inconstitucionalidade do art. 64, IV, da Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde e o art. 25, XXX, d, da RDC 34/2014 da ANVISA. Assim dispõem os dispositivos impugnados:

PORTARIA N. 158/2016 – MINISTÉRIO DA SAÚDE

Art. 64. Considerar-se-á inapto temporário por 12 (doze) meses o candidato que tenha sido exposto a qualquer uma das situações abaixo:

[...]

IV - homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes;

RDC N. 43/2014 – ANVISA

Art. 25. O serviço de hemoterapia deve cumprir os parâmetros para seleção de doadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde, em legislação vigente, visando tanto à proteção do doador quanto a do receptor, bem como para a qualidade dos produtos, baseados nos seguintes requisitos:

[...]

XXX - os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por um período de 12 (doze) meses após a prática sexual de risco, incluindo-se:

[...]

d) indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou as parceiras sexuais destes;

Nesse ditame, a Portaria e a Resolução supracitadas, por restringirem o direito à doar sangue aos homossexuais, recaem em flagrante inconstitucionalidade. Isto porque o inciso II do art. 64 e o art. 25, inciso XXX, alínea b, respectivamente já vedam as situações de risco de forma ampla. Senão vejamos:

PORTARIA N. 158/2016 – MINISTÉRIO DA SAÚDE

Art. 64. II – que tenha feito sexo com um ou mais parceiros ocasionais ou desconhecidos ou seus respectivos parceiros sexuais;

RDC N. 43/2014 – ANVISA

Art. 25. XXX, b) indivíduos que tenham feito sexo com um ou mais parceiros ocasionais ou desconhecidos ou seus respectivos parceiros sexuais;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Entretanto, apesar de os atos normativos restringirem a doação devido a comportamentos de risco, como visto no inciso IV e na alínea “d” dos retro referidos artigos, as relações monogâmicas com o uso de preservativos dos homossexuais também são vedadas, proibição esta que não ocorre com os casais heterossexuais. Incorrendo em evidente tratamento desigual.

Em verdade, acaba que na prática o enorme lapso temporal, faz com que os homens homoafetivos com mínima atividade sexual sejam considerados permanentemente inaptos, e assim permanentemente impedidos da prática altruísta.

Assim, é clarividente que ambos os institutos levam em consideração unicamente a orientação sexual doadores, sem considerar o comportamento sexual de cada um, isto é o ato sexual anal e o uso de preservativos, uma vez que a relação anal, bem como a relação sexual desprotegida, também são praticadas pelos casais heterossexuais.

DOS FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS

Na década de 80, houve um grande surto epidêmico do vírus HIV, causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Diante da falta de conhecimentos sobre a doença, bem como a sua forma de transmissão e devido os homossexuais terem sido, em um primeiro momento, grupo alvo atingido pelo vírus, a ADIS foi outrora conhecida popularmente como Imunodeficiência Gay.

Posteriormente, com a descoberta de possibilidade de contágio através das transfusões de sangue, o grupo já intitulado como “grupo de risco” foi, proibido de doar sangue, visando-se a diminuição de novos contágios.

Nesse diapasão, em 1993 foi editada a Portaria n° 1366 do Ministério da Saúde, que proibia pela vida toda o ato de doar sangue para os homossexuais. Entretanto em 2004, foi editada a resolução RDC n° 153, com o mesmo texto das resoluções atualmente vigentes, isto é com a vedação à doação de sangue dos homens homossexuais pelo período de 12 (doze) meses a partir da última relação sexual.

De certo, é consabido que a prática do sexo anal possui altos riscos de transmissão de doenças venéreas. Ademais, matéria publicada no site Pragmatismo Político, de autoria de Ana Beatriz Anjos, faz menção à importante pesquisa divulgada na versão online do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

“International Journal of Epidemiology”³, relatando que o risco de transmissão da AIDS durante uma relação sexual anal pode ser 18 vezes superior ao de uma relação sexual vaginal.

Entretanto, é certo que tal prática não é prerrogativa única masculina, uma vez que também é realizada por mulheres, de forma a estar presente tanto em relacionamentos homossexuais como heterossexuais.

Além disto, insta ressaltar que apesar da prevalência do vírus ser bem maior nos homossexuais, 10,5%, se comparada com os heterossexuais (0,42%), conforme se observa na pesquisa “Comportamento, atitudes, práticas e prevalência de HIV e sífilis entre homens que fazem sexo com homens (HSH) em 10 cidades brasileiras” (Ministério da Saúde, 2010); os registros recentes apontam para uma mudança deste cenário.

Segundo o Boletim Epidemiológico de 2015, realizado pelo Ministério da Saúde (Tabela 15), desde o ano de 2002, a maioria dos casos novos registrados decorrem predominantemente de relações heterossexuais, e não de homossexuais como se tem pensado. Tal predomínio ocorreu em todas as regiões do país, exceto na região Sudeste, onde a categoria de exposição predominante foi a de HSH (homens que fazem sexo com homens).

De acordo com o mesmo Boletim, entre os anos de 1980 a 2015, os Heterossexuais representam 41,4% dos casos registrados, já os homossexuais e bissexuais, representam juntos apenas 40,1% dos casos. Em análise exclusiva ao ano de 2015, por exemplo, foram registrados 4.329 novos casos de AIDS em homens em todo o Brasil. Destes 49,9% decorreram de relações heterossexuais e 45,7% decorreram de relações homossexuais e bissexuais (Boletim Epidemiológico de 2015, Ministério da Saúde).

Já com relação as mulheres, o Boletim relata que:

Entre os indivíduos com 20 anos ou mais, observa-se que, à medida que aumenta a idade, a razão de sexos diminui, indicando que há uma participação maior das mulheres nas faixas etárias de maior idade. Em 2014, a razão de sexos nas faixas etárias de 20 a 29 e de 30 a 39 anos foi de 25 e 20 casos em homens para cada 10 casos em mulheres, respectivamente, com tendência de aumento nos últimos dez anos (Tabela 10 e Gráfico 7).

Ora, como é possível se observar através dos estudos acima apontados, houve uma mudança no que diz respeito aos novos contágios, de forma que a Imunodeficiência

³ Jornal Internacional de Epidemiologia



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Adquirida, tem ocorrido muito mais em homens heterossexuais e em mulheres, do que no grupo objeto deste estudo, os HSH.

Outra mudança quanto ao vírus HIV, é no que diz respeito ao tempo para detectar a presença do vírus no organismo. Isto porque os avanços da medicina e o surgimento do teste de ácido nucléico, também chamado de NAT⁴, contribuíram para reduzir o período da janela imunológica.

Neste aspecto, ressalva-se que desde 2014, o NAT é de realização obrigatória em todos os hemocentros públicos e privados do país. Ademais, segundo a reportagem da agencia brasil, “o exame reduz em média de 35 para 12 dias a janela imunológica – tempo em que o vírus permanece indetectável – no caso da hepatite c e de 22 dias para 10 dias, no caso do HIV”. Isto porque neste exame, o que é detectado é o material genético do vírus e não os anticorpos produzidos para combater este, o que de certo agiliza a identificação do vírus do organismo, de modo a diminuir a possibilidade de transmissão desses agentes.

Ora, partindo do pressuposto de que toda bolsa é testada e de que atualmente os exames são mais seguros, dada a redução do período de janela imunológica pra 10 dias; as normas sob análise deste artigo perdem o fundamento de segurança à saúde pública e passam a ser medidas meramente preconceituosas e inconstitucionais.

Além disto, é notória a escassez de bolsas de sangue nos diversos hemocentros do país. Dados apontam, que em 2014 apenas 1,8% da população doou sangue no país, em discordância do ideal estabelecido pela ONU de 3 a 5% da população nacional doadora.

Segundo o IBGE, a população masculina residente no país é de 101 milhões e, deste total, 10,5 milhões são homossexuais ou bissexuais. Desta forma, partindo do princípio que cada homem pode doar até quatro vezes em um ano e que em cada doação são coletados aproximadamente 450ml de sangue, hipoteticamente falando, a restrição dos HSH, impede que 18,9 milhões de litros de sangue por ano cheguem aos hemocentros brasileiros.

Entretanto, apesar da gritante escassez de bolsas nos diversos hemocentros nacionais, os homossexuais continuam sendo excluídos, sob o argumento mascado de segurança ao receptor.

⁴ *Nucleic Acid Amplification Test*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nesse sentido, para demonstrar a quantidade de sangue “desperdiçados” devido a restrição, várias campanhas foram lançadas, como por exemplo a “Wasted Blood” da agência publicitária África, que criou uma “fila virtual” quantificando os possíveis doadores HSH, que gostariam de doar sangue mas são impedidos pelo fato de serem homossexuais. Sobre a campanha, a Revista Superinteressante:

Até agora, a Wasted Blood tem 215.809 doadores na fila de espera, a maioria deles entre 25 e 50 anos, que poderiam ajudar 863.263 pessoas. O estoque simbólico da campanha reuniu 97.114 litros de sangue desde então. Essa quantidade é 18 vezes maior que a quantia mensal de doações recebidas pela Fundação Pró-Sangue, que abastece 116 instituições de saúde pública da região metropolitana de São Paulo.

Além do mais, sabe-se que todos no meio social estão suscetíveis a contrair o vírus. De forma que, um casal homossexual, monogâmico ou não, tem as mesmas chances de contrair alguma doença ao longo do tempo, que um casal heterossexual, monogâmico ou não, também possui. Ademais, o doador ao passar pela triagem, não é questionado se realiza sexo seguro ou não, quando na verdade a utilização de preservativos deveria ser ponto alvo para restringir alguma doação.

Assim, as atuais medidas acabam criando brechas para o contágio do vírus, contribuindo para uma falsa ideia de segurança no sistema de hemoterapia, de forma que medidas restritivas equitativas acarretariam, por consequência, em uma maior higidez dos sangues coletados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante toda a problemática envolvendo a saúde pública e os direitos fundamentais, surge o questionamento acerca da real necessidade das normas que proíbem a doação de sangue para os homens que tenham feito sexo com outros homens pelo período de 12 meses até a data da doação, destacando-se a alegação de sua inconstitucionalidade por meio da ADI 5543/DF.

Nesse contexto, apesar de as medidas restritivas serem fundamentais para o equilíbrio do sistema hemoterápico nacional, elas deverão ser regulamentadas de forma a garantir a segurança nas transfusões realizadas, visando um tratamento de qualidade para a maior quantidade de receptores possíveis, sem que, para isso viole direitos fundamentais do doador.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Diante de todo o exposto, observa-se que é latente a diversidade de tratamento entre os doadores de sangue do gênero masculino com diversas orientações sexuais, ao passo que um doador homem homossexual, com parceiro fixo, que faz uso de preservativos, será vedado de doar sangue, enquanto um doador homem heterossexual nas mesmas condições poderá realizar a doação sem obstáculo algum, em clara violação ao princípio da igualdade. Assim, o fato de haver uma medida ampla que vede a doação mediante condutas de risco, faz com que a permanência da norma restritiva aos homossexuais reste exagerada e desproporcional.

Além disto, mesmo que se considere que uma grande parcela dos HSH sejam portadores do vírus da AIDS, a possibilidade de testes mais eficazes, permite a reforma da medida restritiva vigente.

Desta forma, o que ocorre é que tanto o agente passivo (receptor) como o agente ativo (doador) possuem direitos violados. O primeiro no que tange ao direito à vida e à saúde, devido à escassez nos estoques de bolsas de sangue dos hemocentros nacionais, e o segundo no que pertine aos direitos fundamentais, como o da igualdade, diante da impossibilidade de realizar o gesto altruísta.

Nesse ditame, o que deve entender é que para a saúde pública não importa quem é o parceiro sexual do doador, e sim como que se desenvolve a prática sexual. Entretanto a sistemática vigente atua em sentido diverso, uma vez que como observado ao longo do presente trabalho, a norma é voltada muito mais para a orientação sexual do doador, do que para o comportamento sexual deste. Tanto é que, a sistemática atual funciona de tal forma que o doador ao passar pela triagem, não é questionado quanto a proteção durante o ato sexual, pouco importando se faz uso ou não de preservativos, este que é o principal meio de proteção quanto a doenças sexualmente transmissíveis.

O que se pretende portanto, é a mudança no enfoque das restrições, de forma que a opção sexual ceda lugar ao comportamento sexual, isto é a realização de práticas sexuais saudáveis, para que, ao contrário do que se pensa, seja valorizada ainda mais a segurança ao sangue coletado.

REFERENCIAS

ANJOS, Ana Beatriz. *Homossexuais não podem doar sangue no Brasil?*; Pragmatismo Político. Disponível em:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

<<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/homossexuais-nao-podem-doar-sangue-no-brasil.html>>. Acesso em 6 de novembro de 2016.

BRASIL. Anvisa. *Resolução n.º 34, de 11 de junho de 2014*. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/upload/1418735690_Resolucao%20%20RDC%20ANVISA%2034%20de%2011%20de%20junho%20de%202014.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

BRASIL. *Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais. Aids no Brasil*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pagina/aids-no-brasil>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico - Aids e DST Ano IV – n.º 01*. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58534/boletim_aids_11_2015_web_pdf_19105.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual Técnico para o Diagnóstico da Infecção pelo HIV*, aprovado pela Portaria n.º 29, de 17 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55594/manual_tecnico_hiv_2016_final_25_07_pdf_54115.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria n.º 158, de 04 de fevereiro de 2016*. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/abril/12/PORTARIA-GM-MS-N158-2016.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADI n. 5543*. Min. Rel. Edson Fachin. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5543&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

CARBONARI, Pâmela. *Brasil desperdiça 18 milhões de litros de sangue ao ano por preconceito*; Superinteressante. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/brasil-desperdica-18-milhoes-de-litros-de-sangue-ao-ano-por-preconceito/>>. Acesso em 5 de novembro de 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Noelle. *Homossexuais têm restrições para doar sangue no Brasil, EUA e outros países*; EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/06/dia-mundial-do-doador-de-sangue-polemica-envolve-doacoes-de-homossexuais-no-brasil>>. Acesso em 6 de novembro de 2016.



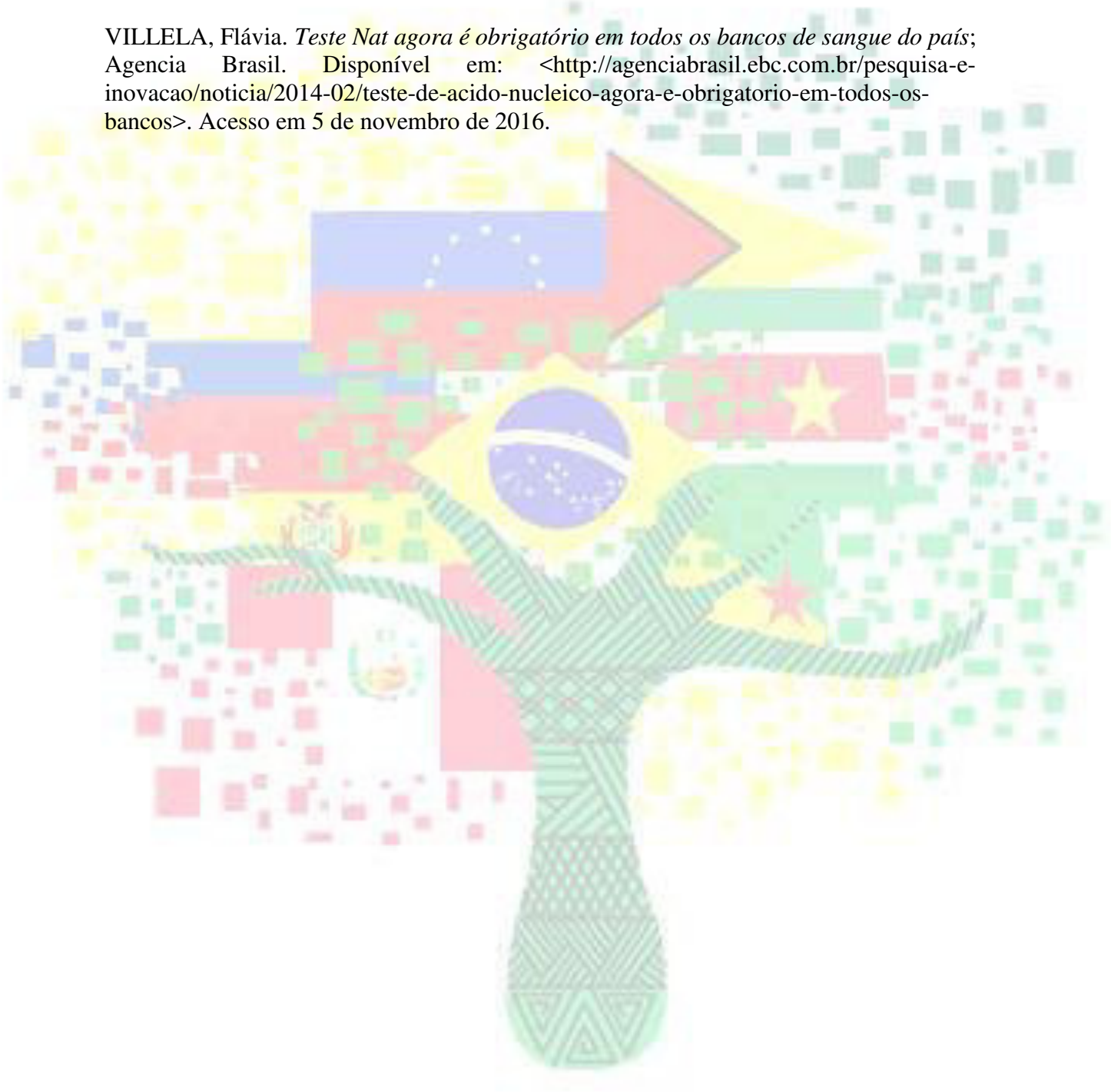


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forence. São Paulo: Método, 2013.

SANTOS, Larissa Linhares Vilas Boas. *O Princípio da Igualdade*. Âmbito Jurídico. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7039. Acesso em 04 de novembro de 2016.

VILLELA, Flávia. *Teste Nat agora é obrigatório em todos os bancos de sangue do país*; Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2014-02/teste-de-acido-nucleico-agora-e-obrigatorio-em-todos-os-bancos>. Acesso em 5 de novembro de 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

OS MARGINAIS DO CENTRO DE MANAUS/AM E SUAS MARGINALIDADES CONTROVERSAS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

LOS MARGINALES EN EL CENTRO DE MANAUS/AM Y SUS MARGINALIDADES CONTROVERSIAS: CONCEPTOS Y CARACTERISTICAS

Noélio Martins Costa¹
 Sérgio Ivan Gil Braga²
 Renan Albuquerque Rodrigues³

Resumo

O trabalho refletiu criticamente sobre a marginalidade social e os modos específicos de vida desenvolvidos pelos marginalizados. A perspectiva versou ainda sobre questões referentes à cidade e à ocupação de espaços. Foram descritas informações sobre a identificação e a circulação de pessoas com histórias de vida, sonhos, esperanças e estigmas no centro de Manaus/AM. Perceberam-se adaptabilidades e resistências frente ao novo, à hostilidade e à receptividade na cidade. Foi descrito como o público e o privado são vivenciados por essas pessoas e em que medida concepções sobre suas vivências estão atreladas a significados sobre modos de vida na contemporaneidade.

Palavras-chave: Marginalidade; Invisibilidade; Dinâmicas da cidade; Fenômenos urbanos.

Resumen

El trabajo refleja fundamentalmente de la marginalidad social y formas de vida específicas desarrolladas por los marginados. La perspectiva también expuso sobre cuestiones relacionadas con la ciudad y la ocupación de espacios. La información se describe en la identificación y el movimiento de las personas con historias de vida, los sueños, las esperanzas y los estigmas en el centro de Manaus / AM. Realizado es adaptabilidades y la resistencia contra el nuevo, la hostilidad y la receptividad en la ciudad. Esto se ha considerado el público y el privado son experimentados por estas personas y en qué medida opiniones sobre sus experiencias están ligadas a significados acerca de las formas de vida en el mundo contemporáneo.

Palabras clave: La marginación; invisibilidad; Ciudad dinámica; los fenómenos urbanos.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam).
 noeliomartins@hotmail.com

2 Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da
 Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam). sigbraga@hotmail.com

3 Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do
 Amazonas (PPGSCA/Ufam). renanalbuquerque@hotmail.com.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

A cidade é criada e construída para os que a projetam como sua. Essa criação aparece como forma de apropriação de territorialidades figuradas. Para Armando Silva (2006) esse esquema mental de reconstrução simbólica da urbe se faz presente como imagem de uma forma de ser, onde entram em cena os marginais da sociedade.

Semelhante operação mental, no entanto, produz transformações sobre a própria urbe: assim a urbanização latino-americana passa pela dimensão estética, onde os fantasmas sociais fazem efeito na construção dos seus espaços (físicos) e dos seus símbolos para “fazer-se-urbana-uma-cidade” (SILVA, 2001, p. XXVI).

O autor faz uma metáfora dos marginais da sociedade segundo moradores de sótãos de casas velhas, que estão à margem da vida, habitando locais onde se depositam terríveis e estranhas verdades. Estes, como seres conscientes, não podem ser conhecidos (SILVA, 2006). São múltiplas as formas de ver a cidade e seus personagens, na visão do autor, a partir de um jogo de percepção do outro como indivíduos marginais. Mas quem são os marginais? De onde surgem e o que fazem? Quais interações concordantes ou discordantes com a marginalidade se apresentam no espaço do centro de Manaus? Este texto caminhou na direção de refletir sobre essas questões, em uma tentativa de aventurar-se a perceber a situação em que esses outros se encontram.

O artigo buscou tecer reflexões entre discursos, públicos e privados, acerca da marginalidade e dos modos específicos de vida desenvolvidos no âmbito dessa caracterização social. Com foco em nosso campo de estudo, considerou-se “marginalidade” como conjunto de atos que moldam populações viventes principalmente nas ruas do centro de Manaus, capital do Amazonas, Região Norte. Essas pessoas, que ora se caracterizam como agentes controversas de seu destino ou vítimas sociais, podem tanto ser alvo de compaixão quanto de ódio. Ou ainda serem vistas como pessoas negligenciadas, famintas de existências, multidiversas, mas inteligíveis e pensadoras de si mesmas.

A metodologia utilizada teve como inspiração o viés da etnografia, a partir de um aprofundamento e de uma imersão no contexto social. O estudo, estritamente inferencial, visou tematizar concepções sobre pessoas identificadas em becos e ruas do centro, entre calçadas, praças, casas de papelão, barcos abandonados, em torno dos mercados, enfim, sobre pessoas que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

permeiam o ir e vir do espaço público. A ideia, tomando esse indicativo, foi estudar a marginalidade tal e qual condição para múltiplas formas de transgressão a normas comumente aceitas e pelas quais a sociedade se guia para viver e pensar legislações.

Nesse caminho, enfatizamos a palavra “marginal”, que de modo um tanto equivocado tende a designar somente indivíduos que vivem à margem da sociedade, alheios a normas e leis, muitas vezes denominados de “foras-da-lei” ou “vagabundos”. Para nós, marginal também pode ser aquela pessoa que adota condutas e práticas sociais geridas pelos grupos aos quais faz parte e não pela sociedade como um todo. Grupos que entendem as leis das ruas segundo códigos e valores próprios, definidos por legalidades da sociedade envolvente, conforme a integração e não a marginalização.

Estigmas conceituados

A presença de pessoas em situação de rua (PSR) em ambientes não totalmente regulados, como são espaços de cidades urbanas, mostra-se mais presente desde o contexto de formação de sociedades pré-modernas, ou seja, muito depois do nomadismo e tribalismo triunfarem entre comunidades nativas. Nomadismo e tribalismo remontam à era primitiva e se fazem sentir em meio a sociedades compartilhadas atualmente (MAFFESOLI, 1988, 1997; FOUCAULT, 1987; MAGNANI, 2006). São situações em que os marginalizados remontam práticas e expressões próprias de sociedades tidas como primitivas. Juntam-se com seus semelhantes em grupos para compartilharem alimentos, locais de pousadas, trabalhos informais, pequenos furtos e diversões. Não podemos generalizar que tudo entre as PSR seja feito de maneira coletiva, pois como já mencionamos as relações nesses grupos são facilmente desfeitas. Esses indivíduos apresentam-se como grupos heterogêneos, difíceis de caracterizar e quantificar, uma vez que, por estranhamento, não se abrem; por medo, vergonha ou pela própria dor que sentem ao revelar sentimentos, deixam de falar.

Eles não têm fixidez de morada. São grupos que, apesar de diferentes, parecem ser igualados pela indigência e pauperização em que se encontram, momentaneamente ou continuamente. O excluído configura parte da sociedade que vive a partir de sua situação de rua, parcialmente alheia à produção do capital e ao trabalho formal, e conseqüentemente torna-se avesso ao consumismo da sociedade capitalista. Deparam-se constantemente com ações repressivas e punitivas, principalmente por parte do Estado que vê em muitas PSR capacidade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

laboral desperdiçada. De alguma forma, porém, a fuga dessas relações invisibiliza as PSR como pessoas no cenário urbano, que fogem da ação reguladora do Estado, operadas em abordagens policiais e de equipes de assistência social, que promovem a higienização de ambientes; e ainda por equipes de limpeza pública, que recolhem apetrechos e materiais pessoais carregados com as PSR; enfim, essas ações de retirada tendem a representar medidas violentas; são as remoções. Contudo, os moradores em situação de rua mantêm-se firmes enquanto integrantes da cidade, mesmo sendo vistos negativamente como marginais, inseridos na paisagem urbana como partícipes da mobília urbana cotidiana.

A marginalidade se configura como estratégia de sobrevivência. Evidencia-se que existem pessoas que estão na rua porque querem estar na rua; seja por comodidade, por interesse, por escolha aleatória. Outros por falta de perspectivas e alguns ainda porque a rua é tudo que lhes restou. A rua lhes deu outra vida, fazendo-os deixar para trás a realidade de outrora. A marginalidade, portanto, tende a camuflar situações supostamente cômodas, onde o sujeito vive em estado de natureza, um dia após o outro, sem amplas preocupações do cotidiano. Merleau-Ponty (1984), sobre esse aspecto, sublinha que desprendimentos viscerais de mundo podem ser provocados principalmente por desprezo, indiferença ou preconceito, dentro de uma dinâmica em que se torna o outro invisível simbolicamente, coisificado-o e banalizando sua condição.

Há produções de discursividade (FOUCAULT, 1999) que tentam, ao definir uma identidade pela via negativa, ou seja, estigmatizante (GOFFMAN, 1988), enquadrá-la dentro de parâmetros controláveis e manipuláveis pelo Estado. De maneira que no jogo entre marginalidade e aceitação ou tolerância, mediado por exclusão social e inclusão marginal, estão coletivos que fazem uso do centro de Manaus/AM principalmente à noite. Esses coletivos são pessoas em situação de rua, que arcam as consequências da marginalidade na medida em que adotam modos de vida que ultrapassam legalidades normativas da sociedade, fomentando a desobediência social via enfrentamentos conjunturais.

As PSR estão dispostas nesse cenário social como peças desconexas ou coisas descoladas da mobília urbana. Importa destacar que essa “mobília” pode ser caracterizada como o conjunto de apropriação humanas e comerciais da cidade, segundo bancas de jornal, barracas de vendedores ambulantes, carrinhos metálicos de vendedores de frutas, carrocinhas dos carregadores, lojas pequenas, médias e grandes, boutiques, feiras, armarinhos etc., enfim, as apropriações dizem respeito a coisas e pessoas que ficam dispostas na rua, participando dela de forma negativa ou positiva, contribuindo para olhares de não obliquidade.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Partindo desse suposto, notamos a marginalidade como correlativa à invisibilidade, decorrente de estratégias de sobrevivência a meios hostis, que são as ruas, adaptando-se à realidade. Estar invisível é um ato estratégico e planejado para se estar em um mundo onde, no limite, a marginalidade tem sido configurada como patologia – apesar do fenômeno ser comum nas relações e interações próprias da vida cotidiana – podendo ser visto como desvio social (BECKER, 2008). A problemática, porquanto, interliga-se a questões atuais, a saber, o tipo de concepção de Estado praticada, cujo molde é segregacionista de ricos e pobres, sendo este um aspecto latente da própria forma de governo (ZIZEK, 2003).

A questão foi incitada no âmbito de espaços urbanos do centro de Manaus, que, constituídos de modo segregador, engendram propósitos separatistas. Nesses próprios ambientes, orientações relacionadas à higienização são apresentadas em situações não-ditas e se cristalizam como códigos normatizados de posturas, primeiro inconscientemente, depois declarados a partir de juízos de valor. Métodos desviantes fazem parte de estratégias usadas para romper processos normais de conduta dentro da sociedade, ou seja, quando falham as formas legais, entram em cena as contravenções como ato de constituição do ser. São essas as marginalidades as quais tomamos em conta no *paper*. Daí que, notemos, as pessoas em situação de rua, que são *outsiders* por condição, tendem a ser seres desviantes, não cumpridores de regras estabelecidas pela sociedade, embora eles próprios não se vejam como infratores.

Na perspectiva de Becker (ID., *op. cit.*), são forjados acusadores e acusados. Significa dizer que classificações descritivas apontadas a *outsiders*, admitindo-os como marginais, dependem do perfil de quem os marginaliza. Se podem ser classificados “perfis desviantes”, é crível notar também a significação de “perfis normais”. O comumente aceito, nesse caso, desvincula-se, por exclusão, daquilo que não está descrito como regra ou norma. É a situação dualista por excelência, consolidada a partir de duas posições de fala, a do acusador e a do acusado. Um exprime e viraliza a noção de formas excludentes de ser e estar no mundo; outro acolhe em si as formas excludentes. São perfilações psicológicas distintas, mas que se associam por composição. Só existe um acusador porque há um acusado. O objeto da acusação, portanto, não é só o ser em si acusado, mas todo um conjunto de comportamentos que geram, como ressaltamos, classificações descritivas sobre o acusado.

Os *outsiders* a que nos referimos, em resumo, são pessoas em situação de rua ora tratadas na pesquisa. Estas são as acusadas. São essas pessoas que, por instabilidade em aceitar regras, convivem a partir de situações desviantes. A rotulação do desvio é feita por indivíduos que se reconhecem e tomam como verdades para si padrões de comportamento (BECKER, 2008).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Venho usando o termo *outsiders* para designar aquelas pessoas que são consideradas desviantes por outras, situando-se por isso fora do círculo dos membros ‘normais’ do grupo. Mas o termo contém um segundo significado, cuja análise leva a um outro importante conjunto de problemas sociais: *outsiders*, do ponto de vista da pessoa rotulada de desviante, podem ser aquelas que fazem as regras de cuja violação ela foi considerada culpada (ID., *op. cit.*, p. 27).

As PSR podem ser rotuladas como marginais em certas situações porque adotam modos de vida desviantes, permanecendo nessa categoria caracterizada pela sociedade em geral e podendo assumir o desvio como modo de vida cotidiano ou ainda adotar uma postura conformista. Ao dar um passo em direção a esse modo de vida, adquirem imagem negativa e arriscam a se transformar em outra pessoa, muitas vezes aceitando rótulos que lhes são impostos. Daí que, complexidades referentes a universos que cercam os modos de vida das PSR começam pela motivação que os levou à rua. Esse motivo primordial, com o tempo, se fragmentará e dará origem a novas identificações com o meio onde vive. De forma consciente ou não, o(a) marginalizado(a) naturaliza a rua e suas marginalidades como habitat, como lar, confortando-se com a situação. Na rua, o desvio se apresenta como regra e não enquanto exceção. Contradições sobre a marginalidade apresentada, portanto, foram ponderadas a partir de observações de campo, no centro de Manaus.

Análise dos dados de campo

As PSR constituem-se como parte integrante da sociedade como se fossem alguma forma de entulhamento, segundo a visão higienista pós-moderna. São parte da mobília urbana porque se apropriam do espaço com presença constante, como se fossem também coisas dispostas, objetos inanimados, e nesse caso desnecessários aos ambientes. Ser integrante da mobília faz parte do estabelecimento de substrato de fixação, posto que o sujeito pode até ser localizado com frequência, instalar-se no território, mas, diferente disso, ele também estabelece ligações sentimentais com o lugar, cria vínculos de tal modo que passa a chamar de seu aquele “ponto”. Naturalmente que a lógica de vida das PSR é diferenciada, é ilógica, se comparada à vida de pessoas ordinárias. Nas manifestações diárias de resistência para a vida, porém, notam-se forma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de manifestação contra a moral triunfante do progresso, em meio a enfrentamentos relacionados ao capitalismo tardio (TOMÁS, 2012; JAMESON, 2007).

Em campo, notamos gestos e silêncios, falas e performances, as quais, muitas das vezes, revelaram a base de nossa proposta: que muitas PSR não se encaixam no modelo clássico conceptual de marginais construído pelo Estado (FOUCAULT, 1987). Outrossim, boa parte desses indivíduos podem até vir a falsear desvios como estratégia de sobrevivência, como mais uma marginalidade, pois nessa condição ora pode ser o carregador, o guardador de carro, o jogador de carteadado etc., mas tudo isso é de ato pensado, para ser ele mesmo sem levantar suspeitas e ser hostilizado pela sua identificação aparente, rotulada de “desviante” pelo senso comum. O repertório de estratégias, macetes e trambiques serve para camuflar ou esconder aparentes desvios e ainda concorre para mantê-los na invisibilidade no espaço urbano.

Para entender a origem de comportamentos e estratégias, chamamos a atenção para composições acerca de discursos da modernidade e do progresso, proferidos há mais de um século para as cidades. Trazendo o disposto para o estudo ora descrito, coube inferir que o uso do espaço urbano para alijar do meio social a população pobre, negra e indígena, entre demais minorias, em Manaus, sobretudo na virada do século XIX para o XX, balizou políticas públicas da época, que preconizavam o disciplinamento dos pobres (FRAGA FILHO, 1996), e isso desembocou no agora. No centro, hoje, como vitrine de uma cidade que se queria europeizada no passado, normatizou-se a ordenação pública da higienização. E até mesmo foram surgindo bairros marginais ao centro e para esses locais foram enviadas pessoas indesejadas ao ambiente urbano. A pobreza e a marginalização social, por conta disso, aprofundaram-se com esse surto de desenvolvimento da capital amazonense, provocando desigualdades e influenciando diretamente a construção da vida na capital amazonense (COSTA, 2014).

No contexto geral, recentes processos de atração migratória para a Amazônia, por conta de grandes projetos de investimento na região, foram seguidos de colapsos socioeconômicos e provocaram crescentes dinâmicas de marginalização. Para boa parte das pessoas que se dirigiu a Manaus, em busca de prosperidade, o êxito não ocorreu. A cidade tornou-se populosa e sem infraestrutura para comportar a demanda. Na década de 1960, a “cidade flutuante”⁴ foi uma espécie de refúgio dos marginalizados, por exemplo. Era um lugar da exclusão, local para onde pessoas se abrigavam por não terem condições de viver em habitações de terra-firme do centro da

4 O aglomerado de palafitas localizado no centro da cidade, próxima a entrada da cidade por via fluvial.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cidade. Era uma situação antagônica do ponto de vista da ideia de desenvolvimento que se projetava para Manaus, que estava se configurando como polo da industrialização da região norte.

Singer (1994), em *Economia Política do Trabalho*, faz relação à estratificação econômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entendendo-se assim o aspecto hierárquico que se formou entre países ricos e pobres, entre países de primeiro mundo e terceiro mundo, numa relação de força, cuja base de diferença qualitativa foi a produção tecnológica industrializada e o poder econômico. Tavares Filho (2001) aponta que o contexto de relação de forças entre esses países basicamente se distinguiu por conta de dinâmicas diferenciais para as populações. “Tal visão de mundo não somente referendava a tentativa de legitimar a dominação do homem sobre a natureza, como a de certos grupos humanos sobre outros grupos” (CAMPOS, 2009, p. 118). O modelo de desenvolvimento amazônico, marcadamente, deixou mazelas no bioma.

Desde a época do surto da economia gomífera até a tentativa de desenvolvimento social do Amazonas, com a Zona Franca de Manaus, foi no centro da capital, além, é claro, dos bairros periféricos (para onde eram expurgadas), que se concentraram pessoas marginalizadas. As PSR, em grande parte, assim entendendo-se, foram fruto da reprodução da ideia de higienização enquanto ato ou efeito direto da produção pré-industrial e pós-industrial. A disciplina no uso dos espaços públicos da cidade de Manaus, desde o início do século XX, passava a ser pautada pelo poder público (Códigos de Postura), principalmente no perímetro urbano. Com o fausto da economia gomífera, o centro da cidade não poderia comportar habitantes indesejados, destoando com a beleza da cidade. E foi preciso varrer para as esquinas do espaços públicos trabalhadores pobres, como “comerciários, gráficos, condutores de bondes, carroceiros, lavadeiras, carregadores e estivadores, donos de pequenos estabelecimentos etc.” (COSTA, 2014, p. 136).

Como, obviamente, as PSR desenvolveram sentimentos de pertença a locais onde se estabeleceram no centro, a ponto de considerarem locais públicos, de uso comum, como locais de apropriação, deu-se a formação de uma espécie de interdependência com seus “pontos” frequentados, sendo essa formação um conjunto de territorialidades urbanas determinadas pelos grupos de rua (SPOSITO, 2004; HAESBAERT, 2004; SOJA, 1993). A apropriação de territórios de maneira física e afetiva, assim sendo, crivou as PSR de resistências e rebeldias, por conta delas serem partícipes de universos que não as aceitavam. As resistências e rebeldias às adversidades se deram, por exemplo, por meio do trabalho informal esporádico, solidificado a partir de vivências compartilhadas nesses espaços públicos.

Os trabalhos informais efetivados eram de guardadores de carro, vendedores de água, cigarro, bala ou apetrechos em sinais de trânsito; eram de catadores de materiais recicláveis



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(latinhas de alumínio), de carregadores do porto, de vendedores de restos de feira (sacolão) e de biqueiros em serviços domésticos e na área da construção civil. Ocupações de pouco lucro, além de não serem regulamentadas em leis trabalhistas. O que significa dizer que quando falhavam as estratégias dos “bicos”, as PSR tentavam contar com a solidariedade de outrem para suprir necessidades básicas ou mesmo o faziam no sentido de despertar a compaixão como estratégia de sobrevivência. No caso das PSR do centro de Manaus, configuravam-se como grupos viventes de uma realidade em que contravenções eram estratégias marginais de sobrevivência. O dito comportamento antissocial, assim, podia ser visto como adaptação ao meio na medida em que havia códigos e posturas existentes para se poder dialogar com grupos exteriores aos de pertencimento.

Ainda hoje, para esses trabalhadores informais, na proporção em que o trabalho se torna cada vez mais escasso e a desocupação aumenta, há inúmeras instabilidades e podem aflorar novos e diferentes atos de resistência, sobretudo vistos como marginalidades, os quais acabam se transformando em formas de ganhar a vida e, como tais, implicam em uma profissão: a de bandido (HOBBSAWM, 1976). Mas não um bandido senso comum, falamos aqui do bandido-herói, ou melhor, de um verdadeiro e real anti-herói. Pedir, furtar, roubar, trapacear, mendigar, se prostituir, jogar, vender, comprar, traficar e consumir são expedientes usados para se manter na rua e, por consequência, na vida. Essas práticas de resistência, igualmente ao trabalho informal já descrito, eram no passado e são no presente até certo ponto consideradas triviais no espaço público, remetendo à noção de sobrevivência imediata, sendo parte integrante da cultura das ruas (HOBBSAWM, 1975). Esse marginal, o bandido-herói, e seu conjunto de banditismos por conceituação, com suas referidas marginalidades, ainda resiste em obedecer o Estado porque estava e está, em certo plano, fora do alcance do poder. Eram elas próprias, as PSR que agiam por esse *métier*, dado serem detentoras de possíveis poderes localizados, portanto rebeldes efetivos, representativos do oposto do imaginário ideal que a sociedade higienista considerava e ainda considera como pessoas de retidão e justiça.

Meios ilegais praticados por marginais podiam insinuar formas de combate à pauperização. Ou seja, os marginais, outrora classificados como pobres e posicionados em categorias de inferioridade moral, psíquica e física, de alguma forma tentam na atualidade vencer a miséria sem deixar de se situar em plataformas de ociosidade e expertise. Esse tipo de marginalidade *bon vivant* pode mascarar discursos que se pretendem revanchistas. Marginalidades praticadas socialmente podem se configurar como subterfúgios e dissimulações para lograr êxito. São tais: disfarces, exposição de moléstias ou feridas, extorsão mediante atos verbais e físicos, uso de menores e idosos, pedidos de dinheiro por vitimização, apresentação de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

receitas médicas, pedidos de comida e passagem de ônibus, cartas ou mensagens de ajuda para voltar para o interior etc. Essas ações estão no *hall* de táticas de delinquir dos marginalizados, os quais, circunscritos em espaços de marginalidade, pensam alternativas controversas, segundo discurso urbano e mercadológico, para ganhar a vida. E mesmo quando punidos voltam a reincidir, dado as estratégias de delinquência representarem algo de projeto de vida para eles.

Mas, cremos, a marginalidade dos moradores em situação de rua alude, grosso modo, a formas primitivas de resistência, ora observadas em estudos já citados, relacionados ao banditismo social (HOBSBAWM, 1975, 1990), que mostram uma marginalidade tecida em razão de alternativas possíveis à clandestinidade, a qual permeia boa parte dos cotidianos dos grupos de PSR. Cotidianos que, digamos a bem da verdade, são eivados de vidas singulares, pessoas postas tais e quais famintas de existência, que fizeram suas escolhas em mundos de aventuras e desventuras, assemelhando-se a pequenos livros, onde poucas palavras podem expressar significativas histórias miseráveis. E desses dramas pessoais, as incertezas são o ápice. Sobre esse conjunto humano em modificação, há concepções que implicam acerca do estudo dessas histórias, do ponto de vista das classes, tidas como inferiores, das pessoas comuns; são concepções da história oficial que silenciaram experiências, como nos apontam Ginzburg (2008), Burke (1992), Thompson (1987), Del Priore (2001), Delumeau (1996) e Ariès (1978), entre demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a ideia de marginalidade no centro da cidade de Manaus tende a ser moldada mediante conceito formado a partir de questões relacionadas à sociedade em que se vive na contemporaneidade, uma sociedade segregadora. A vida, assim sendo, em um mundo globalizado, é pautada por ideologias simbolicamente violentas e de mercado, por um trabalho desvirtualizado, impessoal e naturalizado, observado como parte do cotidiano constitutivo da vida das pessoas. Uma vida que parece ser incapacitante, sobretudo ao se tomar como campo de estudo o centro da cidade de Manaus – de capitalismo tardio.

Mais do que um claro conflito indivíduo-ambiente, é um conflito indivíduo-sociedade, traduzido por aqueles que vivem nas ruas versus o conjunto aparente de coletivos que não fazem das externalidades espaciais a sua casa, de onde germinam lutas para se distinguir de rejeições ou estigmas. Enfim, trata-se de problemática do mundo contemporâneo. No *paper*, a aposta foi refletir criticamente sobre os universos das PSR e como esses universos se constituem. As





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

necessidades, as vontades e os desejos, enquanto projeções, foram sublinhados em certa medida – segundo se almejou propor.

A meta foi observar para além da aparência física das ruas, da segregação do ser, da fuga de si mesmo e do não-dito. E a partir daí se concluiu que a existência caracterizada como coisa compreende, fortemente, os submundos das PSR a partir de significados próprios. Significados que reconstróem experiências de mundo relacionadas à marginalidade da urbe.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BECKER, Howard Saul, 1928- Outsiders: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. -1.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. ISBN 978-85-378-0108-6.

BURKE, Peter (org.): A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs). Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana - Trabalhadores de Manaus (1890/1915). Editora Valer e Fapeam, 2014.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Mulheres no Brasil. 5º ed. –São Paulo: Contexto, 2001.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. Trad. Maria Lúcia Machado, tradução das notas Heloísa Jahn.— São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. São Paulo; Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A Vida dos Homens Infames. In: Ditos e Escritos Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996. 190 p.

GINZBURG, Carlo. O QUEIJO E OS VERMES, O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 2ª Reimpressão. São Paulo, Editora Schwarcz, 2008.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro, Forence-Universitária [1975]. Edição Brasileira, 1976.

HOBBSAWM, E. J. “A Outra História – Algumas Reflexões”. In: KRANTZ, r. (Org.). *A Outra História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

MARX, K. *O Capital*. Volume 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1998. (texto: Uma solução não capitalista para o desemprego).

TAVARES FILHO, Thomé Eliziário. *Padrões de valores e expectativas de futuro dos menores marginalizados em Manaus*. Manaus: EDUA, 2001.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1993. 324 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná*. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman –Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2º ed.

ZIZEK, Slavoj. *Da história e consciência de classe para a dialética do esclarecimento... e volta*. *Revista Lua Nova*, nº 59, pp 159-176, 2003.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PARADIGMA DOMINANTE E PARADIGMA EMERGENTE E A COMPLEXIDADE NA AMAZÔNIA

Ignês Tereza Peixoto de Paiva¹
 E-mail: ignestereza@hotmail.com

Artemis de Araújo Soares²
 E-mail: artemissoares@yahoo.com.br

RESUMO

A proposta foi apresentar reflexões sobre o paradigma dominante e o paradigma emergente e a complexidade na Amazônia. Pretendeu-se abordar as definições de paradigma dominante e paradigma emergente que serão descritas no texto que terão como base as obras de Boaventura Santos, e nos estudos da complexidade Edgar Morin, e Milton Santos no que se refere o entendimento da lógica global da reprodução capitalista mediante a complexidade existente na Amazônia retratada por Djalma Batista e Neide Gondim, destacando a relação do conhecimento total e local, com desenvolvimento das pesquisas nos diversos campos do conhecimento direcionados aos problemas que são enfrentados na Amazônia. Para compreender e interpretar a Amazônia que se constitui em uma complexidade deve ser explorada nas experiências efetivas no conjunto de pesquisadores e investigadores das universidades e das diversas instituições de pesquisa, é necessário o enriquecimento através da troca de conhecimentos e do entrelaçamento de experiências mútuas entre os saberes tradicionais e o saber científico, a partir de uma visão transdisciplinar unindo as diversas áreas das ciências, em que valores e atitudes opostas possam ser pensadas para proporcionar as mudanças de paradigmas, proporcionando intervenções na construção do tipo de sociedade que queremos. Portanto, tudo isso nos faz pensar uma Amazônia para além da razão indolente Santos (2002) constituída de novas experiências e novas razões.

Palavras Chave: Paradigma dominante e Paradigma Emergente. Complexidade. Amazônia.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia –PPGSCA/UFAM. Bolsista Fundação de Amparo de Estudo da Amazônia – FAPEAM. Docente da Universidade Federal do Amazonas.

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Diretora da Faculdade de Educação Física – FEF/UFAM.



INTRODUÇÃO

A definição de paradigma não é uma tarefa fácil, mas o que se percebe é que a não identificação do paradigma leva muitas pessoas a não saber sobre o que está falando. É necessário perceber o paradigma como modelo capaz de guiar uma investigação, sem imposições, como mudança de olhar, diferentes formas de olhar, procurando dar conta de uma faceta, de uma realidade, a partir da complexidade dos paradigmas que norteiam as diferentes compreensões da realidade concreta.

Nesse contexto, formação dos pensamentos ocorre pelas possibilidades existentes, de modo que o senso comum vai constituindo-se na apropriação e reelaboração por parte da população das ideias que transitam na sociedade, através dos mais variados meios de comunicação, e o indivíduo, na sua particularidade, de modo todo singular; faz seu esses pensamentos socialmente constituídos e explicita isso em suas ações.

Como nos explica Bakhtin (1992) em cada época da história, o discurso é marcado por diferentes gêneros, elaborado em cada esfera de utilização da língua, que reflete de uma forma sutil e sensível, as características e mudanças na vida social. Pois, o mundo vive um acelerado processo de renovação do conhecimento que se reflete nas várias instâncias da sociedade: quer cultural, social, tecnológica, política e educacional, exigindo um repensar de todas as estruturas para enfrentar desafios, transformando continuamente o agir e o sentir do homem no mundo e com o mundo.

As definições de paradigma dominante e paradigma emergente que serão descritas no texto terão como base as obras de Boaventura Santos, e nos estudos da complexidade Edgar Morin, e Milton Santos no que se refere o entendimento da lógica global da reprodução capitalista mediante a complexidade existente na Amazônia retratada por Djalma Batista e Neide Gondim, destacando a relação do conhecimento total e local, com desenvolvimento das pesquisas nos diversos campos do conhecimento direcionados aos problemas que são enfrentados na Amazônia.

PARADIGMA DOMINANTE E PARADIGMA EMERGENTE

Os aspectos históricos que fundamentam a transitoriedade dos paradigmas têm suas raízes históricas de acordo com Souza Santos (1987) e (2002) no modelo da racionalidade que preside à ciência moderna que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI e foram desenvolvidos pelas ciências naturais, e somente no século XIX que este modelo se estende as



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ciências sociais emergentes, emergindo em um modelo global de racionalidade, criando condições para a sua emergência, trazendo a reivindicação de um estatuto epistemológico e metodológico próprio com base na especificidade do ser humano, colocando em questão como concebemos e transmitimos o conhecimento, gerando sempre conflitos e angústias sobre as novas possibilidades de mudanças. E com isso o autor define que a transição do paradigma da modernidade clássica a um paradigma emergente tem dois aspectos: o epistemológico que ocorre entre o paradigma da ciência moderna e o paradigma emergente do conhecimento real do contexto, e o societal, que se efetiva do paradigma dominante, patriarcal, capitalista, excludente, autoritário, capitalista, consumista e individualista para a transição de um paradigma emergente, de vibrações ascendentes, carregado de cunho social que se funde na superação da dicotomia das ciências naturais/sociais, valorizando os estudos humanísticos sendo para toda a vida.

O desenvolvimento das ciências sociais e dos paradigmas vivenciam crises que são determinadas pelas condições teóricas e as condições sociais que provocam consequências relacionadas ao conhecimento científico e ao rigor científico como afirma Souza Santos (2002) a crise é:

no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e escuro retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinanteizantes, uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde o conhecimento volte a ser uma aventura encantada (p.35-36).

Com isso na evolução do conhecimento é notório suas crises e rupturas, que em oposições contrárias definidas pelo paradigma dominante proporcionaram características para o surgimento do paradigma emergente, considerando o senso comum como uma das formas do conhecimento existente, que possibilita a orientação de nossas ações e a compreensão da realidade, pois conhecimentos são desenvolvidos ao encontro uns dos outros, permitindo o diálogo com as outras formas de conhecimento mais amplo e contextualizado.

Desse modo, o paradigma emergente denominado por Souza Santos (2002), é um repensar cotidiano de nossa prática, e que parte do princípio que todo conhecimento é local e total, propondo a inter-relação entre os diversos saberes, favorecendo a apreensão do conhecimento através das necessidades dos diferentes grupos sociais, se construindo em torno de temas relevantes em uma prática interdisciplinar que possa se transformar em transdisciplinar buscando sempre a unidade. O autor destaca, em outro princípio, que todo conhecimento é autoconhecimento, ou seja, aquilo que conhecemos interfere na nossa trajetória e na relação sujeito/objeto como um movimento de construção mútua. E por fim, o autor assinala que todo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conhecimento científico visa constituir-se em um novo senso comum, pois a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos, dialogando com outras formas de conhecimentos, tornando acessível àqueles que não são cientistas, se traduzindo em sabedoria de vida.

Outra interpretação da ciência moderna é o paradigma da complexidade que tem como organizador Morin (2005) destacando em seu livro *Ciência com Consciência*, a complexidade como uma forma de compreender o real rompendo os limites do determinismo, da simplificação devendo ser pensada estrategicamente, considerando a relação do todo com as partes e a relação com o meio ambiente, com um conhecimento mais abrangente em que os cientistas poderão compreender a complexidade existente na realidade. O autor defende a transdisciplinaridade como um paradigma que permite distinguir, separar, opor e dividir relativamente os diferentes domínios científicos, havendo sempre uma comunicação entre eles, sem separação ou redução do conhecimento, ou exclusividade de uma área de domínio. Para isso torna-se necessário um paradigma da complexidade, que, ao mesmo tempo, faça a separação e associação e conceba os diversos níveis de emergência da realidade, sem haver a fragmentação e a compartimentalização dos conhecimentos.

Por fim, o autor exalta que a ciência com consciência é uma referência obrigatória para os que querem se empenhar na participação da construção de um novo espírito científico, que respeite a diversidade de ideias, para o entendimento da teia de relações existentes no contexto e para se pensar na ciência, pois o objetivo do conhecimento, não é descobrir o segredo do mundo, mas dialogar com o mundo.

Portanto todas as análises sobre a transitoriedade dos paradigmas servirão de base para compreender a Amazônia e sua complexidade como objeto de estudos e pesquisas ligados ao ecossistema tropical e no campo social, desenvolvendo desafios que possam proporcionar enfrentamentos com as diversas áreas do conhecimento, com novas abordagens articuladas aos problemas relacionados ao contexto Amazônico.

OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS E A COMPLEXIDADE NA AMAZÔNIA

A Amazônia possui a maior biodiversidade do planeta, sua heterogeneidade também se faz notar pela complexidade existente tanto no seu ecossistema como no campo sócio cultural, composta por populações que vivem no espaço urbano e no espaço rural e os seus habitantes estão dispostos em: povos indígenas, povos da floresta, sem terra, assentados, pequenos agricultores, imigrantes e colonos oriundos das regiões nordeste e do centro sul do país.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A formação das identidades culturais na Amazônia é complexa segundo Gondim (2007) os saberes tradicionais, valores e modos de vida dos indígenas e população ribeirinha, predominantes na região, foram submetidos por outros padrões de referências advindos de seus colonizadores e povoadores, que transplantaram e difundiram muitos valores e símbolos culturais europeus, por meio da assimilação, acomodação e conflitos, sobrepondo-os e integrando-os à sua própria cultura original. Todas essas particularidades que envolvem os aspectos sócio culturais, ambientais e produtivos da Amazônia revelam a complexidade e o antagonismo que envolve as relações de poder entre os grupos, populações, pesquisadores e movimentos sociais presentes na região.

A Amazônia segundo Gondim (2007), desde sua colonização foi vista a partir do olhar dos viajantes e conquistadores que trataram da Invenção da Amazônia, criando muitos mitos, lendas e expressões na arte para justificar a dominação dos povos que habitavam a região, e torná-los subservientes as suas condições de dominante. Isso se reflete no perfil retratado por Santos (2004) sobre a globalização como fábula, que se cria um imaginário como forma de controle e dominação da produção do capital, para a geração da riqueza e a exploração da natureza, buscando a uniformidade na determinação da verdade como fantasias definindo o papel ideológico da dominação, reprodução e manutenção a serviço dos setores hegemônicos. Essa mesma exploração é retratada por Batista (2007) quanto à ocupação de maneira irracional, ocasionando a destruição do meio ambiente visando à geração de riqueza e o uso do dinheiro como principal gerador do capital em busca do desenvolvimento da região, ficando evidente como o paradigma dominante se configura na dominação da natureza de maneira perversa, sob a forma de destruição da natureza e da crise ecológica.

Todas essas perspectivas levantadas supõe um debate em torno da construção dos saberes que se efetivam com a prática das pesquisas e dos estudos que são desenvolvidos na Amazônia, sofrendo ao longo de sua história com a falta de articulação do conhecimento científico com as diversas áreas das ciências, necessitando como afirma Batista (2007), da união das diversas áreas para o entendimento da realidade e dos problemas da região, pois um único olhar não dará conta de compreender a complexidade no campo sociocultural, ambiental e produtivo, sendo o desenvolvimento da pesquisa científica no território, importante na aquisição de novas abordagens teóricas e métodos com base em uma postura transdisciplinar para o enfrentamento de novos desafios que possam dar conta da complexidade existente em seu contexto.

Para entender a utilização de novos olhares e novas formas de conhecimento sobre a Amazônia, autores como Souza Santos (1987) e (2002), Morin (2005), destacam que o conhecimento científico precisa passar por uma transição paradigmática em dois aspectos o epistemológico e o societal, ou seja, do paradigma dominante para o paradigma emergente, que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

busca um conhecimento emancipatório, priorizando o homem e a sociedade. Todo conhecimento é local e total de acordo com Souza Santos (2002). Para o aproveitamento do saber local na Amazônia ser transformado em total, seria necessário a realização de uma cartografia simbólica das representações sociais, pois o campo da subjetividade e o respeito a diversidade são capazes de fortalecer a transição entre os paradigmas, podendo vislumbrar a complexidade do real a partir das ambivalências simultânea entre os valores, atitudes e ideias presentes no complexo cotidiano e no homem complexo.

O contexto amazônico nos lança desafios que perpassam segundo Morin (2005) de um conhecimento de regulação para um conhecimento de emancipação, compreendendo sua complexidade com a articulação entre as ciências naturais e as ciências sociais, transpondo conhecimentos que regulam e silenciam, rompendo os limites do determinismo da simplificação e partir para percepção da complexidade em que o conhecimento ocorre. É estar junto conciliando a ciência com o real, levando em consideração os saberes tradicionais constituídos pelo senso comum a um saber mais elaborado pelas teorias, evitando a dominação do conhecimento e a regulação que se utiliza da natureza como forma de exploração, gerando uma globalização perversa, provocada pela pobreza e o desemprego.

Enfim, para compreender e interpretar a Amazônia que se constitui em uma complexidade que deve ser explorada nas experiências efetivas no conjunto de pesquisadores e investigadores das universidades e das diversas instituições de pesquisa, é necessário o enriquecimento através da troca de conhecimentos e do entrelaçamento de experiências mútuas entre os saberes tradicionais e o saber científico, a partir de uma visão transdisciplinar unindo as diversas áreas das ciências, em que os valores e atitudes opostas possam ser pensadas para ocorrer as mudanças de paradigmas, proporcionando intervenções na construção do tipo de sociedade que queremos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, torna-se indispensável e urgente o diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular, pois além de ser um desafio é uma alternativa para ganhar a consciência de que outros conhecimentos são possíveis para a compreensão do espaço amazônico e suas peculiaridades na construção de um referencial local que privilegie a diversidade cultural presentes no contexto, para o fortalecimento de novos paradigmas baseados na autonomia e na autodeterminação do conhecimento sobre a complexidade existente no real.

Portanto, tudo isso nos faz pensar em uma Amazônia para além da razão indolente, constituída de novas experiências, novas razões que possam transpor paradigmas com consciência





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que os sujeitos fazem parte dessa história, com conhecimentos científicos emancipatórios, articulados com as diversas áreas das ciências, na busca de novos desafios, a partir da complexidade formada pelas ambivalências existentes, formulando novos conhecimentos da própria região, construindo uma nova esfinge baseada em paradigma além da simplificação e da regulação do conhecimento e sim numa perspectiva emancipatória e multicultural.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia – Análise do Processo de Desenvolvimento.** 2ª Ed. Manaus. Editora Valer, EDUA e INPA, 2007.

BAKHTIN M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HUCITEC.1988.

BENCHIMOL, S. **Amazônia. Formação Social e Cultural.** 3ª. ed. Manaus: Vozes, 2009.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia.** 2ª ed. Manaus. Editora Valer, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** 8ª ed. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO ASPECTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM RORAIMA PRODUCTION OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE ASPECT OF PHYSICAL EDUCATION IN RORAIMA

¹Marcony Assunção de Souza
²Fabrizio Patrick Silva dos Santos
³Jhonatas Crescêncio Braga

RESUMO

Quando se fala em produção acadêmica, as relações socioculturais também fazem parte do campo científico e a utilização da comunicação para se obter este resultado pode ser feita através dos meios digitais, na contemporaneidade, fazendo o uso da Internet. Logo, este estudo tem como objetivo verificar a produção científica no Estado de Roraima, que faz parte da Região Norte, no âmbito da Educação Física Escolar, através de artigos publicados pelos pesquisadores do estado na área de Educação Física. Para isso foram feitas buscas on-line de artigos publicados pelos pesquisadores em atividade no estado em vários periódicos visando obter um dado estatístico sobre pesquisas existentes nessa vertente da área. Pois através destas investigações os pesquisadores têm procurado consolidar a produção de conhecimento nesse âmbito, que contribui para o desenvolvimento da produção do conhecimento no campo científico da Educação Física na Região Norte.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Pesquisa; Metodologia Científica; Amazônia.

ABSTRACT

When it comes to academic production, socio-cultural relations are also part of the scientific field and the use of communication to achieve this can be done through digital media, in contemporary times, making use of the Internet. Therefore, this study aims to determine the scientific production in the state of Roraima, which is part of the Northern Region, as part of physical education, through articles published by state researchers in the field of Physical Education. For that were made online searches of articles published by researchers in activity in the state in various periodicals to obtain a statistic on existing research in this aspect of the area. For through these investigations the researchers have sought to consolidate the production of knowledge in this area, which contributes to the development of knowledge production in the scientific field of physical education in the North.

¹ Graduando em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ex-bolsista do Projeto PIBEX de Expansão e Consolidação do Laboratório de Pesquisa Socioantropológica em Esporte, Saúde e Educação Física (FEFF/UFAM). E-mail: marcoy.assuncao@gmail.com

² Graduando em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ex-bolsista do Projeto PIBEX de Expansão e Consolidação do Laboratório de Pesquisa Socioantropológica em Esporte, Saúde e Educação Física (FEFF/UFAM). E-mail: fabriciofeff@gmail.com

³ Graduado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ex-bolsista do Projeto PIBEX de Expansão e Consolidação do Laboratório de Pesquisa Socioantropológica em Esporte, Saúde e Educação Física (FEFF/UFAM). E-mail: damatta.feff@gmail.com



Keywords: School Physical Education; Search; Scientific methodology; Amazon.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em produção acadêmica, as relações socioculturais também fazem parte do campo científico no sentido de conexões do conhecimento, já que a pesquisa científica não deve ser considerada e “não deve ser vista como uma atividade individual, simples produto da vocação ou interesse pessoal do pesquisador, ou como um dado abstrato, isolado da totalidade, mas como uma atividade socialmente condicionada” (GAMBOA; SILVA, 2011, p. 374). Ainda segundo o autor, ela visa descobrir respostas para questões não resolvidas ainda pela ciência, tendo como finalidade principal solucionar problemas, ou identificar maneiras para solucioná-los, relacionados a uma determinada área do conhecimento.

Conforme Rodrigues (2006), a universidade, instituição organizada para a formação de profissionais que atuarão na sociedade, é o lugar que a pesquisa através da metodologia científica tem aos poucos adquirido espaço, e tem sido considerado um recinto em que se vivencia a cultura universal e que tem como alicerce o ensino, a pesquisa e a extensão e é lá que os trabalhos acadêmicos devem produzir ou emanar o conhecimento.

Pesquisas realizadas nas universidades buscando informações e dados de alguma temática por vontade de romper o senso comum de um fato, origina o conhecimento. Para Barros (1990) apud Gomides (2002), “o conhecimento é um processo de reflexão crítica e que poderá conduzir ao desvelamento do objeto estudado e analisado.”, e ainda que conhecimento é tornar o homem consciente da realidade em que se vive no mundo, podendo transformar essa realidade por esta ação.

A pesquisa científica visa contribuir para a evolução dos saberes humanos em todas as áreas, sendo metodicamente projetada e executada por meio de rigorosos critérios de processamento das informações colhidas, principalmente na academia, onde o conhecimento não pode ser limitado ao senso comum, pois para tudo que se fizer é imprescindível o uso de métodos, e se tratando de ciência o método deve ser científico (BONIN, 2006). Conforme Lombardi (2000), a pesquisa é um meio para a construção do conhecimento, por meio de uma investigação para solução de um problema, sendo que existe uma ordem de precedência em que se faz ciência (fim), pela pesquisa (processo) e com metodologia científica (caminhos) que segundo o autor deve-se tomar certo cuidado, em função dela chega-se a diferentes resultados sendo importante haver coerência entre metodologia e teoria de determinado paradigma.

A pesquisa vem a partir de um problema que surge de diversas maneiras, tentando responder a determinados questionamentos fundamentados em uma problematização teórica, então se estabelece um diálogo com outros autores conhecedores do tema em questão, fazendo necessária realizar uma contextualização do assunto ao adentrar no contexto do problema a ser tratado. Nesse âmbito, o pesquisador se depara com a criação e revisão de conceitos, métodos e arcabouço teórico que definem determinada área, relação entre os diversos saberes, limites do próprio conhecimento, linguagem, dentre outros questionamentos (MENDES, 2009). É



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

importante que o problema represente uma dúvida que ultrapasse o senso comum para que seja necessário justificá-lo com a pesquisa científica, pois, somente a partir daí surgem possibilidades de cientificar tal área de conhecimento através da busca e produção de saberes visando atualizar e acrescentar as demais pesquisas já realizadas.

A atividade epistemológica é de suma importância para legitimação de qualquer área de conhecimento, pois conforme Gamboa (1998) apud Gamboa e Silva (2011) as análises da produção científica de determinada área através de estudos são conceituadas como investigações epistemológicas ou “Teoria do Conhecimento” (GAMBOA, 1987, p. 1). Sua importância se dá a partir do alcance da Epistemologia no discernimento da história do conhecimento que já se construíram a partir de outras pesquisas e também das produções mais atuais possibilitando o andar da ciência.

Na Educação Física, a ciência se faz presente, segundo Betti (2005), tal área de atuação não se caracteriza, apenas, como uma ciência específica, mas como uma área acadêmica – profissional com necessidades e características próprias, que se vale das diversas ciências e da filosofia para construir seus objetos de reflexão e direcionar sua intervenção pedagógica.

Ainda segundo o autor a Educação Física recorreu à fundamentação e ao método científico para legitimar suas práticas pedagógicas profissionais bem sucedidas, nota-se pela busca em consolidar a metodologia científica na área fomentando pesquisas e incentivando a produção científica tanto dos profissionais da área já formados quanto dos que ainda estão em formação. Para Lombardi (2000), o graduando ao ingressar na universidade depara-se com duas situações: ser acadêmico e ter que fazer ciência, portanto, a elaboração de pesquisas científica torna-se critério de qualidade na formação do acadêmico tanto da educação física quanto de qualquer curso de outra área, sendo considerada na maior parte das instituições de ensino superior fator importantíssimo na carreira discente e docente.

Diversos fatores estão em pauta na formação profissional de um estudante de educação física como a condição do currículo escolar, a prática do aluno, conhecimentos teóricos e a competência para produzir conhecimento. A formação profissional, das ciências da educação e da ideologia pedagógica, é um conjunto de conhecimentos apanhados pela instituição de formação e que aos poucos vão agrupando à prática e atuação docente (BENITES; SOUZA NETO, 2005), e essa sabedoria advinda das ciências da educação darão um caráter científico aos professores, sendo oferecidas como doutrinas e visões surgidas a partir de reflexões sobre a prática educativa. Com a globalização nos dias atuais, a competição no mercado de trabalho e as novas tecnologias, surgem demandas de um profissional munido não apenas com conhecimento teórico, mas uma prática baseada na reprodução e produção de conhecimentos, conforme Rodrigues (2006), ainda devem ser acompanhadas de uma análise crítica, reflexiva e criativa afim de que os profissionais formados estejam aptos a ingressar na sociedade com influência e competência.

Bracht (2003) nos diz que o interesse do campo acadêmico da Educação Física, mais profundamente a prática científica teve mais intensidade na década de 1970 pelo surgimento e consolidação de subdisciplinas ligadas epistologicamente a disciplinas científicas, como fisiologia do esforço, biomecânica, psicologia do esporte, sociologia do esporte e etc. Toda essa incorporação no campo científico foi determinante para a “criação de entidades científicas próprias, realização de eventos científicos próprios, criação de cursos de pós-graduação, definição



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de programas apoio à pesquisa, etc.” (BRACHT, 2003, p. 30), todas marcadas pelo desenvolvimento das ações relacionadas na área.

A produção científica no campo da Educação Física no decorrer do tempo tem caminhado por várias vertentes de pesquisas que favorecem o crescimento epistemológico da área. Fensterseifer (1999) apud Mendes (2009) dizem que essa produção de conhecimento se dá por vários autores que se preocupam com a atividade epistemológica e em questionar os fatores sociais, culturais, ideológicos e políticos que estão fincados no embasamento de cada área específica.

Para um diagnóstico da temática do que é produzido pelos pesquisadores de qualquer área é necessário fazer um levantamento das análises e os estudos realizados sobre a produção de conhecimento dessa área:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congresso e de seminários”. (FERREIRA, 2002, p. 258).

A utilização da comunicação para se obter este resultado pode ser feita através dos meios digitais, na contemporaneidade, fazendo uso da Internet na procura de mapear o que se produz em determinado campo científico. Logo, este estudo teve como objetivo verificar a produção científica no Estado de Roraima, que faz parte da Região Norte, fazendo parte da conjuntura do aposte teórico no âmbito da Educação Física Escolar na Amazônia, através de artigos publicados pelos pesquisadores do estado na área de Educação Física. Para isso foram feitas buscas on-line de artigos publicados pelos pesquisadores em atividade no estado em vários periódicos visando obter um dado estatístico sobre pesquisas existentes nessa vertente da área.

1. Procedimentos e Métodos

O método de pesquisa *online* é pouco utilizado na Educação Física, porém é uma forma de abranger um todo de publicações que são disponibilizadas por periódicos e base de dados. Para Mendes (2009) esse tipo de pesquisa permite um dinamismo na atualização de dados pela facilidade de acesso direto as pesquisas, pois a divulgação científica fica mais ágil e possibilita a atualização de dados e acompanhamento das publicações mais recentes de uma forma instantânea alimentando os dados fazendo as possíveis alterações. Ainda segundo Ferreira (2002) os periódicos possibilitam um acesso rápido pesquisa bibliográfica dentro do campo de conhecimento adequado, pois orientam os pesquisadores delimitando a busca através da consulta por ordem alfabética por assuntos, por temas, por autores, por datas, por áreas e etc.

As buscas foram realizadas no Laboratório de Pesquisas Socio-antropológica em Esporte, Saúde e Educação Física na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), no período de setembro/2014 a fevereiro/2015. De antemão, foi feito um levantamento com os nomes dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pesquisadores que atuam no Estado e a partir daí realizou-se a busca pelas produções dos mesmos de acordo com o que constava em seu currículo na Plataforma Lattes que é referência na busca de informações sobre publicações científicas, pois descreve as produções dos mesmos, nota-se o cuidado em realizar a pesquisa de forma on-line, utilizando apenas como meio de busca, a Internet.

Num segundo momento, procurou-se na base de dados das seguintes revistas em suas respectivas páginas oficiais que funcionam como um sistema de publicação eletrônica de Pôsteres e Temas Livres Orais, artigos, teses, dissertações e resumos, como demonstradas no quadro a seguir:

LIVRARIA ONLINE	QUALIS	ISSN	TOTAL	SITE
Revista Brasileira de Medicina do Esporte	A2	ISSN: 1517-8692	1	http://www.scielo.br/ acesso em: 24/11/2014
FIEP Bulletin On-Line	C	ISSN: 0256-6419	13	http://www.fiepbulletin.net/ acesso em: 24, 25/11/2014
Revista Brasileira de Ciência e Movimento	B2	ISSN: 0103-1716	1	http://portalrevistas.ucb.br/ acesso em: 25/11/2014
Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde	B2	ISSN: 2317-1634	2	http://periodicos.ufpel.edu.br/ acesso em: 25/11/2014
Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital	C	ISSN: 1514-3465	2	http://www.efdeportes.com/ acesso em: 27/11/2014
Motriz: Revista de Educação Física	A2	ISSN: 1980-6574	2	http://www.rc.unesp.br/ acesso em: 27/11/2014
Revista Paulista de Educação Física	-	ISSN: 0102-7549	2	http://citrus.uspnet.usp.br/ acesso em: 27/01/2015
Periódico Norte Científico	C	ISSN: 2236-2940	2	http://reitoria.ifrr.edu.br/ acesso em: 27/11/2014
Revista Portuguesa de Ciências do Desporto	B1	ISSN; 1645-0523	1	http://www.scielo.oces.mctes.pt/ acesso em: 27/11/2014
Revista Eletrônica de Contabilidade	C	ISSN; 1981-0946	1	http://cascavel.ufsm.br/ acesso em: 27/11/2014
Revista Contexto & Saúde	C	ISSN: 2176-7114	1	https://www.revistas.unijui.edu.br/ acesso em: 27/11/2014
Revista ENAF Science	C	ISSN: 1809-2926	1	http://www.enaf.com.br/ acesso em: 27/11/2014

Figura 1 - Quadro demonstrativo das revistas pesquisadas.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Discussões e Resultados

Durante as buscas o maior número de artigos encontrados numa só revista foi 13 (treze), que estão indexados no periódico FIEP Bulletin *On-Line*. No restante das demais pesquisadas a quantidade é bem menor variando entre 1 a 2 artigos publicados somando um total foram 29 (vinte e nove) artigos publicados com autoria de docentes da área da Educação Física no Estado de Roraima sendo as revistas de Qualis A2, B1, B2 e C, até publicação também em revista não qualizadas. As publicações ocorreram entre os anos de 2000 a 2014 e todos os artigos pesquisados estão disponíveis nos periódicos listados no quadro (Figura 1). A partir daí, com os artigos pesquisados buscou-se uma classificação de acordo com seus descritores, que são unitermos ou palavras-chave criados para classificar as informações e facilitar as pesquisas bibliográficas. Através dessa descrição pode se chegar a uma conclusão sobre qual objeto de estudo mais se publica na área da Educação Física no Estado de Roraima.

Atualmente, através de levantamentos bibliográficos no âmbito da Educação Física pode-se destacar a produção de um grande número de estudos significativos acerca da Educação Física Escolar, segundo Darido e Sanches Neto (2005, p.5), no decorrer das últimas décadas a área teve um grande movimento acadêmico a fim de “romper um modelo mecanicista, esportivista e tradicional”, surgindo a partir, diferentes tendências pedagógicas, direcionando as produções científicas da área e, conseqüentemente, o trabalho docente no âmbito da Educação Física.

A partir das buscas pode-se fazer a seguinte divisão de acordo com o gráfico abaixo:

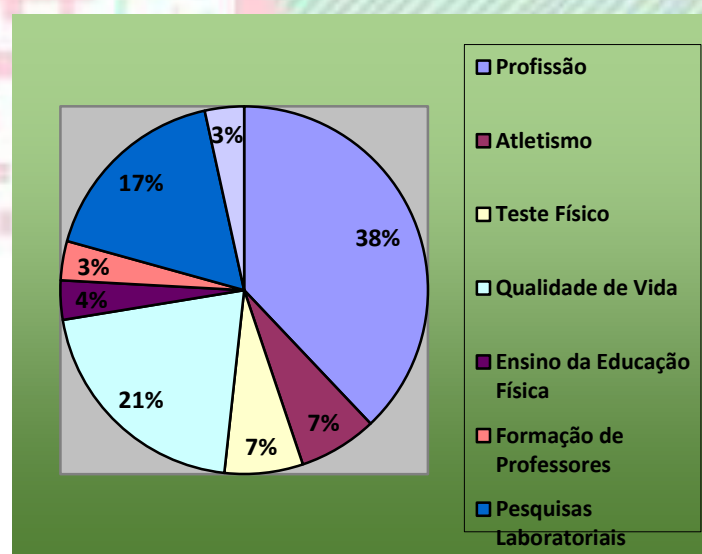


Figura 2 - Descritores dos artigos publicados por pesquisadores da área da Educação Física em Roraima



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nota-se através da figura 2, que entre seus variados objetos de estudo a Educação Física no Estado se destaca de certa forma por produções relacionadas ao setor profissional da área, por meio de pesquisas que investigam e criam novas metodologias de ensino que vão auxiliar no exercício profissional dos que atuam na Educação Física, revendo métodos e as possibilidades de melhoria na prática docente da área, fornecendo conhecimento para a prática pedagógica e útil para a sociedade em geral. Através destas investigações os pesquisadores têm procurado consolidar a produção de conhecimento nesse âmbito, que contribui para o desenvolvimento da produção do conhecimento no campo científico da Educação Física na Região Norte.

Analisando tais resultados verifica-se que para compreensão de maneira mais crítica da importância da Educação Física Escolar busca-se normalmente ferramentas que possam auxiliar no processo, sendo que uma delas é a reflexão acerca da prática docente na área. Segundo Piccolo (1993, p.15) “refletir é necessário e os resultados dessa reflexão radical e contextualizada devem ser socializados na perspectiva de desestruturar-se a ordem estabelecida”.

Portanto, é fundamental entender a função atual da Educação Física na escola e buscar apresentar reflexões acerca do assunto que auxiliem na elaboração de novas propostas pedagógicas para esse campo profissional e científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados, buscou-se refletir sobre os conceitos e práticas na Educação Física visando a dinâmica da produção de conhecimento da área no Estado de Roraima e a consolidação desse campo acadêmico. Reflexões sobre os objetos de estudo sobre os quais mais se publicam artigos, os métodos para a realização da pesquisa, suas classificações segundo os periódicos de publicações e suas contribuições para solidificação da Educação Física como área de conhecimento.

A Educação Física na prática tem suas bases firmes na melhoria motora e cognitiva através de suas propostas pedagógicas, porém para que isso seja validado são necessários estudos que comprovem resultados positivos quanto à suas propostas. Por isso é de total importância publicações científicas nesse âmbito possibilitando informação e solidificando esse campo de pesquisa bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas para que haja aprimoramento no campo profissional de forma que venha contribuir tanto cientificamente quanto profissionalmente.



REFERÊNCIAS

- BACHT, V. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BENITES, L. C.; SOUZA NETO, S. Educação Física e Formação Profissional. Revista Digital Efdesportes – Buenos Aires, 2005. Disponível em: www.efdeportes.com/efd81/efprof.htm. Acesso: 10 maio 2015.
- BETTI, M. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexão a luz da filosofia da ciência. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes. São Paulo V. 19 n. 3, Julho/Setembro, 2005.
- BONIN, J. A. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. IN: *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.
- DARIDO, S. C.; SANCHES NETO, L. O contexto da educação Física na escola. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Coord.) Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Educação & Sociedade, ano XXIII, n° 79, Agosto/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso 13 maio 2015.
- GOMIDES, J. E. A definição do problema de pesquisa a chave para o sucesso do projeto de pesquisa. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC. Ano IV. N° 06. 1° Semestre, 2002. Disponível em: <http://www.fineprint.com>. Acesso: 17 maio 2015.
- LOMBARDI, J. C. Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. 2 ed. Campinas: Autores Associados/ Caçador: HISTERDBR-UnC, p. 95-104, 2000.
- MENDES, C. M. A Pesquisa On-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. Revista Digital Hipertextus, n. 2, Jan. 2009. Disponível em: <http://hipertextus.net/>. Acesso: 12 maio 2015.
- MENDES, M. I. B. S. A produção do conhecimento na Educação Física Brasileira e a Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Holos, Ano 25, Vol. 1. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/>. Acesso: 21 abril 2015.
- PICCOLO, V. L. N. Educação Física Escolar: ser ou não ter? Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. 136 p.
- RODRIGUES, A. de J. Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. À. Epistemologia da Pesquisa em Educação: Estruturas Lógicas e Tendências Metodológicas. 1987. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1987. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017725&fd=y> Acesso: 26 maio 2015.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. À. SILVA, R. H. R. Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise. Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB. v. 6, n. 2, p. 373-402, 2011. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2581> Acesso: 25 maio 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PRODUÇÃO SONORA: DOS GRANDES ESTÚDIOS DE GRAVAÇÃO AO HOME STUDIO SOUND PRODUCTION: THE GREAT RECORDING STUDIOS TO HOME STUDIO

Tales Duque¹

talesduqueforever@gmail.com

Paula Mota²

paula.mota.lima@gmail.com

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo principal revelar, por meio de uma abordagem da oralidade, os caminhos percorridos pela produção musical local aliada aos recursos tecnológicos no contexto da panamazônia. Considerando os últimos trinta anos do mercado fonográfico amazonense como sendo progressivo, tem-se nas memórias de alguns produtores locais uma possibilidade de construção da imagem dos modelos da produção sonora local. Dos primeiros equipamentos e robustez dos estúdios de gravação até os mais simples aplicativos de dispositivos moveis, nosso trabalho tende a verificar as potencialidades artísticas e seu envolvimento com os processos comunicativos mediados pela distribuição de CDs e vídeos na internet. Com base nos apontamentos das publicações das duas principais associações ligadas a pesquisa em música do país, Anppom e Abem, podemos apontar um caráter inovador nas escolhas dessa temática. Os estudos relacionados a produção musical necessitam de um olhar para além da perspectiva puramente mercadológica e artística, tal como uma atenção ao envolvimento das práticas pedagógicas no que se refere as memórias dos participantes (produtores e artistas locais) entrevistados nesta pesquisa. Assim, a pesquisa observa que, ao longo dos anos, embora haja um contínuo avanço tecnológico no que concerne a gravação de áudio, a necessidade de se propagar as ideias artísticas permanecem as mesmas, só se mudam os processos.

Palavras-Chave: Produção Sonora; *Home Studio*.

OS PRINCÍPIOS DA PRODUÇÃO SONORA EM MANAUS

Para esta pesquisa, tivemos como base das oralidades as participações de nomes importantes dentro do contexto manauense de produção sonora com o foco de dois momentos distintos na história do uso de recursos técnicos para as gravações dos artistas

-
- 1 Graduando em Licenciatura em Música na Universidade Federal do Amazonas
 - 2 Graduando em Licenciatura em Música na Universidade Federal do Amazonas





locais e seus impactos relacionados ao mercado, as artes e o desenvolvimento técnico pedagógico dos músicos locais.

Nosso estudo teve como recursos de investigação, entrevistas presenciais e por meio de dispositivos móveis e redes sociais. É uma pesquisa qualitativa que explora o fenômeno da produção sonora no norte do país, mais especificamente na cidade de Manaus. Além das expressões orais, também foram feitas revisões bibliográficas e levantamento de dados contidos na internet para os resultados alcançados.

O texto concorre para ser um bom repositório de nomes e valores locais ligados à produção sonora, indo desde os aspectos técnicos e históricos dessa temática, até o que direciona a problemática envolvida aqui, ou seja, como Manaus se enquadra como uma capital cultural e pertencente a um percurso integrados aos interesses de seus potenciais artísticos no que se referem a elaboração, produção e distribuição das mídias ao longo de três décadas.

Em entrevista, o músico violonista Roberto Bezerra de Oliveira³, conhecido como Bopp, declara que os princípios da produção sonora na cidade de Manaus partem da necessidade dos grupos organizados gravarem suas composições originais. Ainda Bopp, comenta que os primeiros equipamentos de estúdio foram uma aquisição do Sr. Antônio Malheiros, proprietário da antiga Rádio Tropical. Atualmente, segundo Lima⁴ (2016), diz que o que declara Bopp, parece ser uma situação difícil de acreditar. Nos dias de hoje, o processo de construção de um projeto para a composição de um disco de bandas locais, passa por caminhos mais simplificados e baratos, pois todos os envolvidos nesse tipo de atividade possuem equipamentos em suas localidades domésticas.

Como em qualquer lugar do mundo, as transformações do processo de produção sonora foram, dentre tantas inovações, as mais percebidas. Nossa cidade, mesmo sendo um dos maiores centros de distribuição de equipamentos importados na década de 1970 e 1980, por conta da Zona Franca, não participava ativamente dos aprimoramentos técnicos e tendências dos grandes e pequenos estúdios no contexto global.

-
- 3 **Roberto Bezerra de Oliveira "Bopp"**, violonista, guitarrista, professor, arranjador, produtor musical, atuou em bandas renomadas como Banda carrapicho, Banda Amazônia, Banda coração e Grupo canoieiro. Atualmente é músico, compositor e diretor da Banda Treme Terra e Manaus Samba Show.
- 4 **Lucas Passos de Lima**, músico, compositor, guitarrista, vocalista e graduando em música na Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é vocalista e guitarrista na banda Santrio.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Para Bopp (2016), no ano de 1980 aproximadamente, a cidade de Manaus não possuía estúdios de gravação que contemplassem os requisitos técnicos de uma produção com características comerciais. O músico cita a Rádio Rauland em Belém, no estado do Pará, como uma das primeiras gravadoras a assistir os grupos daquela época quanto à necessidade de produção de seus álbuns.

A Rauland, fundada na cidade de Belém nos anos de 1940, foi a primeira iniciativa do norte do país a viabilizar serviços voltados aos interesses da produção sonora. Em sua fundação havia desde simples sonorizações de festas religiosas, até as famosas gravações em Fita K-7 pelo produtor DJ Raul dos Santos Ferreira Júnior. (Radio Rauland FM 95.1, 2016). Além desta, verificamos o nome do estúdio Gravasom, como outro provedor de novos talentos no norte do Brasil. (Letras. 2016) .

DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE GRAVAÇÕES NA DÉCADA DE 1980 E ATUALMENTE

Para Bopp (2016), as gravações eram bastante árduas, pois existiam pouquíssimos estúdios na cidade, havendo também a dificuldade de achar pessoas especializadas nesses processos de gravação na época. Entretanto, conta que em suas produções atuais, com novos aparatos tecnológicos, os processos se tornaram muito mais fáceis, rápidos e práticos que na década de 1980. Lima (2016) acrescenta que para sua banda (Santrio), que é independente, os *home studios* são um recurso bastante propício para que seus álbuns aconteçam de forma econômica, uma vez que os equipamentos e a mão de obra são mais baratos comparados aos profissionais encontrados em grandes estúdios.

Assim como há 20 anos, ainda existem alguns mesmos processos para se produzir um cd, como a composição, pré-produção, gravação, pós-produção, produção, marketing e distribuição. A diferença é que não necessariamente exige uma equipe com os recursos atuais. Souza⁵ (2016) aposta em um empreendimento diferente, com auxílio do celular, uma placa de áudio e condensadores, o Studio Mobile tem a proposta de ir ainda mais além, com uma plataforma que permite a gravação por faixas, assim como em gravações de estúdio, tendo como inovação o atendimento em domicílio. “Acredito que os grandes

5 Jorge Henrique Pampolha de Souza “Jorjão”, cantor, compositor, violonista, produtor musical, criador do Studio Mobile e integrante do grupo Ases do Pagode.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

avanços tecnológicos permitiram que pessoas como eu pudessem testar seus conhecimentos se aventurando pela produção musical, mesmo sem a necessidade dos equipamentos de gravação e conversão de áudio existente nos grandes e famosos estúdios.”

Novo⁶ (2016) cita que com a facilidade do acesso aos tutoriais e aos softwares disponíveis da internet, o músico atualmente desenvolve a capacidade de trabalhar a produção musical, tornando-se mais completo, não apenas no processo criativo como um produto inicial, mas também no processo técnico como final. Novo conta que apesar de todo o aparato tecnológico e facilidades de recursos, em sua experiência de gravação em *home studio*, com sua banda (Numbness), explica que devido o preço alto de uma gravação profissional em estúdio, seria viável investir em equipamentos para gravação caseira, vendo nisto uma solução barata, mas também frisa que apesar dos prós, há uma perda significativa na particularidade da forma de mixar, uma vez que a maioria das pessoas tem os mesmos softwares. No analógico, cada estúdio tinha determinadas ferramentas que soavam de forma característica, já no digital os timbres das músicas tendem a soar de forma igual, mesmo se feita por pessoas diferentes. Contudo, esse avanço possibilitou o surgimento de novas bandas independentes e os artistas vêm ganhando mais liberdade quanto à criação e de suas próprias músicas.

TECNOLOGIA APLICADA A MÚSICA

Quando se fala em tecnologia aplicada a música, a primeira imagem que vem em mente e a de teclados, cheios de botões, porém é importante lembrar que desde instrumentos antigos, como a lira, foram criados e aperfeiçoados com o objetivo de experimentar novas sonoridades. Raton (2006) cita em seu artigo “Novas Tecnologias aplicadas a Música” que um exemplo marcante de tecnologia é o aperfeiçoamento do piano, que graças ao italiano Bartolomeu Cristofori, por volta de 1700 desenvolveu um mecanismo em que as cordas eram percutidas por martelos, ao invés de pinçadas como

6 Davi Vitoriano da Costa Novo, músico, guitarrista, graduando em música na Universidade Federal do Amazonas. Atua em bandas de rock no cenário independente como Gonorreia Nuclear e Numbness.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no cravo, e a partir daí vieram novas evoluções para o amadurecimento do som do instrumento e novas possibilidades de timbres.

Apesar do rádio ter se tornado um meio de reprodução musical popular, segundo Raton, algo surgiu para causar um impacto e revolução muito maiores, o fonograma. A partir do momento em que o homem passa a trabalhar com gravação de soma indústria fonográfica muda assim o conceito de produzir compositor, intérprete e público.

Mesmo atualmente a tecnologia sendo apontada como a principal dificuldade para a venda de CDs ou singles, devido a facilidade da pirataria, ela também aproximou a música a todos.

Com a internet, essa produção passou a ser ouvida por gente que não tinha outros canais senão o rádio, o show e a loja de discos para descobrir e ouvir música nova. Ao mesmo tempo, nunca se ouviu tanta música quanto atualmente. (MATIAS, 2009)

ELETROACÚSTICA E A RELAÇÃO DA MÚSICA COM OS COMPUTADORES

De acordo com Esteban (2008), o primeiro dispositivo capaz de registrar o som de forma mecânica foi o fonógrafo de Martinville, projetado em 1857 pelo inventor francês. O fonógrafo foi revolucionário para a época em que se ouvia música desde que houvesse um intérprete. Apesar da incapacidade de reproduzir áudio, foi a partir desta ideia que surgiu outro equipamento mais avançado, o fonógrafo de Edson.

A primeira mídia, meio, utilizada para se registrar uma onda de áudio utilizava a forma mecânica. Registrava o som captado na forma de sulcos analógicos às ondas acústicas do som original, que eram entalhados em um cilindro.

Um pouco além do registro gráfico de Martinville, o equipamento de Edison era capaz de reproduzir sons. O som captado mecanicamente agora provocava sulcos num cilindro de material maleável. O cilindro assim sensibilizado poderia depois ser usado em um dispositivo capaz de fazer o procedimento inverso: transformar o sulco do cilindro novamente em som. O equipamento capaz de fazer isso deveria ter, ao invés de um dispositivo que captasse a vibração provocando um sulco, uma espécie de corneta, que amplificaria o som provocado a partir do sulco já gravado previamente no cilindro. Porém a revolução mesmo começa quando se tem a ideia de criar algo que pudesse produzir ilimitadas cópias de um mesmo fonograma, que foi possível graças ao invento de Berliner, um inventor alemão que se mudou pros EUA. Berliner teve sua primeira patente de gramofone registrada em 1887, um ano depois aprimorando seu sistema de gravação substituindo o cilindro por um disco.



MÉTODOS DE GRAVAÇÃO

A gravação do som para posterior reprodução pode ser feita de diversas maneiras. O quadro abaixo permitirá observar os procedimentos mais comuns no processo de gravação:

Método mecânico	um estilete é ativado por ondas sonoras e grava num cilindro ou disco um sulco com o valor do sinal.
Método magnético	as ondas sonoras transformadas são amplificadas e magnetizadas em uma fita de papel ou de plástico coberta com óxido metálico.
Método óptico	um microfone converte as ondas sonoras em impulsos elétricos que uma vez amplificados ativam um dispositivo que modifica a intensidade de uma luz.
Método digital	gravação baseada em computador em que o gravador digital mede as ondas, e atribui valores numéricos às medidas e depois os converte em impulsos eletrônicos que são armazenados numa memória ou mídia.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Quadro 1: Padrões de rotina de gravação

A gravação do som é a estocagem numa base de gravação (um disco, por exemplo) das vibrações produzidas no ar pelo som. Na reprodução, o processo se inverte, de maneira que as vibrações estocadas novamente se convertem em ondas sonoras. Os sistemas de gravação e reprodução do som visam à conservação documental de determinadas informações sobre meios físicos que permitam sua reedição posterior. A finalidade desses registros varia amplamente e pode ser tanto o lazer musical, como o comércio ou o estudo.

Antigamente para se gravar era necessário que o conjunto de músicos tocasse para que fosse gravado em um único microfone. Com o surgimento dos primeiros mixadores tornou-se possível utilizar vários microfones ao mesmo tempo, mas, ainda com os músicos tocando juntos e com o registro sonoro sendo feito do conjunto. E mais tarde o surgimento dos gravadores multipista, tornou-se possível a gravação do conjunto ao vivo, com cada um dos instrumentos utilizando diferentes pistas de gravação. (MACEDO, 2007)

ESTÚDIOS DE GRAVAÇÃO EM MANAUS

Segundo Bopp (2016) atualmente Manaus tem em torno de 33 estúdios de gravação, incluindo os estúdios próprios de bandas. Feito um levantamento dos estúdios por pesquisas na internet, encontramos 22 dos quais estão listados abaixo:

- 1- Atrium Music - Alvorada
- 2- Star Music - Japiim
- 3- Supersônico - Dom Pedro
- 4- JM Studio - Dom Pedro
- 5- Jota Music - Jorge Teixeira
- 6- Reynolds Studio - Petrópolis
- 7- HS Studio - Distrito Industrial
- 8- Estúdio Videolar - N Senhora das Graças
- 9- ABRAMusic Studio - Crespo
- 10- E.S.P. Studios - Japiim
- 11- Studio XP - Raiz
- 12- Studio Edição Records - Gilberto Mestrinho
- 13- Marubá Estúdio Produções e Eventos - Pq.10
- 14- LS Brasil Studio – Japiim II
- 15- Studio MD12 - Campos Elíseos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- 16- Barra Som Estúdio - Compensa
- 17 - Estúdio e Luthier Sena - Santo Antônio
- 18 - Studio Sol Azul (Produtor Paulo Marinho)
- 19 - Studio Mobile (Produtor Jorjão Pampolha)
- 20 - MG Estudio e Produções - Redenção
- 21- Lucas Leão Produções - Centro
- 22 - Estúdio Onda - Cidade Nova

PARA CONCLUIR

Levando-se em conta o que foi observado, notamos que o artista vem se tornando cada vez mais completo e independente, não apenas como músico e compositor, mas também como produtor, devido a praticidade dos métodos de gravação, a possibilidade de editar em um computador, o que antes era feito manualmente, como ter de cortar fitas e emendá-las ou restringir-se a gravação de performance, o que já não é um obstáculo atualmente, devido aos diversos procedimentos técnicos e musicais a serem utilizados, para chegar ao resultado sonoro desejado. É notória também a quantidade de produtores musicais que surgem na cidade de Manaus, contrastando com o cenário de antigamente, onde havia escassez de profissionais especializados. O artista já pode contar com diversas ferramentas acessíveis para compor, gravar e divulgar seus trabalhos. As bandas tendo seus próprios estúdios e produções independentes, vem cada vez mais ganhando espaço, ficando em paridade com as grandes gravadoras.

REFERÊNCIAS

EGG, André. A invenção do fonograma. Disponível em <https://oseculodamusica.wordpress.com/2010/04/15/a-invencao-do-fonograma/> Acesso em 29/06/2016.

ESTEBAN, Pedro. Inventos Engenhosos – El Fonógrafo. Disponível em: <http://eltamiz.com/2008/01/31/inventos-ingeniosos-el-fonografo/> Acesso em 04/08/2016

LETRAS. Site disponível em: < <http://www.letras.com.br/biografia/carlos-santos>> Acesso em: 18/10/2016 às 14:06





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

LIMA, Lucas (2016). Entrevista concedida a Tales Duque Monteiro Lima e Paula Mota Lima. Manaus. 17 out. 2016

MACEDO, Frederico. O processo de produção musical na indústria fonográfica: questões técnicas e musicais envolvidas no processo de produção musical em estúdio. Disponível em <http://www.rem.ufpr.br/_REM/REMv11/12/12-macedo-gravacao.htm> Acesso em 16/07/2016.

MATIAS, Alexandre. Música Social. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,musica-social,2784>> Acesso em 15/06/2016.

NOVO, Davi (2016). Entrevista concedida a Tales Duque Monteiro Lima e Paula Mota Lima. Manaus, 28, out. 2016

OLIVEIRA, Roberto (2016). Entrevista concedida a Tales Duque Monteiro Lima e Paula Mota Lima. Manaus, 12, out. 2016

RADIO RAULAND FM95,1. Site oficial. Disponível em: <<http://www.radorauland.com.br/>> Acesso em: 17/10/2016 às 13:37

RATTON, Miguel Balloussier. Novas tecnologias aplicadas à música.s.d. 14p. Rio de Janeiro.

SOUZA, *C.M.D (2003). Música Eletrônica e Cibercultura (Idéias em torno da socialidade, comunicação em redes telemáticas e cultura do DJ). *Disponível em <http://www.academia.edu/2176288/M%C3%BAsica_eletr%C3%B4nica_e_Cibercultura_Id%C3%A9ias_em_torno_da_socialidade_comunica%C3%A7%C3%A3o_em_rede_s_telem%C3%A1ticas_e_cultura_do_dj_> Acesso em 22/06/2016.

SOUZA, Jorge. Entrevista concedida a Tales Duque Monteiro Lima e Paula Mota Lima. Manaus, 30, out. 2016.

SOUZA, Jusamara. Educação musical e práticas sociais. Disponível em <<http://abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/articloe/view/356/285>> Acesso em 13/07/2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA

Ignês Tereza Peixoto de Paiva¹
 E-mail: Ignestereza@hotmail.com

Artemis de Araújo Soares²
 E-mail: artemissoares@yahoo.com.br

RESUMO

A proposta do artigo é evidenciar a trajetória e a predominância do protagonismo da educação escolar indígena na Amazônia, através de uma breve retrospectiva histórica de ações que caracterizaram as relações existentes entre os agentes externos e comunidades indígenas em prol de políticas públicas que considere o cidadão indígena como protagonista do seu plano de vida. O estudo procura reunir evidências sobre as questões do protagonismo da Educação Escolar Indígena na Amazônia, pois a discussão aqui exposta será fundamentada na história da educação escolar indígena no Brasil e na Amazônia, nos Movimentos indígenas e nos projetos Alternativos das ONGs, traçando um paralelo entre estudos de alguns autores revelando como se desenvolveu o protagonismo da educação escolar indígena. O artigo foi desenvolvido na disciplina História do Índio e do Indigenismo que abordou sobre o protagonismo indígena voltado para a necessidade de um olhar antropológico que possa estar relacionado com as fontes históricas dos indígenas como sujeitos, numa relação de alteridade.

Palavras Chave: Protagonismo Indígena. Educação Escolar Indígena. Amazônia.

INTRODUÇÃO

As culturas e línguas indígenas são o resultado de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimento, de filosofias originais, construídos ao longo de milênios pela pesquisa, reflexão, criatividade e sensibilidade dos povos indígenas. É notório na história do Ocidente encontrar tanto etnocentrismo, dogmatismo, fundamentalismo e totalitarismo como na visão dos europeus do século XVI, que culmina na rigidez cultural e religiosa que está na raiz do etnocídio e da violência aplicada sem cerimônia contra indígenas

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia –PPGSCA/UFAM. Bolsista Fundação de Amparo de Estudo da Amazônia – FAPEAM. Docente da Universidade Federal do Amazonas.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia –PPGSCA/UFAM e da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEF/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

durante séculos, e que perdura no inconsciente coletivo e nos hábitos autoritários das classes dominantes latino-americanas até os tempos atuais. É mediante esse contexto que este estudo procura reunir evidências sobre as questões do protagonismo da Educação Escolar Indígena na Amazônia, pois a discussão aqui exposta será fundamentada na história da educação escolar indígena no Brasil e na Amazônia, os Movimentos indígenas e os projetos Alternativos das ONGs, traçando um paralelo dos estudos de alguns autores de como se desenvolveu o protagonismo da educação escolar indígena.

Para se pensar sobre o protagonismo indígena, torna-se necessário um olhar antropológico que possa estar relacionado com as fontes históricas dos indígenas como sujeitos, em uma relação de alteridade, que em seu processo histórico atuavam impulsionados pelos seus próprios interesses, voltados para o atendimento de dinâmicas estabelecidas em suas sociedades, pois no decorrer do contato com o não indígena adquire-se modificações movidas pela experiência que permitiram oportunizar não só prejuízos, como também aprenderam novas práticas culturais e políticas para fortalecimentos de seus próprios interesses. A dinamicidade das relações sociais complexas entre indígenas e não indígenas de acordo com Thompson e Mintz (1981 e 2010) são entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, permitindo uma nova compreensão sobre a trajetória dos povos indígenas que de acordo com Barth (2000), por muito tempo foram vistos como misturados e desaparecidos.

Como forma de evidenciar a trajetória e a predominância do protagonismo da educação escolar indígena na Amazônia, faremos a seguir uma breve retrospectiva histórica de ações que caracterizaram as relações existentes entre os agentes externos e comunidades indígenas em prol de políticas públicas que considere o cidadão indígena como protagonista do seu plano de vida.

PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMAZÔNIA

No decorrer da história do Brasil houve muitos avanços no que se refere à implantação de projetos escolares para populações indígenas e na definição de políticas para as Escolas Indígenas, sendo necessário destacar que esse processo ocorreu principalmente através do movimento dos próprios indígenas que lutaram em prol de uma educação diferenciada, específica e intercultural, fazendo com que a escola assumisse uma nova posição, deixando de ser um instrumento de aniquilamento da cultura das etnias



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e tornando-se um meio de reafirmar a identidade indígena diante da sociedade brasileira. Nesse contexto Paro (2006) afirma, que a educação como atualização histórica do homem é condição imprescindível, embora não suficiente, para que ele, pela apropriação do saber produzido historicamente, construa sua própria humanidade histórica cultural, e a educação vai se construindo através da transmissão de conhecimentos de uma determinada sociedade a outra mais jovem uma perpetuação da cosmovisão dos indivíduos. O processo educacional junto aos povos indígenas, portanto, exige o reconhecimento, o acolhimento e valorização de suas identidades étnico-culturais, pois elas têm que ver com a experiência profunda de assumir-se como um ser social, político e cultural, como sujeito, como seres humanos.

No contexto indígena Maher (2006) entende que a escola indígena se configura como uma situação limite em termos de educação, ou seja, refere-se aos processos educativos educacionais de cada povo indígena e aos processos nativos de socialização das crianças. Essa forma de educação que é utilizada entre os povos indígenas, e a partir do contato com a sociedade não indígena, esse processo educacional vem sofrendo transformação, com suas ações povoando o entorno indígena, tornando segundo Silva (2001) um desafio específico de discussões sobre os processos e situações educacionais das populações indígenas. Melia (1999) ao falar sobre a educação indígena, destaca que os povos indígenas sustentam sua alteridade com objetos e métodos próprios de vivências sociocultural, sendo a ação pedagógica uma delas que permite a reprodução dos saberes as novas gerações, assim como o enfrentamento as novas situações que se apresentam.

O fortalecimento da Educação Escolar Indígena se estabelece formalmente com a chegada das escolas localizadas em terras habitadas pelas comunidades indígenas, com garantia do atendimento de ser diferenciada, específica, intercultural e de acordo com a realidade sociolinguística de cada povo, que segundo Tassinari (2001) a escola indígena é definida como espaços de fronteiras, espaços de trânsito, desenvolvendo a articulação e a troca de conhecimentos, assim como espaços de incompreensões e de redefinições identitárias dos grupos envolvidos nesse processo, índios e não índios, em que o termo “Escolar” é utilizado para diferenciar das demais atividades indígenas. Esta categoria educacional, portanto, não deve ser confundida com a educação indígena tradicional própria de cada etnia, conforme as diferentes culturas e pedagogias.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Fazendo uma retrospectiva do protagonismo e da trajetória da Educação Escolar indígena implantada no Brasil e na Amazônia, serão esquematizados cinco momentos que vão desde a colonização do Brasil em que as populações indígenas foram alvo da imposição de vários modelos de educação, baseado na catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade brasileira. Dos religiosos jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, do ensino catequético ao ensino bilíngue, era um só o objetivo a ser alcançado: negar a diferença, fazendo-os transformarem-se em algo diferente do que eram com vistas ao controle e à exploração daquela gente. Quanto ao primeiro momento que é a visão do paraíso que antes da chegada dos portugueses ao Brasil, foi um período longo sem contatos com os não indígenas que durou aproximadamente até a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. Nesse período os indígenas, antes da chegada dos colonizadores, viviam de forma integrada com a natureza. O modo de produção indígena pode ter sido o de subsistência e coletivo, a educação talvez fosse centrada nas tarefas do dia a dia, ritos, arte, ligada à vida das comunidades. O respeito às tradições e aos laços familiares quase sempre era a mensagem mais persistente.

No segundo período o da educação tradicional jesuítica e de outras ordens religiosas, denominado de modelo catequético, a fase da catequese e da educação a serviço do aniquilamento cultural no Brasil Colônia, é uma fase que nos objetivos educacionais era negar a diversidade dos índios, ou seja, aniquilar culturas e incorporar mão de obra indígena a sociedade nacional, obrigando o ensino da língua portuguesa que de acordo com Ferreira (2001) era o meio de promover a assimilação dos índios à civilização cristã, e o resultado dessa investida, continua a autora foi à destruição das instituições nativas, o sistema de parentesco, instaurando relações de submissão e de dominação, se perpetuando de maneira crescente as desigualdades sociais. Essa ação se estendeu na Amazônia conforme os interesses da igreja que se constituía em estratégias de imposição da fé religiosa, da desestruturação cultural de dominação para a civilização, domesticação e exploração da força de trabalho indígena e controle de suas terras, que no Rio Negro, em parte atingiu seus objetivos através dos internatos em uma educação para os povos indígenas. Para Freire (2001) os portugueses objetivando a exploração das riquezas da Região, necessitavam contar com a experiência dos índios e com sua força de trabalho, dado o caráter permanente da ocupação. Consequentemente, a presença de fortes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e missões nesta Região serviu como instrumento para introduzir o modelo administrativo português. Com relação a isso Cardoso (1990) afirma que:

as missões religiosas constituíram um esforço de gerar um campesinato indígena sedentário como base para a colonização, através da auto reprodução de uma mão-de-obra em princípio livre (embora forçada ao trabalho por disposições legais e pela coação) a que teriam acesso os próprios religiosos, o governo e os colonos, segundo certas regras.

Portanto, Mélia (1979) também descreve a educação dos indígenas antes da chegada dos portugueses, como um processo global ensinada e aprendida, bem como um processo globalizante em termos de socialização integrante. A educação de cada índio era quase sempre de interesse da comunidade toda, era o processo pelo qual a cultura atuava sobre os membros da sociedade para criar indígenas que podiam conservar essa cultura.

O terceiro período da educação indígena que vai de aproximadamente 1910 até 1970, ficou conhecido como o modelo de integração dos povos indígenas à comunhão nacional, do SPI, a FUNAI, SIL e outras missões religiosas. Denúncias de políticas injustas e até mesmo extermínio circularam no mundo todo e pressionaram o governo federal a criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sob a responsabilidade do Marechal Rondon, esse movimento foi intensamente marcado pelo positivismo da época, que se apresentou com a ideologia montada a partir das guerras e do modelo republicano brasileiro no início do século XX. O lema de Rondon era: “Morrer se for preciso, matar nunca”, o que caracterizava a comissão como sendo pacífica, o que já era um grande avanço. Mas nem tudo seria pacífico e bom para os movimentos indígenas, O SPI não foi capaz de impedir a invasão dos latifundiários na terra dos indígenas, também de evitar os ataques por parte dos seringalistas no Amazonas e ainda teve que se aliar com os padres Salesianos no Amazonas e Mato Grosso, o que acarretou consequências negativas, uma vez que a religião ao longo da história brasileira, em determinados momentos procurou apagar as formas de representação cultural dos povos indígenas, e em seu lugar colocou a cultura europeia. No interior do Amazonas, a educação escolar para as comunidades indígenas embora estivesse sob a responsabilidade do SPI, permanecia a presença das missões religiosas na tarefa educacional que incluía uma parcela indígena, fato descrito por Weigel e Ramos (1993) que a partir de 1915, era evidente a presença efetiva de missionários salesianos na condução de internatos para crianças índias na Região do Alto Rio Negro, interior do Estado do Amazonas, e para esses internatos, meninos e meninas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

índios eram recrutados das comunidades indígenas, e ao chegarem aos internatos recebiam o ensino primário e eram proibidos de falar suas línguas maternas, sendo iniciados na religião católica e no aprendizado de hábitos e padrões estranhos à sua cultura.

Com isso ao longo do século XX, as políticas públicas para a educação escolar indígena mudaram substancialmente de acordo com a prevalência de ideias e de interesses que refletiam na Região Amazônica. O desinteresse por parte das comunidades indígenas pelo processo de escolarização fez com que o SPI, a partir de 1953, formulasse um programa de reestruturação das escolas tendo como objetivo adaptá-las às condições e necessidades de cada grupo indígena. Segundo Ferreira (2001) esse novo Programa Educacional Indígena do SPI vem com uma proposta de criar clubes agrícolas nas escolas, que posteriormente passaram a ser chamadas de casa do índio. E foi partir desse momento que a função educativa desenvolvida do SPI, em 1936, tinha como objetivo incorporar o indígena ao território brasileiro, sob duas bases de formação: a do pequeno produtor rural, por meio do ensino primário com iniciação para o trabalho agrícola ou pecuário, e a da defesa nacional, na ênfase da disciplina militar, através do ensino de moral e cívica e da educação física. Em 1956 o SPI, permitiu o Summer Institute of Linguistics (SIL) desenvolver o projeto de educação para as comunidades indígenas do país, durante as décadas seguintes o SIL praticamente ditou as regras sobre a questão da educação indígena junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), era baseado na educação bilíngue, correspondia ao modelo de qualquer missão tradicional: a conversão dos gentios e a salvação de suas almas.

Sob a acusação de corrupção, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967. Como explica FERREIRA (2001):

A extinção do SPI e a criação da FUNAI em 1967 trouxeram modificações mais significativas nesta segunda fase da história da educação escolar para os índios. O ensino bilíngue foi eleito pela FUNAI, como forma de respeitar os valores tribais, adequando na sua concepção, a instituição a realidade indígena. Em 1973, o Estatuto do Índio (lei 6001), tornou obrigatório o ensino de línguas nativas nas escolas indígenas. A FUNAI resolveu investir, também, na capacitação de índios para assumirem integralmente, as funções educativas na sua comunidade, com o propósito de a educação escolar interferir o mínimo possível nos valores culturais de cada povo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A proposta educacional que a FUNAI desenvolveu firmou convênios com instituições religiosas de diferentes credos, fazendo um total de 50 missões religiosas católicas e protestantes no país, que implantaram experiências educativas junto aos índios, com o objetivo de evangelização e capacitação técnico-profissional. A educação escolar oferecida pela FUNAI, com os seus objetivos integracionistas, evidenciou como o uso da educação bilíngue que se estabeleceu como tática para assegurar interesses do Estado Nacional Brasileiro, favorecendo e facilitando o acesso dos indígenas ao sistema Nacional, da mesma forma que fizeram os missionários católicos e evangélicos, não partidários da educação libertadora, como os verdadeiros criadores das técnicas bilíngues com o intuito de fazer adeptos. Mas muitos foram os problemas enfrentados na época do SPI, de pessoal capacitado para ensinar os indígenas no método bilíngue, que foi resolvido pela FUNAI, com um acordo feito ao Summer Institute of Linguistics (SIL) foi adotado integralmente o modelo de linguagem do SIL com o motivo principal de traduzir os valores da sociedade indígena na língua nativa. Ferreira (2001) descreve que:

Um dos princípios da entidade, adotado desde os seus primórdios, é o de sempre procurar desenvolver suas atividades linguísticas segundo as expectativas, desejos e necessidades apresentados pelas autoridades de cada país onde for convidada a trabalhar.

O sistema implantado pelo SIL nas áreas indígenas com o apoio da FUNAI entra em crise devido o surgimento dos movimentos indígenas, da reivindicação dos agentes indigenistas que tinha dificuldades em executar suas atividades nos órgãos indigenistas. Desta forma o trabalho do SIL fica reduzido em traduzir para línguas indígenas material de valor moral e cívico, inclusive trechos bíblicos, produção de material pedagógico que foram utilizados nas escolas pela FUNAI. Na Amazônia essas ações de acordo com Oliveira (1994) visam à necessidade de proteger as fronteiras e promover sua integração econômica ao restante do país, facilita o entendimento de como estavam às questões indígenas inclusive as referentes à educação indígena.

Em síntese a FUNAI, ainda hoje, promove uma política indigenista que continua atrelada ao Estado, de forma paternalista e integracionista, provocando dentro da Educação Indígena, certa perda de rumo em busca de sua autonomia, ocasionando com essa situação o surgimento de novos olhares dentro das culturas indígenas, como uma forma de resistência àquilo que estava sendo imposto em matéria de Educação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Um quarto momento se configura no cenário da educação escolar indígena que seria os dos projetos alternativos da participação de Organizações Não Governamentais (ONG's) que prioriza os encontros e o apoio à educação com os indígenas. Neste sentido Ferreira (2001) destaca que:

O que se pretende, portanto, é que as sociedades indígenas defendam seus direitos, interesses e objetivos baseados na sua realidade global, e não em função da sociedade envolvente, que em geral, é contrária a esses objetivos. A luta do índio é a luta pela vida e não para dividir essa vida ou matá-la.

As organizações não governamentais e também as governamentais que apoia os indígenas multiplicaram-se no início dos anos 70 até os anos 80, sendo nesse período criada a União das Nações Indígenas, a primeira organização em âmbito nacional, e a partir dela outras organizações regionais e étnicas foram surgindo com o objetivo de fomentar encontros de educação nas áreas indígenas, obtendo resultados que ficaram registrados nos relatórios desses encontros, como as reivindicações, depoimentos pela luta por escolas diferenciadas e de princípios educacionais indígenas. Como descreve Ferreira (2001).

No final dos anos 70 ainda durante a ditadura militar, começaram a surgir no cenário político nacional, organizações não governamentais, voltadas para a defesa da causa indígena. Entre elas destacam-se a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação CEDI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Os setores progressistas da Igreja Católica, principalmente a partir das reuniões de Medellín (1968), Puebla (1978), onde se realizaram o I e o II encontros Sul Americano de Bispos que serviram para que a Igreja Católica adotasse uma linha de atuação voltada para a defesa dos direitos humanos e das minorias étnicas, passaram a rever sua posição em relação à causa indígena. Foram criadas organizações, a Operação Anchieta (OPAN), em 1969, e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, cujas atribuições eram o de prestar serviços na área da educação escolar indígena.

Esse período histórico no Brasil foi marcado pelo desenvolvimento de uma política e uma prática indígena paralela a oficial, resultante das discussões promovidas pelas organizações e os movimentos indígenas, propiciando o resgate da recuperação da identidade étnica dos povos indígenas, a defesa de seus territórios, assistência à saúde e a educação. De fato, as primeiras e poucas organizações indígenas criadas nos anos 1980 eram associações informais, politicamente ativas, porém pouco institucionalizadas e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

voltadas, essencialmente, para reivindicações territoriais e assistenciais dirigidas a um Estado tutor, considerado falho nas suas responsabilidades legais e sociais. Com isso, conjuntamente com o aparecimento das ONGs pró-indígenas no Brasil, o movimento indigenista, construído, pelos indígenas começou a se organizar e a partir dos anos 70 realizaram-se, em diferentes regiões do país, encontros e reuniões, que foram pontos de apoio para a criação das organizações indígenas da atualidade.

A partir dos anos 1990, temos na Amazônia associações legalizadas, com estatuto, CGC e conta bancária, assumindo cada vez mais funções que o Estado deixou de desempenhar diretamente, remetendo em grande parte sua execução ou seu financiamento, por um lado, à esfera local pública ou não governamental (municípios, estados) em matéria de educação ou de saúde e, por outro, à rede globalizada das agências de cooperação bi e multilateral e das ONGs internacionais (no domínio dos projetos de delimitação territorial, de auto sustentação econômica ou de proteção ambiental). Para enfrentar os novos desafios as organizações têm hoje, como principais interlocutores, não mais um Estado tutelar e clientelista onipotente, mas uma rede diversificada de administrações públicas e agências financiadoras com as quais devem negociar um leque de multiparcerias, a fim de garantir a continuidade de sua reprodução social e cultural em um novo contexto de interligação permanente entre os níveis regional, nacional e internacional.

Portanto outro fator decisivo para uma nova configuração política foi à decisão das agências financiadoras em destinar recursos diretamente para as comunidades-alvo e para iniciativas locais, sendo priorizados como parceiros ideais aqueles identificados como mais próximos dos grupos executores. As organizações indígenas passaram a apresentar-se como os mais adequados postulantes de projetos de desenvolvimento da educação indígena e de proteção ambiental. Essas parcerias já vêm se desenvolvendo com instituições criadas pelo próprio movimento indígena como a FOIRN – Federação das Organizações Indígena do Rio Negro, a OGPTB – Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues; a OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre e a Vyty-Cati – Associação das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, envolvendo ainda ONGs como a ATIX – Associação Terra Indígena Xingu; a CCPY – Comissão Pró-Yanomami; a CTI – Centro de Trabalho Indigenista; a CPI-AC – Comissão Pró-Índio do Acre; o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena e o ISA – Instituto



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Socioambiental e muitas outras que desenvolvem projetos com os índios. No entanto, ainda segundo Bernard Cassen (2001), a consulta aos diversos atores sociais não significa a construção coletiva de soluções ou a busca pelo bem comum, pois a chamada sociedade civil, assim como as empresas, associações e ONGs, não representa nada além de interesses particulares.

A educação escolar indígena a partir desse último momento de sua história passa a ter uma nova configuração, com seu começo protagonizado nos movimentos e organizações não governamentais, que, juntamente com os indígenas, pressionaram politicamente e juridicamente as autoridades e através de vários movimentos reivindicatórios, que começaram a tecer uma roupagem ou cara nova em favor da causa indígena com implantação e a implementação dos documentos oficiais, tais como a Constituição de 1988, LDBEN/96 e o Referencial Curricular Nacional Educação Indígena (RCNEI 98), que se constituiu em uma base educativa que foi pleiteada pelas organizações dos Professores Indígenas e também pelas várias comunidades indígenas como um processo de libertação e autonomia, um possível caminho de apoio, de colaboração, no que diz respeito a sua relação com a Educação Indígena.

Desde então, as leis subsequentes à Constituição que tratam da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação, têm abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares desses povos e pela formação dos próprios índios para atuarem como docentes em suas comunidades. Comparativamente há algumas décadas atrás, trata-se de uma verdadeira transformação em curso, que tem gerado novas práticas a partir do desenho de uma nova função social para a escola em terras indígenas. Passando a educação escolar indígena a ser protagonista desse debate, pois, tanto na sociedade não indígena como nas sociedades indígenas, torna-se instrumento de disputa, seja porque existe, seja porque não foi instalada, independentemente de estar ou não adequada ao modelo diferenciado. Mediante o exposto nas Diretrizes Nacional de Educação Escolar Indígena, essa educação além de ser produzida pelos próprios indígenas ela apresenta ainda quatro grandes características como descreve Monteserrat (1994):

O documento Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena do MEC (1993) em consonância com o espírito da nova





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Constituição, reza que a Educação Escolar Indígena deve ser intercultural, bilíngue, específica e diferenciada.

A reivindicação por essa nova educação indígena, alicerçada na ideia da diferença, da interculturalidade, do bilinguismo, da comunidade, da especificidade, tornou-se uma das principais bandeiras de luta do movimento indígena organizado no Brasil. Essa reivindicação está ancorada na proposta de que a escola diferenciada deve permitir acesso a conhecimentos necessários a um novo tipo de interlocução com o mundo de fora da aldeia, valorizando e sistematizando conhecimentos tradicionais, e servindo de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro para essas comunidades.

No Amazonas os avanços começam após as determinações do Decreto Presidencial n.º 26 de 4/2/1991, que confere ao Ministério da Educação a responsabilidade de coordenar as ações relativas à Educação Escolar Indígena, o Governo do Amazonas inclui no seu Plano Estadual de Educação um programa de Educação Escolar Indígena, no intuito de responder ao desafio histórico de apoio às escolas indígenas. A Educação Escolar Indígena no Estado do Amazonas deverá promover uma mudança de mentalidade sobre o índio na sociedade, e garantir a participação dos povos indígenas em todas as fases de seu processo educacional, considerando suas especificidades e características próprias de aprendizagem. Nessa ótica, o Sistema Educacional deve ser reformulado, assumindo a Educação Escolar Indígena, não apenas como um programa de escola das comunidades indígenas, mas como dimensão essencial de um processo educacional que insiste na descoberta, reconhecimento e na valorização da cultura dessas populações. Esse cenário foi evidenciado através do diagnóstico do COPIAM (2003) sobre a situação das escolas indígenas, registra que não existe “na maioria das regiões instâncias oficiais de participação, formulação de políticas e controle social da Educação Escolar Indígena com ampla presença indígena”, bem como há a “necessidade de aprimoramento dos espaços que já existem como: Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas”, dentre outros. O Conselho Estadual de Educação do Amazonas, em 2001, fixou normas para a criação e funcionamento da escola indígena para atender as “Diretrizes Nacionais”, como também determinou requisitos para a autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da educação básica, das escolas indígenas.

Apropriar-se da instituição escolar, tanto nos seus aspectos pedagógicos quanto gerenciais, tornou-se condição para que ocorra uma mudança no papel a ser cumprido





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pela escola localizada em terras indígenas. Os povos indígenas mostram-se cada vez mais conscientes da necessidade e da importância dessa apropriação, para que possam dar uma feição propriamente indígena para essa instituição. É participando ativamente de seu dia-a-dia, que eles esperam que a escola possa estar a serviço de seus interesses e projetos comuns, dando respostas às demandas por eles formuladas e colaborando para os diferentes processos de autonomia cultural e de cidadania indígena que eles almejam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas de todo o país protagonizaram experiências inovadoras, que levavam em conta a realidade específica de cada etnia, pois, nos anos que seguiram os movimentos indígenas, foram sendo criados e consolidados em instâncias no interior do MEC responsáveis pela educação escolar indígena. Com isso, muitos acreditam que a escola em terras indígenas pode contribuir para que os povos indígenas encontrem um lugar digno no mundo contemporâneo, vivendo em paz, mantendo suas línguas e tradições e repassando-as às novas gerações. Pois isso será possível na medida em que os indígenas puderem decidir seus próprios caminhos, a partir de relações mais equilibradas com o mundo de fora da aldeia, assentadas, sobretudo, no respeito às suas concepções nativas. E edificar escolas indígenas que possam contribuir para esse processo de autonomia cultural faz, sem dúvida, parte dos diferentes projetos de futuro dos povos indígenas no Brasil.

Portanto, o protagonismo da educação escolar indígena se destaca em um contexto de lutas e de movimentos sociais indígenas, que ao longo de seu processo histórico revela reelaborações identitárias culturais, passando por experiências e conflitos, aparecimentos e reaparecimentos que culminaram em desafios por uma educação escolar indígena pautada na definição de estratégias que possam reconfigurar as teias do conhecimento e das relações historicamente construídas, por uma educação intercultural, bilíngue, comunitária e diferenciada de acordo com seus processos culturais. O protagonismo da educação escolar indígena se efetivará a partir do momento que for incorporada pela comunidade terá uma maior capacidade de decisão sobre si e sobre os demais elementos culturais que ocorre no convívio Inter societário.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

AMAZONAS/CEE. Resolução nº 11, de 13 de fevereiro de 2001. Fixa as Normas para criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da educação básica no Estado do Amazonas e dá outras providências.

BARTH, Frederick. “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras.” In:_____. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. O trabalho na Colônia. In:_____. **História Geral do Brasil**. 1990.

COPIAM. III Assembléia Geral do COPIAM – **Diagnóstico da situação das escolas indígenas**. 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 1992.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena - Parecer CEB/CNE nº 14, de 14/09/1999.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. **Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil**. 1992.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In:_____. SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (orgs). **Antropologia, História e Educação: a educação indígena e a escola**. 2001.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira**. Amazônia em Cadernos, nº 6, 2001; p. 4.

FREIRE, José Ribamar Bessa (org). **A Amazônia Colonial**. 1991.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In:_____. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (2006). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. 1979.

MELIÁ, Bartolomeu. **Educação indígena na escola**. Cad. CEDES [online]. 1999, vol.19, n.49, pp. 11-17. ISSN 1678-7110.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MINTZ, Sidney W. **Cultura: uma visão antropológica**. Tempo. Niterói, vol. 14, n. 28, 2010.

MONTE, Nietta Lindenberg. **E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.15, pp. 118-133. ISSN 1413-2478.

MONTESSERRAT, Ruth Maria Forini. Diretrizes nacional de educação escolar: O que é o ensino bilíngue. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 63 p. 10-11, jul./set. 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **A reconquista da Amazônia**. Novos Estudos – CEBRAP, nº 38, 1994; p. 86.

PARO, Vitor Henrique. **Escrita sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA, Aracy Lopes; A Educação entre diálogos culturais e multidisciplinares. In:_____. SILVA, Aracy Lopes e FERREIRA, Mariana Kawal Leal (orgs). **Antropologia, história e educação: A questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

TASSINARI, Antonella Maria I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In:_____. FERREIRA, Mariana Kawal; SILVA, Aracy Lopes da (orgs). **Antropologia, história e educação: A questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001

THOMPSON, E.P. **Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WEIGEL, Valéria Augusta de Medeiros. **Escolas de Branco em Malokas de Índio**. 2001.

WEIGEL, Valéria Augusta; RAMOS, José. **O processo educativo dos internatos para os índios do Alto Rio Negro**. Produção Científica da Universidade do Amazonas. 1996.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

QUESTÕES ACERCA DE UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA (1957)

Juçara Lobato da Silva

Resumo

O texto apresenta um inquérito escolar encomendado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, em 1956. O resultado desse trabalho não foi divulgado em publicações que o divulgassem. As informações aqui disponíveis foram possíveis através de pesquisas na biblioteca Arthur César Ferreira Reis, acervo situada em Manaus-Amazonas. Trata-se de informações sobre o processo da pesquisa em história da educação que foi executada. Discuto as circunstâncias de sua produção e esquecimento, que dizem das contradições de um período, dos embates políticos que culminam no Golpe de 1964, por consequência mudaram o debate e a política educacional, inclusive o olhar sobre os resultados dessa pesquisa de fôlego realizada por Arthur Reis.

Palavras-chave: Amazônia, história da educação, intelectuais.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta um inquérito escolar encomendado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, em 1956. O resultado desse trabalho foi esquecido. As informações aqui disponíveis foram possíveis através de pesquisas no acervo da biblioteca a Arthur César Ferreira Reis, situada em Manaus-Amazonas. Trago informações sobre o processo dessa pesquisa em história da educação e discuto as circunstâncias de sua produção e esquecimento, que dizem das contradições de um período, dos embates políticos que culminam no Golpe de 1964, que por consequência mudaram o debate e a política educacional. O artigo é mais um esclarecimento sobre esse material do que interpretação sistematizada da história da educação amazonense desse período.

Algumas ideias presentes no Inquérito são datadas, nem o responsável por elas as sustentariam totalmente poucos anos depois, outras podem ser relativizadas dependendo do viés de análise, mas quanto a contribuição que traz ao estudo da história da educação amazônica e amazonense é inquestionavelmente importante.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Há informações negligenciadas aqui para evitar excessos nessa apresentação do "Inquérito" e do processo de trabalho envolvido no mesmo, tais como sobre a biografia, a bibliografia, as experiências profissionais, as relações políticas do pesquisador responsável, tudo isso devido a envergadura intelectual de Arthur César Ferreira Reis, para assim não comprometer a intenção principal, do contrário, abrir-se-ia demais a discussão.

Ainda assim, trata-se de um exercício para evidenciar a relação entre a concepção metodológica e a concepção de mundo, o que é intrínseco a produção do conhecimento, nas produções científicas, (Michel Lowy, 1987). Pois, precisamos contextualizar seus autores e a produção dos trabalhos, analisar alcances e limites destes, o conjunto de relações que materializaram a obra, considerando o momento da produção e seus possíveis usos.

Pode-se fazer uso desta perspectiva no estudo historiográfico na busca esclarecer relações que transcender a mera enumeração de autores e obras:

"(...) a historiografia deve captar em profundidade o conteúdo das obras; a historiografia procura interpretar o significado das palavras, das idéias, das ações, dos historiadores; a historiografia busca visão de conjunto, a evolução sofrida dos estudos, dos rumos e da projeção futura que poderá ou não a vir ser assumida; a historiografia recria criticamente o pensamento histórico; enfim, pela historiografia o historiador repensa o seu próprio conhecimento histórico". (LAPA, apud SANFELICE, pág. 30)

Dialogando com Lapa, Sanfelice (1986) ressalta que na realidade se trata de um trabalho infinito e necessário porque tal estudo leva em consideração, pelo menos: sob algum critério como de qualidade, por exemplo, os estudos dos historiadores; o acompanhamento da produção do conhecimento histórico; discutir os avanços e questões desta ciência com outras "num esforço epistemológico".

Uma perspectiva aplicada a história da educação é apresentada por Saviani como "matéria que ocuparia lugar central no novo princípio educativo da escola em nosso tempo", uma vez que ela pode identificar-se como um meio de formação de indivíduos plenamente desenvolvidos, se baseada no apriori da historicidade do homem e organizada com conteúdos desta mesma historicidade.

Da possibilidade apresentada por Saviani, pode-se também afirmar que, a disciplina história da educação e o ensino desta são instrumentos políticos importantes e, por isso mesmo,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

em disputa pelo potencial que contém, ainda que nem sempre evidenciados. Pois, são nos processos formativos que se forjam perspectivas futuras de sociedade, seja ensinando, debatendo, pesquisando, conformando as características do campo científico, das instituições organizadoras e transmissoras das concepções de mundo.

A encomenda do Inquérito

Existe uma versão deste relatório de pesquisa em capa dura, datado de 1957. O inquérito foi encomendado em 1956 pelo CBPE, criado por Anísio Teixeira, para ser o responsável por pesquisas educacionais no INEP. O primeiro contato sobre esse possível material de história da educação amazonense, ocorreu através dos anexos da tese “Centro de Pesquisa do INEP: Pesquisa e Política Educacional nos anos de 1950 e 1970¹” que, dentre outras coisas, produziu um levantamento sobre as pesquisas do CBPE e somente esta tratava da educação no norte país.

Ao perseguir mais informações sobre o "Inquérito", encontramos algumas que permitiram conhecer aspectos do seu processo de confecção, com os seguintes documentos: fichas e formulários utilizados, relatório parcial com os dados do convênio e do andamento da pesquisa, carta do autor pedindo autorização para publicação em livro e o relatório final com anotações de atualização da produção. Esse trabalho é ausente nas biografias e bibliografias sobre o pesquisador responsável, Arthur C. Ferreira Reis.

O "Inquérito" produzido é rico de informações para os estudos históricos. A primeira observação que se faz é quanto ao esforço empreendido, ainda mais por sabemos tratar de Amazônia; nos anos de 1950; sobre o sistema escolar e das complicações em abarcá-las num trabalho. Algumas informações sobre o autor e obra facilitam a compreensão da celeridade e estofa da mesma. Mais informações que permitissem concluir questões como dos custos do Inquérito, critério de seleção do pesquisador e, porque não foi publicado o resultado final? Enfim, algumas questões ficaram abertas.

O pesquisador

O pesquisador responsável de realizar o inquérito foi identificado no CBPE, segundo o levantamento citado, como Arthur Reis, professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro e

¹ Ferreira, Marcia dos Santos. Centro de Pesquisa do INEP: Pesquisa e Política Educacional nos anos de 1950 e 1970. São Paulo: USP. 2006. Tese



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ex-diretor de Instrução Pública do Amazonas. Esta última função é quase sempre esquecida na biografia de Arthur Reis. Em outro momento constaremos que a educação foi uma preocupação permanente em sua vida e obra. Ainda no levantamento produzido por Ferreira (2006), encontramos uma publicação de Reis “Santarém: seu desenvolvimento histórico”, quando poderia/deveria ser “O Sistema Escolar na Amazônia: Amazonas e Pará”.

Os debates do CBPE dos anos de 1950 incorporavam as críticas dos renovadores da educação. O CBPE realizou vários outros inquéritos como este, já que para a instituição e pesquisadores era fundamental o diagnóstico dos males da educação brasileira, para poder atacá-los. E tratando de Amazônia, Arthur Reis que já era uma referência para pesquisar sobre a região, foi escolhido para realizar o trabalho, mostrando-se então em afinção com a pedagogia liberal reformadora de Anísio Teixeira.

As críticas que preponderam a obra do autor (PINTO, s/d) dizem da sua carência de criticidade, baseada na tradição historiográfica que seguiu, em rememorar antepassados e esquivar-se de questões políticas. No entanto, nessa pesquisa, Arthur César Ferreira Reis, apontou os problemas que a educação amazônica enfrentava além de mostrar compromisso com o diagnóstico. Apresenta certa criticidade no relatório, ele não se recusou apresentar o quadro de precariedade e de reafirmá-la, para fazer o mapeamento da situação e apontar as intervenções pretendidas.

É necessário localizar o autor naquele momento, alguns dados biográficos ajudam a pensar no autor. Em 1957, Reis já era ex-superintendente da Superintendência para a Valorização da Amazônia - SPVEA² e atuava como diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA³, as principais instituições responsáveis em pesquisar e conceber políticas para a Amazônia. Estas representavam as aspirações do Estado para como a região, mais do que isso, a ocupação desses espaços por amazonenses que disputavam políticas de desenvolvimento para o Estado e nas quais ele foi um dos principais estrategistas/liderança.

Não só a SPVEA e o INPA facilitaram o acesso as instituições educacionais e seus dirigentes, com os quais contou para a realização do inquérito. Ele era funcionário público efetivo, de 1946 a 1953, foi chefe da divisão de expansão econômica, do Departamento de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho. Além de outras Comissões de Estudos, secretariou a comissão que esboçou a SPVEA em 1952, por exemplo. Como funcionário público participou de

²Atuou de junho de 1953 a dezembro de 1955.

³Atuou de julho de 1956 a 1958.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

vários outros inquéritos e estudos, os quais contribuíram para a sua produção historiográfica, daí surgiu o livro “O Seringal e o Seringueiro”, de 1953.

Ele também conciliou a docência, em disciplinas de história e afins, trabalhou em diversas instituições de ensino, ofício que permaneceu exercendo até a sua aposentaria⁴. Somavam-se ao trabalho, evidentemente, o acúmulo de conhecimento histórico que portava e a herança da influência paterna nos meios intelectuais e políticos⁵.

Como historiador já havia publicado alguns dos seus principais trabalhos. O cargo público efetivo como fonte de recursos, financeira e de informações, foi importante desde o começo de sua carreira intelectual.

O acesso que teve as informações explicam limites de interpretação ao trabalho, pois ao criticar as políticas educacionais recentes (anos 40 e 50) percebe-se que ele fez uma separação entre política e os políticos.

O processo de trabalho

No relatório parcial, de 01 de outubro de 1956, Arthur Reis fez as seguintes observações,

“Em cumprimento ao que ficou estabelecido no texto do projeto Copes – 549/CBPE-34/56, para a elaboração de monografia ‘sobre a situação educacional na Amazônia, em suas relações de dependência e condicionamento com os demais fatores de ordem social, econômica e cultural’, projeto a meu cargo, venho apresentar o relatório do andamento da pesquisa que estou realizando e do estado geral do trabalho na parte em que já foi executado”.

Do relatório parcial ao texto final poucos acréscimos foram feitos com relação a bibliografia levantada e a final, também em relação aos eixos de discussões que se propunha para abordar a encomenda e as que desenvolveu.

No roteiro de pesquisa, assim apresentou a proposta: 1 - As Escolas de Emergência. 2 - O ensino nas colônias de japoneses. 3 - As Escolas Normais Rurais. 4 - Os cursos de férias. 5 - O escolar. 6 - Material e instalação escolar. Para cada eixo, um conjunto de questões norteadoras foi

⁴Como professor livre docente do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense.

⁵ Seu Pai foi teatrólogo Vicente Torres da Silva, que se mudou para Manaus em 1906. Tornou-se proprietário do Jornal do Comércio e participava do grupo político em torno da liderança Clementino Bittencourt.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

formulado, a exemplo da Escolar de Emergência: “*Ato que as creou. Onde funcionam. Resultados que apresentam. Onde é recrutado o professorado. Quaes as suas características e fundamento de sua existência. Estatística de alunos, ano a ano, desde a criação*”.

Para cada eixo e questões norteadoras várias perguntas se desdobraram, como por exemplo, sobre o ‘6 - Material e instalação escolar’,

“1. Quantos grupos escolares mantem o Estado? 2. Quantas escolas isoladas. 3. Como estão distribuídos, geograficamente? 4. Qual o critério para a criação e para a localização de uma escola isolada? 6. Os grupos e escolares isolados funcionam em prédio próprio, construído para tal, comprado já feito ou alugado? 7. Qual o material usado na construção dos grupos escolares e das escolas isoladas? 8. O material escolar existente nos grupos e escolas isoladas é bom e abundante? 9. De que se compõe? 10. Qual o critério adotado para a nomeação de uma professora de grupo escolar e de escola isolada? 11. O professorado da capital e do interior é todo ele diplomado? 12. Em caso negativo, por que? ”

A leitura da pesquisa e dos anexos sugere que os questionários foram enviados aos setores responsáveis dos Estados (Amazonas e Pará) e Territórios (Amapá, Guaporé e Acre) para que retornassem com os comentários/respostas. Nem todos responderam as 55 questões, aferido nas lacunas em relação aos territórios. Outros fatores corroboram para as lacunas, como literatura especializada escassa, assim como de relatórios, pesquisas e inquéritos, não somente por participação mais ou menos efetiva na elaboração das respostas ao inquérito.

O resultado final indica que foram realizadas algumas entrevistas com professores e/ou dirigentes educacionais experientes em 1957, inclusive por o ano que Arthur Reis ministrou um curso de História do Amazonas aos professores primários pelo INEP, em Manaus. A contribuição dos relatórios de instituições como ligadas ao Ministério da Agricultura, do Comércio e Indústria, IBGE, SPVEA e INPA contribuem na riqueza de informações no inquérito.

As principais discussões

Os capítulos do relatório final têm este desdobramento,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

“Terra, floresta, água e ar. Caracterização essencial. As sociedades amazônicas. Precariedade e peculiaridades. As atividades econômicas. Precariedade, primitivismo. O que importam os elementos ambientes geográfico, social e econômico na compreensão do problema educacional da Amazônia. Os Estados e Territórios. Condições em que vivem e como encaram os problemas educacionais. O processo histórico da educação. Síntese. O ensino primário. A escola de emergência. O ensino normal. As escolas normais rurais. O ensino secundário. O ensino técnico-profissional. O ensino superior. A tentativa da Universidade amazonense. A universidade do Pará. O ensino de anormais. Experiência em realização. A formação do professorado primário. Os cursos de férias. Os problemas educacionais. Aspectos negativos. Reações salutares: a rede e a frequência escolares. Papel das Igrejas católicas e protestante. O colono estrangeiro. Abrasileiramento dos descendentes. Reações verificadas. Ensino público e provado: eficiência e dificuldade que encontram, soluções tentadas. E ensino supletivo. A Valorização Econômica da Amazônia e o primeiro plano quinquenal. Objetivos a alcançar no tocante a educação. Meios de que se vale. A utilização da rede escolar existente. As novas unidades. E ensino técnico.”

Em consequência da sua concepção, Arthur Reis nos apresenta primeiramente as contradições da condição em ser imponente por natureza e desconhecida enquanto potencialidade para o Brasil. Neste trabalho percebe-se a mesma preocupação existente em outros livros seus, que é o de dar ao leitor a dimensão do que é a Amazônia, as suas peculiaridades, uma espécie de chamamento ao conhecimento geográfico e natural do patrimônio nacional que precisava de investimento, planejamento, intervenção para a instalação da modernidade e progresso técnico para assegurá-la ao Brasil.

A Amazônia, de tôdas essas áreas marcadas pela escassez de desenvolvimento era, como ainda é, aquela que necessitava dessa participação mais intensa e mais decisiva do governo federal. Já, aliás, através de todo este livro, talvez tenha sido possível acompanhar, como olhos de vêr, o processo de formação e de movimentação das possibilidades regionais, não se podendo deixar de concluir que esse processo não se dinamizará e só poderia ser acelerado pela cooperação do poder federal, que dispõe de maior soma de recursos em dinheiro, em experiência, em pessoal especializado e, pode agir liberto de certos compromissos partidários locais que prejudicam uma iniciativa de tamanho porte. Os recursos locais são parcos. Há falta de iniciativa ou talvez uma desesperança, um desencorajamento das populações, de seus homens responsáveis. A presença da União, em consequência, é necessária, solicitada, aceita com alegria.

O primeiro núcleo de exposição dos resultados do inquérito veio da necessidade de dar as dimensões da Amazônia e localizar o elemento humano que a ocupa, não para mostrar o homem como intruso, como afirmara Euclides da Cunha, mas para mostrar que os dirigentes deviam se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comprometer em mudá-la. Pela sua grandiosidade e atraso, os problemas existentes deveriam ser atacados estrategicamente e cabia ao Estado urgentemente assumir esse papel de modo definitivo.

“Os problemas educacionais, por isso mesmo, são os que padecem mais intensamente com esse estado de cousas. Conquanto nenhuma administração se tenha dela despercebido ou ignorado, nem por tal podemos dizer que haja constituído uma constante como preocupação, propósito, decisão de govêrno. Através do tempo decorrido, não se conhece um só período histórico que se marque pela intenção de enfrentá-lo como decisão, impetuosidade e constância. Encontremos, em certos momentos, uma maior atenção, uma ação menos tímida, menos imprecisa, nunca, todavia, um “leitmotif”.” Relatório final, p. 91, 1957.

Forma-se então o segundo momento de discussão que deu a partir dos dados escolares e “culturais” apresentados, com os quais se constatava, segundo ele, o descaso da Nação para com o seu elemento humano, o caboclo, que naquele momento já estava apto a grande tarefa de contribuir com o Desenvolvimento da Amazônia, faltava-lhe o ensino.

“Mais a instabilidade financeira, conseqüente dos altos e baixos do processo econômico, não assegura recursos permanentes, estáveis ou em ascensão animadora, ininterrupta. E toda vez que ocorre a desvalorização dos produtos básicos da vida econômica regional, desordenando a arrecadação, os cortes incidem sempre sobre as despesas como o ensino, com o desenvolvimento cultural. E os resultados vem sendo, permanentemente, este: o problema educacional, grave, aqui proposto no seu aspecto mais gritante, não foi ainda enfrentado. Não se criou uma consciência acerca de sua importância como problema vital na região.” p. 91-92.

Omite-se sistematicamente o indígena do texto e das pretensões de políticas educacionais. Como exigir políticas culturais, e no caso, políticas educacionais para os indígenas, se ele estava condenado a desaparecer?

Por fim, é em torno de como promover o desenvolvimento cultural e econômico, conceitos utilizados para descrever o objetivo das políticas públicas para a região, desde a criação da SPVEA (a cultura indígena não fazia parte), ele levantou experiências de ensino profissional, técnico e industrial como meios de contribuir com o desenvolvimento econômico, pois não se faria somente através do ensino propedêutico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

“O Ensino técnico profissional, como é realizado na Amazônia, evidentemente produz resultados muito precários. Sem ter o objetivo de servir à região, preparando o operariado qualificado para o seu desenvolvimento e ignorando as atividades econômicas locais, as características que a definem, como resultado da ação sobre a floresta e sobre a água, esse ensino padece de tremendo erro de ignorar tudo isso. É igual ao que se ministra nos demais Estados o Brasil. Não serve à Amazônia por que não lhe atende às peculiaridades”.

O relatório apresenta informações sobre analfabetismo, formação de professores, ensino entre os colonos japoneses, o normal rurale outros. Focalizando a história educacional amazonense, os relatórios parcial e final, também são interessantes.

O questionário do Amazonas que foi devolvido (ou versão encontrada) contemplou somente 27 questões das 55 enviadas, que respondem em sequencia sobre os grupos escolares, as escolas isoladas, condições de funcionamento e manutenção das escolas, o trabalho docente, formação e remuneração das professoras e condições que o estado oferecia aos alunos.

Em carta, datada do dia 27 de maio de 1965⁶, enquanto era governador, pediu autorização para a publicação do material nas Edições do Governo do Amazonas, séries e coleções publicadas durante seu mandato, inclusive uma de livros didáticos. O mesmo observou sobre o documento, “*Evidentemente sua atualização é necessária. Impõe-se, pois que os dados estatísticos de que me valí estão ultrapassados e a interpretação que permitiram não teriam mais validade senão histórico*”. Ele chegou a rascunhar algumas alterações no próprio relatório final, o fato é que o mesmo não foi publicado, nem se tornou público, o próprio autor parece tê-lo esquecido depois.

De 1956 a 1965, do ano de encomenda do trabalho pelo CBPE ao ano do pedido de publicação por Arthur Reis, mudanças ideológicas foram estabelecidas de tal forma que nem o Brasil/Amazônia, o CPBE e o pesquisador eram os mesmos, havia uma ruptura nas mesmas ideias e práticas entre os educadores, intelectuais, em todo o Brasil.

⁶ Sem identificação da instituição a qual se reportava para o atendimento do pedido, talvez não a tenha enviado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

História e educação em livros do Arthur Reis

A Modernização da Amazônia é um tema bastante estudado em nível regional, ela se deu partir dos anos 50 com o crescimento econômico e a modernização da estrutura da sociedade brasileira. A criação da Superintendencia do Plano de Valorização da Amazônia é o início dessa tentativa. A colaboração da elite amazonense com as intervenções da ditadura vem de uma opção de Modernização calcada no Desenvolvimento Econômico da Amazônia, “rápido e seguro”, o apoio foi forjado ante as tentativas não concretizadas anteriormente.

Sabe-se que ditadura foi um divisor de águas na realidade amazônica. Arthur Reis ocupou o primeiro governo do golpe de 1964, momento crucial de reorganização para a reinserção da economia amazonense ao capitalismo internacional⁷.

A Ditadura estimulou as versões “oficializantes” da história Pró-Golpe de 1964, construiu uma visão da intervenção enquanto necessária e salvadora do Brasil. No Amazonas o fenômeno se deu de forma exemplar, através do governo Arthur Reis com as coleções de livros, os estímulos editoriais e culturais. Contudo, a historiografia não questionadora do regime ditatorial não foi a que vigorou na academia. (Lapa 1985; 1981 e Francisco Iglésias, 2000).

Em alguns livros, textos e artigos Arthur Reis discutiu a educação e a história e suas relações. Ainda jovem produziu uma aula intitulada “**O ensino da história do Amazonas na escola Primária**”, em 1934.

Em 1946 no livro “A conquista espiritual” quando dissertou sobre o trabalho realizado pelas missões católicas, nele fez um levantamento do quadro educacional que estas desenvolveram no vale amazônico. Desenvolveu uma interpretação da presença da Igreja, que indiretamente foi o Estado⁸ nas diversas políticas como as educacionais, da conversão de diversas etnias pela educação e trabalho. Ele admirava o trabalho das Igrejas, como católico que era, e por acreditar que na aculturação (ao mundo do branco) como sinônimo de civilização e progresso para a Amazônia. Uma política de maior alcance levaria, portanto, a Amazônia a um padrão mais elevado de refinamento do espírito.

Existem outros livros que revelam o interesse por educação e história. O livro “*Súmula de História do Amazonas: roteiro para professores*”, de 1965, foi distribuído nas escolas e

⁷Também é verdade que após 1968, o mesmo tem desencantos com a ditadura e com os caminhos que a modernização tomou na Amazônia.

⁸Esse é um dos motivos para que, nos anos do seu governo, a oferta escolar se acentuasse pela parceria com a Igreja.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pretendeu “suprir a falta que, de trabalhos dessa espécie, que vem sendo sentida pelo magistério amazonense”. Este livro fazia parte de coleção Monteiro de Souza, dedicada ao magistério amazonense (coleção didática), incluído o de Geografia do Amazonas, outro de História do Amazonas e o de Noções de Moral e Cívica. Todos prefaciados ou apresentados por Arthur Reis.

Tem ainda o Atlas Histórico Escolar e o livro *Problemática da Amazônia*⁹, ambos de finalidade didática mas, não direcionados aos professores e alunos do Amazonas e sim aos estudantes do ensino superior nacional. O Atlas Histórico Escolar teve sua primeira edição em 1960, pelo MEC- FENAME (Fundo Nacional de Material Escolar), foi reeditado várias vezes sob elaboração de Delgado de Carvalho, Manuel M. de Albuquerque e Arthur Reis. Também pela FENAME, ele organizou o Atlas Cultural do Brasil, em 1972.

Breves Considerações

As influências intelectuais também tem sua historicidade, as escolhas se dão dentro de contextos políticos. Arthur Reis produziu trabalhos que são referências na região amazônica. A obra historiográfica de Arthur Reis evidencia a mobilização e concatenação de esforços em torno da discussão sobre as possibilidades de modernização da Amazônia, a qual ele foi eminente mediador, não que isso significasse domínio do processo, pois sabemos, existiam também outros interesses delineadores dos acontecimentos.

Com essa abordagem do Inquirito quis demonstrar tomadas de posições, como por exemplo, durante a confecção do trabalho quando foi possível alguns diálogos em torno da educação e que a partir de 1964 não foi mais. O distanciamento se instalou para com o movimento dos renovadores da educação brasileira. E depois com os próprios educadores mais progressistas do nosso estado¹⁰.

Se considerarmos a educação, em sentido amplo, como aquela que inclui processos civilizatórios; projetos de sociedade, de atuação política e direcionamento destes; atreladas inclusive a um desempenho formativo dentro e fora das instituições escolares; estaremos valorizando também a pesquisa histórica em educação, tal qual o historiador e professor Arthur Reis, comprometido com uma visão de mundo mais conservadora, que encontrou e construiu

⁹Arthur Reis tem um artigo nesse livro editado pelo editora do Exército.

¹⁰ Refiro-me as decisões do governo Arthur Reis de “acompanhar” a rotina das escolas e professores, e sustar o iniciante movimento de renovação educacional no Amazonas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

espaços de atuação e nos quais valorizou a educação e a história como ferramenta para o alcance das concepções políticas e de classe que esteve vinculado.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marcia dos Santos. Centro de Pesquisa do INEP: Pesquisa e Política Educacional nos anos de 1950 e 1970. São Paulo: USP, 2006. Tese

IGLESIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/IPEA, UFMG, 2000.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LOWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca vida, 1987.

PINTO, Renan Freitas. Formação do Pensamento Social. Manaus: UFAM, s/d. livre docência.

REIS, Artur César Ferreira. Educação na Amazônia – relatório de inventário, Rio de Janeiro, 1957. (datilografado)

REIS, Artur César Ferreira. O instituto Nacional de Pesquisa: origem, objetivo, funcionamento e sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia. Publicações Avulsas, 1956.

REIS, Arthur C. Ferreira. Como governei o Amazonas. Manaus: secretaria de divulgação e imprensa, Janeiro de 1967.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REDES E PARENTESCO, PENTECOSTAIS E POLITICA: UM ESTUDO DAS PRATICAS RELIGIOSAS COMO CONQUISTAS DE ESPAÇO POLÍTICO PARTIDÁRIO EM SANTARÉM, PARÁ.

KINSHIP AND NETWORK, POLITICS AND PENTECOSTALS: A STUDY OF RELIGIOUS PRACTICES MODE CONQUEST OF SPACE PARTY SYSTEM IN SANTARÉM, PARÁ

Diego Darlisson dos Santos Sousa

diego29stm@hotmail.com¹

RESUMO

Este ensaio elege como tema a forma pela qual grupos pentecostais na cidade de Santarém² expressam e arregimentam fiéis para suas denominações, essa análise aponta para uma possível forma de compreender a tomada de espaços políticos partidário por parte de grupos evangélicos. O recente “modelo de células” adotado por algumas dessas igrejas, dentre essas a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)³ baseia seus princípios na “batalha espiritual” como apropriação de espaço, desde as casas dos fiéis até as assembleias legislativas. Nesse empreendimento notadamente faz se uso das redes de relações, anteriores a pertença religiosa. Retomam a discussão no entorno da secularização e dessecularização do mundo moderno. Para abordar e exemplificar o movimento necessário na construção do problema antropológico. Seu caráter multifacetado não único e pensar essa construção a partir da posição periférica. O estudo aqui apresentado foi desenvolvido através de entrevistas informais, visitas a bibliografia da IEQ, e principalmente de observação participante em reuniões, cultos e encontros promovidos pela igreja no ano de 2014.

PALARAS-CHAVES: Pentecostais, Igreja do Evangelho Quadrangular, Modelo de Células, Política.

Este ensaio pretende descrever as formas de arregimentação praticadas pelas Igrejas do Evangelho Quadrangular (IEQ) na cidade de Santarém e o papel fundamental do modelo de células, assumidos por essa corrente religiosa nesse panorama de disputas políticas. Como afirma Mariano (2013), o número de cristãos pentecostais tem

¹ Mestrando em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Antropologia na Universidade Federal Oeste do Pará, bolsista CNPQ.

² Cidade localizada no oeste do Pará, com cerca de 300 mil habitantes segundo senso do IBGE de 2010.

³ Segunda maior denominação cristã no estado do Pará, ficando atrás em numero de fiéis, apenas da Assembleia de Deus (AS). Segundo seus pastores a IEQ é o maior ministério unido do Pará, em suas reflexões estes também apontam que a AS já é centenária enquanto a IEQ tem apenas 40 anos no estado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

apresentado um crescimento *vertiginoso* e sua abrangência resultou em uma inédita corrida nas eleições presidências de 2010, onde os presidenciáveis no segundo turno percorreram o Brasil fazendo alianças com líderes dessas denominações (Santos Silva 2011) (Gonçalves 2011).

No âmbito da disputa eleitoral do ano de 2014 acompanhei várias reuniões de “*arregimentação*” política⁴, meu interesse inicial era dar continuidade a outra pesquisa sobre formas de relacionamento entre jovens desta religião. Essas reuniões ocorreram entre o período de junho e outubro, e pude verificar quais táticas seriam utilizadas para a conquista de voto para os dois representantes da IEQ no estado do Pará. Na candidatura a deputado estadual estava concorrendo à reeleição o pastor/deputado⁵ Martinho Carmona, primeiro vice-presidente da convenção estadual, e para deputado federal o pastor e presidente da convenção estadual além de fundador da igreja no estado do Pará, Pr. Josué Bengtson. Na primeira da série de reuniões que ocorreram neste período foi distribuído entre os presentes um formulário com espaço para o preenchimento de dez nomes. Estes votariam nos candidatos da igreja e na próxima reunião deveriam está presentes, para que pudessem também trazer novos votantes.

Foi esse o momento em que surgiu no campo a temática deste trabalho, assim como a “batida” policial na briga de galo, que permite a Geertz o acesso ao universo balinês. (Geertz 1989). Esse momento apontou que tais reuniões seriam chaves para compreender e aproximar as relações entre “modelo de células” e representação político partidária.

Essa tática de arregimentação de votos para a campanha era muito semelhante ao modelo do trabalho praticado através do “*modelo de células*” ao qual a igreja adotou para sua organização eclesial.

O modelo consiste basicamente em reuniões com liturgia diferenciada realizadas nas casas dos fiéis e com objetivo explícito: esta matriz reproduzir se para outras casas.

⁴ Essa nomenclatura era a utilizada pelo pastor na igreja, quando fazia o convite para essas reuniões que sempre aconteciam em locais externos à igreja, segundo os líderes da IEQ para evitar a participação de pessoas contrárias a esse tipo de arregimentação. Acrescenta-se a isso o fato de que de neste período a campanha política não tinha ainda legalmente iniciado, 01 de junho 2014.

⁵ Uso esta ordem pastor/deputado ao invés de deputado/pastor, pois em uma reunião semanal à então superintendente de células expôs para a igreja local essa diferença dizendo que a igreja não precisava de advogados que fossem crentes, empresários que fossem crentes, e nem políticos crentes e etc. Nas palavra dela igreja precisaria de crentes que fossem advogados, crentes que fossem empresários, e crentes que fossem políticos, para isso deu o exemplo de Daniel e José do Egito que segundo ela foram em seu tempo (antigo testamento da bíblia crista) servos de Deus que ocuparam cargos políticos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No modelo também é exposto e praticado uma das principais características do cristianismo dissidente desde Lutero. O *sacerdócio universal*.

“Células”, grupo pequeno de pessoas, que reúnem-se uma vez por semana na casa de um membro e submetem-se a uma “congregação”. Uma das marcas desse trabalho são os “atos proféticos” enquanto ocupação de espaços pela igreja (Andrade 2010), os quais começam nas casas dos seus membros, ruas praças e se expandem até as assembleias legislativas. Estes atos tornam visível suas ações através de “batalhas espirituais”, exemplo maior disto em minha opinião, são as “marchas para Jesus”⁶.

As “congregações” reúnem-se mais vezes por semana, envolvendo maior número de fiéis, em prédios próprios ou locados pelas igrejas, e submetem-se às “igrejas locais” possuidoras de CNPJ. Estas são localizadas em bairros mais centralizados e por sua vez reportam-se a um “superintendência regional”, esta ao “conselho estadual” e este, enfim, por sua vez, ao “conselho nacional”. As pesquisas no campo sócio antropológico da religião, e o cenário de mudanças sociológicas que estes apresentam, apontam para um fluxo constante do trânsito religioso e suas possíveis formas de análise (Almeida e Monteiro 2001).

Bateson (2002) aponta para a utilidade de focar em elementos que produzem uma diferença em seu meio e através dessa geram padrões de conexões. Isso nos permite enxergar o campo das “células” a partir de uma forma de abordagem pautada em elementos (células) que revelam conexões entre agências dos produtores (como dizem os fiéis “que implantam a visão”) e dos propulsores (os líderes e outros do organograma de cada “célula”) da difusão da IEQ na cidade de Santarém.

Para compreender esse campo de forças com regras próprias (Bourdieu, 2004) ou rede repleta de relações e agências imbricadas (Latour, 2006). Devemos compreender o campo teórico como parte dessa problemática. As várias formas como a teoria se apresenta – *metateoria*- influenciam e são influenciadas pelas formas como são produzidas as pesquisas. O campo das ciências humanas distingue-se das demais pela coexistência de paradigmas. (Oliveira, 1999) Isso nos leva necessariamente a fazer uma escolha teórica. No entanto essa *metateoria* é constantemente realimentada pelas práticas

⁶ Passeatas organizadas por conselhos transdenominacionais que ocorrem anualmente nas diversas cidades onde se tem igrejas pautadas no modelo celular.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que por outro lado influenciam as formas como a teoria são acionadas, demonstrando esse duplo vínculo.

Na análise da construção da alteridade no campo antropológico nos confrontamos com uma construção imperial. A “conquista” foi essa construção do outro.

Todo produção de conhecimento é situada, e não podemos deixar de lado essa condição. A partir disso temos problemas locais postos em contextos mundiais. Por isso o local e o global deixam de ser espaços separados e passam a formais distintas de processos sociais.

Esses pressupostos que Rosalva Castillo elabora em seu texto perpassa por uma produção acadêmica socialmente comprometida a partir da década de 1960. Partindo de uma crítica a falsa dicotomia entre neutralidade e compromisso. Essas produções por um lado, fazem refletir sobre e como recolocar as novas práticas de investigação (perspectiva dialógica e colaborativa) como meio de descolonizar a antropologia. Reivindicando as possibilidades de um pensamento crítico das Ciências Sociais, como aporte para a desconstrução dos discursos globais de morte; militarização e “segurança nacional”. Esse movimento de descolonizar as ciências teria como proposta alternativa os conhecimentos parciais, localizados e críticos. (Castillo. 2015)

Essa proposta faz emergir formas diferenciadas de relações entre os grupos e a pesquisa. O caráter engajado que as pesquisas ganham, colocam em outros níveis a relação entre os pesquisadores comprometidos e os sujeitos das pesquisas. Se por um lado os grupos se organizam para responderem aos pesquisadores, esses são influenciados pelas demandas dos grupos.

As posturas adotadas em campo sempre são perpassados por escolhas teóricas. Influenciando diretamente a forma como as pesquisas são percebidas. Ao passo que as formas entendidas são condicionantes para elucidar onde a problemática se coloca. Os estilos de pesquisa são necessariamente diversificados, seja nele próprio ou na forma com são percebidos. A única pressuposto para se estabelecer uma relação crítica de pesquisa é compreendendo esse caráter situacional intrínseco a esta. Que se coloca em um campo teórico percebido por essa postura crítica também como particular e parcial.

Dessa forma colocamos nosso próprio conhecimento em um campo de forças responsável por refratar informações e situações. Percebo aqui a pesquisa sendo situacional necessitando de uma postura ética por parte do pesquisador de se posicionar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no campo e revelar esse caráter. Cada processo construtivo sendo perpassados por teorias e praticas que explicam não somente o mundo, explicam entre os mundos. Essa critica cultural como critica aos paradigmas antropológicos, por revelar seu caráter situacional.

Nessa pesquisa com os pentecostais da igreja Quadrangular de Santarém exponho esse caráter parcial. Percebo esse movimento de conquista de cargos político partidário sendo necessariamente ligado a interesses e discursos globais desenvolvimentista, marcados pelo que Castillo (2015) chama de *capitalismo transnacional*.

COMUNHÃO, REDES E PARENTESCO NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO.

COMMUNION, KINSHIP AND NETWORK IN THE BRAZILIAN RELIGIOUS FIELD.

Quarta feira, por volta das 19 horas, se começa a ouvir músicas gospel em algumas casas, em suas varandas, garagem ou salas. Cadeiras organizadas de forma circular, as pessoas chegam e cumprimentam-se. Então, o líder faz uma oração espontânea para dar início à reunião. Cantam quatro ou cinco músicas, leem a bíblia e uma apostila que traz o assunto previamente escolhido que deverá ser tratado naquela reunião. Logo após o líder terminar sua explanação, compartilha a fala com os demais presentes: “agora a oportunidade é do irmão, conte sua bênção?”. Após todos terem um momento para se comunicar uns com os outros, oram novamente pelas ofertas em dinheiro, pelo lanche, é colhida a “oferta” as contribuições financeiras que cada um dos participantes traz de sua residência, e então é servido um lanche.

Essa é a estrutura recorrente em todas as células. As igrejas que praticam o modelo de células, veem uma retomada de práticas narradas pelo escritor do livro do novo testamento bíblico de Atos, Lucas ao descrever os primeiros acontecimentos pós-morte do Messias cristão, onde escreve:

E todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister. E, perseverando unânimes todos os dias no templo, e partindo o pão em casa, comiam juntos com alegria e singeleza de coração. Louvando a Deus, e caindo na graça de todo o povo. E todos os dias acrescentava o Senhor à igreja aqueles que se haviam de salvar. (At 2: 44-47)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Esse momento histórico, visto como primeira ocasião de crescimento numérico da igreja cristã. É o tipo ideal de organização almejado pelas igrejas que praticam o modelo de células, entendem que se tiverem próximos das práticas do momento bíblico, irão alcançar o mesmo crescimento numérico, vivenciado pelos primeiros cristãos, igreja primitiva segundo o discurso cristão. Essa passagem bíblica é a principal referência para que as igrejas em células possam se legitimar dentre as demais, visto que grande parte da estrutura do modelo de células é vinculado a esse trecho. Estar junto, compartilhar com os próximos, em casas. Disso surgiu, para esse meio, a expressão “comunhão” a prática de algo em comum, compartilhado por “todos”. Aqui todos os participantes das células. Essa vivência, os momentos que estão juntos são chamados de comunhão. Nas células cada participante tem a sua disposição um momento em que poderá falar, compartilhar alguma “bênção alcançada”, um pedido de oração, um acontecimento do cotidiano, ou uma pergunta relacionada aos princípios cristãos.

Essa união é pretendida em todas as células, onde cada pessoa possa compartilhar com os demais participantes da célula que frequenta, suas experiências. Assim como todas as células da igreja possam partilhar de tal vivência. Nessa tentativa, bimensalmente reuniões ampliadas, com a participação de todas as células de uma igreja, ocorrem em uma das casas onde há uma célula, para celebrarem juntos uma “comunhão de células”; existe uma rotatividade das casas que recebem essas “comunhões”. No entanto, no bairro do Uruará onde há uma congregação ligada a igreja do bairro da Prainha, a pastora local comentou que encontrava dificuldades por não conseguir fazer uma comunhão entre as duas células daquela igreja, já que “os membros de uma célula não falavam com os membros da outra”, não tinham uma boa convivência.

A literatura antropológica das terras baixas sul-americanas aponta para uma forma própria de se ver as relações parentais, de outro modo, seríamos levados a enfatizar o não pertencimento desses povos às categorizações cunhadas pela antropologia em contextos como “os africanistas ou africanos”, “os melanésios”. Cabendo então categorizações como grupos “fluidos” ou “flexíveis”. Essa variação ou não enquadramento dos grupos ameríndios as categorias de contextos exógenos levou a elaboração de formas próprias de classificação, que tem na corporalidade e construção de pessoa noções basilares. A construção do corpo no continente sul americano, ganha status de um “instrumento uma atividade que articula significações sociais e cosmológicas; o corpo é uma matriz de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

símbolos e um objeto de pensamento” (SEEGER, 1987, p. 11). E sua constituição perpassa por processos de comunicação do corpo com o mundo, através da alimentação, sexualidade, fala e por meio de fluidos corporais como sangue e sêmen. (SEEGER, 1987).

Em observações feitas no decorrer dessa pesquisa, percebi que há momentos de comunhão que ocorrem em meio à célula que tendem a aparentar ainda mais internos. O momento do *lanche* como ocasião de comensalidade, da troca de fluídos e de produção de alianças duradouras. Já que a célula é o local onde pessoas são doutrinadas em uma nova perspectiva, por ocasião de um novo nascimento, são instruídos e produzidos socialmente como pessoas participantes de uma nova sociedade, como neófitos que pertencem a um momento inicial de conduta.

Assim, as células teriam momentos mais íntimos em relação à igreja, de maneira análoga a comunhão em relação às células. E já que nas células participam pessoas com menor intimidade, a comunhão seria ainda mais íntima que as células.

A escolha por uma das religiões universais, de conversão individual, como as protestantes pentecostais da qual a Igreja do Evangelho Quadrangular faz parte, requer de seu declarante um momento liminar de troca de perspectiva, que o crente seja capaz de lembrar com detalhes, o momento inicial em que a revelação foi tida.

Para isso, ocorrem etapas de adoção de uma perspectiva cristã, iniciada com uma oração de conversão, passando pelo batismo e encontros/seminários de doutrinamento, esses passos ritualmente produzidos em um período de no entorno de seis meses. Assim que a conversão seja alcançada, o então novo convertido estará apto a converter novos membros.

Para Victor Tuner, o processo ritual é caracterizado por três fases (separação, limiar, agregação) sendo a liminaridade a etapa “intermediária entre o distanciamento e a reaproximação em que as características do indivíduo que esta “transitando” são ambíguas, misturando sagrado e profano, por exemplo.” (NORONHA SILVA, 2004, p 3). Para um neófito pentecostal seria os momentos de recebimento da oração de conversão, que pode ser ou não um momento “tenso” com possibilidade de ocorrência, daquilo que os interlocutores chamam de “possessões”. Seguido do batismo que marca o “novo nascimento”.

Os momentos de comunhão dentro da célula serão ritualmente o momento de permanência na perspectiva, (*communitas*) chamada pelos interlocutores de consolidação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O momento de comunhão é a adequação à nova perspectiva, o instante em que se aceita a perspectiva do outro e deixa de ser estranho e passa ao status de pertencente ao grupo, aquele que se come junto, o de casa, o parente espiritual, irmão de fé, o discípulo. O que na leitura sobre ritual seria a fase da agregação ao mundo religioso.

Parto da premissa: os participantes da organização religiosa possuem trajetórias religiosas diversas. A hipótese de trânsito religioso, demonstra que o campo é profundamente permeado de crenças que passam de um domínio religioso a outro, assim como, as pessoas alteram suas práticas e pertencimentos religiosos. (Almeida e Monteiro 2001, p. 100).

Com o grande número de pessoas que mudam de matriz religiosa, nos mais variados sentidos. Os conhecimentos são ressignificados dentro desse novo universo simbólico. Essa hipótese é dada e aceita por grande parte dos pesquisadores. Minha hipótese seria que as redes de parentesco, vizinhança e etc, construída em outros domínios da vida social, são utilizados como marcadores para ação dos fies dentro da igreja.

Inegavelmente o modelo de células se vale de redes de parentesco já estabelecidas, se tomarmos com exemplo a célula que ocorre na residência da senhora Ana (anfitriã) - que no mapa em que enumerei as células está numerada com o algarismo três-, multiplicou-se para a casa da senhora Regina (nova anfitriã), isto é, uma outra célula foi aberta - de número quatro no mapa.

Regina e Ana são comadres, por aquela ser madrinha de casamento da filha mais nova desta. Essa aliança de padrinagem entre Ana e Regina é anterior ao pertencimento de ambas à Igreja do Evangelho Quadrangular. O casamento da filha de Ana, ocasião que marcou a gênese dessa relação de compadrio, foi realizado em uma igreja católica, e os laços anteriores (compadrio) foram utilizados para nortear a multiplicação da célula, e abertura de uma outra célula.

Na célula que tem como anfitriã Ana, pude notar em frente à área de sua casa, há um jardim que sua dona cuida com bastante apreço, as ervas ali presentes compõem a base de outros sistemas de crenças, como o das religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) onde as folhas (seja como plantas ou sob a forma de banhos) tem agência no mundo divino e mítico. A interação simbólica do universo protestante em conjunto com a reelaboração/incorporação de sua forma a partir de uma lógica cristã pentecostal e afro-



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

kardecista, é uma das principais características das igrejas neopentecostais. (Almeida e Monteiro, 2001).

Dentre as ervas que fazem parte do horto da casa e célula de Ana, saltam aos olhos as espécies, pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*), comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia amoena*), babosa (*Aloe vera*) e boldo (*Peumus boldus*) consideradas por certa cosmologia local e pajelança mas não somente, como plantas de força, plantas de poder, plantas mestras, plantas professoras, que trazem proteção para o local onde são encontradas. Como nesse caso, estão na entrada da residência, agindo como escudo contra possíveis malícias que possam advir sobre a casa. Crenças essas que estão longe de uma cosmologia judaico-cristã. Evidenciando um fluxo de crenças entre domínios cosmológicos diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Entendo as células em si como portadoras de todas as facetas dos projetos da igreja, sejam religiosos ou apenas “vestidos de religião” como aponta Mariz (2000), secularizados ou dessecularizados como aponta Berg (2000). O mapear dessas células aponta para uma noção diferenciada de postura, pois tomamos a *parte* (células) como abrangente e totalizante sobrepondo-se ao *todo*, o projeto da igreja. As mudanças tanto congregacionais, demonstrado no primeiro exemplo (“co-padrinhagem católica”, e posteriormente “co-anfitriãidade protestante pentecostal”), como o fluxo de crenças presentes no segundo (uso de plantas de força) ambos são característicos do campo religioso brasileiro como aponta Almeida e Monteiro (2001), na análise do Trânsito Religioso no Brasil “não é nenhum absurdo supor uma trajetória que apresentasse mobilidade institucional (num processo de sucessivas “conversões”) ou a simultaneidade de vários credos” (ALMEIDA e MONTEIRO 2001, p.100).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. *Trânsito religioso no Brasil*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, jul./set. 2001. p. 92-100.
- ANDRADE, Eliana Santos. *A visão celular no governo dos 12, Estratégias de crescimento, participação e conquista de espaços entre os batistas soteropolitanos de 1998 a 2008*. Dissertação .UFBA. Salvador 2010.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- BATESON, Gregory. *Espiritu y Naturaleza*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- _____. *A dessecularização do mundo: Uma visão global*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 2000.
- BÍBLIA ONLINE. Almeida Corrigida e Revisada em: <https://www.biblionline.com.br>
- BOURDIEU, Pierre, *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: ed. UNESP, 2004.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro*: in REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/67/08-campos.pdf>. Acesso: 14abril. 2015.
- CLIFFORD, James A *experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 4 ed. 2011.
- CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. Hacia una antropología socialmente comprometida desde una perspectiva dialógica y feminista. pp 83-106 in. *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras* (Tomos I, II y III). Guadalajara. Taller Editorial La Casa del Mago, 2015
- Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira – Realizada por Priscila Faulhaber, Rio, BIB n 48 2^o semestre de 1999, pp 3-14
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GONÇALVES, Rafael Bruno. *Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira*. Revista Espaço Acadêmico. v. 10, N. 116, p 13 a 20. 2011.
- LATOUR, Bruno. “Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)”. Cadernos de Campo, in. 14/15: 01-382, 2006.
- MARIANO, Ricardo. *Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no Censo 2010*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013.
- MARIZ, Cecília Loreto, *Secularização E Dessecularização: Comentários A Um Texto De Peter Berger*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 21(1): 25-39, 2000.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “A religião como solvente – uma aula”. Novos Estudos Cebrap, São Paulo,75: 111-127 2006.
- SANTOS SILVA, Paulo dos. *Política e religião: as eleições presidenciais de 2010*. XII Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 03 a 07 de outubro de 2011. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/SIC/XII/XII/6/8/1/5.pdf> visto em 02 de 10 de 2014.
- SILVA DIAS, Caroline Luz. *Neopentecostalismo e “visão celular no modelo dos 12”*: novas formas de ser protestante no brasil. ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História – Fortaleza, 2009.
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar.in *A Aventura Sociologica*. NUNES, Edson de Oliveira. pp 1- 13, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFLEXÕES SOBRE OS JOGOS E BRINCADEIRAS INDÍGENAS ENQUANTO POSSIBILIDADES INTERCULTURAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

REFLECTIONS ON GAMES AND PLAYS AS INDIGENOUS INTERCULTURAL POSSIBILITIES IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

Adenildo Vieira de Souza¹

souza.adenildo@yahoo.com.br

João Luiz da Costa Barros²

jlbarros@ufam.edu.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre a contribuição educativa e lúdica dos jogos e brincadeiras indígenas como elementos constitutivos da educação física trabalhada por meio da cultura corporal de movimento de indígenas no contexto amazônico através de uma prática intercultural nas instituições de ensino. Utilizamos uma pesquisa bibliográfica com embasamento teórico na cultura corporal indígena e interculturalidade. A ideia que norteia a reflexão deste texto é a de pensar uma educação física como um componente curricular que permitam às crianças indígenas ou não a brincarem e vivenciarem, numa relação intercultural, situações de aprendizagem e desenvolvimento cultural a partir dos jogos e brincadeiras, considerando as experiências e conhecimentos tradicionais de ambas culturas no processo educativo, procurando preservar de maneira usual suas tradições historicamente situadas: de aprenderem uns com os outros. Tendo também o professor uma participação efetiva na vivência e na prática pedagógica no âmbito escolar.

Palavras-chave: Brincadeiras Indígenas; Interculturalidade; Cultura Corporal.

INTRODUÇÃO

Os jogos e brincadeiras são fundamentais para às aulas de educação física, o qual orienta grande parte de suas práticas pedagógicas. Através do jogo, se trabalha elementos fundamentais para a convivência com o outro a partir da socialização e da cooperação. Isso pode contribuir de forma significativa ao trabalharmos com os povos indígenas ao explorarmos experiências de suas práticas corporais em qualquer contexto,

¹ . Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA e Professor Substituto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEFF/UFAM.

². Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEFF-UFAM e dos Programas de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA e Educação-PPGE/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

perpassando pelos pela diversidade e os conflitos que os rodeiam, como a intolerância da cultura do não indígena para com a cultura indígena, atos de desrespeito que inviabiliza e desconhece o processo de enculturação tão necessário nas relações interculturais.

Com vistas a amenizar distanciamentos entre as culturas, acreditamos que a cultura corporal de movimento por meio da educação física pode estabelecer um diálogo intercultural, fortalecendo a manutenção e a incorporação dos conhecimentos e saberes plurais das culturas: indígenas e não indígenas. Diante disso, este trabalho se alicerça na seguinte questão norteadora: Como estabelecer um trabalho pedagógico nas aulas de educação física, considerando as duas culturas corporais de movimentos num processo intercultural que viabilize uma relação de ensino que compreenda os processos de conhecimento próprios de cada cultura, e ao mesmo tempo, universais?

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a contribuição educativa e lúdica dos jogos e brincadeiras indígenas como elementos constitutivos da educação física trabalhada por meio da cultura corporal de movimento no contexto amazônico através de uma prática intercultural nas instituições de ensino.

Esse trabalho adotou a pesquisa bibliográfica, onde realizamos um estudo exploratório, utilizando como fontes: livros, revistas, jornais e etc., O que Souza e Souza (2011). Severino (2007) também corrobora, afirmando que ela se realiza através de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, dentre outros. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos acabam se tornando fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Pensamos em fomentar e fortalecer as capacidades e potencialidades humanas, mediante a compreensão de mundo tanto nos aspectos cultural quanto educacional pensados e experimentados por meio de temas como a diversidade cultural, tolerância e a diferença dos contextos indígenas. Tudo isso pode ser mediado e discutido pelo viés da interculturalidade que, segundo Candau (2003, p.19) se configura:

Como um enfoque que afeta a educação em todas as suas dimensões. Favorecendo uma dinâmica de crítica e autocritica, valorizando a





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comunicação recíprocas, entre os diferentes sujeitos e grupos culturais. A interculturalidade orienta processos que tem por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los.

Vimos que a interculturalidade pode nos possibilitar reflexões pedagógicas que proporciona medidas com vistas ao reconhecimento das culturas, da diversidade e em manter relações que aproximem grupos de outras realidades, nesse caso, os povos indígenas. Isso fortalecerá a convivência com as diferenças, tornando-se uma estratégia que possibilite a ressignificação e o respeito aos povos indígenas no ambiente escolar, mas, para isso, o apoio em outras áreas do conhecimento torna-se necessário, de acordo com Daolio (1995, p. 24):

O conhecimento antropológico na nossa cultura passa, inevitavelmente, pelo conhecimento das outras culturas, reconhecendo que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única. Entretanto, esse conhecimento não se dá objetivando apenas a comparação com a nossa para percebermos quão diferentes elas são. Esse conhecimento é realizado a fim de se compreender o sentido de determinada manifestação cultural numa dada sociedade e, a partir daí, relacionar com certos aspectos na nossa própria sociedade.

A educação física enquanto cultura corporal de movimento, proporciona a convivência por meio da diversidade das manifestações corporais humanas, implicando no reconhecimento das diferenças Daolio (2004). Utilizando as práticas corporais indígenas, os jogos e brincadeiras, no contexto da educação física é possível explorarmos o princípio da alteridade, que segundo o autor acima, pressupõe a consideração do outro a partir de suas diferenças, ou seja, o reconhecimento do outro.

Os jogos e brincadeiras são ferramentas cativantes para serem utilizados na escola, devemos tecer os jogos junto aos conteúdos de forma multidisciplinar, até mesmo tomá-lo como delineador das disciplinas escolares. Assim, explorar a cultura lúdica de povos indígenas do Brasil e de outros lugares do Mundo contribui de forma significativa como espelho para transformação de opiniões e desnaturalizar as formas de preconceitos presentes na sociedade. Diante disto, Tassinari (2004, p. 445) nos diz que:

Trabalhar o tema indígena com os alunos é também fazê-los conhecer melhor a realidade do país e refletir sobre a nação que almejam para o futuro. Mais ainda, um trabalho com a questão indígena permite tratar da crítica aos preconceitos, desenvolver aceitação daqueles que não são iguais a nós, e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

exercitar o respeito a diferença em geral, seja ela de gênero, de cor, de religião, de constituição física ou, como neste caso, a diferença étnica e cultural.

A cultura indígena precisa ser ressignificada nas escolas, sejam nas escolas a indígenas ou nas não indígenas. Devemos propiciar práticas pedagógicas nas perspectivas socioculturais levando ao reconhecimento e as vivências.

Barros (2015, p.159) afirma que “[...] a escola indígena deve oportunizar e facilitar o brincar enquanto processo de aprendizagem e desenvolvimento, seja através de atividades imitativas ou de outras formas de brincar”. O que refletimos é que os jogos e brincadeiras estão presentes nas comunidades indígenas, no cotidiano das crianças, dos adultos, dos idosos, estão enraizados no processo de formação destas comunidades, seja no aspecto sociocultural ou educacional. Daí a importância de conhecer, praticar e sensibilizar-se com tais vivências.

O QUE DIZEM OS AUTORES SOBRE A TEMÁTICA PESQUISADA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL EM BUSCA DA INTERCULTURALIDADE

São vários os obstáculos a serem enfrentados quando se pretende trabalhar a cultura indígena, constatam-se e são atribuídas visibilidades aos indígenas em momentos específicos- festas culturais, dia do índio, dentre outras. Tem-se uma gama de material, no entanto, se verifica que os professores não detêm informações - formação, vivências, conhecimento cultural indígena- quanto ao assunto e quando estes materiais chegam aos locais de interesse, atingem uma parcela pequena da sociedade, além de fomentarem visões de caráter naturalistas, estereotipados com visões românticas, mas, a escola pode desconstruir isto, esclarecendo e aproveitando oportunidades, tendo em vista a educação intercultural, (GRUPIONI 2004; BERGAMASCHI E GOMES, 2012; BERGAMASCHI E DICKEL, 2015).

A realidade apontada pelos acima ainda prevalece nos dias de hoje, visto que temos poucos materiais sobre as culturas indígenas com uma linguagem acessível aos estudantes do ensino básico e com visões que abordem a diferença de maneira positiva por mais que tenha materiais - documentos, e escritos indígenas no português e nas línguas nativas, disponíveis em periódicos, livros e sites. O interesse em buscar está diretamente ligado a formação de professores, não adentraremos com densidade neste



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

caso, no entanto, achamos de extrema importância ser pensado, afinal, é o processo de ensino e aprendizagem que irá potencializar a formação do estudante e professores.

Existem vários equívocos na sociedade, e conseqüentemente, dentro do sistema educacional escolar brasileiro a respeito da cultura indígena. Se prestarmos bem atenção, tais equívocos são os pontos chaves das diversas formas de preconceitos. Podemos percebê-los no trabalho realizado por meio de pesquisa com alunos de escolas Estaduais do Mato Grosso do Sul, os quais detectaram nas falas destes, vários equívocos, em que Vieira, Urquiza e Nascimento (2010, p.95) apontam:

Os índios é uma cultura que vive só nas matas que não tem comida, não tem forno para fazer as coisas. Eles pintam a cara, vivem em tribo, dançam todos os dias, não conhecem muitas coisas, caçam onças e etc. Se vestem com penas, se enfeitam com dentes, peles de animais. Eles fazem algum ritual todo dia e moram na casa de palha. (aluno do 6º ano, 11 anos – Material coletado no ano de 2005).

Quando eu ouço falar de índio, eu imagino um monte de índios cantando - u,u,u, É muito legal, eu imagino também eles com aquelas roupas quase nus. Eles são bem diferentes. É bem legal, eu imagino também as cabanas, roupas, o u,u,u, e, e muito mais. (aluna do 7º ano, 12 anos – Material coletado no ano de 2006).

Nos discursos supracitados, percebemos pontos de vistas dotados de uma imagem homogênea, indiferente, de senso comum, culpa de uma política pública falha do sistema educacional, mas, há como contornarmos esta situação e fomentarmos práticas pedagógicas que dissociem reflexões e o respeito às diferenças. Como nos apontam Fleuri (2003), a escola seria um lugar onde se poderia problematizar as questões de ocultamento da diversidade indígena, proporcionaria práticas eficazes a partir do viés da interculturalidade. As discussões ganhariam espaço neste âmbito escolar, onde as diferenças podem ser respeitadas. Contribuindo com isso, a formação de professores teria uma colaboração efetiva, pois, estratégias, compreensão, diálogos e discussões da pluralidade cultural levariam a uma aproximação e ao respeito de grupos culturais.

Educação física e suas experiências interculturais

A escola é um ambiente formador de opiniões, apesar das dificuldades encontradas sobre as condições de trabalho docente, ainda é tida como um dos locais responsáveis pela formação integral do educando. Para fortalecer este comprometimento



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

docente, há necessidade de pesquisarmos documentos, livros, apostilas e vídeos, os quais podem mediar as práticas pedagógicas ao encontro das realidades, na qual vivemos, tentando amenizar o desrespeito, a intolerância, o preconceito, a violência, a desigualdade social, dentre outros. Para Brasil (1997, p. 24):

A Educação Física permite que se vivenciem diferentes práticas corporais advindas das mais diversas manifestações culturais e se enxergue como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não-preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e às pessoas que dele fazem parte.

São várias as experiências que adentram no âmbito escolar com vistas a se trabalhar os conteúdos da diversidade indígena. Experiências estas, que culminam num forte meio de contextualização da diferença, da identidade, da diversidade e da cultura lúdica que está presente entre os povos indígenas. Tenório e Silva (2014) realizaram um trabalho com jogos e brincadeiras indígenas envolvendo alunos do ensino fundamental de uma escola do estado do Mato Grosso, especificamente alunos do 6 ano. Foram seis aulas vivenciando a cultura lúdica de diversas etnias do Brasil. Esta experiência foi eficaz, pois, levou os alunos conhecerem e refletirem a cultura indígena e o respeito às diferenças entre os alunos que vivenciaram, experiência esta, desenvolvida na perspectiva da interculturalidade.

Assim como o trabalho supracitado, temos outros na mesma direção e objetivos, mostrando uma forte preocupação com a cultura indígena, o respeito às diferenças e o conhecimento de novas práticas corporais. Como o realizado por Corrêa (2010) onde aborda que em um projeto realizado em uma escola pública de São Carlos intitulado “brincando e aprendendo com o povo *kalapalo*”. Este trabalho surgiu a partir da percepção da autora a respeito da visão dos alunos após estes assistirem o vídeo, “Índios do Brasil”, ao indagar os alunos sobre o que acharam do vídeo, se expressaram de forma pejorativa com comentários negativos com conceitos limitados e estereotipados. Após visitas ao SESC e vivências nas brincadeiras indígenas, a autora constatou mudanças nas atitudes e expressões de forma mais respeitosa por parte dos alunos.

Em outra atividade, realizada por Ferreira e Pimentel (2013) desenvolvida com alunos do ensino fundamental, propuseram uma intervenção teórico-prática com o jogo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de peteca presente na etnia *Guarani*, confeccionaram e brincaram, sempre com a intervenção dos professores no que diz respeito a cultura do povo *Guarani*. As aulas tiveram cinco etapas. Após as etapas, os autores, Ferreira e Pimentel (2013, p.87) notaram que:

Durante as intervenções realizadas, pudemos visualizar e registrar vários momentos de interação e colaboração entre as crianças, principalmente durante a confecção das petecas, percebendo o sentimento de coletividade e a socialização entre elas. Outras contribuições foram notórias: a ampliação do conhecimento dos educandos sobre a cultura indígena e cultura lúdica indígena (Peteca) [...]

Vimos que, elementos presentes na cultura indígena podem ser tomados como conteúdo para se desenvolver potencialidades e trabalhar questões de respeito, socialização, cooperação que são essências na formação do cidadão.

Nas práticas supracitadas, percebemos muita coisa em comum, como a reflexão em relação a diferença, respeito à pluralidade dos povos indígenas e a desconstrução de conceitos homogêneos ainda presentes na sociedade, o ponto positivo foi a mediação por meio da cultura corporal- jogos e brincadeiras- tendo os resultados positivos, reforçando que a escola é um local propício à mudança de conceitos, opiniões e formação de cidadãos críticos e humanos, concretizando o seu papel. Estas práticas vão ao encontro do que expõe Candau (2011, p.253):

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Cabe ao professor, juntamente com sua escola e a sociedade, elaborarem e fomentarem as alternativas pedagógicas que venham ao encontro de conteúdos que promovam uma educação intercultural com qualidade, com vistas a uma formação humana, mais compreensiva, e com menos problemas de desigualdade social.

Jogos e brincadeiras indígenas de etnias do Amazonas nas aulas de educação física: construindo saberes através das três dimensões de conteúdos

O Amazonas é o Estado que detém a maior população indígena do Brasil, fora aqueles grupos que não tiveram contato com o mundo ocidental. Dentre as etnias estão:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Apurinã, Arapaso, Baniwa, Baré, Deni, Dessano, Juma, Kambeba, kanamari, Kokama, Maraguá Satere-Mawé, Tariano, Tikuna, Torá, Tucano, Yanomami, dentre outros. São muitas, cada uma com sua cultura, seu modo de festejar, seus costumes e sua língua. É uma riqueza que, infelizmente, ainda percorre a escola de forma muito superficial, não tendo olhos como deveria. Se fossem tomadas com sensibilidade e respeito, certamente a formação que se espera na escola formal, seria mais eficiente através do conhecimento de tais culturas.

Com o propósito de proporcionar e conscientizar educadores e alunos a respeito da diversidade dos povos indígenas do Amazonas, claro que, pode ser tomado como mediador em outros contextos regionais, descreveremos jogos e brincadeiras indígenas sob análise das dimensões de conteúdo: conceitual, procedimental e atitudinal, alicerçadas de um arcabouço sociocultural. Isto dentro de uma concepção que se faça “tarefa da Educação Física escolar, portanto, garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente”, (BRASIL, 1997, p.24).

Considerando que os jogos e brincadeiras indígenas são expressões repletas de sentidos e significados, apresentaremos algumas brincadeiras indígenas de etnias do Amazonas bem como uma breve orientação do que se constrói ao se trabalhar com tal temática nas práticas pedagógicas.

Etnia Maraguá- luta Piãguá

É a manifestação da cultura *maraguá* mais forte. Na festa da *Kury adjapy*, se realiza um torneio entre os guerreiros, este guerreiro deve defender seu título em outras festas. O objetivo da luta é jogar o adversário de costas no chão e fazer com que pise três vezes na segunda linha em que a luta ocorre. São demarcados no chão três círculos concêntricos, sendo o central o primeiro círculo, em seguida, o segundo e o terceiro. O primeiro círculo salva o competidor, pois, quando um está prestes a ser jogado de costas ou em perigo de cair e conseguindo colocar uma das mãos no pequeno círculo, a luta deve parar e recomeçar. O segundo círculo é o que não pode ser pisado três vezes, pois este dá a vitória ao adversário. O terceiro círculo é o limite até onde a luta pode



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

acontecer, caso, um saia deste, a luta recomeça. Para que as regras sejam respeitadas, tem o acompanhamento de um juiz. (YAMÃ, et al, 2014).

Etnia *Tikuna* – Brincadeira: Pira na água

Esta brincadeira, as crianças brincam todos os dias na água. Inicia depois de todas se convidarem umas às outras. Como se fosse um pega-pega, uma criança escolhida é a pira, e esta tem que pegar as outras, quem for pego, passa a ser a pira, (FELIX, AIAMBO e PEREIRA, 2012).

Etnia *Tikuna* – Brincadeira: Pirarucu fugitivo

Para esta brincadeira faz-se necessário que as crianças façam uma roda e escolham uma pessoa para representar o pirarucu. Este, por sua vez deve ficar dentro do círculo. As crianças que formam o círculo ficam de mãos dadas e firmes, cabe a criança que é o pirarucu romper o círculo e tentar fugir. Enquanto isto o círculo canta “o pirarucu não pode fugir, o pirarucu não pode sair daqui”. Todas as crianças podem participar representando o pirarucu, (CALDERARO, 2007).

Etnia *Sateré Mawé* – Brincadeira: Pata Cega

Igual ao pata cega tradicional, uma pessoa é escolhida para vender os olhos, em seguida este deve pegar as pessoas que estão a sua volta, quem for pego passa a ser o pata cega (SATERÉ, 1998).

Etnia *Kokama* – Brincadeira: Jogo de Bola

É um jogo que não se utiliza traves, a bola é confeccionada com seringa, as crianças ficam brincando no quintal de casa e ficam chutando umas para as outras, para cima, para frente, só para a brincadeira quando todos estão cansados, (PIMENTA, 2015).

Pudemos ver, o valor sociocultural presente nos jogos e brincadeiras indígenas, afirmando esta importância, Grando, Xavante e Campos, (2010, p. 92) aponta que:

O JOGO, como um saber a ser vivenciado coletivamente na escola, contribui para desenvolver as possibilidades de a criança criar novas formas de compreender sua realidade sociocultural, seu grupo social, a sociedade onde vive, outros povos e outras possibilidades de viver coletivamente.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Devemos nos subsidiar deste saber nas aulas de educação física e outras disciplinas, permitindo muitas vivências e compreensões no âmbito escolar, e consequentemente, para a vida. Essa vivência vem ao encontro do que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais como objetivos da educação física no Ensino Fundamental, (BRASIL, 1997, p.33) onde o aluno deverá “conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais”.

Para que fique estruturada adequadamente tal proposta, pensamos que os jogos e brincadeiras indígenas, podem ser tecidos através da dimensão procedimental, conceitual e atitudinal, onde também delinea as práticas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Zabala (1998). Assim, as dimensões de conteúdos figuram às seguintes questões: “o que se deve saber fazer?” (dimensão procedimental); “o que se deve saber?” (dimensão conceitual); e “como se deve ser?” (dimensão atitudinal), as quais devem nortear os objetivos educacionais. Desta maneira, seguem abaixo os conteúdos a serem explorados nas três dimensões a partir das experiências vividas com os jogos e brincadeiras indígenas.

Dimensão Conceitual:

- Conhecer o processo sócio histórico pelo qual passou as sociedades indígenas no que diz respeito aos hábitos de vida, costumes e relacioná-los com a situação atual.
- Conhecer como vem acontecendo as manifestações esportivas nas comunidades indígenas e relacioná-los com de outras sociedades, procurando semelhanças e diferenças entre os esportes.
- Conhecer as regras dos jogos e brincadeiras, verificar quem pode jogar em tais brincadeiras, se apenas meninas ou apenas meninos e quais idades se pode iniciar em determinado jogo.

Dimensão Procedimental:

- Vivenciar os jogos e brincadeiras de etnias da região Amazônica,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- Assistir a vídeos com a temática indígena, sobre os costumes, as festas, os ritos e os jogos e brincadeiras, do Brasil e de outras etnias do mundo.
- Construir jogos e brincadeiras que contribuam com o processo de aprendizagem escolar.

Dimensão Atitudinal:

- Valorizar a diversidade de jogos e brincadeiras dos povos indígenas.
- Respeitar a cultura indígena em todos os seus aspectos, sem discriminação e intolerância.
- Reconhecer que a cultura indígena faz parte da formação da cultura brasileira, bem como dos próprios alunos.

As três dimensões devem ser pensadas e trabalhadas em consonância, a fim de atingir os objetivos propostos. Isto nos leva ao encontro do que Oliveira e Daolio (2011, p. 8) afirmam, que:

Trata-se, assim, de um movimento em prol do aprender com o diferente e, com ele, produzir coletivamente. Não para ser o outro, descartando-nos, nem para supervalorizar o outro, inferiorizando-nos, muito menos para subjugar o outro, superiorizando-nos, mas para um diálogo democrático com o outro, no qual os diferentes pontos de vista sejam conhecidos e colocados como matéria-prima da aprendizagem.

Cabe ao professor, achar meios para fazer com que seus alunos vivenciem aulas, pautadas na cultura corporal de movimento, que corroborem com uma formação cidadã, dotadas de princípios éticos e com mais respeito para consigo mesmo e com o próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As culturas indígenas estão presentes em qualquer local, pois fazem parte da formação cultural brasileira. No entanto, suas riquezas não são correspondidas como deveria ser, principalmente no âmbito escolar, pois é o primeiro local onde se aprende a história do Brasil. A educação física como disciplina que trabalha a cultura corporal de movimento, entra como uma das aliadas a proporcionar a vivência da cultura indígena no âmbito escolar.

É a educação física dotada de princípios e teorias que fomenta a cultura, o esporte, a cidadania, sendo considerada uma disciplina importantíssima ao ambiente



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

educacional. Exemplo disto são as práticas descritas no referido trabalho, e as reflexões que desenvolvemos a partir dos autores pesquisados. O que acreditamos que cabem aos profissionais se apropriarem de meios eficientes presentes nos documentos da área para mediar suas práticas pedagógicas, trabalhando, não somente o conceito de esporte, mas quem o pratica, os seus benefícios, as regras, dentre outros. Assim, os jogos e brincadeiras entram como ferramentas educativas capazes de delinear valores, princípios, respeito, tolerância e amor. Por isso, este trabalho também visa instigar novas propostas que visem o trabalho com a pluralidade cultural indígena no contexto escolar, seja qual for a disciplina, mas que, explore a cultura brasileira de maneira a conscientizar, alunos, comunidade e professores do quão importante são as culturas indígenas.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Luiz da Costa. *O brincar e suas relações interculturais na escola indígena*. Curitiba, Appris, 2015.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A Temática indígena na Escola: Ensaio de Educação Intercultural. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/bergamaschi-gomes.pdf>.

Acessado em:

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DICKEL, Kátia Simone Müller. Estudantes indígenas em uma escola não indígena: possibilidades para vivências interculturais. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 33, n. 1, 377-401 jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/34941>. Acessado em 30 de junho de 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação física* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDERARO, Cátia Cilene Lopes. *A ludicidade das crianças Tikuna*. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura: CCPA, 2007.

CANAU, Vera Maria. *Relatório da pesquisa Universidade, Diversidade cultural e formação de professores*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação PUC-RIO, 2003.

CANAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 20 de Junho de 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CORRÊA, Denise Aparecida. Brincando e Aprendendo com o Povo Kalapalo: a vivência da Cultura Corporal Indígena na Educação Física Escolar (2010). Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/PO-104-08.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro.

COSTA, Marco Antônio F da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. *Projeto de Pesquisa: entenda e faça*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Rogério Cruz; DAOLIO, Jocimar. Educação Intercultural e Educação Física Escolar: possibilidades de encontro. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 1-11, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fe/article/view/11348>. Acessado em 30 de junho de 2016.

FELIX, Aldenor Basque; AIAMBO, Esau Martins; PEREIRA, Jhones Rodrigues. *O livro de jogos e brincadeiras do povo tikuna*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas-Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

FERREIRA, Gislane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. *Educação Física Intercultural: diálogos com os jogos e brincadeiras Guarani*. Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, n.2, v1, julho a dezembro de 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Intercultural: mediações necessárias. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Educação Intercultural. Mediações necessárias*. DP&A, 2003.

GRANDO, Beleni Saléte; XAVANTE, Severiá Idioriê; CAMPOS, Neide da Silva. Jogos/Brincadeiras Indígenas: a Memória Lúdica de Adultos e Idosos de Dezoito Grupos Étnicos. In: GRANDO, Beleni Saléte. (Org.). *Jogos e brincadeiras indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola*. Cuiabá: EdUNEMAT, 2010.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Livros didáticos e fontes de informação sobre sociedades indígenas no Brasil*. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Bense.(Orgs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI: UNESCO, 2004.

PIMENTA, Edom Serrão. *Jogos e Brincadeiras do Povo Kokama*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Treinamento Esportivo). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SATERÉ, Aristides Michiles. *Wemahara Ko'i*. In: OLIVEIRA, Clovis Fernando Palmeira (Org). Manaus: SEDUC/IER-AM, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. *Educação e Interculturalidade: a Escola Urbana e os Povos Indígenas*



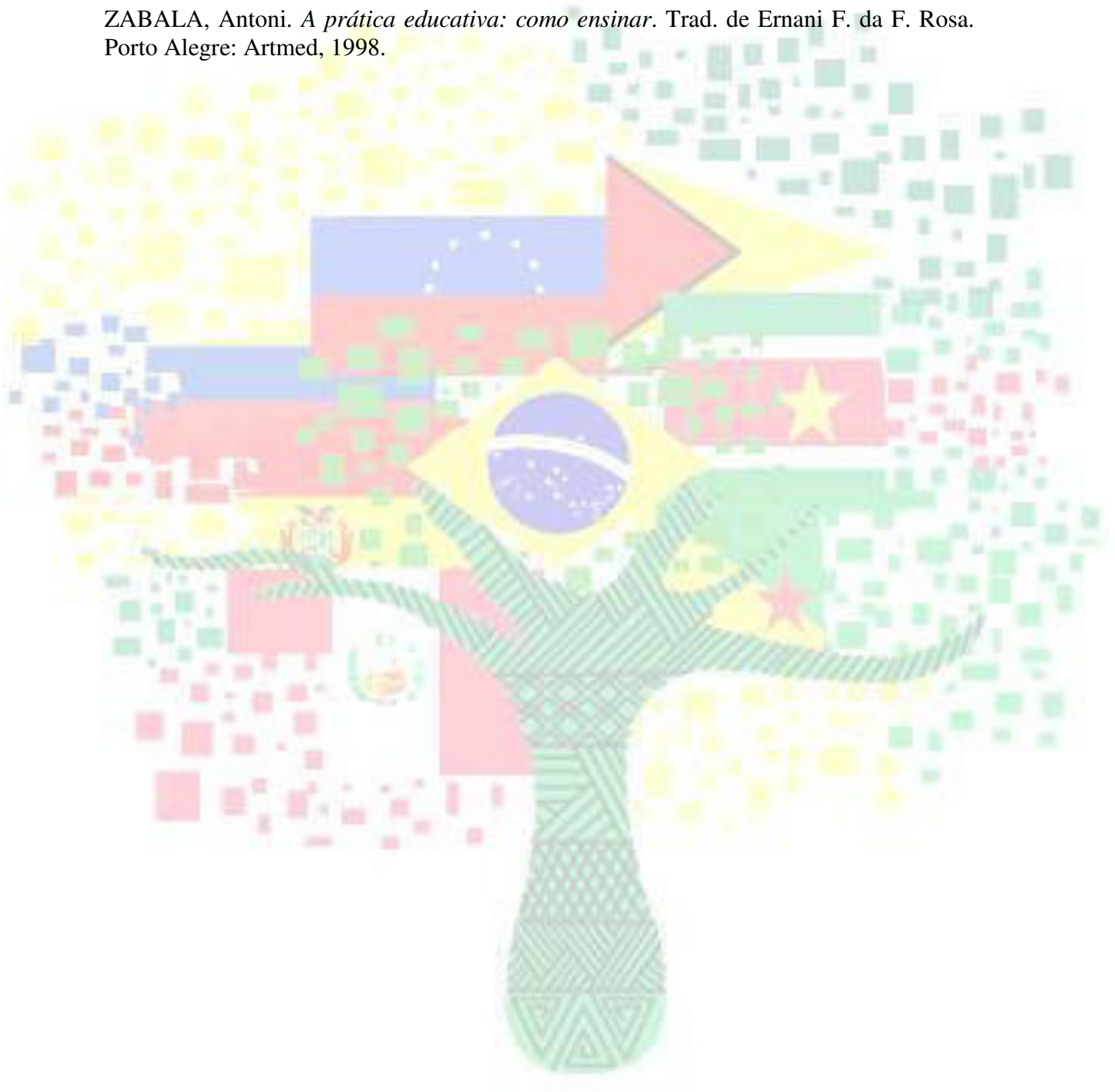


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do Mato Grosso do Sul: In. GRANDO, Beleni Salete; PASSOS, Luiz Augusto. (Orgs). *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá:EdUFMT, 2010.

YAMÃ, Yaguarê et al. *Maraguápéyara: história do povo maraguá*. Manaus: Valer, 2014.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.





RELAÇÕES ÉTNICAS NO ALTO RIO NEGRO: YANONAMI PERIPO IYË OS FILHOS DA LUA

Roberta Enir Faria Neves de Lima¹

Renilda Aparecida Costa²

RESUMO:

O presente trabalho teve como foco principal analisar a reconfiguração das relações étnicas no Alto Rio Negro, especificamente em São Gabriel da Cachoeira. As mesmas sofreram alterações no decorrer do processo colonizador devido à inserção de novos atores no cenário regional. Militares, comerciantes, funcionários públicos, ONGs, pesquisadores todos deixando sua marca. Realizar uma análise baseando-se apenas em postulados antropológicos seria de grande auxílio, entretanto, devido à complexidade regional nos valem os escritos sociológicos de Max Weber bem como os de Mircea Eliade, Neide Fiori e Robin Wright. Iniciamos pela narrativa cronológica de ocupação da região amazônica a fim de que o leitor possa situar-se no tempo-espaço. Em seguida nos valem de relatos de vivência da pesquisadora e das narrativas míticas dos povos da região, em especial os Yanomami, para mostrarmos a relevância desse tipo manifestação para a manutenção da identidade étnica e demonstrar que mesmo com todas as influências e mudanças nas relações intertribais o elemento cultural na vida desse povo especificamente é forte. Optamos por utilizar o caminho da etnografia por ser adequado junto aos povos tradicionais. Ficou claro que a questão identitária é ponto importante para as etnias e que as relações étnicas se reconfiguraram com o passar do tempo para se adaptarem as novas necessidades sociais. O mundo mitológico desses povos é o que os ajuda a manter sua conexão com seus antepassados. A busca por formas de valorizar as tradições e fazer parte do processo em curso na sociedade nacional configura igualmente uma realidade.

Palavras-chave: Yanomami, alto rio Negro, relações intertribais.

PRIMEIRAS PALAVRAS:

O olhar perplexo dos viajantes que passaram e ainda hoje passam pela Amazônia contribuiu para a construção de uma visão absolutamente distorcida da verdadeira identidade da região. A desconstrução e reconstrução de identidades baseada em novas conexões e relações étnicas ancestrais foram pouco a pouco sendo trabalhadas junto aos povos da região Amazônica. Nesse trabalho pretendemos analisar a reconfiguração das relações étnicas no Alto Rio Negro, especificamente em São Gabriel da Cachoeira, derivado dessa nova cadeia relacional fruto do contato com o conquistador europeu e, mais recentemente, através da chegada de novos atores sociais que paulatinamente foram se integrando à sociedade local.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em seu livro “A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência” os professores Almir Diniz e Nelson Noronha, organizadores dos textos, abordam sobre os estereótipos a que a Amazônia está submetida e a necessidade de contextualizarmos as informações deixadas por viajantes e pesquisadores a fim de desmistificarmos a visão da região.

Um fator cultural nos motivou a delimitar as atividades do projeto nos marcos da “Amazônia dos Viajantes”. Nosso impulso deveu-se à necessidade de pôr em questão um conjunto de ‘verdades’ que, apesar de todas as críticas construídas ao longo de anos, ainda persiste, o mais das vezes sob a forma de ‘senso comum’, ou inadvertidamente, outras vezes, impressa nos subtextos de muitos trabalhos ditos ‘científicos’. Trata-se de uma persistente representação da Amazônia como uma fronteira na qual a ‘civilização’ encontra-se seu termo e está situada em territórios ‘primitivos’, ‘selvagens’, ‘incultos’ e ‘monstruosos’. De fato, grande parte dessas formas de representação nasceu e se perpetuou através dos relatos e das imagens que os cronistas e os naturalistas europeus, que percorreram a região desde o início de sua colonização, construíram. Acreditamos que o estudo crítico de tais relatos e imagens nos permita situá-los em seus contextos culturais, históricos e epistemológicos de tal modo que, com isto, nos tornemos aptos para, no campo de suas especificidades, reconstruir-lhes os sentidos muitas vezes perdidos, deslocados de suas matrizes, re-significados e introduzidos num campo semântico estranho àquele de que foram oriundos. (CARVALHO JÚNIOR; NORONHA, 2011, p. 09).

O estereótipo da Amazônia hoje se deve em parte a forma como ela foi retratada inicialmente pelos primeiros viajantes e conquistadores europeus e pelo declínio provocado com a ação brutal do governo Imperial para debelar a Cabanagem. Apresentando uma complexa rede de relações formadas por ondas migratórias e pela colonização, a Amazônia como um todo é palco de grandes transformações ao longo dos séculos.

Dentro dessa visão podemos ver que ao abordar o tema sobre as relações étnicas e suas reconfigurações no alto rio Negro foi necessário antes de mais nada darmos um panorama geral da Amazônia, seus ocupantes tradicionais, a colonização e exploração, o movimento insurrecional mais importante, a Amazônia hoje e só então chegarmos ao alto rio Negro.

O complexo quadro das relações étnicas sofreu modificações a partir do momento em que o não indígena se apossa da região e impõe um novo regime, uma nova estrutura social e política. Novas relações de dependência se configuram e os povos que milenarmente lá viviam procuram se adaptar a essa nova dinâmica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A nova estrutura política trazida pela República gera novamente uma reestruturação e a chegada dos missionários salesianos é o primeiro impacto, seguido a eles a extração de balata, a exploração desumana dos povos da região, a dependência gerada pelos comerciantes e a chegada do movimento protestante marcaram a face da região contribuindo para a reconfiguração das estruturas étnicas lá existentes.

O TEMPO E A RECONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

A existência humana torna-se inexoravelmente ligada a todo resto pelo marcador incontestável do tempo. Ontem, hoje e amanhã são os marcadores primeiros que fazemos de nossa vida – finita e a partir daí mensurável. Eras, séculos, anos, meses, semanas, dias, horas, minutos segundos, quando mesuramos nossa vida de forma cronológica com nossa visão advinda da herança ocidental o tempo só se deixa fixar a partir das formas subjetivas pelas quais o homem o estabeleceu e então o reconhece como tal.

Somos escravos de Chronos. A forma como vemos o mundo na modernidade nos distanciou de realidades que antes seriam nossas. O mundo mítico e fantástico se distancia cada vez mais da nossa realidade tornando-se sombra, vaga lembrança de um passado apagado pela presença de novas verdades religiosas, políticas e econômicas.

Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substituiu a Mitologia e desempenha a mesma função, já que nas sociedades sem escrita e sem arquivos a Mitologia tem por finalidade assegurar, com um alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível –, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado. Contudo, para nós, o futuro deveria ser diferente, e cada vez mais diferente do presente [...]. (STRAUSS, 1985. In: MANO, 2011, p. 193).

Nossa relação com o sagrado sofre mudanças irreversíveis. Pierucci (2004) diz que Weber percebeu duas formas de se relacionar com o Sagrado, seriam elas através da magia e da religião. Para Weber a magia é o momento que antecedeu à religião, um estágio animista de uma humanidade inserida em um mundo repleto de espíritos que, em sua essência, não são nem totalmente bons ou ruins, mas que influenciam na vida humana de maneira decisiva, habitando o universo de maneira imperceptível aos olhos comuns.

Weber coloca a religião de maneira “desmagificada” em contraposição e dirá que religião é respeito, prece, culto e, sobretudo doutrina. Por apresentar-se principalmente como doutrina, a religião representa em relação à magia o contraponto de racionalização teórica e desencantamento com intenções de controle sobre a vida dos leigos, querendo a constância e a fidelidade à comunidade de culto. A transposição de magia para religião são os alicerces para o desencantamento do mundo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No momento em que deixamos de lado nossa visão mítica de mundo e adotamos a ética religiosa ocidental perdemos a percepção de espaço-tempo de nossos ancestrais e tornamos suas narrativas meras fantasias sem que seja dado o valor devido de sua presença na construção de nosso imaginário. Torna-se então, um problema, trabalhar relatos de cunho mítico e ainda assim atender aos rígidos padrões científicos da academia. Adorno em “O ensaio como Forma” questiona: como é possível falar do estético de modo não estético sem qualquer proximidade com o objeto?

Para o instinto do purismo científico, qualquer impulso expressivo presente na exposição ameaça uma objetividade que supostamente afloraria após a eliminação do sujeito, colocando também em risco a própria integridade do objeto, que seria tanto mais sólida quanto menos contasse com apoio da forma, ainda que se tenha como norma justamente apresentar o objeto de modo puro sem adendos. Na alergia contra as formas, consideradas atributos meramente acidentais, o espírito científico acadêmico aproxima-se do obtuso espírito dogmático. A palavra lançada irresponsavelmente pretende em vão provar sua responsabilidade sobre no assunto, e a reflexão sobre as coisas do espírito torna-se privilégio dos desprovidos de espírito. (ADORNO, 2003, p 18 -19).

OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: PANORAMA GERAL

O debate a respeito das questões étnicas obrigatoriamente passa pela observância das particularidades culturais das etnias abordadas. Para tanto iniciamos com as observações e leituras realizadas ao passado histórico da Amazônia para podermos compreender quem são os povos dos quais estamos falando e qual sua bagagem atual.

Os arqueólogos quando retomam as hipóteses que analisam a origem do homem americano, dão prioridades àquela de que o ameríndio, não sendo autóctone, teria vindo para a América, através do estreito de Behring, migração essa feita por grupos asiáticos, a partir da Sibéria, quando o nível do mar baixou e criou uma ponte terrestre. O resultado de tais migrações deu origem a uma enorme diversidade de culturas e diferentes formas de organização, desde as mais complexas, como as civilizações dos Maias, Incas e Astecas [...] até aquelas culturas sem Estado organizado, como as que habitavam o território brasileiro. (FREIRE *et al.*, 2008, p. p. 13).

Com o início do processo colonizador na região Amazônica o contato entre o colono europeu e o nativo fez com que as instituições milenares existentes nas sociedades tribais locais ruíssem. Introduziram-se longas jornadas de trabalho e diferentes classes sociais. Subverteram-se e demonizaram-se crenças locais, rotas de comércio foram extintas e as relações étnicas existentes foram redefinidas. Economicamente, povos que eram tradicionalmente agricultores passaram a ser coletores. (FREIRE *et al.*, 2008)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Do ponto de vista do colonizador houve o povoamento da região, para as populações nativas, entretanto, o ocorrido foi um verdadeiro desastre. Segundo FREIRE *et al* (2008) – o cônego Manoel Teixeira, vigário de Belém, no leito de morte, deixou uma declaração a esse respeito datada e juramentada de 5 de janeiro de 1654 com o seguinte teor:

No espaço de 32 anos que á, que se começou conquistar este Estado (do Maranhão e Grão-Pará) são extintos a trabalho e a ferro, secundo a conta dos que o ouvirão, mais de 2.000.000 (dous milhões) de índios de mais de quatrocentas aldeãs, ou para melhor dizer, cidades muito populosas. (Cônego Manoel 5 de janeiro de 1654. In: FREIRE *et al*, 2008, p. 20).

Os arqueólogos quando revisitam a questão da origem do homem amazônico partem do princípio de que o ameríndio não é autóctone, ou seja, não teve sua origem no continente, tendo aqui chegado oriundo de diversos movimentos migratórios que passaram pelo Estreito de Behring a partir da Sibéria num período da história onde os níveis dos mares era extremamente baixo devido à Era glacial pela qual passávamos(FREIRE *et al*, 2008).

O resultado dessas migrações dá origem a um sem número de culturas diferentes no continente americano. De culturas com sistemas políticos complexos como os Astecas, Maias e Incas a outras como as que encontramos em território brasileiro, com organização política totalmente diferente.

Quanto à ocupação da Amazônia brasileira, antes da chegada dos europeus, existem variadas hipóteses dando conta de diferentes ondas de migrações, apesar das dificuldades encontradas pela pesquisa arqueológica. A Amazônia é muito grande e os pesquisadores são poucos. A própria floresta, com sua densa cobertura vegetal, dificulta a localização dos vestígios arqueológicos. Além disto, os materiais fabricados com madeira, ossos e palha não resistem à acidez do solo e a umidade da floresta tropical. (FREIRE *et al*, 2008, p. 14).

A AMAZÔNIA LUSITANA E IMPERIAL

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a organização social e o sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme, responsável pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto, desenvolveram-se o homem e a sociedade, ao longo de um secular processo histórico e institucional. (BENCHIMOL, 2009, p. 17).

A arte de viver na Amazônia era, no passado, dominada pelos povos originários que aqui viviam. Cada qual com seus conceitos e modos de ver e entender o mundo. Entretanto a chegada do colonizador europeu gera uma ruptura nessa constante e novas dinâmicas são incorporadas ao dia-a-dia desses povos. Novos ritmos, novos costumes,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

novas relações sociais. Essas novas maneiras de ser e de viver a Amazônia foram criando padrões de comportamento e procedimentos junto à realidade tropical, menos rigorosos e mais flexíveis. Samuel Benchimol em sua obra “Amazônia: Formação Social e Cultural” expõe que a primeira demonstração desse estilo foi a formação de uma economia agromercantil-extrativista valendo-se da vocação da floresta e dos rios da região, isso ainda no período Colonial. (BENCHIMOL, 2009)

É preciso recordar que nos primeiros anos de nossa colonização o tamanho da Amazônia nem de longe era o de hoje. De acordo com o Tratado de Tordesilhas de 1494 as terras que caberiam à Coroa Portuguesa seriam as que estivessem a partir do arquipélago de Cabo Verde até o meridiano 370 léguas a oeste. Os territórios que estivessem a Leste deste meridiano pertenceriam a Portugal enquanto os que estivessem a Oeste seriam da Espanha.

Nos dois séculos seguintes a região passou por grandes transformações e foi palco de revoltas e guerras de resistência como as promovidas por Ajuricaba, líder Manaó que por muitos é amado, mas por outros tantos é visto como traidor. A revolta da Cabanagem, enumerada como uma das tantas que assolaram o Brasil Regencial e, normalmente vista superficialmente foi ponto marcante no cenário amazônico devido ao grande prejuízo em número de viventes e no aspecto econômico. Vista como uma rebelião regional contrária à nova ordem estabelecida após a Independência, a Cabanagem foi o fim de uma Era na Amazônia.

O movimento Insurrecional da Cabanagem durou de 1835 a 1840 e foi um marco extremamente importante na vida das populações amazônicas e na constituição da identidade regional. Segundo RICCI (2006):

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. (RICCI, 2006, p, 06)

Os fatos que culminaram com a Cabanagem tiveram início no Brasil ainda vinculado à Coroa Portuguesa. Tensões se criam entre as elites e com a Independência a luta pelo poder torna-se mais acirrada. Com a proclamação da Independência o quadro se agrava. A adesão do Pará a Independência não foi imediata, demorou quase um ano. As classes populares tiveram participação decisiva no processo de emancipação; entretanto, essa emancipação não significou nenhuma mudança em suas condições.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Agitações ocorrem logo depois da aclamação de D. Pedro I em 12 de outubro onde cidadãos dirigem-se a casa de Batista Campos e de lá para o Palácio a fim de obrigar o governo a demitir os portugueses funcionários do governo (SILVA, 2012, p.205-206).

Após a abdicação de D. Pedro I as tensões entre as elites tornam-se insuportáveis, e agora se alastram entre outras camadas sociais fazendo o movimento ganhar força entre os mais pobres.

Em 7 de janeiro de 1835 eclode a Cabanagem. Nas palavras de Magda Ricci

Contrastando com este cenário amplo, a Cabanagem normalmente foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não era necessariamente sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades. (RICCI, 2006, p, 06).

Dessa forma é inviável procurar entender a questão identitária sem observar as marcas deixadas por tão sangrento evento que ceifou vidas e subjugou o povo oprimido da Amazônia. Compreender a Cabanagem e o contexto que a gerou, suas consequências e os embates resultantes nos auxiliam a entender os eventos que se desenrolam na construção da identidade regional.

Os Mura e a Cabanagem

Desde os primeiros instantes da dominação colonial as populações indígenas se rebelaram contra ela. Dentro dessa contextualização os Mura são parte importante nessa passagem da história Amazônica. A imagem desse povo de inimigos da Coroa Portuguesa foi sendo construída de forma que os chamados “homens de bem” “civilizados” clamavam pela destruição dessa etnia “[...]Os Mura constituíram o paradigma dos índios bárbaros, ou ‘de corso’, contra os quais se tentou mover a mais enfurecida guerra de extermínio durante o século XIX, na Amazônia[...]” (PEQUENO, 2006, p, 136) . Com a eclosão da Cabanagem os Mura lutam ao lado dos negros, brancos e mestiços revoltosos “[...]A Revolta da Cabanagem aterrorizou os setores dominantes da Amazônia nos anos de 1836-1840 e resultou em verdadeiro massacre aos revoltosos, causando cerca de 30.000 mortos, o equivalente a 1/5 da população total da Província do Amazonas[...]” (HEMMING, 1978. In: PEQUENO, 2006).



A repressão armada contra o movimento cabano marcou grandemente a história da Amazônia. Com um saldo de mortos superior a 30.000, a Cabanagem resultou na morte numerosa da população amazônica.

Vencidos, os Mura são colocados em aldeamentos e como estratégia de sobrevivência passam a integrar às missões e nos séculos XVIII e XIX percebe-se uma grande dispersão dos mesmos. Os efeitos da Cabanagem enquanto fator de reconfiguração de identidade étnica e de perda humana pode ser sentido por essa população e por todas as demais ao longo de mais de cem anos.

OS POVOS DO ALTO RIO NEGRO: RELAÇÕES ÉTNICAS E SOCIAIS – O TRABALHO NO IFAM CSGC

Historicamente o alto rio Negro recebeu desde o século XVII a visita do colonizador que se estabeleceu ao longo do rio a fim de “evangelizar” e negociar cativos. A vila de Mariuá, hoje Barcelos, foi a capital da província do Rio Negro e sediou um posto de triagem onde o Padre Jesuíta Avogardi “inventariava” os indígenas e os encaminhava para seus destinos (WRIGHT, 2005). A documentação desse período relata uma grande movimentação de cativos negociados por etnias inimigas junto aos portugueses resultando num intenso movimento em direção aos descimentos e às cidades e vilas maiores que demandavam de mão-de-obra escrava (WRIGHT, 2005).

Sabidamente a região é povoada por diversas etnias que ao longo do tempo conviveram e negociaram entre si. A realidade multiétnica é muito anterior ao colonizador europeu. Os reflexos da interação com a cultura do colonizador configuram-se modernamente através da incorporação de hábitos e costumes culturais externos, a adoção de sistemas políticos anteriormente estranhos a esses grupos bem como adequação ao sistema educacional nacional.

Segundo Fleuri (2003) a perspectiva doutrinária da cultura europeia via como necessário “auxiliar” aos povos menos “evoluídos” a se desenvolverem abandonando toda e qualquer forma considerada errada de pensamento que estivesse ligada às raízes míticas, religiosas ou culturais desses povos. Segundo esse autor a própria escola tem desempenhado papel importante na relação colonizador e colonizado “mundo ocidental x mundo oriental; saber formal escolar x saber informal cotidiano; cultura nacional oficial x culturas locais etc., contribuindo para a manutenção e difusão dos saberes mais fortes



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

contra as formas culturais que eram consideradas como limitadas, infantis, erradas, supersticiosas”. Tal concepção justificou a escravização dos povos nativos das regiões colonizadas.

A questão intercultural no Brasil passou a ser discutida em outra perspectiva a partir da adoção de políticas públicas no âmbito da educação onde os Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas dão real relevância às ações afirmativas junto às minorias étnicas.

Tendo em vista que a região do Alto Rio Negro passa por grandes transformações e a realidade multilíngue (que possui ou fala muitas línguas) e multiétnica (que abrange várias etnias) sempre faz parte de sua estrutura desde tempo muito antigos a proposta do trabalho intercultural e multilíngue procura contemplar as diversas etnias da região valorizando sua ancestralidade, as línguas e mitos de cada povo.

Diferenças culturais marcantes saltam aos olhos quando realizamos atividade pedagógica no IFAM CSGC onde os estudantes iniciam seus relatos e mostra a maior riqueza dessa região: seu povo. Percebemos essas diferenças culturais ao solicitarmos que alunos de diversas etnias relatem a criação do mundo na concepção de seus ancestrais. Cada etnia tem a sua forma particular de explicar o surgimento do homem na terra, tendo constantemente em vista o meio ambiente onde originariamente estão localizadas. O traço em comum que percebemos é a descendência sobrenatural. Sempre um ser superior se encarrega de criar o homem e ensiná-lo a viver na terra, sempre há a presença de um legislador que mostra à humanidade como sobreviver no ambiente e dá as noções de sociedade. Duas dessas histórias podem ser resumidas para fins de melhor entendimento: Mito da Cobra-canoa ou Canoa da Transformação (etnia tukano), Mito da criação do povo Yanomami - Periporiwë.

Mito da Cobra-canoa ou Canoa da Transformação

“Antigamente não existiam os seres humanos, nem a terra, mas já existia um ser que os indígenas consideravam como um Ser Supremo. O nome dele era Umakohó Yêhkã . Ele foi o responsável pela criação da Ye’pá Mahsõ, que por sua vez tem a missão de criar o mundo e os seres humanos. Entretanto ela criou apenas o mundo Quando criou a Terra ela viu que seria bom criar alguém que habitasse nela, sendo assim, criou dois



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

seres que vão auxiliar na criação da humanidade, são eles $\text{Um}\acute{\text{a}}\text{koh}\acute{\text{o}} \text{Mash}\acute{\text{u}}$ (ancestral dos Desana) e $\text{Ye}'\text{pa} \text{Mahs}\acute{\text{u}}$ (ancestral dos Tukano). Eles auxiliaram na criação dos demais seres e da terra. Para isso teve a ajuda de $\text{Pa}'\text{m}\acute{\text{a}}\text{ri}-\text{Y}\acute{\text{u}}\text{h}\text{k}\acute{\text{u}}\text{s}\acute{\text{u}}$ (Canoa da transformação), que na verdade era uma cobra grande. $\text{Su}'\text{Riayeki}$ precisava da ajuda de $\text{Pa}'\text{m}\acute{\text{a}}\text{ri}-\text{Y}\acute{\text{u}}\text{h}\text{k}\acute{\text{u}}\text{s}\acute{\text{u}}$ para transportar os humanos para a terra. Após criados os homens ficaram em um lugar místico. O nome desses humanos recém criados era $\text{Pa}'\text{m}\acute{\text{a}}\text{ri}-\text{mahs}\acute{\text{a}}$ que quer dizer “gente da transformação”.

Após todos os humanos terem embarcado a viagem começou. A embarcação veio do Leste para o Oeste. No caminho iam descendo seres encantados e executando tarefas e iam ficando pelo caminho. Quem conduziu a viagem foi $\text{Um}\acute{\text{a}}\text{koh}\acute{\text{o}} \text{Mash}\acute{\text{u}}$ e $\text{Ye}'\text{pa} \text{Mahs}\acute{\text{u}}$. Todas essas tarefas executadas por eles foram muito importantes pois ajudaram no desenvolvimento físico e espiritual do homem que estava por nascer.

Depois de muito tempo de viagem eles chegam até um lugar chamado $\text{Pa}'\text{m}\acute{\text{a}}\text{ri} \text{pe}'\text{e}$ no rio Uaupés, onde os humanos tiveram sua transformação final tornando-se humanos de fato como conhecemos hoje. A partir daí os humanos passaram a desembarcar em um único lugar esses eram os ancestrais das tribos. Cada ancestral recebeu um lugar onde podiam aperfeiçoar tudo o que aprenderam durante a viagem e assim deixar uma herança para as gerações que viriam. A viagem continua pelos afluentes do Uaupés e rio Tiquié cruzando todo continente sulamericano e deixando todos os povos indígenas da região.

Chega ao fim a viagem do Barco da transformação e dos $\text{Pa}'\text{m}\acute{\text{a}}\text{ri}-\text{mahs}\acute{\text{a}}$ – gente da transformação. Após cumprida a missão, os seres sagrados e a Canoa da Transformação sobem para o céu.

(Prof. Joscival Vasconcelos Reis - Etnia Tukano – autodenominada $\text{Ye}'\text{pa}-\text{mahs}\acute{\text{a}}$)

Mito da criação do povo Yanomami – Periporiwë - “Os Yanomami são filhos do sangue da lua”

“No começo Periporiwë era o criador de tudo. Mas ele sofre transformação e vira um monstro. O povo que vivia com Periporiwë começa a ser assassinado e ninguém sabe quem é o assassino. Um menino é morto e quando seu pai o encontra sem vida o crema. O povo de tristeza deixa o lugar. Suhirina quer descobrir quem é o assassino e se esconde



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

para descobrir quem está matando o povo. Com o nascer do dia aparece Periporiwë no lugar onde o menino foi cremado. Periporiwë assume que está matando seu próprio povo.

Suhirina ouve e admirado com aquilo vai chamar o povo para matar Periporiwë. O povo de tristeza não quis voltar. Uhutimãriwë foi o único a responder ao chamado de Suhirina para caçar Periporiwë. Uhutimãriwë não teve coragem de enfrentar Periporiwë. Suhirina ordena que Uhutimãriwë ataque mas esse falha (Panema). Periporiwë estava fugindo devagar para sua casa no céu. Suhirina (Marupiara) com uma única flecha atinge o coração do monstro. Periporiwë grita: PERIPORI! Quando ele grita seu sangue cai no chão e dele surgem pessoas que gritavam e lutavam. Nessa confusão Suhirina e Uhutimãriwë morrem. Do sangue derramado nasce o povo Yanomami. O Povo Yanomami é filho do sangue de Periporiwë (a Lua).”

Aluno Sarney Barbosa Góes – Licenciatura Intercultural em Física da etnia yanomami (Etnia yanomami - Cauapuriwetëri).

O POVO YANOMAMI

Esse povo que no passado era nômade distribuiu-se nos estados de Roraima e Amazonas em diversas comunidades. A prática milenar do Reahu faz parte de uma realidade totalmente diferente da nossa. Compreender esse universo simbólico que o compõe é essencial para percebermos a riqueza da cultura Yanomami. Um olhar destreinado, desatento ou preconceituoso interpretará tal prática como primitiva e desnecessária, entretanto, ela é parte fundamental da identidade étnica desse povo e sem ela parte da estrutura de conhecimento tradicionais rui por completo. A reverência e o respeito dedicado ao homenageado revelam que apesar da finitude da vida há que se resguardar os ensinamentos dos que nos antecedem.

Eles São um grupo étnico a parte com origem mítica distinta, hierarquia e divisão social. Para os yanomami sua origem vem de Periporiwë, Omãwë, Joacywë, e Horonami. Como seu contato com o homem branco é relativamente mais recente eles ainda mantêm muito de sua ancestralidade, contudo as ameaças aos seus territórios são reais e constantes. Convém ressaltar que o grupo Yanomami não faz parte da parentela dos Tukano nem dos Aruwak.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Suas relações se dão de longa data, entretanto, com o estabelecimento das políticas indigenistas oficiais do estado brasileiro essas se tornaram mais frequentes e sofreram mutações com o passar do tempo.

O contato cada vez mais estreito entre as etnias e a sociedade nacional provocou mudanças profundas em seu modo de ver e pensar a vida. Seus ritos e mitos foram questionados e por muito tempo vistos como inferior sendo demonizado na maioria das vezes. Em um esforço conjunto o movimento indígena vem provocando o repensar conceitual dessa realidade forçando à sociedade a rever conceitos. Para ser brasileiro não há que se abrir mão da herança étnica. Uma coisa não inviabiliza a outra, tal questão é de longe um dos assuntos mais debatidos no movimento indígena.

A necessidade de manter-se conectado à sua herança ancestral faz com que valorizem ainda nos dias de hoje a mitologia criacional apesar das influências externas procurarem debelar os esforços da manutenção da mesma e em se tratando de mitologia o universo mitológico yanomami é permeado de seres fantásticos. Suas histórias procuram responder às perguntas que toda sociedade se faz: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos depois da morte? A festa do Reahu faz parte desse mosaico cultural yanomami.

Essa festa é um momento marcante onde realizam a homenagem póstuma à uma pessoa ilustre da comunidade. Algumas poucas pessoas tiveram a oportunidade de ver e mesmo documentar esse momento extremo da vida desse povo. Devido à influência da Igreja Católica e mesmo de Igrejas Pentecostais dentro dessas áreas tal prática é cada vez mais rara. Durante nossa experiência com esse povo um fato marcante foi presenciar parte desse ritual.

As raízes étnicas desses povos mantiveram-se, apesar das constantes pressões sofridas por eles por parte dos diversos atores sociais que passaram e ainda estão presentes na região. Cada passo dado em direção ao desconhecido os levou ao que temos hoje. A importância dos salesianos como responsáveis pela inserção dos povos indígenas da região à sociedade nacional pode ser questionada se positiva ou negativa, mas jamais poderá ser negado seu valor no processo civilizador da região. Assim como eles os comerciantes que, sem sombra de dúvidas, também podem ser responsabilizados por boa parte das mazelas desses povos, também tiveram importante participação na reconfiguração das relações étnicas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Mais modernamente, na visão do Estado, a presença do mesmo se fez mais forte com a chegada de efetivos maiores do Exército Brasileiro, da Força Aérea e bem mais recentemente, da Marinha do Brasil. A inclusão de jovens indígenas em suas fileiras faz parte de um esforço do Estado em integrar definitivamente a região ao restante do país fazendo com que o jovem indígena se sinta não apenas indígena como também brasileiro.

CONCLUSÃO:

Houve reconfiguração nas relações étnicas no alto Rio Negro? Sem dúvida. Não há como passar imune à presença avassaladora do conquistador. Não há como permanecer incólume à presença do Estado e das instituições que o representam, das igrejas e outras organizações. A essas populações cabe o desafio de aprender a lidar com essas presenças sem perder seu referencial cultural, linguístico e social mais do que já foi perdido. Outro desafio é o de conscientizar a juventude dos valores de suas culturas e mostrar que para ser brasileiro não há a necessidade de deixar de lado suas tradições, é possível ser indígena e brasileiro talvez esse seja o passo fundamental para chegarmos mais rápido ao destino final de nossa evolução, a harmonia e o bem viver.

O povo yanomami, inspiração desse trabalho, e que me acompanhou pelo trajeto até aqui é prova de que a convivência com outros povos e a manutenção de seus traços culturais é possível e necessário para sua sobrevivência. Essa estratégia já adotada por outros garante que os Yanomami estejam presentes entre nós não como lembrança, mas como povo vivo e vibrante. No coração da floresta os yanomami resistem bravamente, sua vida não se resume mais às longas conversas em volta da fogueira nem nos preparativos para os rituais sagrados, hoje eles se preparam para dialogar nas mesas de negociação com os napë (homem branco, forasteiro), lutam por educação intercultural verdadeira e acreditam que os antepassados velam por eles do infinito.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **O Ensaio como forma** (p.15-45). In: ADORNO, W. T. **Notas e Literatura I**. Tradução de Jorge Almeida. Editora 34. Coleção Espírito Crítico, 2003. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0pxrzVyC-DvN2YxODYwOTEtMWNiOS00MzNhLTgxYjItOWUxMDhmMjhhkYWYz/view>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ALVES, Nilda; GARCIA LEITE, Regina. A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre o cotidiano: duas experiências. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 2, 2001. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414203>> Acessado em: 10 jun. 2015.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguísticos: o que é, como se faz?** Edições Loyola – 49ª. Edição – São Paulo.

BARBOSA, Maria Vasconcelos. **Fotografia: A arte da Integração. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais (Antropologia).** PUC – SP. 2009. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp110906.pdf>>. Acessado em 20 ago. 2015.

BARRETO, Evanice Ramos Lima. **Etnolinguística: Pressupostos e tarefas.** Partes. (São Paulo) Junho de 2010. ISSN 1678-8419. Disponível em <<http://www.partes.com.br/cultura/etnolinguistica.asp>>. Acesso em 29 nov. 2015.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento.** EDUA. 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT & STREIFF-FENART. **Teorias da Etnicidade.** 1995.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural.** Ed. Valer. Manaus. 2009.

BEKSTA, Pe. Casimiro. **Primeiras Letras para o povo Kohoroxitári – Yanomami** SEDUC – Núcleo de recursos tecnológicos. Manaus/AM – 1985.

BESSA FREIRE, José Ribamar at al. **A Amazônia Colonial (1616 – 1798).** BK. Editora. Manaus. 2008.

BOAS, Franz. **Arte Primitiva.** Coleção Antropologia. Editora Vozes. Petrópolis. 2014.

CABALZAR, Aloísio (editor). RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas do alto e médio Rio Negro: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do noroeste da Amazônia brasileira.** Instituto Sócio Ambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM. FORIN – 1998.

CAMARGO & ALBUQUERQUE, Dulce Maria Pompêo, Judite Gonçalves de. **O Eu e O outro no Ensino Médio Indígena.** 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a07v2795.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** PUC – RJ. Departamento de Educação. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2016.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (orgs). **A Amazônia dos Viajantes: História e Ciência.** EDUA. FAPEAM. Manaus. 2011.

CASTRO, Celso (org). Franz Boas. **Antropologia Cultural.** Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, Renilda Aparecida. **Identidade Nacional Brasileira e a Educação: Homogeneidade X Pluralidade Cultural.** UNIPLAC. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101520>> Acesso em: 02 fev. 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. **Religião de Matriz africana em Lages (SC) espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnicorracial.** UNISINOS. Disponível em, www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3898 Acesso em 02 fev 2015.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Trad. Ruy Jungman Ed. Zahar: Rio de Janeiro. 2010.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** Coleção Debates. Ed. Perspectiva: São Paulo. 2013.

ENIR & GÓES, Roberta & Sarney Barbosa. **Projeto KAMIYË YANOMAMI KËYA YAI: ORGULHO DE SER YANOMAMI-** Ideia – João Pessoa – 2010

FALCÃO, João Alberto Ferreira. **A Educação Salesiana no Internato de Barcelos Analisada à luz dos sistema pedagógico salesiano e da visão de ex-alunos.** Dissertação de mestrado em educação – UFAM – 2008. Disponível em: <www.passeidireto.com/arquivo/5177950/a-educacao-salesiana-no-internato-de-barcelos-analisada-a-luz-do-sistema-pedagog>. Acesso em: 22 mai. 2015.

FERNADES & FERNANDES. Américo Castro (Diakuru) e Dorvalino Moura (Kisibi). **A mitologia Sagrada dos Desana-wari Dihputiro pôrà.** UNIRT/FOIRN. 1996.

FIORI, Neide A. **Rumos do nacionalismo brasileiro nos tempos da segunda guerra mundial: o “nacional” e as minorias étnicas “inimigas”.** Caderno de Sociologia. Porto Alegre: v. 4, 1993, p. 131-144.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação.** Revista Brasileira de Educação, UFSC Centro de Ciências da Educação. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Editora Global. SP. 2003.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea.** CULTRIX, 20ª.Ed. – São Paulo , 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Ed. Artmed. Porto Alegre. 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1, 2 e 3. Ed. Civilização Brasileira. 1999.

HALL, Stuart. **“A identidade Cultural na pós-modernidade”.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOEBEL & FROST, **“Antropologia Cultural e Social”.** São Paulo. Cultrix.1976.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A Gramática dos conflitos sociais** Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 2007.

ISA. **Povos Indígenas no Brasil** – 2006/2010.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

KANTOR, Íris. “**Usos diplomáticos da ilha-Brasil: Polêmicas cartográficas e historiográficas**”. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol.23. no. 37 – 2007. Disponível < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752007000100005&script=sci_arttext> Acessado em 21/02/2016

KRÜGER, Marcos Frederico. **Amazônia: Mito e Literatura**. VALER. Manaus. 2013.

LABURTHE-TOLRA & WARNIER. “**Etnologia –Antropologia**”. Ed. Vozes. 1997.

LAUDATO, SDB Luís. “**Ritos e mitos do povo yanomami**”. FSDB. Gráfica Rondonprint. Manaus. 2009

LYONS, John. “**Lingua(gem) e Linguística**”. Rio de Janeiro. LTC. 2009.

Mapa – Livro. FOIRN/ISA – 1998

MAIA, Marcus. “**Manual de Linguística, subsídios para a formação de professores Indígenas na área de linguagem**”. MEC – 2006. Série Via dos Saberes.

MANO, Marcel “**Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história**”. Revista de Ciências Sociais no. 34. Periódicos UFPB. Abril de 2011. Disponível em < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/12189/7054> > Acesso em: 19/02/2016

MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. “**Manual de Linguística**”. Ed. Contexto. S.P.2015

MATTA, Roberto da. “**O que faz o Brasil, Brasil?**”. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 1986.

MCLAREN, Peter. “**Multiculturalismo Crítico**”. Tradução Bebel Orofino Schaefer. Ed.CORTEZ. Coleção Perspectiva. SP.1999

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “**Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**”. São Paulo. Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15. 2006.

_____. “O Trabalho do Antropólogo” São Paulo. UNESP. Disponível em < [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/OLIVEIRA,%20Roberto%20Cardoso%20de.%20%20trabalho%20do%20antropologo%20\[livro%20completo\].pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/OLIVEIRA,%20Roberto%20Cardoso%20de.%20%20trabalho%20do%20antropologo%20[livro%20completo].pdf)> Acessado em 05/01/2016

ORTIZ, Renato. “**Cultura brasileira e identidade nacional**”. Rio Grande do Sul: Brasiliense, 2012.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. “**Mura, guardiões do caminho fluvial**”. Disponível em < http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v3_n1_2/05_Mura_guardiaes_do_caminho_fluvial_Eliane%20Pequeno.pdf > Acessado em 08/01/2016



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

PETEAN, Antônio Carlos Lopes. “ **Preconceito e etnocentrismo nas reflexões de Michel de Montaigne e Claude Lévi-Strauss**” – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. MG. Publicações Acadêmicas. 2012. Disponível em <

http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Preconceito-e-etnocentrismo-nas-reflex%C3%B5es-de-Michel-de-Montaigne-e-Claude-L%C3%A9vi-Strauss_antonio-carlos.pdf > Acesso em 20/07/2015

POUTIGNAT, P.; SPREIFF-FENART, Jocelyne. “**Teorias da etnicidade. Seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**”. São Paulo: UNESP, 1998.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IFAM CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – 2010.

RAMIREZ, Henri. “**Iniciação à Língua Yanomami**”. Belvedere. Manaus. 1992.

REZENDE, Justino Sarmiento. “**Da escola com os Salesianos para a escola indígena**”. Universidade Católica Dom Bosco. MS. 2011. Disponível em <
<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7926-escola-indigena-municipal-utapinozona-tuyuka-e-a-construcao-da-identidade-tuyuka.pdf> > Acesso em 05/03/2015

RIBEIRO, Darcy. “**O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**”. SP: Companhia das Letras, 2000;

RICCI, Magda. “**Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02> Acessado em 01/03/2016

SMILJANIC, Maria Inês. “**Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëiteri. O impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami ocidentais (Amazonas, Brasil)**”. Journal de la société des américanistes, 88/2002. Disponível em <
<https://jsa.revues.org/2763>> Acesso em 30/11/2015.

STRAUSS, Claude Lévi. “**Mito e significado**”. Edições 70. Lisboa. Portugal. 2014.

SANTOS, Boaventura de S. “**Educação e Multiculturalismo Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **A construção multicultural da igualdade da diferença**. 1999. Disponível em <
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/135.pdf> > Acesso em 15/02/2016

_____. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. 1997. Disponível em:
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF Acesso em 15/02/2016



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SANTOS, Milton. **“Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência Universal.”** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SCHAFF, Adam. **“História e Verdade”**. Martins Fontes, São Paulo, 1987.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de O. **“Arqueologia da Amazônia”**. Resenha. Unicamp. Revista de História da Arte e Arqueologia. 2015. Disponível em <
<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%206%20-%20artigo%2016.pdf> >
 Acesso em 16/02/20156

SEMPRINI, Andrea. **“Multiculturalismo”**. Tradução Laureano Pelegrin. EDUSC. 1999.

SEVERO, Cristine Gorsiki. **“Linguagem e Sociedade: Algumas Reflexões sobre Determinismo.”** Acesso em 19/02/2016.

SOUZA, Elias Brasilino de. **“Cidadania Indígena e políticas Públicas na perspectiva da sustentabilidade: um estudo sobre o Médio e Alto rio Negro.”** EDUA. Manaus. 2010

WRIGHT, Robin M. **“História Indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro”**. Mercado das Letras. 2005

<http://www.funai.gov.br>

<http://prodoc.museudoindio.gov.br/>

www.revistadehistoria.com.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ACRÉSCIMOS TRAZIDOS PELA LEI ANTICORRUPÇÃO EM FACE DA LEI DE LICITAÇÕES ADMINISTRATIVE ACCOUNTABILITY: EXTRAS BROUGHT BY ANTI-CORRUPTION LAW IN FACE OF BIDDING LAW

Fabiola Lima da Silva¹

fabiolla_s@hotmail.com

Dorinethe dos Santos Bentes²

dorinethebentes@gmail.com

RESUMO

A Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, surge em um contexto de grande clamor social demonstrado pelas manifestações de junho de 2013 em todo o território nacional. Esta Lei trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Por isso, o presente trabalho objetivou pesquisar as inovações trazidas pela Lei Anticorrupção em contratos celebrados com a Administração Pública conforme a Lei de Licitações, além de trazer uma análise do contexto internacional e sua influência no ordenamento jurídico pátrio. Para tanto, o mesmo foi realizado mediante o estudo qualitativo e o método dedutivo partindo da Lei Anticorrupção para analisar as obras públicas que estão contempladas. Assim, constatou-se com este projeto que a Lei Anticorrupção ampliou o alcance do combate à corrupção ao permitir que a pessoa jurídica seja responsabilizada objetivamente, independente da comprovação de dolo ou culpa para a prática do ato ilícito em seu interesse ou benefício, suprimindo, assim, uma lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro e a demanda social, além de atender a compromissos internacionais. Percebe-se também que esta lei trouxe elementos que buscaram minimizar ou coibir a prática de atos de corrupção como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade.

Palavras-chave: Anticorrupção; responsabilização administrativa; pessoa jurídica; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A corrupção é um tema bem recorrente no cenário brasileiro em face do volume de recursos em dinheiro que é desviado, enriquecendo ilicitamente particulares com bens e ativos públicos. Historicamente e atualmente, não diferenciar a coisa pública da coisa privada por parte de alguns agentes públicos e representantes de empresas globais, por exemplo, é um fato recorrente nos países. Tais indivíduos findam se apropriando indevidamente do dinheiro público prejudicando a sociedade e o crescimento econômico do país.

Logo, estabelecer acordos internacionais sobre este tema é importante para que os países definam princípios e diretrizes nos Estados signatários para prevenir e combater as atividades



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ligadas à corrupção, visto que esta prática gera efeitos nocivos aos Estados, enfraquecendo instituições e governos, além de prejudicar a economia e, conseqüentemente, a sociedade. É neste contexto de preocupação internacional que foram sendo elaboradas normas no ordenamento jurídico brasileiro que também buscassem combater e prevenir a corrupção. Uma das leis promulgadas no Brasil que versa sobre este tema é a Lei Anticorrupção.

A Lei Anticorrupção trouxe inovações sobre a responsabilização administrativa da pessoa jurídica. Com esta lei a pessoa jurídica será responsabilizada objetivamente independente de ter concedido autorização para a prática do ato ilícito em seu interesse ou benefício.

Com isto, o ordenamento jurídico brasileiro supriu a demanda social, atendeu compromissos internacionais e colmatou lacunas deixadas por outras leis. No caso do objeto de pesquisa deste trabalho a Lei Anticorrupção subsidia elementos que buscam minimizar a prática de prejuízos em obras da Administração Pública.

No caso da esfera administrativa para combater a corrupção a Lei 12.846/2013 traz a aplicação de penas mais severas do que as dispostas na Lei 8.666/1993, tais como, a obrigação da reparação integral do dano causado e multas com valores que variam de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual da pessoa jurídica, ou até 60 milhões de reais, quando não for possível calcular este faturamento. Além disso, na esfera judicial pode ser aplicada, dentre outras sanções, a suspensão ou interdição parcial das atividades e a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Assim, é importante salientar, que um fato ocorrido contra a Administração Pública durante a fase de licitação ou de execução de uma obra pública pode culminar em penalidades previstas tanto na Lei nº 12.846/2013, assim como na Lei nº 8.666/1993. Isto ocorre conforme o disposto na própria Lei nº 12.846/2013 que diz ser possível adotar as sanções previstas em outros processos de responsabilização com a aplicação de suas respectivas penalidades, justamente pela independência de instâncias, não cabendo dizer que ocorre o *bis in idem*.

Portanto, a relevância social do projeto foi dar ciência acerca da prática de atos contra a Administração Pública, entendendo que implicarão em sanções cada vez mais rígidas, as quais possuem um caráter pedagógico e mostra à sociedade maior fiscalização administrativa. No que concerne à relevância científica esta pesquisa decorreu de um estudo da nova responsabilização administrativa da pessoa jurídica trazida pela Lei Anticorrupção ao acrescentar novas sanções nas já existentes na Lei 8.666/1993.

Este trabalho possibilita o aprimoramento dos conhecimentos sobre Direito Administrativo ao estudar as mudanças aplicadas neste ramo em relação à responsabilização administrativa.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Sendo exequível, pois existe material de pesquisa sobre o assunto nos aspectos legislativos e doutrinários além de ser possível obter informações nos órgãos como as Controladorias-Gerais e os Tribunais de Contas que são órgãos que fiscalizam o erário.

Por isso, o presente trabalho objetivou pesquisar as inovações trazidas pela Lei Anticorrupção em licitações de obras no âmbito da Administração Pública. Para tanto, o mesmo foi realizado mediante o estudo qualitativo e o método dedutivo partindo da Lei Anticorrupção para analisar as obras públicas que estão contempladas na Lei de Licitações.

O trabalho foi estruturado de modo a perpassar pela corrupção no âmbito internacional e sua influência no ordenamento jurídico brasileiro, comparar brevemente as leis de Licitações e a de Anticorrupção com o intuito de verificar as inovações trazidas pela Lei 12.846/2013 no que se refere principalmente à responsabilização objetiva das pessoas jurídicas por atos de corrupção e as sanções administrativas cabíveis, além de analisar o alcance da lei ao adotar novos instrumentos (como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade) para coibir e prevenir a corrupção na Administração Pública.

A CORRUPÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A corrupção no Brasil e no mundo causa grandes prejuízos à sociedade que percorrem os mais diversos segmentos sociais, quando particulares desviam vultosas quantias de dinheiro do setor público. A corrupção importa, entre outras consequências, em perda da credibilidade das instituições, perda da estabilidade política e econômica e compromete o desenvolvimento dos Estados. Portanto, além de ocorrer nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, também afeta negativamente a efetividade das políticas públicas e o crescimento econômico do país.

Assim, a corrupção começou a ser discutida por diversos países em convenções internacionais, para que os países cooperassem entre si com o intuito de combater e prevenir atos de corrupção no âmbito internacional. Foram sendo criados alguns tratados internacionais que versam sobre este tema com apoio dos Estados e de organismos internacionais como: a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE).

O estabelecimento de convenções internacionais que versam sobre a corrupção foi importante para a criação de padrões internacionais no combate à corrupção. Estes acordos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

definem princípios e programas nos países signatários, estabelecendo padrões mínimos para a criação de um sistema efetivo e íntegro.

IMPACTOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Nota-se que os tratados internacionais como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (também conhecida como a Convenção de Mérida) que tratam do combate à corrupção, possibilitaram a criação de leis sobre o tema no Brasil. Exemplo disso, é que após a ratificação da convenção (além dos decretos que introduziram esta convenção para o ordenamento jurídico brasileiro como o Decreto Legislativo nº 348/2005 e Decreto nº 5.687/2006) foram promulgadas também novas normas brasileiras sobre o tema como as leis: 12.683/12 (que altera a antiga Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro); 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e 12.850/13 (Lei do Crime Organizado).

Dentre estas leis uma que merece destaque é a Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, surgindo em um contexto de grande clamor social demonstrado pelas manifestações de junho de 2013 em todo o território nacional contra os atos de corrupção.

A Lei 12.846/2013 prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Ressalta-se também que a Lei Anticorrupção visa proteger os recursos públicos, nacional e estrangeiro, aborda os princípios da administração pública (também previstos na Constituição Federal de 1988 no art. 37, *caput*) e reafirma os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (como os citados no tópico anterior).

Com a mesma se tornou possível que os bens e ativos públicos desviados ilicitamente pudessem ser recuperados mais facilmente ao responsabilizar diretamente a pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública ao invés de atingir de imediato o patrimônio da pessoa física responsável pelo ato de corrupção. Portanto, a grande inovação da Lei Anticorrupção é a responsabilização das pessoas jurídicas independente da comprovação de dolo ou culpa para aplicação das sanções previstas nesta Lei, visto que anteriormente apenas as pessoas físicas que praticavam os atos ilícitos que poderiam ser responsabilizadas.

Apesar disso, a Lei 12.846/2013 no seu Art. 3º dispõe que responsabilizar a pessoa jurídica não retira “a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito”, respondendo os responsáveis pela



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

prática de atos ilícitos (como os agentes e administradores das respectivas pessoas jurídicas) na medida de sua culpabilidade.

LEI ANTICORRUPÇÃO X LEI DE LICITAÇÕES

A Administração Pública, direta e indireta, para contratar obras, serviços, compras e alienações, necessita realizar um processo de licitação pública, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 (CF/88) no inciso XXI, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Os contratos celebrados por meio de licitação pública precisam garantir igualdade de condições entre todos os concorrentes (permitindo a adoção de exigências de qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações) além de observar os princípios da Administração Pública que se encontram listados em um rol exemplificativo no *caput* do Art. 37 da Constituição Federal como: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

A Lei 8.666/1993 regulamentou normas gerais para a Administração Pública direta e indireta realizarem contratos e licitações de obras, serviços, compras, alienações e locações, sendo estes contratos administrativos precedidos de licitações, exceto nos casos previstos em Lei. Nestes contratos e licitações, zela-se pelo respeito aos princípios da administração pública (também previstos na Constituição Federal de 1988 no Art. 37, *caput*), na aquisição de propostas mais vantajosas para a Administração no que se refere à técnica e preço, garantindo a isonomia entre as propostas e na primazia do interesse público e do bem da coletividade.

Das definições adotadas pela Lei 8.666/1993, em seu Art. 6º destacam-se as seguintes:

Obra - “toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta” (Lei 8.666/93, Art. 6º);

Obras, serviços e compras de grande vulto - aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das entidades com personalidade jurídica de direito privado instituídas ou mantidas pelo poder público.

Como se pode ver, a própria Lei prevê que haja obras públicas cujos valores são vultosos e para que a Administração Pública não seja lesada e pague o valor adequado por um serviço com a melhor técnica possível, faz-se necessário à adoção de determinados parâmetros sobre licitações



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e contratos previstos na lei de Licitações e em outras normas mais específicas que versam sobre o tema criadas posteriormente (exemplo disso, é a Lei do Pregão – Lei nº 10.520/2002).

É preciso cumprir as determinações destas normas porque dependendo do tamanho e da onerosidade destas obras pode haver um maior desvio de recursos públicos para particulares. Isso se torna importante porque a corrupção contribui na apropriação privada indevida de recursos públicos que deveriam ser investidos no desenvolvimento social e nas políticas econômicas e públicas dos Estados.

Com o intuito de coibir e prevenir a prática de atos de corrupção em face de obras públicas foi criada a Lei 12.846/2013 que ampliou o conteúdo dos artigos da Lei de Licitações na parte de sanções administrativas além de adotar novos instrumentos para combater esta prática (como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade).

Esta lei apesar de seu forte caráter repressivo também incentiva as empresas a colaborarem com investigações e procedimentos administrativos de órgãos públicos, possibilitando a celebração de acordos de leniência o que importará na redução da multa ou isenção de pena. E, para empresas que possuam mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia, ou seja, empresas que possuam “programas de integridade” possibilita a atenuação da multa aplicada (CGU, 2016, p. 08).

Assim, de acordo com a CGU (2016) há cinco pontos a serem destacados nesta lei: a responsabilização administrativa, aplicação de multas mais severas, acordo de leniência, programas de integridade (*compliance*) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

DA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DAS PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS DE CORRUPÇÃO

A Lei 12.846/2013 em seu Art. 2º estabelece que “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não”.

Assim, independente do benefício ou interesse que a pessoa jurídica possa obter, a mesma responderá objetivamente por qualquer vantagem ilícita praticada por seus dirigentes ou administradores (em suma os representantes da pessoa jurídica) praticados na modalidade culposa ou dolosa. Com isso, para fins de responsabilização objetiva e aplicação das sanções previstas nesta lei, é preciso ter a comprovação do ato de corrupção e o nexo de causalidade entre o ato e a conduta do agente que representa a pessoa jurídica.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Logo, como a Lei Anticorrupção objetiva impedir a corrupção empresarial, a pessoa jurídica responde objetivamente quando há a prática de ato que cause prejuízos nas suas relações com a Administração Pública (obtida vantagem indevida ou não).

Esta responsabilização da pessoa jurídica não exige a responsabilidade individual de qualquer pessoa natural que tenha cometido o ato ilícito conforme o art. 3º da Lei Anticorrupção, isto quer dizer que a responsabilidade objetiva não excluirá a responsabilidade subjetiva dos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural envolvida na prática de corrupção, seja ela autora, coautora ou partícipe.

Destaca-se também que a responsabilização objetiva da pessoa jurídica em decorrência de atos lesivos à Administração Pública não é novidade exclusiva da Lei Anticorrupção. Há o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que em uma “ação de improbidade, por exemplo, a pessoa jurídica pode figurar no polo passivo, ainda que desacompanhada de seus sócios, sendo responsabilizada com seu patrimônio pela prática de ato ímprobo (RESp. 970.393)” (CAMPOS, 2015, p. 163).

Consoante MOREIRA NETO e FREITAS (2016, p. 7) a responsabilização objetiva da pessoa jurídica também pode ser vista nos danos ambientais no Art. 14, §§1º e 3º, da Lei nº 6.938/1981 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e no Art. 932 c/c 933 do Código Civil em que se responsabiliza a pessoa jurídica pela reparação civil independente de haver culpa por sua parte.

Outra hipótese disposta na Lei Anticorrupção que merece destaque é que a responsabilidade da pessoa jurídica permanece mesmo na ocorrência de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária da pessoa jurídica. Isto de certa forma impede quem de má fé quisesse modificar ou desconstituir a pessoa jurídica com o intuito de simular ou fraudar, e, conseqüentemente, se eximir das sanções previstas nesta lei. Nestes casos, ainda subsiste nas hipóteses de fusão e incorporação, “a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido”, ficando isentas das demais sanções previstas nesta lei conforme o Art. 4º, § 1º.

Segundo a norma analisada, são considerados atos lesivos à Administração Pública aqueles praticados contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra a administração pública e seus princípios ou contra os compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Na Lei Anticorrupção são previstos os seguintes atos lesivos a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; (Lei 12.846/13, art. 5º, IV).

Observa-se nestes incisos que a maior parte dos tipos previstos diz respeito à prática de condutas que visem frustrar ou fraudar os procedimentos licitatórios impedindo de tal modo que a administração pública não trate de forma isonômica os concorrentes e nem obtenha contratos mais vantajosos no que tange as modalidades melhor técnica e/ ou preço.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Existem três tipos de sanções: natureza civil, penal e administrativa para punir aquele que não observou uma conduta prevista por uma norma jurídica. Por isso, a Lei 8.666/93 em seu Art. 82 diz que os agentes administrativos que praticarem atos que contrariem esta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível ao seu ato.

Conforme o Capítulo IV, Seção II esta lei trazia sanções administrativas com um caráter mais voltado para quem descumpria injustificadamente a execução do contrato sujeitando o contratado à multa, rescisão unilateral do contrato além de outras sanções. Ou por inexecução, total ou parcial, do contrato aplicando ao contratado sanções como: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

Podendo aplicar as sanções de multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedir de celebrar contratos com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos se as empresas ou seus representantes tiverem praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação. Com isso, não se via claramente uma responsabilidade administrativa para a prática de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

atos de corrupção em que o representante da pessoa jurídica obtinha por dolo ou por culpa um enriquecimento indevido à custa de recursos desviados da Administração Pública.

É para preencher as lacunas deixadas pela lei 8.666/1993 que foram elaboradas posteriormente leis sobre a responsabilização administrativa e civil de agentes públicos e pessoas jurídicas. Como são os casos da lei 8.429/1992 (dispõe as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito na administração pública direta e indireta) e a lei 12.846/2013 (prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).

Na Lei Anticorrupção houve uma fixação de um parâmetro para o cálculo da multa, ou seja, a punição nunca será menor do que o valor da vantagem obtida (quando for possível estimar este valor). E, por ser o cálculo da multa mensurado em valores vultosos, fixam-se os limites de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Quando não for possível determinar o faturamento bruto da pessoa jurídica a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Leva-se em consideração alguns dos quesitos do Art. 7º para aplicar as sanções, tais como:

- I - a gravidade da infração;
- II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- III - a consumação ou não da infração;
- IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;
- V - o efeito negativo produzido pela infração;
- VI - a situação econômica do infrator;
- VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

E por fim, a aplicação destas sanções não exime a pessoa jurídica da obrigação da reparação integral do dano causado.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Na Lei Anticorrupção foi previsto a adoção do programa de integridade também conhecido como *compliance* que visa à prevenção por parte das empresas contra a corrupção. Nestes programas de integridade se estabelecem “mecanismos e procedimentos internos de integridade,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica” conforme o Art. 7º, VIII da Lei 12.846/2013.

O Decreto nº 8.420/2015, que regulamentou no âmbito federal a Lei nº 12.846/2013, detalha os mecanismos de integridade que as empresas devem adotar para poderem atenuar suas sanções como os seguintes parâmetros listados no Art. 42: comprometimento da alta direção da pessoa jurídica; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores e quando necessário, a terceiros; treinamentos periódicos sobre o programa de integridade e análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade; entre outros no que se referem a existência e aplicação do *compliance*.

Com isso, nota-se a existência de quatro elementos principais no programa de integridade: sistema de auditoria interna, canal de denúncia, um programa que seja confiável e efetivo e que seja aplicado a todos os colaboradores inclusive os terceiros (tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados) se necessário.

ACORDO DE LENIÊNCIA

A lei 12.846/13 dispôs o acordo de leniência como um instrumento que seja capaz de contribuir para a identificação dos demais envolvidos em atos de corrupção e, conseqüentemente a *posteriori*, na recuperação de ativos. Reduz consideravelmente (em até 2/3 o valor da multa aplicável) ou mesmo remite as penas aplicáveis (nas esferas administrativa e/ou cível) desde que resulte em uma colaboração efetiva para as investigações e se tenha a obtenção rápida de informações e documentos que comprovem a prática de corrupção. A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão que celebra os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal.

Conforme a Lei anticorrupção em seu Art. 17: “A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993”, com intuito de isentar ou atenuar as sanções administrativas dispostas em seus Arts. 86 a 88.

Conforme a CGU (2016) para celebrar o acordo de leniência, a empresa necessita: reconhecer a participação na infração; identificar envolvidos na infração; reparar integralmente o dano causado; cooperar com a investigação do ato ilícito e fornecer documentos que comprovem a prática da infração.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Caso o acordo de leniência seja cumprido, a pessoa jurídica tem os seguintes benefícios: isenção da publicação da decisão sobre a punição; isenção da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações de órgãos ou entidades públicas; isenção ou atenuação da proibição de licitar e contratar com a Administração Pública e redução do valor da multa em até 2/3, se houver. Se houver o descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica não poderá celebrar novo acordo pelo prazo de 3 anos contados da data do conhecimento pela administração pública.

CADASTROS

Geridos pela CGU, os Cadastros Nacionais de Empresas Punidas (CNEP) e de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) reúnem as pessoas jurídicas que sofreram sanções baseados na Lei Anticorrupção e em outras legislações, como a Lei de Licitações e Contratos.

Os dados são fornecidos pelos órgãos e entidades dos três Poderes e das três esferas da federação. O CNEP reúne e dá publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a corrupção no Brasil se refere a um tema atual e recorrente e por, geralmente, terem as obras públicas vultosos valores nas licitações, leis posteriores à Lei 8.666/1993 foram sendo criadas de modo a preencher lacunas no ordenamento jurídico e combater a corrupção buscando diminuir ou evitar o desvio do dinheiro público por parte de empresas.

Esta Lei funciona também como um importante instrumento para fortalecer as instituições competentes em fiscalizar os atos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, como as Controladorias-Gerais e os Tribunais de Contas. Assim, nota-se que para minimizar e/ ou combater a corrupção é necessária a atuação em conjunto de toda a sociedade principalmente no caráter preventivo visto que o desvio de recursos públicos provoca grandes prejuízos sociais afetando instituições, governos, economia e o desenvolvimento de um país.

Por isso, ratificar tratados internacionais e regulamentar normas no ordenamento jurídico brasileiro têm sido importantes para coibir e prevenir atos de corrupção aliado à adoção de instrumentos que possibilitaram a minimização desta prática, como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade previstos na Lei Anticorrupção.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 – Regulamenta a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 29 fev. 2016.
- BRASIL. Lei Anticorrupção. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorruptao>>. Acesso em: 29 fev. 2016.
- BRASIL. Lei Anticorrupção é regulamentada. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/03/lei-anticorruptao-e-regulamentada#>>. Acesso em: 01 mar. 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- CAMPOS, Patrícia Toledo de. Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei anticorrupção. Revista Digital de Direito Administrativo, v. 2, n. 1, p. 160-185, 2015.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL (1988). In: Vade Mecum. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). Empresas brasileiras no exterior: Relacionamento com a Administração Pública Estrangeira, políticas de hospitalidade, brindes e presentes. Disponível em: <www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/cartilha_anticorruptao.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptao/convencao.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). Guia de Implementação das Medidas Preventivas previstas na Convenção das Nações Unidas contra Corrupção. Instituto de Pesquisa Inter-regional sobre crime e justiça. 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Breves comentários sobre a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção. Grupo de Trabalho – 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Abril, 2006. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/publicacoes-diversas/comentarios_cnucc.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Vêras de. A juridicidade da Lei Anticorrupção – Reflexões e interpretações prospectivas. Disponível em <http://www.editoraforum.com.br/ef/wp-content/uploads/2014/01/ART_Diogo-Figueiredo-Moreira-Neto-et-al_Lei-Anticorruptao.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ACRÉSCIMOS TRAZIDOS PELA LEI ANTICORRUPÇÃO EM FACE DA LEI DE LICITAÇÕES

ADMINISTRATIVE ACCOUNTABILITY: EXTRAS BROUGHT BY ANTI- CORRUPTION LAW IN FACE OF BIDDING LAW

Fabíola Lima da Silva¹ – e-mail: fabiollla_s@hotmail.com

Dorinethe dos Santos Bentes² – e-mail: dorinethebentes@gmail.com

RESUMO

A Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, surge em um contexto de grande clamor social demonstrado pelas manifestações de junho de 2013 em todo o território nacional. Esta Lei trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Por isso, o presente trabalho objetivou pesquisar as inovações trazidas pela Lei Anticorrupção em contratos celebrados com a Administração Pública conforme a Lei de Licitações, além de trazer uma análise do contexto internacional e sua influência no ordenamento jurídico pátrio. Para tanto, o mesmo foi realizado mediante o estudo qualitativo e o método dedutivo partindo da Lei Anticorrupção para analisar as obras públicas que estão contempladas. Assim, constatou-se com este projeto que a Lei Anticorrupção ampliou o alcance do combate à corrupção ao permitir que a pessoa jurídica seja responsabilizada objetivamente independente da comprovação de dolo ou culpa para a prática do ato ilícito em seu interesse ou benefício. Suprindo assim, uma lacuna existente no ordenamento jurídico brasileiro e a demanda social, além de atender a compromissos internacionais. Percebe-se também que esta lei trouxe elementos que buscaram minimizar ou coibir a prática de atos de corrupção como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade.

Palavras-chave: Anticorrupção; responsabilização administrativa; pessoa jurídica; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A corrupção é um tema bem recorrente no cenário brasileiro em face da enorme quantidade de dinheiro que é desviado, enriquecendo ilicitamente particulares com bens e ativos públicos. Historicamente e atualmente não diferenciar a coisa pública da coisa privada pela parte de alguns agentes públicos e representantes de empresas globais, por exemplo, é um fato recorrente nos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

países. Tais indivíduos findam se apropriando indevidamente do dinheiro público prejudicando a sociedade e o crescimento econômico do país.

Logo, estabelecer acordos internacionais sobre este tema é importante para que os países definam princípios e diretrizes nos Estados signatários para prevenir e combater as atividades ligadas à corrupção. Visto que esta prática gera efeitos nocivos aos Estados enfraquecendo instituições e governos além de prejudicar a economia e consequentemente a sociedade. É neste contexto de preocupação internacional que foram sendo elaboradas normas no ordenamento jurídico brasileiro que também buscassem combater e prevenir a corrupção. Uma das leis promulgadas no Brasil que versa este tema é a Lei Anticorrupção.

A Lei Anticorrupção trouxe inovações sobre a responsabilização administrativa da pessoa jurídica, com esta lei a pessoa jurídica será responsabilizada objetivamente independente de ter concedido autorização para a prática do ato ilícito em seu interesse ou benefício.

Com isto, o ordenamento jurídico brasileiro supriu a demanda social, atendeu compromissos internacionais e colmatou lacunas deixadas por outras leis. No caso do objeto de pesquisa deste trabalho a Lei Anticorrupção subsidia elementos que buscam minimizar a prática de prejuízos em obras da Administração Pública.

No caso da esfera administrativa para combater a corrupção a Lei 12.846/2013 traz a aplicação de penas mais severas do que as dispostas na Lei 8.666/1993, tais como, a obrigação da reparação integral do dano causado e multas com valores que variam de 0,1% a 20% do faturamento bruto anual da pessoa jurídica, ou até 60 milhões de reais, quando não for possível calcular este faturamento. Além disso, na esfera judicial pode ser aplicada, dentre outras sanções, a suspensão ou interdição parcial das atividades e a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Assim, é importante salientar, que um fato ocorrido contra a Administração Pública durante a fase de licitação ou de execução de uma obra pública pode culminar em penalidades previstas tanto na Lei nº 12.846/2013 assim como na Lei nº 8.666/1993. Isto ocorre conforme o disposto na própria Lei nº 12.846/2013 que diz ser possível adotar as sanções previstas em outros processos de responsabilização com a aplicação de suas respectivas penalidades, justamente pela independência de instâncias, não cabendo dizer que ocorre o *bis in idem*.

Portanto, a relevância social do projeto foi dar ciência que praticar atos contra a Administração Pública implicarão em sanções cada vez mais rígidas, as quais possuem um caráter pedagógico e mostra à sociedade uma maior fiscalização administrativa. No que concerne à relevância científica esta pesquisa decorreu de um estudo da nova responsabilização



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

administrativa da pessoa jurídica trazida pela Lei Anticorrupção ao acrescentar novas sanções nas já existentes na Lei 8.666/1993.

Este trabalho possibilita o aprimoramento dos conhecimentos sobre Direito Administrativo ao estudar as mudanças aplicadas neste ramo em relação à responsabilização administrativa. Sendo exequível, pois existe material de pesquisa sobre o assunto nos aspectos legislativos e doutrinários além de ser possível obter informações nos órgãos como as Controladorias-Gerais e os Tribunais de Contas que são órgãos que fiscalizam o erário.

Por isso, o presente trabalho objetivou pesquisar as inovações trazidas pela Lei Anticorrupção em licitações de obras no âmbito da Administração Pública. Para tanto, o mesmo foi realizado mediante o estudo qualitativo e o método dedutivo partindo da Lei Anticorrupção para analisar as obras públicas que estão contempladas na Lei de Licitações.

O trabalho foi estruturado de modo a perpassar pela corrupção no âmbito internacional e sua influência no ordenamento jurídico brasileiro, comparar brevemente as leis de Licitações e a de Anticorrupção com o intuito de verificar as inovações trazidas pela Lei 12.846/2013 no que se refere principalmente à responsabilização objetiva das pessoas jurídicas por atos de corrupção e as sanções administrativas cabíveis, além de analisar o alcance da lei ao adotar novos instrumentos (como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade) para coibir e prevenir a corrupção na Administração Pública.

A CORRUPÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A corrupção no Brasil e no mundo causa grandes prejuízos à sociedade que percorrem os mais diversos segmentos sociais quando particulares desviam vultosas quantias de dinheiro do setor público. A corrupção importa, entre outras consequências, em perda da credibilidade das instituições, perda da estabilidade política e econômica e compromete o desenvolvimento dos Estados. Portanto, além de ocorrer nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, também afeta negativamente a efetividade das políticas públicas e o crescimento econômico do país.

Pensando nisso, a corrupção começou a ser discutida por diversos países em convenções internacionais, para que os países cooperassem entre si com o intuito de combater e prevenir atos de corrupção no âmbito internacional. Foram sendo criados alguns tratados internacionais que versam sobre este tema com apoio dos Estados e de organismos internacionais como: a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE).

O estabelecimento de convenções internacionais que versem sobre a corrupção foi importante para a criação de padrões internacionais no combate à corrupção. Estes acordos definem princípios e programas nos países signatários, estabelecendo padrões mínimos para a criação de um sistema efetivo e íntegro.

IMPACTOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Nota-se que os tratados internacionais como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (também conhecida como a Convenção de Mérida) que tratam do combate à corrupção, possibilitaram a criação de leis sobre o tema no Brasil. Exemplo disso, é que após a ratificação da convenção (além dos decretos que introduziram esta convenção para o ordenamento jurídico brasileiro como o Decreto Legislativo nº 348/2005 e Decreto no 5.687/2006) foram promulgadas também novas normas brasileiras sobre o tema como as leis: 12.683/12 (que altera a antiga Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro); 12.846/13 (Lei Anticorrupção) e 12.850/13 (Lei do Crime Organizado).

Dentre estas leis uma que merece destaque é a Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, que entrou em vigor em janeiro de 2014, surge em um contexto de grande clamor social demonstrado pelas manifestações de junho de 2013 em todo o território nacional contra os atos de corrupção.

A Lei 12.846/2013 prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Ressalta-se também que a Lei Anticorrupção visa proteger os recursos públicos nacional e estrangeiro, aborda os princípios da administração pública (também previstos na Constituição Federal de 1988 no art. 37, caput) e reafirma os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (como os citados no tópico anterior).

Com a mesma tornou-se possível que os bens e ativos públicos desviados ilicitamente pudessem ser recuperados mais facilmente ao responsabilizar diretamente a pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública ao invés de atingir de imediato o patrimônio da pessoa física responsável pelo ato de corrupção. Portanto, a grande inovação da Lei Anticorrupção é a responsabilização das pessoas jurídicas independente da comprovação de dolo ou culpa para



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

aplicação das sanções previstas nesta Lei visto que anteriormente apenas as pessoas físicas que praticavam os atos ilícitos que poderiam ser responsabilizadas.

Apesar disso, a Lei 12.846/2013 no seu art. 3º dispõe que responsabilizar a pessoa jurídica não retira “a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito”, respondendo os responsáveis pela prática de atos ilícitos (como os agentes e administradores das respectivas pessoas jurídicas) na medida de sua culpabilidade.

LEI ANTICORRUPÇÃO X LEI DE LICITAÇÕES

A Administração Pública direta e indireta para contratar obras, serviços, compras e alienações necessita realizar um processo de licitação pública, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988 (CF/88) no inciso XXI, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Os contratos celebrados por meio de licitação pública precisam garantir igualdade de condições entre todos os concorrentes (permitindo a adoção de exigências de qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações) além de observar os princípios da Administração Pública que se encontram listados em um rol exemplificativo no caput do art. 37 da Constituição Federal como: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

A Lei 8.666/1993 regulamentou normas gerais para a Administração Pública direta e indireta realizarem contratos e licitações de obras, serviços, compras, alienações e locações sendo estes contratos administrativos precedidos de licitações, exceto nos casos previstos em Lei. Nestes contratos e licitações zela-se pelo respeito aos princípios da administração pública (também previstos na Constituição Federal de 1988 no art. 37, caput), na aquisição de propostas mais vantajosas para a Administração no que se refere à técnica e preço garantindo a isonomia entre as propostas e na primazia do interesse público e do bem da coletividade.

Das definições adotadas pela Lei 8.666/1993 em seu art. 6º destacam-se as seguintes:

Obra - “toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta” (Lei 8.666/93, art. 6º);

Obras, serviços e compras de grande vulto - aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das entidades com personalidade jurídica de direito privado instituídas ou mantidas pelo poder público.

Como se pode ver a própria Lei prevê que há obras públicas cujos valores são vultosos e para que a Administração Pública não seja lesada e pague o valor adequado por um serviço com a melhor técnica possível faz-se necessário à adoção de determinados parâmetros sobre licitações e contratos previstos na lei de Licitações e em outras normas mais específicas que versam sobre o tema criadas posteriormente (exemplo disso, é a Lei do Pregão – Lei nº 10.520/2002).

É preciso cumprir as determinações destas normas porque dependendo do tamanho e da onerosidade destas obras pode haver um maior desvio de recursos públicos para particulares. Isso se torna importante porque a corrupção contribui na apropriação privada indevida de recursos públicos que deveriam ser investidos no desenvolvimento social e nas políticas econômicas e públicas dos Estados.

Com o intuito de coibir e prevenir a prática de atos de corrupção em face de obras públicas foi criada a Lei 12.846/2013 que ampliou o conteúdo dos artigos da Lei de Licitações na parte de sanções administrativas além de adotar novos instrumentos para combater esta prática (como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade).

Esta lei apesar de seu forte caráter repressivo também incentiva as empresas a colaborarem com investigações e procedimentos administrativos de órgãos públicos, possibilitando a celebração de acordos de leniência o que importará na redução da multa ou isenção de pena. E, para empresas que possuam mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia, ou seja, empresas que possuam “programas de integridade” possibilita a atenuação da multa aplicada. (CGU, 2016, p. 08)

Assim, de acordo com a CGU (2016) há cinco pontos a serem destacados nesta lei: a responsabilização administrativa, aplicação de multas mais severas, acordo de leniência, programas de integridade (*compliance*) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

DA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DAS PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS DE CORRUPÇÃO

A Lei 12.846/2013 em seu art. 2º estabelece que “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não”.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim, independente do benefício ou interesse que a pessoa jurídica possa obter a mesma responderá objetivamente por qualquer vantagem ilícita praticada por seus dirigentes ou administradores (em suma os representantes da pessoa jurídica) praticados na modalidade culposa ou dolosa. Com isso, para fins de responsabilização objetiva e aplicação das sanções previstas nesta lei, é preciso ter a comprovação do ato de corrupção e o nexo de causalidade entre o ato e a conduta do agente que representa a pessoa jurídica.

Logo, como a Lei Anticorrupção objetiva impedir a corrupção empresarial, a pessoa jurídica responde objetivamente quando há a prática de ato que cause prejuízos nas suas relações com a Administração Pública (obtida vantagem indevida ou não).

Esta responsabilização da pessoa jurídica não exige a responsabilidade individual de qualquer pessoa natural que tenha cometido o ato ilícito conforme o art. 3º da Lei Anticorrupção, isto quer dizer, que a responsabilidade objetiva não excluirá a responsabilidade subjetiva dos dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural envolvida na prática de corrupção, seja ela autora, coautora ou partícipe.

Destaca-se também que a responsabilização objetiva da pessoa jurídica em decorrência de atos lesivos à Administração Pública não é novidade exclusiva da Lei Anticorrupção. Há o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que em uma “ação de improbidade, por exemplo, a pessoa jurídica pode figurar no polo passivo, ainda que desacompanhada de seus sócios, sendo responsabilizada com seu patrimônio pela prática de ato ímprobo (RESp. 970.393)”. (CAMPOS, 2015, p. 163)

Consoante MOREIRA NETO e FREITAS (2016, p. 7) a responsabilização objetiva da pessoa jurídica também pode ser vista nos danos ambientais no art. 14, §§1º e 3º, da Lei nº 6.938/1981 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e no art. 932 c/c 933 do Código Civil em que se responsabiliza a pessoa jurídica pela reparação civil independente de haver culpa por sua parte.

Outra hipótese disposta na Lei Anticorrupção que merece destaque é que a responsabilidade da pessoa jurídica permanece mesmo na ocorrência de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária da pessoa jurídica. Isto de certa forma impede quem de má fé quisesse modificar ou desconstituir a pessoa jurídica com o intuito de simular ou fraudar e consequentemente se eximir das sanções previstas nesta lei. Nestes casos, ainda subsiste nas hipóteses de fusão e incorporação, “a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido”, ficando isentas das demais sanções previstas nesta lei conforme o Art. 4º, § 1º.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo a norma analisada, são considerados atos lesivos à Administração Pública aqueles praticados contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra a administração pública e seus princípios ou contra os compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Na Lei Anticorrupção são previstos os seguintes atos lesivos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; (Lei 12.846/13, art. 5º, IV)

Observa-se nestes incisos que a maior parte dos tipos previstos diz respeito à prática de condutas que visem frustrar ou fraudar os procedimentos licitatórios impedindo de tal modo que a administração pública não trate de forma isonômica os concorrentes e nem obtenha contratos mais vantajosos no que tange as modalidades melhor técnica e/ ou preço.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Existem três tipos de sanções: natureza civil, penal e administrativa para punir aquele que não observou uma conduta prevista por uma norma jurídica. Por isso, a Lei 8.666/93 em seu art. 82 diz que os agentes administrativos que praticarem atos que contrariem esta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível ao seu ato.

Conforme o Capítulo IV, Seção II esta lei trazia sanções administrativas com um caráter mais voltado para quem descumpria injustificadamente a execução do contrato sujeitando o contratado à multa, rescisão unilateral do contrato além de outras sanções. Ou por inexecução



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

total ou parcial do contrato aplicando ao contratado sanções como: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

Podendo aplicar as sanções de multa ou suspensão temporária de participação em licitação e impedir de celebrar contratos com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos se as empresas ou seus representantes tiverem praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação. Com isso, não se via claramente uma responsabilidade administrativa para a prática de atos de corrupção em que o representante da pessoa jurídica obtinha por dolo ou por culpa um enriquecimento indevido a custa de recursos desviados da Administração Pública.

É para preencher as lacunas deixadas pela lei 8.666/1993 que foram elaboradas posteriormente leis sobre a responsabilização administrativa e civil de agentes públicos e pessoas jurídicas. Como são os casos da lei 8.429/1992 (dispõe as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito na administração pública direta e indireta) e a lei 12.846/2013 (prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira).

Na Lei Anticorrupção houve uma fixação de um parâmetro para o cálculo da multa a punição nunca será menor do que o valor da vantagem obtida (quando for possível estimar este valor). E por ser o cálculo da multa mensurado em valores vultosos fixam-se os limites de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Quando não for possível determinar o faturamento bruto da pessoa jurídica a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Leva-se em consideração alguns dos quesitos do art. 7º para aplicar as sanções, tais como:

- I - a gravidade da infração;
- II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- III - a consumação ou não da infração;
- IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;
- V - o efeito negativo produzido pela infração;
- VI - a situação econômica do infrator;
- VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

E por fim, a aplicação destas sanções não exime a pessoa jurídica da obrigação da reparação integral do dano causado.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Na Lei Anticorrupção foi previsto a adoção do programa de integridade também conhecido como *compliance* que visa à prevenção por parte das empresas contra a corrupção. Nestes programas de integridade se estabelecem “mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica” conforme o art. 7º, VIII da Lei 12.846/2013.

O Decreto nº 8.420/2015, que regulamentou no âmbito federal a Lei nº 12.846/2013, detalha os mecanismos de integridade que as empresas devem adotar para poderem atenuar suas sanções como os seguintes parâmetros listados no art. 42: comprometimento da alta direção da pessoa jurídica; padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores e quando necessário, a terceiros; treinamentos periódicos sobre o programa de integridade e análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade; entre outros no que se referem a existência e aplicação do *compliance*.

Com isso, nota-se a existência de quatro elementos principais no programa de integridade: sistema de auditoria interna, canal de denúncia, um programa que seja confiável e efetivo e que seja aplicado a todos os colaboradores inclusive os terceiros (tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados) se necessário.

ACORDO DE LENIÊNCIA

A lei 12.846/13 dispôs o acordo de leniência como um instrumento que seja capaz de contribuir para a identificação dos demais envolvidos em atos de corrupção e, conseqüentemente a posteriori na recuperação de ativos. Reduz consideravelmente (em até 2/3 o valor da multa aplicável) ou mesmo remite as penas aplicáveis (nas esferas administrativa e/ou cível) desde que resulte em uma colaboração efetiva para as investigações e se tenha a obtenção rápida de informações e documentos que comprovem a prática de corrupção. A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão que celebra os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Conforme a Lei anticorrupção em seu art. 17: “A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993”, com intuito de isentar ou atenuar as sanções administrativas dispostas em seus arts. 86 a 88.

Conforme a CGU (2016) para celebrar o acordo de leniência, a empresa necessita: reconhecer a participação na infração; identificar envolvidos na infração; reparar integralmente o dano causado; cooperar com a investigação do ato ilícito e fornecer documentos que comprovem a prática da infração.

Caso o acordo de leniência seja cumprido, a pessoa jurídica tem os seguintes benefícios: isenção da publicação da decisão sobre a punição; isenção da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações de órgãos ou entidades públicos; isenção ou atenuação da proibição de licitar e contratar com a Administração Pública e redução do valor da multa em até 2/3, se houver. Se houver o descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica não poderá celebrar novo acordo pelo prazo de 3 anos contados da data do conhecimento pela administração pública.

CADASTROS

Geridos pela CGU, os cadastros nacionais de Empresas Punidas (CNEP) e de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) reúnem as pessoas jurídicas que sofreram sanções baseados na Lei Anticorrupção e em outras legislações, como a Lei de Licitações e Contratos.

O dados são fornecidos pelos órgãos e entidades dos três Poderes e das três esferas da federação. O CNEP reúne e dá publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a corrupção no Brasil se refere a um tema atual e recorrente e por, geralmente, terem as obras públicas vultosos valores nas licitações, leis posteriores a Lei 8.666/1993 foram sendo criadas de modo a preencher lacunas no ordenamento jurídico e combater a corrupção buscando diminuir ou evitar o desvio do dinheiro público por parte de empresas.

Esta Lei funciona também como um importante instrumento para fortalecer as instituições competentes em fiscalizar os atos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira como as Controladorias-Gerais e os Tribunais de Contas. Assim, nota-se que para





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

minimizar e/ ou combater a corrupção é necessária a atuação em conjunto de toda a sociedade principalmente no caráter preventivo visto que o desvio de recursos públicos provoca grandes prejuízos sociais afetando instituições, governos, economia e o desenvolvimento de um país.

Por isso, ratificar tratados internacionais e regulamentar normas no ordenamento jurídico brasileiro têm sido importantes para coibir e prevenir atos de corrupção aliado a adoção de instrumentos que possibilitaram a minimização desta prática, como os acordos de leniência e a adoção de programas internos de integridade previstos na Lei Anticorrupção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 – Regulamenta a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. *Lei Anticorrupção.* Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorrupcao>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. *Lei Anticorrupção é regulamentada.* Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2015/03/lei-anticorrupcao-e-regulamentada#>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CAMPOS, Patrícia Toledo de. *Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei anticorrupção.* Revista Digital De Direito Administrativo, v. 2, n. 1, p. 160-185, 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL (1988). In: *Vade Mecum*. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). *Empresas brasileiras no exterior: Relacionamento com a Administração Pública Estrangeira, políticas de hospitalidade, brindes e presentes.* Disponível em: <www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/cartilha_anticorrupcao.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). *Lei Anticorrupção*. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorruptcao>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). *Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção*. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptcao/convencao.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). *Guia de Implementação das Medidas Preventivas previstas na Convenção das Nações Unidas contra Corrupção*. Instituto de Pesquisa Inter-regional sobre crime e justiça. 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Breves comentários sobre a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção*. Grupo de Trabalho – 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Abril, 2006. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/publicacoes-diversas/comentarios_cnucc.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Vêras de. *A juridicidade da Lei Anticorrupção – Reflexões e interpretações prospectivas*. Disponível em <http://www.editoraforum.com.br/ef/wp-content/uploads/2014/01/ART_Diogo-Figueiredo-Moreira-Neto-et-al_Lei-Anticorruptcao.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

RESTAURANTES ACABOCADOS: A figura do caboclo em restaurantes regionais de alta-gastronomia na cidade de Manaus

Juan Oreste Braga de Oliveira

RESUMO: O presente artigo trata sobre a vinculação da figura do caboclo e de elementos materiais (e imateriais) destas populações em restaurantes regionais de alta-gastronomia na cidade de Manaus. Para isso é discutida a forma como os alimentos, em sua dimensão simbólica, são capazes de construir identidades, processo que resulta no surgimento de uma culinária regional, que se constitui em uma instância onde indivíduos reafirmam suas identidades e seu pertencimento ao coletivo. Em seguida são delineadas as linhas primeiras que poderão ajudar a entender o porquê de ter sido a figura do caboclo e suas representações, escolhida para representar a regionalidade reivindicada nestes espaços gastronômicos.

Palavras-chave: gastronomia, cultura, identidade, caboclo

COMIDA E IDENTIDADE MANAUARA

Acostumado a levar a vida navegando pelos rios da região, o caboclo conhece bem o banzeiro que o Motor faz ao passar próximo de sua canoa e, experiente, sabe como usar o remo para manobrar sua pequena embarcação de modo a impedir que a sucessão de ondas a vire. Esse conhecimento faz parte de um conjunto de práticas e saberes que são resultado de uma forte herança cultural indígena que, segundo Benchimol (1999), foi aculturada pela convivência com outros elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes. Muito dessa herança pode ser observada em seus hábitos alimentares, como o consumo de peixes e derivados da mandioca, que hoje figuram como elementos fundamentais da culinária regional, sendo muito apreciados pelos amazonenses. Apenas para se ter uma ideia a respeito do consumo de peixes na região, uma pesquisa do IBGE (2013) apontou a população do estado do Amazonas como a maior consumidora de peixe do país. Esta pesquisa constatou que a média de amazonenses maiores de 18 anos que consomem ao menos um peixe por dia ficou na ordem dos 93,2%, ao passo que a média nacional se manteve em 54,6%.

Os dados da pesquisa apenas explicitam um fato já sabido: que o consumo de peixes se trata de um costume característico dos Manauaras (e de outros gentílicos que





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

por aqui se fixaram após comerem do jaraqui) costume este que permeia todas as camadas desta sociedade. Álvarez (2002) alega que o alimento não se trata apenas de um objeto nutritivo que permite saciar a fome, mas que também possui uma significação simbólica, que se desenvolve dentro de uma determinada estrutura social e cultural. Assim, explica o autor, que um símbolo é um “fenômeno físico” revestido de um “significado”, de um valor semântico que determinado grupo social lhe confere nos marcos de sua cultura. Para exemplificar sua colocação, o autor cita como exemplo o caso do sushi e do cebiche (prato presente na gastronomia peruana) na Argentina, onde ambos são preparados com o pescado cru, porém o primeiro integra o menu da moda de restaurantes exclusivos, ao passo que o segundo, o ceviche, por fazer parte das práticas culinárias dos imigrantes peruanos, um grupo discriminado, não é reconhecido como um prato “sofisticado” o suficiente para ser consumido por aqueles que frequentam estes restaurantes.

Remedi (2002) afirma que as pessoas e os grupos se constroem através da comida. Frente a essa afirmação, é impossível não lembrar do ditado presente no imaginário popular: “você é aquilo que come”. Esta máxima da sabedoria popular encontra lastro no ensaio deste autor, onde ele afirma que o alimento constrói a quem consome, pois cada refeição implica uma oportunidade e uma esperança: tornar-se mais o que se é ou o que se deseja ser. Dessa forma, mediante as preferências alimentares, os indivíduos se identificam com um determinado grupo, e ao mesmo tempo, se diferenciam de outros, construindo sua de identidade e afirmação de pertencimento. Basta que um amazonense alegue que não goste de comer peixe com farinha do Uarini para que logo tenha sua “manauaridade” posta em dúvida com uma simples pergunta: “égua, tu não é daqui não?”.

Assim, como afirma DaMatta (1986), a comida não é apenas uma substância alimentar mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere.

Maciel (2005) acredita que os pratos podem ser pensados como emblemas, figuras simbólicas destinadas a representar um determinado grupo, expressando pertencimento, e por conseguinte, uma identidade. No caso da cidade de Manaus, é notório que o peixe representa este lugar comum, um alimento que une aos que habitam a região, constituindo-se no prato emblemático da culinária regional amazonense. Logo, assim



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

como o sushi é emblemático da culinária japonesa e a parillada da portenha, são o jaraqui frito e o tambaqui assado, pratos emblemáticos da culinária amazonense.

Pode-se concluir pois, que o ato de comer, longe de se tratar apenas de uma necessidade biológica, é responsável pela construção de identidades e afirmação de pertencimento. No contexto da culinária amazonense, essas identidades, construídas coletivamente, são responsáveis por definir o que é, e o que não é, o que pertence, e o que não pertence, a cozinha regional. Como afirma Maciel (2005), neste processo de construção, afirmação e reconstrução de identidades, determinados elementos culturais (como a comida) podem se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada. Contudo, deve-se entender que estas identidades não se tratam de coisas dadas e imutáveis, estando sujeitas a constantes reconstruções decorrentes da reação a processos históricos, econômicos, políticos e sociais.

OS RESTAURANTES REGIONAIS

Nos últimos anos, Manaus tem presenciado um forte aquecimento no mercado gastronômico. A cada dia surgem novos restaurantes e os eventos gastronômicos (onde se reúnem em um só espaço vários chefs preparando pratos de diferentes tradições culinárias) tem se mostrado um sucesso absoluto. O grande apreço dos Manauaras pelo hábito de comer peixe - seja ele assado, frito ou em caldeiradas - foi decisivo para que, surfando nesta pororoca *gourmet*, surgissem restaurantes regionais de alta-gastronomia.

Um breve comentário sobre a decoração dos restaurantes de culinária regional na cidade de Manaus mostra-se relevante, pois observa-se que existem diferenças entre as escolhas estéticas presentes nestes espaços. Os símbolos e artefatos que constituem estes ambientes nos apontam para diferentes representações de regionalidade, são combinações e sobreposições da imagem e imaginário de uma trindade amazônica, a saber, a floresta (com sua fauna e flora), o indígena e o caboclo (ou ribeirinho). A respeito deste último, o que se observou nos últimos anos foi o surgimento de restaurantes regionais (principalmente os de alta-gastronomia) que adotaram a cultura cabocla (ou seriam representações dela?) como fonte de inspiração para a composição de seus ambientes. O resultado disto é que hoje, longe dos rios e do cotidiano dessas populações ribeirinhas, há



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

canoas, remos e malhadeiras que agora, apartados de seu valor de uso, servem como peças de decoração nestes restaurantes.

Parece, pois, que o caboclo, dantes visto como figura indolente e degenerada, apontado pela visão etnocêntrica dos viajantes do século 19, governantes e elites locais como responsável pelo “atraso” da região amazônica (COSTA, 2013), agora é tido como figura legitimadora da regionalidade em tais restaurante. Contudo, frente a uma histórica invisibilização destas populações (ANDRADE, 2012; ADAMS, 2006), estariam estes espaços buscando uma reaproximação de suas “raízes caboclas” com objetivo de reparar erros cometidos no passado, mediante o enaltecimento e valorização dos costumes dessas populações tradicionais? Ou seria este um processo de mercantilização da cultura ribeirinha, visando apenas apropriar-se de alguns traços culturais, não estando em seu escopo a legitimação ou reconhecimento dos povos a quem estes hábitos estão historicamente atrelados? Este artigo não tem a pretensão de responder estas questões neste momento pelo simples fato de se mostrarem complexas demais para serem resolvidas em algumas páginas. No entanto, pretende-se delinear as linhas iniciais que poderão ajudar a entender o porquê de ter sido a figura do caboclo a escolhida para representar a regionalidade reivindicada nestes espaços gastronômicos.

O CABOCO VIROU GOURMET

Podemos iniciar esta discussão a partir do entendimento de que este processo de “gourmetização” pelo qual a culinária amazonense está passando, é resultado dos processos de globalização. Sendo a tendência deste processo a homogeneização da cultura a partir da produção da cultura de massa, resultando em uma “Mcdonização” das culinárias locais. Contudo, surgem os movimentos contra hegemônicos que visam reforçar as diferenças entre dentro e fora, entre local e global, resultando este processo em uma hibridação cultural. Como define Canclini (1997) a hibridação cultural pode ser entendida como processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.

Nesta perspectiva, os restaurantes regionais (sobretudo os de alta-gastronomia) poderiam ser entendidos como resultado do processo de globalização, uma vez que são influências externas (e portanto, globais) que, ao se encontrarem com o regional (local),



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

transformam os pratos típicos da culinária regional em experiências gastronômicas que acontecem em restaurantes de arquitetura moderna, mas decorada com artefatos provenientes de culturas tradicionais. Logo, estes espaços gastronômicos, ainda que autodefinidos como regionais, não se tratariam de algo puramente local, tampouco global, mas sim um pouco dos dois, algo híbrido.

Nestes espaços, os pratos servidos, apesar de constituídos por alimentos emblemáticos da culinária amazonense, não são servidos de forma tradicional, como o amazonense está acostumado a comer no seu cotidiano. Devido ao cuidado e atenção que se dá na gastronomia à apresentação dos pratos, onde o visual é parte da experiência de apreciar uma boa refeição, estes pratos ficam distantes daquilo que os caracteriza como tradicionais e por consequência, regionais. Oliveira (2016) destaca que o objetivo da decoração dos pratos, o chamado *food styling*, é apresentar os alimentos de uma forma que seja capaz de aguçar o desejo de consumi-los. Essa apresentação deve ser realizada de maneira artística mas com base em critérios técnicos. Dessa forma, Oliveira (2016) compara a decoração de pratos a uma arte sendo ela responsável por traduzir o sentimento do chef, as sensações que ele espera causar nas pessoas diante do prato, semelhante à pintura de um quadro, quando o artista usa tela, tinta e pincel para retratar suas emoções e pensamentos. A comparação dos pratos gastronômicos com a pintura é bastante oportuna, pois ao tomarmos a pintura como uma forma de representação, os pratos compostos com elementos da culinária tradicional amazonense, ao utilizarem os códigos estéticos da arte (proporção, composição, cor, etc) poderiam também ser enxergados como representações (ou traduções), correndo o risco de não serem reconhecidos por aqueles indivíduos que não dominam estes códigos. Dessa forma, os mais “tradicionalistas” poderiam dizer, parafraseando o surrealista magritte, *ceci n'est pas une jaraqui frito*.

Para contornar essa situação existe a necessidade de preencher estes espaços com símbolos que evoquem a regionalidade e confirmem autenticidade àquele restaurante. Um exemplo disto está na escolha dos nomes destes estabelecimentos, que evocam e reivindicam uma regionalidade apoiada na figura do caboclo. São exemplos disso os restaurantes *Banzeiro*, *Bubuia* (termo utilizado em algumas regiões da Amazônia para algo que vai à deriva no rio, ao sabor da correnteza) e *Fish Maria* (um trocadilho com a expressão “vixe maria”, trazida pelos caboclos de origem nordestina e que foi incorporada



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no linguajar popular). Contudo, nem sempre este tipo de estratégia alcança êxito, como no caso do restaurante *O remador* que possui como marca a silhueta de um caboclo, e seu icônico chapéu, remando em uma canoa. O equívoco se dá pelo fato de, localmente, o termo “remador” remeter ao desportista de remo. O termo mais utilizado para denotar o caboclo em sua canoa seria “canoeiro”.

É interessante o fato de os restaurantes regionais (sobretudo os de alta-gastronomia) terem elegido o caboclo (e não o indígena) como representante de sua “regionalidade”, quando em boa parte as peixarias mais antigas e tradicionais da cidade de Manaus (como o Canto da Peixada, por exemplo) optam por utilizar representações da floresta, sua fauna e flora.

Pode-se supor que o vício que têm os amazonenses de negar suas raízes indígenas (como quando se enraivecem se alguém pergunta sobre a existência de indígenas no ambiente urbano), sendo o produto das narrativas eurocêntricas que tornaram a figura do indígena incompatível com os projetos de modernização encabeçados pelas elites locais, seja responsável por fazer com que a figura destes povos amazônicos sejam preteridas em relação a do caboclo, já inserido na sociedade e participante dos processos sociais e econômicos de nossa região. Desta forma, no esforço de dar uma “cara” para a culinária regional, o caboclo surge como figura oportuna para este fim pois não sendo o caboclo nem índio, nem branco (e sim o mestiço, dotado de identidade híbrida) ele poderia ser enxergado como um homem “civilizado” que mantém a pureza do “bom selvagem”, atuando como uma forma de reconciliação com nosso passado indígena, e ainda sustentando o fetiche de nossa sociedade moderna (ou pós-moderna ou hipermoderna) de que uma vida simples é mais feliz.

Em seu famoso livro, “O complexo da Amazônia”, Djalma Batista faz uma consideração a respeito dos hábitos indígenas incorporados pelos caboclos: “Restaram na Amazônia, ainda, apreciáveis mostras de herança ameríndia. Uma delas, das mais típicas, é uma dose visível de preguiça reinante entre os habitantes do vale, uma indisposição para o trabalho sistemático, um conformismo com o resultado modesto dos esforços realizados e uma permanente despreocupação com o dia de amanhã”. Após sua observação, o autor conclui: “E eu sempre me pergunto: será que a razão não está do lado do caboclo?”.

Parece que sim.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina ; MURRIETA, Rui ; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006
- ALVAREZ, M. **La cocina como patrimonio intangible**. In Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires . La cocina como patrimonio (in)tangible: Primeras jornadas de patrimonio gastronómico. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural, 2002 , p. 11- 25
- ANDRADE, Aldair Oliveira de. **Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais**. In: Somanlu, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/viewFile/443/274>> Acesso em: 20/10/2015
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Editora Valer, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- COSTA, Hideraldo. **Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia: Discurso dos Viajantes – Século 19**. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2009
- DaMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- IBGE, **Pesquisa nacional de saúde : 2013 : percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas : Brasil, grandes regiões e unidades da federação**, 2014, p. 59. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>> Acesso em 28/05/2016.
- MACIEL, M. E. **Olhares antropológicos sobre a alimentação: Identidade cultural e alimentação**. In CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 49- 55
- OLIVEIRA, Andreia. **Montagem e decoração de pratos (food styling): a regra dos terços**. Disponível em: < <http://www.cpt.com.br/cursos-gastronomia/artigos/montagem-e-decoracao-de-pratos-food-styling-a-regra-dos-tercos>> Acesso em: 17/08/2016
- REMEDI, Fernando J. **El consumo alimentario como realidad plural: Similitudes, divergencias, cambios y permanencias dietarias en la Córdoba de entresiglos**. In Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires . La cocina como patrimonio (in)tangible: Primeras jornadas de patrimonio gastronómico. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural, 2002 , p. 75- 85



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SABER INDÍGENA DAS ARTESÃS TRADICIONAIS SATERÉ-MAWÉ, UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE PARINTINS – AM INDIGENOUS KNOWLEDGE OF SATERÉ-MAWÉ ARTISANS TRADITIONAL, A CASE STUDY IN PARINTINS CITY - AM

Mayara Viana de Lima¹
mayaravianadelima@gmail.com, 92 991619225

Sandra Helena da Silva²
sandrahsf@gmail.com, 92 99180-6088

Mirian Araújo Mafra Castro³
mirianaraujo2233@gmail.com, 92 99236-9388

Resumo: O objetivo deste estudo é identificar as manifestações das questões de gênero das mulheres indígenas artesãs Sateré-Mawé e as estratégias dessas mulheres para a valorização da cultura e saber indígena por meio do artesanato. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo, embasada em pesquisa de campo, tendo como informantes três anciãs produtoras de artesanato, da etnia Sateré-Mawé, estas, através de seus dísticos, contribuíram com suas experiências a respeito do tema abordado. A análise dos dados aponta para o fato das mulheres artesãs serem produtoras do artesanato, de suas culturas, de sua autonomia enquanto ser e fazer-se Sateré-Mawé.

Palavras-Chave: Cultura Sateré-Mawé; Mulheres Indígenas; Saber

INTRODUÇÃO

Este tem por objetivo identificar as manifestações das questões de gênero e etnia das mulheres indígenas artesãs Sateré-Mawé e as estratégias dessas mulheres para a valorização da cultura e saber indígena por meio do artesanato.

¹ Pesquisadora na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

² Professora do Curso de Serviço Social e Coordenadora da Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

³ Pesquisadora Técnica na Incubadora AmIC. Universidade Federal do Amazonas. Bacharela em Serviço Social

Algumas inquietações levaram a realização de tal trabalho, entre elas a principal questão compreende Como se manifestam as questões de gênero e etnia das mulheres indígenas artesãs Sateré-Mawé e quais as perspectivas de valorização dos saberes por meio das atividades artesanais desenvolvidas por elas?



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nessa direção, este trabalho está dividido nos tópicos teóricos: a) Gênero e cultura, b) A cultura indígena Sateré-Mawé. Tendo como resultados e discussão os tópicos: c) Mulheres indígenas: quem são e quais as atividades das artesãs Sateré-Mawé, d) As questões de gênero e etnia das pesquisadas, e) Artesanato: estratégias para a valorização da cultura indígena. Conclui-se com as considerações finais.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa é de tipo qualitativo possibilitando a compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos e não apenas à sua expressividade numérica. O delineamento da pesquisa foi de acordo com o “estudo de caso” considerando a unidade social estudada como um todo, reunindo o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, objetivando apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto.

Para a coleta de dados foi utilizado como referência a pesquisa bibliográfica tendo como categorias de análise: Gênero, Cultura Sateré-Mawé e Mulheres indígenas. A pesquisa de campo foi realizada pela equipe de trabalho da Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa, cujo projeto tem como foco a assessoria a empreendedores indígenas nas localidades. Ocorreu de acordo com 03 entrevistas a mulheres anciãs artesãs expositoras de seus produtos durante o Festival de Folclórico de Parintins, no ano de 2016.

GÊNERO E CULTURA

A palavra gênero surge por volta de 1970, quando as mulheres começam a formar organizações, formando, assim, os Movimentos de Mulheres, também denominados de Movimentos Feministas. Diante desse contexto e das transformações da sociedade capitalista esta nova forma de representação teórica das relações entre homens e mulheres se configura, então, é construída a visão expressa pela palavra “gênero” em vista de explicar essas relações.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Este conceito ajudou na compreensão das desigualdades nas relações entre os indivíduos, ajudou a compreender o fato da única diferença entre homens e mulheres ser a de sexo e, isso não justifica nenhuma forma de dominação imposta às mulheres e, muito menos, a determinação de papéis desempenhados por homens e mulheres. Assim, percebemos que:

[...] As identidades dos homens e mulheres e o papel social que desempenham dependem, entre outros aspectos, da forma como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir sua própria existência, do jeito como as relações de poder são exercidas, da cultura que se institui e do que esta sociedade pensa sobre si mesma, podendo variar de uma sociedade para outra. A forma de representação das diferenças entre homens e mulheres são, portanto, socialmente construídas, não sendo naturais e podem ser mudadas porque são construídas e reconstruídas na prática social. (PALUDO; DARON, 2001, p. 9).

Scott (1990) contribui nesse sentido, segundo o autor, o gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita explicações biológicas deterministas propagadoras de diversas formas de subordinação das mulheres:

[...] O gênero torna-se antes uma maneira de indicar construções sociais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] (SCOTT, 1990, p. 07).

O debate em torno das relações de gênero possui grande relevância pois realiza uma discussão social referente à desconstrução e desnaturalização das diferenças entre o homem e a mulher, diferenças essas que ao longo da história foram de forma equivocada naturalizadas como biológicas em vez de vistas como resultado de um processo social com reflexos de interesses econômicos, políticos e culturais de uma sociedade machista.

Silva e Schneider (2003) enfatizam que a noção de gênero está relacionada à cultura, na medida em que “[...] é formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade lida com as diferenças entre os sexos [...]” (p.188). Nesse sentido, o conceito de gênero sendo uma elaboração cultural sobre os sexos, questiona o que é dado como natural e biológico e busca demonstrar como o papel da mulher na sociedade pode ser alterado com benefícios para todos.

Com base nesse alicerce teórico, este trabalho entende como o Serviço Social é uma profissão desafiada a lidar ao longo do tempo com novas perspectivas de análises



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

construídas nos processos contemporâneos das transformações sociais, históricas e culturais. Tais transformações abrangem as questões que envolvem a vida das minorias sociais, entre estas tem-se as mulheres, sendo foco deste estudo as mulheres da etnia Sateré-Mawé.

A CULTURA INDÍGENA SATERÉ-MAWÉ

Sateré-Mawé é um povo bilíngue e passados mais de 300 anos de contato com a evangelização cristã e a sociedade envolvente conseguiu manter sua língua materna. Ainda hoje vivem, em sua maioria, nas aldeias comunidades sob suas próprias lideranças. O povo Sateré-Mawé em seu processo de adaptação e re-organização social, político e econômico estabeleceu um sincretismo civil e religioso com elementos da cultura envolvente (LORENZ, 1992; UGGÉ, 1991; TEXEIRA, 2005).

Os registros históricos de cronistas e expedicionários como Alfred Metraux (1927) levaram Uggé (1991, p.18) a supor que o povo Sateré-Mawé possui características semelhantes aos Tupinambás. A origem dos Sateré-Mawé na região do baixo Amazonas pode estar relacionada à migração ocorrida em 1530 de índios Tupinambá, ocasionada pela violência sofrida por parte dos portugueses. Os Tupinambás vieram de Pernambuco e percorreram 50 anos até chegar ao território entre o rio Madeira, Tapajós e proximidades.

“São chamados regionalmente ‘Mawés’, no entanto se autodenominam Sateré-Mawé. O primeiro nome ‘Sateré’ significa lagarta de fogo, o segundo nome ‘Mawé’ quer dizer papagaio inteligente e curioso” (LORENZ, 1992, p.11). A importância de se denominar Sateré surge da identificação e valorização de um clã considerado mais importante dentre os componentes dessa sociedade.

A população correspondente a 8.500 pessoas, sendo entre estes a maioria habitante da Terra Indígena Andirá-Marau, situada entre os Estados do Amazonas e Pará, na região do Médio Rio Amazonas, especificamente às margens dos rios Andirá, município de Barreirinha; rios Marau, Urupadi e Manjuru, município de Maués e rio Waikurapá, município de Parintins e, uma pequena área no Koatá-Laranjal junto com povo Munduruku (TEIXEIRA, 2005, p.146).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Segundo o Diagnóstico Sócio-Participativo são 998 Sateré-Mawé habitantes na cidade e destes 521 vivem na sede do município de Parintins, moram em sua maioria em casas próprias em diferentes áreas da cidade, outros cerca de 30 pessoas moram na Casa de Trânsito Indígena. As principais causas dessa mobilidade estão associadas à visita a parentes, constituição de famílias, problemas internos nas comunidades, períodos de festas tradicionais, busca por escolas e oportunidades de emprego (SILVA; FRANCESCHINI; CARNEIRO, 2009, p. 01).

MULHERES INDÍGENAS: QUEM SÃO E QUAIS AS ATIVIDADES DAS ARTESÃS SATERÉ-MAWÉ

Na cidade de Parintins, durante o Festival Folclórico de Parintins, dos Bois-Bumbás Garantido e Caprichoso, os indígenas artesãos autorizados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Prefeitura Municipal de Parintins, se localizam estrategicamente na área central da Praça Eduardo Ribeiro para a venda de seus artesanatos.

Entre os indígenas artesãos, o que chamou atenção foi à presença de anciãs artesãs desenvolvedoras de todo processo artesanal desde a produção até a comercialização de seus produtos. Verificou-se um número de 03 artesãs anciãs, sendo o total delas entrevistadas pela equipe de pesquisa. Sendo:

Quadro 01. Artesãs Sateré-Mawé

Artesã	Identificação	Produção Artesanal
Sra. F.V. (78 anos)	Natural da aldeia Terra Preta. Mora a cerca de 25 anos na cidade de Barreirinha, reside em casa própria com sua família.	Atuam na produção artesanal da confecção de adornos (pulseiras, colares, brincos, anéis, gargantilhas), cuja matéria prima tem como base as sementes nativas das áreas indígenas do Andirá.
Sra. A.M (68 anos)	Natural da aldeia Umirituba e reside na mesma aldeia desde a infância.	
Sra. L.M (54 anos)	Natural da aldeia Molongotuba. Mora a cerca de 16 anos em Parintins, residente na Casa de Trânsito Indígena.	

Fonte: Pesquisa de Campo Incubadora AmIC, 2016.

O artesanato produzido pelas anciãs participantes desta pesquisa segue etapas tradicionais, seus instrumentos de trabalho costumam ser adaptados por elas mesmas, como agulhas presas a um cabo de madeira para furar as sementes. Entre as três, apenas uma dispõe de um recurso industrial, uma furadeira utilizada para acelerar o processo de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

perfuração das sementes. As senhoras A.V. (78 anos) e L.M. (54 anos) moram na cidade de Parintins e para ter acesso as matérias-primas de seus artesanatos costumam encomendar de “parentes” moradores nas áreas indígenas.

O artesanato produzido e vendido pelos Sateré-Mawé com quem tive contato consiste principalmente em artigos feitos com sementes, particularmente colares, pulseiras e anéis, que, apresentando elementos presentes também nos artefatos de uso pessoal, não são, no entanto, os mesmos. Os colares de uso próprio são, em geral, feitos com sementes pretas, com chumburana, murumuru, maniva-do-mato e, principalmente, a pucá (MAURO, 2016, p.100).

Os dísticos das anciãs apontam para o uso das mesmas sementes outrora citadas, sendo que utilizam a chumburana, usada principalmente em suas peças de uso próprio, para produzir artesanatos também com fins de comercialização.

AS QUESTÕES DE GÊNERO E ETNIA DAS PESQUISADAS

Entre as mulheres anciãs a comercialização de seus artesanatos é realizada por elas mesmas. Elas relatam o fato de, no passado, ter tido um coordenador de Terra Indígena intermediador das vendas, mas este se mudou para Manaus e, desde então, realizam as vendas de seus artesanatos em suas próprias casas, na maioria das vezes.

Apenas no período do Festival Folclórico de Parintins dos Bois-Bumbás realizam a comercialização em espaço público (Figura 01), expondo seus produtos confeccionados para este momento. Além de configurar uma prática econômica de comércio, a venda do artesanato na Praça Eduardo Ribeiro representa também um momento de socialização com os “parentes” expositores de seus produtos naquele espaço. A senhora F.V. (78 anos), relatou já ter deixado de vender artesanatos a clientes que foram em sua casa comprar a fim de não faltar produtos para vender no Festival.

Além de um espaço de socialização, entendemos a venda dos artesanatos pelas mulheres no espaço da praça como uma estratégia de empoderamento das artesãs Sateré-Mawé e de seu povo, pois:

[...] as mulheres, ao adentrarem o espaço público, modificando as relações de gênero cristalizadas culturalmente, não buscam assumir o lugar dos homens, mas o reconhecimento e valorização perante seus parentes e comunidade. De



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

uma forma geral, este espaço não tem sido fácil para as mulheres indígenas, pois, apesar de unirem suas vozes ao movimento indígena nacional, trazem as plenárias indígenas discussões novas, como as relacionadas as questões de gênero e a luta por direito no plano da cidadania (BARROSO, 2011, p.49).

Figura 01. Comercialização do artesanato Sateré-Mawé no 51º Festival de Parintins



Fonte: Pesquisa de Campo Incubadora AmIC, 2016.

Essa questão da divisão social do trabalho que constrói uma separação da esfera pública, eminentemente, masculina, e da esfera privada, em geral, feminina, deve ser compreendida como uma construção cultural. Isso é reforçado por Lévi-Strauss (1980, p. 28), segundo o qual, “tal como as formas de família, a divisão do trabalho é mais consequência de considerações sociais e culturais que de considerações naturais. [...]”. Isso é notável a partir de seus estudos antropológicos de sociedades diversas, nas quais as funções destinadas aos homens e mulheres variam de acordo com a cultura de cada uma.

Nessa direção, Durham (1981, p.19) vêm acrescentar que “[...] reconhecer a existência de aspectos gerais da divisão sexual do trabalho e a generalidade da dominância masculina não implica aceitar que a submissão da mulher seja um fenômeno natural ou universal [...]”. Assim, percebemos como a inferioridade feminina é uma questão impregnada no contexto de nossa sociedade que vê, a partir de padrões sociais e culturais, o homem como o ser provedor, representante do espaço público.

As desigualdades de gênero vão se transformando de acordo com o movimento nas próprias culturas e no maior ou menor contato com a sociedade envolvente. Essas transformações interferem nos papéis atribuídos tradicionalmente entre homens e mulheres, como também em muitos aspectos da organização social indígena, entre elas a do universo indígena Sateré-Mawé (BARROSO, 2011, p. 51).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ARTESANATO: ESTRATÉGIAS PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

A confecção de artesanatos indígenas (colares, brincos, pulseiras, entre outros) destaca-se entre as atividades de trabalho das mulheres indígenas Sateré-Mawé (BARROSO, 2011, p. 45). De acordo com dados de entrevistas, entre as dificuldades os dísticos das pesquisadas apontam para o fato do acesso a matéria-prima ser um dos elementos chaves, seguido da necessidade de ter ferramentas e saber usar com agilidade as tecnologias para perfuração das sementes.

Para produzir é que custa a gente fazer, a gente vai em frente, a gente vai fazendo, tudo que é dificuldade que a gente vai encontrando. O material é caro, é duas voltas é dois reais que nossos parentes vendem, mas é o jeito a gente comprar porque a gente vai trabalhar a gente que vai vender. Se for botar dificuldade a gente não compra nada não (Sra. F.V., 78 anos, PIN/AM).

Eu acho que é valioso a cultura do Sateré, o branco já tem loja de artesanato, o mesmo nosso, só que eles compram também dos Skarianos, [estes] trabalham mais com pena, tudo com pena, nós não. Esses de caroço, de pombinho eles querem muito, o meu acabaram esses, agora vou fazer mais. (Sra. F.V., 78 anos, PIN/AM).

A realização do artesanato, conforme os dísticos de F.V. (78 anos), envolve a valorização da própria cultura, efetivando a sustentabilidade do seu próprio produtor e da cultura de seu povo como um todo. Segundo Ballivián (2012, p. 11):

Historicamente o artesanato faz parte integrante da cultura indígena, sendo uma expressão material de sua visão de mundo, do modo de ser e de se relacionar com elementos do meio. É tradicionalmente uma atividade de caráter familiar que realiza todas as etapas da produção, desde o preparo da matéria-prima até o acabamento final, em que se destaca a habilidade do trabalho manual e do saber tradicional, passado de geração em geração: de pais para filhos, de avó para neta, etc.

Nesse sentido, fica visível como o artesanato manifesta-se enquanto um componente cultural transmitido por meio do etnoconhecimento. O artesanato é um componente cultural indígena, de sua identidade, além disso, é utilitário devido a sua execução ser entendida não apenas como integrante e representante da cultura, mas também por seu valor econômico:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Depois que aprendi, aí já passa [ensina] para os parentes, neta, e aí vai, irmãos. Eles gostam de aprender porque dá dinheiro, né (Sra. A.M., 68 anos, PIN/AM).

Eu sei que o artesanato dá dinheiro também. A gente não para de fazer até chegar outro ano [Venda anual no Festival Folclórico de Parintins] porque a gente sabe que a gente vai vender e ganhar um dinheirinho. [...] Eu gosto de fazer, eu estou fazendo, de noite, eu faço de dia, nas horas vagas, eu apronto uma comida, faço o almoço, depois já vou pegando meu artesanato (Sra. F.V., 78 anos, PIN/AM).

Apesar da autorização pelos órgãos competentes para as atividades de comercialização artesanal na área central da Praça Eduardo Ribeiro, ainda é precária a realização dessa atividade pelos indígenas. Segundo a pesquisa, são eles próprios os responsáveis por todas as despesas relativas à comercialização como transporte dos artesanatos, mesas, cadeiras, lonas para proteção chuva/sol, gastos com alimentação, água.

Na cidade é expressivo o viés cultural indígena no palco do Festival Folclórico dos Bois-Bumbás, porém os reais sujeitos “no palco da vida” estão distanciados do protagonismo em relação à valorização de suas atividades empreendedoras de cunho cultural intrínseco:

Desde o tempo que nosso avô ensinou a gente, a gente nunca se esqueceu, é praticar, ensinar nossos netos, nossas netas para um dia quando a gente não estiver mais vai ficar para eles, porque essa cultura é nossa, dos Saterés. Hoje em dia nossa cultura indígena, vocês estão vendo que por aqui todos esses brancos estão vendendo o mesmo, igual nossa cultura, nosso colar, bolsinha, veio de Santarém, brinco tudo igual nossa já, é nossa cultura [...] (Sra. F.V., 78 anos, PIN/AM).

A valorização da cultura é questão essencial para os artesãos indígenas, vivenciadores atualmente de um sem-número de dificuldades em seu cotidiano de vida e realização de atividades de trabalho. O papel das mulheres artesãs contribui para a continuidade das atividades artesanais, mas falta ainda muito a se fazer para melhoria das condições de vida e trabalho dos povos indígenas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foram identificadas as manifestações das questões de gênero e etnia das mulheres indígenas artesãs Sateré-Mawé e as estratégias dessas mulheres para a valorização da cultura e saber indígena por meio do artesanato.

Entendemos como o exemplo dessas mulheres representa o fato da cultura, assim como a divisão sexual do trabalho não serem rígidas e imutáveis. As transformações nesse sentido são complexas e precisam cada vez mais ser estudadas para um melhor entendimento das relações na sociedade, entre elas as questões indígenas.

Percebemos, por fim, como as mulheres artesãs são produtoras do artesanato, de suas culturas, de sua autonomia enquanto ser e fazer-se Sateré-Mawé nos diferentes lugares, interagindo com a sociedade envolvente ao praticar a economia, reconstruindo e repassando os etnoconhecimentos às gerações de seu povo, ensinando-lhes uma estratégia de adaptação cultural de resistência de seus valores e saberes.

REFERÊNCIAS

- BALLIVIÁN, José M. P. Palazuelos (Org.). *Artesanato Kaingang e Guarani*. 1. Reimpr. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- BARROSO, Milena Fernandes. *Rotas críticas das mulheres sateré-mawé no enfrentamento da violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.
- DURHAM, R. Eunice. *Família e Reprodução Humana*. São Paulo: Ática. 1981
- LORENZ, Sônia da Silva. *Sateré-Mawé: os filhos do guaraná*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.
- MAURO, Ana Luisa Sertã Almada. *Seguindo sementes: circuitos e trajetos do artesanato sateré-mawé entre a cidade e aldeia/ Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social. São Paulo, 2016. 212 f.*
- PALUDO, Conceição; DARON, Vanderléia L. P. (elaboração). *Gênero, Classe, Projeto Popular: Compreender mais para lutar melhor*. Caderno de formação nº 1. Publicação do MMTR/RS. Nov. 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. Jul/dez. 1990.
- SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. 2003. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 185 – 207.

SILVA, José de Oliveira dos S. da; FRANCESCHINI, Dulce do Carmo; CARNEIRO, Denize de Souza. Revitalização Linguística e Cultural Sateré-Mawé. *Anais do SILEL*. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

STRAUSS, Levi. A família. In: STRAUSS, Levi (et al). *A família, origem e evolução*. Porto Alegre, 1980.

TEIXEIRA, Pery. *Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena*. Manaus: UNICEF/UNFPA, 2005.

UGGE, Henrique. *Mitologia Sateré-Mawé*. Editora Abya-Yala. 1 ed. 1991.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SABERES TRADICIONAIS, RELIGIOSIDADE E IMAGINÁRIO NAS VIVÊNCIAS DA VELHICE DOS IDOSOS DE PARINTINS – AM

TRADITIONAL KNOWLEDGE, RELIGIOSITY AND IMAGINARY IN THE EXPERIENCES OF THE AGE OF ELDERLY PEOPLE IN PARINTINS – AM

Érica Nascimento Alves¹
ericaalves@outlook.com

Samuel Anselmo Filho²
anselmo.samuel_36@hotmail.com

Alice Alves Menezes Ponce de Leão Nonato³
allicyponce@hotmail.com

Resumo: Este trabalho discute as vivências da velhice dos idosos que moram nas áreas urbana e rural de Parintins a partir de suas inserções nos espaços socioculturais e sua sabedoria adquirida ao longo de suas trajetórias de vida. É resultante de uma pesquisa bibliográfica e de campo de dois projetos de iniciação científica que se propôs a compreender como é viver a velhice na área urbana e na área rural dentro do município de Parintins. A metodologia adotada nessa pesquisa é de cunho qualitativo, com aplicação de um roteiro de entrevistas a 30 idosos da área rural e urbana de Parintins. Conclui-se que os idosos de Parintins vivenciam suas velhices a partir da relação homem-natureza fomentadas pela sabedoria adquirida ao longo de suas trajetórias de vida e pela inserção nos espaços socioculturais que congregam ao mesmo tempo a existência entre o sagrado e o profano de forma complementar e harmônica.

Palavras-chave: Velhice, Saberes Tradicionais, Religiosidade, Imaginário.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Parintins, os aspectos socioculturais do lugar influenciam nas formas de envelhecer e viver a velhice dos idosos do município. Na área urbana é comum vê-los

¹ Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, *campi* Parintins – AM. Aluna de Iniciação Científica PIBIC – UFAM;

² Acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, *campi* Parintins – AM. Bolsista Iniciação Científica PIBIC – UFAM – FAPEAM;

³ Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de Parintins – AM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

realizando trabalho informal, participarem dos núcleos de convivência, realizarem trabalhos de benção, nas igrejas católicas e participarem das diversas manifestações culturais. Na área rural, são em maioria são puxadores, benzedeiros, pescadores e pequenos comerciantes.

Nos modos de vida dos idosos da cidade a religião fator de suma importância. Segundo Durkheim (2000, p. 68) “todas as crenças religiosas, [...], apresentam um mesmo caráter: [...] a divisão do mundo em dois domínios, [...], um tudo o que é sagrado, outro tudo o que é profano”. O sagrado é transcendental e o profano é mundano, algumas vezes pecaminoso, não é sinônimo de prejudicial, assim, ambos relacionam-se de forma harmônica em suas ações e concepções criadas. Na região amazônica, há um misto de expressões, rezas, crenças, encantarias, rituais, festas religiosas, populares e o imaginário das entidades míticas da natureza. Essa relação entre o sagrado e o profano está presente nas diversas práticas populares e religiosas que envolvem a vida dos idosos em Parintins.

O valor dos saberes tradicionais no cotidiano dos idosos de Parintins – AM

Em Parintins, o modo de vida dos idosos se dá pautado principalmente na utilização de saberes tradicionais. “O conhecimento tradicional é [...] o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural ou sobrenatural, [...], transmitido oralmente de geração em geração”. (ARRUDA et al., 1999, p.30). Na manutenção da velhice dos idosos, acredita-se que esse conhecimento aprendido somado ao uso do medicamento tradicional, ajuda na manutenção da saúde da população.

Há a utilização da crença em um ser transcendental, uso de elementos da natureza, rituais e práticas populares, porém para que haja efeito de fato em tais ações, os indivíduos envolvidos precisam ter fé. É comum dentre os idosos o uso de chás, banhos e garrafadas. Os chás são utilizados para alívio de mal estar; os banhos para tirar “mal olhado” e as garrafadas para dar força. Utilizando-se na composição flores, frutos, folhas, cascas e raízes de plantas.

Observemos o relato de Albatróz (63 anos, puxador):

Eu não tenho paciência para ir ao médico. Eu sou enraivado, bravo, chato, [...]. Não pense de querer me levar para o hospital que eu não vou, fico em casa, procuro fazer remédio caseiro e me sinto feliz por fazer aquilo que vai me fortalecer, pois Jesus me cura na hora.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A fala de Albatróz ilustra a resistência da maioria dos idosos homens em Parintins quando se trata de consultar um médico. Albatróz utiliza-se do uso de remédios caseiros, tendo na fé a verdadeira crença em seu fortalecimento e recuperação. Quando os idosos aceitam ir ao médico devidos a alguns agravantes ou cuidados maiores, decidem manter simultaneamente o uso do medicamento tradicional prescrito pelo médico e de seus remédios naturais como os chás, banhos, garrafadas, misturas de plantas com álcool, banhas, óleos, e etc, além das orações.

Tulipa (78 anos, frequentadora do Centro do Idoso Pastor Lessa) relata:

Tomo chá de hortelã, erva cidreira, capim cheiroso para o estômago e gripe. Eu uso de banho por que eu gosto, fervo para banhar minha cabeça e corpo, uso muitas folhas como pião roxo, girúm, limão, alho, algodão roxo, pra tirar mal olhado do corpo.

Tulipa utiliza de chás e banhos para curar algumas doenças. Os chás trazem em instantes um alívio do mal estar e normalização do corpo. O uso de banho é uma espécie de prevenção e de limpeza espiritual, sendo um hábito sempre recorrente para a manutenção do bem estar. Há também utilização de garrafadas para a manutenção do vigor físico, pois as folhas e as cascas de árvore utilizadas nos preparos contêm propriedades terapêuticas cientificamente comprovadas, responsáveis pela força e vitalidade.

Neste contexto de práticas de saberes tradicionais, as rezas e benzições fazem também parte do cotidiano. Muitos idosos trabalham com estes tipos cuidados como é o caso dos rezadores, puxadores e benzedeiros, em sua maioria mulheres, conhecidas como benzedoiras. Segundo Trindade (2013, p. 73) “as benzedoiras têm um papel social bem definido: o de trazer conforto, saúde e alívio aos males das pessoas que não encontram ou não procuraram na medicina oficial a solução...”.

Jasmim (75 anos, benzedeira) também destaca seu dom:

Eu tenho um dom que Deus me deu desde criança. Comecei a trabalhar com 13 anos e trabalho até agora, me sinto bem. Não ajudo de forma financeira, ajudo com o que Deus me deu de ensino. Eu jogo carta, faço vidência, faço massagem, ‘pego’ desmentidora, isso é uma ajuda muito boa [...] Pra mim tudo isso é uma ajuda de coração.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Observamos que Jasmim vez realiza diversas atividades para ajudar a comunidade que a procura, é uma espécie de ajuda espiritual. Estas pessoas com determinado dom têm um grande prestígio na cidade, pelo seu conhecimento. Comumente atendem em locais humildes, com imagens de santos, orações, plantas, flores, terços e outros. Ao mesmo tempo em que utilizam-se de elementos religiosos como orações e terços, fazem uso quando necessário de bebidas alcóolicas, amoníaco, charutos e outros materiais não religiosos ou sagrados. Nestas práticas, usam da invocação de santos e pedidos de intercessão divina.

Trindade (2012, p.4) afirma que “a invocação a santos católicos para a obtenção da cura é [...] característica que encontramos na benção, [...]. As benzedeadas geralmente têm um santo para cada ocorrência”. A devoção aos santos da igreja católica dá legitimidade as suas práticas de cura, pois têm a concepção de que são um instrumento de quem as procura, necessitando da ação sagrada. Cuidam da desmentidora, afugentam espíritos ruins, fazem massagem, vidência, partos, benções, banhos, ensinam orações e outros.

Para Trindade (2013, p. 175):

As benzedeadas têm a concepção de que a cura dos males não reside em si, pois em última instância, elas dependem da vontade divina para quem é feito o pedido de intervenção no ato da benção. Toda a cura, da mais simples a mais extraordinária, para as benzedeadas, se deve à intervenção das forças do sagrado. Portanto, Deus e seus santos têm papel fundamental nos procedimentos de cura.

Quem utiliza dessas práticas de benção realiza esse trabalho por ser uma missão dada através de um dom recebido de Deus, tendo em suas consciências que são uma ponte, um instrumento de intervenção e dependem de crenças divinas para realizarem seus trabalhos. Deste modo, o uso dos saberes tradicionais, rezas e benções no modo de vida dos idosos de Parintins perpassam as práticas populares e crenças religiosas, fatores estes necessários em busca de eficácia mágica religiosa imprescindível na manutenção de suas vidas e na cura de males do corpo e da alma.

O sagrado e o profano conciliados na velhice dos idosos da área urbana de Parintins



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em Parintins a religião é um fator muito importante. O catolicismo é predominante no município. Os idosos participam todos os domingos das celebrações, no apostolado de oração, grupo dos marianos, corais ou trabalham nas secretarias das paróquias. Durante o ano, ocorrem as festas dos santos onde atuam participando das organizações gerais e em atividades de colaboração com a festa.

Saraiva (2010, p.162) mostra que:

O universo do sagrado e do profano, que desemboca nas festas religiosas, não se caracteriza apenas por prestar homenagens aos santos do catolicismo, mas também por servirem de momentos de confraternização coletiva entre várias famílias e comunidades.

Nas festas em homenagem ao santo de determinada área da cidade, existem dois momentos: a parte das celebrações religiosas e a parte social da festa, músicas, danças, comida e etc. Um dos andamentos mais importantes é quando saem às ruas em procissão, rezando, cantando e pagando promessas em demonstração de fé. A participação dos idosos se dá de forma fiel todos os anos.

Acácia (68 anos, rezadeira) destaca:

Não tem um ano que eu deixe passar a festa de Nossa Senhora do Carmo porque eu tenho promessa, já que uma vez eu escapei de morrer, fui operada, então fiz uma promessa pra cumprir até o último dia da minha vida, participar da festa.

Acácia afirma que é participante assídua na festa em homenagem a padroeira da cidade, prática realizada devido a promessa feita pela sua saúde. Comumente os idosos remetem determinados momentos de suas vidas a seus santos de devoção. No município essa forte devoção católica tem uma relação estreita com a brincadeira do boi-bumbá. Essa tradição nasceu no seio da Igreja Católica na cidade. “A igreja acompanha atenta a caminhada dos Bumbás. O povo ‘brinca de boi’, cultua a sua Padroeira do Carmo e encena, [...], a Paixão de Cristo.” (SUZANO, 2006, p.164).

Essa é uma forte relação delineada na cidade, onde ambas manifestações são de grande importância na vida dos idosos. Estes praticantes nas igrejas católicas tem o boi-bumbá como uma brincadeira. Participam nas galeras, torcidas organizadas; na velha guarda, grupo tradicional que realizam momentos de oração dentro do boi; e na Batucada



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do Garantido e Marujada do Caprichoso como ritmistas, tocando instrumentos musicais. Participam na cênica do espetáculo, no item Figuras Típicas Regionais, onde encenam seus modos de vida, caminhadas, procissões de fé, pagações de promessa e rezas.

Tulipa (77 anos, brincante do Boi-Bumbá Garantido) explicita:

O meu instrumento rocar, abaixo de Deus, é tudo na minha vida. O boi é o maior prazer que eu tenho. Estar tocando, batendo com meus amigos, dançando, eu me sinto juvenzinha.

Na fala de Tulipa, observa-se paixão pela sua atividade dentro da brincadeira do boi, tocando seu instrumento musical, o rocar. A participação destes nos ensaios, reuniões, festas de boi é de suma importância pois traz alegria. Todos os anos, antes de iniciarem os trabalhos dentro das agremiações folclóricas são realizadas missas nos currais dos bois-bumbás em forma de agradecimento. O boi-bumbá também exalta os santos das promessas com saídas nas ruas, brincando ao redor de fogueiras, contando com a participação dos idosos. Os santos da igreja católica sempre tem destaque nos enredos das apresentações de boi-bumbá.

Camélia (77 anos, brincante do Boi-Bumbá Caprichoso) relata:

Eu participo no Boi-Bumbá Caprichoso, nos festejos dele e vou às festas da igreja. Sou católica e muito católica. Vou pra igreja dia de domingo e depois que eu chego vou para o curral. Primeiro a minha devoção, para depois a obrigação.

Observa-se na fala de Camélia a busca por uma harmonia na sua participação nas festas religiosas e de boi-bumbá. Em primeiro lugar vem sua devoção, fé e participação nas celebrações da igreja, para depois seguir com seu trabalho e festejos da brincadeira de boi-bumbá. Sendo que ambas são de grande importância em sua vida. Dentro desse contexto, os pensamentos e relações delineados explicitam-se através de ações no cotidiano e no momento de participação nestas manifestações populares.

Albatroz, (63 Anos, puxador) destaca:

Eu gosto dos dois bois, mas sou Caprichoso, sou sócio, faço parte da agremiação, sou artista, músico e me sinto feliz. Toco surdo de marcação há 28 anos. Participo da Festa da Padroeira, eu sou religioso e vou. Quando posso



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

compro o bingo, ajudo, vou, participo e trabalho na confecção do andor da Santa.

Albatroz destaca sua participação de longos anos dentro do boi-bumbá, sendo essa realidade de muitos idosos em Parintins, que ajudaram o boi-bumbá a nascer e se desenvolver. Destaca que ajuda a festa comprando bingo, ato comum entre os fiés. Utilizando-se de seu dom realiza o trabalho na confecção do andor da Santa, que todos os anos é feito por artistas devotos que se dispõem de forma voluntária a confeccioná-lo, muitos realizam este trabalho devido a alguma promessa.

Com isso, observamos que a devoção católica e sua relação com a tradição do boi-bumbá para os idosos da área urbana de Parintins se dá de forma bastante harmônica. Ambas manifestações são de suma importância na vida destes, visto que a participação nas igrejas católicas, reafirma a fé e o compromisso para com Deus e o próximo. Já a participação na brincadeira do boi-bumbá constitui-se como espaço de grande participação e alegria. Cada manifestação aparece representada através de algum elemento dentro da outra ou nas ações dos fiés e brincantes de boi.

A influência do imaginário na vida dos idosos que moram na área rural de Parintins

Na Amazônia há a particularidade da relação homem-natureza, envolve uma teia de significados em torno das lendas, dos mitos, da religiosidade, dos conhecimentos tradicionais, dentre outros. Esses componentes são demonstrados, contados e repassados pelos mais velhos na comunidade. Para Loureiro (1995, p. 56) “a cultura amazônica onde predomina a motivação de origem rural-ribeirinha é aquela na qual melhor se expressam, mais vivas se mantêm as manifestações decorrentes de um imaginário unificador”. Nos modos de vida dos idosos da área rural, é muito comum a relação com um imaginário fértil, cheio de histórias, vividas ou inventadas, utilizadas para dar explicações e ensinamentos. Neste sentido, comumente fala-se dos mitos, lendas e das visagens.

Os mitos são narrativas possuidoras de forte componente simbólico, onde cria-se este para dar sentido as coisas do mundo. “O mito é uma resposta à tentativa arcaica e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

perene de responder às questões sobre a origem do mundo, dos elementos, dos fenômenos e outros” (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 1). Deuses, heróis e personagens sobrenaturais se misturam com fatos da realidade para dar sentido à vida e ao mundo. Nessa relação, seres são inventados para dar explicações quanto à origem das coisas do mundo. Neste sentido, os idosos utilizam como uma forma de repassar determinados conhecimentos e alertar as pessoas, criando uma proximidade entre crença, medo e respeito pela natureza e pela vida.

Na região amazônica, desde criança é comum ouvir dos idosos histórias como do boto que se transforma no homem bonito e encanta as mulheres e da cobra-grande que vive debaixo da terra. Essas narrativas são as lendas, transmitidas de forma oral para explicar acontecimentos sobrenaturais. Elas modificam-se na medida em que são contadas, pois cada pessoa conta de acordo com sua imaginação.

Tulipa (78 anos) relata:

Eu acredito em boto. Ele se transforma se a gente mexer com ele quando a gente está menstruada. Se mexer com ele, ele se transforma, faz a gente ficar lezo. A minha vizinha lá do interior toda noite ele ia perseguir ela, a pessoa fica doida com aquela arrumação, não tinha uma noite que ele não ia perseguir ela porque ela foi encher com ele quando ela não podia, ela estava lá na beira, quando ele boiou e ela mexeu com ele.

Na fala de Tulipa observa-se a crença na lenda do boto-cor-de-rosa. Esse fato foi acompanhado por ela e hoje fez com que concepções fossem criadas em seu imaginário, pois comumente os idosos contam variadas histórias relacionadas a esses seres, que presenciaram ou souberam por outras pessoas e que utilizam no repasse a outras pessoas, tomando o ser como uma entidade de temor e respeito.

Os idosos contam também sobre as visagens, firmam ter visto corpos estranhos, espíritos que vagam a escuridão a procura de libertação.

Arara Azul (77 anos) explicita:

Eu vi visagem diversas vezes, olha aqui nesse campo quando era dez horas da noite a gente já estava deitado, naquele tempo tinha energia só até nove horas da noite, e não tinha muito o que fazer e aí se escutava, quando passava um vaqueiro gritando (ehhhhhh) e o pessoal foi acostumando, e eu acredito que era visagem, mas o dono dessa terra disse que era mãe do campo, outros dizem que é encantado, porque aqui deve ter ouro dessas coisas enterrado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Como podemos ver na fala de Arara Azul, a presença da visagem não traz mais incomodo e sim um temor, o imaginário do povo se adequa com os fatos e isso tende a ser repassado inconscientemente para outros. Outros seres encantados que despertam o medo nas pessoas é das pessoas que se geram para algum bicho. Se gerar caracteriza um processo de metamorfose de ser humano para um ser encantado ou amaldiçoado que judia das pessoas. Na maioria são velhos que se geram para porcos, galos e até cavalos. A presença das visagens e seres encantados parecem ser entidades protetoras que guardam os elementos naturais, tais como os rios, as matas e os elementos que são importantes para esse povo.

Montero, 2014, p. 128 destaca que as “...crenças, mitos, lendas etc. seriam “sistemas de representações” que expressam a natureza das coisas sagradas, as suas virtudes, os poderes que lhes são atribuídos e as suas relações com as coisas profanas.” Assim, no momento em que a crença nesses seres passa a atormentar e a mudar a vida da pessoa, seja deixando-a doente, assustada, isolada ou apresentando determinados comportamentos, é comum consultarem as benzedadeiras para realizar tratamentos para a cura daquele mal. Junto a essas credices em seres maus, a fé aparece como uma forma de se proteger e principalmente de afastar-se ou livrar-se deles. Essas histórias representadas no imaginário são repassadas como ensinamento ou experiência, sendo capazes de transformar e determinar modos de vida afirmando relações na comunidade.

A relação entre o sagrado e profano estão articuladas juntos as crenças religiosas. Os idosos que acreditam na cura oriunda das benzições e são os mesmos que frequentam as igrejas católicas. Ao mesmo tempo em que partilham a fé firmada no cristianismo, tem abertura total para expressar sua credice em elementos da natureza. Essa fé dúbia é tão comum que se faz natural a qualquer morador idoso, principalmente das comunidades da área rural.

As práticas de cura ganham uma visibilidade profana pelo fato de estarem ligadas a fatos sobrenaturais e encantos, porém mescla-se com a fé no menino Jesus que carrega a cura e a libertação. O temor gerado pelas lendas e mitos, dividem espaço com a crença em que Deus pode libertar as almas e os espíritos que se encontram a fazer mal as pessoas. Da mesma forma que espíritos bons e protetores tem a permissão de Deus para agir livremente em defesa da mata, rios e lagos. Assim os idosos vivem suas velhices, a fé nos santos, é a mesma que é demonstrada quando submetido a uma prática de cura que tem



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

origem indígena, sendo respectivamente sagrado e profano. Revelando dentro do coração da Amazônia, a existência de pessoas que negam as formas de preconceitos e vivem suas velhices de forma solidária, capaz de aceitar várias linhas de saberes com apenas uma finalidade, fazer o bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Parintins, os modos de vida dos idosos são envolvidos por aspectos que conjugam a fé católica e práticas populares. Os saberes tradicionais utilizados em suas saúdes são recorrentes, porém essas práticas devem ser regadas a fé para que seja eficaz. Dentro desse contexto, destacam-se as práticas de benção, onde pessoas com dons, através da utilização de materiais e invocações divinas, tem o poder de amenizar e cessar males. A religiosidade é um fator muito importante na vida dos idosos. A devoção católica e a fé dos fiés move suas vidas de maneira determinante. Dentro desse contexto cultural, há uma forte relação da igreja católica com a brincadeira do boi-bumbá, onde participam ativamente com alegria todos os anos. A participação na Igreja e no Boi-Bumbá é participativa e significativa.

Nessas relações peculiares da cultura amazônica, a vivência dos idosos da área rural envolve um imaginário representado em mitos, lendas e visagens. São histórias vivenciadas ou somente contadas que tem um cunho significativo e objetivo de passar experiências, ensinar, demonstrar temor e respeito pelos seres da natureza e por Deus.

Nesse contexto de relação entre o sagrado e o profano presente nas vivências dos idosos em Parintins a religiosidade, a fé, a oração, mescladas com cultos, rituais, crenças, aparições e a brincadeira de boi-bumbá, congregam-se em circuitos socioculturais de participação dos idosos. O sagrado e o profano caminham juntos e essa relação é refletida no sentido em que as pessoas dão a vida, orientando suas ações cotidianas, contribuindo assim na construção de suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C.F. da; FIGOLS, F.B.; ANDRADE, D. A. C. D. (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 1999.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica. *In: Uma poética do imaginário*. Belém, 1995.

MONTERO, Paula. A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. *In: Novos Estudos*, 98, Mar/2014.

OLIVEIRA, S. M.; LIMA, A. S. de. O Mito na formação da identidade. *In: Dialógica (Manaus)*, Manaus, jul/ 2006.

SARAIVA, Adriano Lopes. Religiosidade popular e festejos religiosos: aspectos da espacialidade de comunidades ribeirinhas de porto velho, Rondônia. *In: Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai, 2010.

SUZANO, João de Matos. **Brincando de boi em Parintins**. Manaus: Grafisa, 2006.

TRINDADE, Deilson. **As benzedeadas do Amazonas: a atualidade da cura popular na cidade de Parintins**. VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – Palmas/TO, 2012.

_____. **As benzedeadas de Parintins: práticas, rezas e simpatias**. Manaus: EDUA, 2013.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO WOMEN'S HEALTH AND KNOWLEDGE IN RIVER CONTEXT

Priscila Freire Rodrigues¹

Resumo

A presente comunicação aborda o tema da saúde da mulher em contexto ribeirinho na Amazônia brasileira. O objetivo desse artigo analisa as condições de acesso à saúde de mulheres moradoras da comunidade de Santa Rosa, área ribeirinha do Município de Humaitá, na região sul do Amazonas, sobre as dificuldades e ao mesmo tempo as estratégias relacionadas às práticas socioculturais da medicina popular. Os resultados dão conta de que a situação da saúde da mulher na comunidade de Santa Rosa envolve diversos aspectos da vida, que as mulheres não têm assistência à saúde de forma integral, e encontram inúmeras dificuldades para conseguir atendimento médico hospitalar. Constata-se o uso de remédios caseiros para curar suas enfermidades e também como estratégia sociocultural na ausência de assistência médica.

Palavras-chave: feminino, enfermidade, plantas medicinais.

Abstract

This Communication addresses the women's health issue in riverine environment in the Brazilian Amazon. This article aims the analysis of the conditions of access to health of the women living in the community of Santa Rosa, which is a riverside area of the Humaitá municipality in southern Amazonas, about the difficulties as well as the strategies related to cultural practices of folk medicine. The results show that the health situation of women in the community of Santa Rosa involves many aspects of life, such as women do not have a complete health care, and thus they face numerous difficulties to get hospital medical care. It is noticed the use of home remedies to cure their diseases and also as a sociocultural strategy for the absence of medical care.

Keywords: female, illness, medicinal plants.

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas – Manaus. pfrdrigues@uea.edu.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

A saúde da mulher como um problema social surge nas abordagens de gênero ao longo das discussões e análises dos processos sociais no que tange o biológico e o social. A perspectiva de gênero possibilitou o questionamento das diferenças biológicas como não justificadoras de desigualdades sexuais (Scavone, 2004). Já nos anos 1960 a questão da saúde da mulher é posta em relação ao conhecimento e (re)apropriação do próprio corpo, e significou fazer do corpo um sujeito político (ibidem, p. 45). O tema desse artigo reflete assim, questões que problematizam o campo da saúde, o corpo e a sexualidade feminina.

O interesse pela saúde da mulher em contexto ribeirinho como uma problemática social ainda é muito insipiente na região amazônica. A atenção para tal contexto nos instiga a conhecer uma realidade pouco ou nada visibilizada das condições de acesso à saúde e suas estratégias a fim de compreender as especificidades das mulheres. Buscamos conferir assim, um recorte das vivências amazônicas a partir da perspectiva de gênero como um problema social.

O aporte teórico no qual embasamos nossa análise apreende a perspectiva de estudos sobre mulheres e gênero e da sociologia da saúde e da doença, com o conceito sociológico de gênero e do modelo de significação cultural da saúde e da doença. Na intersecção de ambos os campos teóricos utilizamos a compreensão de saúde reprodutiva e cultura somática feminina de Scavone (2004), e a análise em ciências humanas que envolvem o corpo e a sexualidade nas questões de saúde da mulher. A especificidade do contexto ribeirinho faz emergir ainda a questão dos saberes tradicionais de maneira mais evidente, como uma estratégia para lidar com as enfermidades com o uso de plantas medicinais. Assim, o conceito de tradição foi pautado na perspectiva histórica de Hobsbawn, do mesmo modo que abrange uma perspectiva socioantropológica.

O objetivo desse artigo analisa as estratégias de acesso à saúde de mulheres moradoras na comunidade Santa Rosa no município de Humaitá/AM. Para tanto, especificamente é analisado os meios de acesso à saúde formal a partir de um quadro da saúde e doença que as mulheres da comunidade apresentam; e quais as estratégias de saúde provenientes dos saberes tradicionais. A abordagem é de cunho qualitativo com o intuito de compreender a partir das falas das mulheres o modo como elas próprias



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

concebem sobre a saúde e a doença no ambiente que elas vivem. As entrevistas abertas e semiestruturadas compreenderam um perfil sociocultural e em relação às experiências das condições de saúde e doenças enfrentadas.

A partir desse estudo, a questão é evidenciar o quadro atual da situação de saúde de mulheres moradoras de áreas ribeirinhas em face do contexto de acesso formal ao atendimento médico. Neste, a atenção às necessidades dessas mulheres geralmente já se encontra em um campo de exclusão, assim, um aspecto relevante é a estratégia na socialização dos saberes populares que são predominantemente dinamizados por elas.

I

A saúde da mulher representa um tema importante das reivindicações feministas, evidenciando o corpo em uma dimensão não apenas dos direitos individuais, mas principalmente no sentido de “questionar profundamente as relações de gênero que perpassam o conjunto das relações sociais” (Scavone, 2004, p. 45). Nessa perspectiva, o conceito de saúde reprodutiva é incorporado às questões sociais mais amplas na sociedade. Nesse contexto, emerge o questionamento ao determinismo biológico que afirmava sobre as diferenças sexuais, mas sem negar as diferenças biológicas entre os gêneros. A questão era desconstruir uma visão negativa que se impunha à identidade feminina construída pela medicina oficial e fazer emergir a valorização da subjetividade e vivências das mulheres em relação à saúde. Em termos práticos, significou um avanço no conhecimento sobre a sexualidade, o corpo e a reprodução como estratégico para a liberdade, cada vez mais política, das mulheres na sociedade (ibidem, p.46).

Em nossa análise sobre as condições, estratégias e acesso à saúde de mulheres em uma comunidade no interior do Amazonas os aspectos político e teórico desse conceito possibilitam questões críticas de como a atenção à saúde tem sido precária nessa região. Por um lado, a ausência de uma infraestrutura técnica e profissional da medicina formal e, por outro, a não valorização e o não reconhecimento do saber popular relacionado à saúde/doença.

Paradoxalmente a atenção da saúde se dá quando da atenção à doença. Em nossa sociedade o saber médico é reconhecido como o discurso oficial para os males do corpo, entendido hegemonicamente apenas como organismo. No questionamento a esta perspectiva Morais e Jorge (2003) analisam que o conceito de medicina popular ao estar relacionado ao sentido desta medicina oficial não apreende o sentido mais amplo que o



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

termo denota. A questão é assim o distanciamento que a medicina formal impõe às pessoas, tanto simbólico, pela legitimidade que opera nas mentalidades, quanto físico, porque seu acesso é mais precário pelas classes populares e por moradores(as) de áreas ribeirinas, em específico. A ênfase sobre a saúde da mulher em contexto ribeirinho em face das dificuldades de acesso ao saber médico e da prática dos saberes populares que elas desenvolvem como conhecimentos singulares é o de como lidar com a doença, a saúde, de se sentir saudável, entre outros.

O se sentir ou estar doente ou com saúde pode ser um amplo contexto não apenas ligados à percepção e interpretação das reações do organismo, está também relacionado aos aspectos socioculturais quanto às diferenciações de gênero, pois são as mulheres que passam a agregar mais “funções” sociais que os homens nas atribuições de papéis sociais. De acordo com Scavone (2004, p. 128 e ss.) a ligação especial das mulheres com a saúde está intimamente relacionada com os cuidados da vida, o de ser mãe. Com o saber constituído historicamente das mulheres, principalmente as parteiras, quanto aos nascimentos, contracepção, interrupção da gravidez, tratamentos ginecológicos que implica uma relação direta com a saúde foi cada vez mais inferiorizado pelo crescimento da legitimação da medicina oficial. Certamente ocorreram erros de parteiras e curandeiras, mas estes foram superestimados pela medicina científica depreciando a prática das mulheres no campo da saúde.

A experiência observada por Scavone é um modo de conhecimento rico que guarda especificidades de situações, fatos e ainda memórias que são repassadas como um capital cultural feminino. Como afirmam Zimmermann e Medeiros (2004) com a reconstituição da memória pelas próprias mulheres o contexto histórico de uma vida, a do indivíduo, não emerge apenas enquanto subjetividade, mas principalmente enquanto um olhar histórico singular. A mulher, como sujeito de conhecimento no âmbito privado da vida “*simples*”, e a vivência das mulheres em contextos específicos da sociedade revelam também a especificidade na percepção do indivíduo na realidade sociocultural.

Nesse sentido, interessam em nossa abordagem as dificuldades e as estratégias de saúde das mulheres² em áreas ribeirinhas para apreender um recorte da realidade no Amazonas a partir do Município de Humaitá. Em pesquisa na área urbana do município

²A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas. CAEE 02470312.0.0000.5020



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Torres (2007, p. 118-119) mostra que 59% da população de sua amostra procuram o hospital e ainda há 19% daqueles que fazem uso de remédio caseiro. Constata assim, o hospital como referência para a população local. No caso da saúde materna, 75% da amostra afirmaram ter realizado acompanhamento pré-natal e 68% realizaram o parto no hospital; 8,8% utilizaram o próprio domicílio. Estas últimas “afirmaram que isso decorria da ausência de hospitais na localidade onde residiam” (ibidem, p. 121-122). Tais dados nos apontam para a relevância de uma análise sobre a situação da saúde em municípios do interior do Estado do Amazonas em face de todos os problemas de falta de infraestrutura física e humana que esses lugares enfrentam. Do mesmo modo, o dado acima de que as mulheres afirmam da ausência do atendimento médico formal nos aponta para o fato de que essas pessoas são obrigadas a sair das áreas ribeirinhas em busca de atendimento médico na cidade. A comunidade de Santa Rosa, às margens do rio Madeira, representa um lócus significativo dessa realidade na medida em que seus moradores e moradoras precisam se deslocar para a área urbana quando da necessidade de atendimento médico. Santa Rosa corresponde à zona rural do Município de Humaitá e está localizada a 15 quilômetros de distância da área urbana e o seu acesso é somente pelo rio Madeira.

II

Teixeira (2001, p. 57) afirma que no contexto do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos, eles e elas selecionam saberes e fazeres ao percorrerem as múltiplas vias desse cuidar e agregam aos conhecimentos repassados de geração a geração, corrigem práticas diante de inquietações, constroem novos saberes e fazeres, enfim, “traduzem um complexo acervo de estímulos captados pelos sentidos e pelas interações que estabelecem nas múltiplas vias do cuidar cotidiano de saúde”. Nesses lugares, a presença do uso de remédios de plantas, os remédios caseiros, ainda é muito presente para as necessidades quanto à saúde da família. Nessa prática, é observável que as mulheres geralmente são predominantes na dinamização e socialização desse conhecimento. Historicamente, as mulheres constituíram um saber desenvolvido pelas parteiras, principalmente, por lidarem diretamente com a maternidade, mas também em um sentido amplo com saúde, “acumulando uma experiência terapêutica peculiar” (Scavone, 2004, p. 131). Lucila Scavone, a partir do conceito de cultura somática de Boltanski (2004), designa como cultura somática feminina “a forma pela qual as mulheres aprenderam – ou aprendem – a receber os sinais que seus corpos emitem na doença e na saúde, criando uma quase



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

linguagem corporal feminina” (ibidem, p. 132). Para além de uma questão de saber científico ou saber tradicional o que interessa à questão da saúde das mulheres é a forma como estes saberes serão aplicados (ibidem, p. 137). Assim, nos é interessante saber o que é experienciado e como é experienciado por cada mulher, particularmente, e em interação com o meio em que interage. Já, a primazia do aspecto cultural para Adam e Herzlich (2001, p. 70 e ss.) é que “a pertença a uma cultura fornece ao indivíduo os limites dentro dos quais se operam [as] interpretações relativas aos fenômenos corporais e, em particular, a doença e seus sintomas”. Eles expõem um modelo de significação cultural que se caracteriza pela experiência da dor, a discriminação dos sintomas e o que é definido como doença. Na observação desses aspectos a cultura e a sociedade do indivíduo são o que confere a forma como a doença ou a saúde é percebida em relação às percepções corporais. A definição de doença, mas também de saúde, pode ser compreendida a partir de modelos explicativos em dada sociedade. Os antropólogos Byron Good e Marie-Jo Delvechio-Good apud Adam e Herzlich (idem, p. 73-74) afirmam que é preciso “compreender as relações entre cultura e fenômenos orgânicos”, pois “a atividade médica é sempre interpretação (...) conforme as categorias do saber médico” (...) já o doente, também tem um “modelo explicativo” do seu estado de saúde que em parte é individual, mas proveniente da cultura a qual compartilha. Portanto, na perspectiva antropológica “a significação da doença faz parte da própria realidade e a modela”.

A significação cultural da doença nos é assim interessante na medida em que o fenômeno cultural possibilita uma visão compreensiva do modo como homens e mulheres podem expressar “seus modelos explicativos” também enquanto uma percepção de gênero. O gênero enquanto um conceito, de acordo com Costa (2005, p. 26) é “uma categoria social produzida culturalmente, no decorrer dos relacionamentos e processos sociais, face às estruturas de poder que proíbem, omitem ou permitem determinadas formas de atuação e expressão”.

O corpo e a saúde da mulher são assim socialmente imbricados a partir das experiências acumuladas ao longo da história, onde se observa um saber cultural predominante entre as mulheres, passado de geração a geração, sobre formas tradicionais de lidar com o corpo e a doença. Dentre os saberes populares os conhecimentos tradicionais de plantas medicinais apresentam expressões singulares no cuidar da saúde. Muitas pesquisas no âmbito das ciências sociais apontam para diferentes aspectos ao se



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

considerar a medicina formal e a medicina popular, onde apontam para a importância da interação entre ambas.

Diferentemente do nível institucional, ao considerarmos os conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas medicinais é possível perceber que nesta prática cultural dentre os modos de existir na Amazônia, a compreensão das pessoas demonstra uma ampla visão da saúde. No domínio desses conhecimentos tradicionais veem a saúde como um todo e lançam mão de uma visão complexa que não se limita ao sentido material do sentir doente ou com saúde, pois o simbólico é indissociável dessa cultura de saúde. Tal aspecto simbólico se desvela no perceber o próprio corpo com relação a restrições culturais, bem como, na manipulação da natureza em estratégias de sobrevivência para sanar suas enfermidades. A intenção ainda de uma análise que aproxime a questão dos conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas medicinais passa diretamente pela situação da saúde da mulher, mas de maneira ampla é uma questão política a ser pensada no âmbito das relações de gênero, ciência e saúde de forma mais acessível às pessoas. Nesse sentido, acreditamos em uma contribuição importante da ótica sociológica na medida em que a saúde da mulher, na região amazônica, suscita questões de ordem reflexiva e prática para um maior conhecimento das vivências socioculturais.

O perfil sociocultural das mulheres em Santa Rosa

As mulheres participantes da pesquisa (18 ao todo) são em sua maioria jovens que se encontram em maior proporção na faixa etária dos 20 aos 30 anos, em seguida, em menor proporção, mulheres entre os 40 e 50 anos. Mas, suas aparências físicas não correspondem com a idade, pois nos deparamos com tal constatação em que todas as mulheres aparentam ser mais velhas, com os traços do tempo físico-biológico marcados no corpo em uma visível expressão facial “mais acelerada de tempo vivido”. O que as marcas do corpo falam da vida? O que a aparência dessas mulheres revela de suas experiências? Quais contingências tão hegemônicas sob a vida dessas mulheres que lhe acelera o tempo físico do corpo? Seriam muitas as perguntas que permeiam nosso imaginário sobre essas mulheres que muito os seus corpos nos instigam a pensar em suas vidas como sujeitos de suas histórias. Mulheres que apresentam um percurso escolar baixo, pois 22,22% das entrevistadas possuem até o quarto ano do ensino fundamental, e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a escolarização mais alta apresenta até o primeiro ano do ensino médio. O que nos permite afirmar de uma permanência no lugar, pois a escola da comunidade só oferece até o quarto ano primário, e do fato de que na mesma proporção, essas mulheres são nascidas em Santa Rosa ou no Lago das Piraíbas, também vista como uma comunidade das proximidades, sendo que 33,32% nunca moraram em outro lugar que não fosse Santa Rosa. Assim, ao que parece, há uma acomodação ao lugar ou de viver, no sentido de estruturar-se a vida enquanto uma interação social de pertencimento ao ambiente histórico e cultural. Em relação ao estado civil em sua maioria são casadas, 38,9% e 33,3% são amigas, bem como, dentre estas, todas têm filhos, sendo que a maioria tem mais de cinco de filhos. E responderam que são de religião católica (77,78%). Vemos assim, certa homogeneidade de expressão social dessa comunidade de mulheres jovens, mães e com baixa escolaridade, o que aponta para alguns aspectos sempre emblemáticos em contextos ribeirinhos. A precariedade na educação é mais um reflexo do descaso que sofre as populações do interior da cidade e com implicações em outros setores da vida social como no aspecto econômico, político e cultural e gera limitações sociais e o não acesso a muitos direitos fundamentais.

No que diz respeito ao trabalho as mulheres são em sua grande maioria agricultoras/produtoras rurais além da ocupação como dona de casa, apesar de que nem todas percebem o serviço de casa como trabalho. Assim, 16,67% além de trabalhar no campo também cuidam dos afazeres domésticos. Da amostra coletada, 88,89% faz os trabalhos domésticos, pois, ao ser questionado quanto às atividades que são realizadas em casa, essa grande maioria citou que quando não faz todas, sempre tem alguma responsabilidade de seu encargo. Também podemos observar em suas falas que essas mulheres têm esses trabalhos como sua obrigação, tirando assim a responsabilidade de seus companheiros de ajudar nos trabalhos domésticos. Afirmam, nesse sentido, que gostam dos trabalhos domésticos mesmo em momentos de descanso ou é simplesmente o que fazem quando afirmam sobre o próprio lazer, e somente 44,44% disseram que gostam de descansar, comer e ouvir música e/ou assistir a TV. Desse modo, apenas cinco mulheres afirmam que não tem nenhuma atividade de lazer, enquanto que a maioria 66,67% das mulheres tem algum tipo de atividade que consideram como diversão e/ou descanso, umas participam de festas e festejos religiosos, outras ainda afirmam passear



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

na casa dos vizinhos ou brincar com os filhos, entre outras atividades para sair da rotina do dia-a-dia. Vemos assim, que o espaço privado é predominante na vida dessas mulheres.

O perfil sociocultural das mulheres em Santa Rosa, se por um lado nos mostra um quadro, em termos, bastante comum, por outro, nos revela que há a necessidade de um maior aprofundamento do conhecimento das mulheres em contexto ribeirinho enquanto sujeitos sociais. Suas aparências cansadas e envelhecidas de uma vida social de muito trabalho acumulando uma jornada diária de trabalhos domésticos, na agricultura e com os filhos parece não dar muito espaço para que percebam a si próprias como sujeito, que têm direitos e poderiam ter escolhas se estas não lhes parecessem em um horizonte tão distante... O que é possível perceber quando das respostas silenciosas em diferentes momentos da pesquisa.

Sujeitos da vida social ribeirinha, portanto, ainda jovens, mas com aparência envelhecida, e mães, casadas, agricultoras e trabalhadoras do lar, religiosas e de baixa escolaridade, também nos impõe a pensar como é a relação destas mulheres com a saúde de seu corpo? Como elas fazem para conseguir atendimento médico? E a assistência à saúde prestada pelo município é adequada? Se não, o que deveria ser feito para melhorar? E o que as mulheres da comunidade de Santa Rosa pensam sobre o assunto?

Saúde e doença: o modelo de significação cultural do ponto de vista das mulheres

A sociedade “medicalizada” (Adam e Herzlich, 2001) é característica do modo como a medicina moderna passou a exercer o seu papel no cuidado das doenças. Nesse sentido, o desenvolvimento da medicina ocidental influenciou a várias mudanças nas maneiras das pessoas lidarem com o próprio corpo e a se perceberem como doentes ou saudáveis. Assim, o que chamamos aqui de saúde formal diz respeito à medicina científica (Boltanski, 2004; Adam e Herzlich, 2001) em que o médico possui a autorização para o cuidado e tratamento dos doentes. Mas, outro aspecto ainda é o fato de que tal acesso concentra-se nas áreas urbanas e dessa maneira são dados corriqueiros que em lugares como Santa Rosa não possui médicos, nem mesmo posto de saúde e nesse caso, o lugar mais próximo para conseguir uma consulta médica é o município de Humaitá. O agente de saúde é quem cumpre o papel “imediato” de acompanhamento médico formal. No entanto, a experiência de saúde e doença não é estritamente da esfera formal da medicina,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a sua compreensão perpassa um contexto mais amplo do modo como às pessoas reelaboram os discursos dos médicos e sentem as experiências no próprio corpo. Assim, as mulheres em Santa Rosa nos demonstram uma dimensão particular da saúde e da doença um pouco distanciadas do discurso formal.

No que diz respeito ao o que é se sentir com saúde as mulheres em Santa Rosa nos falam quase que em uma mesma expressão o de se sentir bem como a linguagem de saúde. Assim, 72,2% das entrevistadas responderam que se sentir com saúde é estar “bem”. Mas o que significa estar bem? As respostas das entrevistadas nos mostram que as mulheres da comunidade de Santa Rosa têm visões parecidas sobre o que é saúde. No entanto, o “estar bem” de suas falas nos revelam, para efeito de análise, três dimensões significativas do modo como percebem o corpo em relação à sua saúde.

É possível perceber o estar bem em uma dimensão psicológica, em uma dimensão psicossocial e em uma dimensão físico-biológica como os aspectos predominantes em suas falas. Assim, “*estar bem consigo mesmo*”, “*é uma felicidade*” e “*ativa, alegre, com bem estar*” nos revelam que se sentir com saúde é também uma questão de autoestima, bem como, “*se sentir com coragem e estar bem*”, “*se sentir alegre, animada, com disposição*” e “*se sentir a vontade, alegre em paz, sem problemas nenhum*” são expressões da linguagem social do corpo dessas mulheres que refletem antes a maneira como a própria vida social como um todo é o que influencia no se sentir com saúde. Quanto a uma linguagem mais orgânica do corpo social as expressões revelam que a saúde reflete uma identidade social dessas mulheres, assim se sentir com saúde é “*bem para fazer as coisas*”, “*estar bem e ter disposição para cuidar da casa e dos filhos*” e “*é bom, pois tenho prazer em fazer as coisas*”. A saúde emerge assim como o modo que essas mulheres vivenciam diferentes experiências com os seus corpos, mas o corpo no sentido de percebê-lo, como afirma Bragança de Miranda (2000), “que o mundo está ‘circunscrito’ ao ‘corpo’”, um aspecto importante a considerar na medida em que se põe uma questão de liberação da imagem estritamente física do corpo. É possível observar, portanto, que a expressão “estar bem” compreende muitas dimensões da percepção de saúde que as mulheres têm e de si próprias, e ainda do modo como os processos culturais e orgânicos refletem a internalização de um papel social que o meio lhe impõe. Como afirmam Adam e Herzlich (2001, p. 73) é necessário compreender a complexidade da interação entre processos culturais e orgânicos “como a reação orgânica e psíquica de um



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

indivíduo a pressões e exigências sociais, reação modelada e específica dentro de uma sociedade e de uma cultura”. Nesse sentido, a maneira como as mulheres se percebem saudáveis ou doentes revelam uma modelação cultural do contexto social no qual vivem.

O modo de se perceberem pessoas saudáveis aponta por um lado, para uma autopercepção corporal e, por outro lado, para a ausência de doença. Assim, ser saudável é *“porque se cuida, e ativa”* e *“sim, por me sentir bem”* ou *“sim, porque estou normal”*, *“sim, porque quase não fico doente”*, *“porque estou bem sem problema de saúde”*, *“difícil é eu pegar doença”* e desse modo à maioria delas se percebe como mulheres saudáveis. Do contrário, é a experiência da dor que evidencia mais o fenômeno orgânico, assim *“não, porque possuo uma dor de cabeça muito forte, direto e constante”*, *“não, porque desde que fui operada de hérnia, há dois anos, sinto dor na espinha, às vezes não consigo andar”*, *“porque me sinto ruim, com tontura e dor no corpo”*, *“porque sinto dor de cabeça e dores de estômago de vez em quando”*, *“não, porque sempre sinto algumas dores”*. Como percebemos, a experiência da dor parece ser mais uma reação físico-biológica em um primeiro momento, mas quando de suas percepções de como é se sentir doente, esta revela *“uma linguagem do indivíduo em relação com a sociedade”* (Adam e Herzlich, 2001, p. 77). Desse modo, a significação da doença faz parte da própria realidade e a modela, pois para as mulheres entrevistadas se sentir doente é *“indisposta, com falta de vontade de fazer as coisas”*, *“sem coragem, com dores, sem vontade de fazer nada”*, *“ficar com dor de cabeça, tonteira, não poder fazer as coisas, nada”*, *“sentir dor, estar ruim, estar deitada”*, *“estar ruim e não poder fazer nada”*, *“vontade de não fazer nada”*, portanto, o modelo explicativo de doença aparece relacionado com a interrupção da disposição para o trabalho, o *“fazer as coisas”* da vida cotidiana. A discriminação dos sintomas que emergem nas expressões *“ruim”*, *“indisposta”* e *“com dor”* demonstra que a doença é algo que afeta o organismo, mas também é um estado de espírito e de maneira evidente, pois *“é não ter coragem, se sentir ruim, desacomodada, com dor”*, *“se sentir triste”*, *“ficar ruim, mas tenho que fazer as coisas”*. O que esta linguagem pode assim nos revelar como uma cultura somática feminina? Talvez, poderíamos afirmar que o modelo de explicação da saúde e da doença que nos fazem refletir ao apontarem o *“fazer as coisas”* sob o aspecto da vida social possa ser antes uma fuga da depressão. Se realmente ocorre aqui uma experiência singular do ponto de vista do feminino e de mulheres sob condições sociais, culturais e econômicas determinadas daquele meio, nos remete a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pensar que, em suas falas, de maneira latente, a saúde pode ser aspirações da vida social sob diversos aspectos e não meramente orgânicos.

As doenças e o acesso à medicina formal

A cidade ainda é a referência para o acesso à medicina formal, como elas afirmaram, Humaitá é o lugar mais próximo para conseguir uma consulta médica e o modo de deslocamento até o município é predominantemente de rabeta própria ou ainda alugada ou emprestada. A rabeta é um motor que possui quatro níveis de potência (5,5; 8; 11 e 13) em uma embarcação de madeira muito comum nos rios da região amazônica, e o deslocamento de 15KM até a cidade corresponde em média duas horas. O que demonstra um aspecto comum da realidade social vivenciada pelos ribeirinhos na Amazônia.

O quadro de saúde e doença que observamos perpassa pela alimentação do dia a dia, e vemos que, do ponto de vista nutricional, é pobre em relação a vários nutrientes presentes em verduras e frutas, por exemplo, já que com exceção de uma entrevistada não foram citadas. A alimentação é assim muito rica em carboidratos como beju, bolacha, macaxeira, pão, arroz, feijão, batata, macarrão, farinha e também em peixe e carne. A fruta mais comum é banana de maneira que a comem sempre frita. Do ponto de vista socioantropológico a alimentação diz muito do lugar em que vivem, em parte sob o aspecto econômico, em parte da característica cultural, e em parte dos hábitos sociais da maneira como o tipo de comida corresponde a uma avaliação de suas necessidades de sobrevivência. Nas falas das mulheres a alimentação aparece ainda relacionada com o se sentir saudável e nenhuma doença é apontada diretamente relacionada com hábitos alimentares. Contudo, a situação da saúde da mulher nesta comunidade ribeirinha envolve diversos aspectos da vida, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda entre outros.

A população que reside em áreas ribeirinhas geralmente vive à margem dos centros urbanos e, conseqüentemente, dos serviços públicos de saúde, restando a ela a construção de estratégias para chegar aos serviços e receber um atendimento de saúde necessário. Porém, nem sempre este atendimento e respeito acontecem, ficando assim a população ribeirinha sem recursos e assistência médica hospitalar. As doenças que as



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mulheres da pesquisa apresentaram são: enxaqueca, bronquite, infecção, reumatismo, dor nos rins, febre, colesterol, irritação no coração, anemia, infecção de urina, dengue, catapora, caxumba, pneumonia, dor no corpo e as mais comuns e predominantes são a gripe e a malária. As mulheres responderam ainda em relação a doenças que acometeram os membros de suas famílias, como a asma, gastrite, malária, caxumba, catapora, febre, pneumonia, hepatite, colesterol alto, infecção, dor nas pernas, diarreia, dengue, câncer, infecção de urina e gripe. Percebemos que as mais comuns têm relação direta com a região por ser área ribeirinha com incidência do mosquito que causa a malária. Mas também apresentam um quadro de doenças que podem ser ocasionadas por diferentes fatores, de modo que a grande maioria desconhece as suas causas. No entanto, há sim uma observação particular apresentada por algumas entrevistadas que revelam dos seus conhecimentos comuns sobre as doenças, como o fato de ter gripe é *“por estar muito exposta ao clima, sol, chuva”*, e o de ter bronquite é porque *“trabalho dia e noite, no sol, sereno, chuva”* e a dor de cabeça *“é o estresse”*. Essas respostas nos levam a pensar na afirmação de Rory Williams apud Adam e Herzlich (2001, p. 80) de que *“ao descrever e explicar suas moléstias, os indivíduos apoiam-se em visões de mundo subjacentes, quanto ao caráter ‘produtor de saúde’ ou ‘destruidor de saúde’ de seu ambiente social”*, pois o que as falas das mulheres revelam diz respeito a um estilo de vida que levam, de muito trabalho. Contudo, essas mesmas entrevistadas apontam tanto o caráter positivo quanto o negativo ao ressaltarem o trabalho em suas falas também para o modo de como buscam ser pessoas saudáveis, assim *“praticando esporte, mais ativa, esperta, trabalhando”*, e *“sim, ativa no trabalho; trabalhando em garimpo, ativa”* e também outra afirmando que *“sim, com as atividades domésticas, trabalho”*. Mas, de outro modo, responderam outras mulheres que *“caminho bastante, tenho higiene”*, *“cuida, tenho uma boa alimentação”* ou ainda, outras demonstram uma expressão mais do ponto vista da medicalização, quando afirmam que *“sempre que sinto alguma coisa, procuro logo tomar remédio para melhorar”*, *“procuro remédio para ficar boa”* e *“procuro o hospital, fazendo exames, cuidando da saúde”*. Mas houve também respostas apenas como *“não”*, não se consideram pessoas saudáveis, e o que uma resposta, supostamente, lacônica poderia nos estar dizendo aponta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sob diferentes aspectos que possam aí estar subentendidos, pois, como afirma uma das entrevistadas sobre como busca ser saudável diz, *“nem todas às vezes, pois não temos muito meios para*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

isso ou não os busco”. O quadro de saúde e doença que apresentam é assim característico de enfermidades não apenas físico-biológicas, e o modo como o percebem refletem as próprias experiências de vida. As dificuldades ao acesso a medicina formal vão além da distância a ser percorrida (dificuldade geográfica) e institucional (atendimento nos postos médicos, horários, etc.), mas também passa por dificuldades de acesso cultural, pois muitas vezes as diferenças culturais das mulheres ribeirinhas não são aceitas ou respeitadas. Como afirmam Adam e Herzlich (2001, p.85) “[...] a atual valorização da saúde, tal como se vê na mídia, não se encontra uniformemente distribuída pelas camadas sociais”.

A medicação, como os remédios de farmácia, elas conseguem somente indo comprá-los na cidade e, às vezes, consegue no posto ou ainda com o agente de saúde. Como afirma uma entrevistada: *“compro em Humaitá, com o agente de saúde, de São Miguel, é difícil vir, e difícil trazer remédio. Ele vem pra pesar as crianças, pergunta se tem alguém doente e só”* e outra também afirma que *“em Humaitá compro ou consigo no posto. Não é fácil conseguir consulta e às vezes não se consegue às vezes só se passar o dia todo no hospital”*. Desse modo, vemos como a cidade representa uma necessidade de acesso à saúde formal, mas que significa ainda um acesso difícil. Assim, as mulheres entrevistadas apontaram que as maiores dificuldades sobre a saúde em Santa Rosa diz respeito à falta de um posto de saúde e a falta de um transporte no caso da necessidade de deslocamento até a cidade, pois *“tem agente de saúde, porém uma vez por mês ele vem”* e *“quando adoecer tem que ir à cidade. E ainda na cidade nem sempre é atendido quando se chega atrasada”*. Bem como, aponta uma entrevistada, que a falta de um(a) ginecologista é uma das maiores dificuldades, pois evidentemente as mulheres necessitam de atendimento médico em todas as fases de sua vida, mas o que ocorre é atenção voltada somente para o momento da reprodução, o que é inclusive, internalizado por elas, como é possível perceber quando uma entrevistada afirma ser uma pessoa saudável lembrando que *“a última vez que fui ao médico foi em 2011 para ter nenê”*. Esse aspecto se confirma com os dados estatísticos do Hospital de Humaitá que demonstra a concentração de atendimentos referentes ao pré-natal e parto. Outras afirmações quanto às dificuldades nos apontam que as necessidades de acesso à saúde são diversas, *“vem o agente de saúde, de São Miguel, uma vez por mês, às vezes dá remédio paracetamol, soro, dipirona,*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pesa as crianças e adultos, mede a pressão; falam, mas não vêm médico” e o que poderia existir diante de suas necessidades de saúde “alguém para atender numa emergência”.

O acesso à saúde formal, portanto, não se limita ao fato do deslocamento ser difícil por estar na cidade, mas, do mesmo modo ser as condições de fato sócio-históricas de suas vidas como uma condição sob as outras limitações. O meio ribeirinho é o contexto geralmente da ausência de acessos básicos a vários direitos sociais e fundamentais como a saúde, mas o que as mulheres da pesquisa revelam é que não é a falta pela falta apenas, é uma atenção de fato humanizada de cuidado, em face de uma realidade sociocultural em que elas carregam uma obrigação por demasiado árdua da vida social. Contudo, a vida cotidiana exige o seu modo de sobrevivência e, em face das diversas dificuldades de acesso à saúde formal, as mulheres buscam estratégias de cuidado ou tratamento para as enfermidades que lhe acometem o corpo (em sua percepção ampla como o receptor de todas as dimensões do se sentir doente). Para além da medicina científica o conhecimento comum é um aspecto cultural sempre presente nos contextos ribeirinhos a partir do uso de remédios caseiros, em sua maioria, provenientes de plantas medicinais. Nesse sentido, a medicina alternativa é no contexto da pesquisa uma resposta presente para lidar com a saúde e a doença. Mas como se revelam tais estratégias para lidar com as dificuldades?

Remédios caseiros: estratégias relacionadas às práticas socioculturais da medicina popular

O repertório de plantas medicinais no Brasil é muito grande. A medicina popular e o conhecimento específico sobre o uso de plantas é o resultado de uma série de influências culturais, como a dos colonizadores europeus, dos indígenas e dos africanos. Em Santa Rosa observamos essa prática sociocultural e na medida em que, em sua maioria, as mulheres são detentoras dos conhecimentos tradicionais de plantas medicinais é possível observar a coexistência de valores culturais. Assim, é a permanência da tradição que resiste como uma identidade social, mas também, a necessidade do ponto de vista das exigências do meio social que se impõem à realidade. Como é apontado dentre as entrevistadas, o uso de remédios caseiros, não é resultado exclusivamente de uma escolha, mas às vezes o único recurso disponível para tratar as enfermidades desta população. As práticas não convencionais de saúde, apesar de muitas vezes rejeitadas pela



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

medicina oficial, não foram contidas pelo saber científico, exatamente porque podem oferecer respostas às enfermidades e sofrimentos vividos pelas pessoas em seu cotidiano. Assim, 72,2% das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa usam remédios caseiros.

A tradição move-se numa trajetória histórica específica ou mesmo singular (Hobsbawn, 1997). Pode-se dizer assim que cada cultura tem a sua tradição. O que faz todo sentido afirmar da tradição suas peculiaridades inventivas e criativas, bem como, ser a herança de saberes dinamizada pelas mulheres que revelam tais singularidades. Desse modo, constatamos que 55,6% das entrevistadas aprenderam a fazer os remédios caseiros com a mãe, e 16,7% aprendeu com a avó. Neste processo em que se instaura uma transmissão e socialização de um saber constitui um sistema sociocultural de relações sociais que estão manipulando conhecimento adquirido, onde são estabelecidas relações de encontros também históricos, posto que ocorram preponderantemente entre as gerações diferentes no seio familiar e/ou externo também, *“com a mãe e pessoas mais velhas, aprendendo conforme precisava e por informações”*, ou mesmo por acaso, *“conversando com as pessoas”*. Estas mulheres começaram a preparar os remédios caseiros ainda muito jovem 77,8% aprenderam a fazer remédios caseiros entre 10 e 22 anos de idade. Apenas uma senhora informou que veio se preocupar em aprender a preparar os remédios caseiros com 45 anos. Dentre os porquês desse aprendizado 38,9% responderam que foi *“por necessidade”*, ou seja, o uso dessa estratégia pode ser a partir do aspecto econômico ou apenas por ter sido algo que precisou ser feito pela exigência da vida social, *“por ser mais acessível”*. Certamente que é algo que faz parte do cotidiano delas dentre alguns aspectos comuns, mas também com singularidades que emergem como na resposta da senhora de 52 anos que diz *“porque precisei aprender para fazer para meus filhos”*. É como observa Scavone (2004) sobre a ligação das mulheres com a saúde estar relacionado ao cuidado de outros. De outro modo, as mulheres apontaram ainda para a relação saúde e doença como um motivo importante para saber dos benefícios dos remédios caseiros. Assim, *“porque serve para tratar doenças”* e *“porque as pessoas que tomaram se sentiam bem, diziam que era bom e passou a tomar também; de fato faz efeito”*. A eficácia confere assim uma resposta às enfermidades, *“pois algumas doenças podem ser curadas em casa mesmo, como a gripe”* e *“por causa das dores e a minha mãe diz que é bom pra dores”*. Desse modo, a preferência por remédios caseiros foi expressa por 61,1% das entrevistadas, segundo elas os remédios caseiros fazem mais efeito que os



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

de farmácia, a fé também é um dos motivos para que estas mulheres usem esses medicamentos. E 11,1% das entrevistadas preferem os remédios de farmácia. Para conseguir os remédios caseiros 61,1% das entrevistadas cultivam plantas medicinais, como o crajiru, o mastruz, catinga da mulata, dentre outras espécies.

A maioria dos remédios caseiros é feito em forma de chá, e ainda em forma de xaropes ou banhos. Como nos ensina uma das mulheres que para inflamação “*a folha de algodão roxo com marcela tem que ferver as folhas em meio copo de água, em seguida amassa as folhas pra fazer o sumo, cõa e toma a metade na hora que faz e quatro horas depois, toma o resto*”. Já a raiz de açaí com crajirú “*serve para a anemia e infecção*”, “*põe numa vasilha, mistura a folha com a raiz e põe pra ferver*”. A “*folha de pião pra passar a dor de cabeça; a folha da favaca, para infecção de urina ou a coirama (também chamam de folha de pirarucu)*”... O repertório é assim rico de saberes (Tabela 1) como afirma Ramírez (1996, p. 258) “*El examen de esa red y su funcionamiento permite finalmente afirmar que la selva no sólo produce plantas medicinales sino también cultura y, en particular, cultura de salud*”.

Neste contexto, portanto, podemos perceber que o remédio caseiro é uma forma que as mulheres da comunidade de Santa Rosa têm para tratar suas enfermidades, além disso, é uma estratégia para suprir suas necessidades de saúde. Tradicionalmente o uso de remédios caseiros é passado de mãe para filha, e como em sua realidade é o remédio que mais conhecem, também é no que mais confiam. Preferem assim os remédios de plantas feitos em casa do que aqueles comprados nas farmácias receitados frequentemente pelos médicos. Desse modo afirmam os “*caseiros, porque os remédios de farmácia não fazem mais efeito quanto os medicinais*” e também “*porque a gente faz e dar certo, é melhor*” ou ainda por ser mesmo mais acessível “*porque é mais fácil de conseguir e é realmente bom*” e “*porque é melhor e não precisa comprar*”. A percepção de que os remédios caseiros fazem mais efeito e são melhores do que os de farmácia conferem o modo como esta prática sociocultural tem respondido às suas experiências corporais em face das doenças. Mas também, se por um lado demonstra a permanência de uma cultura singular, por outro releva a ressignificação dessa prática, pois dentre as entrevistadas respondem que os dois, caseiros de plantas e os de farmácia, são preferidos, “*porque um ajuda o outro, os dois são bons*” e “*muitos remédios caseiros são bons, os da farmácia também*”, assim “*os dois são importantes*”. Como afirma Boltanski (2004, p. 16) “*a prática médica*



oficial que se manifesta pelo recurso ao médico e pela observação de seus conselhos e prescrições, e a prática médica familiar, (...), não se excluem mutuamente; pelo contrário, parecem ser essencialmente complementares”. Assim, as mulheres de famílias ribeirinhas têm o domínio do conhecimento sobre a manipulação das plantas medicinais no tratamento de doenças e no cuidar da saúde e conciliam tanto o uso de remédios de plantas medicinais quanto os provenientes da medicina oficial.

Tabela 1 – Uso das plantas medicinais

Plantas	Para que serve	Como se prepara	Qual cultiva
Crajirú/com Raiz de Açai	Anemia, Inflamação, infecção, malária, para dar sangue.	Faz o chá, ferve os dois juntos. O Crajirú tira a folha seca, numa vasilha mistura a folha com a raiz e põem para ferver.	Crajirú
Escama de Pirarucu ou Coirama	Inflamação na garganta, no útero,	Tira sumo e bate com leite condensado.	Escama de pirarucu
Folha de Pião	Para passar dor de cabeça, para gripe.	Faz o banho com as folhas.	Pião
Capim santo	Calmante	Faz o chá, fervido.	Capim Santo
Mucuracaá	Dor de cabeça e febre	Faz o banho, migalha a folha na água.	Mucuracaá
Galinho de Caju com a Goiaba	Para diarreia	Faz o chá. Com a casca de goiaba coloca um pedaço da casca na água e deixa ferver. Com a casca do caju é do mesmo jeito.	-
Mastruz	Verme infecção, inflamação da garganta, para gripe e para cicatrizar ferida/ machucado.	Faz o sumo e toma o dia todo.	Mastruz
Castanheira mais Copaiaba	Servi para evitar filhos	Coloca de molho a casca da castanha, daí coloca dois pingos no café, mais 02 pingos de copaíba.	-
Copaíba mais Vassourinha	Serve para infecção, malária.	Chá. Fervido.	-
Quino-Quino	Inflamação na mulher, infecção de urina, serve para queimadura.	Põe dentro de uma vasilha de molho e vai tomando com um tempinho.	-
Limão	Gripe	Chá. Ferve a folha	-
Limão com raiz de Chicória	Gripe, (tosse).	Chá. Fervido.	Chicória.
Hortelã	Gripe	Ferve a folha na água e faz o chá	Hortelã
Algodão roxo	Para gripe	Bota para ferver e depois amassa as folhas e faz o sumo.	-
Casca de jambo	Serve diarreia	Bata a casca coloca um pouco de água, faz o sumo e toma de hora em hora.	Jambo
Folha de algodão roxo com Marcela	Serve para inflamação	Ferver as folhas em meio copo de água em seguida amassa as folhas faz	Algodão roxo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

		o sumo, cõa e tomar a metade na hora que faz e 4 horas depois tomar o resto.	
Catinga de Mulata com Arruda	Serve para aliviar os sintomas da menopausa	Ferve um copo de água e em outra vasilha colocar a folha, em seguida colocar a água fervendo e tampar.	Catinga de mulata; Arruda.
Casca de laranja	Serve para aliviar a falta de ar, alergia e febre.	Chá, ferver a casca e tomar de quatro em quatro horas.	Laranja
Folha de alfavaca	Para infecção de urina.	Chá	Alfavaca
Casca de jatobá mistura com alho	Serve para gripe, começo de bronquite.	Chá	
Oriza	Pressão, dor de cabeça. Gripe, (tosse).	Chá, Também pode murchar no forno e coloca com gel na cabeça.	Oriza
Manjerição.	Serve para dor de cabeça	Banho	Manjerição
Cravinho de anjo	Serve para dor de cabeça	Banho	

Fonte: Pesquisa de campo. Ano 2012/2013. Não se realizou nenhum estudo de identificação taxonômica das plantas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências em contextos ribeirinhos demandam dos mesmos direitos sociais que toda população em qualquer contexto urbano necessita. A vida em povoados à beira dos rios, como em Santa Rosa, mostra um pouco da dureza e da resistência humana em rincões da Amazônia brasileira. As mulheres, especificamente, figuram nessa paisagem como parte da natureza em volta. Dar atenção à questão da saúde nesse âmbito, para além de apontar suas necessidades e problemas, consiste ainda em registrar a existência daquelas mulheres como sujeito histórico que manipula saberes.

Em suas falas, aqui abordadas, embora recortadas, nos lançaram algumas dimensões de suas vidas, para além da saúde do corpo físico e biológico, inclusive este não foi citado ou descrito como tal para falar da saúde ou da doença. Esse corpo silencioso se demonstrou para nós enquanto experiências da vida no se sentir bem ou mesmo na curta resposta do não, e não se falava mais com palavras, guardando para si a sua memória. Mas, nos instigando a querer explorar mais a realidade por outro modo de buscar conhecê-la.

Assim, a saúde da mulher em contexto ribeirinho é um campo a ser explorado sob vários e diferentes aspectos sociais, principalmente em face de uma visão ainda hegemônica de atenção ao corpo físico-biológico ainda ser fragmentada do ponto de vista



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

médico hospitalar. Esperamos nesse trabalho termos insistido um pouco mais na ótica de que tal perspectiva seja alargada no sentido de que a atenção à saúde seja dada ao corpo-sujeito.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. Sociologia da doença e da medicina. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. Tradução de Regina A. Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- BRAGANÇA DE MIRANDA, José A. Corpo Utópico. In.: LOPES, Maria Margaret (org.) Gênero, Ciências, História. Cadernos Pagu (15) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- COSTA, Ana Maria; SILVESTRE, Rosa Maria. “Uma reflexão sobre poder, mulher e saúde: dilemas para a saúde reprodutiva”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli (orgs.) A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MORAIS, Ronan Gil; JORGE, Schirlei da Silva. Etnobotânica e Plantas Medicinais: Um enfoque sobre medicina tradicional. In: COELHO, Maria B.; JÚNIOR, Plácido C.; DOMBROSKI, Jéferson Luiz D. (orgs.) Diversos Olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas medicinais: anais do I Seminário Matrogrossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário Centro-Oeste de Plantas Medicinais. Cuiabá: Unicen, 2003.
- RAMÍREZ, Germán Zuluaga. La Selva: Una Gran Planta Medicinal. In: PAVAN, Crodowaldo (org.). Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Min. do Meio Amb., dos Rec. Hídricos e da Amaz. Legal; São Paulo: Memorial, 1996.
- SCAVONE, Lucila. Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TEIXEIRA, Elizabeth. A complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos, desafios às políticas de saúde. In: COELHO, M. Célia et al (orgs.) Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup, UFPA-NAEA, 2001.
- TORRES, Iraildes Caldas. Humaitá: ecos de um povo. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas/ Editora do Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SOCIEDADES DO SABER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Marcílio de Freitas
 freitasufam@gmail.com

Esclarecimentos: vários programas de ciência e tecnologia apresentados neste texto foram concebidos e formulados durante 2003 a 2010, por diferentes técnicos e especialistas do sistema de ciência e tecnologia do Amazonas, que compreendia a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Fundação de Amparo de Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) e o Centro Tecnológico do Amazonas (CETAM). O texto prioriza a apresentação de um conjunto de programas fundamentais à criação das bases estruturantes de ciência, tecnologia e inovação para transformar, até 2026, o Estado do Amazonas no principal centro mundial de desenvolvimento sustentável. Os custos dos programas, em valores atuais, totalizam R\$4,125 bilhões (Quatro bilhões, cento e vinte cinco milhões de reais) a serem aplicados durante 2018-2026. Suas ampliações para todos os municípios do Estado do Amazonas exigem os seus redimensionamentos econômicos.

RESUMO: Este artigo apresenta os fundamentos e as ações de um conjunto de programas necessário à implantação da matriz de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sustentável. Ele pressupõe que o futuro deste Estado, alinhado às inovações culturais, científicas e tecnológicas modernas, constitui uma possibilidade factível de ser concretizada em curto prazo. O texto reafirma a importância do Estado do Amazonas na geopolítica nacional e internacional e a importância de sua integração aos processos econômicos mundiais. Nesta conjuntura histórica, este estudo enfatiza a exigência de altos investimentos em educação, ciência e tecnologia na região. Identifica e apresenta vários programas e projetos estratégicos ao aperfeiçoamento das políticas públicas dos municípios amazonenses, numa perspectiva sustentável. Prioriza as ações estruturantes dirigidas à melhoria de qualidade de vida e à educação científica das populações amazonenses. Finalmente apresenta os programas científicos e tecnológicos que constituem a base estruturante das sociedades do saber dos trópicos úmidos, em especial no Estado do Amazonas.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Sustentável, Estado Do Amazonas, Sociedades Do Saber, Cti Nos Trópicos, Cultura, Natureza

As agências de desenvolvimento regional, os grupos econômicos nacionais e o Estado brasileiro, em todas as suas instâncias, têm o dever cívico e institucional de criarem os fundamentos e os mecanismos operacionais dos modelos de desenvolvimento sustentáveis nesta importante região.





1. Pressupostos técnicos

A organização e o desenvolvimento das Sociedades de saber exigem implantar uma Política de Estado de Ciência e Tecnologia assentada nas culturas regionais. Tratando-se de Amazônia, faz-se necessário que esta política científica seja vocacionada e atenda os interesses sociais e econômicos dos seus municípios. Da mesma forma, ela deve se alinhar às demandas postas pelas políticas públicas, e àquelas imbricadas aos fundamentos e aos mecanismos operacionais do desenvolvimento sustentável, conforme suas exigências técnicas e culturais contemporâneas. Melhorar os Índices de Desenvolvimento Humano dos amazonenses, modernizar os processos de gestão das políticas públicas municipais, incorporar ciência e tecnologia aos processos e arranjos produtivos locais e construir novos programas de empreendedorismo, geração de renda, empregabilidade e de inclusão social constituem os principais pressupostos que justificam a implantação desta Política de Estado no Amazonas. Esta Política deve, também, possibilitar o acesso e a participação dos amazonenses aos benefícios da ciência e tecnologia com maior rapidez e em forma integrada às características geográficas e históricas de seus municípios; articular as políticas públicas dos municípios com os programas estaduais e federais em forma mais eficiente; criar novas demandas científicas e tecnológicas para os jovens amazonenses; implantar novas estruturas que priorizem a articulação da ciência e tecnologia com a educação, a indústria e comércio, a segurança alimentar, a saúde, a tecnologia naval e a telecomunicação, a biotecnologia e com cultura e sustentabilidade, principalmente. Propõe também gerar riqueza e cultura transformando os municípios amazonenses em referências nacionais e internacionais em qualidade de vida e sustentabilidade.

2. Fundamentos para uma Política de Ciência e Tecnologia para o Amazonas

O planejamento estratégico de uma Política de Ciência e Tecnologia (PCT) inclui um conjunto de programas, ações, metas e um processo de avaliação contínua que possibilitem uma conectividade eficiente com todos os setores da sociedade e com as demais políticas públicas municipais. Constituem prioridades de seu plano de gestão, os seguintes programas e ações:

2.1. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento municipal

Objetivo: instalar, expandir e aperfeiçoar a infraestrutura tecnológica e científica para o desenvolvimento social e econômico dos municípios do Amazonas.

Ações: 1. Induzir e promover os programas de formação e de pós-graduação estratégicos do município. 2. Melhorar a infraestrutura física para os arranjos produtivos e as tecnologias apropriadas locais. Implantar programa de ciência e tecnologia para apoiar os micro e pequenas empresas e promover o empreendedorismo. 3. Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento de pesquisa e inovações tecnológicas para solução de problemas do município. 4. Implantar estruturas laboratoriais estratégicas aos municípios, em forma integrada e consorciada com instituições públicas e privadas. Em especial os projetos para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas para a(o): bioindústria, biodiesel, Tratamento de Resíduos Sólidos, Desenvolvimento das Várzeas; Serviços Ambientais; e um Programa Municipal de Mecanismos de Desenvolvimento



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Limpo. 5. Implantar um programa de cooperação estadual, nacional e internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para este programa será necessário construir 05 projetos (01 para cada ação). Notar que a ação 4 é urgente apesar de ampla e complexa.

2.2. Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social nos municípios

Objetivo: Desenvolver ações de Ciência, tecnologia e Inovação para a promoção do Desenvolvimento Humano e da Cidadania

Ações: 1. Ciência e Educação; 2. Ciência e Inclusão Digital; 3. Ciência e Saúde; 4. Ciência e Cultura; 5. Ciência e Segurança Pública; 6. Ciência e Sustentabilidade.

Para este programa será necessário construir 06 projetos (01 para cada ação). Estas ações terão grandes impactos positivos nas políticas públicas municipais. Faz-se necessário implantá-las conforme as prioridades políticas e técnicas das respectivas prefeituras.

2.3. Gestão municipal, difusão e popularização da ciência e tecnologia

Objetivos: Coordenar, formular, planejar e avaliar os programas e ações de ciência e tecnologia nos municípios; Difundir e democratizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e aos seus benefícios, por meio da difusão nos setores sociais e econômicos, e da popularização da ciência, com vistas ao desenvolvimento social e à elevação da qualidade de vida nos municípios.

Ações: 1. Assessorar o Prefeito em programas e projetos de ciência e tecnologia, e promover e coordenar o planejamento e execução das atividades e da política municipal de Ciência e Tecnologia. 2. Fazer prospecções e buscar novas formas de fomento à pesquisa científica e tecnológica nos municípios amazonenses, em âmbito regional, nacional e federal. Formar recursos humanos para a gestão da PCT, avaliar os programas de ciência e tecnologia em desenvolvimento, e produzir indicadores científicos e tecnológicos em âmbito municipal. Supervisionar a gestão da PCT e suas articulações com as instituições locais e as agências financiadoras nacionais e internacionais. 3. Manter e criar acervos e programas de difusão de informações e de conhecimentos de Ciência e Tecnologia sobre os municípios e a Amazônia; 4. Promover programas de alfabetização científica em espaços não formais de educação. 5. Induzir a implantação, modernização e manutenção de Centros e Laboratórios para o Ensino de Ciências e Matemática. 6. Difundir Experiências de Ensino de Ciências e Matemática e de Tecnologias Apropriadas de Impacto Social. 7. Planejar e promover programa de educação ambiental, preservação e conservação da natureza. 8. Promover e coordenar o programa Editorial da PCT.

Para este programa será necessário construir 08 projetos (01 para cada ação). Estas ações terão impactos positivos na política municipal de educação e no diálogo político da prefeitura com a sociedade.

3. Programas de Ciência e Tecnologia e sociedades do saber no Amazonas





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

3.1. Programa para implantação e organização da política de mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e educação ambiental do Estado do Amazonas; 2018/26 - R\$320 milhões;

3.2. Construção, instrumentalização e manutenção de um conjunto de torres altas (uma com 350 metros mais quatro com 85 metros de altura) para experimentos científicos e tecnológicos no Estado do Amazonas (Amazonian Tall Tower Observatorium – ATTO); 2018/26 – R\$80 milhões;

3.3. IMPLANTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA LABORATORIAL TECNOLÓGICA CONSORCIADA COMPLEXA PARA A INVENÇÃO DE NOVOS MATERIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS; 2018/2026 - R\$240 MILHÕES;

3.4. Programa de mecanismos de desenvolvimento limpo e de biocombustível para o Estado do Amazonas: estabelece estratégias e mecanismos para implantação de unidades de produção de fontes alternativas de energia e de biocombustível para o Amazonas, 2018/26 - R\$200 milhões;

3.5. Projeto para Implantação de 62 Centros de Inclusão Científica, Tecnológica e Artística no Estado do Amazonas: propõe-se a criar as condições estruturantes para a interiorização dos processos científicos, tecnológicos e Artísticos nos 62 municípios do Amazonas; 2018/2026 – R\$930 milhões (R\$15 milhões / centro / município);

3.6. Amazonas Digital; Implantar uma plataforma digital nos 62 municípios do Estado do Amazonas disponibilizando internet banda larga e outros serviços digitais para todos os amazonenses; 2018/2016 – R\$310 milhões (R\$5 milhões / município);

3.7. Museu da Amazônia (MUSA)- Implantação e organização de um Museu vivo de antropologia e história natural na Reserva Ducke e área contígua, situada em Manaus; 2018/2026 - R\$ 100 milhões;

3.8. Sociedades do Saber e o Uso Sustentável das Várzeas no Estado do Amazonas: propõe-se implantar uma Plataforma Tecnológica para o Desenvolvimento Socioeconômico das Várzeas dos 62 municípios do Estado do Amazonas; 2018/26 - R\$620 milhões (R\$10 milhões / município);





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

3.9. Programa Acelera Amazonas: propõe implantar 20 mestrados e 20 doutorados na Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas e a logística necessária para suas plenas realizações e interiorizações no Estado do Amazonas, durante 2018/26 - R\$400 milhões;

3.10. Implantação do Centro de Inovações Tecnológicas do Estado do Amazonas: empreendimento que se propõe implantar projetos de inovações tecnológicas visando o desenvolvimento sustentável do Estado, em especial, a geração de novas tecnologias, visando dar suporte às demandas e à produção de novos produtos e aos processos de gestão do Polo Industrial de Manaus; 2018/26 – R\$80 milhões;

3.11. Implantação de plataformas de tratamento de resíduos sólidos nos 62 municípios do Estado do Amazonas; 2018/26 – R\$310 milhões.

3.12. Tecnologias Sociais

2018/2026 – Custo total: R\$80 milhões

3.13. Implantação e organização da Universidade Indígena

2018/2026 – R\$400 milhões

3.14. Rede de Certificação Ambiental

2018/2026 – R\$20 milhões

3.15. Amazônia solidária: monitoramento e gestão Ambiental de desastres da natureza

2018/2026 – R20 milhões

3.16. Programa de colaboração científica, tecnológica e artística do Amazonas com as instituições europeias - Living Labs

2018/2026 – R\$40 milhões





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TOTAL GERAL DOS 16 PROGRAMAS: R\$4,125 bilhões (Quatro bilhões, cento e vinte cinco milhões de reais) durante 2018-2026

4. Síntese de projetos científicos e tecnológicos estratégicos ao Amazonas (2018/2026)

4.1. Programa para implantação e organização da política de mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e educação ambiental do Estado do Amazonas

(2018/26) – Custo total: R\$320 milhões

Resumo: Este Programa apresenta os princípios estruturantes, os mecanismos operacionais e um conjunto de ações que nortearão as contribuições institucionais estaduais, nacionais e internacionais para a organização e o aperfeiçoamento da Política de Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental do Estado do Amazonas. A organização deste Programa está assentada na implantação de projetos estratégicos de educação tecnológica e universitária nos 62 municípios do Amazonas, em especial nas sedes das unidades de conservação alvo desta política pública. Serão priorizados os cursos Superiores em Tecnologia em Produção Pesqueira, Saneamento Ambiental, Turismo Ecológico, Tecnologia em Alimentos, Gestão Ambiental, e Construção Naval. Serão também implantados cursos profissionalizantes pós-médio integrados às demandas emergentes nos municípios e/ou nas unidades de conservação-alvos, e disponibilizadas bolsas científicas e tecnológicas e de gestão, em todos os níveis de formação e de pesquisa avançada dirigidas à este programa. Propõe-se ainda a financiar edital de pesquisa e tecnologia dirigido à implantação de logística e de estrutura física necessária ao adequado desenvolvimento desta política pública de sustentabilidade da região.

Metas: I Etapa - 2018/2022: Implantar 12 novos cursos universitários e 24 cursos profissionalizantes em 31 municípios do Amazonas, em especial naqueles que constituem sedes das unidades de conservação. Integrar uma plataforma de meteorologia e hidrologia às políticas públicas do Estado do Amazonas e implantar novos processos de gestão emergentes dessa nova Política de Estado.

II Etapa – 2022/2026: Ampliar a implantação de cursos superiores, consolidar plataformas tecnológicas e integrar ações relacionadas com a arquitetura, estruturas mecânicas e serviços ambientais dos ecossistemas amazônicos. Construir estratégias que valorizem as dimensões humanas e os processos culturais nos modelos de uso e ocupação da terra e de preservação ambiental dos biomas do Amazonas.

4.2. Construção, instrumentalização e manutenção de um conjunto de torres altas (uma com 350 metros mais quatro com 85 metros de altura) para experimentos científicos e tecnológicos no Estado do Amazonas (Amazonian Tall Tower Observatorium – ATTO)

2018 /2026 – Custo total: R\$80 milhões





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Objetivo geral: pesquisar e desenvolver inovações tecnológicas dirigidas à quantificação do grau de participação da Amazônia nos processos de estabilidade ecológica do planeta, em especial na influência da Amazônia nos processos biológicos, químicos e físicos da estabilidade climática e termodinâmica da atmosfera planetária.

Objetivos específicos: medidas de gases-estufa e aerossóis na Amazônia; medidas de processos radiativos e dos ciclos biogeoquímicos na bacia amazônica, em especial dos ciclos do carbono, nitrogênio, fósforo e hidrológico; medidas dos processos de ciclagem e reciclagem no interior de florestas; e novas abordagens sobre uso e formas de ocupação dos biomas amazônicos.

4.3. IMPLANTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA LABORATORIAL TECNOLÓGICA CONSORCIADA COMPLEXA PARA INOVAÇÕES DIRIGIDAS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS

2018/2026 – CUSTO TOTAL: R\$240 MILHÕES

RESUMO: O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS, EM ESPECIAL DA MATRIZ INDUSTRIAL DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM), PÕE PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA BIOINDÚSTRIA E DE UMA PLATAFORMA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NA REGIÃO, REAFIRMANDO A IMPORTÂNCIA DESTE PROJETO. EMPREENDIMENTO COMPROMISSADO COM A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE RUPTURA, NOVOS MATERIAIS, PRODUTOS E PROCESSOS DE GESTÃO DE ALTA COMPLEXIDADE E COM A OFERTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS COM GRANDE AGREGAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. O MODELO BÁSICO PROPOSTO COMPÕE-SE DE UM CONJUNTO DE LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS FÍSICAS, QUÍMICA, MATEMÁTICA, BIOLÓGICA E ENGENHARIAS, INTEGRADOS E ORGANIZADOS, TEMATICAMENTE, POR MEIO DE 07 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO E DE TECNOLOGIA, A SABER: 1) NÚCLEO DE FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS; 2) NÚCLEO DE ESTATÍSTICA, TEORIA DA MEDIDA, LOGÍSTICA E OTIMIZAÇÃO DE MODELOS; 3) NÚCLEO DE TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM ÊNFASE EM TRATAMENTO DE IMAGENS E CRIPTOGRAFIA; 4) NÚCLEO DE MECÂNICA, MECATRÔNICA, ROBÓTICA E FABRICAÇÃO DE MICROCOMPONENTES; 5) NÚCLEO DE PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS DA MATÉRIA; 6) NÚCLEO DE BIOENGENHARIA; 7) NÚCLEO DE INCUBAGEM DE TECNOLOGIAS COMPLEXAS E DE RUPTURA.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

4.4. Programa de mecanismos de desenvolvimento limpo e de biocombustível para o Estado do Amazonas

2018/26 – Custo total: R\$200 milhões;

Resumo: Este programa compõe-se de um conjunto de projetos articulados entre si e dirigidos à implantação de fontes alternativas de energia, integradas e adaptadas à região amazônica. Destaque para: Produção de biodiesel a partir da utilização do óleo de cozinha descartado em Manaus; Geração de energia a partir da utilização do óleo vegetal “in natura” em motores estacionários de ciclo diesel em comunidades remotas; Implantação de biofábricas integradas à agricultura familiar nos municípios do Amazonas; e, 4- Implantação de mini usinas comunitárias para produção de biodiesel nos municípios do Estado do Amazonas. Este programa tem como fundamento principal a inclusão social e econômica das mais de 6 mil comunidades rurais do Estado do Amazonas e a promoção do desenvolvimento econômico, humano e solidário de suas populações.

4.5. Programa Centros de Inclusão Científica, Tecnológica e Artística no Estado do Amazonas

2018/2026 – Custo total: R\$930 milhões

Resumo: Os Centros de Inclusão Científica e Artística são plataformas de ensino e de formações científicas, tecnológicas e artísticas, de uso comunitário, focados na profissionalização e no empreendedorismo, e dotados de auditórios com sistemas de recepção e transmissão de linguagens elétricas e eletrônicas, estruturas de computação com plataformas digitais, laboratórios para o ensino de ciência, matemática, artes e informática básica, oficinas, bibliotecas, videoteca, espaços culturais de representações artísticas e apoio administrativo, voltados à formação técnica, à educação diferenciada, e a difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico no contexto etnocientífico e artístico complexo e diverso da Amazônia. Estes Centros também se propõem a fortalecer as matrizes produtivas do Amazonas por meio do uso da inovação tecnológica como agente motor da melhoria de qualidade de vida das populações que vivem nos 62 municípios que integram este Estado.

4.6. Amazonas digital

2018/2016 – Custo total: R\$310 milhões

Resumo: Esta plataforma de comunicação e informação, conectada às tecnologias satelitais, tem como objetivos implantar uma rede de estações – 01 por município – com compartilhamento otimizado dos recursos satelitais e acesso à Internet; suplementar a rede VSAT através de conexões em padrão pré-Wi Max, em âmbito estadual com acesso ininterrupto a serviços da rede e acesso à Internet; e, disponibilizar suporte e logística aos serviços de comunicação





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

intermunicipais. Entre seus benefícios, destaque para: minimização dos custos recorrentes; implantação progressiva e ampliação conforme demandas dos municípios e cronograma a ser definido com o Governo do Estado; e atualização tecnológica, em maior parte, através da própria rede. Suas características básicas de rede de comunicações via satélite incluem: compartilhamento do segmento espacial, priorizando as concentrações locais (escolas, telecentros, órgãos da administração e outras demandas do município dependentes de tecnologias espaciais (Rede VSAT). Também estão previstos: 01 estação por município com Uplink de 3Mbps e Downlink de 6Mbps operando em banda Ku em protocolo DVB-RCS; e, estações com antenas de 1,80m para reduzir as interferências por pesadas chuvas; rede pré-Wi Max com pontos de acesso operando a 900 MHz, com máxima cobertura; taxas de até 104 Mbps em raio de cerca de 14 Km; 01 ponto de acesso por município e 02 pontos de acesso por polo municipal.

4.7. Museu da Amazônia (MUSA)

2018/2026 – Custo total: R\$ 100 milhões



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

RESUMO: ESTE EMPREENDIMENTO PROPÕE-SE A IMPLANTAR E ORGANIZAR UM MUSEU DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA NATURAL. ESTA INSTITUIÇÃO SERÁ DEDICADA À PESQUISA, À EDUCAÇÃO, À EXPOSIÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL. REUNIRÁ EXPOSIÇÕES, ACERVOS E COLEÇÕES DE PEÇAS E ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA, TERRESTRE E AQUÁTICA, QUE SÃO OBJETOS DE CURIOSIDADE E ESTUDO POR PARTE DE PESQUISADORES, VISITANTES OU DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. NO MUSEU OS PROTAGONISTAS DA EXPOSIÇÃO SERÃO AS CULTURAS DOS POVOS AMAZÔNICOS, A FAUNA E A FLORA DOS AMBIENTES NATURAIS, DOS RIOS, DA FLORESTA E DOS IGARAPÉS SITUADOS NUMA ÁREA DE CERCA DE 110 QUILOMETROS QUADRADOS DA RESERVA DUCKE E SUAS VIZINHANÇAS. SERÃO IMPLANTADAS DIVERSAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CRIANDO MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE INTERAÇÃO DO HOMEM COM OS FENÔMENOS DA NATUREZA. AQUÁRIOS, TRILHAS, PASSARELAS ELEVADAS, TORRES E ESTAÇÕES DE APOIO, LABORATÓRIOS DE MUSEOLOGIA ESPECIALIZADOS OFERECERÃO AS CONDIÇÕES TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO ORIENTADA DOS BIOMAS AMAZÔNICOS, COM AS EXPOSIÇÕES E AS ANÁLISES SENDO APRESENTADOS NAS ESTAÇÕES DE APOIO E NOS EDIFÍCIOS SEDE, MOSTRANDO O CARÁTER EVOLUTIVO DAS CONEXÕES FILOGENÉTICAS E DECIFRANDO O COMPORTAMENTO - PERCEPÇÃO, REPRODUÇÃO E RELAÇÃO - DAS ESPÉCIES ANIMAIS E VEGETAIS. ESTA REDE DE INFORMAÇÕES ESTARÁ CONECTADA A UMA PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE ALCANCE REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL NUM AMPLO PROGRAMA DE DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. DESTAQUE PARA AS ESTRUTURAS LABORATORIAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO INOVADOR NA TECNOLOGIA DE TRANSMISSORES E SENSORES DE ODORES E, EMISSORES E DETECTORES EM DIFERENTES FREQUÊNCIAS AUDITIVAS E ÓTICAS.

4.8. Sociedades do Saber e o Uso Sustentável das Várzeas no Estado do Amazonas: 2018/2016 – Custo total: R\$620 milhões

Resumo: Este Programa propõe-se a implantar 01 Plataforma tecnológica para o desenvolvimento socioeconômico das várzeas dos municípios do Estado do Amazonas, no período de 2018/2026. Estas ações incorporarão inovações tecnológicas assim como pesquisas socioambientais já consolidadas sobre a Amazônia às políticas de produção municipais impactando suas formas de organização, produção, abastecimento e comercialização. Em forma consorciada e em parceria com as Secretarias de Produção Rural e com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, será implantada essa plataforma tecnológica como mecanismo operacional de uma Política de Segurança Alimentar para o Estado do Amazonas, criando as bases estruturantes para a melhoria dos seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

4.9. Programa Acelera Amazonas

2018/26 – Custo total: R\$400 milhões;

Resumo: Este programa propõe-se implantar 20 mestrados e 20 doutorados, estratégicos, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a saber: biotecnologia; engenharia elétrica e eletrônica; mecânica; mecatrônica; química; ambiental; naval; transporte; produção; computação; odontologia; ensino de ciências e matemática; física e engenharia de materiais; geografia física e humana; antropologia; arqueologia; direito ambiental; meteorologia e hidrologia; geociências; e sociologia. Em parcerias acadêmicas com a USP, UFRJ, UFF, UNICAMP, UFPE e UnB a UEA e a UFAM propõem-se formar, em nível de mestrado e doutorado, no mínimo, 1000 doutores e mestres em temáticas vinculadas ao desenvolvimento regional com forte impacto nas matrizes produtivas e de ocupabilidade do Estado do Amazonas.

4.10. Implantação do Centro de Inovações Tecnológicas do Estado do Amazonas

2018/26 – Custo total: R\$80 milhões;

Resumo: Esta proposta propõe a implantação do Centro de Inovações Tecnológicas do Estado do Amazonas, por meio de programas estruturantes direcionados à geração de projetos de inovações tecnológicas visando o Desenvolvimento Sustentável do Estado. Destaque ao desenvolvimento de tecnologias, visando dar suporte às demandas e à produção de novos produtos e processos de gestão das indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM); assim como ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação direcionadas as demandas de órgãos governamentais do Estado do Amazonas. A proposta prevê a implantação e a revitalização de diversas estruturas laboratoriais da UEA e da UFAM, em especial àquelas centradas em: produtos elétricos e eletrônicos, mecânicos e mecatrônicos, dispositivos da robótica e da engenharia de computação, modelagem climática, monitoramento e geoprocessamento socioambiental.

4.11. Plataformas de tratamento de resíduos sólidos no Estado do Amazonas

2018/26 – Custo total: R\$310 milhões.

Resumo: Este empreendimento propõe-se implantar plataformas de tratamento de resíduos sólidos nos 62 municípios do Amazonas. A precariedade desse serviço público básico nesses municípios, pondo em risco a saúde da população, o tráfego aéreo e afetando a matriz produtiva dos mesmos, constitui um pressuposto deste programa. Cada plataforma prevista nesta política de saúde pública prevê a instalação de um forno para queima de resíduos ou outro mecanismo





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

similar, a implantação e organização de um sistema de coleta seletiva e reciclagem do lixo bem como o desenvolvimento de um programa de educação ambiental.

4.12. Tecnologias Sociais

2018/2026 – Custo total: R\$80 milhões

Resumo: Inovações Tecnológicas em Redes, nas Cadeias Agroecológicas, nos Arranjos Produtivos Locais e nos Processos Educacionais em Aldeias Indígenas

4.13. Implantação e organização da Universidade Indígena

2018/2026 – R\$400 milhões

Resumo: Implantação, organização e manutenção da Universidade Indígena no Estado do Amazonas

4.14. Rede de Certificação Ambiental

2018/2026 – R\$20 milhões

Resumo: Implantação de estrutura laboratorial para a certificação ambiental.

4.15. Amazônia solidária

2018/2026 – R20 milhões

Resumo: Monitoramento Ambiental de desastres da natureza e assistência às populações em estado de calamidade.

4.16. Programa de colaboração científica, tecnológica e artística do Amazonas com as instituições europeias - Living Labs

2018/2026 – R\$40 milhões





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Resumo: Implantação e organização e manutenção de um Sistema de Inovações de processos e produtos em rede com as principais instituições europeias.

TOTAL GERAL DOS 16 PROGRAMAS: R\$4,125 bilhões (Quatro bilhões, cento e vinte cinco milhões de reais) durante 2018-2026

5. Nota final

Os programas científicos e tecnológicos apresentados constituem a base estruturante das sociedades do saber dos trópicos úmidos. Suas institucionalizações exigem diversas ações técnicas e normativas, complexas e inovadoras, que põem problemas novos às políticas públicas municipais e estaduais. Exigem também novas ações políticas e econômicas com impactos na organização das instituições públicas e privadas assim como nas organizações das cidades e das profissões. As sociedades do saber são construções sociais, dinâmicas e complexas. Na Amazônia, elas, também, dependem do conhecimento tradicional. Sua concretização nos trópicos úmidos ainda é muito difusa e incerta. Seu futuro ainda nos parece distante.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SUSTAINABILITY: THE UTOPIA OF UTOPIAS

Marcílio de Freitas
 freitasufam@gmail.com

ABSTRACT: This communication presents a brief conceptual description of the new utopias for the twenty-first century. It reaffirms the importance of a new economic and political reordering of the capitalist system, and the need to reformulate the concepts of economic development and citizenship, permeated by sustainability.

KEYWORDS: Utopias, sustainability, education, democracy, ethics

I. Introductory Notes

This communication is based on the text that I published in Global Journal of Human-Social Science (C), GJHSS, Vol XV, Issue VII Version I, 19-21, 2015. It was presented in VIIe Congress of Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education (AFIRSE), held at the University of Salento, Lecce, Italy, in May 21, 2015. This Colloquium had as central theme “Cultures and Education - Recherches, Utopies et Projets” and proposed to discuss major current issues that move the education in a complex context.

Utopia is an universal category. In certain cultural contexts, it can be a reactionary counterpoint to the historical praxis which proposes to change the "world", in a critical way and in the perspective to liberty the man from alienation and capitalist exploitation. It, too, can be considered as a reference for the solution of problems of universal nature, or as a virtual structure that moves idealistic intellectual abstractions.

In this communication, utopia is used as a methodological strategy for the construction of a consistent analytical text. In this context, several utopias associated with relevant issues of modernity are analyzed (Freitas and Freitas, 2014).

II. Political utopia; a new worldwide political contract

The conceptions and the current political regimes are diverse and complex, in quantity and quality. At this conjuncture, the West-East political confrontation has been emphasized. Pragmatism, rationalism, technical and exacerbated western privatization, as well as religious and political fundamentalism from the Eastern countries deny the materialization of a Republican State committed to an integrated and multicultural humanity. These issues conspire against the construction of peace and world solidarity.

The political utopia that moves a new world political contract proposes to decentralize the economic and political powers of the developed countries. This will generate waves of instabilities in the national and international economic processes. These issues presuppose to construct a new political centrality and a new time metric for the economic and social processes. A political centrality to be radiated from the “regions” and a temporal metric seated, both, in the brief time of human needs, and in the long time of the preservation of planet. This conjuncture requires the reinterpretation of the concepts of





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

citizenship and economic development (Freitas and Freitas, 2013a). The structural conditions to a new framework that incorporates the sustainability to foundation of the Western civilizing processes are being constructs.

The asymmetric insertion of China, United States, North Korea, Iran and Israel in a world political dialogue contributes to the formulation of a political utopia in the 21st century (Delpech, 2002). This utopia proposes to establish the democracy as an universal political system, with the economic processes and the legal framework being permeated by the news juridical regulations and political determinations of the capitalist system. It also proposes the construction of a new world economic and political order focused on elimination of the cult of racism and the anthropocentrism. In this new conjuncture is put the possibility of each culture to have values and plural perspectives: love, religious belief, art, oral communication, technical knowledge, and social, economic and political organization, in different intensities and gradations.

III. The environmental utopia; a new worldwide natural contract

The environmental issue is an unfolding of ecology's emblem while production process, development and reproduction of life. At this conjuncture, the environmental utopia is based principally in the "nature × culture" confrontation. This utopia presupposes the conception focused on enlightenment thought from the 18th century that virtually takes care to become eternal and invincible "man-nature-culture" in a world marked by great social inequality and an exacerbated consumer market.

The rupture of the climate, chemistry and thermodynamics stabilities of planet puts at risk the future of the humanity. The mitigating of the change climatic is the main ecological challenge this century (Freitas and Freitas, 2013b).

The incompatibility of environmental utopia with the capitalist system constitutes a structural contradiction of modernity. The capitalist process of accumulation, reproduction and circulation of capital has no theoretical and empirical reach to safeguard the environmental preservation of the planet, present and future. The possibility of the total loss of the control of humanity destiny because of the environmental degradation has potentially the implantation of the worldwide programs for the preservation and conservation of natural resources, including soils, waters and the terrestrial atmosphere (IPCC, 2013).

This requires construct a new symbolic and material base to move this utopia; a base seated on the principles of responsibility and precaution, interlaced in network of global integration through mobile structures.

A new worldwide natural contract will result in new forms of organization of cities, industrial matrices, professions and societies. It has been evidenced the need of the sustainable development.

IV. The social utopia; a new worldwide social contract

The implantation of the multicultural programs, and the urgency in to combat the growing social inequality are the main assumptions of social utopia. The disintegration of the world social base reaffirms the need to construct the operational mechanisms of this "redemptive utopia" that intends to value the social processes.

The tendency of the market and the nation state create new instruments to the increasing of the social inequality, incorporating it to the public policies have to be



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

reversed. This enterprise requires the synchronization of the marches of state, market and the society in the perspective from the society (Vivien, 2001, 19-60).

This worldwide contract should to prioritize the fight against the eight “pests” of postmodernity: the racism, poverty, war, structural unemployment, ecological destruction, child labor, endemic and epidemic diseases especially AIDS, and the moral crisis.

The global integration of the basic public policies - health, education, culture -, and the mobilization of world public opinion constitute the main challenge of the operational mechanisms of this utopia.

The increase of the migratory movements; the resurgence of violence and the world economic asymmetry reaffirm the importance of this utopia. Also reaffirm the need to change the fundamentals of education as agent of the production and reproduction processes of capitalist society. The intertwining of social and natural contracts will mitigate the world social tensions aggravated in the 21st century

V. The ethical utopia; a pluricultural ethical contract

Self-determination of peoples, political and religious tolerance and respect toward differences and to human dignity are the foundations of ethics utopia. Its operational mechanisms are settled in the collective responsibility to construct a generous, fraternal, solidary and perennial world, of multiple features and multicultural coexistences.

Its material base has as assumptions a new market regulation and restructuring of the state’s role in the implementation and management of public policies. Its symbolic representation has the arts and the education as its main references.

A new society more intertwined with each other and to the destiny of mankind, constitutes an immediate deployment of this utopia. This will mean to rupture with the moral foundations and the capitalist tradition of Western culture.

VI. The Future; the sustainability of utopias

Thus, the consolidation of a worldwide political contract, the crystallization of participative democracy in a universal political system, the implementation of a new natural contract, the emergence of an adequate social contract, and the affirmation of an ethical contract between the diverse peoples, constitute paradigmatic references for the twenty-first century. These contracts will move the redefinition of the concepts of citizenship and economic development in this century (Freitas and Freitas, 2015).

The sustainability of utopias requires to construct an ecumenical consensus that welds in the hearts and minds of all peoples, the institutional agendas, the national projects, the international forums, the multilateral institutions, the transnational agreements, and in the sects and religions, the need to institute a philosophical and social conception centered in the multicultural and solidarity coexistence between all peoples. A completing principle includes all exclusions, mutual or not, and reformulates the disjunctive and restrictive processes having the dialectic character of human nature and the complexity of the social and historical processes as references. From these references, the sustainability of the people, at physical, psychic and spiritual levels, as well as the sustainability of the places, cities, regions, nations, continents, planets and cosmos (Schellnhuber et al., 2011), and, also, the sustainability of utopias would leave to be a utopia; and why not say, it would leave to be an illusion.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

The scientific and humanistic education, and the science and technology have a key role in the reinvention of these utopias. This is our understanding.

REFERENCES

- Delpech, T. (2002) “Politique du caos – L’autre face de la mondialisation”, 42–43. La République des Idées Seuil, Paris.
- Freitas, M., C., S.; Freitas, M.; Ruiz, M., A. (2015) “Politique publique pour le développement durable: l’Amazonie”, ISSN: 1469-8412. Innovation: The European Journal of Social Science Research, Vol. 28, Issue 2, 192-210.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2014) “Fragments of utopias from the twenty-first century and Amazonia: projections and controversies”, ISSN: 1469-8412. Innovation: The European Journal of Social Science Research, Vol. 27, Issue 3, 275-294.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2013a) “Sustainability: Man-Amazonia-World”, ISBN: 978-1630841195. America Star Books, Baltimore.
- Freitas, M.; Freitas, M., C., S. (2013b) “Sustainability, Amazonia and environment: propositions and challenges”, ISSN: 0020-7233. International Journal of Environmental Studies, Vol. 70, N. 04, 467-476.
- IPCC (2013) “Climate Change 2013 – The Physical Science Basic Report.”. Working Group I, 23–26, September, Stockholm, Sweden. Intergovernmental Panel on Climate Change
- Schellnhuber, H., J., S.; Messner, D.; Leggewie, C.; Leinfelder, R.; Nakicenovic, N.; Stefan, R.; Schlacke, S.; Schmid, J.; Schubert, R. (2011) “World in Transition – A Social Contract for Sustainability”. Berlin, German Advisory Council on Global Change.
- Vivien, F. (2001) “Histoire d’un mot, histoire d’une idée: le développement durable à l’épreuve du temps”, 19-60. Edited by Marcel Jollivet; Elsevier, Paris.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TCC's NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Maria Franciná Lira Ribeiro – UEA¹
francinalira@yahoo.com.br

Osmarina Guimarães de Lima – UEA/UFAM²
byosmarina@hotmail.com

Maria Almerinda de Souza Matos- UFAM³
profalmerinda@hotmail.com

RESUMO

Buscando contribuir com o processo de construção do conhecimento e troca de informações, estamos desenvolvendo uma investigação para mapear as temáticas escolhidas pelos acadêmicos de uma universidade pública de Manaus/Am para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Neste artigo, abordaremos a produção de TCC's, cujos temas foram educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O levantamento dos dados está em andamento por meio do fichamento catalográfico das monografias produzidas pelos acadêmicos do referido Curso, no período de 2010 a 2015. A primeira fase da pesquisa é de caráter inventariante e descritivo, na qual realizamos a leitura dos resumos e trabalhos na íntegra encontrados no acervo da Biblioteca Central, na Biblioteca Setorial da Universidade, assim como as Portarias referentes ao período citado, buscando evidenciar os aspectos negligenciados e privilegiados nessa temática pesquisada pelos acadêmicos. Na segunda fase, realizamos um estudo qualitativo. Sobre a temática educação inclusiva, os dados parciais evidenciam um razoável quantitativo. No entanto, ao compararmos os dados contidos nas fontes pesquisadas, observamos a imprecisão das informações. O que nos permitiu traçarmos novas possibilidades de pesquisas e projetos para o futuro. Observou-se, também, o crescimento do interesse de pesquisa pela temática com o passar dos anos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Trabalho de Conclusão de Curso. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial é um tema muito abordado nos últimos tempos, devido a preocupação que a comunidade escolar tem em promover os direitos das pessoas com deficiência, objetivando cumprir as leis que as resguardam.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, pós-graduanda do curso de Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional – Faculdade Metropolitana de Manaus, FAMETRO.

² Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente e gestora de projetos de pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda em Educação (PPGE/UFAM).

³ Doutora em Educação (UFRGS), docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFAM).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No espaço das universidades já existem grupos de pesquisas, seminários, debates para abordarem a temática de modo a trazer contribuições para este segmento. A nossa inquietação gira em torno das pesquisas dos graduandos do Curso de Pedagogia, pois sabemos da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso, o qual consta na Resolução CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia. No Curso de Pedagogia da Universidade do Amazonas, o Trabalho de Conclusão de Cursos deve ter natureza científica, elaborado pelo aluno a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, vinculado às atividades de Estágio e relacionado às linhas de pesquisa proposta pela Unidade Acadêmica.

As vivências nas instituições educacionais, sejam elas oportunizadas pelas práticas de ensino, pelas visitas técnicas e estágio, proporcionam ao futuro docente, informações para o seu relatório que subsídios a elaboração da monografia, a qual os acadêmicos utilizam as informações contidas em seus relatórios, objetivando passar pela se constitui pré-requisito da avaliação final do curso de Pedagogia.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, baseia-se no trinômio ensino-pesquisa-extensão e tem como foco as preocupações com as relações crianças, jovens e sociedade, sujeitos que devem ser atendidos pela rede de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essas preocupações são norteadas por concepções pedagógicas que se pautam nas reflexões sobre a realidade das crianças e demandam investigações (pesquisa) que permitam a compreensão das condições de existência desses sujeitos nos espaços cotidianos (comunidade) e nas dimensões estruturais (sociedade), observando as formas como são construídas, por esses sujeitos, as representações (conhecimento), seus valores éticos, estéticos, afetivos e emocionais e culturais.

Considerando a necessidade de integrar à memória do Curso o estado da arte das pesquisas realizadas pelos acadêmicos para elaboração do TCC, no que diz respeito à Educação Especial, bem como recolher subsídios que contribuam para as discussões de reformulação do Curso, temos caminhado com uma pesquisa objetivando contextualizar as monografias produzidas no período de 2010 a 2015.

A relevância dessa pesquisa respalda-se na possibilidade de lançar um novo olhar sobre a produção acadêmico-científica dos alunos, bem como da trajetória de formação e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

contribuição de cada disciplina para a construção desse conhecimento sobre a realidade local. Nesse sentido, apresentamos dados parciais da referida pesquisa, no que se refere à área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Este estudo, de caráter inventariante e descritivo, possibilitou analisar quantitativa e qualitativamente quais aspectos e dimensões têm sustentado a escolha dos alunos de Pedagogia em relação à temática de pesquisa e, sobretudo, de que forma isso tem contribuído para a formação acadêmica e profissional dos mesmos. Os resultados parciais apresentados resultam do levantamento dos dados investigativos, ocorridos em duas etapas. A primeira, um estudo descritivo de caráter inventariante, buscamos evidenciar os aspectos negligenciados e privilegiados do material pesquisado pelos acadêmicos. Na segunda etapa – ainda em andamento - pretende-se um estudo qualitativo de caráter exploratório, buscando identificar as monografias dos alunos na área da educação inclusiva.

O levantamento dos dados tem sido realizado por meio do fichamento catalográfico das monografias dos acadêmicos de Pedagogia, no período de 2010 a 2015. Esse trabalho possibilitará analisar quantitativa e qualitativamente quais aspectos e dimensões têm sustentado a escolha dos alunos de Pedagogia em relação à temática de pesquisa e, sobretudo, de que forma isso tem contribuído para a formação acadêmica.

Entendemos a partir de Ferreira (2002), ser uma pesquisa bibliográfica por utilizarmos a revisão e análise dos trabalhos (resumos e trabalhos na íntegra) encontrados no acervo da Biblioteca Central e na Biblioteca Setorial da Instituição.

Preliminarmente elaboramos uma categorização dos trabalhos por temática de pesquisa, destacando de antemão que temos clareza que a organização dos trabalhos por categorias está sujeita a nuances, decorrentes da visão e interpretação do pesquisador e, nesse sentido, sempre haverá espaço para novas interpretações segundo a compreensão de outros sujeitos históricos que se empenharem em estabelecer novas categorizações.

A pesquisa qualitativa considera o pesquisador não como um sujeito neutro, mas enquanto sujeito histórico, cujo olhar traz consigo uma história a partir da qual se





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

constituiu e a partir daí vai imprimir suas marcas, tal como destaca Ferreira (2002, p. 269), que a pesquisa do tipo estado da arte permite várias interpretações, pois — [...] a História da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Haverá tantas Histórias quantos leitores houver dispostos a lê-las.

Segundo Ferreira (2002), a pesquisa do tipo estado da arte é uma modalidade de pesquisa de caráter bibliográfico e possui o desafio de mapear e discutir certa produção acadêmica, apontando aspectos e dimensões que estão sendo destacados e privilegiados num certo período e contexto. Essas modalidades de pesquisa, também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Idem, p. 258).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, ainda que na iniciação científica, não deve ser considerada como algo intratável ou de difícil condição de execução, mas para ela concretizar-se é necessário esforço, estudo e aplicação, conforme Rúdio (2001, p.131) “[...] e não para embaraçar o leitor ou para fazê-lo imaginar que uma pesquisa é algo inacessível, mas para que não minimizasse esforços, sentindo a exigência dos estudos e de aplicação para realizá-la”. Desse modo, a pesquisa deve ser levada a sério, pois é, simplesmente, o fundamento de toda e qualquer ciência digna deste nome, que, conforme Bagno (2002, p.18) ela é “a investigação feita com objetivo expresso de obter conhecimento específico e estruturado sobre um assunto preciso”, trazendo benefícios para a vida do homem e para a sociedade como um todo.

Para que possamos iniciar a explosão dos dados levantados acerca dos temas de TCC's sobre Educação Especial, é preciso que se falemos um pouco dessa área, que conforme nossas pesquisas, foi no final do século XVIII que ela se constituiu com o surgimento de instituições especializadas para surdos e cegos no ocidente. Mas teve sua expansão durante a Revolução Francesa (1789) com a reivindicação de todos terem acesso à educação escolar.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A expansão da Educação Especial no Brasil ocorreu no século XX, mas existem registros no período colonial de deficientes realizando trabalhos manuais e na agricultura, pois tais atividades não exigiam a leitura nem escrita. Os deficientes mais graves eram cuidados por pessoas que se sensibilizavam com sua situação ou eram recolhidos e encaminhados a Santas Casas de Misericórdia.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi a primeira instituição criada, em 1854, para atender os deficientes que, antigamente, eram chamados de “excepcionais”. Foi fundado por D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Hoje esse instituto é conhecido como Instituto Benjamin Constant. Após três anos foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, o então Instituto Nacional de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro.

Naquela época não existiam diretrizes ou legislações que assegurassem o direito da população ao acesso à educação, muito menos para as pessoas com deficiências. Com a Constituição de 1934 o Estado ficou incumbido de traçar as diretrizes nacionais e a Constituição de 1946 tornou a educação direito universal, o que ocasionou a criação das primeiras classes especiais, a qual era supervisionada pela inspeção sanitária que separava os “normais” dos “anormais”, com o objetivo de homogeneizar as classes. Mas os princípios de universalização da educação e a organização das incumbências das unidades da federação e do Estado só ocorreram através da primeira lei de Diretrizes e Bases de 1961, na Lei no. 4024. A partir dessa lei houve a preocupação com a Educação Especial, que, segundo Plestsch (p. 70, 2010):

[...] na lei de 1961 aparece pela primeira vez a preocupação com o atendimento do deficiente, que deveria ocorrer, na medida do possível, na educação regular (art. 88). Porém a própria lei garantia (art. 89) a participação privada na educação das pessoas deficientes e o apoio financeiro público, o Estado não assumiu por completo o ensino dessas pessoas, o que impulsionou ainda mais o crescimento das instituições filantrópicas e assistenciais.

Percebemos a partir disso, que o Estado aparece mais como financiador do que como provedor da Educação Especial. Diversas campanhas foram realizadas dirigidas a categorias de deficiências o que originou a criação de várias associações, tais como:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro (1954); Federação Nacional das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (1963); Federação Nacional da Sociedade Pestalozzi (1971) e a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais (1974).

Em Manaus existem: a Escola Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo; Escola Estadual Augusto Carneiro, Instituto Fellipo Smaldone; Escola Mayara Redman; Centro de Educação Especial Maria das Graças e os centros de apoio, como o Centro de Apoio ao Surdo (CAS) e o Centro de Apoio Pedagógico (CAP) destinado aos deficientes visuais. E a cada dia surgem estudos e pesquisas acerca das deficiências com o objetivo de conhecer, compreender e desenvolver metodologias de melhoria e acesso a aprendizagem dos educandos, bem como tecnologias e instrumentos que possibilitem a interação dos deficientes com o seu meio social e educacional.

Beyer (2006) leciona que o projeto da educação inclusiva, analisado do ponto de vista histórico e conceitual, não pode nem deve ser definido como um movimento passageiro ou como mero modismo. A reflexão em torno dos seus contornos históricos, como movimento cujas origens remontam às primeiras experiências de integração escolar na Dinamarca, aponta para a crescente consolidação de tal movimento histórico. O ápice desta progressão, com uma cronologia definida de avanços, transformações institucionais e revisões conceituais, deu-se com a Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Dela resultou A Declaração de Salamanca, documento sinalizador de uma nova época na educação de crianças com necessidades especiais, em vários países do mundo.

A prevalência da abordagem terapêutica nessa área interferiu e interfere até os dias atuais na visão e atuação dos diferentes profissionais que atendem esse grupo de alunos, resultando em equívocos conceituais e procedimentais que comprometem a qualidade do trabalho pedagógico. Em referência a isso, o autor destaca que, “de um conceito equivocado sobre a educabilidade dessas crianças, com o predomínio de categorias clínicas, decorrentes da influência hegemônica secular da área médica na educação especial, passamos a assistir a um processo crescente de ressignificação de conceitos fundamentais” (2006, p. 23).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Beyer (2006) destaca que, o problema crucial não residia e não reside apenas na representação social que se verifica na sociedade, mas nas posturas concretas que se verificam socialmente, ou seja, com frequência assistimos a uma práxis social limitadora, subjugadora e castradora dos potenciais humanos e funcionais das pessoas com necessidades especiais. Muitas delas poderiam desenvolver e adquirir uma maior autonomia pessoal, social e profissional, porém isto não ocorre devido precisamente aos controles e cerceamentos sociais.

O autor destaca que, o projeto pedagógico inclusivo passa necessariamente pelo repensar e agir das instituições sociais, indo da família para a escola e da escola para a família, visto que esses dois espaços de convivência e formação influenciam diretamente na maneira como as outras instituições sociais concebem e interagem com esses alunos. A essa questão da materialidade da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, Beyer (2006, p.11) recorre à teoria de Vygotsky e justifica sua opção teórico-epistemológica, respondendo à seguinte questão:

Por que a defesa de uma epistemologia ativa como a vygotskyana para a apologia do projeto pedagógico inclusivo? Respondo de uma maneira muito simples a esta questão: porque talvez Vygotsky tenha sido o primeiro pensador, cujas ideias abordaram conceitos centrais do projeto inclusivo. Para isto, basta analisar o capítulo 3 (“Acerca da psicologia e da pedagogia das deficiências infantis”), da 1ª parte das Obras Escolhidas de Lev S. Vygotsky y, Vol. V, “Fundamentos de Defectologia” (1997). Este texto constitui provavelmente a mais precoce e eloquente defesa da não segregação escolar dos alunos com necessidades especiais. A premissa básica da qual Vygotsky parte encontra-se no cerne de sua teoria sociohistórica, isto é, de que para o desenvolvimento infantil, e humano em geral, a sociogênese é condição fundamental. A condição para que a criança passe por transformações essenciais, que a tornem capaz de desenvolver estruturas humanas fundamentais, como as do pensamento e da linguagem, apóia-se na qualidade das interações sociais em seu grupo (família, escola, etc.).

Beyer (2006) enfatiza a importância de Vygotsky como opção decisiva para fundamentar uma abordagem de ensino e aprendizagem numa escola que pretenda se consolidar como inclusiva. Segundo ele, para Vygotsky a grande dificuldade não está na criança com necessidades especiais, mas no isolamento a que é submetida pelos vários grupos sociais, mas principalmente, pela família. Esse isolamento, na visão vygotskyana não constitui apenas um problema social ou ético, porém representa uma faceta psicossocial muito delicada:

A vulnerabilidade psicológica decorrente do isolamento social deve-se à premissa vygotskiana nuclear da necessidade da dinâmica sociogênica para o desenvolvimento infantil sadio. Quanto mais positivas forem as trocas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

psicossociais, mais fortalecido sairá tal desenvolvimento, sendo a recíproca verdadeira, isto é, quanto mais debilitadas elas forem, mais lacunar o mesmo será. Por que este aspecto constitui uma problemática central para desenvolvimento das crianças com deficiência? Porque elas foram historicamente segregadas. Aqui encontramos o primeiro e vital paradoxo, ou seja, aceitando-se a premissa vygotskyana da importância das experiências sociais no desenvolvimento humano, a segregação social imposta às crianças constituirá sem dúvida fator fragilizador. Por isso, Vygotsky opõe-se ao envio sistemático das crianças com deficiência para as escolas especiais. Ele vai mais longe, criticando, em princípio, o projeto pedagógico destas escolas que teriam uma orientação demasiadamente terapêutica, tendo como resultado o afastamento da criança do ensino regular. O prejuízo maior aconteceria no plano social, isto é, as crianças com necessidades especiais ficariam debilitadas no que tange à importância das trocas interpsicológicas. A premissa vygotskiana fundamental, que afirma que as condições do desenvolvimento psíquico derivam da qualidade das trocas sociais, estaria diretamente implicada na decisão pedagógica de incluí-las ou não na escola comum (BEYER, 2006, p. 12).

É nesta perspectiva, de estudo e pesquisa, que buscamos conhecer o interesse dos graduandos do Curso de Pedagogia pela Educação Especial, considerando que a elaboração do TCC cumpre um dos objetivos da iniciação científica na universidade, referindo-se a aproximação do acadêmico com a realidade escolar, proporcionando-lhe conhecer melhor seu futuro campo de trabalho, pois André (1995, p.111) afirma:

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia-a-dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo interacional.

No âmbito da educação inclusiva, percebemos a necessidade de maior ênfase no estudo e pesquisa dessa temática no interior dos cursos de licenciatura, pois no cotidiano contata-se a grande dificuldade dos professores lidarem com as deficiências, considerando que não estão preparados para darem o acompanhamento de que os alunos necessitam, tendo em vista que vivemos uma concepção de uma escola para todos, uma escola inclusiva que receba a todos, que abrigue os alunos independentemente de suas diferenças e condições sociais, físicas, religiosas, étnicas, e/ou linguísticas.

Ratificamos, portanto, a importância e essencialidade da temática educação inclusiva como foco de pesquisa. Os dados parciais apontam que das 151 monografias



lidas no período referente ao nosso estudo, uma significativa parcela repousa sobre a temática educação inclusiva.

As reflexões apresentadas partem do que até o momento foi identificado, enquanto produção monográfica na área da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, mediante o seguinte registro:

a) Ano de 2010 são esses os trabalhos: inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escola da rede municipal de ensino na cidade de Manaus; O ensino de Libras: Língua Brasileira de Sinais nos Anos Iniciais de uma escola especial de Manaus; A avaliação da acessibilidade de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas regulares da zona centro-sul de Manaus, bem como a formação de professores que atuam com esses educandos; Aplicação do currículo funcional em crianças com Síndrome de Autismo do 1º. Ano do Ensino Fundamental; A formação docente no processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais nos anos iniciais do ensino fundamental, numa escola estadual da zona norte em Manaus; O ensino de Libras: Língua Brasileira de Sinais nos Anos Iniciais de uma escola especial de Manaus; A família de estudantes surdos e a importância da comunicação da Libras para processo de aprendizagem;

b) ano de 2012: A Psicomotricidade no estímulo ao desenvolvimento de crianças com Autismo; Altas habilidades/superdotação: os desafios e possibilidades de um atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino na cidade de Manaus; A escolarização de um estudante com paralisia cerebral em uma escola do ensino regular da rede municipal de Manaus;

c) ano de 2013: Inclusão escolar do educando no transtorno de espectro autista na rede regular de ensino de Manaus: o processo de interação da díade professor e família; Inclusão escolar de estudantes com transtorno déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): saberes docentes em questão;

d) ano de 2014: Desafio da inclusão de aluno com transtorno de espectro autista em uma escola estadual na zona sul de Manaus; A experimentação no ensino de Ciências Naturais: contribuição para a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência visual em uma escola especializada da cidade de Manaus; O ensino-aprendizagem do aluno com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

deficiência visual no Ensino Fundamental - Séries Iniciais em escolas estaduais na cidade de Manaus;

e)ano de 2015: A música no processo de ensino e aprendizagem de crianças com necessidades especiais; Desafios e possibilidades do Atendimento Educacional Especializado – AEE em um Núcleo de Atendimento de Altas Habilidades/ Superdotação na cidade de Manaus; Educação Especial e avaliação da aprendizagem: um estudo de caso em um aluno com TDAH em uma escola pública municipal de Manaus; O discurso inclusivo e a prática excludente no Ensino Fundamental; O professor e a inclusão de crianças com necessidades especiais em uma turma do ensino regular;

As inferências preliminares apontam uma centralidade na prática docente no que se refere à escolarização do público-alvo da Educação Especial. Deixando de lado outras dimensões que poderiam ser pesquisadas, como por exemplo: financiamento da Educação Especial, Organização do trabalho pedagógico nas escolas que atendem a Educação Especial, a concepção de cidadania e a formação dos alunos da Educação Especial, dentre outros.

CONCLUSÃO

A temática Educação Especial na perspectiva da inclusão integra nossas preocupações muito além do âmbito acadêmico. Daí compreendermos a necessidade de ampliar o foco da pesquisa, além das conclusões aqui registradas.

Antes de ser uma necessidade de formação inerente à prática profissional, a perspectiva da inclusão necessita ser concebida e efetivada como postura de sujeitos históricos frente aos desafios da sociedade que se estabelece no contexto desigual do capitalismo.

Considerando que esse texto objetivou o mapeamento dos trabalhos de iniciação científica dos alunos de Pedagogia, no que se refere à temática em tela, ressaltamos a contribuição dos autores estudados para o aprofundamento do tema, bem como a receptividade da Biblioteca da Universidade, sem a qual não teríamos construído o cenário inicial de dados da pesquisa.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Muito ainda teremos que caminhar, daí reconhecermos a importância e necessidade de conclusão da investigação, buscando consolidar a análise prevista. No sentido de produzir qualitativamente uma contribuição aos alunos e ao Curso, traduzindo-se em evidências de um panorama geral das pesquisas de TCC sobre Educação Especial e o papel delas na formação e prática profissional dos decentes egressos da Universidade investigada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **A contribuição da pesquisa etnográfica para a construção do saber didático.** In OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.), Didática, ruptura, compromisso e pesquisa 2.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

RUDIO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é como se faz.** 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BEYER, Hugo Otto. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial.** Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1.(out. 2005). - Brasília Jul/2006.

FERREIRA, Norma S. A. **As pesquisas denominadas estado da arte.** Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-72, ago. 2002.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro, reflexão. Instrumentos Metodológicos II.** 2 Edição, São Paulo, 1996.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TRABALHO E EDUCAÇÃO: NUANCES REGIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA AMAZÔNIA

WORK AND EDUCATION: REGIONAL NUANCES AND IMPLICATIONS FOR THE CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP IN THE AMAZON

Maria Rita Santos da Silva
 mariarita.dmt@gmail.com¹

Selma Suely Baçal de Oliveira
 selmabacal@ufam.edu.br²

Elenize Cristina Oliveira da Silva
 elenize_oliveira@yahoo.com.br³

Resumo

O artigo considera resultados da pesquisa “Proformar: os dilemas dos docentes da Rede Pública de Ensino” que coloca em destaque a política de formação para os profissionais da educação básica do Amazonas, de uma demanda atinente aos 62 municípios desse Estado atingindo a população ribeirinha e indígena. A abordagem teórica objetiva discutir a problemática inerente à relação trabalho e educação, vinculando a essas categorias as nuances regionais e suas implicações para a construção da cidadania. Trata-se de uma análise crítico-reflexiva sobre as transformações no mundo do trabalho e da educação decorrentes, sobretudo, de políticas públicas e do avanço técnico-científico em sintonia a uma retórica de valorização do profissional da educação com programas de qualificação e desenvolvimento sustentável na região amazônica sendo que, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, aguçam-se formas de proletarização no mundo do trabalho e da educação pública, como tem mostrado diversos estudos sobre o assunto, dentre os quais se destacam autores como: Antunes (1999), Gatti; Barreto (2009), Gentili (2001), Oliveira (2007), Ribeiro (2002), Saviani (2007; 2013) entre outros. Os resultados apontam a necessidade do debate sobre as políticas públicas voltadas para a valorização do profissional da educação, na perspectiva de que se consolidem, de fato e de direito, a construção da cidadania não só no Amazonas, mas em toda a região amazônica e, conseqüentemente, amplie o desenvolvimento cultural, econômico e social a patamares mais elevados.

Palavras Chaves: Trabalho e Educação; Políticas Públicas; Amazonas; Cidadania.

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM - Brasil. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas-FACED/UFAM.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação-FACED- e do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

³ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM. Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Roraima-CCL/CCLA/UFRR.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em discutir a problemática inerente às relações trabalho e educação, vinculando a essas categorias as nuances regionais e suas implicações para a construção da cidadania visto que, no atual estágio do sistema capitalista, seus pressupostos tem influenciado a elaboração de políticas para a educação pública. Diante de uma sociedade capitalista, as inquietações que permeiam o mundo do trabalho e da educação na região amazônica decorrem, sobretudo, de políticas públicas e do avanço técnico-científico em sintonia a uma retórica de valorização do profissional da educação com programas de qualificação e desenvolvimento sustentável na região amazônica sendo que, ao mesmo tempo e contraditoriamente, aguçam-se formas de proletarização no âmbito do trabalho e da educação pública. Ao exemplificar tal situação, este artigo aponta resultados da pesquisa “Proformar: os dilemas dos docentes da Rede Pública de Ensino” que coloca em destaque a política de formação para os profissionais da educação básica do estado do Amazonas, de uma demanda atinente aos 62 municípios, atingindo a população mais carente da região, entre as quais, a ribeirinha e a indígena.

Entre as regiões brasileiras, a Amazônia é a maior delas conforme expõe Pena (s/ano, s/p.): “com uma área de aproximadamente 4,9 milhões de km², tomando mais da metade do território brasileiro e abrangendo integral ou parcialmente nove estados: Amazonas, Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins”. Segundo o autor, a Amazônia apresenta os menores índices de povoamento, com densidades demográficas em níveis muito baixos, haja vista a predominância dos elementos naturais nessa região, por um lado, e pela ocupação histórica do território brasileiro que privilegiou as demais regiões do país, também ressalta que, atualmente, está em curso o processo de ocupação do complexo amazônico, elevando sua população a cada ano.

Para fins de delimitação deste artigo, não será foco de discussão a categoria referente ao desenvolvimento sustentável e, dos estados da região amazônica, será considerado o estado do Amazonas, haja vista a projeção e aplicabilidade do Programa de Formação e Valorização de Profissionais da Educação (PROFORMAR). Isso ocorreu em meados do século XXI para responder aos preceitos legais, instituídos na Lei de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) dada à exigência de formação mínima em nível superior aos professores da educação básica.

Para melhor compreensão da abordagem teórica, o trabalho é composto por três subtemas: Trabalho e Educação: uma relação em constante movimento; Políticas públicas: uma experiência inovadora no Amazonas; Nuances e implicações para a construção da cidadania na Amazônia.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO EM CONSTANTE MOVIMENTO

As categorias trabalho e educação são melhor analisadas nas relações sociais oriundas do processo produtivo decorrentes da sociedade capitalista. Na perspectiva marxista é pelo trabalho e pela educação que o ser humano é capaz de realizar ação transformadora e nessa relação transforma-se a si mesmo e o artefato material como condição da própria existência humana.

Nessa perspectiva, trabalho é uma atividade que diz respeito fundamentalmente à ação humana, à consciência humana, compondo, junto com obra e ação a ‘vita activa’ assim designada por Arendt (2014). Segundo a autora, “[...] a condição humana do trabalho é a própria vida [...]. O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie” (ARENDRT, 2014, p. 09; 11). Não obstante, na vida do homem e da natureza há uma relação em constante movimento, de caráter histórico que implica considerar que nada é para sempre, pois todas as práticas mudam, notadamente, no âmbito do trabalho e da educação que integram a condição de sobrevivência do ser humano em qualquer sociedade.

A ideia de apropriação e produção da cultura, por exemplo, ao longo da história da humanidade tem sido concebida a partir da transmissão de conhecimentos e de valores repassados de uma geração para outra por meio do ato de ensinar e aprender. Essa ideia tem se mostrado desafiadora para os educadores porque supera visões limitadas e reconhece que todos os seres humanos podem se apropriar, produzir e reproduzir cultura com a compreensão de que o ato de ensinar e de aprender, bem como seus fins, são



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

resultados das relações de poder que perpassam pela ação humana, no âmbito de suas práticas, sendo os critérios da ação e da educação eminentemente políticos. (SAVIANI, 2007).

A concepção de que o indivíduo é um ser histórico, visto que não realiza uma existência previamente traçada, tão pouco determinada pela natureza, mas produz pelo trabalho em constante movimento entre os indivíduos em uma sociedade construída pelo processo da relação existente entre esses indivíduos (Idem). Alinhada a essa concepção, evidencia-se que as práticas trabalho e educação, intrinsecamente humanas, buscam compreender questões sobre a relação entre si, suas intencionalidades e os resultados das mudanças que sofrem.

Nessa relação, a educação sempre esteve ligada aos modos de produção, mas a função de formar mão de obra lhe foi imposta pelo capitalismo, como afirma Antunes (1999), visto que o caráter de intencionalidade carrega o jogo das relações históricas de produção, cuja finalidade depende das decisões dos indivíduos organizados em sociedade, onde as práticas trabalho e educação são partes integrantes dos interesses de classe dessa determinada sociedade.

No bojo dessas discussões a relação trabalho e educação tem sido foco de atenção com vários pontos de vistas, sendo apresentado neste artigo sob o enfoque que permeia o contexto de uma sociedade capitalista, resultante das nuances permeadas pela divisão social do trabalho em que a educação escolar tem sofrido implicação direta com as demandas dessa sociedade. Vale salientar que no decorrer da história da humanidade, assim como a categoria trabalho, a educação também sofre mudanças incorporando sentidos diversos.

Diante dessas mudanças, a situação da educação pública na região amazônica é motivo de preocupação de cidadãos e profissionais conscientes de sua relevância como direito de todos, cujo acesso, permanência e qualidade educativa deveriam constituir-se como pauta de exigência da sociedade civil e política diante das prerrogativas governamentais, visto que são aspectos fundamentais para elevar o desenvolvimento regional, sociocultural, político e econômico da região. Mas, em uma sociedade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

capitalista, a relação entre trabalho e educação tem como horizonte fundamental a lei da acumulação de capital (lucro).

Por isso, de acordo com Ribeiro (2002), os poderes governamentais não levam em conta a humanização do ser humano, visto que os Planos de Desenvolvimento traçam como principais prioridades de atuação para a região amazônica, no cenário nacional e mundial, elevar a acumulação produtiva a serviço dos detentores do capital, distanciando-se do real interesse em prol da cidadania de sua população. Nota-se, portanto, que a característica marcante da política pública favorece o elitismo, legitimando o poder da classe dominante, dificultando ações que possam alterar a situação de desigualdade e desrespeito à cidadania.

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA NO AMAZONAS

No Amazonas constata-se, a existência de uma vasta extensão territorial e a riqueza exuberante de sua biodiversidade com intensificação de interesses diversos por organismos nacionais e internacionais. Por outro lado, no âmbito do trabalho e da educação, em pleno século XXI, a carência de condições materiais para o indivíduo amazônico é um agravante para as políticas públicas.

Diante dessa realidade, a luta dos movimentos sociais, especificamente, dos profissionais da educação por políticas públicas é resultado de muitos anos de abandono e que, com a evolução tecnológica e o aumento de exigência do grau de escolaridade aos profissionais para responder às demandas do mercado de trabalho, a educação ganha importância internacional e nacional e, a partir daí várias alternativas de cursos de formação inicial e continuada se intensificam como alternativa educacional para a sociedade.

Em decorrência de acordos estabelecidos em nível internacional são sistematizados vários documentos, com destaque o Plano Decenal de Educação para Todos. (BRASIL, 1993), elaborado a partir da participação do Brasil na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia (1990), onde firmou-se um acordo nacional, o qual resultou no Pacto pela Valorização do Magistério e qualidade de Educação, assinado em outubro de 1994, sendo, em seguida, instituída na LDB/1996. Formava-se, assim, um consenso





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

público de que a valorização do magistério deveria merecer atenção prioritária por parte do poder público. (CARNEIRO, 2014).

Na região amazônica, com a lógica da valorização do magistério, as ações das esferas estaduais e municipais foram baseadas nas reformas do Estado, cujo interesse congrega a lógica do capital em que flui um processo integrador da região ao restante do território nacional, ignorando as peculiaridades e necessidades locais. Monsalve (2015) ressalta que a população da região amazônica, tornou-se alvo de muitas ações orientadas pelas estratégias de atuação dos agentes financiadores nacionais e internacionais e pelas instituições governamentais dos vários níveis do Estado, dos quais tem origem uma série de diretrizes para o sistema educacional com prenúncio de novos tempos.

Ora, no início do século XXI, a região amazônica, em que pesem os avanços tecnológicos, a mundialização da economia e a instantânea rede de informação e comunicação, registra-se ainda a tenebrosa marca do atraso e da injustiça social, na qual o trabalhador amazonense e, no mesmo ritmo a categoria dos profissionais da educação sofrem as consequências do descaso político-administrativo e avança o processo de precarização no âmbito da educação pública. Contraditoriamente, aflora-se o debate em torno da qualidade do ensino público e, para isto, investe-se na formação dos profissionais da educação.

É nesse contexto que um novo projeto de formação é sistematizado, objetivando atender a elevada demanda de profissionais leigos e muitos deles com formação incompleta exercendo o magistério na educação básica do estado do Amazonas. Trata-se do PROFORMAR, que atendeu a condição posta pela LDB (Lei Nº 9.394/1996, Art. 87) ao instituir a 'Década da Educação' em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos, estabelecendo prazo para que os professores sem a formação exigida obtivessem a formação em nível superior. (Brasil, 1996).

Neste cenário tem origem a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a ela coube atender às prerrogativas oficiais do governo do Amazonas para realizar a formação dos profissionais da rede municipal e estadual de ensino sem a formação exigida em resposta aos preceitos da LDB, em seu Art. 87 §4^o ao determinar que, até o fim da Década da Educação (1997 a 2007), somente fossem admitidos professores com formação em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (BRASIL, 1996). Em razão de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

seu caráter emergencial e das condições de execução, o projeto considerou normas específicas de operacionalização metodológica, concebida como presencial mediada pelos recursos tecnológicos, com aulas televisivas, via satéliteⁱⁱ. (UEA, 2001).

Em uma região geográfica complexa, com municípios de difícil acesso, a utilização de uma metodologia de formação mediada pelos recursos tecnológicos, considerada inovadora no estado do Amazonas incide em baixos custos para o desenvolvimento do curso, sendo este um dos critérios para a implementação do projeto, visto que o presencial teria custos muito elevados para o Estado. (UEA, 2002). Isso porque, os dados da Secretaria de Educação do Amazonas demonstravam o alto índice de professores sem a formação exigida, tal que, dos 5.883 professores rurais do Estado, apenas 1.599 possuíam o ensino médio completo, pois a grande maioria tinha apenas o ensino fundamental. (SEDUC, 2004).

A preocupação com esse ideário de formação foi motivo de discussões de teóricos como Gatti; Barreto (2009) que demonstram preocupação com a utilização da EaD em ensino de massa de forma ‘aligeirada’ para responder aos anseios governamentais. Não se trata de desconsiderar o mérito do ensino a distância; o que se questiona é o que advém das relações humanas quanto às socializações, às experiências adquiridas na prática da convivência, nos debates da sala de aula, nas palestras, nos trabalhos realizados em grupos, apontados em muitas pesquisas como aspectos fundamentais para balizar a ação e reação humana.

Em contrapartida, também há resultados de pesquisas que apontam aspectos positivos sobre o ensino a distância, principalmente porque atua como um elo de transformação no processo de mediação entre os envolvidos, mediante interação contínua, ampliação e troca de conhecimentos. Isso é possível na relação trabalho e educação, mediante as formas de processar, armazenar, recuperar e comunicar informações de forma mais rápida em diversos formatos midiáticos em que fatores como distância, tempo, entre outros aspectos deixam de ser estorvo para dar agilidade no trabalho entre os diversos segmentos profissionais, nos quais se inclui a educação.

Apesar da diversidade de olhares crítico-analíticos sobre a modalidade da EaD, os dilemas vivenciados pelos profissionais em formação universitária é imbuído de preconceito, aspecto visto por eles como discriminatório. Como resultado de entrevista com os Professores em Formação Universitária (PFU) realizada no turno noturno, nas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

turmas da capital do Amazonas, constatou-se que não gostavam das aulas televisivas, principalmente porque o conteúdo era complexo e eles não disponibilizavam de tempo para estudos além da sala de aula, haja vista que a maioria deles ministrava aulas no turno diurno. Entre os resultados, destacam-se:

Dizem que somos do telão para poder enxergar melhor, pensam que em nossas aulas é só assistir TV, não sabem o quanto temos que estudar para compreender os conteúdos e fazer as provas que são muito difíceis, com tempo cronometrado e o que é pior, não temos contato com os professores que poderiam nos ajudar nas dúvidas, embora o professor assistente envie por internet, custa muito o retorno com as resposta. (PFU, 2004).

De todas as situações dilemáticas, as mais inquietantes foram relacionadas a questões salariais; ansiedade devido às dificuldades conceituais; os transtornos nas escolas para a saída antes do término do turno de trabalho devido à situação precária de transporte (ônibus) e a necessidade de chegar no horário para não perder as explicações; o cansaço; a dificuldade visual, entre tantas outras, o que mais angustiava referia-se ao processo avaliativoⁱⁱⁱ, com respostas as mais diversas. Contudo, a maioria sinalizou sobre a ansiedade pela falta de tempo para os estudos, as longas questões das provas objetivas para serem respondidas em curto espaço de tempo, dificultando o processo de leitura e reflexão para responder adequadamente, mesmo que:

[...] no decorrer das aulas algumas dúvidas que poderiam ser tiradas na hora das Dinâmicas Locais, na maioria das vezes, o Professor Assistente por mais que explicasse não era a mesma coisa que o Titular que se preparou, preparou o material didático da Disciplina e, os meios de suporte: Internet, telefone, fax e call center são raras às vezes o retorno dos questionamentos que enviamos. (PFU, 2004)).

Para ajudar na compreensão referente ao processo avaliativo, Romão (2001) chama a atenção para o aspecto da complexidade sobre o assunto, evidenciando que: “Os problemas da avaliação da aprendizagem resultam do tráfico ideológico das elites [...] favoráveis à manutenção do status quo individualista, meritocrático, discriminatório e injusto, [...] exigente e rigorosa com cobrança somente aos alunos” (ROMÃO, 2001, p. 43).

Nesse sentido, é importante não perder de vista que o problema da avaliação inclui questões de ordem política, econômica, cultural e pedagógica, pois a natureza de seu processamento e dos resultados afeta o sistema organizacional em termos de produtividade, cujo discurso alardeia sobre o aspecto quantitativo e qualitativo. No



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

discurso ideológico posto pelo sistema vigente, o mérito é de quem se esforça, respeita a rigorosidade metódica para os estudos em detrimento do despertar para uma postura provocadora da leitura crítica com possibilidades de reflexões contextualizadas. (Idem).

Pela lógica da organização metodológica do PROFORMAR, a avaliação consistia em verificar o conhecimento adquirido pelos estudantes, limitando-se ao alcance de objetivos da área cognitiva. Assim, considera-se o “processo de ensino-aprendizagem voltado para o ‘sujeito gnoseológico’ (que conhece), em detrimento do ‘sujeito ontológico’ (que atua) ou do ‘sujeito paraxiológico’ (que conhece-atua e re-conhece)”, como ressalta Romão (2001, p. 49).

Longe de considerar, nos procedimentos metodológicos do PROFORMAR, a liberdade e o atendimento às necessidades dos estudantes universitários, o curso apresenta rigidez no cumprimento do conteúdo que, conforme a coordenação pedagógica busca cumprir 100% de tudo o que é planejado. Assim, constata-se que as aulas, as atividades e as avaliações foram desenvolvidas sem considerar o ser humano, suas dificuldades, sendo importante o resultado, na perspectiva da produtividade.

Quanto à aplicabilidade nos termos da LDB, Art. 67, Carneiro, (2014, p. 477) põe em evidência que os preceitos sobre a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes, inclusive, nos estatutos e nos planos de carreira do magistério público: “II. aperfeiçoamento profissional continuado com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III. piso salarial profissional; V. período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluída na carga horária de trabalho” não foram e raramente são colocados em prática nos projetos e programas de formação dos profissionais da educação. No caso do PROFORMAR, as primeiras turmas se sentiram injustiçadas pela não aplicabilidade desse direito, contudo, quando questionados sobre a importância do curso, tanto os professores em formação, quanto os professores assistentes e a equipe de coordenação pedagógica explicitaram que o curso gerou uma relevante aprendizagem para todos os envolvidos, visto que todos foram pioneiros e se envolveram de tal modo que os acertos e erros ajudaram na superação das dificuldades vivenciadas.

Ao recorrer ao relatório da UEA, quando da conclusão das primeiras turmas do PROFORMAR, constatou-se que:

[...] a conclusão do Curso Normal Superior dos 8.726 professores do PROFORMAR que iniciaram os seus estudos em 2002 nos 62 municípios





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(interior e capital). No interior, a solenidade de colação de grau dos alunos do PROFORMAR ocorreu no dia 30/06/2005. [...] a solenidade com transmissão ao vivo direto do auditório da reitoria da UEA para todo Estado [...]. Na capital, a solenidade aconteceu no auditório da reitoria da UEA. [...] com solenidades realizadas entre os dias 3/11 a 2/12/05. [...] Outro momento importante foi o início do PROFORMAR II, com a abertura de 8.562 vagas para os professores da rede pública de ensino, com início das aulas em julho de 2005. (UEA, 2005, p. 23).

Com a graduação da segunda turma do PROFORMAR (2005 a 2008), o governo do Amazonas atinge as metas estabelecidas quanto à formação dos professores leigos e com formação inicial incompleta, cumprindo as exigências da base legal. O aspecto positivo das exigências determinadas na LDB fez com que o governo do Amazonas se mobilizasse em prol da formação dos professores há tempos esquecidos.

No total, foram formados mais de 16 mil professores em duas etapas do curso, colocando em evidência 551 profissionais das etnias indígenas, sendo 153 na I etapa e 398 na II etapa, de 22 etnias indígenas, presentes em 14 municípios do Amazonas. Esse foi um dos aspectos que levou o PROFORMAR a ser “uma das iniciativas vencedoras do prêmio ODM Brasil 2007, com o tema ‘Um Prêmio para quem trabalha por um Brasil Melhor’, das 1.062 inscritas, a UEA foi a única iniciativa premiada da Região Norte na categoria instituições”. (UEA, Relatório de gestão, 2009, p. 11).

Portanto, de acordo com o relatório de gestão (Idem), o PROFORMAR se afirmou pelos resultados no domínio da tecnologia apropriada para mediar o ensino a distância, superando dificuldades peculiares ao contexto amazônico, que exigiu um planejamento logístico, organização administrativa e pedagógica para assegurar a operação e funcionamento do sistema. Notadamente, o Proformar constituiu-se como um importante programa no alcance das metas governamentais do Amazonas.

NUANCES E IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA AMAZÔNIA

Entre as nuances que norteiam a Amazônia, observa-se que o trabalho e a educação são aspectos marcados por uma série de mudanças em um contexto histórico de mediações contraditórias, cuja distância entre o enunciado político e sua aplicabilidade é





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

notadamente evidenciada. Isso implica em transgressão social^{iv} revelando as marcas das desigualdades sociais, fator desencadeador da situação de vulnerabilidade de crianças e jovens que não conseguem avançar nos estudos, sendo um retrocesso para o processo de cidadania.

Também, nota-se que a instabilidade política, econômica e social vem gerando sentimento de insatisfação e incertezas, com índices elevados de desempregados, sendo a grande maioria jovem. A política social ainda é centralizadora apesar dos enunciados legais preceituarem o contrário, com ênfase aos aspectos democráticos. Além disso, as políticas dos países capitalistas, entre os quais o Brasil está inserido não se preocupam com a proteção social de seus cidadãos da forma como propagam, cujo resultado é percebido no elevado índice de violência, falta de emprego, má qualidade da educação, da saúde e tantas outras situações degradantes.

As características marcantes da política social são, por um lado, o elitismo que privilegia parte da população já favorecida economicamente, e por outro, o assistencialismo tutelar direcionado aos segmentos mais pobres da população. Fato este que legitima o poder da classe dominante e a dependência da classe contrária, dificultando ações que possam alterar essa situação de desigualdade social.

Nesse contexto, Saviani (2013), Antunes (1999), Gentili (2001), entre outros teóricos consideram que educação e trabalho são as duas bases do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, como é o caso do Brasil, sendo a primeira a categoria central no debate, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva ocorrida nas últimas décadas, geradora dos problemas que afligem a humanidade. Diante disso, Oliveira (2007) salienta que:

A sociedade de modo geral e os trabalhadores, em particular, assistem a um intenso debate a respeito dos impactos das novas tecnologias e de outras formas de organização do processo produtivo que se denomina, historicamente, de trabalho. Tal debate é movido por um conjunto de preocupações, dentre as quais se destacam as relacionadas às condições de trabalho, de emprego e de salários e as relacionadas a escolaridade e a qualificação, cuja problematização pressupõe uma contextualização da produção, sua localização no espaço e no tempo. (OLIVEIRA, 2007, p. 17).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nesse processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pela lógica e interesses do capitalismo avançado. Assim, a reestruturação produtiva, acompanhada da introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de consequências sociais que afetaram os trabalhadores nos processos de trabalho.

Diante do exposto, é perceptível que com a inserção das novas tecnologias evidencia-se o atraso da educação escolar. O trabalho enquanto atividade consciente é capaz de modificar a realidade, de maneira que vai além da capacidade instintiva como é o caso dos animais, pois é potencialidade somente da espécie humana assim como a educação, que também é uma ação que carrega as suas intencionalidades. A relação trabalho e educação requer a apropriação de uma leitura da realidade social e de seus condicionantes contextuais para, de forma organizada, lutar pelo interesse da população que sofre as consequências do descaso político-administrativo, ferindo a cidadania tão propalada nos documentos oficiais, mas sem aplicabilidade à população mais carente da região amazônica, com destaque aos povos indígenas, ribeirinhos e demais população que vive à margem de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo destaca a importância da internalização de uma concepção de trabalho e educação com abrangência a todas as dimensões da vida do ser humano. Isso implica em uma educação que busque a superação da alienação e assuma responsabilidades quanto às condições de existência e interações sócio-político-econômica e cultural.

As reflexões construídas sobre a política de formação inicial no Amazonas mostram que o PROFORMAR nasce da exigência de uma base legal em nível nacional, não sendo consequência de uma obrigação do estado do Amazonas em planejar e desenvolver políticas educacionais para atender as reais necessidades da população local, com atuação nas áreas carentes e de difícil acesso. Nesse contexto, percebe-se que o PROFORMAR, explorado dentro de um processo que obrigou o governo a desenvolver ações consistentes, oportunizou a criação de uma ferramenta estratégica que, atualmente, alcança a diversidade da população na Amazônia, sejam brancos, negros e índios, atingindo a todos os municípios propiciando mudança na vida da população dessa região.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Há que se admitir que o cenário da educação pública no Amazonas foi alterado a partir da implementação do PROFORMAR que, afora as críticas, promoveu a formação em serviço de mais de 16 mil profissionais em menos de 10 anos de funcionamento, além de impulsionar a pesquisa acadêmica através dos trabalhos de conclusão de curso exigidos na graduação. De toda forma, é preciso reconhecer que a educação é um campo em que os investimentos devem possibilitar como resultado a qualidade, pautada pelo atendimento às demandas das populações locais, pelo respeito e valorização da diversidade regional em busca do desenvolvimento social da região.

Enfim, os resultados apontam a necessidade do debate sobre as políticas públicas voltadas para a valorização do profissional da educação, na perspectiva de que se consolidem, de fato e de direito, a construção da cidadania não só no Amazonas, mas em toda a região amazônica e, conseqüentemente, amplie o desenvolvimento cultural, econômico e social a patamares mais elevados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARENDETT, Hanna. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e a apresentação: Adriano Correia. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BRASIL, MEC. SEF. Conferência Nacional de Educação para Todos. *Anais*. SEF, Brasília, 1993.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva*, artigo a artigo. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GATTI, Bernadete; BARRETO, E. S. de S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.
- GENTILI, P. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONSALVE, James León Parra. A cidadania entre aspas: organizações regionais indígenas e tics na Pan-Amazônia. *II Congresso Internacional: Net Ativismo*, out. – nov., 2015. Disponível em: <http://www.netactivism.net/anais2015/GT1/Jamdes_Monsalve.pdf>. Acesso em: 11 out. 2016.
- OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Manaus: EDUA, 2007.
- PENA, R. A. Complexo regional da Amazônia. *Mundo Educação*. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/complexo-regional-amazonia.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- RIBEIRO, Adagenor. *Modelo de indicadores para mensuração do desenvolvimento sustentável na Amazônia*. 2002, 280f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA, Belém, 2002.
 Disponível em:

<http://www.ufpa.br/amazonia21/publicacoes/indicadores/Adagenor_TeseCompleta.pdf>. Acesso: 12 out. 2016.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO (SEDUC). *Gestão de Políticas Públicas*. Manaus/AM, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. *Tecnologia da Informação e da Comunicação: Recursos pedagógicos*. Manaus: CNS-UEA, 2001.

_____. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação: *Relatório Geral*. Manaus, 2002. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-1.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. *Relatório de Gestão*, Manaus, 2005. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-6.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. *Relatório de Gestão*, Manaus, 2009. Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-8.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ⁱ Revogado pela lei nº 12.796, de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

ⁱⁱ Aulas presenciais apoiadas por recursos tecnológicos avançados – ensino a distância (estúdio com imagem transmitida via Embratel, call center, rede internet/intranet). Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/ppp/2203-1.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

ⁱⁱⁱ As avaliações objetivas apresentadas na tela da TV tinham a duração de três minutos para cada questão, lidas e respondidas no cartão-resposta.

^{iv} Caracteriza-se como o não cumprimento de regras sociais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TRABALHO E EMANCIPAÇÃO: O PROCESSO DE TRABALHO E SUAS CONTRADIÇÕES QUE EXPROPRIA DO HOMEM O SEU MUNDO E O RENDE À SUBSERVIÊNCIA DO MUNDO DAS COISAS.

WORK AND EMANCIPATION: THE PROCESS OF WORK AND THEIR CONTRADICTIONS THAT EXPROPRIATES THE MAN OF HIS WORLD AND RENDER HIM TO SUBSERVIENCE OF THE THINGS'S WORLD

Jocélia Barbosa Nogueira – joceliabnogueira@hotmail.com¹
 Arminda Rachel Botelho Mourão - arachel@hotmail.com²

Resumo

O artigo trata sobre “Trabalho Estranhado e Propriedade Privada” e é motivado pela leitura da obra de Antunes (2004), *Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. Busca-se refletir, neste escrito, sobre aspectos relevantes da obra, parte da coletânea *Trabalho e emancipação*, que discute trabalho como categoria central da construção do homem omnilateral. Nela se encontra o fragmento *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de Marx, escrito em 1844, onde o trabalho apresenta dicotomias pois, à medida que aparece como instrumento de emancipação criando condições para o aprimoramento humano, cria também dependência. Enfatiza a contradição existente nessa dicotomia entre trabalho e emancipação, isto porque o trabalho liberta mas aliena, escraviza e, portanto, degrada na mesma proporção, já que se assenta na primeira condição humana que é a necessidade de subsistência. Ainda, o estudo busca refletir acerca dessa dupla dimensão encerrada no processo de trabalho que ao produzir coisas, cujo valor é maior que a própria força produtora, transforma-se ele mesmo e o trabalhador em mercadoria, gerando um estranhamento entre aquele que produz e o resultado do seu trabalho. Essa contradição encerrada no processo de produção tem um caráter desumanizador, posto que leva o ser humano à degradação e à supressão de sua dignidade.

Palavras-chave: Emancipação; Trabalho Estranhado; Propriedade Privada; Contradição; Alienação.

INTRODUÇÃO

O *Trabalho Estranhado e a Propriedade Privada*, de Ricardo Antunes (2004), versa sobre a Dialética do Trabalho, noção abordada por Marx nos *Manuscritos*

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Brasil. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas - Brasil.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas e do PPGE/FACED/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Econômicos Filosóficos (fragmento redigido em 1844). O tema central da obra discute a condição do trabalho e seus desdobramentos. Na referida obra, Marx apresenta o trabalho como categoria central na construção do Homem omnilateral, isto é, do homem enquanto sujeito construído e moldado historicamente pelo trabalho produtivo consoante à vida em sociedade.

O capitalista em seu turno, por ser o detentor do capital e, portanto, quem dita as regras, cria e gerência as formas de controle do trabalho, pois é ele quem concede os meios de trabalho, regula os modos de produção, agregando valor de uso à força de trabalho, de modo que o trabalho se torna ele mesmo, mercadoria, bem como o próprio trabalhador. Assim, a relação entre capitalista e trabalhador se torna coisificada. Eis o paradoxo em torno do trabalho, à medida que aparece como instrumento de emancipação e de transformação social, ele aliena, isto porque o trabalho é antes de qualquer outra coisa a principal condição humana.

O processo de produção determina as ações do trabalhador, objetiva as relações e controla a vida do trabalhador, que nesse processo torna-se alheio ao produto de seu próprio trabalho, consistindo nisso o estranhamento do trabalho. O trabalho produz a mercadoria, envolve a si mesmo e ao trabalhador em uma relação de produção, pois quanto mais tempo o trabalhador despenda ao trabalho, haverá mais produção de mercadoria, gerando os excessos, situação que Marx denomina excedente, entretanto, o trabalhador se defronta com o estranhamento em função do produto que produziu ser submetido a uma relação ‘coisal’.

O processo de produção, baseado na divisão do trabalho e troca estabelece para o trabalhador uma condição desigual e contraditória, pois “[...], alarga as desigualdades sociais à medida que o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz” (ANTUNES, 2004, p.176). Desse modo o sistema produz exclusão e acentua desigualdades, supervaloriza a mercadoria e expropria do homem o seu mundo e os rende à subserviência do mundo das coisas.

Essa forma de trabalho estranho descaracteriza o homem como um ser racional, o desumaniza na condição de ser e o coloca na esfera do domínio do mundo objetivo, isto é, de coisa, extrai sua essência, de modo que o trabalhador é expropriado de si mesmo e do produto do seu trabalho, torna-se alheio, estranho.



ANÁLISE E DISCUSSÃO - TRABALHO ESTRANHADO E PROPRIEDADE PRIVADA

O livro de Ricardo Antunes *Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels* da coletânea trabalho e emancipação que objetiva discutir Trabalho como categoria central da construção do homem omnilateral é uma organização que reúne textos e fragmentos de Marx e Engels. Nele encontra-se o fragmento chamado *Manuscritos Econômicos Filosóficos* que foi escrito por Marx em 1844.

O fragmento contido no sexto texto, que trata do *Trabalho estranhado Propriedade Privada* é um refinado estudo sistemático sobre a noção de trabalho alienado como um processo natural que se estabelece no mundo das relações capitalistas, em função do lucro de capital. Pode-se compreender nesse fragmento que o ‘trabalho estranhado’

(...) é uma bem elaborada reflexão sobre o lugar do trabalho na composição da sociabilidade humana entendendo ser essa composição da sociabilidade, uma conversão em trabalho transformado em elemento subordinado à troca e à propriedade privada (ANTUNES,2004, p.173).

O *Trabalho estranhado e propriedade privada* trata da parte final do primeiro *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e possibilita a compreensão do papel e significado do trabalho, como condição intermediária para entender a relação entre homem e a natureza.

Para Antunes (2004), se por um lado, o trabalho se estabelece como um ‘esforço penoso’ que mantêm cativos os indivíduos, ‘unilateralizando-os’, por outro, o trabalho representa uma necessidade de vida e de potência emancipatória, visto que ele se materializa nas possibilidades do homem criar seu caminho, enfrentar os descaminhos e elaborar alternativas para rejeitar a exploração, vencendo os desafios da dupla dimensão presente no processo de trabalho: que cria, mas que também subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, libera e escraviza, numa escala progressiva de alienação, pois que

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, consome-os, é um processo de consumo. Trata-se de consumo produtivo que se distingue do consumo individual: este gasta os produtos como meios de vida do indivíduo, enquanto aquele os consome como meios através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo indivíduo. O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, e o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor. (MARX, 1989, p.208)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Marx (1989, p.208), faz a descrição do processo de trabalho para destacar as formas de uso de recursos que o homem e a mulher despendem para gastar seus elementos materiais. Indica o autor que o objeto e os meios ao realizar trabalho na esfera de valores-de-uso determinam-se pelas maneiras “[...] de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas”. Para o autor, o capitalista se apropriando dessas necessidades, organiza estrategicamente as condições de alienar o trabalhador ao trabalho quando estabelece que seja realizado o trabalho adequadamente aos meios de produção. Assim,

[...] O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo, que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhes pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, 1989, p.209-210).

Neste sentido, o capitalista cria e gerencia formas de controle do trabalho por ser detentor do capital. Só o que o capital pode fazer pelo trabalhador é adicionar-lhe meios de produção, visto que a relação existente entre o capitalista e o trabalhador é ‘coisificada’, pois ele compra a força de trabalho, agrega o valor dessa força e regula esse mesmo valor pelo produto, dessa produção que lhe pertence. O valor-de-troca e o valor-de-uso são processos totalmente diversos. Para Marx (1989, p. 218), na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Não pode receber um, sem transferir o outro. Isso vem exprimir o sentido de trabalho estranhado, o trabalhador se torna uma mercadoria sem valor de troca, pois o que produz vale mais que a sua força de trabalho.

O trabalho dá sentido à vida porque é “[...] a condição para a sua existência social” (ANTUNES, 2004, p.8). Independente das transformações do mundo, o trabalho ganha materialidade no espírito do homem porque tem “[...] um papel central na construção da sociedade humana” (ANTUNES,2004, p.10) Por isso, o trabalho é uma categoria central para a emancipação humana, mas, contraditoriamente, no trabalho que potencializa o homem, pode também o ‘degradar’ e o desumanizar, o liberar e o ‘escravizar’.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Essa relação centra o trabalho como meio gerador de riquezas e, contraditoriamente, o que gera a riqueza, pode explorar e excluir na sociedade capitalista. Em se tratando desse fator, Mourão (2006, p. 39), evidencia em seus estudos que existe

[...] uma massa de homens e mulheres situados abaixo da linha da pobreza, que estão impossibilitados de vender sua força de trabalho para sobreviver. A contradição está posta, esta massa que não trabalha, deve ser mantida como reserva capaz de responder às necessidades da valorização do capital e, ao mesmo tempo, este movimento abre espaços de criação, de trabalho intelectual e artístico e de liberdade.

Mourão (2006), ao evidenciar esses fatores contraditórios do processo de desenvolvimento de capital fixo, anuncia a presença da subsunção do trabalho aos interesses de acumulação de capital e do monopólio da força material que exclui milhões de trabalhadores. Isto implica que o próprio processo de produção capitalista elabora os meios para comprar a força de trabalho e deter o trabalhador na condição de alienado porque o coloca

[...] na relação inversa da potência (Macht) e grandeza (Gröss) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio [...]rompendo com as diferenças entre as classes sociais, pois [...] toda a sociedade tem que decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (ANTUNES, 2004, p.174).

Nesse contexto, Marx tratará ‘propriedade privada’, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que divisão do trabalho, a concorrência e o conceito de valor de troca estão regulados pelo processo de acumulação de capital por um grupo minoritário da classe burguesa.

Frigotto (2001) evidencia que o trabalho como atividade produtiva das relações sociais de produção capitalistas, são transformados em mercadoria força de trabalho e de atividade produtiva que agrega valor, o que gera a detenção da propriedade privada, restando para a classe trabalhadora somente a força de trabalho para vender. Implica afirmar que o processo de manifestação do produto da ação do homem, qual seja a atividade humana, é reelaborado no mundo objetivo do trabalho que determinada o lugar do trabalhador na composição de uma sociedade humana. Nessa perspectiva, Frigotto (2001), assevera que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Sob as relações sociais de produção capitalistas o trabalho, de atividade produtora de valores de uso, se transforma em mercadoria força de trabalho, emprego, trabalho assalariado ou trabalho abstrato – mediação de segunda ordem. O capital detém como propriedade privada, de forma crescente, os meios e instrumentos de produção. A classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho para vender. Ao capitalista interessa comprar o tempo de trabalho do trabalhador ao menor preço... o pagamento em forma de salário representa apenas uma parte de tempo pago e a outra se transforma em ganho do capitalista ou um sobrevalor (mais valia), tempo de trabalho não pago. O trabalho sofre uma tríplice alienação: um estranhamento e separação com o que produz; a expropriação legalizada de parte do tempo de trabalho despendido na produção; e a não possibilidade de adquirir os meios de subsistência para reproduzir sua vida dignamente. Frigotto (2001, p. 41-2)

De acordo com Frigotto (2001), o interesse do capitalista está centrado na compra do tempo de trabalho do trabalhador e desse tempo, ganha a produção pelo processo de mais valia que é o tempo de trabalho não pago.

Para Antunes (2004, p. 176), a divisão do trabalho e troca estabelece para o trabalhador uma condição desigual e contraditória, pois “[...] se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão [...]”. Um sistema que produz exclusão social em função da supervalorização da mercadoria, expropria do homem o seu mundo e o rende à subserviência do mundo das coisas (Menschenwelt).

Nesse processo se estabelece uma conjugação entre esses dois mundos, representado pela divisão do trabalho e troca. Nessa relação do trabalho e da troca, o homem é transformado em mercadoria, sofre uma expropriação, de modo que o trabalho não somente produz a mercadoria, mas, ele próprio produz a mercadoria e o trabalhador.

Para Antunes (2004, p. 176), além de o trabalho produzir a mercadoria ele transforma em mercadoria a si e ao trabalhador em uma relação de produção, pois quanto mais tempo o trabalhador despenda ao trabalho, haverá mais produção de mercadoria, porém o trabalhador se defronta com o estranhamento em função do produto que produziu ser submetido a uma relação ‘coisal’.

[...] o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou no objeto, fez-se “coisal” (*Sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichkeit*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao Estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entäusserung*), como alienação (*Entäusserung*).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para Antunes (2004), o trabalhador é despojado do objeto que produziu, de sua vida e de seus objetos de trabalho, isso se dá pela natureza de relação de produção do capital, inflexões do mundo do trabalho que condenam o trabalhador a se tornar objeto submisso, sabendo-se que

[...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital [...] o trabalhador encerra sua vida no objeto; [...] ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. A essa relação do trabalhador com o produto; Antunes designa de relação de estranhamento. (Antunes, 2004, p. 177)

De acordo com o autor, esse estranhamento é em consequência da relação que o trabalhador estabelece com o produto do seu trabalho que o descaracteriza como um ser racional, o desumaniza na condição de ser e o coloca na esfera do domínio do mundo objetivo. O desgaste do trabalhador caracteriza o poder do mundo objetivo que lhe suga a essência de seu mundo interior. Nesse sentido, o trabalhador é expropriado de si mesmo e do produto do seu trabalho.

Segundo Antunes (2004), a exteriorização do trabalhador ocorre quando o resultado de seu trabalho se torna produto fora dele, contrário à sua vontade e estranho a ele, seu produto se transforma em potência; livre, o objeto de sua produção, se manifesta à sua frente como uma potência. O tempo empregado ao objeto naquele momento se volatiliza hostil e estranhamente.

Ainda citando Antunes (2004), ele chama atenção para o fato de que até aqui foi analisado o estranhamento, a exteriorização do trabalhador, apenas por um aspecto, ou seja, aquele que diz respeito a sua relação com os produtos do seu trabalho.

Entretanto o processo de produção em massa gera outros pontos de conflitos que demandam atenção. O desgaste do trabalhador que geralmente ocorre no interior da estrutura social pode resultar em conflitos à medida que o processo produtivo gera resistência. Sabe-se que em todo grupo há pontos de resistência que tencionam entre si e desencadeiam conflitos nas mais variadas formas. Como o caso das revoluções que nada mais são do que o estopim de lutas travadas no interior dos grupos.

Na obra *18 Brumário de Napoleão*, Marx (1952) analisa justamente esses conflitos entre as classes proletariado e burguesia, os quais denomina Lutas de Classes. O conceito de luta de classes está relacionado ao método histórico materialista desenvolvido por Marx nas entrelinhas das obras supracitadas. No texto o autor descreve o surgimento de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

diferentes classes sociais a partir de uma abordagem histórica, a fim de contrapor à tese da dialética hegeliana. Em sua análise o filósofo demonstra que a *História* é um constructo humano, é um produto da atividade humana e é socialmente determinada pelo modo de produção. Sendo assim fica claro a finalidade da obra, cuja tese central é a demonstração do materialismo histórico como método de compreensão da vida em sociedade. Garante que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância da sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”. (MARX, 1952, p. 203).

Para Marx, o modo de produção de uma sociedade é nada menos que o conjunto das forças produtivas e das relações de produção entre si. O surgimento das classes sociais se deu no momento em que os detentores das forças produtivas se uniram àqueles que não possuíam meios de produção próprios, estabelecendo desse modo, uma relação de produção que necessariamente implicava em dois lados distintos: de um lado o explorador (detentor dos meios de produção) e de outro o que nada possuía, era o explorado. Tal união consiste num campo de forças desiguais, com relações desiguais.

Marx (1952), entende as *Lutas de Classes* como a força motriz da *História* entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho para vender. A sua crítica é que no capitalismo reside um desvirtuamento do trabalho humano, com a conseqüente servilização do proletariado. Assim defende Engels (1982): “todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutra terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais”.

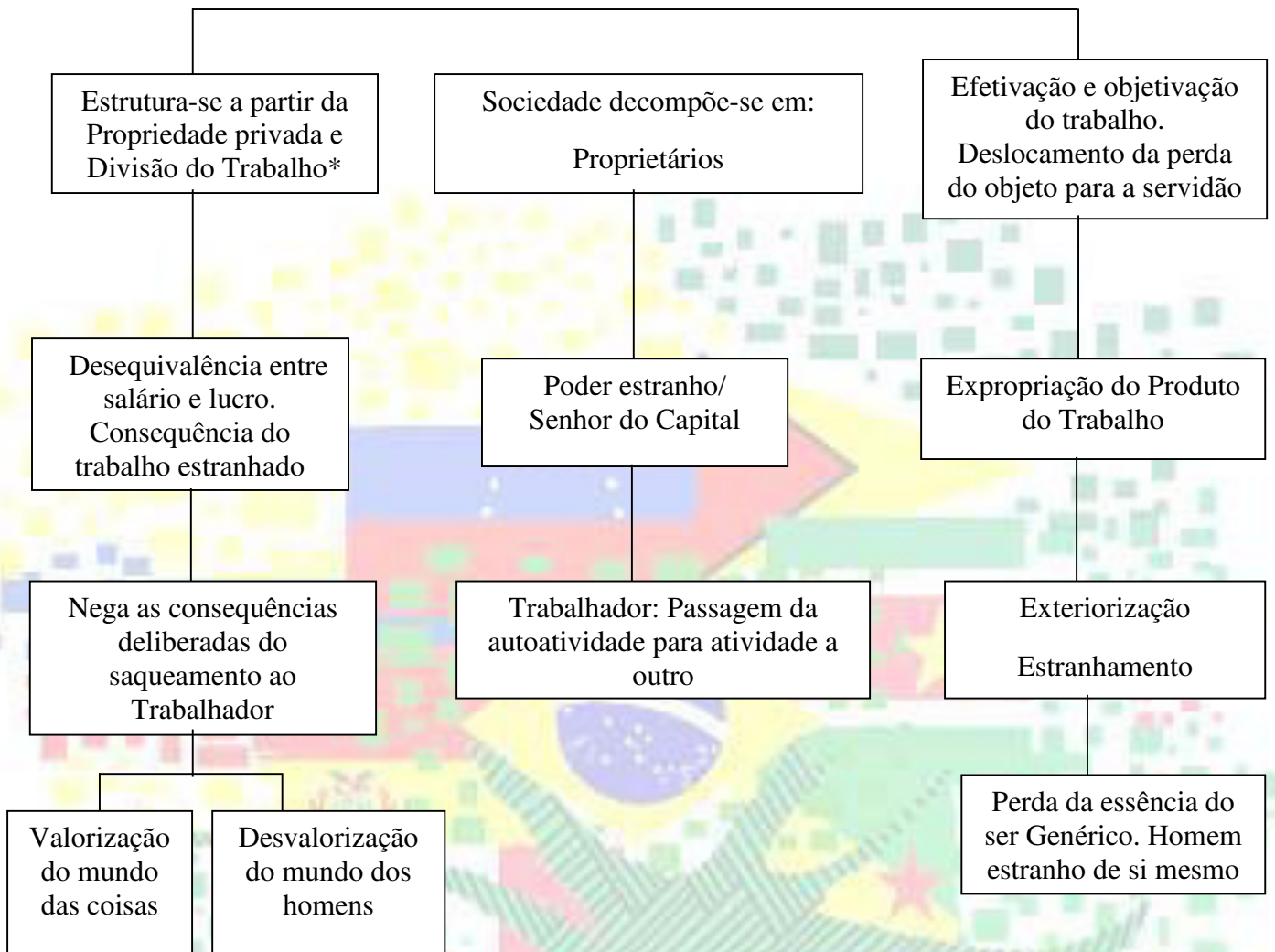
É pela *Luta de Classe*, que a ação humana adquire efeito e significado históricos, e esta é a grande lei do movimento da história. Tais movimentos são também denominados: movimentos sociais, já que representam a vontade de uma determinada classe.

Figura 01 - Mapa Conceitual

Trabalho Estranhado e Propriedade Privada

Economia Nacional como resultado do movimento da Propriedade privada





Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao voltar sua atenção sobre os acontecimentos que marcam os processos históricos, Marx apresenta a luta do proletariado como um movimento socialista capaz de conduzir a massa trabalhadora, oprimida e explorada, à emancipação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A crítica de Antunes (2004) acerca do trabalho estranhado leva a concluir que as lutas travadas no interior de um grupo social são motivadas pelos desgastes da classe subjugada quando esta já não vê outra saída, a não ser a resistência, produto do estranhamento que resulta do desgaste das relações constituídas pelo processo de trabalho e da supervalorização do produto em detrimento da sua própria força produtora.

Entende-se como resultado da análise proposta que o produto do trabalho humano excessivamente valorizado, descaracteriza a condição de humanidade do trabalhador, tornando-o alheio ao objeto produzido. Assim, surge o estranhamento em consequência da relação que o trabalhador estabelece com o produto do seu trabalho que o descaracteriza como um ser racional, o desumaniza. O desgaste do trabalhador caracteriza o poder do mundo objetivo que lhe suga a essência de seu mundo interior. Nesse sentido, o trabalhador é expropriado de si mesmo e do produto do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo (org.) *A dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX; ENGELS. *Obras Escolhidas em três tomos*. Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 416.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e educação no labirinto do capital. Maria Ciavatta (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultura, 1952, p 203. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Posfácio da segunda edição: o capital crítico da economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1989.
- MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. *A fábrica como espaço educativo*. São Paulo: Scortecci, 2006.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TRAJETÓRIA, VIVÊNCIAS, MEMÓRIA: UM OLHAR SENSÍVEL PARA O ENSINO

TRAJECTORY, LIVING, MEMORY: A SENSITIVE LOOK AT TEACHING

Alzanira de Souza Santos¹

alzanira@gmail.com

Amarildo Menezes Gonzaga²

amarildo.gonzaga@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo é resultado do primeiro capítulo da minha dissertação, que ainda está em processo de desenvolvimento, objetiva narrar episódios vividos, em sala de aula, durante a trajetória da pesquisadora, constituindo um memorial em que sua história se entrelaça com a história da educação, pelos lugares em que lecionou. Uma narrativa sensível de uma professora que educou e se deixou educar com estratégias criativas, inovadoras e significativas de aprendizagens. Utiliza a Literatura de Cordel para romper as amarras do ensino da gramática tradicional e vem possibilitando, aos alunos, a experiência de serem criadores e protagonistas, ao construírem seu espaço para além de um mero espectador. Consideramos que Pesquisas dessa natureza, que abordam trajetória de professores, como metodologia de investigação científica, sejam estimuladas, tornem-se conhecidas e tragam dado importantes para o debate referente às questões da pesquisa educacional.

Palavras-chave: Formação docente. Trajetória de professores. Vivências. Literatura de Cordel. Ensino.

INTRODUÇÃO

Decorrente de minhas vivências, constatei que a Literatura de Cordel, quando usada em sala de aula, é um recurso de ensino que articula várias linguagens – a oralidade, o textual, o musical, o verbal e o não-verbal. Pode ser utilizada como recurso em diversas disciplinas, visto que é um gênero literário com linguagem simples, marcada fortemente pelo ritmo animado e pelos versos burlescos, expondo as realidades de cunho político, econômico, religioso, social de uma maneira bastante acessível e divertida. É uma fonte de informação e entretenimento que abrange públicos de diferentes idades e classes sociais.

Mas como é possível trabalhar um gênero textual que, apesar de oferecer muita riqueza cultural, é raramente utilizado em sala de aula? Que é tratado de forma

¹ Mestranda em Ensino Tecnológico (MPET/IFAM).

² Professor Doutor (MPET/IFAM)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

simplificada, visto apenas como um gênero oral? Como fazer desta literatura um significativo recurso pedagógico capaz de despertar, nos alunos, o desejo de ler e escrever com entusiasmo, criatividade e autonomia?

Estas perguntas serão respondidas ao longo deste trabalho, pois aqui narrarei a minha história de vida, as vivências em sala de aula e a utilização da Literatura de Cordel, desde a minha infância até a formação continuada. Para tanto, faço uso do método autobiográfico conforme definido pioneiramente por Nóvoa e Finger (1988), que buscaram propor esse método como uma forma de refletir, através de narrativas autobiográficas, sobre questões voltadas à subjetividade, às trajetórias de vida e aos percursos formativos de professores.

Mais do que narrar uma história de vida – o que por si só já é algo inestimável – a intenção é, nas palavras de Goodson (1992, p.72), “[...] dar voz ao professor”. Com isso, este autor pondera que é necessário levar em conta as vivências do professor, dentro e fora do cotidiano escolar, pois não seria possível ignorar a própria experiência no momento de investigar sobre a formação e a prática docente. “O estilo de vida do professor dentro e fora da escola, as suas identidades e culturas ocultas têm impacto sobre os modelos de ensino e sobre a prática educativa” (GOODSON, 1992, p. 72).

Quanto à validade desta pesquisa qualitativa, por vezes questionada, Bueno et al. (2006) afirmam que o aumento, no Brasil, de pesquisas, a partir dos anos 1990 e chegando até as primeiras décadas do séc. XXI, ajudaram a renovar a pesquisa educacional com novas temáticas e a problematização de questões outrora ignoradas, voltadas para as identidades docentes. Já Passeggi, Souza e Vicentini (2011) percebem essa metodologia como um verdadeiro “movimento”, estabelecendo um eixo de investigação na pesquisa educacional que chamam de “a virada biográfica em Educação”. Para os referidos autores, trabalhar a partir das histórias de vida de professores contribui para “[...] questões de interesse para a pesquisa educacional, entre as quais: as razões da escolha profissional, as especificidades das diferentes fases da carreira docente, [...] a construção da identidade docente, as relações entre a ação educativa e as políticas educacionais” (PASSEGGI, SOUZA E VICENTINI: 2011, p. 370).

Para estes autores, os trabalhos baseados nas histórias de vida como método de investigação qualitativa e como prática de formação vêm sendo ampliados e diversificados no que tange à investigação sobre a escrita de si na formação docente.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Portanto, não se trata de uma simples narração ou de contar uma história, isto é, narrar por narrar, mas de utilizar a escrita de si como um dispositivo o qual é capaz de levar a pessoa que escreve a refletir sobre seu percurso de formação e vivências no magistério.

Diante disto, concordo com Delory-Momberg quando diz “[...] o que dá forma ao vivido e à experiência dos homens são as narrativas que eles fazem de si. [...] a narração é o lugar no qual o indivíduo toma forma, no qual ele elabora e experimenta a história da sua vida” (DELORY-MOMBERG, 2008, p. 56). Para a autora essa prática das histórias de vida em formação “[...] repousa sobre a ideia da apropriação de sua história pelo indivíduo que faz a narrativa da sua vida” (DELORY-MOMBERG, 2008, p. 94).

Tomando como referência os estudos mencionados anteriormente, nesta pesquisa narro as minhas memórias, trajetória e vivências na sala de aula e apresento como as experiências vividas no magistério levaram-me a utilizar a Literatura de Cordel como um recurso didático que desperta o interesse pela leitura, escrita e uso de tecnologia capaz de unir saber popular e ensino tecnológico.

O CORDEL E A MINHA HISTÓRIA

Minha história entrecruza-se com a Literatura de Cordel, em sala de aula, desde 1981, quando comecei como professora de Língua Portuguesa. Durante os onze primeiros anos de minha carreira, acreditei que lecionar Português era necessariamente ensinar apenas Gramática Normativa. Admirava os professores que sabiam de cor as regras gramaticais, endeusava os gramáticos tradicionais e espelhava-me neles. Porém, em 1987, tive a oportunidade de cursar uma pós-graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa, cujos professores eram da PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Eles me mostraram uma nova visão em relação ao ensino de Língua Portuguesa. Abriram caminhos para reflexões e questionamentos a respeito do modo como eu ministrava as aulas. Apresentaram-me a leitura e a produção de textos como novos horizontes e novos caminhos para romper com o tão enraizado modelo padrão de ensinar gramática.

Naquela época, li e conheci vários autores que questionam o ensino da gramática tradicional tratada de modo estanque, com regras a decorar e listas de exercícios para responder, sem nenhuma relação com a leitura e a escrita. Entre eles estão Garcia (2010),



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Geraldi (1997), Possenti (2012), Silva (1991; 1993), Luft (1985) entre outros que têm se preocupado com o ensino de Língua Portuguesa. Eles mostram, em seus livros, que a leitura e a produção textual podem devolver ao aluno a condição de sujeito participativo.

A professora Maria Antonieta Antunes Cunha ministrou duas disciplinas de produção textual e trouxe, para as aulas da pós-graduação, reflexões frutíferas sobre a importância da Literatura Infantil. Autora do livro *Literatura Infantil: Teoria & Prática*, ela afirma que somente a reflexão e discussão dos problemas que cercam a Literatura Infantil e a leitura constante e crítica da obra destinada à infância possibilitarão uma atuação eficiente do educador nesse campo da leitura (CUNHA, 1989, p. 5).

Além de trazer para a sala de aula os livros infantis, ela também trouxe os autores. E assim tive o privilégio de conhecer as escritoras Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Sylvia Orthof, a contadora de história Betty Coelho e o escritor Bartolomeu Campos Queirós. O acesso aos livros infantis aguçou mais ainda o meu interesse pelas leituras rimadas, com musicalidade que lembram o ritmo do cordel.

A partir das aulas e das leituras, surgiram incertezas e medos. Não era fácil ir contra o conformismo de um modelo que, pela sua repetição, já se tornara mecânico e muito confortável. Contudo, isso teve um efeito positivo em minha atuação docente, e aos poucos fui modificando a minha prática, sempre buscando criatividade didática e recursos que proporcionassem dinamismo em sala de aula. Comecei contando e dramatizando histórias. Em seguida os alunos, a partir da história que ouviram, criavam e escreviam uma nova história. Essas produções textuais eram lidas, corrigidas e compartilhadas através da realização de varais literários, jornais das turmas, exposições, caravanas de leitura e compilações impressas as quais eram distribuídas para os alunos autores no final do ano.

Em 1993, novamente houve ocasião para fazer um curso, dessa vez um Aperfeiçoamento com o professor José Wanderley Geraldi, na época em que estava sendo desenvolvido um projeto de pesquisa intitulado *A circulação dos textos na escola*. O objetivo da pesquisa era fazer circular um conjunto de propostas de ensino, elaboradas com diferentes matizes, capazes de construir propostas de atividades de ensino-aprendizagem. Uma pesquisa financiada pela CNPq e FAPESP e desenvolvida com quatorze escolas das redes estadual e municipal de São Paulo e em uma escola particular, com duração de 1.125 horas-aula. O resultado desse trabalho foi uma trilogia: *Aprender*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e ensinar com textos. Os três livros foram concebidos e publicados simultaneamente e se dirigem a todos os professores e interessados em questões de linguagem, comunicação e ensino.

Quando o professor Wanderley falou sobre a proposta de trabalho, fiquei entusiasmada, pois já vinha trabalhando com textos na sala de aula, mas ainda de forma tímida e com muitas dúvidas. A partir desse curso intitulado “O texto na sala de aula”, mudei completamente a minha prática. Passei a trabalhar com vários tipos de textos. E fiz desta metodologia o fio condutor da minha prática pedagógica desde então. Em pouco mais de uma década depois disso, colhi muitos resultados positivos.

Foi assim que passei a trabalhar leitura e escrita, por meio da Literatura de Cordel, utilizando como ponto de partida as experiências vivenciadas em minha formação e carreira no magistério, no sentido de compreender os caminhos que conduziram ao uso da Literatura de Cordel, como uma modalidade textual capaz de aguçar o interesse pela leitura e escrita, dar vida a personagens, fazer críticas e denúncias, além de possibilitar meios de unir tradição e inovação. Assim, parto do seguinte problema: Como é possível narrar vivências de uma professora que utiliza a Literatura de Cordel no ensino, para efeito de encorajamento de outros professores a utilizarem-na com o mesmo propósito?

A LITERATURA DE CORDEL NO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

Quando completei dezoito anos, fui trabalhar no Distrito Industrial, na CCE da Amazônia S/A. Acordava às quatro da manhã para pegar o ônibus da empresa que levava os funcionários. Ele passava um pouco longe da minha casa. Na volta pegava outro ônibus que me deixava próximo ao IEA. Ia para assistir às aulas, mas o sono dificilmente deixava. Na ida para casa, eu dormia e geralmente passava da parada da minha casa. Acordava com o cobrador me chamando dizendo que já estávamos no ponto final.

Após seis meses trabalhando na CCE e três cursando o Magistério, recebi uma carta de uma amiga que morava em Porto Velho, através da qual ela relatava a escassez de professores em Rondônia, à época ainda um Território Federal de Fronteira, e considerado “terra da promessa” por causa do garimpo e da política de assentamentos do INCRA no interior do Território. Argumentava sobre a possibilidade de alguém que já estava cursando o Magistério, como eu, encontrar emprego. Ofereceu a casa dela para eu ficar e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

apoio naquilo que eu precisasse. Não pensei duas vezes. Para quem sonhava em ser professora, deixar um emprego no Distrito Industrial não foi difícil. Pedi demissão e transferência da escola, peguei um micro-ônibus da Viação Motta, que à época fazia o trecho Manaus-Porto Velho via BR-319, e rumei em busca de continuar minha carreira no Magistério.

Fui estudar no Instituto de Educação Carmela Dutra e consegui emprego como professora da segunda série na Escola Dr. Granjeiro, uma escola particular. No ano seguinte, mudei-me para Ariquemes e terminei o Magistério na Escola Heitor Villalobos. Faltando poucos dias para o encerramento das aulas, uma equipe da Universidade Federal do Pará visitou minha sala para informar sobre um projeto de extensão em convênio com a SEDUC, para a realização do curso de Licenciatura Curta em Letras.

Quando a equipe saiu, o professor de Português, Caio Aparecido dos Reis, que ministrava aula no momento que a equipe chegou, falou para a turma: “eu sei que vocês sonham com outros cursos, mas nós estamos numa clareira, e se a Universidade vem até nós, devemos aproveitar a oportunidade. Daqui três anos, quem não fizer o curso será nível médio, mas quem fizer, será nível superior”!

Eu fiquei animada, porém, estava no último mês de gravidez. Perguntei à equipe sobre a possibilidade de eu fazer a prova no Hospital caso o bebê nascesse nos dias do vestibular. Eles disseram que não havia problema e que iriam ao Hospital. Mas eu dei à luz em casa, no domingo, dia 22 de novembro de 1981 e no dia 23, quando a equipe já se dirigia para o hospital e maternidade São Francisco, eu cheguei para fazer a prova. Foram dois dias de provas. E quando saiu o resultado eu estava aprovada. As aulas começaram em seguida, no final de 1981. Graduei em Licenciatura Curta em Letras pela Universidade Federal do Pará no dia 8 de dezembro de 1984.

No mesmo ano em que terminei o curso de Magistério e comecei a Licenciatura Curta, fui contratada pela Prefeitura Municipal de Ariquemes como professora de primeira à quarta série. Mais tarde fui integrada ao quadro de funcionários do Ex-Território Federal de Rondônia, tornando-me funcionária federal. Isso possibilitou, vinte quatro anos depois, a minha redistribuição para o CEFET-AM, atualmente Instituto Federal do Amazonas. Em janeiro de 1985, quando fui participar do XVIII Congresso da Confederação de Professores do Brasil em Vitória/ES, conheci um professor da Universidade Federal de Rondônia que me falou sobre a possibilidade de uma vaga para





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

plenificar a minha graduação. Fiquei muito interessada e quando voltei para Ariquemes, entrei em contato com o Departamento de Letras da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), solicitei as informações necessárias para cursar a Licenciatura Plena. Tomei todas as providências e ainda no início de 1985, eu estava mudando para Porto Velho para estudar. Dois anos depois, concluí o curso de Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Rondônia.

Em janeiro de 1985, quando fui participar do XVIII Congresso da Confederação de Professores do Brasil em Vitória/ES, conheci um professor da Universidade Federal de Rondônia que me falou sobre a possibilidade de uma vaga para plenificar a minha graduação. Fiquei muito interessada e quando voltei para Ariquemes, entrei em contato com o Departamento de Letras da UNIR, (Universidade Federal de Rondônia), solicitei as informações necessárias para cursar a Licenciatura Plena. Tomei todas as providências e ainda no início de 1985, eu estava mudando para Porto Velho para estudar. Dois anos depois, concluí o curso de Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Rondônia.

Imbernón (2001), ao abordar sobre a problemática da formação de professores, demonstra especial preocupação com o que ele chama muito apropriadamente de formar-se para a mudança e a incerteza. Muito embora reconheça o processo inicial da formação docente, o autor propõe a formação como um processo permanente, apontando o professor como construtor de conhecimento ancorado em uma prática e em uma problemática contextualizada.

De fato, minha trajetória na docência foi marcada por tais assertivas. Após me graduar, fui morar em Machadinho do Oeste, um pequeno município do interior do Estado de Rondônia. Como era servidora do Ex-Território Federal de Rondônia desde 1981, fui lecionar Língua Inglesa na Escola Estadual Alberto Nepomuceno. Lecionando Língua Inglesa, confesso que não foi possível fazer um trabalho diferenciado em sala de aula, muito embora eu já buscasse formas mais dinâmicas de ensino.

Paralelo à atuação no magistério, engajei-me em algumas demandas sociais no pequeno município. Fui trabalhar com as lideranças comunitárias e atuar em várias frentes de luta: luta de combate à malária, que à época era a grande epidemia que provocava muitas mortes na região, tendo Rondônia inclusive recebido o título de “capital mundial da malária” (KATSURAGAWA, 2008); movimento para que o Distrito de Machadinho



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

se tornasse Município; criação de um centro supletivo para atender a população fora da faixa etária. Lecionei Língua Portuguesa, como voluntária, para um grupo de pessoas que aguardavam os concursos para provisão de cargos nos futuros órgãos públicos que iriam se instalar quando Machadinho fosse elevado à categoria de Município. A principal meta das pessoas, que estavam estudando para concurso, era trabalhar no Hospital que estava em construção.

LITERATURA DE CORDEL NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Anos depois fui selecionada para o Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico. Na segunda disciplina do Mestrado, EeTICS, formamos equipes de trabalho. O número de pessoas por equipe variava entre dois e quatro alunos. O meu grupo ficou assim: eu, Alzanira de Souza Santos, Juvenal Severino Botelho, Letícia Alves da Silva e Nelma Loureiro Pereira. Cada equipe recebeu um tema o qual seria desenvolvido de forma prática e com uso de tecnologias. O tema escolhido por nós foi o seguinte: A discussão acerca da falta de interesse dos alunos por estes dois pontos primordiais para a aprendizagem (leitura e escrita) tem sido fator importantíssimo nas reuniões de professores. Como resolver este problema? Será que há uma solução? Qual (is) caminho (os) os professores devem seguir?

Lembrei de tantas atividades de leitura e escrita que já desenvolvi em sala de aula, e escolhi o Cordel. Quando a professora perguntou se já tínhamos uma ideia de como íamos desenvolver nosso tema, eu respondi: “vamos contar a história dos monumentos históricos de Manaus em cordel”. Ela coçou o queixo, pensou um pouco e disse: isso dá caldo grosso! Com este problema nas mãos e diversas ideias na cabeça, o grupo investiu na Literatura de Cordel: traçou um plano das atividades que serviriam de recursos para a execução do projeto, pesquisou sobre trabalhos publicados, dividiu as tarefas de leitura, escrita e correção. Por acreditar que este tipo de atividade seria uma das maneiras de despertar, nos estudantes, o interesse pelo ato de ler e escrever, encheu-se de entusiasmo.

Apostamos, portanto, na utilização da Literatura de Cordel como recurso pedagógico de incentivo ao hábito da leitura e da escrita. Aceitamos o desafio de levar para a sala de aula a ideia de os estudantes conhecerem, por meio da Literatura de Cordel, a história oficial dos monumentos e em seguida transformá-la em estrofes de quatro ou



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

seis versos. Escolhemos o curso de Informática para a realização das aulas práticas (oficinas) por dois motivos: eles eram meus alunos de Língua Portuguesa, isto facilitaria o acesso à sala de aula e também à utilização dos laboratórios de informática. Vale ressaltar que a finalidade deste trabalho não é de explorar conteúdos da gramática normativa, mas de[...] levar os alunos a entrarem em contato com o maior número possível de gêneros textuais, fazendo com que eles sejam não somente ferramenta de comunicação, mas também objeto de ensino aprendizagem.

Dessa forma, o texto de cordel pode ser usado como um meio, um recurso a mais para a interlocução do aluno com a sociedade. O cuidado que se deve ter é de apenas não tomar esse trabalho na escola como um mero pretexto para uma abordagem puramente gramatical ou mesmo literária, mas sim discuti-lo em toda a sua riqueza, que envolve não só as questões acima, mas também contextuais, o que serve de ponto de partida para a discussão dos problemas sociais, históricos, políticos e econômicos do nosso país. (ALVES, 2013, p. 106)

Com o planejamento das atividades em mãos, mostramos, aos alunos de Informática, a estrutura das estrofes em cordel, lemos alguns folhetos para que eles percebessem o ritmo, apresentamos um vídeo, disponível no YouTube, mostrando o passo a passo de como fazer cordel, fizemos algumas estrofes no quadro para que eles vissem como fazer. Em seguida, entregamos aos alunos textos sobre os monumentos históricos da cidade de Manaus. Após a leitura dos textos informativos e de posse dos conhecimentos acerca da estrutura da composição em cordel, os referidos estudantes, com o nosso auxílio, construíram seus textos.

Entre os diversos monumentos históricos que a cidade de Manaus possui, escolhemos para a realização do nosso trabalho apenas alguns, que são Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Igreja da Matriz – N. S. da Conceição, Mercado Adolpho Lisboa, Palacete Provincial e Prédio da Biblioteca Pública. Cada equipe de alunos escolheu um monumento. Leram a história oficial do monumento escolhido e começaram seus primeiros versos e rimas que iam dando forma e ritmo às estrofes.

Quando já tinham algumas estrofes prontas, eles socializavam com a turma. A cada apresentação, eram aplaudidos por nós, mestrandos, e pelos colegas devido a tamanha destreza em combinar as palavras e fazê-las rimar. Além de darem um caráter poético,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

também aproveitaram para, com um toque de sutileza, fazerem críticas a alguns monumentos que tinham sofrido descaso por parte das autoridades estadual ou municipal.

Este projeto, portanto, possibilitou a criação de um livro digital, O Cordel dos Monumentos, publicado na plataforma ISSUU. Também será publicado no primeiro capítulo do livro *Ensino e Aprendizagens com Tecnologias- Experiências Práticas em sala de aula*, que está no prelo. Além de compor o segundo capítulo da dissertação que está em processo de finalização, da qual este artigo é uma síntese crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante minha trajetória no magistério, percebi que os alunos, em geral, têm dificuldades de expressar suas ideias por meio da palavra escrita. Na maioria das vezes, para eles, escrever é uma atividade tensa e até mesmo angustiante. Primeiro, porque eles não possuem o hábito de escrever. Segundo, porque não são oferecidas oportunidades que possibilitem o acesso a diversos gêneros textuais.

Além de escreverem pouco, quando escrevem, geralmente seguem modelos pré-estabelecidos, com o objetivo apenas de escrever para a prova do vestibular ou para receber uma nota atribuída pelo professor de Língua Portuguesa. Isto faz com que os alunos não se percebam autores de seus próprios textos.

O tipo de texto mais utilizado na sala de aula é sempre: “fale sobre”. Os temas geralmente são os mesmos todo ano: suas férias, sua família, seu cachorro. Onde estão os textos dos mais diversos gêneros e funções? Quanta riqueza desperdiçada! Chiappini (2001) critica as apostilas, utilizadas por várias escolas, por trazerem conteúdos resumidos, leituras demasiadamente limitadas, pouco críticas e, às vezes, inadequadas ou equivocadas. Em vez de ajudarem a expandir, limitam o conhecimento.

A produção textual em sala de aula é uma atividade que visa minimizar estas limitações. Porém, só é possível a partir de uma metodologia que priorize o planejamento de ações motivadoras e ultrapasse os entraves que impedem uma produção textual criativa e autônoma. O cordel foi escolhido, portanto, por se tratar de um gênero literário popular, de fácil compreensão e elaboração, rica musicalidade que aguça a criatividade e desenvolve o senso crítico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A Literatura de Cordel foi escolhida, dentre tantos gêneros, devido às suas características peculiares, tais como a espontaneidade, a fácil compreensão da leitura, a forma poética e a musicalidade. Sua utilização em sala de aula pode ser um caminho para incentivar, nos alunos, o interesse pela leitura e produção textual, justamente por ser caracterizada pelos ritmos da oralidade, retratando fatos do cotidiano sociopolítico, econômico, cultural, religioso e educativo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Roberta Monteiro. Literatura de Cordel: por que e para que trabalhar em sala de aula. *Revista Fórum Identidades*, Ano 2, Volume 4, jul-dez de 2008, p. 103-109.
- CHIAPPINI, L. A Circulação dos textos na escola – 2. In: BRANDÃO, Helena N. *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 9-15. [Coleção Aprender e Ensinar com Textos; v. 5]
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura infantil: teoria & prática*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal: EDUFRN, São Paulo: PAULUS, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. 27ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- GERALDI, Wanderley. *O texto na sala de aula: leitura & produção*. Campinas: Assoeste, 1997.
- GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.). *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992. p. 63-78.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2001.
- KATSURAGAWA, Tony Hiroshi et al. Endemias e epidemias na Amazônia: malária e doenças emergentes em áreas ribeirinhas do Rio Madeira. Um caso de escola. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 111-141, Dez/2008.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua & liberdade: o gigolô das palavras: por uma nova concepção da língua materna*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de; VICENTINI, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 369-386, 2011.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- SILVA, Ezequiel Theodoro. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. São Paulo. Editora Ática, 1991
- _____. *Elementos de pedagogia da leitura*. São Paulo. Martins Fontes, 1993.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TRATAMENTO E CONTROLE DE IST'S: UMA EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DE CONSULTÓRIO NA RUA DE MANAUS

TREATMENT AND IST'S CONTROL: AN EXPERIENCE OF MANAUS' STREET CLINIC TEAM

Raquel Lira de Oliveira

Rosiane Pinheiro Palheta

Hudson André Arouca Cauper

RESUMO

O consultório na rua (CnaR) tem como objetivo levar atendimento integral à saúde às pessoas que tem dificuldades de acesso aos modelos tradicionais de serviços. O CnaR, em parceria com o Centro Pop e atendendo a uma demanda de testagens para HIV/Aids e sífilis, realizou ações de saúde com os usuários dessa instituição. O objetivo foi identificar pessoas em situação de rua (PSR) que precisavam de diagnóstico, tratamento e prevenção em infecções sexualmente transmissíveis (IST'S). Foram realizadas testagens em 48 usuários no período de janeiro a junho de 2016. Destes, 42,7% tiveram resultado positivo, sendo 27% para sífilis, 15% HIV e sífilis e 2% para HIV. O tratamento foi iniciado por 21% dos usuários, sendo concluído por 2%. Avaliando resultados e gêneros, de um total de 37 sujeitos do sexo masculino, 29 relataram ser heterossexuais, ao passo que 8 eram homossexuais. Dos heterossexuais 02 apresentaram sífilis e 03 sífilis e HIV. Dos homossexuais, 05 tinham sífilis e 03 ambas as patologias. Das 11 mulheres testadas, todas relataram ser heterossexuais. Destas, 06 apresentaram sífilis e 01 apresentou sífilis e HIV. Percebeu-se que parcerias com instituições que já realizam algum trabalho com PSR possibilita maior acesso destes aos serviços de saúde, facilitado pelo vínculo da população com tais instituições. Entretanto, a adesão ao tratamento mostrou-se um problema a ser superado. É possível que, através da vinculação das PSR às estratégias/unidades de saúde, visando dar continuidade ao cuidado, possa despertar a autonomia dos usuários para o tratamento e autocuidado, possibilitando maior adesão ao tratamento.

1 INTRODUÇÃO

A realidade da população em situação de rua (PSR) no Brasil é cada vez mais crescente e evidente, e tem despertado o interesse do poder público em desenvolver políticas específicas e diferenciadas, dirigidas a este público. A política Nacional para a População em situação de Rua é um exemplo dessa tentativa. Foi estabelecida a partir do





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que definiu como PSR os grupos populacionais heterogêneos que possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que se utiliza de logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Os chamados Consultórios na Rua (CnaR), compostos por equipe multidisciplinar, são a materialização das estratégias de saúde adotadas desde 1999 que tinham como foco prioritário a época, a abordagem e atendimento aos usuários de drogas em situação de rua. O CnaR é uma forma de levar o atendimento integral à saúde àqueles que normalmente tem dificuldades de acesso aos modelos tradicionais de serviços oferecidos pela rede de saúde.

Em Manaus, o CnaR começou a atuar em dezembro de 2015 com incursões ao território para levantamento de dados e territorialização visando conhecer o campo de trabalho e estabelecer vínculos com o público específico do serviço. Durante conversas estabelecidas e vínculos iniciados tanto com instituições, quanto com PSR, percebeu-se que havia um público considerável com necessidade premente de realizar investigação a respeito das condições de saúde e, a partir da manifestação do próprio público, iniciou-se a testagem rápida para HIV/AIDS e sífilis, visando à prevenção, o tratamento e o controle dos casos identificados.

Foi realizado uma parceria para viabilizar o trabalho e dar maior impulso às ações do CnaR, uma vez que a equipe não possuía estrutura própria para realização de ações de saúde na rua. Assim, a parceria interinstitucional, foi estabelecida com o Centro Pop, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que atende diariamente PSR, oferecendo alimentação, atividades recreativas e de lazer, assistência social e psicológica, bem como abordagem na rua.

Vale ressaltar que essa parceria já vinha sendo almejada e construída, visando uma posição estratégica da equipe CnaR dentro do espaço do Centro Pop, devido principalmente a estrutura física e o suporte de recursos humanos. O vínculo de confiança



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

já existente entre a equipe do Centro Pop e a população atendida no serviço facilitou a inserção da equipe CnaR junto às PSRs, bem como o atendimento em saúde.

O objetivo principal deste artigo é discutir a viabilidade de ações de saúde direcionadas às PSRs a partir de cuidados, tratamento e prevenção em HIV/Aids e sífilis ou infecções sexualmente transmissíveis (IST's) através dos testes rápidos e facilitando o acesso aos serviços de saúde especializados.

2 DESENVOLVIMENTO

Na cidade de Manaus existe apenas uma equipe de CnaR, atuando desde 2015 e que atende sobretudo, as populações que permanecem nas áreas sul e centro sul da cidade. A equipe atua fazendo incursões no território para identificar PSRs que apresentam necessidades prementes de atendimento à saúde para então realizar os primeiros atendimentos em saúde, bem como posteriormente o encaminhamento dos casos à rede de serviços, entretanto, a equipe ainda não dispõe de um automóvel adequado para desenvolver o trabalho.

Enquanto esse problema não é sanado, a estratégia tem sido formar parceiras com instituições, formais e informais, que já prestam algum tipo de atendimento a este público para iniciar o estabelecimento do vínculo entre CnaR e PSR. Dentre tais instituições se destaca o Centro Pop, que acolhe especificamente pessoas adultas, idosos (as) e deficientes físicos que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Inicialmente optou-se pela utilização do espaço do Centro Pop visando a aproximação do CnaR com as pessoas atendidas no serviço, objetivando o estabelecimento de vínculo, compreensão maior acerca das demandas em saúde, dentre elas as que se referiam aos casos de IST's, assim como viabilizar o acompanhamento, tratamento e controle dos casos identificados de todas as pessoas que realizaram a testagem rápida.

Percebeu-se que a possibilidade do CnaR trabalhar em conjunto com o Centro Pop foi de importância estratégica no atendimento das PSR's devido a relação de confiança e cuidado, já existente, entre esse público e os profissionais do Centro Pop. Essa abertura possibilitou que, pessoas que normalmente tem dificuldades em acessar os serviços de





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

saúde em decorrência do estereótipo e da discriminação sofrida, pudessem ter ações de saúde realizadas no local onde diariamente circulam.

O CnaR foi assim inserido no processo de trabalho do Centro Pop e introduzido no cotidiano de atividades desenvolvidas com PSR, encontros esses mediados e articulados pela equipe técnica do Centro Pop. Para a vinculação com PSR, foi necessária a participação em várias atividades, bem como abordagens noturnas em espaços de concentração de pessoas que vivem e trabalham nas áreas centrais da cidade como feiras, porto e praças.

O CnaR passou também a frequentar o Centro Pop no horário das refeições dos usuários, uma vez que há uma maior participação e concentração de PSR em busca de alimento. Vale ressaltar que a equipe do Centro Pop realizou reiterados avisos sobre as atividades em saúde que seriam ofertadas. Assim, após a refeição, as pessoas que tinham interesse no atendimento oferecido pelo CnaR permaneciam para participar das ações específicas de saúde.

MÉTODO

Ao iniciar os procedimentos, o CnaR se dividia entre atendimentos de enfermagem e psicossocial. No primeiro caso, a equipe preparava o ambiente, observando normas de biossegurança, para a coleta dos testes rápidos, uma vez que o Centro Pop não era uma unidade de saúde. A outra parte da equipe iniciava o aconselhamento pré-teste com o objetivo de conhecer os crenças e valores pessoais, bem como hábitos e comportamentos sexuais dos pacientes e orientar sobre as IST's, formas e prevenção e infecção. Conversava-se ainda sobre os testes, sua importância para a saúde e sobre os possíveis resultados e tratamentos.

Após essa primeira conversa e devidos esclarecimentos, uma entrevista estruturada era realizada com o objetivo de conhecer melhor os usuários e ao mesmo tempo abrir os prontuários que serviriam para controle e acompanhamento por parte do CnaR.

Após a coleta do material e realizados os procedimentos através dos testes rápidos Abon, Allere e/ou fluido oral, os usuários foram convidados a aguardar o resultado dos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

testes para então retornar com a equipe psicossocial para o aconselhamento pós-teste, que era feito no mesmo local onde eram realizadas as entrevistas. Realizava-se assim a devolutiva dos testes, acolhendo os pacientes em suas dúvidas sobre os resultados, procedimentos e encaminhamentos futuros, bem como oferecendo suporte emocional e orientação aos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente pode-se dizer que há um duplo desafio ao trabalhar com PSR. Primeiramente porque em Manaus, essa população encontra-se dispersa em todas as áreas da cidade, o que algumas vezes dificulta o acompanhamento efetivo. Entretanto, vale ressaltar também que a maioria absoluta dessa população se encontra, em momentos específicos do dia, no centro Sul da cidade, o que é um ponto positivo para o CnaR, pois possibilita um melhor atendimento.

Outro fato identificado é que um grande número de pessoas encontradas está dentro da categoria de transeunte, ou seja, a maioria não se fixa em lugares precisos, eles andam pela cidade e encontram lugares diferentes para permanecer de forma transitória como calçadas, praças, becos, ruas, vielas, feiras dentre outros e na maioria dos casos, utilizam os espaços oferecidos pelo poder públicos e pelas ações da sociedade civil e religiosa para realizar suas refeições e higiene pessoal. Desta forma, como eles não estão fixos nesses locais, apesar de terem registros e acompanhamento das diversas equipes, percebe-se uma grande rotatividade dessas pessoas nos serviços.

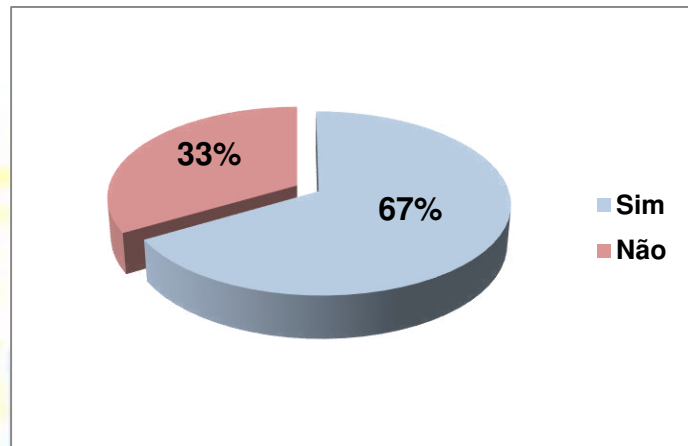
Outro fator importante observado foi que, grande parte dessa população é usuária de substâncias psicoativa (gráfico I), 67% utiliza álcool e/ou substâncias psicoativas e de acordo com as regras institucionais do Centro Pop, quem está sob efeito, não pode adentrar à instituição além do fato de que alguns deles passam até 3 dias dormindo e acabam quebrando o ciclo do tratamento, tornando-o impreciso e ineficaz.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Gráfico I

Faz uso de álcool e outras drogas



Fonte: levantamento dos atendimentos realizados pelo CnaR, 2016

Percebeu-se também que muitos não retornam para fazer o tratamento e acompanhamento, principalmente por não perceberem como prioridade o tratamento e o cuidado com a saúde, mesmo após o conhecimento das implicações da não continuidade e das suas consequências. É possível observar na maioria dos casos, que há uma enorme resistência em aderir ao tratamento, principalmente aqueles com diagnóstico de sífilis porque se dizem assintomáticos ou se já fizeram o tratamento em outra ocasião, relatam que não gostariam de o repetir, associando o tratamento indicado ao processo dolorido que o caracteriza e à necessidade do uso do preservativo ou à abstinência imediata e necessária.

A vivência do uso de drogas, tanto as lícitas quanto as ilícitas, é muitas vezes relatada como sendo a única alternativa possível que torna o sujeito capaz de suportar a completa vulnerabilidade inerente à vida nas ruas, operando muitas vezes como mediadora de relações sociais e de sobrevivência, além também de possibilitar o alívio momentâneo do sofrimento físico e psíquico (ALCANTARA, ABREU e FARIAS, 2015).

O uso de drogas é algumas vezes consequência da ida para a rua, servindo também para a manutenção dela, pois, para sobreviver às condições que a rua oferece como o desconforto, o frio, a insalubridade, a insegurança, a violência e o medo que a rua também proporciona, torna-se necessário estar anestesiado, função esta que as drogas cumprem



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

bem. Assim, se culturalmente a bebida estimula a libido, na rua a bebida atua na censura, quando se faz necessário ignorar o desconforto, a sujeira, a proximidade de outras pessoas ou a possibilidade de contrair doenças para permanecer nas ruas (VARANDA e ADORNO, 2004).

Alguns depoimentos durante as entrevistas deixam claro que o uso do álcool e de entorpecentes ajuda a esquecer da situação e ter coragem de enfrentar os perigos que a noite representa para a maioria deles.

Eu acho legal na rua, a diversão, conversar, falar do que você sente das coisas da vida, mas não é tão legal tem gente que pensa coisa ruim de você, estar na rua é se envolver com drogas, me envolvi com álcool, mas com droga não, outra coisa é você dormir em qualquer lugar chega uma pessoa com má intenção e fazer algo com você. (Entrevista: 2016)

Verifica-se ainda que a relação estabelecida entre o território e as pessoas em situação de rua está sempre presente. Existem certos grupos de pessoas que não se misturam por rivalidades referidas a subsistência, ao uso de entorpecentes e a própria criminalidade. Estas questões são difíceis de contornar, pois trata-se de níveis elevados de conflitos que está além das possibilidades de intervenção da equipe.

Uma das questões percebidas pela equipe é quanto ao uso do preservativo nas relações sexuais mantidas pelas pessoas com as quais a equipe conversou. A maioria absoluta (100%) afirma que não usa sempre o preservativo ora por questão de opção ora por exigência do parceiro (a). Muitos afirmam que não usam porque fazem programa e o cliente exige o não uso do preservativo, o que é mais um agravante devido à possibilidade recorrente de contaminação após o tratamento finalizado. Nos casos positivos, muitos expressam ainda que não querem que o parceiro saiba do resultado por medo da reação e por desconhecerem que se prostituem para aquisição dos entorpecentes.

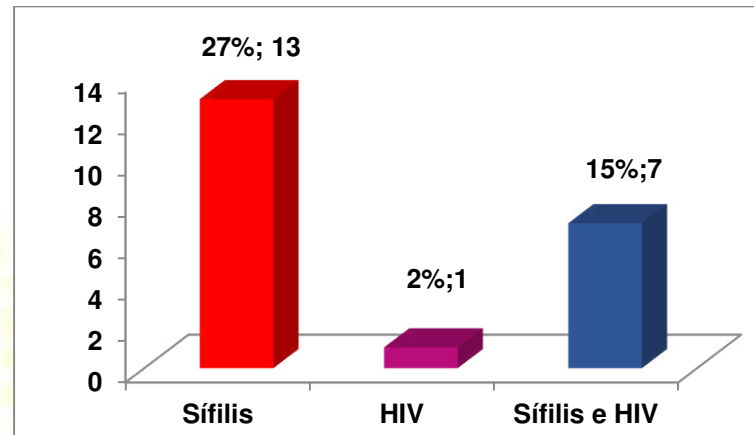
Quanto ao resultado dos testes há um nível bem alto de resultados positivos entre a população atendida principalmente para sífilis. Foi realizado teste rápido em 48 usuários do Centro Pop durante o período de janeiro a junho de 2016, destes 42,7% foi positivo sendo 27% para sífilis e 15% para HIV e sífilis e 2% para HIV como pode ser observado no gráfico II.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Gráfico II

Resultados dos testes rápidos



Fonte: levantamento dos atendimentos realizados pelo CnaR, 2016

Quando a equipe passou a atuar no aconselhamento pós-teste, foi possível perceber um desconhecimento total dos usuários quanto aos testes e às doenças, havendo assim um grande interesse em entender melhor como ocorre a contágio e o tratamento.

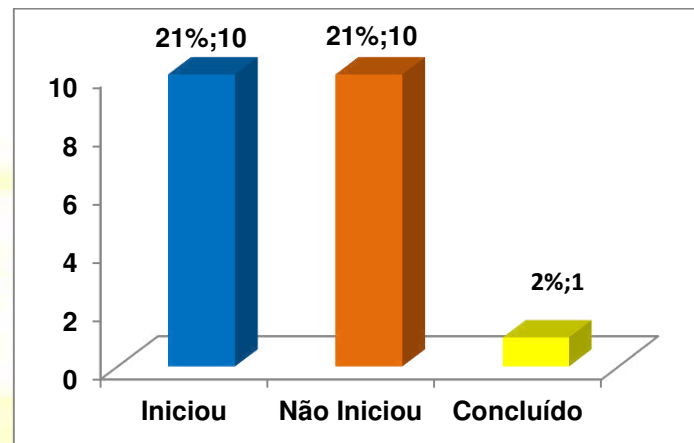
Há uma parte do público ainda que, aparentemente, não se importa tanto ao descobrir que têm sífilis, pois afirmam estar assintomáticos e se sentindo bem. Alguns têm uma reação forte de medo ao descobrirem que o teste foi positivo, principalmente o de HIV e normalmente atribuem a doença aos seus parceiros chegando a revolta no início do diálogo mas ficam bem mais tranquilos após os esclarecimentos realizados pela equipe psicossocial.

Descobri minha doença passei vários dias, meses no 28 de agosto, e no tropical, tentei me matar por que soube que estava com HIV, foi quando as psicólogas me deram conselhos, que antes as pessoas morriam por que não tinha remédio mais hoje já existia tratamento tudo isso colocaram na minha cabeça, graças a Deus, quando tive alta fui morar de novo nas ruas. (Entrevista: 2016).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Gráfico III Tratamento



Fonte: levantamento dos atendimentos realizados pelo CnaR

Quanto ao tratamento, os achados mostraram que 21% iniciou o tratamento, tanto para sífilis quanto para HIV. Outros 21% ainda não tiveram seus tratamentos iniciados, para ambas as patologias, e 2% tiveram tratamento para sífilis concluído.

Importante frisar que após a notificação e solicitação da medicação para o tratamento da sífilis, a equipe CnaR levava a medicação para o Centro Pop e administrava nos pacientes, obedecendo ao protocolo que indica 3 doses realizadas em 3 semanas consecutivas. Com relação ao tratamento para HIV/aids, os pacientes eram devidamente encaminhados para um dos Serviços de Atendimentos Especializados (SAE) que compõe a rede municipal de saúde.

É perceptível nos achados que uma minoria concluiu o tratamento para sífilis de forma adequada, enquanto que uma porcentagem maior teve o tratamento apenas iniciado. Este fato deve-se principalmente à quebra na sequência das 3 semanas de tratamento, fazendo com que o paciente tenha que aguardar para iniciar novamente o tratamento.

Os estudos na área referem que pessoas nesta situação muitas vezes só se percebem doentes quando a capacidade de locomoção pela cidade é dificultada pela enfermidade, uma vez que isto inviabiliza ou dificulta a sobrevivência dos mesmos, que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

depende, na maioria dos casos, do acesso aos locais de alimentação, nem sempre próximos. Em outros momentos eles tendem a buscar tratamento devido a situações de emergência, agravamento de sintomas ou de estágios mais avançados de alguma enfermidade. Assim, procedimentos que demandam um vínculo maior ao serviço de saúde e um compromisso em utilizar as medicações, como no caso do HIV/aids ficam prejudicados, ocasionando cronicidade da doença e possível infecção de outros que vivem sob as mesmas condições (GARCIA, 2013).

À exemplo de outros países, no Brasil a população em situação de rua se caracteriza como sendo extremamente vulnerável à infecção pelo HIV, basicamente devido ao aumento da vivência de miséria econômica, situação esta que somada ao abuso de substâncias psicoativas, à falta de moradia fixa, à marginalização e à violência a que está submetida, amplia a possibilidade do contágio (MALTA, PETERSEN, CLAIR, FREITAS, e BASTOS, 2005).

É possível perceber ainda, uma interessante correlação entre os resultados dos testes e o gênero/orientação sexual. Verificou-se que de um total de 37 sujeitos do sexo masculino testados, 29 relataram ser heterossexuais ao passo que 8 relataram ser homossexuais. Dos heterossexuais, 2 tiveram diagnóstico de sífilis e 3 tiveram diagnóstico de sífilis e HIV. Em se tratando dos homossexuais, 5 apresentaram diagnóstico de sífilis e 3 estavam com ambas patologias. Em se tratando do gênero feminino, o total de mulheres testadas foi 11, as quais referiram a heterossexualidade como orientação. Com relação ao diagnóstico encontrado, 6 apresentaram apenas sífilis, enquanto que 1 apresentou sífilis e HIV.

Pelos achados, é possível perceber que o perfil de vulnerabilidade para a sífilis e HIV nessa população está associado a uma complexa gama de fatores, que compreendem desde as diferenças de gênero, características relacionadas às práticas e tipo de parceria sexual, o uso de drogas e álcool até a falta de acesso às ações de prevenção das DST e aids. Assim, o viver na rua e a insegurança causada pela falta de moradia constituem fatores que levam a situações de maior exposição ao HIV, como a violência e a falta de acesso aos serviços (GRANGEIRO, HOLDCMAN, ONAGA, ALENCAR, PLACCO e TEIXEIRA, 2012).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Interessante notar ainda que comparativamente, a quantidade de heterossexuais com diagnóstico positivo e homossexuais também com diagnóstico positivo não foi muito diferente, sugerindo que, diferentemente do que se pensava antigamente, a infecção por HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis não está necessariamente ligada à noção de grupos de risco, mas sim à ideia de populações ou grupos vulneráveis.

Segundo Garcia (2013) a quebra com o padrão familiar heteronormativo muitas vezes representa o motivo pelo qual o sujeito passa a estar em situação de rua. O estar na rua e a vivência de dificuldades financeiras, exclusão e preconceito social, possibilita a este sujeito o adentrar no mercado sexual, vulnerabilizando ainda mais este corpo e permitindo o vivenciar de uma sexualidade fora dos padrões pré-estabelecidos. Contudo, independente da orientação sexual que o sujeito tenha e das práticas sexuais a que está exposto, os cuidados básicos em saúde se fazem necessários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho o significado de saúde doença para a população em situação de rua é referido quando a dor está em nível do insuportável ou a capacidade de mobilidade é reduzida pelas limitações do corpo. A prevenção e o tratamento, quando existe doença assintomática, não é uma prioridade para tais populações, pois a realidade do cotidiano de vida os empurram para a busca de garantir os níveis mais elementares da sobrevivência.

É absolutamente clara a falta de equipamentos sociais e de políticas setoriais que levem em consideração a pessoa em situação de rua de maneira holística, de forma de vê-los como um ser que guarda uma diversidade de necessidades e histórias que determinaram a situação atual e não em partes separadas. São flagrantes ainda as tentativas recorrentes do poder público em sanear a cidade e “resolver o problema da população que vive nas ruas”, como se sair delas fosse a única e absoluta necessidade resolutiva de todo o fenômeno.

Uma conclusão aproximativa é de que existe uma demanda a ser observada, não apenas de saúde, mas que necessita de políticas de trabalho, habitação, educação e lazer



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e que devem estar preparadas para levar em consideração a realidade e acima de tudo as subjetividades envolvidas que determinam o problema.

A partir deste primeiro reconhecimento, pode-se pensar nas ações pontuais, setoriais que é o caso do projeto aqui apresentado que foi uma tentativa de levar, informação, tratamento e saúde às pessoas que estão em situação de rua na cidade de Manaus. Ressalta-se, portanto, o estabelecimento de parcerias intersetoriais, sobretudo aquelas instituições que já realizam algum tipo de trabalho com as populações vulneráveis e que tem dificuldades de acesso aos serviços públicos e as políticas em geral.

É importante levar em consideração o acompanhamento dos casos que é sem sombra de dúvida facilitada pelo vínculo da população com tais instituições, o que facilita o acompanhamento dos casos e o tratamento que pode ser oferecido, como foi o caso deste projeto. Apesar do esforço, apenas 2% concluiu o tratamento o que aponta para o sucesso de ação porque tratando-se do público e das dificuldades, conseguir tratar uma parte deles já pode ser considerado um avanço porque a equipe conseguiu perceber a demanda que vem se multiplicando a procura do teste e do tratamento.

Outra questão relevante é tentar vincular os grupos que fizeram exames às estratégias/unidades de saúde para dar continuidade ao cuidado despertando a autonomia dos usuários no tratamento visto que o ideal é que eles mesmos busquem a prevenção e o controle percebendo a importância em cuidar de si e por outro lado, facilitar o acesso às unidades de saúde.

Para fins de acompanhamento, buscar ainda na rede informal ou instituições da sociedade civil que têm vínculo com as pessoas em situação de rua para ampliar as possibilidades de abranger as ações a grupos de territórios diferentes. Essa é uma população que se territorializa e muitos grupos fechados não se misturam por questões de conflitos por comando de áreas muitas vezes há crimes envolvidos.

Da experiência aqui compartilhada é preciso registrar que, embora o resultado não tenha sido o planejado pela equipe, foi extremamente enriquecedor poder dividir com essas pessoas seus problemas, as histórias, compartilhar a emoção de lembrar os momentos felizes e aqueles que os faz sofrer, oferecer apoio emocional e social mesmo com todas as limitações e acima de tudo, poder oferecer tratamento e cuidado foi a melhor



parte das ações. Sabe-se que as ações em saúde não estão desconectadas da dimensão humana e um dos pilares e diferenciadores de uma assistência humana está centrada exatamente na valorização da subjetividade dos sujeitos, das histórias de vida que estão conectadas diretamente com o sofrimento, a situação atual e futura. Valorizar suas dores, suas histórias de vida, os vínculos e todos os determinantes e condicionantes da saúde que estão intimamente ligadas às subjetividades e singularidades.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 17-50.

GARCIA, Marcos. Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, 2013, vol. 21, nº 3, 1005-1019.

GRANGEIRO, A; HOLCMAN, M; ONAGA, E; ALENCAR, H; PLACCO, A e TEIXEIRA, P. Prevalência e vulnerabilidade à infecção pelo HIV de moradores de rua em São Paulo, SP. **Rev. Saúde Pública** 2012;46(4):674-84.

GUARESCHI, N M. F.; REIS, C.D.; HUNING, S.M.; BERTUZZI, L.D. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Programa Estudos e pesquisa em psicologia**; v.7, n.1, p.20-30, jan. / jun. 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39 ed. São Paulo, Cortez, 2013.

MALTA, M., PETERSEN, M. L., CLAIR, S., FREITAS, F., e BASTOS, F. I. (2005). Aderência à terapia anti-retroviral: Um estudo qualitativo com médicos no Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 2005, 21(5), 1424-1432.

QUINTAO, P. R. O sujeito (oculto) e a cidade: a arte de Wodiczko. São Paulo, v. 31, 46, jun.2008, vol.31, Disponível em:http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01011062008000100020&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0101-3106.

VARANDA, W. e ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01042902004000100007&lng=es&nrm=iso.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

TRÊS INTENÇÕES, UM OLHAR: EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO COLETIVA DE PROJETOS DE PESQUISA DE DOUTORADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

THREE INTENTIONS, ONE LOOK: A TENTATIVE COLLECTIVE UNDERSTANDING OF THE PHD RESEARCH PROJETS WITHIN THE SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA PROGRAM

Larissa Silva Gonçalves (larissa.goncalves@ufr.br)¹
 Lúcia Maria Barbosa Lira (lucialira1@gmail.com)²
 Telma de Verçosa Roessing (tvroessing@uol.com.br)³

RESUMO: Inseridas no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia e vivenciando o refinamento de nossos Projetos de Tese, propomos neste artigo um exercício teórico interdisciplinar de agrupamento de nossos três projetos de pesquisa, em um eixo temático comum. Relacionados a áreas de interesse particulares de cada uma de nós, que incluem os campos de conhecimento da educação, da cultura e do direito, quando postos em conjunto, possibilitam a visão de uma pequena trama, a qual pretendemos representar a partir da reflexão do viver e das relações sociais que o compõe. Os três projetos objetivam pesquisar vivências de pessoas em determinado contexto amazônico, a partir da escolha de categorias de análise tais como Estado, políticas públicas, identidade, relações intergeracionais, desenvolvimento humano, social e cultural e justiça. Ao partir da articulação das temáticas e objetivos dos três projetos objetivamos aqui desenvolver uma trama interdisciplinar para refletir sobre o viver e a vida, no âmbito da pesquisa social. Para tanto nos embasamos nos conceitos de localidade de Appadurai, reconhecimento de Honneth e *Umwelt* de Uexkull, e nos movimentamos entre dimensões concretas e simbólicas, para experimentar um exercício teórico e poético e uma reflexão mais abrangente, que inspira e indica desafios para nossos trabalhos individuais. O reconhecimento do direito de todos a uma vida digna nos une e nos alimenta no caminho do Doutorado, pois acreditamos que os resultados das nossas pesquisas poderão contribuir para a compreensão da complexidade das relações sociais na região amazônica.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; viver; pesquisa

Introdução

O Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, tem como propósito os estudos da

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Projeto de pesquisa: *Imaginação e sua complexidade na cultura: narrativas que a criança escuta e expressa em encontros intergeracionais em Boa Vista/RR*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a RosemaraStaub de Barros Zago.

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Projeto de Pesquisa: *A festa de São Benedito, da Comunidade Quilombola do Barranco, no bairro da Praça 14 de Janeiro: construção identitária da população negra devota do santo*. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga

³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Projeto de Pesquisa: *Criminalização e punição: um estudo etnográfico sobre usuários de drogas no sistema de justiça penal em Manaus/AM*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elenise Faria Scherer





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociodiversidade em toda a extensão dessa região, levando em conta suas inúmeras polifonias. Inseridas no mencionado Programa e vivenciando o refinamento de nossos Projetos de Tese, a partir das indicações propostas pelo Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho, nos encontros durante o Seminário Doutoral/2014, que compõe a grade curricular do referido programa, propomos um exercício teórico interdisciplinar de agrupamento de nossos três projetos de pesquisa, em um único eixo temático. Nossa intenção é articular três projetos com especificidades distintas, relacionados a áreas de interesse e profissão, que incluem os campos do conhecimento da educação, da cultura e do direito. Diversos em seus temas, os projetos, quando vistos em conjunto, possibilitam a visão de uma pequena trama que pretendemos representar a partir da reflexão de conceitos que se movimentam entre dimensões concretas e simbólicas que envolvem nossas pesquisas.

Os três projetos objetivam pesquisar vivências de pessoas em contexto amazônico, a partir da escolha de categorias de análise, tais como Estado, políticas públicas, relações sociais e culturais, identidade, relações intergeracionais, contextos de coeducação e desenvolvimento humano e justiça. O reconhecimento do direito de todos a uma vida digna é, portanto, o que nos une e nos alimenta no caminho do Doutorado, pois acreditamos que os resultados das nossas pesquisas poderão contribuir para a compreensão da complexidade das relações sociais na região amazônica.

Nosso sentimento em relação à vida será representado pela *Crônica Viver* do escritor e poeta amazonense Tenório Telles e pela música *Renovação* dos compositores Candinho e Inês, também amazonenses, que nos serviram de inspiração à abertura incentivada pelo Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho, de unir prosa e poesia, razão e sensibilidade. O referencial teórico foi organizado em dois eixos principais, o dos estudos culturais, embasado especialmente no trabalho de Appadurai (2004) e no eixo complexidade, com referência às pesquisas a Honneth (2003), Uexkull (2004) e interlocutores destes. A estrutura deste exercício parte da apresentação de nossas pesquisas para em seguida propor uma interface entre elas, com base nos conceitos/teorias elencadas. Evidenciada a trama, investidas de interpretação, propomos ampliar e desfiar outras linhas, para alimentar o exercício complexo de tecer o conhecimento, a vida, o mundo.

A escolha das linhas para tramar





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O marco zero de nossas pesquisas surge do interesse pelas temáticas investigadas, que considera nossas áreas de atuação profissional, arte e educação, inquietações pessoais e reflexões acerca de questões que envolvem a presença negra na Amazônia e direito. Como Morin (2013), entendemos que devemos encarar não apenas o conhecimento científico, mas também os problemas humanos, sociais e políticos. E que não se deve propor caminhos individuais ou comunitários, mas sim operar nos dois planos para criar um novo, ou seja, uma metamorfose que se transformará em um projeto novo. O exercício de buscar compreender os três trabalhos de pesquisa, em conjunto, se norteia pelas problemáticas da realidade social que envolvem o contexto sociocultural, familiar e a identidade, levando em conta que viver:

É ser no mundo, participar do mundo, enraizar-se no mundo. Viver é tomar partido. Tomar partido do bem, da beleza, da mudança. Tomar partido do outro, do chão em que acordamos para os mistérios do mundo. É tomar partido das florestas, dos pássaros e das águas. Viver é acreditar que é possível construir um mundo mais limpo e justo. (TELLES, 2011, p. 11).

A partir da perspectiva da descoberta do viver do outro, podemos afirmar que nosso objetivo comum é analisar conflitos e modos de vida de indivíduos residentes em cidades amazônicas e investigar quais políticas públicas e programas de governo que lhes são oferecidos, bem como quais alternativas culturais e simbólicas estes sujeitos constroem e representam. Nossas pesquisas enfocam a contribuição de vivências intergeracionais para as aprendizagens simbólicas da criança, a visibilidade de atuais afrodescendentes e o perfil dos usuários de drogas que chegam ao sistema de justiça penal.

A Comunidade de São Raimundo Nonato em Boa Vista/RR, a Comunidade do Barranco, no Bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus/AM e a Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas, da Comarca de Manaus/AM constituem o universo das pesquisas. Para tecermos nossas teses compreendemos a importância de estabelecer diálogo com vários campos do conhecimento a partir das escolhas de nossas categorias de análise.

Quando se busca conhecer o contexto familiar, por exemplo, é importante compreender que natureza e cultura fundem-se e o espaço que resulta desta articulação é pleno de representações, significações, experiências diversas. Nele residem as peças, as linhas que compõem a trama de um cotidiano repleto de interações, emoções, sensações, sentimentos, experiências. Esse “espaço vivido deve, portanto, ser compreendido como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço”. (GOMES, 1996, p. 19).

As dimensões do viver, que poderão ser investigadas por meio das relações familiares, informam os próprios contextos pesquisados e serão importantes para as três pesquisas, visto que a família, foco privilegiado dos projetos, desempenha o papel de mesclar valores, costumes, hábitos, normas, que são internalizadas e externalizadas, pelos sujeitos que compõem os grupos estudados. Impulsionados pelas relações familiares, o contexto cultural se evidencia nas apropriações simbólicas do viver e da própria existência, na tessitura das significações que compõem as identidades. Assim:

Viver é não perder a capacidade de amar e de se encantar. De ser amigo, de ser cavalheiro, até de ser um bom filho. Daqueles de antigamente, que tomavam a bênção e beijavam a mão dos mais velhos quando se despediam. Viver é encontrar no companheiro o porto seguro depois de um dia de muita luta e cansaço. É encontrar na porta da casa, ao entardecer, a companheira com os braços abertos, acolhedora e carinhosa. Ter o rosto tocado pela ternura e receber um beijo de querer bem. Viver é compreender a singeleza das coisas e dos gestos. (TELLES, 2011, p. 12).

Impulsionados pelas relações familiares, o contexto cultural se evidencia nas apropriações simbólicas do viver e da própria existência, na tessitura das significações que compõem as identidades. A “identidade surge não tanto da plenitude da identidade, que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior”. (HALL, 2006, p. 39). São pelas relações estabelecidas entre os espaços de representações vividas, que caracterizam os contextos afetivos, familiares e sociais, e os espaços de construção de significação, que os sujeitos criam e recriam, que se movimentam as identidades.

Para Bauman (2005, p. 17), “tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]”. “Identidades flutuam no ar, algumas de nossas próprias escolhas, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. (BAUMAN, 2005, p. 19).

Processo em construção a identidade se apresenta como relação viva, a movimentar laboriosamente desequilíbrios com pretensões de equilibrar-se. A experiência humana é tramada na experimentação de interiores e exteriores, em movimentações de entrada e saída, do indivíduo e do social, na interface de sujeitos e ambientes múltiplos. Os sentidos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de pertencimento e seus desdobramentos são pontos convergentes em nossas pesquisas, que se debruçam sobre o jogo dialógico entre o individual e o coletivo.

Acreditamos na importância de sonhar em

Construir um mundo que seja de todos. Dos seres humanos e também dos beija-flores, das joaninhas, das formigas, da garça e da jaçanã, da onça, do tatu, das águas e seus peixes, das árvores, das flores. E também dos bichos do fundo, dos encantados. Até dos seres invisíveis que habitam as florestas e a imaginação das crianças. Precisamos compreender que todos são filhos do mesmo milagre e que todos são feitos de sangue, carne e magia. Em todos, a vida pulsa, manifesta-se e floresce. (TELLES, 2011, p. 11).

Estamos diante de um mundo diverso e complexo, em experiências, sentidos e significações, que nos convida a dialogar com ele, se deixar tocar e transformar-se pela escuta que cada novo encontro renova. Em meio ao viver de nossas pesquisas, nos propusemos o desafio de dialogar com os temas diversos, de nossos trabalhos específicos e a escutar as contribuições que cada um de nossos diferentes olhares-experiências elabora no ambiente criado pelo exercício que nos propusemos.

Refletindo sobre a interface das teses: ou criação de trama interdisciplinar

Partimos das relações socioculturais e familiares, com o intuito de alicerçarmos as composições sociais, políticas e culturais, que compõe nossos objetos de pesquisa. Neste caminho elencamos os eixos de trabalho dos estudos culturais e da complexidade, articulados aos conceitos de *localidade* (APPADURAI, 2004), *reconhecimento* (HONNETH, 2003) e *Umwelt* (UEXKULL, 2004). Os três conceitos se realizam nos meandros de interrelações entre sujeitos, objetos e ambientes-contextos e nos auxiliam a refletir sobre as possibilidades de leituras acerca da vida e do viver, no âmbito da pesquisa social.

Debruçamo-nos a respeito da localidade, no que concerne aos sentidos construídos pelo e no coletivo sociocultural de nossas pesquisas e ao papel do Estado e das políticas públicas a regulamentar, ou não, as práticas sociais dos indivíduos com os quais dialogamos em nosso trabalho. Com relação direta aos nossos objetos de pesquisa interessa-nos investigar as políticas culturais de reconhecimento das tradições culturais e as relações envolvendo a política de enfrentamento de drogas.

Relacionamos as questões a serem enfrentadas em níveis social e político com as questões da formação da identidade, subjacente aos nossos temas de trabalho, fazendo referência à “luta por reconhecimento” das experiências subjetivas que, como esclarece



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Honneth (2003), se realizam na tríade das esferas emotiva, de estima social e jurídico moral, perfazendo um sistema de relações propositivo de formas diversas de reconhecimento de si mesmo em meio ao encontro com outros e com a própria existência.

No que tange as aproximações com o conceito de *Umwelt*⁴ procuramos alinhar nossos problemas de pesquisa dando ênfase ao ambiente que se instaura pela ação orgânica e intelectual, de três pesquisadoras em busca do exercício de compor um sistema aberto de problematização dos próprios trabalhos, tendo em vista as vivências, experiências e desafios, quando do encontro de pessoas e temas que se mostravam dissonantes, em um primeiro momento, mas que pela movimentação da reflexão, se apresentam como um universo de percepção e operação das semioses, que nos envolvem enquanto seres vivos e pensantes.

A proposta do encontro desta tríade de diversidade temática nos permitiu refletir sobre as mediações que nos compõe, sobre a movimentação de ambientes individuais e coletivos, sociais, concretos e simbólicos, dos quais somos frutos e ao mesmo tempo recriadores, enquanto indivíduos vivos cuja profissão é refletir. E assim como nós, nossos objetos de trabalho são frutos dos ambientes simbólicos de nossas inquietações e dos ambientes socioculturais dos quais fazemos parte e de onde brotam os interesses de pesquisa.

Com isso, ratificamos a importância de interligar os problemas científicos com vistas a uma compreensão mais ampliada e talvez mais eficiente, do ponto de vista da contribuição que a ciência representa para as transformações da realidade. Os problemas não são neutros tampouco puros, carregam as sementes de uma unidade diversa, ou seja, podem sempre ser articulados na medida em que são problemas humanos, advindos de uma mesma espécie, simbólica por natureza, mas possuem raízes infinitamente diversas nutridas pelos substratos de nossos propósitos únicos.

⁴Ao conceituar *Umwelt*, Uexküll (2004) parte da premissa epistemológica da teoria sistêmica, em que o indivíduo e os ambientes estão interrelacionados em um todo maior, afirmando que “o segmento ambiental de um organismo é definido por suas capacidades específicas da espécie tanto receptora quanto efectora, definidas pelo autor como “percepção” e “operação”. Para o referido autor, cada animal tem seu próprio mundo e que para isso tem que ser entendido como tal, também composto de sinais que são perceptivos pelos outros animais, em uma interação mútua, que ele chamou de círculo funcional. A melodia da contagem do círculo funcional tem quatro compassos: signo perceptivo, pista perceptiva, signo operacional e pista operacional. Assim um novo verso começa com um novo signo perceptivo continuando a melodia (ou o texto) com os mesmos quatro compassos (UEXKÜLL, 2004, p.35).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Retomando a materialidade de nossos trabalhos inferimos o papel social dos mais velhos para a educação humana, enquanto arcabouço de experiências a serem resignificadas pelas experimentações dos mais novos e que possibilitam amplificar as configurações de saberes e suas interpretações. Também problematizamos acerca das questões que envolvem o reconhecimento e a valorização das diferentes etnias humanas, mais especificamente envolvendo a presença dos negros em território amazônico. E, ainda, interrogamo-nos se o problema das drogas é exclusivo da justiça ou da saúde pública, ou também não seria problema da economia, da educação e das configurações familiares contemporâneas.

Segundo Uexkull (2004), “somos textos e nos reescrevemos constantemente”, em um movimento incessante de recriação de significados a serem compartilhados pelos parceiros da comunicação. “Os signos recebidos por sistemas vivos são, de certo modo, mensagens ‘privadas’ que só podem ser compreendidas pelo recipiente”. (UEXKULL, 2004, p. 32). Cabendo, assim, certa relação com a teoria da enunciação de Bakhtin (2014), na qual o próprio processo da comunicação cria sentidos no momento do encontro dialógico. Vivemos em um *Umwelt* humano, mergulhados em uma realidade sógnica, que ocupa vários níveis de complexidade. “Cada pessoa tem sua mundividência, porque cada um possui uma história e contextos sistêmicos de natureza familiar, cultural, de vida”. (VIEIRA, 2006, p. 81). Desse modo nossos temas de pesquisa não teriam qualquer sentido entre si antes da proposição de reuni-los. Esta proposição caótica e incomunicável no primeiro momento, pela insistência no exercício do encontro dialógico, ou seja, na criação de *Umwelts* de percepção, nos permitiu ampliar consideravelmente nossa compreensão acerca da existência humana, a partir de existências localizadas e identificadas em seus contextos e sentidos de pertencimentos.

Vivemos interligados, de maneira sistêmica, compomos e decompomos sistemas, estruturas e compreensões, a partir dos sentidos que construímos ao longo das interações em nossas vivências. Sentidos estes, que como nos esclarece Honneth (2003), são compartilhados *afetuosamente*, através dos encontros onde é possível viver o acolhimento e ser incitado à transformação dos conteúdos, que o diverso propõe a partir de sua presença; *materialmente* na dimensão social e *moral-juridicamente*, nas instâncias políticas que envolvem o desenvolvimento da eticidade. A *luta por reconhecimento*, da qual nos fala o mencionado autor, prevê um *conhecer-se-no-outro* com vista à



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

autorrealização *positiva*, na qual o indivíduo refere a si mesmo como sujeito, a partir das experiências do *amor*, que encaminha à *autoconfiança*; do *reconhecimento jurídico* que possibilita o *autorrespeito*; e da *solidariedade*, que potencializa a *autoestima*. (HONNETH, 2003, p. 77). Interações entre sujeitos, espaços e tempos, que ganham sentido a partir das experiências e interpretações humanas. Entendendo-se a localidade como produção de sentido de vida e elegendo-se o viver como elemento comum e essência de nossas buscas, nessa trajetória de construção de nossas teses de doutorado, adotamos o conceito de localidade como alicerce reflexivo para esta experiência.

A localidade, pela ótica de Appadurai (2004, p. 237) pode ser vista como espaço identitário relacional, ou melhor dizendo, como relação de indivíduos em determinado contexto, onde a ideia de Estado-nação se insere na base da problemática. Estado este, identificado com a ordem, no que tange as regulamentações e decretos, que ora segmentariza e esvazia sentidos de pertencimento e ações para a inclusão e o fortalecimento dos protagonismos sociais, fazendo uso da força, seja ela declarada, ou não; ora funciona como recurso para legitimar práticas sociais ancestrais, que ganham visibilidade, quando são reconhecidas e validadas pelo Estado, como o caso dos Mestres da Tradição Oral reconhecidos pelo Ministério da Cultura do Brasil. O Estado é incapaz, muitas vezes, de tolerar a diversidade, pois as respostas estatais partem da premissa que supõe a igualdade dos homens, sem levar em conta os condicionamentos sociais concretos, produzindo ordenações abstratas, gerais e impessoais e se colocando como fonte direta e exclusiva de todas as normas válidas. E se organiza com características disciplinares em suas repartições e em suas políticas públicas: na saúde, na educação, na segurança pública, dentre outras. (APPADURAI, 2004, p. 254).

O conceito de localidade nos incita a movimentar-nos pelos meandros de práticas concretas envolvendo sujeitos em interrelação e as dimensões moral e política. Distancia-se assim da neutralidade de uma contemplação espacial passiva, evidencia um irromper da paisagem, ir além das recordações por si mesmas, da fixação das memórias relacionadas a um lugar, um momento, um acontecimento, e propõe movimentar referências relativas às condições concretas dos sujeitos em interrelação, condições individuais e sociais, materiais e abstratas, na medida em que memórias movimentam afetos e entendimentos, a cada novo espaço-contexto vivido.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Acreditamos na busca pela construção de um mundo melhor, pela contribuição das reflexões envolvendo as possíveis transformações nas localidades humanas e nas relações de reconhecimentos individuais e sociais. Entendemos ainda que a viabilidade de tal ideal se realiza a partir da dimensão das políticas públicas, que representam a possibilidade de uma qualidade de vida digna, em especial aos mais necessitados, efetivando a realidade de um Estado que se revela em diretrizes, princípios norteadores de ação, regras e procedimentos, que eficazmente deem conta das mediações envolvendo atores da sociedade e do estado, para que as relações entre o poder público e a sociedade possam ser aclaradas e quiçá se tornem mais justas. (PEREIRA, 2008, p. 97).

Por outro lado, o objetivo mais modesto do Estado democrático deve ser o de fazer política social, o que se mostra tarefa árdua, uma vez que uma sociedade pluralista supõe concorrência de diferentes valores. (BIANCHINI, 2006, p. 31). Ao se pesquisar contextos de vida, há que se identificar e analisar, também, as políticas públicas, compreendendo que algumas atitudes das pessoas que integram os grupos a serem pesquisados, podem ser justificadas pela falta de efetivação das mesmas, em vários segmentos, como saúde, cultura, trabalho e educação, pois:

Viver é saber que somos responsáveis pelo planeta, que é a nossa casa. É não ser indiferente. Entender que cada gesto nosso terá consequências na vida da sociedade. Viver é saber que na existência temos que fazer escolhas – e que as escolhas erradas podem nos trazer muitos dissabores. E que, por isso, devemos ouvir ensinamentos das pessoas mais experientes, os conselhos dos sábios e as lições que os livros encerram em suas páginas. Aprender que as respostas que buscamos para as nossas dúvidas e temores estão dentro de nós. (TELLES, 2011, p. 11).

Na empreitada de compreender, o viver posicionamos o papel da memória, das resignificações de saberes e fazeres, do que é ser-viver em meio às intrincadas redes de produção de sentidos que compomos enquanto seres humanos. Guardião de lembranças das experiências vividas, cabe aos velhos o papel social de integrador da experiência humana e quando no encontro com as gerações mais novas, se torna possível visualizar a completude da trama do desenvolvimento humano, onde as possibilidades de vivências de um início de vida em potencial, se encontra com o arcabouço de saberes e conhecimento experimentados pela maturidade de quem as viveu.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Lembramos assim do papel dos “avós”, da sabedoria ancestral, do conhecimento popular tradicional, dos mestres Griô⁵, para as configurações sociais e familiares primitivas e atuais, das quais emergem os mais diversos atores, que no presente de nossas pesquisas tomam a forma da criança em formação, do quilombola e dos indivíduos envolvidos com drogas ilícitas.

Na Comunidade do Barranco do Bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus, onde vivem em torno de quinze famílias, representadas por pessoas de laços consanguíneos ou afins, em quarenta e três casas e aproximadamente cento e trinta pessoas, o ponto forte de sua cultura é a religiosidade e a fé em São Benedito, cuja imagem do santo trazida pelos afrodescendentes do Maranhão no ano de 1890, irrompe uma profusão de imbricamentos da presença maranhense e negra, em ambiente indígena; a manutenção de práticas culturais de resistência que se mantém historicamente, apesar dos preconceitos e esquecimentos⁶, culminando com o reconhecimento de um quilombo em plena capital amazonense.

Compreender os sentidos da criminalização e da punição impostas aos usuários de drogas que chegam ao sistema de justiça penal, implica no olhar para sua condição humana, em análise sistêmica, a fim de compreender a complexidade que informa o indivíduo no contexto das drogas, ou seja, os aspectos sociais, culturais, emocionais e psicológicos, assim como as configurações socioeconômicas e familiares que permeiam suas realidades.

Indivíduos tão diferentes em suas condições e contextos de existência, mas irmãos, companheiros da Vida. O que reforça nosso sentimento de que:

Viver é compreender que não estamos sozinhos no mundo. Que fazemos parte da grande família que se chama vida. E que devemos estar atentos ao que ocorre ao nosso redor. Viver significa que devemos exercitar a nossa cidadania, participar da luta pela construção de um mundo novo, fundado no respeito a todos os seres, na tolerância e na fraternidade. Afinal, o que somos? Independentemente da cor da pele e de nossos olhos, somos todos irmãos.

⁵O termo Griô provem da palavra francesa Griot em referência aos velhos sábios, os Mestres de comunidades tradicionais africanas, detentores dos saberes que perpassam sua cultura através da oralidade. “O Griô é um guardião da memória e da história oral de um povo ou comunidade, são líderes que têm a missão ancestral de receber e transmitir os ensinamentos das e nas comunidades. A palavra é sagrada e, portanto, valorizada num processo ancestral como fio condutor entre as gerações e culturas. Neste contexto também assim são considerados sagrados os Griôs enquanto mantenedores dessas culturas. O ser Griô é ritualístico, sua vida é formada por uma preparação onde ele tem o dever de escutar por um determinado tempo, o que para aquela comunidade é sagrado, e posteriormente transmitir esses ensinamentos.” (MinC, 2016).

⁶Para Sampaio (2011, p. 8), “um silêncio persistente insiste em apagar memórias históricas e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram desta região seu espaço de luta e de sobrevivência”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Viver é cuidar do outro, do lugar onde vivemos, da cidade e do país onde somos. Do planeta, que é a nossa cidadela no grande oceano cósmico. (TELLES, 2011, p. 12).

Cada pessoa que vive individualmente ou em comunidade deverá ser respeitada, independentemente de suas crenças, tradições, costumes e hábitos, em prol de uma sociedade feliz, harmoniosa e justa. Como afirma Carvalho (2012, p. 74), “para se ter esperança é preciso colocar a mão na massa”, por isso, devemos ter um papel ativo na sociedade e entender que:

Viver é ter coragem de ser bom, num mundo dominado pela injustiça e pela ambição. É ser capaz de atitudes de delicadeza e bondade. De acreditar nos valores humanos e na liberdade. É crer que o mundo tem jeito – e fazer-se um operário da mudança e da construção de uma sociedade onde o ser humano será considerado e respeitado não pelo poder ou pelo dinheiro, mas pelo exemplo e pela grandeza do seu coração. Viver é crer na força libertadora da claridade, da poesia e da bondade. (TELLES, 2011, pp. 12-13).

Em consonância ao fluir das palavras de Telles (2011) ao longo do texto de sua poesia, entendemos que viver é tramar histórias, memórias, identidade e cuidados, em contextos diversos, mas interligados pelo próprio conceito e experiência da vida humana, biológica e cultural. De se compreender vivendo, em meio a interesses e ambientes diversos e um desejo em comum, ou melhor, compreender a realidade para transformá-la, experimentar novos significados em prol do bem comum.

O que conseguimos enxergar das tramas que propomos

Entendemos a necessidade em extrair nossas bases conceituais de um diálogo interdisciplinar, o qual se constituiu em localidades – sentidos em construção, referenciados na experiência do viver e no estímulo a reflexão da vida social humana. Na estruturação dos fenômenos em estudo, propomos indicar o modo de nosso uso particular do debate interdisciplinar, extraído de outras pesquisas, o que importa para o trabalho visando a construir nossos próprios cenários, nossos próprios ambientes – *Umwelt*, significações e sentidos novos a propor movimentações de leituras para os trabalhos individuais de cada uma de nós três.

Ao olharmos os objetos de pesquisa sob o ponto de vista interdisciplinar faz sentido também identificarmos como ocorrem esses processos na Amazônia, partindo de uma ontologia regional, com a perspectiva de um olhar ampliado. Enraizados em ambiente físico, natural e social específico, nos permitimos projetar simbólica e abstratamente, o crescimento dos troncos, corpos e ramificações, de cada pesquisa. A abertura para



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

experimentar o diálogo com nossos três temas “distantes” de pesquisa permitiu retomar as próprias bases, raízes de nossas pesquisas particulares e reposicionar os objetivos de cada trabalho e a relevância dos mesmos, em um movimento de compreensão mais amplo articulado à experiência do viver humano.

Continuamos na nossa trajetória doutoral, detectando algumas ausências em nossas pesquisas. A dificuldade em nos firmarmos na interdisciplinaridade também é comum. Ao cruzarmos nossos projetos, ficou claro, ainda, que precisamos incluir outras linguagens, respeitando, contudo, as questões éticas que a pesquisa científica impõe, pois estamos no campo, como técnica de pesquisa, cada uma dentro da sua temática, mas todas visando à leitura social, a partir das vivências de pessoas na Amazônia. Neste sentido, lançamos mão da letra da música “*Renovação*”, que representa, de forma singela, nossos sentimentos em relação as nossas buscas:

*É hora de jogar as coisas velhas, fora desse quarto,
Tomar nas mãos o leme desse barco,
Sair da tempestade, pôr ordem no tempo,
Sair de contra o vento e, cheio de vontade,
Sair desses porões e cantar ao céu, de novo;
A voz já não aguenta e o peito já não cabe mais.
É hora de tomar nas mãos de novo a nossa geografia,
Pintar de liberdade o verde desse mapa,
Contar de novo a história como há muito tempo
Já não se ouve mais nem se contou verdade,
Bater na mesma nota e na mesma canção,
Cantar de braços dados, levantar a mão.
Canta, coração,
Por essa voz que canta em mim,
Esse desejo sem medida e paciência,
Quase já desesperado de esperar
Todo esse tempo e, esse grito
Sufocando a garganta sem parar.
Canta coração,
Por essa voz que canta em mim,
E esse desejo sem medida e paciência,
Quase já desesperado de esperar
Todo esse tempo e, esse grito
Sufocado na garganta sem sair.*

Munidas de sentimentos e conceitos, de três intenções em um só olhar, finalizamos este exercício teórico-poético, enfatizando que a vida e as reflexões que se propõe dela e com ela, é feita de localidades interdisciplinares, vivenciadas processualmente em *Umwelt* diversos, a serem vitalizados em frutos tão complexos, quanto à potencialidade das sementes que o geraram.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. PPGSCA/UFAM. *Apresentação*. Manaus. Disponível em: www.ppgsca.edu.br. Acesso em 05 jun. 2016.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

BIANCHINI, Alice. Do sistema nacional de políticas sobre drogas. In: LUIZ, Flávio Gomes [et al.] coordenação. *Nova Lei de drogas comentada artigo por artigo: Lei 11.343/2006*, de 23.08.2006. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 30, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Ação Griô*. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/acao-gri0/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CANDINHO e INÊS. *Renovação*. Música. Disponível em: letras.mus.br>MPB. Acesso em: 05 jun. 2016.

CARVALHO, Edgard de Assis; ALMEIDA, Maria Conceição de. *Cultura e pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Dória. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PEREIRA, Potiara P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania In: BOSCHETTI, Ivanete e outras (orgs.) *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Editora Cortez, 2008, p.87-108.

SAMPAIO, Patrícia Melo. (Org). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Ed. Açaí, 2011.

TELLES, Tenório. *Viver*. 2ª ed. Manaus: Valer, 2011.

UEXKULL, Thure von. A teoria da *Umwelt* de Jakob von Uexkull. *Galáxia*, v. 4, n. 7. abr2004. Disponível em: <http://200.144.189.42/ojs/index.php/galaxia/article/viewArticle/1394>. Acesso em: 30 jun. 2016.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. *Teoria do conhecimento e arte: formas de conhecimento – arte e ciência uma visão a partir da complexidade*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2006.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

UM ESTUDO SOBRE A CULTURA ACADEMICA EM UMA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE BOA VISTA

Larissa Almeida da Silva
 Mestranda em Educação–UERR
 João Paulino da Silva Neto
 Doutor – UNAM

RESUMO

O presente tema, nasceu a partir da atuação profissional em uma IES particular na cidade de Boa Vista. Essa aproximação com o objeto de estudo suscitou o interesse em buscar a literatura referência na área, para então, desenvolver a pesquisa. A partir dessa questão, organizou-se os objetivos dessa forma, objetivo geral: Interpretar como uma IES particular em Boa Vista proporcionou aos seus egressos no Curso de Serviço Social a formação da cultura acadêmica. Como específicos: Conhecer a concepção curricular e o processo formativo no curso de Serviço Social implementado na Instituição de Ensino Superior; Indagar os egressos do curso de Bacharelado em serviço social sobre a cultura acadêmica e suas vivências durante a formação; Sistematizar as informações para triangulá-las através de uma análise da hermenêutica analógica. A pesquisa segue corrente filosófica hermenêutica analógica, os sujeitos da pesquisa são cinco egressos e uma docente de uma Instituição de Ensino Superior (IES) particular na cidade de Boa Vista, sob enfoque qualitativo, a entrevista como instrumental utilizado para a coleta de dados, através da análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: formação acadêmica; cultura; ensino superior;

ABSTRACT

This theme was born from the professional activity in a particular HEI in the city of Boa Vista. This approach to the subject matter generated interest in seeking the reference literature in the area, to then develop the research. From this issue, we organized the objectives thus overall goal: Interpret as a private HEIs in Boa Vista provided its graduates in the Course of Social Work training of academic culture. Specific: To know the curriculum design and training process in the course of social work implemented in the Institution of Higher Education; Ask the graduates of the Bachelor degree course in social work on the academic culture and their experiences during the training; Systematize the information to Triangula them through an analysis of analog hermeneutics. The research follows Chain analog philosophical hermeneutics, the subjects are five graduates and a teacher in a private HEIs in the city of Boa Vista, in qualitative approach the interview as instruments used for the collection of data by content analysis.

KEYWORDS: academic education; culture; higher education.



¹ Assistente Social; Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima-UERR-
almeidalarissa642@gmail.com

² Doutor em Educação-UNAM; Pedagogo; Líder de Grupo de Pesquisa – CNPQ; Docente na
 Universidade Federal de Roraima-*profjoaopaulino@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente tema, nasceu a partir da atuação profissional no Centro Universitário Estácio da Amazônia na cidade de Boa Vista. Essa aproximação com o objeto de estudo suscitou o interesse em buscar a literatura referência sobre o tema, para então, desenvolver a pesquisa.

A trajetória no mestrado, iniciou como aluna especial no ano de 2015, quando tive o contato com as disciplinas obrigatórias do curso. Essa caminhada possibilitou a entrada no campo da pesquisa e o desenvolvimento da carreira acadêmica. Portanto, a pesquisa pretende contribuir para o debate no campo educacional local, além de viabilizar novos estudos no tema proposto.

A pesquisa contribuirá para o crescimento profissional e intelectual, além da minha formação continuada, e o processo de ensino-aprendizagem que o mestrado oferta, nos leva a um conhecimento mais apurado sobre o campo da educação.

Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e o desafia a interpretar essa realidade social de forma crítica e propositiva.

Assim, os sujeitos que participaram da pesquisa também são peças fundamentais para a construção da mesma e com a divulgação dos resultados, os mesmos poderão ter acesso ao debate construído e principalmente que a partir dela, novas pesquisas surjam e multipliquem essa discussão. Portanto justifica-se a pesquisa pela nova vertente local que ela apresenta, no inédito e desafiador tema proposto, e de seus sujeitos envolvidos.

O problema da pesquisa apresenta: Como uma IES particular em Boa Vista proporcionou aos seus egressos no Curso de Serviço Social uma formação de cultura acadêmica? A partir dessa questão, organizou-se os objetivos dessa forma, objetivo geral: Interpretar como o Centro Universitário Estácio da Amazônia proporcionou as suas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

egressas no Curso de Serviço Social a formação da cultura acadêmica. E específicos: Conhecer a concepção curricular e o processo formativo no curso de Serviço Social implementado na Instituição de Ensino Superior; Indagar os egressos do curso de serviço social sobre a cultura acadêmica e suas vivências durante a formação; Sistematizar as informações para triangulá-las através de uma análise da hermenêutica analógica.

A pesquisa segue a corrente filosófica hermenêutica analógica, do autor Maurício Beuchot, o objetivo proposto pela pesquisa, então essa teoria veio ao encontro com as questões expostas. Como sujeitos da pesquisa são cinco egressas e uma docente do Centro Universitário Estácio da Amazônia, sob enfoque qualitativo, a entrevista como instrumental utilizado para a coleta de dados, através da análise de conteúdo.

1.1. Contexto histórico da profissão de Serviço Social

O presente item objetiva mostrar o resgate histórico da institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, portanto serão apresentados os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciaram o surgimento e consolidação dessa área.

O assistente social é “um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho e contratam”. Iamamoto (2008, p. 23). A base de trabalho concentra-se no conjunto das expressões da questão social oriundas da relação antagônica entre o capital e trabalho. Sobre o início da profissão, os autores comentam a sua base e fontes de recrutamento e formação:

Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. [...]. IAMAMOTO E CARVALHO, (2008, p.127)

Dessa forma, o ensino perpassa por estudos sistemáticos que formam o currículo, essa estrutura é composta de disciplinas específicas e direcionadas à realidade social voltada



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

às competências e habilidades profissionais. Sendo assim, o próximo item discutirá o currículo do Centro Universitário Estácio da Amazônia.

1.1.1. O Currículo e suas particularidades

O presente item buscará desenvolver reflexões sobre o currículo, os aspectos ele se insere, é necessário analisando o contexto histórico, social e econômico em que ele está inserido, além das influências ideológicas e políticas que norteiam a formulação e implementação dos currículos no Brasil.

Entende-se que o currículo é pensado em uma lógica neoliberal, que atenda aos anseios do capital, em detrimento da qualificação da mão de obra para ser “aproveitada” pela hegemonia. O seu conteúdo é uma construção social, ou seja, influenciado por fatores políticos, econômicos e culturais de determinado público.

O enfoque na área é composto por uma série de estudos e iniciativas que, em curto espaço de tempo, configuraram o surgimento de um novo campo, o qual deveria ser explorado por profissionais da educação que visassem essa expansão.

Surgem então, preocupações acerca da vocação profissional e do ajustamento a essas novas necessidades da economia. Os educadores passam a ver o campo do currículo como um novo horizonte a ser estudado.

O tópico seguinte identificará o ensino superior na perspectiva neoliberal, problematizando as suas influências na elaboração de programas educacionais.

1.2 Ensino Superior na perspectiva neoliberal

O presente tópico abordará sobre o surgimento do ensino superior, destacando suas leis, particularidades, avanços e retrocessos.

Ainda para compreender o ensino superior no Brasil, o ideal é resgatar a sua gênese através da política de formação de uma elite nacional para dirigir o processo de desenvolvimento. Com o passar dos anos, a política de formação de elites, foi ampliada no sentido de abrir espaço para uma massa de estudantes das camadas mais vulneráveis da sociedade, por meio de ações políticas, também conhecida como ações afirmativas,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

promovidas por agentes, tais como o movimento estudantil da década de 60, e o movimento docente das décadas de 80 e 90. (ROSSO, 2002).

A antiga Faculdade Atual, foi credenciada pela Portaria MEC nº. 583, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 28 de março de 2001. E em 2011, iniciou a implementação da proposta acadêmico-pedagógica e administrativa da Estácio de Sá, sediada no Rio de Janeiro. [...] Oficializando por meio da Portaria MEC nº 483, publicada no DOU, de 16 de dezembro de 2011, alterando a denominação para Estácio Atual - Faculdade Estácio da Amazônia. No ano de 2015, a instituição recebe o credenciamento do MEC, tornando-se o Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O próximo item abordará sobre a teoria que embasa o trabalho, expondo sobre os seus aspectos filosóficos e epistemológicos.

2.1. UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA HERMENÊUTICA ANALÓGICA

O presente item pretende apresentar a cultura acadêmica a luz da hermenêutica analógica em uma IES particular na cidade de Boa Vista, para isso, serão apontados autores que discutem o tema. O estudo proposto visa uma interpretação a partir da corrente filosófica hermenêutica analógica, teoria inédita em estudos na região Norte do país, elaborada pelo filósofo mexicano Beuchot, e a sua proposta pretendem colaborar com a realização de novos estudos na Instituição de ensino.

Os estudos sobre a hermenêutica surgiram desde a Bíblia, perpassa pela era Aristotélica, e chega aos tempos atuais:

En la hermenéutica analógica, intento recuperar la antigua noción de analogía, que tiene ya larga tradición, pues comienza – filosoficamente hablando – con los pitagóricos, pasa a Pláton, a Aristóteles, atraviesa la Edad Media, disminuye y casi se pierde en la modernidad, pero se salva en algunas de sus etapas, como en la barroco y en el romanticismo; por eso requiere ser rescatada en la actualidad. (BEUCHOT; VATTIMO; GÓMEZ, 2006, p.16)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A interpretação leva o leitor a compreender o fato que está sendo transmitido e levará ao sentido do significado desse texto, podendo ser falado, escrito, de tal forma que possibilite uma interação entre o leitor e o contexto situado. Essa aponta um texto, o seu autor e o leitor. Essa triangulação tenta decifrar o olhar de cada sujeito sobre o objeto investigado.

A significação da hermenêutica aponta alguns aspectos singulares em decidir, de atribuir predicados a sujeito intermediário entre o unívoco e equívoco. A hermenêutica tem como objeto o texto. O seu foco é a disciplina de interpretação, o texto com significados múltiplos, o ato interpretativo, e entendimento do próprio texto.

A seguir será abordado sobre a cultura acadêmica, em seus diversos aspectos.

1. PROBLEMATIZANDO A CULTURA ACADÊMICA

Um dos primeiros pensadores a escrever sobre o tema foi Bronisław Kasper Malinowski, antropólogo, pertencente a escola Funcionalista. Esse autor desenvolveu estudos que demonstram as particularidades da cultura, ele afirma que, a cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autônomas e em parte associadas, integradas por múltiplos princípios, apresenta um poder no seu uso na estrutura política. (MALINOWSKI, 1976).

Desse modo, a cultura não pode ser vista de forma isolada, mas deve se levar em consideração o entorno, quais os elementos norteiam esse processo, as instituições públicas ou privadas, e principalmente as influências políticas.

A palavra “cultura” entrou “na língua inglesa a partir do latim *colere* que significa *habitar*- dai, hoje, “*colono*” e “*colônia*”; “*adorar*” – hoje com sentido preservado em “*culto*”; e também *cultivar* na acepção de cuidar, aplicando tanto à agricultura quanto aos animais. Esta acepção preponderante no século XVI”. (CEVASCO, 2008, p. 9)

Semelhante a esse conceito, o autor Cuche (2002), resgata a terminologia cultura no mesmo período apresentado acima, ela não significa mais um estado (coisa cultivada), mas uma ação, ou seja o fato de cultivar a terra. No século XVI, se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, no fato de trabalhar e desenvolver.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Será apresentado um resgate conceitual para ampliar a visão sobre o conceito de cultura, sendo exposto o conceito por diversos estudiosos:

A primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico, [...] pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture* (1871). Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis. (LARAIA, 1986, p. 30)

Como identificar esse conhecimento adquirido durante o processo de formação? Esse é considerado uma aventura, pois é cercado de incerteza, de prova, entre outros. A cultura acadêmica, como aponta o autor:

Como evitar que, como acontece hoje em dia na melhor das hipóteses, a aprendizagem significativa na aula constitua uma cultura particular, a cultura “acadêmica”, que tem valor exclusivamente para resolver com êxito os problemas e demandas que se propõem ao aluno/a sua vida escolar? Como passa de uma aprendizagem significativa para uma aprendizagem relevante que se apoie e questione as preocupações que o aluno/a criou em sua vida prévia e paralela à escola. (SACRISTÁN E GÓMEZ, 1998, p.58)

Por isso, a cultura oferece sempre um espaço de negociação de significados e se recria constantemente como consequência deste mesmo processo de negociação não importando os sujeitos que a cercam. Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais:

A imposição da cultura na aula, no melhor dos casos, que suponha uma assimilação significativa e não arbitrária dos conteúdos, conduz ao desenvolvimento da estrutura *semântica*, que em princípio, necessariamente nem questiona nem enriquece por si mesma os esquemas que o aluno/a utiliza em sua vida cotidiana. [...]. (SACRISTÁN E GÓMEZ, 1998, p.62)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Destarte, a cultura acadêmica disseminada nas Instituições de ensino, poderia possibilitar ao aluno uma aprendizagem significativa, que o permitisse aplicar em sua vida cotidiana.

Sobre a cultura local, vale a pena ressaltar que a cidade de Boa Vista, possui 125 anos, comemorado no dia 9 de julho, está situada a margem direita do Rio Branco, acima da linha do Equador, o Estado menos populoso do país.

Os dados do IBGE apontam uma população estimada no ano de 2015 em 320.714 habitantes na capital de Boa Vista, com uma área de unidade territorial de 5.687, 037 km². A maior população indígena do país, dos 320 mil moradores da capital, 8.550 se declaram indígenas. Eles correspondem a 3% da população. (IBGE,2015).

A análise de conteúdo, é uma metodologia de tratamento acerca das informações de determinado documento, podem ser apresentados através de linguagem escrita, oral. Com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. (SEVERINO, 2007)

No caso o estudo coletou material através de linguagem oral, na qual foram gravadas, a partir de entrevistas focais semiestruturada: “[...] uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (entrevistados) ou outras (entrevistados)”. (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p. 425), com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, e as fechadas direcionadas ao perfil dos entrevistados, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. Terá o enfoque qualitativo, também se guia por áreas ou temas significativos de pesquisa. “[...] nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois[...]” (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p.33).

O tipo de entrevista: “[...]perguntas de estrutura ou estruturais. O entrevistador pede ao entrevistado uma lista de conceitos como se fosse um conjunto ou categorias.” (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p. 427). Essas designam um roteiro para as perguntas, o que facilita a realização da entrevista.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O universo da pesquisa é representado pelas egressas dos anos 2013 e 2015 e uma docente integral em uma Instituição de ensino superior na cidade de Boa Vista. A amostra representada por 01 docente integral.

Como procedimento, “o estudo de caso, é uma modalidade de estudo amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais, consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. GIL (2010, p. 37). Esse a partir do olhar do pesquisador sobre o objeto, buscando desvelar a formação de uma cultura acadêmica no curso de Serviço Social.

Em sequência será descrito o perfil das entrevistadas: A docente é casada, 29 anos, especialista, possui 7 anos de atuação, atualmente seu vínculo empregatício é celetista, com 3 anos de Instituição. Percebe-se que o curso de Bacharelado em Serviço Social é majoritariamente formado por mulheres, o que perfil encontra-se em uma “profissão majoritariamente feminina, conforme divulga a autora, que 97% consiste do público feminino, e apenas 3% de homens”. (IAMAMOTO, 2008, pág. 346)

O perfil das egressas, a faixa etária está entre 22 a 55 anos, sendo que 3 estão entre 22 a 24 anos, uma com 26 e outra com 55 anos. O estado civil, 3 são solteiras, uma casada e uma em união estável. Sobre o tempo de atuação, três são recém-formadas, uma com 7 meses, 1 ano de atuação, nota-se que são recém-formadas, e não possuem vínculo empregatício.

O currículo que correspondem à realidade das egressas, é: 2013-2014, são 4 no período de fusão Atual -> Estácio e uma do Modelo Atual. Durante a seleção das egressas para participar da pesquisa, observou-se o currículo ao qual as entrevistadas pertenciam, assim seria possível analisar os dois olhares: Modelo Atual, foi planejado na gestão anterior (2013), e o Modelo Estácio que já possuía um currículo nacional com base estruturada na Sede do Rio de Janeiro, e assim descrever o impacto dos mesmos na formação profissional.

Sobre o conhecimento da realidade local no âmbito do currículo de curso de Bacharelado em serviço social, a mesma afirma que não é possível ter essa vivência no curso. E ela como docente sugere proposições nessa área: “é necessário a inclusão de disciplinas com conteúdo mais voltados a realidade local, como as questões de fronteiras,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

terras indígenas, violência sexual, tráfico de pessoas. etc; que contemplem algumas das expressões das questões sociais presentes no Estado.”(DOCENTE, 2016).

A questão acima, causa um alerta, já que é afirmada pela docente, aquele que conduz o ensino na Instituição, portanto percebe-se que o currículo nacionalizado, não permite uma proximidade com a realidade local, perpetuando a precarização na formação do ensino de qualidade, pois esse egresso apresentará dificuldades em sua atuação, por desconhecer os aspectos singulares da população roraimense.

De acordo com as entrevistas realizadas com os egressos, 75% afirmam que não há uma proximidade com a realidade local. Como os dados apresentam:

O sujeito A, diz que:

Nessa questão ficamos no meio termo, na realidade de Boa Vista no aspecto da cultura não, mas a gente alcança outros conhecimentos. Então o que se aproxima, na realidade é a disciplina que a gente viu, uma coisa mais ou menos a ver com a cultura Amazônica, pois habitamos em zona de fronteira e necessita desse conhecimento. (Pesquisa de campo, 2016).

A estrutura curricular da Estácio, contempla disciplinas mais generalizadas, contemplando conteúdos que abrangem regiões metropolitanas, nesse caso, era viável que as disciplinas optativas ofertassem saberes locais, para que o acadêmico vivenciasse a história da cultura roraimense, as expressões da questão social no âmbito das fronteiras e em áreas indígenas.

Essa problemática refletirá nos próximos acadêmicos que concluirão o bacharelado, sem conhecer as questões regionais, e isso virá de encontro as dificuldades na atuação profissional, causando um desconforto ao usuário e ao egresso.

APPLE (1989, p. 26), expõe: “[...] e o currículo explícito e o currículo oculto no seu interior – exercem na reprodução de uma ordem social estratificada que continua sendo notavelmente iníqua em termos de classe, gênero e raça.” Vemos então, as “mãos invisíveis” por trás da elaboração dos currículos, além da cenário antagônico no que o mesmo é gerado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Destarte o currículo não é incorporado isoladamente, mas a partir das diversas relações sociais e interesses diversos. Nesse cenário tão contraditório, surgirão alguns desafios, relacionados ao poder “invisível” que determina a concepção e visão do currículo, refletimos portanto: Como eu (professor), poderei contribuir para a “não reprodução” da vontade dominante?

O que nesse caso, não é levado em consideração, por a questão da cultura estar de fora do contexto curricular. Ou seja, atendendo a demanda roraimense, através de disciplinas optativas que ofertassem saberes sobre a cultura local.

Sobre a cultura local, o SUJEITO A: “Até aonde eu posso entender o conceito de cultura são costumes, de uma comunidade, cidade, de um Estado ou sociedade”.

E o SUJEITO B: A cultura acredito que seja os costumes de cada povo, como aqui tem muitos indígenas, eu creio que seja a cultura de cada povo indígena, de cada pessoa que nora no Estado, os seus costumes, as suas crenças”

A educação tem um papel importante nos países globalizados, pois ela universaliza os riscos da cultura, uma vez afetada por esse processo, influenciando os sujeitos, atingindo também os conteúdos escolares, a relação escola-mundo externo, as políticas educativas que acabem sendo direcionadas pelas políticas neoliberais.

A seguir, será apresentado as considerações e resultados da pesquisa, a partir da análise desenvolvida no presente item.

2. CONCLUSÕES

As interpretações foram apresentadas nesse momento, com o objetivo de delinear a leitura sobre a realidade da pesquisa, afim de problematizar a luz da teoria a formação da cultura acadêmica em uma IES particular na cidade de Boa Vista.

A partir dos dados coletados, a análise aponta que 75% dos egressos afirmam que o currículo de Bacharelado de Serviço Social não apresenta proximidade com o conhecimento da realidade local.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Sobre as disciplinas componentes desse currículo, 50% (o que correspondem a egressos do currículo Modelo Atual - 2013), identificaram os saberes voltados para o conhecimento da cultura local, era possível ter uma vivência na disciplina de Estudo dos problemas regionais da Amazônia.

As egressas descrevem que seria necessário uma reformulação na Grade Curricular, através da inserção de disciplinas com olhar regional, levando-os ao conhecimento sobre a cultura roraimense, e com alternativas de intervenções no campo profissional.

Percebe-se que a formação da cultura acadêmica é perceptível na entrada dos acadêmicos no campo de estágio. Durante a entrevista os egressos comunicaram sobre a vivência com os supervisores de estágio (campo e acadêmico), e ressaltaram a relação teoria e prática; o aluno reproduz os saberes adquiridos durante o processo de aprendizagem, pois a sua identidade profissional está sendo construída naquele momento.

A docente participante da pesquisa, relata que as disciplinas componentes da nova matriz curricular, desenvolvem saberes mais generalizadas, não oportunizando ao acadêmico uma vivência com a cultura local, já que Boa Vista está situada no extremo Norte do país, desafiando portanto, para um olhar diferenciado.

Além de fazer parte das fronteiras, o Estado está cercado por países estrangeiros, que demandam uma série de expressões da questão social, comentada na entrevista, que esses assuntos deveriam ser pautas de discussão e componentes de disciplinas optativas, para desenvolver

Sendo assim, vale ressaltar que estudos voltados para o conhecimento local, possibilitam uma proximidade com as demandas encontradas na cidade de Boa Vista, bem como no Estado de Roraima. Por isso, da escolha ao tema, para que a academia realize debates sobre a região, dissemine entre os alunos a relevância de procurar conhecer sobre os aspectos particularidades dessa localidade, além de revisarem o currículo periodicamente.



REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1989
- BEUCHOT PUENTE, Maurício. **La hermenéutica em la Edad Media**. Universidad Autonoma de México, 2012
- _____. **Actualidade de la hermenéutica analógica**. Blanca Soares: México, 2014
- _____; VELASCO GÓMEZ, Ambrósio; VATTIMO, Gianni. **Hermenéutica analógica y Hermenéutica débil**. Universidad Autonoma de México: México, 2006.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2015**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm. Acesso em 14 de abril de 2016.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais. Bom tempo editorial**. 2 ed, São Paulo, 2008
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viciane Ribeiro. 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- GIMENO SACRISTÁN; J. Pérez Gómez. **Compreender e Transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. São Paulo, Artmed, 1998
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social-ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986
- MALINOWSKI, Bronislaw. Tradução do Gabinete Editorial de Edições. **Uma teoria científica da cultura e outros ensaios**. Edições 70. Portugal, 1976
- MANRIQUE CASTRO, MANUEL. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução: José Paulo Netto. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2006
- MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVE, Anabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil** in: Educação Superior no Brasil, SOARES, Maria Susana Amosa (Coord), Brasília: Coord. De Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior, 2002, pág. 45.
- SARDI, Dal Rosso (Org.). **Ensino superior público e gratuidade**. Atividades pagas em universidades gratuitas caminho para a privatização. ADUNB, Brasília: DF, 2002, pág. 15
- SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**, Tradução: Daisy Vaz de Moraes; 5ª Ed. Porto Alegre, Penso: 2013
- SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6.ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. reimpr. 8. ed. SAO PAULO: EDITORA PEDAGOGICA UNIVERSITARIA, 1999.

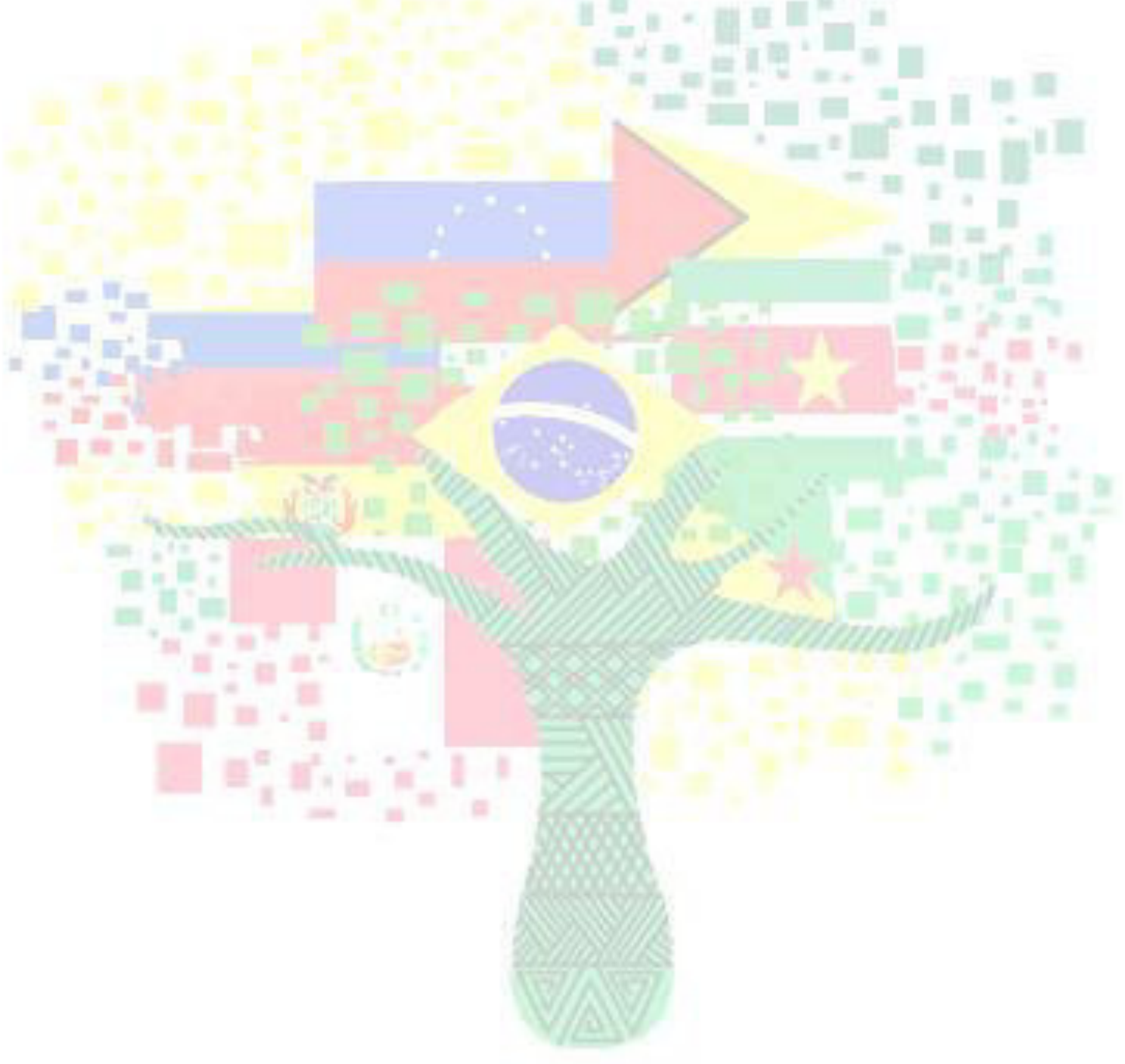


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. reimpr. 3. 23 ed. SAO PAULO: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

SOUZA, Alfredo de. **Somos Brasil: O ritual do 7 de Setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70**. In: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de. (Orgs) Roraima /Boa Vista: Temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. Pág. 17





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

UM LUZEIRO NA ESCURIDÃO: A AMAZÔNIA DE 1928 A 1958 NA MEMÓRIA DO MISSIONÁRIO NORTE AMERICANO LEO B. HALLIWELL

Diogo Gonzaga Torres Neto¹
 Lindsay de Oliveira Mesquita Torres²
 Iraildes Caldas Torres³

RESUMO

O presente *paper* objetiva ressaltar algumas descrições sobre a Amazônia feitas por Leo B. Halliwell, missionário adventista norte-americano que, durante trinta anos, ao lado de sua esposa, Jessie Halliwell, tratou milhares de pessoas que habitavam as proximidades dos afluentes do Rio Amazonas entre o trecho de Manaus a Belém. Acerca dessa experiência na Amazônia Halliwell escreveu dois livros o *Light Bearer to the Amazon* (1945) e *Light in the Jungle* (1959), também é homenageado no livro em português *Leo Halliwell na Amazônia* (1979), escrito por Olga Streithorst a partir do destaque das duas obras em inglês, com acréscimos de sua experiência ao lado dos Halliwell. Nos três livros aparece uma Amazônia complexa: ora um “Paraíso Perdido”, cuja beleza de flores, pássaros, paisagens e cuja sinfonia de sons saltam aos sentidos do leitor; ora um “Inferno Verde”, uma Amazônia que arde na febre das epidemias de malária, que assolava os povos da Amazônia nos anos de 1930 e 1940. Para isso, fez-se uma exegese seguida de uma hermenêutica crítica, conforme Paul Ricoeur em seu livro *Hermenêutica e ideologias* e alguns pontos da obra *Verdade e método* de Hans-Georg Gadamer. A originalidade de Halliwell está em que ele construiu a própria embarcação em 1931, a Luzeiro I, e foi descrevendo em forma de crônicas e diários sua experiência de minorar o sofrimento dos ribeirinhos e indígenas, tendo como pano de fundo uma natureza selvagem, com onças, jacarés, piranhas, cobras e vastos rios que mais pareciam labirintos. Halliwell e sua esposa tiveram reconhecimento da República Federativa do Brasil e da mídia internacional da época por sua relevante obra médica e religiosa na Amazônia.

Palavras-chaves: Amazônia, Halliwell, Hermenêutica.

1. INTRODUÇÃO

Por volta do ano de 1928, o casal de missionários Leo B. Halliwell e Jessie Rowleys recebe a incumbência de iniciar a base missionária adventista na Amazônia. Em certa viagem à Bacia Amazônica desse mesmo mesmo ano, Halliwell ficou consternado

¹Doutorando e Pesquisador junto ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA. Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Professora e Pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

³ Doutora em Ciências Sociais e Antropologia pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo. Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email iraildes.caldas@gmail.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com tamanha pobreza, “superstições” e doenças que dizimavam populações inteiras, desde os “nativos” até aos “ribeirinhos” na região aceitando trabalhar na região. O casal de missionários foram os primeiros missionários adventistas que praticamente inauguraram os serviços médicos e as conversões dos primeiros brasileiros da Amazônia em adventistas do sétimo dia (CAVALCANTI, 2011).



Fig. 1. Luzeiro I, 1931. Autor: desconhecido.

No ano seguinte angariou fundos, projetou e ajudou na fabricação da lancha médica que foi batizada de Luzeiro I, na qual pilotaram, por cada um dos quase trinta anos de missão. O preâmbulo da edição da *Reader's Digest* de 1959 ressalta: “Em contraste com a dos Halliwell, que vidas sem significados vivemos alguns de nós! Por vinte e cinco anos trabalharam numa clínica flutuante, levando medicamentos aos habitantes das selvas brasileiras” (STREITHORST, 1979).

Dessa experiência de trinta e seis anos de serviço missionário protestante, trinta foram dedicados ao trabalho pioneiro da lancha médico-missionária Luzeiro I, que navegou pelos “labirintos, misto de selva e água”. A Amazônia descrita por Halliwell nesses trinta anos, iniciados em meados de 1928 e finalizados com sua passagem de comando da Luzeiro em 1958, inspirou o surgimento de duas obras autorais: *Light Bearer to the Amazon* (1945) e *Light in the jungle* (1959).

2. metodologia

O presente texto busca apresentar ao leitor a Amazônia como um projeto de mundo da obra em dois momentos. O primeiro como centro da questão hermenêutica crítica segundo proposto por Ricoeur (2008) e GADAMER (2010), de onde partiu a hermenêutica inicial e nossa argumentação de quatro partes: a) a linguagem como discurso em Halliwell; b) o discurso de Halliwell como obra; c) da possibilidade de separação da fala e escrita de Halliwell; d) mundo do texto e o compreender-se diante da obra. Dessa forma buscou-se *a priori* destacar e conectar (quando possível) outros horizontes humanos (filosofia, história, arte, religião e cultura) que se relacionam e se complementam, a fim de trazer à tona um pensamento social na Amazônia sob uma



perspectiva protestante norte-americana (horizonte cultural simbólico e histórico), contido nas obras *Light Bearer to the Amazon* (1945) e *Light in the jungle* (1959).

3. Amazônia descrita a Halliwell

O casal Halliwell, que falava apenas o inglês norte-americano, chegou ao Brasil em 1921 e ficou sete anos na Bahia, onde pôde familiarizar-se com a língua portuguesa. Anteriormente, como todo missionário, acercou-se de toda a literatura disponível sobre a Amazônia. Assim percebemos não somente uma, mas uma multiplicidade de vozes que ecoam da literatura internacional, até de obras que fazem referência aos primeiros navegantes e exploradores do rio das Amazonas e da Amazônia em si, descritas por missionários como Samuel Fritz e João Daniel. Observam-se principalmente referências indiretas à obra de outro engenheiro, o Sr. Alberto Rangel (*Inferno Verde*, 1908), que retrata as relações do homem amazônico com a floresta e as dificuldades sob aspectos infernais.

Tais aspectos do “inferno verde” contribuíram para que Halliwell entendesse e interpretasse alguns costumes e aspectos culturais das populações da Amazônia, fazendo *a posteriori* em seu livro de 1959 a descrição de sua percepção e interpretação da Amazônia. Ao se fazer a exegese do texto, é feita antes a exegese das coisas, e essas coisas são as manifestações da Amazônia em sua complexidade, que está explicitada na escrita, diferentemente do falar, pois “enquanto o falar remete ao homem falante, o dizer remete às coisas ditas” – neste artigo, ditas e escritas para Halliwell e *a posteriori* por Halliwell (RICOEUR, 2008, p. 41).

Encontram-se nos discursos e escritos de Leo Halliwell alguns termos derivados de diversos escritores, narradores, pesquisadores, antropólogos e cronistas, o que demonstra que ele se preparou para adentrar a região amazônica e era conhecedor de uma vasta literatura tida por universal sobre a localidade. Os conhecimentos técnicos tributários de sua formação superior em Engenharia Elétrica, além de vasto conhecimento naval adquirido *ad hoc* para navegação dos rios da Amazônia, o ajudaram na projeção e execução da embarcação médico-missionária LUZEIRO I. Cabe salientar que o uso de conhecimento da engenharia não é nenhuma novidade na Amazônia. Os primeiros missionários católicos também utilizaram técnicas aprendidas na Europa, combinadas com o conhecimento indígena, para cultivar grãos e levar água aonde bem quisessem, dando origem às cidades da Amazônia. Foi nessas cidades, vilas ou comunidades que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Halliwell desenvolveu seu trabalho missionário, navegando pelos rios da Amazônia e mostrando ainda a ideologia protestante de prosperidade, crescimento econômico e liberdade, conforme indicada por Hegel *apud* Pinto (2008):

“Na América do Norte vemos uma grande prosperidade baseada no crescimento da indústria e da população, na ordem civil e na liberdade. Toda a federação constitui um só Estado e tem um centro político. Em compensação as repúblicas sul-americanas se baseiam no poder militar; sua história é uma contínua revolução. Estados que estavam antes federados se separam, outros que estavam desunidos se reúnem e todas essas mudanças são seguidas de movimentos militares. Se considerarmos mais detidamente as diferenças entre as duas partes da América, encontramos duas direções divergentes na política e na religião. A América do Norte, ainda que cheia de seitas, é em conjunto protestante. Outra diferença é que a América do Sul foi conquistada, enquanto que a do Norte foi colonizada”. (PINTO, 2008, p. 40).

Outros aspectos geográficos da Amazônia passados a Halliwell (1945) e também mencionados por Streithorst (1979) é que o clima se manifesta em duas estações, sendo seis meses de seca e seis meses de chuva; “as chuvas [que] caíam à hora certa cada dia e os encontros eram marcados tomando-se como base a vinda da chuva – antes ou depois dela”; sem contar a umidade intensa e o calor respeitável. Explica que a população possui a pele “amorenada” porque foi “tostada pelo sol”; cabelos e olhos negros, estes em formato amendoado, em virtude da mestiçagem com índios de incontáveis tribos indígenas. Costumam usar redes para dormir em vez de cama; e por existirem muitos rios, não há necessidade de infraestrutura ou investimentos por parte do Governo,

[...] porque a população vive às margens dos rios e usa a canoa como meio de transporte e comunicação. As famílias possuem canoas de tipos e tamanhos diferentes, em lugar de carros e caminhões, as grandes avenidas para transitarem são os rios. As ruas são os paranás, as vielas são os furos, pois não tem saída; os lagos são as praças. (STREITHORST, 1979, p. 46).

Os rios são muitas vezes contaminados pela extração de diversos minérios do solo amazônico, como ouro, ferro, manganês, mercúrio, sal-gema, mica, cristais, petróleo; todavia, as águas sempre possuem um domínio sobre os modos de vida na Amazônia, como destaca Tocantins (2001):

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico. (TOCANTINS, 2001, p. 278).

A variedade de fauna, flora e alimentos é enorme, em virtude do ciclo de cheias o solo fica adubado pelo húmus trazido pelas águas. Segundo Streithorst (1979) Halliwell foi informado que a exuberância da floresta é de fazer inveja aos países do norte. Árvores gigantes em largura e altura, havendo mais de vinte mil espécies catalogadas. A banana é a fruta mais utilizada na região dos trópicos. É regra haver peixe e farinha à mesa dos povos do interior da Amazônia. O lado ruim, caso desejassem realmente permanecer na Amazônia, é que teriam que enfrentar a diversidade de mosquitos transmissores de doenças como a malária e a filária, além de febres de causas ainda desconhecidas. Além disso,

[...] teriam ainda que beber água do rio, infestada de impurezas, e comer a farinha de mandioca com peixe, principalmente o pirarucu salgado; possivelmente teria encontros inesperados com animais ferozes e traiçoeiros; trocaria a cama pela rede, onde até agora lhe parecia ser impossível dormir, suportaria o calor escaldante dos trópicos; estaria sujeito a tempestades inclementes durante as travessias em frágeis canoas; encontraria oposição por parte do catolicismo e da pajelança. (STREITHORST, 1979, p. 47).

Diante do cenário descrito ao missionário, só lhe restou dizer: “o que é isto em comparação com o que Jesus sofreu por mim? Os habitantes dessa região também necessitam do Evangelho, porque são filhos de Deus. Alguém deve fazer este trabalho e este alguém sou eu, porque Deus me chamou”. Mas a realidade vivida por Halliwell e sua esposa foi mais dura que as dificuldades descritas. O casal Halliwell encontrou uma Amazônia como um *inferno verde* ao invés do paraíso *paraíso perdido*.

4. A Amazônia vivida por Halliwell

Leo B. Halliwell, ao escrever suas experiências em seus dois livros, registra suas intervenções mediante tratamentos médicos contribuindo com a cura do corpo e como pregador com a cura da “alma”⁴. Ao isolar os aspectos eclesiásticos contidos nos livros

⁴ Alma na teologia adventista é a união da vida (*heb. nefesh*) que vem de Deus e a matéria inanimada. Os adventistas usam o termo alma vivente, ou simplesmente alma, quando refere-se a aspectos psicológicos ou seres humanos vivos, não há “alma penada” ou espírito extracorpóreo em suas crenças.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

encontramos traços dicotômicos de um “paraíso perdido” e um “inferno verde” (PEDROSA, 2013). Em 1945, Halliwell tenta descrever sua realidade amazônica como um local de grandes dificuldades; mas em 1959, um ano após sua aposentadoria como missionário, retrata uma Amazônia na forma de conto e causos vividos, onde se entrelaçam numa espécie de rede as várias lendas, ciências, costumes e natureza selvagem. Ao se proceder a uma exegese dos dois escritos de Halliwell, à maneira de Ricoeur (2008), percebe-se que o pano de fundo é a indomável floresta, majestosa, de “pássaros pipilantes e aves multicores, cujos rios seriam os maiores desafios, pois teriam que beber da água do rio, infestada de impurezas”, e de revoadas de mosquitos transmissores de doenças tropicais, rios esses que formam diversos labirintos de ilhotas, muitas delas ainda inabitáveis pelo homem, as quais se misturavam com diversos paranás e igarapés que formam o grande Rio Amazonas, cujos mitos – se não todos, ao menos alguns – foram registrados pelo missionário. Halliwell (1945) informa que as narrativas sobre a formação do rio são “interessantes e belas”, e Olga Streithorst (1979) ouviu do próprio pastor Halliwell a história contada pelos indígenas da Amazônia de que certa vez

[...] o Sol e a Lua se encontraram justamente à tardinha, ao pôr do Sol, há muitos anos no passado. A Lua enamorou-se do Sol pelo seu brilho, poder e esplendor, mas o Sol desprezou o amor da Lua e desapareceu da Terra, deixando-a sozinha na escuridão da noite. Ela, desapontada e triste, começou a chorar e suas lágrimas caíam incessantemente sobre o nosso Continente, e assim se formou o grande rio-mar. (STREITHORST, 1979, p. 45).

O autor escreve à maneira dos antropólogos e darwinistas, descrevendo em capítulos as suas percepções acerca da flora, fauna, rios, economia, pessoas e costumes. Diante da complexidade da Amazônia, o autor dá voz aos “esquecidos” nessa região denominada em muitas literaturas e que também fora descrita a ele como um “paraíso perdido”, mas vivida na intensidade de um “inferno verde”. Cabe salientar que ambas as realidades mencionadas foram vividas pelos autores a partir da Luzeiro I.

Em suas primeiras viagens ao interior da Amazônia eram feitas em pequenos navios a vapor, num desconforto total; não possuíam camarotes; os passageiros deviam levar suas redes, podendo armá-las onde lhes conviesse, por isso às vezes essas embarcações eram chamadas de “gaiolas”; não havia segurança, e todos os passageiros, não importando sua índole ou classe social, viajavam sob a mesma condição. Streithorst (1979) ressalta que certa noite, em meio aos rios, Halliwell teve um *insight* de construir uma lancha e por ser engenheiro e aplicou seu conhecimento científico



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

desenhando e projetando o que veio a ser batizado com uma garrafa de guaraná com o nome de Luzeiro I, no dia 4 de julho de 1931, onde passou a ser também “clínica, consultório, sala pastoral e de aconselhamento, onde as pessoas iriam buscar alívio para os seus sofrimentos físicos e espirituais”, bem como o meio pelo qual os Halliwell levariam o Evangelho às longínquas regiões da hileia amazônica (STREITHORST, 1979, p. 55).



Fig. 3. Luzeiro I, construída em 1931 para serviços médico-missionários na Amazônia. Fonte: Halliwell, 1945?.

Na primeira viagem da Luzeiro, Halliwell (1945) sendo no primeiro sábado⁵, quando descansava sua embarcação às margens do Rio Trombetas, tributário do Rio Amazonas, sob a sombra de uma frondosa árvore, entoavam um cântico religioso, interrompido quando uma canoa, cujo remador “tinha as faces pálidas demonstrando sinais de dor e sofrimento [...] contou que toda a sua família estava doente de malária. Pediu que fossem até a sua casa, porque os doentes não podiam ir até a lancha para medicar-se porque estavam muito fracos”. O quadro encontrado pelo missionário foi “est arrecedor e comovente” era

[...] uma enorme sala tendo ao centro uma grande e forte coluna de madeira, ou seja, um esteio que ia do chão ao teto. Havia vinte e uma redes presas a este esteio, no centro, e as outras pontas das redes estavam presas às paredes laterais, dando a ideia de uma roda com seus raios. Dentro de cada rede estava um doente, e algumas delas balançavam, impulsionadas pela febre elevada que fazia os doentes tremerem “como vara verde”, diziam eles. Outros estavam molhados de suor frio que denunciavam estarem 5livres da febre por aquele dia, ao menos. Porque, se não fossem medicados, ela voltaria com maior

⁵ Os adventistas do sétimo dia, costumam cessar suas atividades cotidianas no período do pôr do sol da sexta-feira ao pôr do sol do sábado, período de 24h de “descanso”, à semelhança com o *shabbat* judaico, mas trabalham voluntariamente, sem fins lucrativos para ajudar os necessitados ou quem precisa de ajuda, muitas vezes é o dia que mais se veem os adventistas realizando atividades sem fins lucrativos, trabalhistas ou outras do cotidianos. O costume de observar o shabbat está baseada nos 10 mandamentos, especificamente o quarto mandamento, onde está escrito “lembra-te do dia de Sábado para Santificar” Êxodo 20:08.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

veemência no dia seguinte, ou dois dias depois, ou mesmo três dias após. (STREITHORST, 1979, p. 66-67).

Após medicar todas as vinte e duas pessoas daquela família, os missionários passaram a medicar também toda a vizinhança, que ficou sabendo do tratamento e, reunindo-se no mesmo local, passou a receber a injeção dolorida, mas que salvou a todos os 300 moradores adjacências, onde algumas das crianças tratadas gritava “doeu, doeu, doeu!” grito este replicados pelos papagaios que costumavam acordar aos sustos a tripulação após as noites de descansos, donde muitas vezes sentiam dificuldades pois as noites eram de temperatura elevada contribuía mais ainda para o cansaço, de tais noites – “os únicos sons que se ouviam eram os dos sapos em seu coral, ao longo da praia ou do jato de água provocado pelos botos, enormes peixes⁶ comuns às águas amazônicas (STREITHORST, 1979, p. 68).

Era comum as pessoas da comunidade virem assistir às reuniões para ouvirem o Evangelho. Certa noite, numa dessas pregações, as pessoas chegaram ao recinto e em sinal de respeito deixaram os facões fincados na madeira em um canto da sala. Quando o orador falava acerca dos demônios e seus prodígios, eis que uma serpente venenosa desceu do telhado de palha, ficando pendurada próximo ao rosto do pregador. Então todos os homens pularam de seus assentos, pegaram seus facões e, antes que a serpente acertasse o bote, um dos homens deu um salto e decepou a cabeça da serpente a poucos centímetros do rosto de Halliwell; o restante do corpo do animal, que media 1,80 metro, caiu. Incidentes com serpentes e outros animais eram comuns na Amazônia; Halliwell (1945) relata que

Muitas vezes enquanto viajava pela Amazônia, percebi que algumas pessoas vinham para as reuniões e faltava um de seus pés. Um homem contou-me sua triste e dolorosa experiência. Ele foi picado por uma *bushmaster*, que é considerada a mais temida cobra no Brasil. Ela é chamada de surucucu na língua portuguesa. Como eles não possuíam antídoto na ocasião, fizeram uma fogueira e amarraram com uma corda o pé que fora picado colocando-o em seguida sobre a chama até ficar completamente carbonizado. Este é o tratamento comum para as picadas de cobra entre aqueles que vivem nos lugares mais longínquos. Se a vítima não morrer pelo alto grau da queimadura ou outra infecção, não sentirá mais o efeito do veneno. (HALLIWELL, 1945, p. 18, tradução nossa).

⁶ Por seu formato e *habitat*, o boto é descrito pela autora como um peixe; no entanto, trata-se de um mamífero cetáceo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Halliwell (1945) salienta que há uma diversidade de cobras na Amazônia, sendo as cobras grandes (constritoras) as mais vistas e faladas, responsáveis por vários relatos que se misturam aos mitos da Cobra Grande. Em certa ocasião, uma missionária norte-americana resolveu passar férias no atendimento aos ribeirinhos no Rio Amazonas, e quando ela e o marido chegaram à Amazônia ficaram conhecendo a interessante lenda da “Cobra Grande”. Carlota Baerg e seu esposo, John, ouviram dos pacientes que elas realmente existem; e a cada narrativa, o comprimento e a espessura iam aumentando, chegando a até 20 metros e à espessura de um camburão de óleo diesel. Em uma das paradas da lancha, quando visitavam os moradores, perguntaram se já tinham visto a “cobra grande”; a dona da casa, sem pestanejar nem perder tempo, informou que não só tinha visto, como criava uma, e mandou o netinho procurá-la; voltando, este informou que o réptil estava na cozinha. Streithorst (1979) detalha que o desejo do casal em ver a “boiuna de prata” foi maior que o temor de encarar o mítico animal; então os Baerg e os Halliwell foram até a cozinha e

[...] para grande espanto de todos, viram a cobra enrolada, formando uma enorme pilha como se fossem pneus, um em cima do outro, perto de 60 cm de diâmetro. Ela media mais de três metros. A dona da cobra disse ser ela “o gato da casa”, porque a jiboia pegava e comia todos os ratos que apareciam dentro de casa. O pastor Leo quis pegar um pedaço de madeira para mexer com ela, mas a senhora disse que não a molestasse porque era muito velha e rabugenta. Acrescentou ainda que já tinha nove anos de idade e que quando seus netinhos corriam ou faziam barulho em casa, a jiboia levantava lentamente a cabeça uns 30 cm e emitia um som semelhante a “psiu, psiu, psiu”. Estas cobras são tidas nas casas com muito cuidado e estimação, porque são deveras úteis. E são respeitadas até pelas crianças! (HALLIWELL, 1945, p. 33).

Dentre as bestas da Amazônia, a mais temida é a onça. Em uma manhã, quando estava numa das margens do Rio Amazonas, um nativo veio ao barco e lhe pediu emprestado o rifle para caçar e quando o “caboclo retornou, ao invés de trazer um veado, carregava uma grande onça”. Ao descrever como pegou o felino, disse que fora avisado pelo canto da cigarra e outros insetos que havia uma onça ao redor, e passou a descrever os sons da floresta como uma forma de linguagem; percebeu que insetos, pássaros e outros bichos o “informaram” de que ele se aproximava do perigo, então avistou as marcas das unhas nos troncos; e quando a cigarra intensificou o canto ele pôde avistar a onça atrás de um tronco no momento em que esta se preparava para o salto, o que lhe deu tempo de atirar na testa do animal. Halliwell (1959) explica que, a despeito da escolaridade do caboclo, “ler” os sons da floresta e seus respectivos alertas, que para



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nós parecem apenas barulhos da mata, é o diferencial entre a vida e a morte para quem vive no meio da selva.

Nas várzeas, Halliwell (1945) avistou pequenos criadores de gado nas várzeas, plantações de cacau e lagos cheios de peixes, em cujos trechos de acesso podiam-se ver às vezes árvores “vestidas” de roupas velhas (onde estas estavam penduradas). Os seringueiros explicaram que há muito tempo, em uma bela noite de luar, eles olharam por entre as árvores, próximo aos lagos, e lá viram várias *yaras* (sereias da Amazônia) pedindo por roupas; e toda vez que passam pelo local deixam uma peça de roupa como oferta, tanto para não serem encantados, para terem uma boa coleta da borracha ou uma boa pesca. A oferta dava tão certo, que em certas vezes do ano os peixes pulavam dentro das embarcações, sem precisar de anzóis. Halliwell muitas vezes testemunhou a piracema – período que os peixes sobem o rio até a nascente para desovar – e saboreou vários tambaquis que se jogavam dentro da Luzeiro I.

Em 1931, os Halliwell tiveram seu primeiro contato com os índios da Amazônia. Foi no Rio Maués; o tuxaua da tribo de nome idêntico ao do rio informou que os índios estavam muito interessados em adquirir instrução para seus filhos e fez todos os preparativos para iniciar a escola na vila *Cinco Quilos*⁷. Então, a escola teve início e funcionava durante os dias da semana; mas no sábado a escola era diferente – estudavam a Bíblia Sagrada. Toda a tribo era convidada para essa aula na Escola Sabatina⁸, para ouvir a história de Jesus, dos anjos, do Céu, da volta de Cristo, dos homens do passado, histórias até então desconhecidas na cosmovisão sateré.

Em 1932, Halliwell visitou a tribo dos Andiráas, que habitava no entorno do rio de mesmo nome, muitos deles eram acostumados a ver canoas e no máximo uma canoa com toldo, mas uma lancha os assustou *a priori*; todavia, ao ouvirem o som de uma música cantada por um homem, que vinha do gramofone portátil, aproximavam-se; acharam que a voz vinha de dentro da caixa de madeira e novamente fugiram. Os Halliwell resolveram ficar mais um pouco nessa localidade; mais tarde foram cercados

⁷ Um antigo tuxaua levou o látex extraído da seringueira para vender em uma cidade mais próxima. Ao pesar a mercadoria, o comerciante disse: “Cinco quilos”. O índio, que não tinha noção do peso, ficou feliz ao receber a soma em dinheiro e, ao voltar para casa, por achar bonito o som aos seus ouvidos, mudou o nome da vila para *Cinco Quilos* (STREITHORST, 1979, p. 118).

⁸ A maioria das igrejas protestantes possuem escolas bíblicas aos domingos, mas os adventistas fazem suas classes bíblicas aos sábados, daí o nome Escola Sabatina.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pelos índios mais valentes e ouviram em português: “Chefe quer ver cabeça homem dentro caixa”. O moço que estava com eles achou que os índios queriam as cabeças deles dentro de uma caixa, mas, quando os índios apontaram para a vitrola, os missionários entenderam que o chefe queria ouvir a voz que saía da caixa do aparelho e aproveitaram a oportunidade para pregar a história de Jesus. O tuxaua estava ansioso pelo envio de um professor, para que tivessem uma escola igual à dos seus irmãos do Rio Maués. Mais tarde foi feito o preparativo para o envio do missionário Honorino Tavares, acompanhado de sua esposa e de uma criança, cuja finalidade era alfabetizar os Mundurucus; assim ficaram por seis anos na vila chamada Ponta Alegre.

O descanso

Em 1958, Leo B. Halliwell e sua esposa, Jessie, passaram o comando do projeto Luzeiro ao casal de missionários Streithorst, com quem o contato remonta a décadas, quando Olga Streithorst ainda era um bebê com poucos meses de vida. Agora Olga e seu esposo assumiriam o projeto, que já contava por essa ocasião com uma frota de lanchas e a que mais tarde chegaria um hidroavião que se chamaria *Halliwell*, em homenagem a esses missionários. Algumas das histórias contidas nos livros escritos por Halliwell, foram condensadas na obra *Leo Halliwell na Amazônia* (1979), escrita pela missionária Olga Streithorst, acrescidas de outros detalhes, como seção autobiográfica escrita por Halliwell, testemunhos pessoais daqueles que foram próximos ao casal Halliwell, bem como descrição feita por seus filhos de seus últimos dias nos Estados Unidos.

Os últimos dias do casal Halliwell são informados por Streithorst (1979). A enfermeira Jessie Halliwell adoeceu alguns anos depois de os missionários terem saído do Brasil. Os médicos não descobriram a causa de início, somente após algum tempo diagnosticaram que se tratava de um câncer, e Jessie veio a descansar definitivamente no dia 27 de setembro de 1962. Leo Halliwell ainda visitou a Amazônia algumas vezes. A saudade da esposa o levou a uma última visita, em 1967, para recordar *in loco* aquele passado vivido ao lado de sua companheira. Faleceu em 19 de abril de 1967, de enfarte, em Vista, Califórnia. Ainda no hospital, antes de “render sua vida a Deus”, sempre se lembrava do Brasil. Sua filha, Marian, relata que o ouviu muitas vezes dizer em seu leito: “Tirem-me daqui; quero sair daqui porque estão precisando de mim no Brasil”, e falou



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

diversas vezes em conseguir dinheiro com amigos para ajudar na obra das lanchas no Amazonas.

5. Considerações finais

Ao se fazer uma hermenêutica crítica, conforme proposto por Ricoeur (2008), destaca-se uma Amazônia sob o olhar protestante norte-americano, cujo pano de fundo é o “inferno verde” devido ao calor da febre causada pela epidemia de malária. Tal olhar contribui ao que Pinto (2011) denomina de “pensamento social” ao registrar uma Amazônia complexa ao descrever com cuidado o relato da natureza e das paisagens.

Ricoeur (2008) salienta que, ao analisar em si mesma a vida, esta comporta o poder de ultrapassar-se em significações, pois trinta anos de vida dedicados à Amazônia não podem caber detalhadamente nas páginas da obra de Halliwell, que, todavia, culmina na página impressa de uma estrutura hermenêutica. A originalidade de Halliwell foi que seus relatos vieram a partir do campo missionário protestante (diferentemente dos jesuítas e outras ordens católicas), cuja finalidade era evangelizar a região amazônica.



Fig. 4. Casal Leo e Jessie Halliwell, na despedida em 1958. Fonte: Streithorst, 1979.

Halliwell (1959) em seu livro de memórias, salienta que ao longo do Rio Amazonas o trato com a higiene, limpeza, valor da água, novos métodos de viver e cozinhar, bem como novos estilos de alimentação, mudaram a qualidade de vida de muitos povos da floresta. Após 30 anos de serviço na região a Amazônia não mais era um mundo de epidemias de malária. O legado dos Halliwell para a Amazônia e seus habitantes talvez seja irrelevante ante os missionários jesuítas, que desbravaram o interior da floresta, formando cidades, vilas e comunidades. Todavia, não foi insignificante, principalmente no segundo quartil do século XX.

Essas três décadas do século XX (1928 a 1958), não passaram despercebidos ao Estado brasileiro. O casal Leo e Jessie Halliwell receberam a maior condecoração da República Federativa do Brasil, a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul. Já havia dois



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

anos que estavam em Oregon, quando lhes chegou a correspondência oficial avisando-lhes a data em que o Dr. Souza Lima, representante do embaixador do Brasil em Portland, realizaria a condecoração em um acampamento adventista; esta foi a primeira vez, na história do Brasil, em que uma mulher foi condecorada com a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, em virtude do “relevante trabalho médico e religioso”.

Antes da condecoração além a revista Reader’s Digest (conhecida como Seleções) já haviam realizado duas matérias internacionais nos anos de 1956 e em 1959. Cabe finalizar, segundo os que o ouviam pregar a mensagem de Deus por intermédio de Halliwell aprendia um novo significado na vida, um novo começo; para aqueles que foram socorridos foi uma nova esperança que cresceu, desenvolveu-se rumo aos céus, emergindo do úmido Inferno Verde”, labirinto misto de selva e água.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Abdoval. **Luzeiros**: conheça a surpreendente história das lanchas missionárias adventistas no Brasil. 2.ed. Niterói: Editora Ados, 2011.

ENGEL, Günter. **Impressões da Amazônia**: Com mais de 1.000 fotos, flora-fauna-arquitetura. (DVD autoral.) Manaus/Berlim, 2015.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica da obra de arte**. São Paulo: wmfMartins Fontes, 2010.

HALLIWELL, Leo B. **Light Bearer to the Amazon**. Nashville: The Southern Publishing Association, 1945.

_____. **Light in the Jungle**. New York: David McKay Company, 1959.

PEDROSA, Tatiana. A Amazônia e um duplo paradoxo – o inferno verde ou um novo Eldorado. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas: UNICAMP, n°. 19, jan-jun. 2013.

PINTO, Renan Freitas. Viagem das **idéias**. 2ª.ed. Manaus: Valer, 2008.

_____. **A Amazônia de Euclides da Cunha**. In: CUNHA, Euclides da. **Amazônia**: Um paraíso perdido. TELLES, Tenório (Org.) 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2011.

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

STREITHORST, Olga S. **Leo Halliwell na Amazônia**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1979.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: Uma interpretação da Amazônia**. 10.ed. Manaus: Editora Valer, 2001.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

UM OLHAR SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DESDE A REVOLUÇÃO NORTE-AMERICANA ATÉ A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

A LOOK ON THE TRANSFORMATION OF HUMAN RIGHTS SINCE THE AMERICAN REVOLUTION TO THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS

Giovanni Francisco Lins Orofino
 giovanni_orofino@hotmail.com¹
 Dorinethe dos Santos Bentes
 dorinethebentes@gmail.com²

RESUMO: A Revolução Norte-Americana, em 1776, trouxe as bases para o estabelecimento e reconhecimento dos direitos fundamentais do homem, materializando-se pela Carta de Direitos do povo norte-americano (originalmente *Bill of Rights*). De igual modo, em 1789, a Revolução Francesa e a Proclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Constituinte Francesa apresentaram um caráter de universalidade e de libertação dos povos. Referidas conjunturas foram propícias para que no pós-Segunda Guerra Mundial fosse criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo enfoque passou a ser o combate às violações dos direitos da pessoa humana. Desta feita, o objetivo deste trabalho é verificar as transformações ocorridas com os direitos humanos no período de 1776 a 1948, bem como analisar o contexto histórico e jurídico que culminou na criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948. Para alcançar esta finalidade, a pesquisa será realizada pelo método dedutivo, a partir de uma análise histórica e de uma pesquisa bibliográfica, destacando-se a Revolução Norte-Americana, a Revolução Francesa, uma breve exposição dos preceitos ético-jurídicos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a ligação da cidadania nacional com a Constituição Federal de 1988, demonstrando que, ao longo do tempo, o processo de conquista dos direitos humanos provocou mudanças, encontrando-se em permanente construção.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Revolução Norte-Americana. Revolução Francesa.

ABSTRACT: The American Revolution, in 1776, laid the foundations for the establishment and recognition of fundamental human rights, materialized by the Bill of Rights of the American people (originally the Bill of Rights). Likewise, in 1789, the French Revolution and the Proclamation of the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen by the French Constituent Assembly presented a character of universality and liberation of the peoples. These conjunctures were conducive to the creation of the Universal Declaration of Human Rights in the post-Second World War, whose focus became the fight against human rights violations. The purpose of this paper is to verify the transformations that occurred with Human Rights from 1776 to 1948, as well as to analyze the historical and juridical context that culminated in the creation of the Universal Declaration of Human Rights in 1948. To achieve this goal, the research will be carried

¹ Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Mestre e Professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

out by the deductive method, based on a historical analysis and a bibliographical research, highlighting the North American Revolution, the French Revolution, a brief exposition of the ethical and juridical precepts contained in the Universal Declaration of Human Rights, and the linking of national citizenship with the Federal Constitution of 1988, demonstrating that, over time, the process of conquering human rights has brought about changes, being permanently built.

Keywords: Human Rights. Universal Declaration of Human Rights. American Revolution. French Revolution.

INTRODUÇÃO

O debate sobre os direitos humanos no Brasil tem se intensificado bastante nas últimas décadas devido às suas constantes violações. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar os direitos humanos, suas transformações e diferentes acepções no percurso histórico e jurídico de alguns dos principais eventos dos séculos XVIII, XIX e XX, que correspondem aos anos de 1776 a 1948.

Os Direitos Humanos é um ramo do direito público particularmente sensível e de extremo impacto social, político, cultural e econômico. Sua análise multidisciplinar perpassa pelo entendimento que, assim como todo o direito, sofrerá alterações ao longo do tempo com o intuito de adaptar-se às exigências das sociedades e às novas realidades.

Especial enfoque foi dado aos direitos humanos a partir de 1776, com a Revolução Norte-Americana, percebendo-se a partir de então a necessidade de resguardar os direitos e garantias fundamentais do ser humano, que passaram ser reconhecidos no pós-guerra, em 1945, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU).

Dessa forma, a humanidade reconheceu no fim da Segunda Guerra Mundial, o quanto havia fracassado na manutenção da igualdade e da fraternidade entre os homens. Tanto que, em 1948, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que embora não seja extensa, traz princípios cuja observância é essencial.

1. A CONJUNTURA HISTÓRICA NORTE AMERICANA E A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Primeiramente, é mister elucidar os conceitos de direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos visando uma melhor compreensão acerca do assunto.

Direitos do homem “é expressão de cunho mais naturalista (*rectius*: jusnaturalista) do que jurídico-positivo [...] São direitos que, em tese, ainda não se encontram nos textos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

constitucionais ou nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.” (MAZZUOLI 2015, p. 896)

Direitos fundamentais tem a finalidade de limitar o poder estatal para preservar a liberdade individual. Portanto, o instituto envolve dois lados: indivíduo e Estado. São direitos garantidos por normas constitucionais. (DIMOULIS; MARTINS, 2014, p. 41)

Já os direitos humanos são direitos que o homem possui pelo simples fato de ser um ser humano, sendo intrínseco à sua natureza e à sua dignidade, devendo ser garantidos pela sociedade política. (PIOVESAN, 2012, p. 53)

A questão dos direitos humanos começou a ganhar destaque com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. A referida Declaração foi o primeiro documento a firmar os princípios democráticos na História Política Contemporânea, inaugurando a democracia moderna ao unir representação popular, limitação dos poderes governamentais e respeito aos direitos humanos. Porém, para se entender os fatores que levaram à criação desta Declaração, faz-se necessária uma breve análise da conjuntura histórica norte-americana antes de 1776.

A Guerra Franco-Inglesa pela ocupação do território canadense obrigou muitos primeiros-ministros a endurecer o poder inglês sobre a colônia e a aumentar os impostos. Em 1764, o Parlamento Britânico aprovou o *Currency Act*, que retirou de circulação algumas espécies de papel-moeda, causando prejuízos aos colonos. No ano seguinte, um imposto do selo foi criado, atrapalhando as transações comerciais em toda a América do Norte. Em 1767, mais tarifas foram criadas e o comércio exterior das colônias foi abalado. Tantas medidas descontentaram os colonos norte-americanos, uma vez que tinham a prática mercantil como atividade relevante.

Revoltas ocorreram e se massificaram em várias cidades, culminando na reunião das colônias em Congressos Continentais (o primeiro ocorreu em 1774, na Filadélfia). No Congresso de 1776 foi promulgada a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, que trazia, entre outros princípios, o direito de autodeterminação dos povos livres, a igualdade entre todos os homens e a dignidade. (DIMOULIS; MARTINS, 2014, p. 12)

A importância histórica da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América reside no fato de que foi primeiro documento político a reconhecer a existência de direitos intrínsecos a todo ser humano, independentemente de raça, religião, sexo,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

cultura ou posição social. Destarte, os Estados Unidos da América nasceram com um sentimento de liberdade (especialmente de opinião e de religião) e igualdade de todos os homens perante a lei. Princípios estes que na Europa só seriam trazidos à tona pela Revolução Francesa, em 1789.

Neste diapasão, a fraternidade não foi considerada pelos norte-americanos devido ao intenso individualismo presente entre eles, individualismo esse contrário à adoção de medidas que buscassem abrandar as desigualdades socioeconômicas.

Por ser a sociedade americana altamente burguesa e formada principalmente por proprietários, o princípio da igualdade jurídica entre os homens foi a forma encontrada para se garantir a livre concorrência. Todavia, esse princípio acarretou a perpetuação da consciência que todos os homens são iguais, auxiliando na formação de outras duas características culturais dessa sociedade no que diz respeito aos direitos humanos: a defesa das liberdades individuais e a submissão dos poderes governamentais ao consentimento popular.

As Declarações de Direitos (*Bills of rights*) dos Estados Norte-Americanos trouxeram a emancipação do indivíduo diante dos grupos sociais a que estavam subordinados, tais como a igreja e a família. Enquanto que nos últimos anos do século XVIII, a autonomia individual finalmente assumiu um caráter jurídico definitivo, seja na Europa ou nos Estados Unidos. Contudo, permaneceu a visão individualista e não houve menção a direitos sociais. (COMPARATO, 2010, p. 65)

Os norte-americanos positivaram os antigos direitos naturais, elevando-os a um nível superior aos dos demais e tornando-os direitos fundamentais, reconhecidos pelo Estado e de nível constitucional, ou seja, acima da legislação ordinária. A finalidade da Constituição, desde então, é garantir a proteção do indivíduo contra os abusos cometidos pelos governantes, ao passo que, o princípio da supremacia da Constituição sobre as leis e a garantia judicial dos direitos humanos só foram adotados pelo direito europeu na segunda metade do século XX. (DIMOULIS; MARTINS, 2014, p. 15)

Em 1789, James Madison apresentou sua proposta de Emenda Constitucional Aditiva, que foi aprovada após várias alterações. Estas dez primeiras Emendas à Constituição Federal ficaram conhecidas como *Bill of Rights* Norte-Americano, e seguindo as diretrizes dessas modificações, a jurisprudência, após o fim da guerra civil, em 1865, determinou que toda vez que uma lei restringir ou suprimir, sem razão, a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

liberdade individual, estará violando um direito intrínseco ao ser humano, cuja proteção é a finalidade do Estado. (DIMOULIS; MARTINS, 2014, p. 12)

2. O CARÁTER LIBERTÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Ao contrário dos Estados Unidos da América, no seu processo de independência, e da Inglaterra, na Revolução Gloriosa, a Revolução Francesa (1789-1799) foi o marco da reformulação dos valores sócio-políticos até então praticados no cenário mundial. (HOBSBAWN, 2010, p. 39)

O próprio termo "revolução" era caracterizado como uma retomada ao passado, aos velhos costumes, à política anterior. Nota-se esse sentido em vários momentos da história, como na derrubada do trono dos Stuart na Inglaterra e no texto da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, que não se preocupava em difundir o ideal libertário, mas sim de estabelecer um regime político próprio. (COMPARATO, 2010, p. 64)

Contudo, a partir de 1789 a palavra "revolução" passou a ser sinônimo de reforma e de renovação, e a Revolução Francesa, considerada atualmente um dos mais importantes acontecimentos da História Contemporânea, forneceu as bases para os direitos humanos que conhecemos hoje.

A França do final do século XVIII era um país absolutista comandado pelo monarca Luís XVI, que dotado de pleno poder, controlava a política, a economia e a religião de seus súditos. Os indivíduos eram hierarquizados em uma sociedade estamental, que privilegiava o clero e a nobreza em detrimento da incipiente burguesia. (HOBSBAWN, 2010, p. 42)

Sob esse prisma da realidade francesa é notório que havia insatisfações, em grande parte da burguesia, que almejava maior participação político-econômica, e das classes menos favorecidas, que viviam na miséria. Somado a isso, a França estava imersa em dívidas. Esse cenário passou a ser propício para o surgimento, em diversas localidades, de revoltas populares que não puderam mais ser contidas.

Os primeiros frutos do movimento revolucionário foram certamente a abolição dos princípios feudais e a queda da monarquia absolutista. A violência foi o principal meio utilizado para se alcançar tais resultados, e não tardou para que a Revolução Francesa, já



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

consolidada e firmada nos ideais da liberdade, igualdade e fraternidade, provocasse mais mudanças.

A formulação da primeira Constituição Francesa pela Assembleia Nacional Constituinte, a divisão estatal em Legislativo, Judiciário e Executivo, e o reconhecimento da igualdade civil e jurídica entre os cidadãos franceses, são exemplificações claras de algumas das consequências da Revolução Francesa. (COMPARATO, 2010, p. 66)

O destaque, porém, vai para a instauração da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que foi de suma importância para a promulgação dos direitos do povo francês nas Constituições firmadas posteriormente, bem como para a criação de uma doutrina de direitos e garantias fundamentais alicerçada no que hoje conhecemos e entendemos como Declaração Universal dos Direitos Humanos.

3. A CRIAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS SEUS VALORES NORTEADORES

O início do século XX foi marcado por inúmeras e graves disputas entre vários países, abalando as estruturas socioeconômicas e o exercício de direitos fundamentais. (COMPARATO, 2014, p. 68/69)

Foi neste contexto histórico e político que a Organização das Nações Unidas, durante a sessão de 16 de fevereiro de 1946, decidiu que a Comissão de Direitos Humanos desenvolveria suas ações em etapas. A primeira etapa, e talvez a mais crucial delas, seria a criação de uma Declaração. Sendo assim, em 18 de junho de 1948 foi criada pela Comissão de Direitos Humanos e aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro do mesmo ano, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (MAZZUOLI, 2015, p. 950)

Supracitada Declaração, redigida diante das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, representou a manifestação histórica, em âmbito universal, do reconhecimento dos ideais supremos de igualdade, fraternidade e liberdade. Retomando, assim, os valores da Revolução Francesa e em parte da Revolução Norte-Americana.

Não se pode negar que a Declaração Universal de 1948 foi a culminância do processo que, iniciando-se com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e com a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, levou ao reconhecimento da condição de igualdade inerente e essencial a todo ser humano.



A Declaração Universal dos Direitos Humanos, apesar de, tecnicamente, não possuir caráter vinculante, somente tendo efeito de recomendação para os membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi um marco na história dos direitos humanos, pois, através de seus 30 artigos e valores ético-jurídicos neles inseridos, estabeleceu parâmetros a serem seguidos pelos governos dos Estados e pelos próprios seres humanos em suas relações uns com os outros. (MAZZUOLI, 2015, p. 953/954)

Os valores ético-jurídicos presentes na Declaração podem ser observados na substância de seu texto. De acordo com João Baptista Herkenhoff (1994, p. 111), os valores presentes no documento são: a) Paz e solidariedade universal; b) Igualdade e Fraternidade; c) Liberdade; d) Dignidade da Pessoa Humana; e) Proteção Legal dos Direitos; f) Justiça; g) Democracia; h) Dignificação do Trabalho.

O conceito de “paz” é demasiadamente subjetivo, porém, consideraremos aqui como a ausência de guerras e conflitos. A busca pela paz tornou-se necessária a partir do momento que guerras começaram a ser deflagradas, ou seja, desde os primórdios da humanidade.

A paz, como obra da justiça, exige a instauração de uma ordem social na qual o homem possa se realizar como pessoa humana. Tendo em vista que as guerras trazem o caos e abalam essa ordem social, é plausível que o fundamento da paz seja o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos.

Em 1790, Constantin François de Chassebœuf, conde de Volney, já pregava na Assembleia Nacional Francesa a universalidade do gênero humano, o destino comum à felicidade e a conseqüente exigência da paz entre as nações. (JEANNE HERSCH, 1972, p. 478/479)

A solidariedade universal é a outra face da paz e pode ser considerada a ideia central do preâmbulo da Declaração. A própria criação de uma “Declaração Universal dos Direitos Humanos” é uma forma de buscar a solidariedade e a compreensão universal, cujo objetivo é a paz, e um dos caminhos para se alcançá-la é o Direito.

O artigo I da aludida Declaração proclama três princípios básicos inerentes aos direitos humanos: liberdade, igualdade e fraternidade. Estes princípios remontam à Revolução Francesa e aos seus ideais.

O princípio da igualdade é claramente exposto no artigo II, estabelecendo que todos os seres humanos são iguais perante a lei, sendo abominável qualquer tipo de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

discriminação, independentemente de raça, sexo, religião, opinião, nacionalidade, língua, classe social e demais distinções de qualquer natureza. Foi em nome da igualdade que grupos compostos por minorias lutaram e até hoje combatem a discriminação e a intolerância. Um exemplo bem sucedido foi a luta das mulheres brasileiras a favor da igualdade, tanto política quanto social, em relação aos homens, e a conquista do seu poder de voto em 24 de fevereiro de 1932.

Os valores igualdade e fraternidade foram construídos pela afirmação da igualdade intrínseca a todos os seres humanos e pela rejeição de desigualdades específicas e particulares. Quanto à fraternidade, Gandhi dizia achar misterioso que um homem se honrasse com a humilhação de seus semelhantes. (GANDHI, 1969, p.78)

A liberdade foi a energia da Revolução Norte-Americana e da Revolução Francesa. Na Declaração de Independência das Colônias Americanas, a liberdade constava como um direito inalienável concedido aos homens. Na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, a liberdade aparecia como um direito natural, assim como a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Atualmente, considera-se a liberdade como um direito inerente à pessoa humana, devendo ser conduzida rumo à solidariedade entre os homens, e não ao isolamento e à competição. A garantia da liberdade em uma sociedade solidária, servindo aos anseios de todos, é, indubitavelmente, um desafio.

Em relação à dignidade da pessoa humana, parte da doutrina entende que ela ultrapassa a espécie humana e atinge até os animais e as plantas, sendo a dignidade um dever da humanidade para com os próprios homens, os animais e os vegetais.

No que tange à proteção legal dos direitos, o doutrinador Herkenhoff (1994, p. 142), expõe o seu significado, abarcando, invariavelmente, situações em que se presencia este valor. Vejamos:

- a) a proteção da lei contra todas as violências de que possa ser vítima qualquer pessoa;
- b) o acesso efetivo de todos à Justiça;
- c) o primado da lei contra o regime de arbítrio;
- d) a submissão de todos ao regime do Direito, com a condenação dos privilégios;
- e) a proteção dos valores do Direito contra o legalismo estreito que trai a Justiça;
- f) a insubmissão à tirania e à opressão, que tornam impossível a “proteção legal dos direitos”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Conde de Volney, escritor francês, declarou que a justiça é a virtude fundamental da sociedade. Para ele, esse valor abrangeria outras virtudes, tais como a caridade, a humanidade, o amor à pátria, a probidade, a sinceridade, a generosidade e a modéstia. (VOLNEY, 1998, p. 187)

Na definição clássica, o valor democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. De acordo com a concepção tradicional, é o governo no qual o povo é o titular da soberania. A Declaração de Direitos da Revolução Francesa é apontada como a carta da democracia liberal, manifestando que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.

O último valor é a dignificação do trabalho. O trabalho livre, sem subordinação pessoal, vinha sendo pensado desde o Renascimento, mas foi consolidado pela Revolução Francesa. O Renascimento contribuiu para isso porque valorizou o homem como centro do universo. Edward MacNall Burns (1965, p. 517) afirmou que este processo fez desaparecer quase todos os resquícios do feudalismo, como a escravidão e os privilégios dos nobres.

Vale ressaltar que o agravamento dos conflitos entre operários e patrões forçou o Estado a deixar de ser mero espectador, como era antes graças ao liberalismo, entretanto, o reconhecimento dos trabalhadores livres não impediu que em um primeiro momento fossem deixados à própria sorte.

4. A CIDADANIA E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O conceito de cidadania, ao longo da história, foi se alterando conforme os anseios e as conquistas das sociedades nas quais estava inserido, ao passo que, as Revoluções Liberais, a exemplo da Revolução Norte-Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), passaram a caracterizar o cidadão como um sujeito de direitos. Logo, a cidadania passou a ser a concretização de questões fundamentais como a liberdade, a propriedade, e os direitos civis e políticos.

Para De Plácido e Silva (2007, p. 288) cidadania deriva da palavra cidade, não indicando apenas a qualidade de morador da cidade, mas também, a efetividade dessa residência, o direito que lhe é conferido para que possa participar da vida política do país em que reside, ou seja, cidadania é a expressão que indica a qualidade da pessoa que,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

estando em plena capacidade civil, também se encontra investida no uso e gozo de seus direitos políticos.

A realidade do Brasil, por sua vez, reflexo de um passado colonial de exploração e discriminação de parcelas da sociedade, quais sejam, mulheres, escravos e índios, minados da vida política, e como consequência, do exercício da cidadania, passou por um amplo e gradativo processo de rompimento de preceitos, culminando na elaboração da Constituição de 1988, que marcara o fim da ditadura militar e o início de mudanças há muito esperadas pelo povo brasileiro.

De acordo com Bittar (2006), as inovações trazidas pela Constituição da República ultrapassaram os muros dos estudiosos do direito, tendo em vista que é uma Constituição que abraça os anseios da população e se coloca a serviço da cidadania, realizando os fins sociais almejados pela sociedade brasileira.

Os direitos fundamentais são inerentes a toda disposição constitucional, mas logo no artigo 1º da Constituição Brasileira, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são consagradas como fundamento do Estado Democrático de Direito. Referido entendimento mostra-se evidenciado a partir do momento que a Constituição de 1988 assegura e torna como prioridade os direitos e garantias fundamentais inerentes ao indivíduo-cidadão como parte de uma coletividade.

Segundo Novelino (2014, p. 356), não se pode separar os direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, pois, ao mesmo tempo que os direitos fundamentais surgiram como uma exigência da dignidade humana, somente por meio da existência desses direitos a dignidade humana poderá ser respeitada, protegida e promovida.

Nesse íterim, a Constituição da República Federativa do Brasil preleciona em seu Título II os Direitos e Garantias Fundamentais, dividindo-os em: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º, CF/88), Direitos Sociais (arts. 7º a 11, CF/88), Direitos da Nacionalidade (arts. 12 e 13), Direitos Políticos (arts. 14 a 16, CF/88) e Direitos dos Partidos Políticos (art. 18, CF/88), mostrando uma série de garantias consolidadas pela chamada Constituição Cidadã.

Apesar da normatização inserida na situação jurídica brasileira, cujo expoente maior é a Constituição Brasileira, mas que também encontra terreno fértil em legislações infraconstitucionais, a garantia da dignidade da pessoa humana, no âmbito interno das nações, ainda é fruto de intenso debate, nos mais diversos campos de atuação, sejam eles



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

científicos, políticos, sociais ou culturais, uma vez que é um desafio a prática de uma cidadania plena na qual haja igualdade de condições para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo permitiu uma ampla compreensão acerca da história dos Direitos Humanos, desde os primeiros movimentos isolados, que buscavam, muitas vezes, garantias esporádicas e restritas a certos grupos, até a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como sua consolidação e adequação ao mundo moderno.

Em um primeiro momento, a opressão britânica em relação às colônias norte-americanas abriu um precedente nunca antes imaginado de quebra de paradigmas. As lutas que, no início, eram voltadas a questões meramente econômicas, plantaram um ideal social e humano por meio da Declaração de Independência dos Estados Unidos, ainda que de forma superficial.

Mais uma vez, agora em território europeu, no período da Revolução Francesa, o descontentamento de grande parte da sociedade atingiu patamares insólitos, subjugando velhas premissas que davam vazão a tradições retrógradas de privilégios e concessões. Por meio disso, os frutos das ideias plantadas anteriormente puderam ser amadurecidos e disseminados globalmente.

Um contexto totalmente novo havia sido instaurado, e para coroar essa realidade que se iniciara, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, veio ratificar o ápice da luta pelos direitos essenciais, que há muito tempo eram desejados, mas que apenas sob duras perdas foram alcançados.

Na realidade brasileira, mais precisamente na terceira década do século XX, começaram a aparecer as primeiras transformações objetivando possibilitar a participação popular no cotidiano do Estado, mas foi a Constituição de 1988 que viabilizou a inserção do espectro de direitos fundamentais direcionados aos cidadãos brasileiros.

Por fim, é bastante pertinente compreender o processo de construção dos Direitos Humanos, muito em voga atualmente, inserido em um ambiente histórico e jurídico recheado de nuances e reviravoltas. Todavia, é ainda mais vital olhar de forma crítica a conjuntura corrente da garantia de direitos, de modo a assegurar que tudo que foi conquistado até então não tenha sido em vão.



REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, cidadania e constituição: o direito à dignidade e à condição humana*. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.8 – jul./dez. 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01/11/2016
- BURNS, Edward MacNall. *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Editora Globo, 1965, vol. I.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph. *Vocabulário Jurídico*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Constituição dos Estados Unidos da América*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/constituicao-dos-estados-unidos-da-america-1787.html>>. Acesso em: 28/10/2016.
- FRANÇA. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 28/10/2016.
- GANDHI. *Tout les hommes sont frères*. Textes choisis par Krishna Kripalani, traduis en français par Guy Vogelweith. Paris, Gallimard, 1969.
- HERKENHOFF, João Baptista. *Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos*. v. I. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.
- HERSCH, Jeanne, organizadora. *O Direito de ser homem*. Tradução de Homero de Castro Jobim. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.
- HOBBSAWM, Eric J. E. *A era das revoluções: 1789- 1848*. São Paulo: Editora Paz e terra, 2010.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- NOVELINO, Marcelo. *Manual de Direito Constitucional*. Vol. Único. 9ª ed. São Paulo: Editora Método, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 25/09/2016.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 13ª ed. ver. atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- VOLNEY, Constantine-François. *The Ruins*. London: Project Gutenberg, 1998.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

UMA ANÁLISE JURÍDICA - ANTROPOLÓGICA SOBRE O ATENDIMENTO DAS MULHERES VITÍMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE

Janira Costa Silva¹,
 Henrique César Lopes²,
 Ananias Noronha Filho³

RESUMO

A violência contra a mulher é um dos fenômenos culturais mais presente na atualidade, e reconhecida como um grave problema de saúde pública. A violência mais presente é a doméstica, independente de classe, raça ou credo. Ressalta-se que o termo violência e qualquer comportamento que vise dado a pessoa. É sabido que esta violência atinge todas as faixas etárias, sobretudo, no tocante as relações de poder homem x mulher, impostas culturalmente. Visto que o índice de homicídios aumenta a cada ano em todo o território. A violência contra a mulher, segundo definição da Convenção de Belém do Pará, que define a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos e da liberdade, na qual recomenda a erradicação da Violência contra a Mulher. A violência contra a mulher passou a ser reconhecida como um problema de saúde pública por acarretar inúmeros agravos à saúde, incluindo mortes por homicídios, suicídios ou a grande presença de ações suicidas, além de doenças sexualmente transmissíveis, doenças cardiovasculares e dores crônicas, além das consequências para o desenvolvimento social. Ao considerar esses fatos, objetiva-se fazer com que a mulher deva sensibilizar-se e procurar seus Direitos, visto que a mesma não procura a delegacia e em muitas das vezes somente o posto de saúde. Conclui-se que é necessário que as instituições de saúde tenham conhecimento da importância da notificação compulsória nos casos de violência conforme estabelecido através das normas e portarias do ministério da saúde e ministério da justiça.

Palavras-chave: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MULHERES. UNIDADE DE SAÚDE. NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA.

ABSTRACT

Violence against women is one of the most current cultural phenomena today and recognized as a serious public health problem. The most present violence is domestic, independent of class, race or creed. It is emphasized that the term violence and any behavior that vise given the person. It is well known that this violence reaches all age groups, above all, in relation to the man-woman relations of power, imposed culturally. As the homicide rate increases every year throughout the territory. Violence against women, as defined in the Convention of Belém do Pará, which defines domestic violence as a violation of human rights and freedom, in which it recommends the eradication of violence against women. Violence against women has come to be recognized as a public health problem because it causes numerous health problems, including deaths from homicides, suicides or the high presence of suicidal acts, as well as sexually transmitted diseases, cardiovascular diseases and chronic pain. Consequences for social development.

¹ Pós graduanda em Ciências Criminais na Atualidade: Pontifícia Universidade Católica

² mestrando em ensino de ciências: Universidade Estadual de Roraima – UERR/RR, email: Henrique.lopes@ufrr.br

³ ³, Doutor em Políticas Públicas: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, email: anfr2@hotmail.com





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

In considering these facts, the objective is to make the woman sensitized and seek her rights, since she does not seek the police station and in many cases only the health post. Therefore, it is necessary for health institutions to be aware of the importance of compulsory notification in cases of violence as established through the norms and ordinances of the Ministry of Health and Ministry of Justice.

Keywords: DOMESTIC VIOLENCE. WOMEN. HEALTH UNIT. COMPULSORY NOTIFICATION.

INTRODUÇÃO

A violência esta presente em diferentes contextos socioculturais, ao longo da história da humanidade. Está atrelada à "necessidade" de poder, que é exercido contra o considerado mais fraco e marginalizado; aumentando as desigualdades sociais, culturais e ferindo os direitos humanos. A interdisciplinaridade da questão focaliza a violência como parte das ações de homens e mulheres, portanto, como um fenômeno gerado nos processos sociais, históricos e culturais.

Diante desse cenário cultural que vive a mulher, a violência contra o gênero tem estado cada vez mais presente na sociedade atual, sendo por tanto necessário, a aplicabilidade das políticas públicas voltadas as mulheres, que vise acolher, proteger e assegurar a integridade física da mulher. Para tanto este artigo abordará a agressão física, sendo que dentro do rol de tipos de violência contra a mulher a agressão física é o mais presente nas unidades de saúde. A análise da percepção dos profissionais de saúde sobre a questão da aplicabilidade das normas, portarias e legislação no tange o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar conhecimento e aplicabilidade das normas e legislação no atendimento hospitalar da mulher vítima de violência doméstica, esta pesquisa abordará a agressão física, sendo que dentro do rol de tipos de violência contra a mulher a agressão física é o mais presente nas unidades do pronto socorro e pronto atendimento.

Os profissionais de saúde são os primeiros a entrar em contato com as mulheres vítimas de violência nas unidades de emergência, sendo, portanto necessário o conhecimento geral e irrestrito dos principais instrumentos legais obrigatórios e a legislação específica da notificação compulsória, e sua importância para o acolhimento à mulher vítima de violência doméstica através do fluxograma, destacando o papel da equipe multidisciplinar que passa a ser responsável em encaminhar a vítima aos órgãos de proteção a mulher, para tanto, é necessário compreender a importância desta como medida protetiva.

A violência de gênero nos casos gerais de violência e, mais exatamente, na violência urbana, enquanto o homem sofre a violência nas ruas, nos espaços públicos, em geral praticados por outro homem, a mulher sofre a violência masculina dentro da própria casa, no espaço privado do seu agressor.

A prática da violência de gênero constitui-se na principal violação de direitos humanos das mulheres, é um fenômeno chamado também de violência contra mulher, violência doméstica ou violência familiar.

A violência doméstica acontece no mundo inteiro e atingem as mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual.

Os aspectos da violência de gênero mais presentes nos dias atuais estão elencados na própria Lei 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, define a violência física,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde física da mulher, deixando em aberto todas as possibilidades que aí possam se enquadrar, pois esse tipo de violência pode se manifestar das mais variadas formas, como, por exemplo, através de: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, entre outras (CUNHA e PINTO, 2012).

No Brasil, sob o impacto dos acordos internacionais e dos movimentos feministas, desenvolve ações para a criação das políticas públicas voltada a mulher, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça foi criado às delegacias especializadas em atendimento a mulheres agredidas, os juizados especiais de violência contra mulher, bem como Programa de Assistência Integral a saúde da mulher. Além da aprovação em 2006 da lei 11.340/06, conhecida com lei Maria da Penha que representa um avanço histórico para proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar (CNJ, 2007).

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência contra a mulher com um grave problema de saúde pública, por acarretar inúmeros agravos à saúde incluindo mortes por homicídios, suicídios, doenças sexualmente transmissíveis, doenças cardiovasculares e dores crônicas, além de constituir uma violação dos direitos humanos (AGUDELO, 1990).

Com o advento da criação das políticas públicas voltada à mulher, ocorreram grandes conquistas no âmbito da assistência, criação e aprovação no território brasileiro, da Portaria n. 2.406, de 05 de novembro de 2004, que institui a criação da ficha de notificação compulsória, da Lei 10.778 de 24 de novembro de 2011, que trata Notificação Compulsória de diversos agravos, incluindo os casos de violência doméstica contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privada.

A obrigatoriedade da notificação no âmbito hospitalar pelos profissionais de saúde que atuam diretamente no atendimento e acolhimento da mulher vítima de violência doméstica que tem sua definição no advento da lei, e também preconizada pelo Ministério da Saúde através da portaria 104 de 25 de janeiro de 2011. Art. 2º e 3º, que traz no seu rol, de doenças e agravos e eventos de importância para saúde pública, de abrangência nacional, em toda rede de saúde pública e privada. Esta portaria foi revogada pela Portaria 1.271 de 06 de junho de 2014 e pela Portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016, Ministério da Saúde (BRASIL, 2014).

DESENVOLVIMENTO

O Brasil por ser signatário de vários documentos internacionais que coíbem e proíbem toda e qualquer forma de violência e de discriminação contra as mulheres. Nestes documentos consta que o Estado brasileiro é o responsável por implementar ações que contemplem a prevenção da violência e da discriminação contra as mulheres. O acolhimento das denúncias das mulheres vítimas, numa perspectiva integral, faz parte do conteúdo de tais documentos, prevendo o atendimento das mulheres tanto no campo da saúde quanto no campo legal com vista à garantia dos direitos civis das mulheres. A violência contra mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto à humanidade como forma de violência interpessoal nas relações conjugais implicam na relação de poder, decorrente das desigualdades de gênero, classe social, raça/etnia e geração.

A violência doméstica passou a ser um problema de saúde pública, por trazer impactos diretos sobre a saúde da mulher, por meio de lesões, traumas, sequelas ou





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mortes. Sendo por tanto necessário o conhecimento e aplicabilidade das normas e legislação no atendimento hospitalar da mulher vítima de violência doméstica.

Os profissionais de saúde são os primeiros a entrar em contato com as mulheres vítimas de violência nas unidades de emergência, sendo, portanto é necessário conhecimento geral e irrestrito dos principais instrumentos legais obrigatórios e legislação específica da notificação compulsória, e sua importância para o acolhimento da mulher vítima de violência doméstica através do fluxograma, destacando o papel da equipe multidisciplinar que passa a ser responsável em encaminhar a vítima aos órgãos de proteção a mulher, para tanto, é necessário compreender a importância desta como medida protetiva.

A prática da violência de gênero constitui-se na principal violação de direitos humanos das mulheres, é um fenômeno chamado também de violência contra mulher, violência doméstica ou violência familiar. Os aspectos da violência de gênero mais presentes nos dias atuais estão elencados na própria Lei 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, define a violência física, como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde física da mulher, deixando em aberto todas as possibilidades que aí possam se enquadrar, pois esse tipo de violência pode se manifestar das mais variadas formas, como, por exemplo, através de: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, entre outras (CUNHA e PINTO, 2012). Mais recente surge a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, classificando-o como crime hediondo e com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.). No Brasil, sob o impacto dos acordos internacionais e dos movimentos feministas, desenvolve ações para a criação das políticas públicas voltada a mulher, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça foi criado às delegacias especializadas em atendimento a mulheres agredidas, os juizados especiais de violência contra mulher, bem como Programa de Assistência Integral a saúde da mulher. Além da aprovação em 2006 da lei 11.340/06, conhecida com lei Maria da Penha que representa um avanço histórico para proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar (CNJ, 2007).

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência contra a mulher com um grave problema de saúde pública, por acarretar inúmeros agravos à saúde incluindo mortes por homicídios, suicídios, doenças sexualmente transmissíveis, doenças cardiovasculares e dores crônicas, além de constituir uma violação dos direitos humanos (AGUDELO, 1990). Com o advento da criação das políticas públicas voltada à mulher, ocorreram grandes conquistas no âmbito da assistência, criação e aprovação no território brasileiro, da Portaria n. 2.406, de 05 de novembro de 2004, que institui a criação da ficha de notificação compulsória, da Lei 10.778 de 24 de novembro de 2011, que trata Notificação Compulsória de diversos agravos, incluindo os casos de violência doméstica contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privada.

A obrigatoriedade da notificação no âmbito hospitalar pelos profissionais de saúde que atuam diretamente no atendimento e acolhimento da mulher vítima de violência doméstica que tem sua definição no advento da lei, e também preconizada pelo Ministério da Saúde através da portaria 104 de 25 de janeiro de 2011. Art. 2º e 3º, que traz no seu rol, de doenças e agravos e eventos de importância para saúde pública, de abrangência nacional, em toda rede de saúde pública e privada. Esta portaria foi revogada pela Portaria 1.271 de 06 de junho de 2014 e Portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016, preconizadas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014).

Este artigo limitou se nos tipos de violência, tendo em vista que o com maior incidência de entradas nas unidades de saúde é a violência física com o uso da força ou



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

por objetos perfuro cortante ou arma de fogo. É importante salientar que estes dados são somente das unidades de saúdes do estado, não contamos com os dados do Instituto Medico Legal que seria outras fontes de coleta, que no momento não é o foco deste artigo. Além disso, os locais de coleta de dados são diferentes, um no IML-RR e o outro na Secretaria de Segurança Pública e das Unidades de Saúde, referências no atendimento de situações de violência, o que difere desde a abordagem do fenômeno até a questão de demanda espontânea, haja vista qualquer exame a ser realizado no IML, necessariamente deve ser encaminhado por uma Delegacia de Polícia. Este fato corrobora com os estudos etnográficos abordados neste trabalho, quando entendemos que a cultura do silêncio e da impunidade ainda está muito presente em nosso país.

Os aspectos da violência de gênero mais presentes nos dias atuais estão elencados na própria Lei 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, define a violência física, como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde física da mulher. Assim como na Lei 13.104/2015 lei do feminicídio, sendo também chamado de “femicídio” ou “assassinato relacionado a gênero”. O termo se refere a um crime de ódio contra mulheres, justificado por uma história de dominação da mulher pelo homem e estimulado pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado.

O feminicídio abrange desde o abuso emocional até o abuso físico ou sexual. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, esse crime envolve o assassinato intencional de mulheres apenas por serem mulheres.

O § 2º-A foi acrescentado como norma explicativa do termo "razões da condição de sexo feminino", esclarecendo que ocorrerá em duas hipóteses: a) violência doméstica e familiar; b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher; A lei acrescentou ainda o § 7º ao art. 121 do CP estabelecendo causas de aumento de pena para o crime de feminicídio.

Por fim, este artigo traz um estudo de caso sobre a violência domestica familiar somente com a violência física sendo esta o mais presente no atendimento das unidades de saúde do estado. Estes dados e, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. A tabela mostrará os municípios, faixa etária, etnia e a violência

Faixa Etária Município	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total
ALTO ALEGRE	02	14	14	04	02	03	0	0	0	39
AMAJARI	4	4	6	13	1	0	0	0	0	28
BOA VISTA	59	164	237	135	54	15	8	9	1	681
BONFIM	2	4	0	3	2	0	0	0	0	11
CANTÁ	7	1	8	1	0	0	1	0	0	18
CARACARAÍ	23	38	60	31	5	2	0	1	0	160
CAROEBE	0	1	7	6	0	0	0	0	0	14
IRACEMA	1	4	0	4	1	0	0	0	0	10
MUCAJÁ	1	1	4	1	1	1	0	0	0	9
NORMANDIA	1	0	2	4	0	0	0	0	0	7
PACARAÍMA	4	13	10	10	3	1	1	0	0	42
RORAINÓPOLIS	2	5	12	9	3	0	1	0	0	32
SÃO JOÃO DA BALIZA	0	3	7	4	1	2	0	0	0	17
SÃO LUIZ	1	0	3	3	0	0	0	0	0	7
UIRAMUTÁ	0	0	1	3	0	0	0	0	0	4
MUNICIPIO IGNORADO	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
TOTAL	107	252	372	232	73	24	11	10	1	1081

física notificada através da ficha de notificação compulsória nos anos 2013 a 2015.

TABELA 01: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR FAIXA-ETÁRIA – 2013/2015
FONTE: SINANNET/NSIS/CGVS/SESAU-RR





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

A tabela 01 trata da faixa etária das mulheres que sofrem violência física no âmbito doméstico familiar.

Esse dado contém na ficha de notificação compulsória, é um dado importante para o perfil da vítima. Porém muitas vezes esses dados não são inseridos na ficha por falta de conhecimento técnico.

Mun Resid RR	Ign/Branco	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
Alto Alegre	0	2	0	14	23	39
Amajari	0	0	1	15	11	27
Boa Vista	0	12	32	576	38	658
Bonfim	0	0	0	6	5	11
Cantá	0	0	0	8	10	18
Caracarái	62	0	0	52	46	160
Caroebe	0	0	0	11	1	12
Iracema	0	1	0	8	1	10
Mucajái	0	0	0	7	2	9
Normandia	0	0	0	2	4	6
Pacaraima	0	0	3	16	23	42
Rorainópolis	1	0	0	25	6	32
João da Baliza	0	0	1	10	6	17
São Luiz	0	0	1	2	3	6
Uiramutã	0	0	0	0	4	4
Município ignorado	0	0	0	2	0	2
Total	63	15	38	754	183	1053

TABELA 02 - DADOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER POR RAÇA - 2013 a 2015
FONTE: SINANNET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

A tabela 02 trata dos municípios e etnia, Obs.: esses dados também deixam de ser notificados, principalmente quando se trata da questão indígena, por entender que a violência doméstica é cultural.

Mun Resid RR	2013	2014	2015	Total
Alto Alegre	9	19	11	39
Amajari	13	10	5	28
Boa Vista	263	252	167	682
Bonfim	3	3	5	11
Cantá	8	6	4	18
Caracarái	47	83	30	160
Caroebe	7	4	3	14
Iracema	5	2	3	10
Mucajái	5	4	0	9
Normandia	1	5	1	7
Pacaraima	14	12	16	42
Rorainópolis	8	19	5	32
São João da Baliza	12	2	3	17
São Luiz	4	1	2	7
Uiramutã	3	0	1	4
município ignorado	1	0	1	2
Total	403	422	257	1082

TABELA 03 - DADOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER
POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
FONTE: SINANNET/NSIS/CGVS/SESAU-RR

A tabela 03 traz o total de casos notificados nas unidades de saúde do estado de Roraima, é importante ressaltar que no ano de 2014 teve um aumento nas notificações dos casos de violência, no sistema, este fato segundo análise só foi possível após a capacitação realizada pela Secretaria Estadual de Saúde, aos profissionais de saúde, sobre a importância da notificação compulsória.

Uma observação importante após a aplicação do questionário, que teve como objetivo pesquisar o conhecimento dos profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde sobre as normas, portarias e legislação que preconiza a notificação compulsória e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o fluxo de atendimento a vítima de agressão física no âmbito doméstico. Com isso foi possível observar que dos 50 questionários aplicados em apenas quatro municípios, 80% dos profissionais desconhecem a importância da notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher, principalmente importância de encaminhar a vítima através da equipe de multiprofissionais aos órgãos competentes para estas sejam atendidas dentro da aplicabilidade da lei e das políticas públicas, voltadas a proteção a vida da mulher agredida.

CONCLUSÃO

O tema abordado trata da necessidade da aplicação das normas, portarias e legislações da obrigatoriedade da notificação compulsória como medida protetiva a mulher vítima de violência doméstica que busca atendimento nas unidades de saúde. Assim como a necessidade da aplicação das políticas públicas voltada a preservação da vida, como forma de garantir um atendimento humanizado a gênero feminino.

O trabalho foi realizado com base na resposta dos profissionais de saúde, através de questionários aplicados nos municípios do estado de Roraima, por esse estado esta na lista nacional do segundo estado com o maior índice de violência contra mulher, onde o agressor é o próprio cônjuge, namorado ou familiar. A violência contra a mulher, além de ser um problema jurídico e cultural é também um agravo à saúde pública. Sendo por tanto as unidades de saúde um dos meios mais procurados pela mulher que sofre violência doméstica.

Para tanto, é necessário abordar a importância da notificação compulsória nas unidades aos profissionais de saúde para que estes tenham conhecimento sobre as recomendações necessárias para atender, acolher e encaminhar a mulher vítima de violência doméstica, através da notificação compulsória. Sendo, portanto um instrumento legal não somente dados epidemiológicos, mas que possa servir de instrumento legal para autoridade policial nos casos de violência doméstica, conforme a Decisão do Supremo Tribunal Federal, do dia 09 de fevereiro de 2012, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 4.424, que altera os artigos 12º, 16 e 41 da Lei 11.340/2006. Diz que: a violência doméstica de natureza leve, ou de menor potencial ofensivo, não depende mais da representação da vítima, ou seja, passa a ser incondicionada, isso quer dizer que, qualquer pessoa que testemunha tal fato deve comunicar as autoridades competentes.

Nesse sentido, é necessária uma sensibilização da sociedade, em relação à violência doméstica e familiar. Portanto é preciso entender que a violência doméstica contra a mulher é um problema de toda sociedade que somente será superada através das ações conjuntas que possibilitem mudanças na relação de gênero.

Esses preceitos estão descritos através da Lei 10.778/2003 e normas e portarias 104/2011, revogada pela portaria 1.271 de 06 de junho de 2015, e Portaria 204 de 17 de fevereiro de 2016 preconizadas pelo Ministério da Saúde, Lei Maria da Penha 11.340/2006, Código Penal. A partir da Constituição de 1998, fica assegurada que o Estado Brasileiro avoca para si a criação de mecanismos para cobrir a violência doméstica (artigo 226, parágrafo 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Outro fato importante foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal quando julgou a Ação Declaratória de Constitucionalidade ADC nº 19 de 09 de fevereiro de 2012 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 4424 no que tange a Lei Maria da Penha. É importante ressaltar que em resumo não se aplica a Lei nº 9.099/1995 dos Juizados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Especiais, aos crimes da Lei Maria da Penha e que nos crimes de lesão corporal praticados contra a mulher no ambiente doméstico, mesmo de caráter leve, atua-se mediante ação penal pública incondicionada a representação, segundo ajuizado pela Procuradoria-Geral da República, questionando a constitucionalidade dos artigos 12, inciso I; 16; e 41 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Em resumo, decidiu-se que não se aplica a [Lei nº 9.099/1995](#), dos Juizados Especiais, aos crimes da Lei Maria da Penha e que nos crimes de lesão corporal praticados contra a mulher no ambiente doméstico, mesmo de caráter leve, atua-se mediante ação penal pública incondicionada. No julgamento da ADI 4424, o relator ministro Marco Aurélio Mello defendeu esta posição como a mais coerente com os princípios constitucionais e com as convenções internacionais sobre o tema, como a [Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher \(CEDAW, 1979\)](#) e a [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher \(Convenção de Belém do Pará, 1994\)](#).

E por fim, surgem a Sumula 542 do STJ, que trata da violência doméstica contra a mulher, disciplinando em seu texto:

“A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada”.

Esse entendimento provém de uma série de decisões reiteradas nesse sentido, provenientes não só do STJ, como também de outros tribunais e até mesmo do STF.

Sendo por tanto necessário o conhecimento destes fundamentos legais, aos profissionais de saúde para que estes possam conhecer a importância da notificação compulsória nos casos de violência doméstica contra mulher, como uma ferramenta que visa contribuir para proteção, acolhimento e prevenção da violência, tendo como princípio a garantia dos direitos humanos.

Segundo dados da Secretaria de Políticas para Mulheres, no Brasil, uma a cada cinco mulheres sofre violência doméstica, sendo que 80% das agressões são cometidas pelo cônjuge ou ex cônjuge. As véspera de completar dez anos a Lei Maria da Penha, foi criada no Brasil para com objetivo de punir os autores da violência no âmbito familiar. Hoje, esta lei é considerada uma das melhores legislações do mundo, criada no combate a violência doméstica e familiar pela Organizações das Nações Unidas ONU.

Por fim, observa-se que há muitos desafios pela frente quando a aplicabilidade da lei, porém é necessário políticas públicas voltadas ao acompanhamento psicossocial do agressor, com atendimento especializado, não basta somente punir, mas que seja aplicados meios de recuperação, para que as agressões terminem.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 340 p.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 ago. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CUNHA, Rogério Sanches, PINTO, Ronaldo Batista: **Violência doméstica Lei Maria da Penha Comentada**. Ed. 4 ver. Atual – Editora Revista dos Tribunais – São Paulo, 2012.

AGUDELO, S. F. 'La violencia: un problema de salud pública que se agrava enlaregion'. **Boletín Epidemiológico de la OPS**, nº 11, p. 1-7, 1990.

Notificação de violência contra a mulher Lei 10.788/2003. Estabelece a Notificação Compulsória, no Território Nacional, dos casos de violência Contra a Mulher: Disponível em: <http://www.planalto.com.br>. Acesso em 17 de abril de 2013.

Cartilha de Agressão à Mulher e Seus Aspectos Jurídicos

Secretaria Executiva da Mulher Advogada - São Paulo, 2012

Rua: Anchieta, nº 35 – 1º andar – São Paulo – SP, CEP: 01016-900

Telefone: (011) 3244- 2263, Disponível em: <http://www.oabsp.org.br>. Acesso em 15 de abril de 2013.

SVS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Análise de Situação e Saúde Organização Pan – Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde.

Brasil, Ministério da Saúde, Portaria nº 104 /2011/GM, Doenças e Agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória Revogada pela Portaria.

nº 1.271/2015/GM, Doenças e Agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2005.

STF. Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN4424 e ADC19 Disponível: <http://jus.com.br/revista/texto/22946/aplicacao-na-pratica-da-lei-maria-da-penha-frente-a-decisao-do-stf-na-adin-4424> . Acesso em 30 de março de 2013.

STJ. Superior Tribunal de Justiça, Súmula 542/STJ - 26/10/2015. **Violência doméstica.**

Ação penal pública incondicionada. Crime de lesão corporal resultante de

Violência doméstica Lei 11.340/2006. <http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>.

BRASIL. Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio

BRASIL. Código Penal, 1940.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

VELHICE E QUALIDADE DE VIDA NA AMAZÔNIA: UM PARALELO ENTRE MANAUS E PARINTINS

OLD AGE AND QUALITY OF LIFE IN THE AMAZÔNIA: A PARALLEL BETWEEN MANAUS AND PARINTINS

Alice Alves Menezes Ponce de Leão Nonato¹
 allicyponce@hotmail.com

Resumo: A qualidade de vida na velhice tem se conformado à ideia de “terceira idade”, como símbolo de atividade e dinamismo, e que propaga o imperativo do idoso saudável. O ideal da velhice que corre, que brinca e que dispõe de condições financeiras para custear uma alimentação diferenciada, excursões, passeios e produtos estéticos que mascaram os sinais do corpo, não é acessível a maioria dos idosos que vivem no Brasil. A imposição desse modelo tem desconsiderado as particularidades regionais e a construção sociocultural que permeia a trajetória de vida dos idosos, sobretudo na Amazônia, cuja formação social contém traços que não seguem necessariamente esse modelo. Este estudo tem como objetivo traçar uma análise sobre a qualidade de vida dos idosos que vivem em Manaus e na cidade de Parintins, comparando os fatores de qualidade de vida na velhice. Para isso, utiliza-se uma metodologia ancorada na abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo realizada nas duas cidades. A conclusão aponta que não há um modelo padrão de qualidade de vida porque não um modelo padrão de velhice. Na Amazônia, a qualidade de vida é assentada nos complexos de sociabilidade e nas relações entre homem e natureza.

Palavras-chave: Qualidade de vida, Idoso, Políticas Públicas, Saberes Tradicionais.

INTRODUÇÃO

Envelhecer é condição humana, natural e inevitável. O envelhecimento é um processo contínuo que se inicia desde o momento em que a vida é concebida no ventre materno acompanhando todo o ciclo de vida do indivíduo até a morte. A velhice é uma das fases do desenvolvimento humano marcada por mudanças biopsicossociais.

Apesar de todos caminharem naturalmente para a velhice, a não ser que se morra antes, essa fase da vida deve ser entendida em sua pluralidade porque é experienciada de formas diferentes. Para Beauvoir (1990), a saúde física e mental, o gênero e a classe social são fatores que influenciam nas diversas vivências do envelhecimento pelos indivíduos.

¹ Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas de Parintins – AM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Além desses aspectos, a cultura delinea traços específicos que configuram as relações do Outro com o idoso e os aspectos que influenciam em sua qualidade de vida. De um país a outro ou dentro de um mesmo país com suas várias regionalidades, demonstra-se formas particulares de envelhecer. E também envelhecer em um espaço urbano é diferente de envelhecer na zona rural.

Se a população ganha em longevidade, busca viver esses anos a mais conquistados com qualidade de vida. As proposições que giram em torno da qualidade de vida na velhice caminham rumo a práticas de exercícios físicos, a uma boa alimentação, a atividades de socialização oferecidas pelos serviços sociais e o preenchimento do tempo livre da aposentadoria com passeios, excursões e viagens.

Esse modelo de qualidade de vida na velhice passa a ser um imperativo uniforme que deve ser seguido por todos os idosos, independente de situação econômica, saúde, gênero etc. Está diretamente ligado ao que se cunha chamar “terceira idade”. Segundo Mercadante (2003), “terceira idade” é um eufemismo que se propõe a superar os estigmas que permeiam a palavra “velho” e é signo de atividade e dinamismo. Os indivíduos que pertencem a essa categoria detem um certo poder aquisitivo que lhes permitem consumir e dispor de prerrogativas que não são acessíveis a maioria dos idosos que vivem no Brasil, inseridos em um contexto de pobreza e exclusão social.

Qualidade de vida é um termo difícil de ser precisado. Para Albuquerque (2008), qualidade de vida “engloba o campo econômico e uma vasta lista de necessidades, recursos e valores individuais, até a consideração das preocupações, problemas e objetivos societários que conformam a política social” (p. 74).

Na Amazônia, residem idosos que em suas juventudes vieram para a região no período de implantação da Zona Franca de Manaus (1967) e que se instalaram, sobretudo, na capital Manaus, inserindo-se no comércio e no trabalho nas indústrias do Polo Industrial de Manaus. Outra parte da população idosa vive nos interiores do Amazonas e trabalharam na agricultura, na pesca, no cultivo da juta e como comerciantes. O rural e o urbano na Amazônia comportam formas de vida distintas. No urbano, o capital é constante e os prazeres são simbolicamente construídos. O rural é marcado por relações produtivas rudimentares e familiares, cooperação e um estilo de vida mais bucólico (SILVA, 2011).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), Manaus é a primeira cidade do Amazonas em número de idosos, contando com 108.902 pessoas. Em segundo lugar, destaca-se Parintins (distante 369 KM da capital) com 6.067 pessoas com 60 anos ou mais. Apesar de se encontrarem em um mesmo território geográfico, Manaus e Parintins revelam traços diferentes de ser idoso na Amazônia. A primeira, por se tratar de uma capital, dispõe de um conjunto de serviços ofertados aos idosos dentro do escopo das políticas de saúde e assistência social que se propõem a atingir o ideal da “velhice ativa” nos moldes do signo da “terceira idade”. Em Parintins, o descaso do governo municipal e estadual com as políticas públicas reflete na baixa qualidade dos serviços prestados e na falta de uma política específica para os idosos. Em contrapartida, a elaboração de uma velhice ativa pelos idosos parintinenses se configura na reinserção no mundo do trabalho, na participação nas manifestações socioculturais da cidade e na valorização social de suas experiências de vida no exercício das atividades de cura, reza e benção.

A saúde como fator de qualidade de vida é entendida sob a dimensão holística do conceito ultrapassando a esfera clínica do tratamento. A qualidade de vida do idoso, segundo Litvoc e Brito (2004), deve contemplar três fatores: a baixa probabilidade de doenças e de incapacidade relacionada a elas, boa capacidade funcional, tanto física como cognitiva, e participação ativa na comunidade.

Nessa perspectiva, este trabalho busca analisar de que forma Manaus e Parintins tem articulado a saúde à busca pela qualidade de vida na velhice. Como duas cidades em maior número de idosos no Amazonas, elas tem se diferenciado nas formas de se viver a velhice e na oferta dos serviços oferecidos, e conseqüentemente, repercutido na qualidade de vida dos idosos em ambas as cidades. A metodologia deste trabalho consiste em pesquisa bibliográfica e de campo, que vem sendo realizada na cidade de Manaus e Parintins no período de 2007 a 2016.

MANAUS E A REDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE

Segundo Leão (2015), em Manaus a rede de serviços voltada aos idosos no âmbito da qualidade de vida está centrada na política de saúde e assistência social. Na primeira,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

há a oferta de serviços para o controle dos agravos e na segunda, a oferta de serviços de convivência, como forma de parceria para a promoção à saúde do idoso.

Na política de saúde, existem as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e três Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMI), em Manaus. A UBS é a porta de entrada dos serviços de saúde sob a responsabilidade da gestão municipal. Localizada nos bairros, é o primeiro acesso dos idosos na rede de atendimento socioassistencial. Lá, os idosos geralmente procuram o Programa Hiperdia para o controle da hipertensão e diabetes, os exames de rotina e também é viabilizado o acesso aos medicamentos para o controle de seus agravos. O CAIMI é um serviço especializado aos idosos, sob a responsabilidade do governo estadual. É uma espécie de atenção primária (com o diferencial do público atendido ser somente constituído por idosos, diferente da UBS) e de média complexidade, pois oferta especialidades clínicas que a UBS não dispõe.

Os centros de convivência de que participam os idosos em Manaus estão sob a responsabilidade do governo estadual e dentro da política de assistência social na proteção básica. A oferta dos serviços de socialização e atividades físicas contam com a supervisão de equipes multiprofissionais contratadas temporariamente que, sem capacitação profissional para conduzir um trabalho que corresponda às reais necessidades dos idosos usuários, recaem em um direcionamento parcializado, fragmentado e imediatista, como se a construção de um envelhecimento com qualidade de vida se reduzisse às atividades de lazer e ocupação do tempo livre.

Apesar da rede de serviços voltada aos idosos estar estruturalmente organizada, na prática, o que se vê é a fragmentação das ações e a redução da atenção prestada ao enfoque da dimensão clínica do tratamento que reduz o idoso a mero corpo doente. Os serviços de saúde no Brasil não estão preparados para lidar com as demandas que os idosos apresentam, tendo em vista que a política de saúde deve ser pautada por uma nova abordagem, que possa reconhecê-los como cidadãos portadores de direitos com vistas à melhoria da qualidade de vida no processo político, na vida em comunidade e no autocuidado no âmbito familiar.

Já que na velhice a ausência de doença é rara, deve-se buscar a satisfação com a vida por meio da reestruturação de um paradigma de saúde inovador que vá muito além da ausência de doenças, mas que seja pautado pela busca da qualidade de vida, como reflexo da autonomia – capacidade de decisão e de comando, capacidade de determinação



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e execução dos próprios desígnios e independência, capacidade de realizar algo com seus próprios meios.

Nesse sentido, a saúde do idoso demanda a integração de práticas e saberes multidimensionais e interdisciplinares por meio de uma avaliação geriátrica ampla. Os serviços de saúde no Brasil precisam dar um salto qualitativo que se pautem por uma nova abordagem ao idoso, reconhecendo-o como cidadão portador de direito com vistas à melhoria de sua qualidade de vida no processo político, na vida em comunidade e no autocuidado no âmbito familiar.

As UBSs que fizeram parte da pesquisa em Manaus oferecem o Programa Hiperdia para o controle da hipertensão e diabetes aos portadores dessas doenças, geralmente pessoas a partir de 40 anos, incluindo os idosos. A rotina de atendimento é a cada três meses para renovar a receita médica e continuar recebendo os medicamentos. Por determinação da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, há um calendário de palestras que precisam ser cumpridas para cada programa de saúde que existe na atenção básica. No Programa Hiperdia, na maioria das vezes, as ações socioeducativas são ministradas por enfermeiros e técnicos de enfermagem e os assuntos são de ordem clínica. Em alguns casos, quando um assistente social compõe a equipe, reiteram as prescrições clínicas no lugar de contemplar os aspectos sociais do processo saúde-doença.

Os CAIMIs pesquisados, por transitarem entre a atenção básica e a média complexidade voltados especificamente aos idosos, tem sido a porta de entrada da rede de atendimento preferencial utilizada por esse público. Constatou-se que as atividades de educação em saúde também priorizam a esfera clínica do tratamento e a qualidade de vida é primada pela promoção de passeios e excursões com grupos de idosos que frequentam há mais tempo os CAIMIs, além de oficinas da memória e atividades produtivas com vistas a angariar recursos para as atividades recreativas. Entretanto, além dessas atividades não serem desenvolvidas de forma interdisciplinar, elas fomentam o signo da “terceira idade” ao não se deslocarem a partir das condições reais de vida dos idosos usuários do sistema público de saúde.

Com relação aos Centros de Convivência que fizeram parte da pesquisa, observou-se a primazia da inserção dos idosos nas atividades esportivas e de socialização como parte do tratamento de saúde e melhora do bem-estar e ocupação do tempo livre. As atividades socioeducativas não tocam a estrutura de exclusão social por que passam



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

diariamente os idosos nas situações de desrespeito aos seus direitos e os preconceitos que enfrentam. Os cursos profissionalizantes oferecidos poderiam estar de acordo com as necessidades dos idosos e fomentarem uma atividade produtiva para complementar suas rendas. A rotatividade dos profissionais na área da assistência social que compõem o quadro de profissionais que atuam nos centros de convivência compromete a qualidade dos serviços prestados a população, traduzindo-se em ações descontínuas e parciais.

Portanto, observou-se que em Manaus, o direcionamento das ações que contemplam o conceito de qualidade de vida na velhice está descolado do entendimento do idoso como um ser complexo e biopsicossocial. Ao priorizar o bem-estar físico, com a oferta de serviços de saúde que controle os agravos e a prática de exercícios físicos, fica claro que, por mais importante que esses aspectos sejam, reduz-se à esfera clínica do tratamento, como se o idoso fosse considerado como apenas um corpo doente. As atividades socioeducativas realizadas pelos profissionais nos serviços de saúde e nos centros de convivência, sem um planejamento interdisciplinar, reforçam as prescrições clínicas apontadas no consultório médico ou são esvaziadas de empoderamento político e socioeconômico (LEÃO, 2015).

A qualidade de vida do idoso em Manaus, a partir dos resultados da pesquisa realizada nas instituições pesquisadas, recai no imperativo do idoso saudável. Trata-se de um “dever-ser”, um modelo a ser seguido e que é de responsabilidade do próprio indivíduo manter-se ativo através do controle de saúde e a ocupação do seu tempo livre. Apesar dos avanços obtidos na oferta dos serviços de saúde, incluindo os de convivência social, é preciso atentar para a necessidade de um trabalho interdisciplinar e intersetorial onde os saberes possam estar conjugados em atenção às demandas dos idosos em uma perspectiva de desmistificação de uma cultura que unifica um único modelo de velhice e as políticas públicas articuladas no intuito de oferecer o enfoque de totalidade na atenção prestada.

OS SABERES TRADICIONAIS E A VIDA ATIVA DOS IDOSOS COMO FATORES DE QUALIDADE DE VIDA EM PARINTINS

Na cidade de Parintins, o sucateamento dos serviços públicos de saúde e a negligência do governo municipal não dedicam nenhuma atenção especial ao idoso nos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

programas desta política pública. Há apenas duas sedes de um centro de convivência para idosos, um na área urbana e outro na área rural, sob a responsabilidade da prefeitura. Os outros núcleos de convivência não contam com uma sede própria e nem com profissionais especializados que conduzam as atividades com os idosos. Geralmente são monitores, pessoas de nível médio, que conduzem ações, como exercícios físicos e promoção de festas. Atividades socioeducativas dependem de projetos de extensão de professores e alunos das universidades.

Apesar de contar com um número significativo de idosos frequentadores desses centros de convivência, a maioria dos idosos que vivem em Parintins não tem muita vontade de participar desses grupos de “terceira idade”, mas que nem por isso dizem que não tem uma velhice com qualidade de vida.

Sendo a maioria dos idosos de Parintins pobres, inclusive os que frequentam os centros e os núcleos de convivência para idosos, o que se percebe é uma velhice ativa por conta da permanência no trabalho, sobretudo o trabalho informal, a formação de redes de sociabilidade estabelecidas nos circuitos socioculturais que vão desde a igreja à participação na festa dos bois-bumbás garantido e caprichoso e as formas de elaboração que encontraram nos saberes tradicionais para a manutenção de suas saúdes.

As redes de sociabilidade são constituídas nas conversas na calçada de suas casas, nas caminhadas pelas praças da cidade, nos bares, nos comércios e na participação na igreja, nas festas dos santos padroeiros e nas manifestações socioculturais, como as quadrilhas, o festival folclórico dos bois-bumbás, a festa das pastorinhas e os bailes para idosos. Os idosos dizem que tudo isso fazem com que não queiram ir embora de Parintins para outro lugar para viver.

A saúde, como fator de qualidade de vida, é experienciada pelos idosos com a ajuda de seus saberes tradicionais, que se manifestam nos chás, nos banhos, nas rezas e nas benzições. Para os idosos parintinenses, ir ao médico é uma questão de urgência ou emergência, somente em caso de vida ou morte. E quando é preciso ir, não abrem mão de continuar fazendo uso dos remédios caseiros, além dos remédios farmacêuticos prescritos pelos médicos.

Muitos idosos dizem não se deixar abater pelas doenças e se cuidam para não ficar acamados para não comprometer o desenvolvimento de suas atividades diárias e cair na dependência dos outros. Quando necessária a ingestão de medicamentos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

farmacêuticos, esta é realizada juntamente com o uso de chás, banhos, essências, garrafadas e outras misturas caseiras. Para eles, a mistura entre os conhecimentos tradicionais e os científicos potencializam o efeito de combate às enfermidades, deixando-os prontos para voltar às atividades do dia-a-dia o mais rápido possível. As receitas, os remédios caseiros e os ensinamentos são repassados não somente de geração para geração, mas também a amigos e à vizinhança, havendo assim uma troca de conhecimentos solidária dentro da comunidade.

A prática da medicina popular atua em conjunto com a medicina científica para a manutenção da saúde e a proteção dos indivíduos. O uso de elementos da natureza somados a religiosidade é uma técnica utilizada pelos idosos de Parintins no combate às enfermidades que os acometem, soldadas por um imaginário que credibiliza uma eficiência mágico-religiosa na cura do corpo e da alma. É comum o uso de chás, banhos e garrafadas pelos idosos. Os chás são utilizados para algum tipo de doença, dor, mal-estar; os banhos são utilizados para tirar “mau-olhado” e inveja em que a pessoa fica abatida e desanimada, e as garrafadas são utilizadas para dar força, vigor, pois é um fortificante. Na composição destes remédios, utilizam-se flores, frutos, folhas, cascas e raízes, e alia-se tudo isso, às rezas e orações. Para dona Tulipa (nome fictício) de 78 anos, frequentadora do centro de convivência para idosos:

Tomo chá de hortelã grande, hortelãzinho, erva cidreira, capim cheiroso para o estômago e gripe. Eu uso de banho porque eu gosto, ferver para banhar minha cabeça e corpo, uso muitas folhas como pião roxo, girúm, limão, alho, algodão roxo para tirar mal-olhado do corpo.

Essa idosa faz uso de chás e banhos para curar algumas doenças como gripe, desconforto estomacal e outras que acometem naturalmente qualquer pessoa. Os chás trazem em pouco tempo alívio do mal-estar, a normalização da pressão e cessam determinadas doenças. O uso dos banhos funciona como prevenção e limpeza, um hábito recorrente também para a manutenção do bem-estar.

As garrafadas, composto líquido de frutas, folhas, raízes, cascas de árvores e, por vezes, um pouco de bebida alcoólica, também são utilizadas como remédios caseiros na cura e melhora de doenças. Quem faz as garrafadas diz que aprendeu com os pais e que ao longo do tempo foi aperfeiçoando os ingredientes de acordo com o conhecimento



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

das plantas da floresta e suas propriedades medicinais para cada doença. As garrafadas são compostos holísticos e além de servir para um tratamento a curto, médio e longo prazos, também promete recuperar o vigor e a força física. Por isso, muitos idosos de Parintins relatam, inclusive, ter mais disposição para o sexo após a ingestão das garrafadas, inicialmente ingerida para a melhora de alguma doença.

Uirapurú (nome fictício), 85 anos, frequentador do centro de convivência para idosos, destaca:

Eu tomo garrafada de quebra-pedra, folha de abacate, verônica, de pobre-velho para melhorar a situação física da gente. Chá, eu pouco faço, ao invés de fazer chá todo dia, faço garrafada. Banhos, eu estava tomando um que uma mulher estava fazendo para mim, banho de laranjeira para lavar minha alergia, eu melhorei. Meus remédios são esses, remédios caseiros, remédios antigos que eu aprendi quando era criança. Naquele tempo não tinha médico, os remédios da minha juventude eram remédios caseiros.

O uso das garrafadas é recorrente na vida dos idosos de Parintins para a manutenção do vigor físico. As folhas, as raízes e as cascas de árvores utilizadas no preparo contêm propriedades terapêuticas cientificamente comprovadas, responsáveis pela melhora de doenças, aumentar a disposição, restaurar as forças e dar vitalidade. Seu uso, deste modo, faz com que os idosos se sintam bem dispostos e alegres, capazes de continuar realizando suas atividades diárias com o mínimo de dependência. Muitos idosos aprenderam a fazer esse tipo de remédio com seus pais, avós ou pessoas que trabalham com esse tipo de cuidados, como é o caso dos rezadores, puxadores e benzedeiros, que na sabedoria popular são conhecidos por possuírem determinado dom que contribui para a manutenção da saúde.

A qualidade de vida dos idosos de Parintins entrevistados é diretamente relacionada à manutenção de uma boa capacidade funcional para o desenvolvimento de suas atividades diárias com o máximo de autonomia e independência. A manutenção da capacidade funcional é garantida pelos cuidados com a saúde através dos saberes populares e dos remédios naturais que se encontram na floresta, que servem para curar não só as doenças do corpo, mas também às da alma, através das rezas e benzições.

A maioria dos idosos que vivem em Parintins tem uma vida ativa ligada ao trabalho informal, à inserção em circuitos socioculturais, à participação nas festividades



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do município, além de rezadeiras, benzedadeiras e puxadores. Há idosos que frequentam os centros de convivência e há aqueles que não se interessam em participar porque o convívio com os amigos e familiares satisfaz as suas vidas. A precariedade dos serviços públicos de saúde voltados aos idosos aliada a uma cultura popular tradicional de dar preferência aos remédios naturais da floresta faz com que os idosos que vivem em Parintins usufrua de uma qualidade de vida distante do modelo da “terceira idade”, mas que resguarda um estilo de vida saudável e a manutenção de uma boa capacidade física, cognitiva e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manaus e Parintins, apesar de estarem localizadas no Amazonas, e ambas liderarem o maior número de idosos no mesmo estado, a oferta de serviços que contemplem a qualidade de vida do idoso é discrepante quando compara-se a capital a uma cidade pólo no interior do Amazonas. Além disso, a forma como os serviços socioassistenciais tem contemplado a perspectiva de qualidade de vida muitas vezes reforça o ideal da “terceira idade” ao não refletir nas ações desenvolvidas as demandas provenientes das reais necessidades dos idosos que vivem na Amazônia, valorizando os saberes tradicionais, as festividades e as redes de solidariedade e trabalho construídas ao longo da trajetória de vida dos idosos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Lins de. **Envelhecimento ativo: desafio do século**. São Paulo: Andreoli, 2008;
- ALVES, Érica Nascimento. **Velhice, memória e cultura: um estudo sobre as representações de ser idoso na área urbana de Parintins**. Orientação: Prof^a MSc. Alice Alves Menezes Ponce de Leão Nonato. Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins. PIBIC/UFAM, 2016;
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Editora Nova Fronteira, 1990;
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010;
- FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. O imperativo do idoso saudável: dimensões éticas. *In: Envelhecimento humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva*. Loiva Beatriz Dallepiane (org.). Ijuí, Editora Unijuí, 2009 (Coleção Saúde Coletiva);
- MERCADANTE, Elisabeth F. **Velhice: a identidade estigmatizada**. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIV , n^o 75 – setembro 2003;



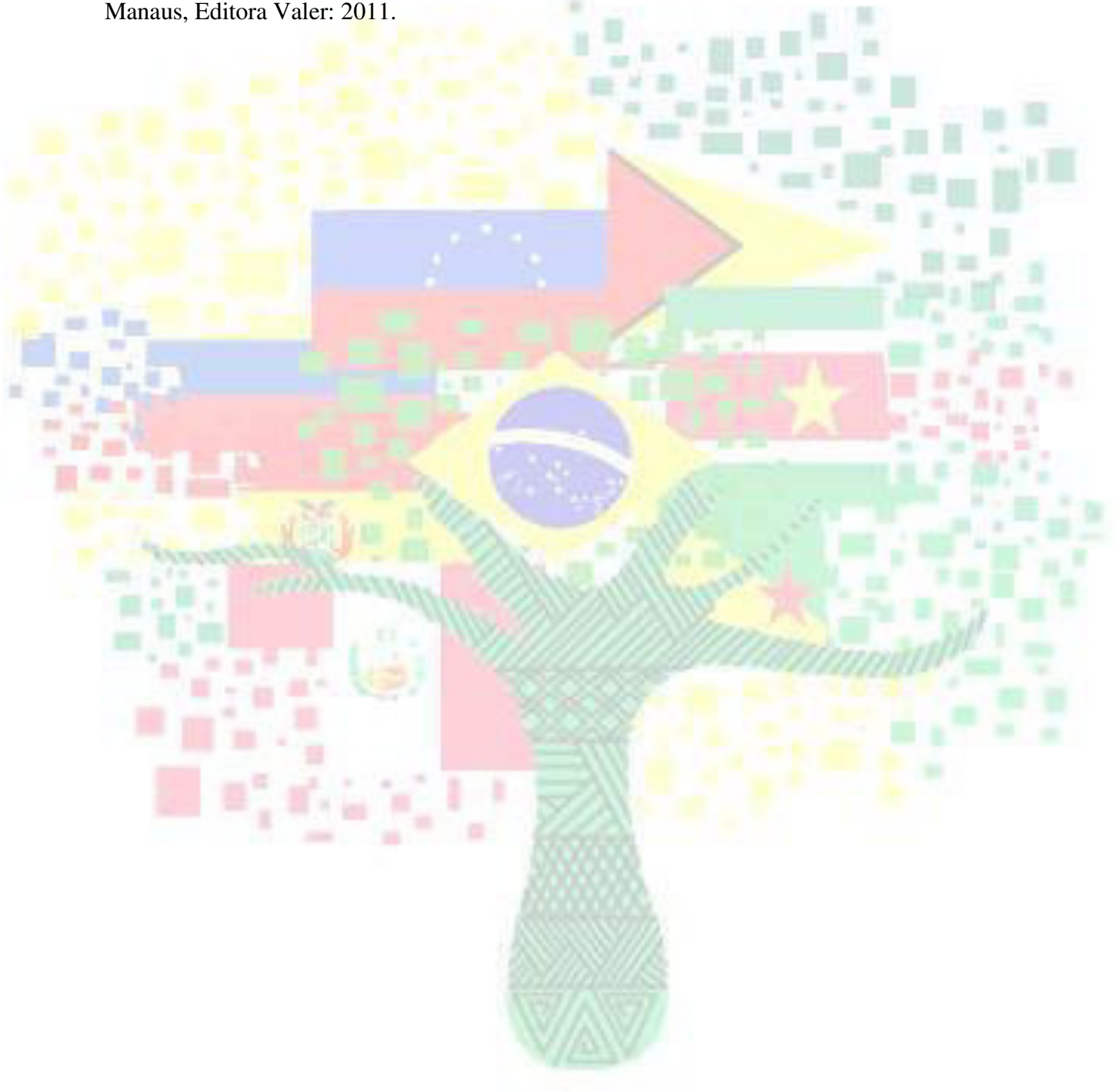


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

LEÃO, Alice Alves Menezes Ponce de. **Serviço Social e Velhice**: perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso em Manaus. Manaus: Edua, 2015;

LITVOC, Júlio e BRITO, Francisco Carlos. **Envelhecimento** – Promoção e Prevenção da Saúde. São Paulo. Editora Atheneu, 2004;

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Rural e urbano na Amazônia**: as vilas de Parintins. *In: Espaços urbanos na Amazônia: visões geográficas*. José Aldemir de Oliveira (org.). Manaus, Editora Valer: 2011.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

UMA INTERPRETAÇÃO WEBERIANA DA MÚSICA MANAUENSE

A WEBERIAN INTERPRETATION OF MUSIC MANAUENSE

Fabiano Santos de Souza¹

Marilene Corrêa da Silva Freitas²

RESUMO

A música manauara, no que se refere ao estilo “MPA” (Música Popular Amazonense) possui características que permearam toda uma geração de artistas, caracterizando uma racionalidade no sentido das músicas adotarem uma temática que explore o “universo amazônico” na elaboração das letras, na produção da sonoridade que se reflete na utilização de tonalidades suaves nas melodias, sons do cotidiano, na intelectualidade presente no cenário musical a qual ela está vinculada e do público consumidor da música. Neste sentido, o presente estudo pretende-se compreender as redes que interligam o processo de formação da música manauense, no que se refere à sistematização adotada nas composições de letras e músicas, que retratam o estereótipo de “modo de vida do sujeito amazônico” e suas relações socioculturais, debruçando-se especificamente sobre o estilo “mpa”. Para isso utilizaremos como aporte teórico e metodológico a teoria weberiana, que é desenvolvida seguindo os preceitos do estruturalismo, todavia, tal como Max Weber considera que a música se torna uma esfera para a produção do conhecimento em relação à construção da identidade desses sujeitos, considerando também as relações históricas e mercadológicas a qual o universo musical está inserido. Os sujeitos delimitados são os artistas, compositores, produtores e público ligados ao estilo mpa. Apesar de utilizarmos a teoria Weberiana, adotaremos um olhar interdisciplinar ao considerarmos as relações socioculturais dos sujeitos envolvidos.

Palavras-Chave: música, amazônia, teoria weberiana.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge como desdobramento de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, em nível de Mestrado. Nosso objetivo principal consiste em compreender as redes que interligam o processo de construção da música produzida por artistas locais na cidade de Manaus. Devido à variedade de

¹ Licenciado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: Fabiano.history@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilene.correa@uol.com.br.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

gêneros musicais que constituem o universo musical na cidade, elegemos uma categoria, a qual definimos por Música Popular Amazonense (MPA), mas percebendo esse seguimento musical como um estilo específico de música, e não uma classificação generalizante, onde os autores desse segmento retratam nas letras das canções uma temática que explora o “universo amazônico”, sendo no modo de vida das populações tradicionais, no imaginário dos povos pertencentes a Amazônia e na sonoridade reproduzida, que apresentam tonalidades suaves nas melodias e instrumentos que imitam sons característicos da região amazônica como sons de rios, cachoeiras, canto de pássaros e elementos presentes na cultura do sujeito amazônico.

Para tanto utilizaremos as teorias, conceitos e metodologias desenvolvidas por Max Weber, por este autor abordar os sentidos e significados nas ações dos sujeitos de uma forma que atende todas as expectativas estabelecidas pelas Ciências Sociais no que se refere à construção e objetividade do conhecimento científico. Weber se propõe a desenvolver uma análise que compreenda os valores atribuídos a cultura através de uma perspectiva histórica e sociológica, considerando que essa fusão conceitual produz um campo específico, o qual ele nomeia “Ciências da Cultura”. Segundo Weber, “quando se dá o nome de “ciências da cultura” às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir da sua significação cultural, então a “ciência social”, tal como nós a entendemos aqui, pertence a esta categoria” (COHN, 2003, p. 83).

Não só no que compete às abordagens desenvolvidas por Weber em relação à cultura, especificamente a música, pretendemos também busca entender qual a relação que o mercado musical possui na constituição do padrão encontrado na música manauense, em particular o estilo mpa, em explorar essa idealização do homem amazônico, caracterizando uma sonoridade peculiar da região, a partir da perspectiva de Weber, onde a esfera cultural também age sobre a esfera econômica.

Por outro lado, o conjunto de todos os fenômenos e condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

natureza dos seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do “desenvolvimento econômico”, tornando-se assim “economicamente relevante”. (COHN, 2003, p. 81)

2. EPISTEMOLOGIA WEBERIANA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Max Weber é um dos pioneiros ao desenvolver uma interpretação compreensiva da ação dos sujeitos. Para o autor “O comportamento humano (“ação”) pode ser interpretado devido ao fato de ter um “sentido”, pois pode ser determinado por “avaliações” e por “significados”, é apreendido de maneira específica por nosso interesse casual [...]” (WEBER, 2001, p. 94). Dessa forma compreendemos as ações dos sujeitos sendo condicionada por finalidades específicas, que constituem um objetivo consciente, que age paralelamente ao conhecimento dos meios necessários para alcançar essas objetivações. Esses sentidos que orientam a ação dos indivíduos são baseados nos valores adotados pelos mesmos. Logo, a cultura é o resultado de múltiplas significações inteligíveis. “O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos a ideias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós” (COHN, 2003, p. 92). A cultura é também o resultado de um processo de racionalização que é peculiar nas sociedades ocidentais.

A racionalização é uma das principais categorias de análise de Weber. Segundo o autor, a vida dos indivíduos na sociedade é orientada por um sistema de organização, sendo ele alicerçado na forma de intelectualização, dos procedimentos técnicos e científicos típicos das sociedades modernas, e peculiar nas sociedades ocidentais. Existem também várias formas de se definir a racionalização, sendo que dentre essas maneiras de compreensão, ela pode se apresentar como uma ação sistemática. “Racional pode significar uma “disposição sistemática...” (WEBER, 1982, p. 338).

Weber alerta que podem ser percebidas diversos tipos de racionalização, em diversas esferas da vida, e que estas racionalizações se apresentam através de uma grande diversidade. Ao analisarmos a valoração adotada nas composições dos artistas atuantes na cidade de Manaus, utilizamos o conceito de racionalização como uma organização sistemática e técnica da cultura, que sofre influência de diversos processos históricos,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dentre eles o desenvolvimento da cidade de Manaus na esfera econômica e a necessidade da cultura local expressar uma identidade, que dialogue com o meio a qual está inserido, além da participação em um mercado audiovisual que se consolida. Weber busca de forma singular “o conhecimento da realidade concreta segundo o seu significado cultural” (WEBER, 2001).

2.1. A RACIONALIZAÇÃO DA MÚSICA

Para nos situarmos no universo teórico que nos propusemos para compreender e interpretar a realidade que se apresenta na esfera cultural da cidade de Manaus, especificamente na música, precisamos nos ater ao contexto histórico-sociológico que as teorias analisam. Weber buscou compreender o que orientava as ações dos sujeitos na construção das diversas redes de que constituem os fenômenos na vida dos indivíduos nas sociedades ocidentais a partir do advento da modernidade. Ele acreditava que os fenômenos culturais, assim como todas as outras esferas da vida em sociedade eram dotadas de sentidos e significados, todavia possuíam uma racionalidade que adequava os meios aos fins nas ações sociais dos indivíduos.

Contudo, o processo de racionalização apresentar uma série de significados distintos para o conceito de racionalidade. Ao abordar as múltiplas facetas da racionalização, Weber salienta:

Temos de lembrar-nos, antes de qualquer coisa, que “racionalismo” pode significar coisas bem diferentes. Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos. O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Esses tipos de racionalismo são muitos diferentes, apesar do fato de que em última análise estão inseparavelmente juntos. (WEBER, 1982, p. 337).

Nesse sentido, Weber em sua obra “Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música” que a música no que se refere a sua constituição técnica adota um sistema sonoro que possui disposições tonais característicos das sociedades ocidentais modernas, padrão este que o autor interpreta como uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

forma de racionalização própria da música, mas que sofreu influência de outras esferas. Com isso, o autor coloca que racionalidade pode adotar diversas dimensões na vida social e música tornou-se uma dessas dimensões nas sociedades modernas ocidentais. Segundo Gabriel Cohn no prefácio da referida obra, “A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação” (WEBER apud COHN, 1995, p. 17), ou seja, é através da compreensão dos diversos tipos de racionalização que pode-se chegar a uma interpretação dos significados que vá além dos dados estruturais.

A música moderna por si só já apresenta elementos que induzem a interpretação de um processo de racionalização. Percebemos essas características por exemplo através do sistema de escrita musical que se desenvolveu, com base nas notas musicais, no sistema de tonalidades e intervalos, na construção das escalas. Outro fator a ser considerado são os instrumentos musicais que passam por uma evolução que concomitante as mudanças na técnica, e um fator que deve ser considerado também é a postura dos músicos, independente, inovador e que vai de encontro as tendências estabelecidas pela relação com o sacro, tornando-se seculares. Desta forma, as análises sociológicas da música desenvolvidas por Weber não tratam simplesmente de uma compreensão técnica da música ocidental, através de um processo de racionalização. As relações sociais ligadas a música se modificaram. A música ocidental tornou-se autônoma ao longo do tempo, haja vista que em diversos momentos da história, a arte esteve intrinsecamente ligada a religiosidade e/ou a serviço dela. Esse fenômeno é acentuado durante a idade média, período que antecede o advento da modernidade e a constituição de racionalizações típicas nas sociedades modernas.

3. A MÚSICA POPULAR AMAZONENSE

A partir dos últimos anos da década de 60, inicia-se na cidade de Manaus um processo de transformação urbana de forma lenta e gradual, que acompanhava o desenvolvimento econômico latente após a implantação da Zona Franca de Manaus. Atreladas a essas mudanças, observamos a redução



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dos bailes em clubes muito típicos na cidade e a proliferação do uso do rádio. O cenário musical na cidade passa a se modificar e popularização do uso do rádio devido a facilitação do seu acesso, promoveu a criação de vários programas que colocavam em evidência a música de artistas locais.

Na década de 70, os bailes de clubes não estavam mais em tanta evidência. Os festivais de música ganham maior expressão na cidade, até mesmo pelo momento político que o país atravessava. Nesse contexto percebemos movimentos musicais em âmbito nacional que apesar de sofrer influência de diversos estilos musicais brasileiros e estrangeiros ressalta o regionalismo em suas músicas, abordando uma linguagem popular e descrevendo situações do cotidiano, a exemplo o Tropicalismo na Bahia. Vasco Mariz (1977) em sua obra sobre a música popular brasileira alerta que o a tropicália, que colocou a música brasileira em evidencia mundial através de suas músicas com múltiplos elementos, considerava a questão regionalista como fator essencial.

No caso da cidade de Manaus, a música local também vai incorporar as tendências desenvolvidas no contexto nacional, mesmo porque politicamente a cidade passava por um movimento de integração nacionalista que buscava estreitar as relações econômicas e culturais da região norte com os centros urbanos e administrativos do país. Logo, ao adentrar no mercado fonográfico os artistas locais também iniciaram um processo de regionalização da música local, que vai evidenciar o modo de vida do caboclo amazônico. Menezes (2011) ao analisar a música amazonense e as influências do regionalismo para a música local destaca:

Do ponto de vista histórico, este entendimento se aplicaria à Música Popular feita em Manaus, enquanto reflexo de modificações regionais vivenciadas em nível local, pode-se fazer uma leitura de Amazônia, mas vista da cidade de Manaus. A partir do advento da Zona Franca de Manaus, cuja geopolítica da época prescrevia a integração regional do Norte à dinâmica de uma economia nacional concentrada no centro-sul do país. Assim, a Música Popular produzida neste contexto social assumiria um conteúdo musical discursivo e crítico das especificidades e dos problemas sociais regionais. (MENEZES, 2011, p. 39).

A partir da década de 1980 os movimentos musicais estavam associados aos movimentos estudantis principalmente os oriundos da Universidade Federal





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do Amazonas, haja vista que o festival universitário de música já fazia parte do universo cultural da cidade naquela época e na década anterior. Nesses festivais cada vez mais via-se a participação dos artistas locais abordando estilos musicais de temáticas diversas. O momento político e as expressões do cotidiano da vida do homem amazônico como o imaginário das lendas amazônicas, a religião, o trabalho, a culinária descrito nessas canções.

Destacamos como exemplo o Grupo Raízes Caboclas, formado na década de 80, o grupo influenciou diversos artistas locais, além de proporcionar uma projeção internacional da cultura local. O grupo tem como temática principal os elementos da cultura amazônica, modo de vida dos sujeitos amazônicos popularmente conhecido como “caboclo”, além de uma sonoridade característica que é produzida pela incorporação de instrumentos de fabricação própria aos instrumentos convencionais e até mesmo instrumentos utilizados por orquestras sinfônicas, além de referenciar em suas canções rituais de diversas etnias indígenas da região.

A música “banzeiro” demonstra de forma bem-humorada e utilizando expressões linguísticas regionais e expressões culturais para falar de sexualidade.

Hamm... hamm... ham...

É o gemido da caboca no banzeiro

E o caboco banzeirando

Vai fazendo chap-chap

E o corpo fica molhado

No gostoso galopar.

Hamm... hamm... ham...

Reviro os oio

No momento mais gostoso

E o balanço do caboco

Vai ficando remançoso

É o momento do banzeiro





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No prazer se derramar.

Chap, chap, chap, chap
 Chap, chap, chap, devagar
 Chap, chap, chap bem ligeiro
 É o som do meu banzeiro
 Na canoa balançar.

Diversos outros artistas locais adotaram e ainda adotam as relações socioculturais que compõem a região amazônica. Dentro desse vasto universo, destacamos Antônio Pereira, conhecido apenas como Pereira, um outro artista que é referência na música da cidade de Manaus. Pereira também utiliza nas letras de suas canções referências marcantes da “vida cabocla”. O autor coloca-se como uma resistência dentro das tendências estabelecidas pelo mercado musical e os instrumentos de comunicação de massa.

A música “Fogo, noite e luar” recortando um segundo exemplo, retrata o cotidiano do ribeirinho, suas atividades de trabalho e as formas que os sujeitos expressam suas angústias causadas pelas dificuldades impostas na região.

Queria que essa porta aberta
 Me levasse ao fim desse amor
 O rio dessa mata aberta
 Como fosse corda a enforcar
 Tentar vencer a ribanceira
 Mãe da cachoeira a roncar
 Batalha o peixe nessa beira

Que esse fogo é noite, é luar
 Pescador de longe vem
 Traz cachaça pra tomar
 Traz família, traz também
 Fumo forte pra queimar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Um dia eu quero estar presente
 Para ouvir meu povo cantar
 Como se fossem pássaros
 Descendo sobre o ingazal
 Vencer o rio a vida inteira
 E com ele chegar ao mar
 E em cada cachoeira que passasse

Um copo pra me afogar
 Quando a dor de noite vem
 Traz o vento pra açoitar
 Traz tristeza e poesia
 Traz a lua pra encantar

Apesar da esfera cultural ser aparentemente determinante nas ações dos sujeitos envolvidos no objeto música estilo mpa na cidade de Manaus. Todavia não podemos deixar de considerar a esfera econômica agindo sobre os fins das ações estudadas. Para Weber todos os objetos analisados pela sociologia e também pelas ciências humanas possui uma natureza econômica. Todavia, esses significados estão “condicionados pela orientação do nosso interesse de conhecimento e essa orientação define-se em conformidade com o significado cultural que atribuímos ao evento em questão” (WEBER, 2001) ou seja, essas ações relacionadas a produção de músicas podem ter um significado tanto cultural quanto econômica.



4. CONSIDERAÇÕES

Consideramos que a teoria da compreensão desenvolvida por Max Weber para interpretação sociológica dos fenômenos que orientam as ações dos sujeitos, ainda possui total validade científica em sua metodologia e possui todos os requisitos necessários para a construção de estudos científicos em diversos campos da ciência.

Weber debruçasse a compreender as ações sociais e seus desdobramentos de uma perspectiva teleológica, pois percebe as ações humanas dotadas de sentidos e significados, observando que os fenômenos referentes ao comportamento humano apresentam interpretações racionais que consideram as finalidades e a subjetividade. Essas finalidades podem adquirir diversos sentidos, porém sempre terão seus sentidos e significados ligados as esferas sociais e econômicas.

Diante da multiplicidade que pode adotar a racionalidade, especificamente a racionalidade que é característica das sociedades ocidentais modernas, Weber compreende que o processo de racionalização não está apenas inserido no contexto das relações econômicas, mas que ela vai influenciar outras esferas, no caso estudado a esfera da cultura.

A análise que nos propusemos a desenvolver a luz da teoria weberiana da esfera cultural, especificamente a música do estilo “MPA” na cidade de Manaus nos leva a perceber que existe um processo de racionalização no sentido de padrão desse determinado estilo, que consiste em expressar uma identidade do sujeito amazônico, através das referências ao seu modo de vida, crenças, costumes e sua relação com o espaço amazônico, especificamente a natureza que caracteriza a região. É necessário ressaltar também que esta racionalização está ligada ao desenvolvimento urbano da cidade, apesar de se apresentar através de interpretações entre a relação sujeito e natureza.

Percebemos que o valor cultural presente nas letras e na sonoridade das canções é uma ação que orienta várias gerações de artistas, não só músicos, mas se apresentam em outras ramificações da arte, como a literatura, as artes plásticas, o teatro, dentre outros.

Se faz necessário salientar que existe uma relação entre as esferas cultural e econômica. Segundo Weber:

[...] Entre os fenômenos que não são “econômicos”, segundo o sentido que lhes atribuímos, encontram-se outros cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

interesse oferecem para nós, como, exemplo, a orientação do gosto artístico de uma determinada época. No entanto, tais fenômenos revelam, em determinados aspectos significativos de seu caráter, uma influência mais ou menos intensa de motivos econômicos. (WEBER, 2001, p. 118)

Com isso, consideramos que o mercado fonográfico que se fortalece com o processo de desenvolvimento da cidade de Manaus, por diversos fatores, dentre eles a popularização da utilização do rádio, e os movimentos culturais que ressaltam o regionalismo, mesmo que produzindo músicas com características universais e com influência de diversas sonoridades, pode motivar os fins nas ações sociais dos sujeitos que produzem a música local.

Por fim, esse estudo por ser uma pesquisa em andamento não possui os resultados definidos, todavia, as bases teóricas e o quadro empírico que se apresentam são satisfatórios para a delimitação do objeto que analisamos, bem como para a construção prévia de um conhecimento científico acerca da realidade que se apresenta.

REFERÊNCIAS

- COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- MARIZ, Vasco. **A canção brasileira: erudito, folclórica, popular**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.
- MENEZES, Mauro A. D. **“Eu canto pra falar do Amazonas”: narrativas musicais de uma geração de músicos de Manaus**. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Metodologia das Ciências Sociais Parte 1**. Trad. Augustin Wernet. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: **Metodologia das Ciências Sociais Parte 2**. Trad. Augustin Wernet. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- _____. A psicologia social das religiões mundiais: In: **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. Trad. Intr. E notas L. Waizbort. Prefácio de G. Cohn. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

AS RELAÇÕES DE GÊNERO E A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DO MINDU EM MANAUS/AM

Eveline Maria Damasceno do Nascimento¹
 Karla Patrícia Palmeira Frota²
 Iraildes Caldas Torres³

INTRODUÇÃO

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas.

A cidade do ponto de vista da realização da vida configura-se como prática socioespacial. Nessa dimensão concreta ocorre a produção de laços de solidariedade e união dos habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante (espaço e tempo do lazer e da vida privada, bem como espaço e tempo do trabalho), iluminando usos, particularmente aqueles que se estabelecem fora do mundo do trabalho e da vida privada.

Até a década de 1970 se tinha um quadro de ocupação do espaço urbano da cidade de Manaus concentrados na zona Sul. Com o advento da criação da Zona Franca de Manaus, que contribuiu para o êxodo rural na região, esse quadro de ocupação urbana é ampliado com expansão para as zonas Leste e Norte da cidade, que começa a receber ocupações regulares e/ou irregulares (invasões). Pinheiro (2003, p.52) afirma que,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

³ Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O processo que deu a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, memória que uma certa historiografia difundiu e cristalizou, é também o mesmo que reforçou em seu interior práticas de exclusão sobre uma imensa parcela da população, fazendo-a sentir fortemente o peso da opressão, da miséria e da fome(...) a modernidade manauense apresentava em seu bojo, e de forma marcante, a exclusão social e fazia-se por sobre os escombros do que era percebido como antigo, arcaico ou atrasado, em geral identificados nos hábitos e nas tradições populares de uma cidade que insistia em ainda mostrar seu lado primitivo de antiga tapera.

Para esta autora, as visões possíveis da cidade vão materializar-se nas experiências de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que conduz a percepções também diferenciadas a seu respeito.

MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES

As mudanças são resultados de um processo de destruição, resistência e reconstrução da paisagem urbana, fruto da mobilidade que se dá através das relações sociais e de produção. Embora tenha passado por bruscas e abruptas transformações Manaus não perdeu suas características de cidade da selva. As praças, as ruas, os prédios, as moradias, representam aquela cidade que insiste em se manter viva diante de outra que se ergue.

Conforme o Jornal do Comércio (2007), até o início da década de 1960, as águas dos Igarapés de Manaus eram consideradas límpidas e as pessoas costumavam colocar seus potes de barro nas canoas para apanhar a água de beber ali mesmo, no meio do rio, que também servia de local de pesca para os moradores. A cidade de Manaus apresenta locais de riscos de desastres naturais, tanto em termos de deslizamento, como de alagamentos, além de incontáveis áreas insalubres. Vejamos o que falou um dos nossos entrevistados:

A nossa situação é de calamidade, e a cada dia piora. Os órgãos competentes só tomam medidas que não resolvem quase nada. Quando as casas estão alagadas o sofrimento é grande. Nem penso em comprar móveis, pois é só para perder. A minha mobília está toda destruída. E



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

depois da alagação a lama toma conta da casa. Aí aparece rato, cobra, sapo e muito inseto. (D. L. / Entrevista/2016).

De acordo com os moradores do Conjunto Residencial Jardim Primavera e Barra Bela, que são as áreas da circunvizinhança do Parque Municipal do Mindu mais afetadas pelas águas, toda vez que chove em Manaus, a chuva é sinônimo de preocupação e tristeza. O Igarapé do Mindu transborda deixando ruas e casas alagadas; a água chega a atingir um metro de altura no mínimo, além de destruir eletrodomésticos e da perda material, os moradores temem o risco de vida. Uma moradora relata que,

Com a água da chuva, a minha casa é invadida por vírus e insetos infectados, principalmente, os da malária. Todos nós corremos riscos de ficarmos doentes. Minha mãe aos 84 anos, pegou malária. Meu sobrinho, de 25 anos foi infectado por meningite. Isso, sem citar a quantidade de vizinhos que, por vezes contraiu dengue e malária. Nós vivemos, hoje, em muito risco. (J.L / Entrevista /2016)

Os moradores dos conjuntos citados permanecem nos espaços próximos às margens, facilmente susceptíveis aos focos de malária, febre amarela e outras pragas de mosquitos e insetos. Oliveira (2003, p.29) assinala que,

A relação entre o homem e a natureza predominante na Amazônia teve e continua tendo como principal característica a tendência à degradação, demonstrando que a persistência do mito da produtividade ilimitada e a imposição de um urbanismo segundo modelos preestabelecidos constituem-se em alguns dos maiores equívocos do nosso tempo, culminando num emaranhado de ações que determinaram novas relações sócio-espaciais modificadoras da natureza, da paisagem urbana e, principalmente, dos modos de vida.

Segundo o autor, a paisagem está para além da aparência e, por isso, sua discussão enquanto urbano tem que ser vista a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades. Carlos (2001, p.360) ressalta que,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A cidade foi e continua sendo uma totalidade; algo mais que seus elementos estruturais e funcionais. Sob esse aspecto é uma presença que se oferece sem que o habitar o esgote. Ela reúne todos os níveis da realidade e da consciência, os grupos e suas estratégias, os subconjuntos ou sistemas sociais, a vida cotidiana e a festa.

É preciso que nos demos conta do significado da noção de reprodução porque aí estão as condições de possibilidade de transformação da vida na cidade. Se não atentarmos para isto cairemos na recusa do debate teórico, na pesquisa que se desdobra e se limita ao plano do empírico, no fato de que muitos ainda confundem a cidade que é o objeto (produto e obra humana), com o sujeito construtor da cidade. Vejamos a opinião de um morador do entorno do Mindu sobre a cidade:

Eu nasci nesta cidade e posso dizer que me criei aqui com dignidade e trabalho. Na minha concepção, Manaus é a melhor cidade do mundo. E essa cidade tem tudo que precisa para sobreviver. Poxa, para mim Manaus significa tudo, só conheço Manaus. Não conheço outros estados, mas os interiores daqui conheço bem; Penso que vai ser difícil encontrar um estado mais bonito que esse. A vegetação me encanta. Antes do Parque do Mindu existir a gente já morava aqui, mas me entristeço muito com esse conjunto, pois ninguém faz nada para conter as inundações. Os anos passam e tudo permanece do mesmo jeito. (T. M. / Entrevista 2016).

A fala deste morador denota um sentimento de amor em relação à cidade que embora contenha grandes contradições sociais, ela não deixa de ser bonita e fascinante. Morin (2002, p.119), nos ensina que é preciso “reintroduzir o humano no planeta: Implica reintroduzi-lo também na vida de onde ele proveio, da qual ele faz parte, que o nutre, e reintroduzi-lo em seu destino concreto, inseparável da biosfera”. Ou seja, é preciso estabelecer uma relação humana com a natureza, simbiótica, de reciprocidade em que a cidade faça parte de minha vida e eu faça parte da vida da cidade, e isto sugere uma relação de amor.

Morin (2001, p. 16-17) nos lembra que “o amor é algo único, como uma tapeçaria que é tecida com fios extremamente diversos, de origens diferentes. O amor enraíza-se em nossa corporeidade e, nesse sentido, pode-se dizer que o amor precede a palavra. (...) está enraizado em nosso ser mental”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Um outro entrevistado vê a cidade por outro ângulo, está preocupado com as relações materiais de sobrevivência e, assim, vamos tecendo os fios que entrelaçam a vida nesse espaço de nossos amores e da materialidade da vida. Vejamos a seguinte narrativa:

Quando cheguei em Manaus, aqui tinha poucos bairros, cheguei a Manaus há mais de trinta anos; não tinha viaduto, só o bairro da Alvorada, Cachoeirinha, Cidade Nova, só o primeiro núcleo, Alvorada só 1 e 2; não tinha nem a Feira Moderna. No Centro, uma vez alagou até a Praça do Relógio e aqui no Conjunto Barra Bela alaga todo ano. Há mais de 21 anos, sempre dizem que vão fazer alguma coisa aqui, mas ninguém faz nada. As mudanças sempre vão acontecer na cidade; trabalhei no Distrito Industrial só cinco anos e meio. Tentei voltar pra lá, mas não deu certo. E aqui no bairro nem ônibus tinha. Existia o conjunto Barra Bela e Jardim Primavera, mas não tinha transporte. Mas meu sentimento de Manaus é que gosto muito dessa terra apesar de sermos esquecidos pelo poder público. Se eles se preocupassem com a gente, eles, com certeza já teriam resolvido nosso problema. (L. C. / Entrevista/ 2016).

Carlos (1992) afirma que “a cidade representa o trabalho materializado ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico. A cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido”.

Manaus traz na estruturação de seu espaço e de sua população as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade. Em conversa com os moradores percebemos a insatisfação em relação a sua situação socioeconômica, à atuação do Poder Público Municipal e em relação ao ambiente onde constroem o seu viver.

Isto mostra que os moradores têm consciência das questões políticas e sociais que implicam no fenômeno da degradação ambiental. Eles deixam claro que só será possível a mudança se os poderes públicos e os governantes mudarem sua forma de administrar a cidade.

No entorno do Mindu, a solidariedade em momentos difíceis forjou entre os vizinhos um tipo de entrosamento interessante. É no morador da casa ao lado que muitas vezes se encontra a ajuda necessária para enfrentar os problemas das alagações. Em estado alagadiço, de calamidade social se estabelece um elo de confiança e pertença entre os moradores. Vejamos o que falou uma moradora:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Eu gosto muito da cidade, mas os problemas são as alagações que ocorrem aqui no conjunto. Quando isso ocorre, um vizinho telefona para o outro e todos correm para ajudar uns aos outros; Ajudam levantando os móveis, pois a água chega a atingir, no mínimo, um metro de altura, e depois ajudam a limpar a lama que fica. Sendo que a sujeira vem acompanhada ainda com doenças (J.M.A. / Entrevista /2016).

Estas famílias do entorno se solidarizam privilegiando a proximidade de vizinhança e com isso estabelecem laços de amizade, de ajuda mútua, reconhecendo as vantagens do companheirismo e, ao mesmo tempo, denunciando a ausência do Estado.

Jacobi (2006, p.28) assinala que “a dinâmica urbana excludente e segregadora determina uma paisagem cada vez mais marcada pela prevalência de estratégias de sobrevivência que privilegiam práticas de deterioração do meio ambiente urbano”. Isto retrata os efeitos da ausência de políticas públicas e o modelo de desenvolvimento que caracteriza nossa civilização e que conduz irremediavelmente à situação de degradação ambiental atual nas nossas cidades.

Manaus não é mais a cidade índia, embora muitos indígenas habitem nela. Seus fundamentos originários foram perdidos, seus referenciais e valores substituídos e novas identidades foram construídas, ressignificando seus espaços de representação, ou seja, os espaços vividos.

Também não é mais a cidade do luxo e da riqueza do período das elites da borracha. Segundo Torres (2005, p115) “a cidade passou a olhar para si mesma e se ver com outras lentes. Não é mais a cidade da opulência marcada pelo regalo e ostentação das elites locais”. Em outras palavras, Manaus perdeu seus fundamentos. E como diz Morin (2002, p.28), “a vida é desequilíbrio, conflitos perpétuos e, a este título, contradições. A vida cria perpetuamente o novo e, a este título, é superação (...) as sínteses, na vida, são provisórias e parciais”.

É através do espaço de representação que se pode ter uma compreensão da cidade no seu interior, e dela fazer uma leitura, pois é nela que melhor se observam como se dão as coisas na sociedade, principalmente as que não estão estabelecidas objetivamente.

Um dos entrevistados revela seu descontentamento com aqueles que falam mal de Manaus. Ele deixa claro que as oportunidades de trabalho existem, basta procurá-las. Vejamos: “Eu vejo que o pessoal que vêm de fora, fala muito! Muitos vêm sobreviver aqui. Só não trabalha quem é preguiçoso; Tem muita gente que trabalha de qualquer coisa pra sobreviver, vende coisas, tem tanto serviços honestos que podem fazer!” (R. M. / Entrevista/2016).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Pensar o urbano implica visualizar a multiplicidade de sentimentos e o entrevistado revela que a cidade oferece oportunidades, mas é preciso perseverança para usufruí-la. A cidade é dinâmica e abriga em seu interior a rotina e o cotidiano. O vivido que produz o espaço é fruto de práticas ao mesmo tempo coletivas e individuais, que determinam e estão submetidas às relações institucionais, mas que movimentam e dão vida à cidade.

Uma entrevistada moradora do conjunto Barra Bela ao responder a questão sobre a cidade de Manaus afirma que,

Manaus mudou muito, cresceu demais por conta das invasões e das pessoas que vieram de fora. Aqui tem muito emprego, muita terra para invadir, porém cresce sem nenhum projeto por conta dos governos corruptos. As pessoas foram invadindo as beiras dos igarapés, e aqui não tem fiscalização, ocasionando com isso poluição. Eu tenho sentimento de muita revolta, estou decepcionada, porque não somos olhados pelo governo. Perdemos tudo, o governador e o prefeito não vieram aqui. Manaus está desordenada, mas tem coisa que está na expectativa de melhorar, mas em relação a nossa situação parece que não tem jeito. Continuam as alagações. Ninguém faz nada só por ser uma área de preservação permanente. Esta é a desculpa. Mas para eles construírem o que quiserem eles não se importam se é área de preservação. Está tudo errado (J. L. / Entrevista /2016).

Os entrevistados revelam, em suas falas, variados sentimentos em relação à cidade. Trata-se de um momento de desencontro, descompasso, percebido no âmbito da vida cotidiana como consequência da implosão do bairro. É um sentimento que aflora em sua plenitude na mente dos habitantes, mas todos eles deixam transparecer lá no fundo um sentimento de amor para com a cidade.

Muitas vezes esse sentimento parece esmaecer diante de uma situação de dificuldade pela qual os moradores enfrentam no seu dia-a-dia uma vez que este espaço, na maioria das vezes, está associado a inúmeros problemas que a cidade apresenta.

A necessidade do entrevistado, o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. Vimos que a cidade é, antes de qualquer coisa, trabalho objetivado, materializado, que aparece através da relação entre o construído (casas, ruas, avenidas, estradas, edificações, praças)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e o não construído (o natural) de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de indivíduos e mercadorias.

Convém, no entanto, lembrar que os moradores se relacionam de modo diferenciado com o bairro onde moram, produzindo percepções diferenciadas, manifestas no modo como homens e mulheres, jovens e adolescentes, participam do movimento, pois é no plano da vida cotidiana que o conflito entre interesses aparece, se desvenda e gera lutas concretas, expressando os impasses da produção espacial da metrópole. Pinheiro, (2006, p. 47) considera que,

A ação diferenciada que os habitantes da cidade exercem quotidianamente sobre ela, que se mesclam ou se confrontam no seu fazer-se. impossibilita que se possa falar de uma maneira da cidade enquanto síntese que pretenda harmonizar as múltiplas tradições.

As visões possíveis sobre a cidade vão materializar-se nas experiências concretas de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que resulta em percepções também diferenciadas a seu respeito. Torres (2005, p.115) sustenta que,

A cidade é um elemento civilizador. Não se pode creditar unicamente à cidade o corolário da barbárie e da degenerescência humana, ainda que a produção da pobreza e da miséria não possa prescindir dela. Os destinos da cidade dependem da ação das forças políticas em presença, não é uma estrutura amorfa e estagnada. Ela é paradoxalmente o espaço de irradiação de ações que planificam a vida, e o espaço de produção de morte ou de ações que impedem o desenvolvimento humano.

Os moradores ouvidos neste estudo reconhecem que tem havido muitas mudanças na cidade de Manaus, mas ainda há muito que avançar principalmente em relação à questão ambiental. No que se refere às possibilidades de mudanças nas condições ambientais da cidade de Manaus, os entrevistados consideram que o Poder Público poderia dar especial atenção à questão ambiental. Consideram também que, se não houver conscientização da população, certamente não haverá mudança.

A cidade, enquanto momento presente, só existe pela acumulação de tempos passados em contraposição ao mergulho no vácuo; nem continuidade nem descontinuidade absolutas, nem



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

homogeneidade nem fragmentação irredutíveis, mas persistências e mudanças numa espiral ascendente que envolve o processo de reprodução do espaço urbano.

Uma das nossas entrevistadas nos falou de sua experiência na cidade e como se sentia sendo moradora de Manaus. Ela assim se expressou:

Essa cidade é ótima para se morar. Falam que aqui é quente demais, mas eu acredito que isso não impede de ser feliz nesta cidade. O verde desta região parece ser mais verde que de outras cidades. Quando se fala em Manaus penso logo em liberdade, em poder respirar ar puro, não contaminado. Muitas pessoas de outros estados dizem que em Manaus só tem índios, penso que isto deveria ser motivo de orgulho de nossas raízes porque os índios foram os primeiros habitantes desta terra. Até falam que as pessoas não são muito bonitas aqui. Penso que cada região tem sua beleza. Não se pode esperar traços europeus numa cidade com heranças diferenciadas. Todos os povos tem sua beleza. Aqui é terra de muito valor em todos os sentidos, de uma beleza inigualável. Agora tem que se investir pesado no meio ambiente. Nossos recursos naturais não podem ser esquecidos. O governo não pode descuidar de nosso meio ambiente. Tem que investir nos nossos riachos, praças, ruas. Isso não se pode esquecer (C. F. / Entrevista/ 2007).

Vê-se que há conscientização ambiental por parte desta moradora. Ela nos ensina que é importante a preocupação com a cidade e que a nossa cidade necessita de mudanças para preservar seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social equitativo, permitindo que as sociedades humanas obtenham qualidade de vida em todos os aspectos.

Esta perspectiva vem ao encontro das ideias de Oliveira (2003) que considera ser a cidade uma construção coletiva dos homens e mulheres que vivem nela, e não só proveniente da ação do poder público.

Uma das questões presentes nestes discursos é a consciência social, os entrevistados falam da necessidade de uma consciência ambiental mais atuante para que juntamente com o poder público a população/moradores possa melhorar a cidade.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade enquanto construção coletiva, produto social é uma via de mão dupla que encerra a ação dos moradores em sua construção e a intervenção do Estado. A paisagem traz as marcas de momentos históricos diferentes produzidos pelas pessoas que habitam a cidade, ela não se faz a si mesma, é construída. A questão ambiental é muito presente nas entrevistas e aponta para o fato de que os habitantes criem, ao longo do tempo, uma identidade com a natureza.

Em conversa com os moradores do entorno do Parque Municipal do Mindu, em particular com os do conjunto Barra Bela e Jardim Primavera, notamos a insatisfação em relação à situação decorrente das inundações que assolam esta área. Isto quer dizer que os moradores têm o desconforto de morar numa área que alaga constantemente e sentem a insegurança de saber que durante as chuvas sua casa ficará praticamente sob as águas.

O objetivo dos moradores é a busca de melhores condições de vida, pois a implantação de infraestrutura no entorno do Parque do Mindu permitirá resolver as constantes alagações do Igarapé do Mindu que atingem diretamente dezenas de famílias, acarretando sérias consequências para a saúde física, mental e financeira deles.

É indispensável que haja um esforço para colocar em prática a educação ambiental, dirigida tanto às gerações jovens quanto aos adultos. É também fundamental que os meios de comunicação de massa se engajem nesta questão difundindo informação de caráter educativo a fim de que o ser humano possa desenvolver-se em todos os aspectos em harmonia com o meio ambiente.

Um dos aspectos que mais nos chamou a atenção na pesquisa está relacionado ao impasse que existe entre moradores e Poder Público. Instalou-se um conflito difícil de resolver. Para o Poder Público, não há solução. Para os moradores somente através de medidas emergenciais, já que não se pode intervir no meio ambiente por se tratar de Área de Preservação Permanente.

Para os moradores, a questão ambiental deve ser resolvida sem que haja desapropriação desses imóveis para que eles permaneçam no entorno do Parque. Instalado o impasse, os moradores indagam: se o Poder Público não pode intervir nas áreas de Preservação Permanente, por que permite a construção de empreendimentos ilegais que degradam ainda mais essas áreas? E é exatamente esse impasse que nos faz concluir deixando patente a necessidade de o Poder Público repensar certos conceitos percebendo o que é mais importante fazer.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

JACOBI, Pedro. **Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Manaus 337 anos de existência**. Manaus: 2007.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos: textos sobre o marxismo**. Tradução de Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Organizadores: Maria Lúcia Rodrigues e Edgard de Assis Carvalho. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **Amor, poesia, sabedoria**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Valer/EDUA, 2003.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Universidade Federal do Amazonas ICHL Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia**. Manaus, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus**. Manaus: EDUA, 2003.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

BENEDITO NUNES E A ACADEMIA DOS NOVOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA TÉCNICA INTERPRETATIVA DE CRÍTICA LITERÁRIA

BENEDITO NUNES AND ACADEMY OF YOUNG POETS: BUILDING A TECHNIQUE OF INTERPRETATIVE LITERARY CRITICISM

Andréa Costa de Andrade¹
 Bernardo Farias dos Santos²
 Nelson Matos de Noronha³

RESUMO: Benedito Nunes, filósofo paraense, pensador da Amazônia, apresenta-se como crítico literário autônomo que constrói sua trajetória intelectual livre de seus próprios métodos de crítica, transitando por várias leituras e autores. Autodidata, influenciado pela escola francesa, Nunes possui uma aura intelectual híbrida. Seu pensamento é bem recepcionado por autores de significativa envergadura literária, como os amigos Clarice Lispector e Mário Faustino. Na década de 40, lançou-se como ensaísta literário dentre os jovens paraenses, uma idiosincrasia nortista se instalava, ainda apegada à literatura clássica, criava-se a Academia dos Novos que relembra as letras e a poesia. Os jovens paraenses não sabiam como se rebelar, mas o foco era renovar as ideias literárias do Pará, mesmo sem conhecer a fundo as loucas ideias da Paulicéia de 22. A confraria dos Novos organizava-se em linhagem por afinidade literária, escolhiam ícones pela admiração. Haroldo Maranhão ficou com Humberto de Campos; Alonso Rocha com Castro Alves; Jurandir Bezerra com Olavo Bilac; Max Martins com Machado de Assis; e Benedito Nunes com Rui Barbosa. O local, primeiro o aconchego familiar de Benedito Nunes, depois o Café-Chic, representaria os anseios da nova fraternidade, estimulava a reflexão, a produção dos textos e debates filosóficos-literários. O movimento representou um ato de rebeldia ao romantismo clássico e formas poéticas que não mais satisfaziam a modernidade. O ideário modernista entre os novos acadêmicos, mesmo que de forma desigual, representou a ruptura de antigos referenciais de poética que almejava a liberdade de expressão das manifestações culturais em Belém do Pará.

Palavras-chave: Benedito Nunes, Academia dos Novos, crítica literária.

ABSTRACT: Benedito Nunes, a philosopher from Pará, he's known as thinker of the Amazon, presents himself as an autonomous literary's critic who has building his intellectual trajectory free of his own methods of criticism, going through various readings and authors. Self-taught, influenced by the French school, Nunes has a hybrid intellectual aura. His thinking is well received by authors of significant literary reach, such as friends Clarice Lispector and Mario Faustino. In the 1940s, as a literary essayist among the young people of Pará, a northern idiosyncrasy was established, still attached to classical literature, created the Academy of New that recalled letters and poetry. Young writers of Pará did not know how to rebel, but the focus was to renew Pará's literary ideas,

¹ Psicóloga e Professora, Mestre e Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM.

² Biblioteconomista, Mestre em História pela UFAM.

³ Filósofo e Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Filosofia pela UNICAMP-SP





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

without even knowing in depth the crazy ideas of the Paulicéia of 22. The confraternity of the News Writers was organized in lineage by literary affinity, they chose icons by admiration. Haroldo Maranhão stayed with Humberto de Campos; Alonso Rocha with Castro Alves; Jurandir Bezerra with Olavo Bilac; Max Martins with Machado de Assis; And Benedito Nunes with Rui Barbosa. The place, first the familiar warmth of Benedito Nunes, then the Café-Chic, would represent the yearnings of the new fraternity, stimulated the reflection, the production of texts and philosophical-literary debates. The movement represented an act of rebellion against classical romanticism and poetic forms that no longer satisfied modernity. The modernist ideology among the new scholars, even though in an unequal way, represented the rupture of old poetic references that aimed at the freedom of expression of cultural manifestations in Belém-Pará.

Keywords: Benedito Nunes, Academy of the young poets, literary criticism.

1. BENEDITO NUNES E A ACADEMIA DOS NOVOS

Benedito Nunes considerado um pensador híbrido moderno, pois se apresenta como um crítico autônomo que constrói a si próprio como intelectual e livre e construtor de seus próprios métodos de crítica, transitando por várias leituras e autores. Por outro lado, atua como filósofo autodidata influenciado pela escola francesa que lhe dá uma aura de intelectual híbrido.

Seu pensamento é bem recepcionado por autores de significativa envergadura literária, tais como os amigos Clarice Lispector e Mário Faustino. Não obstante, logo que se lançou como ensaísta literário, por volta da década de 40, dentre os jovens paraenses de Belém do Pará, uma idiossincrasia nortista se instalava, ainda apegada a literatura clássica, criava-se a Academia dos Novos que se puseram a relembrar as letras e a poesia.

“Na lembrança de Benedito Nunes, o mais jovens dos acadêmicos à época, o que todos queriam mesmo era fundar uma academia nos moldes da Academia Brasileira de Letras, considerada pelo grupo como uma espécie de padrão associativo ideal” (PRIORE & GOMES, 2003, p.263). Ou seja, em verdade os jovens paraenses não sabiam muito como se rebelar contra a academia, mas o foco era renovar as ideias literárias paraenses, mesmo sem conhecer a fundo as novas ideias de São Paulo, era possível tentar experiências de “uma renovação estética para o Pará, relacionada àquelas loucuras da Paulicéia de 22” (PRIORE & GOMES, 2003, p.264).

O dono da gazeta A Folha do Norte, o professor e jornalista Paulo Maranhão, avô de Haroldo Maranhão, amigo de Nunes era sabiamente contrário as “bBOSEIRAS e deletéRIAS da língua portuguesa”. Sátiras a Carlos Drummond de Andrade e a Manoel Bandeira eram comuns na Academia dos Novos, o próprio Benedito Nunes as fizera, “zombando como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

estes escreviam os versos que escreveram porque não sabiam rimar ou metrificar” (IDEM, 2003, p.264).

Em Belém, os jovens Benedito e Haroldo estavam como que se preparando para ingressar no círculo dos intelectuais da Folha do Norte, com seus próprios ensaios críticos. Este percurso era provavelmente semelhante seus primeiros mestres e as relações pessoais de amizade que Bené tinha com seus amigos intelectuais, além de uma profunda experiência autodidata nos seus primeiros escritos.

Não custa nada enfatizar como se arquitetava essa experiência de encontros e desencontros entre as gerações de literatos, Benedito Nunes escreveu nesta época o ensaio Doze poemas marmóreos, na coluna “Os jovens que se iniciam”, ao livro Fascinação, de Augusto Corrêa Pinto (Óbidos- PA, 1915- Rio de Janeiro- RJ, 1976) que ainda colegial demonstrava tendências literárias, fundando a Associação Literária Cenáculo Estudantil de Letras, reunindo grupo de jovens com as mesmas aspirações literárias. Era poeta, ensaísta, tribuno de excepcionais qualidades, contista e muito cedo firmou seu nome no meio intelectual paraense, a ponto de, aos 24 anos de idade, ser eleito e empossado na Academia Paraense de Letras, em 1935. Corrêa Pinto foi uma espécie de espelho para os sonhos dos jovens confrades.

Como membros fundadores da Academia dos Novos, organizaram a confraria, formalizando a linhagem por afinidade literária. Dá-se o destaque a Haroldo Maranhão ficou com Humberto de Campos; Alonso Rocha com Castro Alves; Jurandir Bezerra com Olavo Bilac; Max Martins com Machado de Assis; e Benedito Nunes com Rui Barbosa.

2. QUEM ERA BENEDITO NUNES E OS NOVOS ACADÊMICOS DO PARÁ

Mas quem eram os amigos de Bené? Haroldo Maranhão (Belém 1927- Rio de Janeiro 2004) foi escritor, jornalista e advogado. Além dos contos, sua produção literária ganhou destaque com as recriações históricas, como em o tetraneto Del Rey, quando volta ao período colonial, inspirado pelo romance píncaro e pelo barroco espanhol e o Memorial do Fim uma ode ficcional ao ambiente que envolvia machado de Assis às vésperas da sua morte em 1908. Uma das características marcantes de Haroldo Maranhão é a construção de textos ficcionais fundamentados na intertextualidade e diálogos com figuras como Gregório de Matos, Guimarães Rosa e Rabelais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Raimundo Alonso Pinheiro Rocha (Belém, 1926- Belém, 2011), conhecido como o príncipe dos poetas, trabalhou como bancário e foi diretor e do Sindicato dos Bancários do Pará e membro-fundador dos Bancários do Norte- Nordeste. Poeta eclético, não aprisionado a escolas e sem preconceito com qualquer forma de manifestação poética, Alonso Rocha é dinâmico colaborador da gestão e representatividade da Academia Paraense de Letras. Como sonetista foi apontado como um dos melhores dos últimos tempos e um dos maiores dos últimos 50 anos do Pará. Alonso Rocha que, com muito encanto, declamou os seus trabalhos em festas literárias pelo Brasil, e sócio-correspondente das: “Academia Norte Rio-Grande de Letras, Academia Municipalista de Letras do Brasil, Academia Sete- Lagoana de Letras, Academia Eldoradense de Letras, do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, sócio honorário da Academia Piauiense de Letras e cidadão honorário do Município de Marapanim- PA. Recebeu inúmeras premiações troféus, medalhas e diplomas, resultantes de certames poético como: 1º. Lugar no concurso promovido pelo jornal “A Província do Pará” e Prefeitura Municipal de Belém (1961); 2º Concurso do Norte e Nordeste de Poesia, patrocinado pelo jornal “Folha do Norte”; Palma de Ouro e Palma de Bronze, no concurso Poetas do Mundo Lusíada da Academia de Poemas de Massachusetts (Estados Unidos da América -1987); Medalha de Bronze, no concurso Evolução da Cultura Brasileira, na segunda metade do século XX, do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes (Rio de Janeiro, 1933); 1º. Lugar, por unanimidade, do 1º. Concurso Nacional de Poesia do Clube dos Magistrados do Rio de Janeiro (1997) e honrosas classificações em concurso de sonetos em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Medalha condecorativa José Veríssimo; Medalhas culturais Olavo Bilac, Paulino de Brito, Dr. Acyline de Leão, D. Pedro I; Centenário do Teatro da Paz; Bicentenário da Igreja São João Batista; Centenário da Fundação da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará, conferidos pelo governo do Estado do Pará; Conselho de Cultura do Pará e Academia paraense de Letras; Medalha Olavo Bilac, do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, medalha condecorativa da Academia Municipalista de Letras do Brasil e diploma de honra ao mérito do Instituto de Educação do Pará.

Jurandir Bezerra (Belém, 1928- Belém, 2013) era muito criterioso com a sua poesia e, por isso, me falou que havia feito consideráveis modificações na ordem da antologia *O verbo não conjugado*, retirando e colocando poemas, além de refundir mesmo partes da estrutura de alguns poemas. Sua poesia era formal, hermética, ambígua, quase





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

inabordável. Fora este, segundo ele, o caminho por que enveredou na sua composição poética influenciada pelos grandes poetas universais da modernidade. A confissão, a frustração, os problemas pessoais, quando transmudados em poesia, são figurados sobremodo pela metaforização, pela opacidade.

O poeta, assim, se esconde do confessional, da poesia realista, mimética. Seu caminho deve ser o da imagem, do símbolo, do mito, da formalização de estofos estéticos, daí o hermetismo e a sensação ao mesmo tempo da fruição do poema pelo poema em si e pelo que ele desperta no leitor tantas realidades imaginadas, imaginárias, inconscientes, subconscientes, em que os sentidos procurados escapam das vistas do leitor e se ocultam numa concha onde poderia estar tanto o mistério da poesia quanto o significado da vida e do universo. Jurandir só teve um livro editado, com este título que parece vir dos eleitos de Deus, de um lugar encantado onde só a pureza tem seu assento: *Os limites do pássaro* (Belém: Editora CEJUP, 1993), muito bem recebido pela crítica literária.

Max Martins (Belém, 1926- Belém, 2009) representou a renovação da literatura no século XX e colocou o Pará numa posição de destaque na literatura nacional, embora sua obra ainda seja pouco conhecida. Dedicou-se à [poesia](#) por toda a vida, tendo transitado entre modernismo, concretismo e experimentalismos. Autodidata, seguiu seu percurso temporal próprio. Ao receber aposentadoria como servidor público, incorporou outra: a de escritor, transformando-se no primeiro caso de escritor que se aposenta e recebe benefícios por ter exercido, por mais de trinta anos, a poesia. Max se interessou muito jovem pela poesia, pois seu pai possuía um pequeno acervo em sua casa e foi aí que ele se encontrou com os poetas românticos do Brasil. Porém não era a poesia exatamente que ele amava, ele queria buscar o novo. Os primeiros textos de Max foram publicados por [Haroldo Maranhão](#) em um jornal escolar denominado “O Colegial”. Foi a partir desse jornal de alunos que floresceu uma amizade entre Max, Haroldo e [Benedito Nunes](#) que durou mais de 50 anos. No período de [1945](#) a [1951](#), eles participaram juntos do suplemento literário “Folha do Norte”, de grande importância na época.

A escolha pelos ícones literários decorreu da simples admiração. Benedito Nunes, por exemplo, conhecia Rui Barbosa quase que só pela biografia recém-publicada por Luís Viana Filho, não havia mesmo lugar a nenhum desvario futurista (PRIORE & GOMES, 2003, p.264).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A primeira reunião da Academia dos Novos ocorria na sede provisória da mesma, a casa das tias de Benedito Nunes. A escolha do lugar não tinha se dado ao acaso, pois além do aconchego familiar, o local representaria os anseios da nova fraternidade.

Sem dúvida, a ambiência estimulava a reflexão, a crítica e a produção dos textos e debates filosóficos e literários. Assim, neste salão, outro membro da Academia foi eleito como o primeiro membro da Academia dos Novos, o senhor Antero Soeiro, redator oficial de *O Estado do Pará*, fazendo sucesso entre os outros membros com um soneto de achincalhe ao homem e à humanidade (IDEM, p.265).

Jurandir, muito requisitado entre os colegas, ensinou a Benedito Nunes a rimar e metrificar, tendo como amparo teórico metodológico o *Tratado de Versificação* de Olavo Bilac e Guimarães Passos. Então, Bené escreveu o seu primeiro livro de poesias, *Olho d'água*, datilografado por Max Martins. A Academia dos Novos representou na verdade um ato de rebeldia ao romantismo clássico e as formas poéticas que não mais satisfaziam a modernidade que se instalara. O processo de descoberta e de incorporação do ideário modernista transcorria de forma desigual entre os confrades, mas não prejudicou a militância da Academia.

3. AS TARDES NO CAFÉ-CHIC EM BELÉM DO PARÁ

Depois das sessões acadêmicas, os encontros se estendiam ao *Café Chic*, onde tomavam um café e comiam um pão com manteiga. Benedito sempre ficava na companhia de Alonso Rocha, que mora perto de sua casa. “Passeavam os dois pela Praça Batista Campos, descendo a rua Padre Eutíquio, misturando literatura e odor di femina, nos fins de tarde, essa combinação era de fato corriqueira” (Priore & Gomes, 2003, p.267). Uma namorada ou outra talvez mantivesse o propósito da Academia e dos discursos eloquentes quanto ao interesse pela literatura.

Dois anos depois, elegantemente, a Academia dos Novos foi despejada da casa das tias de Benedito Nunes, ao mesmo tempo, os confrades convertiam ao modernismo. “Houve ainda reuniões espaçadas no salão nobre da Escola Normal (hoje, o Instituto de Educação do Pará e) no salão principal do Colégio Pará e Amazonas” (IDEM, 2003, p.267).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Aos poucos, foi se extinguindo a Academia dos Novos, avassalado pela vitória do modernismo. A experiência literária proveniente da experiência dos confrades representou a ruptura com os referenciais parnasianos e aproximou os literatos a um outro tipo de poética que almejava a liberdade de expressão.

4. O LEGADO DOS JOVENS PARAENSES

O legado dos jovens paraenses assemelhou-se ao modernismo de 1922, que com atraso, de mais de duas décadas chegava ao Pará. Os acadêmicos passaram a se dedicar ao verso livre, a formas coloquiais contemporâneas da linguagem, a miscigenar ritmos diferentes de poesia e prosa, a valorizar as vivências do cotidiano. Divulgando essa novidade, Benedito escreveu em um suplemento literário: “Mais moderno do que modernista, esse antiprovinciano tablóide dominical instrumentou, difundindo tudo o que havia de mais novo na arte do país e do estrangeiro, o esforço de atualização que cada qual começara a compreender por conta própria. E golpeou o isolamento que ilhava a produção local” (PRIORE & GOMES, 2003, p.268).

Vale ressaltar que à época de 40, muitos acreditavam no isolamento do Norte do resto do Brasil, vivia-se ainda a 2ª Grande Guerra Mundial e o transporte de Belém, ou melhor, do Norte para o resto do país era precário e raro, frequentemente aéreo. Fato que pode justificar nosso atraso literário. Só começaríamos a modernizar segundo Benedito, após a morte de Mário de Andrade em 1945.

Chegava a hora de colocar as ideias da Academia em prática, por isso Haroldo Maranhão tornou-se diretor do suplemento da Folha de Norte e mantinha contato com os intelectuais de São Paulo e Rio de Janeiro, até com poetas antes criticados por si e por Benedito Nunes.

O encarte dominical rendeu 165 números de 1946 a 1951, com ensaios críticos de autores conceituados, dentre os quais se destacam: “Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Lúcia Miguel- Pereira, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Miller, Alceu Amoroso Lima, Almeida Fischer, Paulo Rónai, Aurélio Buarque de Holanda, Roger Bastide, Wilson Martins e outros tantos” (PRIORE & GOMES, 2003, p.268).

Por fim, o movimento da Academia dos Novos representou não somente um ato de rebeldia ao romantismo clássico e formas poéticas que não mais satisfaziam a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

modernidade, mas um ideário modernista entre os novos acadêmicos, mesmo que de forma desigual, representando assim, uma ruptura de antigos referenciais de poética que almejava a liberdade de expressão das manifestações culturais em Belém do Pará.

REFERÊNCIAS

NUNES, Benedito. *O Drama da linguagem: Uma Leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 2ª edição. São Paulo. Editora Contexto, 2004.

_____. *Os Senhores dos Rios: Amazônia, margens e história*, 2003.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MANAUS: FRAGMENTOS DE UMA CIDADE SORRISO

Eveline Maria Damasceno do Nascimento ¹

Karla Patrícia Palmeira Frota ²

Iraildes Caldas Torres ³

INTRODUÇÃO

Não se pode querer entender a cidade senão pelas pessoas que a fazem e, a partir de suas vivências, de suas errâncias, de seus valores, de sua cultura. Enfim, se quisermos compreender a cidade é preciso olhar fundamentalmente para as relações sociais aí estabelecidas, pois a cidade é produto e resultado dessas relações. O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no nível da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos problemas da cidade e à necessidade de construir consensos em torno deles.

Assim, com o objetivo de introduzir uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano para se compreender o processo de produção, o presente estudo tratará dos fragmentos da cidade de Manaus no que concerne aos diferentes olhares sobre Manaus; como esta cidade é vista por diferentes autores e pelos próprios moradores que fazem a cidade de Manaus. Como esses sujeitos elaboram as abruptas mudanças executadas em seus rios, riachos, vegetação, ou seja, em seus espaços naturais e na própria urbe.

O estudo está ancorado em autores como Ab'Saber (1953), Daou (2000), Tocantins (2000) e Lefebvre (1968), seguido de Araújo (1973) e Oliveira (2003), nossa grande referência..

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

³ Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Durante a entrevista com nossos informantes explicamos o assunto da conversa, pedíamos sua autorização para a gravação e iniciamos o trabalho, interferindo o mínimo possível na forma como era conduzida a narrativa, procurando apenas delinear o campo de trocas de conhecimentos e de experiências pessoais.

O registro das conversas formais e informais também se constituiu numa técnica importante, em diferentes momentos da pesquisa, para obter de modo simples e objetivo, informações que respondessem aos propósitos traçados sobre seu olhar sobre a cidade.

É assim que este trabalho assume fundamental importância não só aos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, mas especialmente para os moradores da cidade de Manaus que poderão dispor de um instrumento para a implementação de políticas públicas que garantam a sua qualidade de vida.

Nosso intuito é poder contribuir para a participação política das associações de movimentos sociais ambientalistas, sindicatos e todos os outros organismos da sociedade civil frente à necessidade de elaboração de planos e estratégias de gestão ambiental.

Realizar um estudo sobre a cidade de Manaus no que concerne a sua história, a sua origem, apontando os problemas socioambientais que afetam a urbe implica dar especial relevo às problemáticas de seu espaço natural.

FRAGMENTOS DE MANAUS

A temática ambiental tem chamado a atenção dos pesquisadores das ciências sociais nos últimos anos, os quais buscam compreendê-la para indicar políticas públicas no âmbito da sustentabilidade, envolvendo o manejo do meio ambiente e a educação ambiental, com o propósito de interferir na política de preservação dos recursos naturais da Amazônia.

Não podemos falar de cidade sem lembrar que ela é construída pela ação e intervenção dos seus moradores, dos cidadãos. Na cidade essa condição vai se refletir de forma diferenciada de acordo com as feições de cada classe que nela intervêm. Manaus está situada em área de terra firme, seu sítio se estende por uma faixa que vai do Lago Puraquequara até o Igarapé do Tarumã, tendo o seu centro, sítio inicial da cidade, à cerca de 20 km da confluência Rio Negro/Solimões, “assenta-se sobre a porção ribeirinha de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

um sistema de colinas tabuliformes, pertencentes a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos terciários” (AB’SABER, 1953, p. 20).

Manaus, localizada na região Norte do Brasil e capital do Amazonas, o maior Estado brasileiro, com uma área de 11.401 km² e de clima equatorial é considerado o portão de entrada para a maior reserva ecológica do planeta: a Floresta Amazônica. O nome Manaus é originado da tribo Manaos, que habitava a região e significa ‘Mãe de Deus’.

Começou a ser colonizada em 1669, a partir de um pequeno forte em pedra e barro com quatro canhões, denominado Forte de São José da Barra do Rio Negro. Em torno deste forte, nasceu o arraial que deu origem à cidade de Manaus. Em 1833 passa à categoria de Vila, com o nome de Manaos. Em 24 de Outubro de 1848 recebe o título de cidade, tornando-se a capital da Província do Amazonas. Eis aí o forte que deu origem à cidade de Manaus.

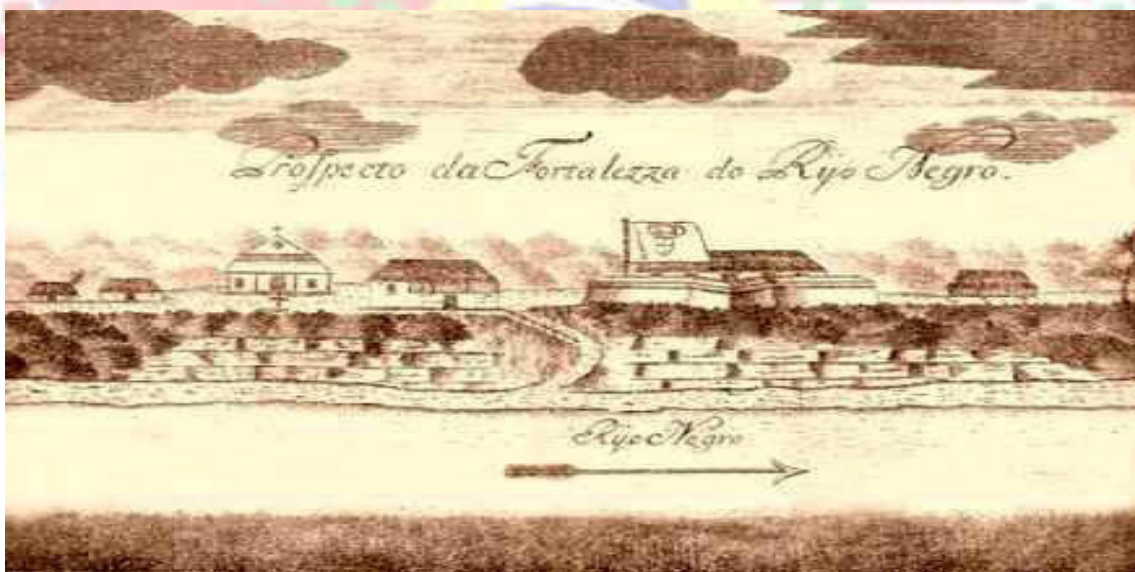


Foto 1 - Forte de São José da Barra do Rio Negro e à esquerda a Igreja Nossa Senhora da Conceição, do período pré-pombalino (1699). Pesquisa do Professor João Renor de Carvalho e foto de Costa Lima sobre microfilme, obtido por Costa Lima na Torre de Tombo, Lisboa. Fonte: Monteiro/1994.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

As cidades existem em todo mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual à outra: cada uma delas tem a sua história; contém sua própria identidade e é assim a cidade de Manaus.

Manaus de meados do século XIX era uma cidade onde a população de origem indígena com seus estilos de vida próprios da área rural se entrelaçava com os estilos da vida urbana. No entanto, com o florescimento do comércio do látex da borracha a partir da segunda metade desse mesmo século a cidade foi impactada por um intenso fluxo migratório, intensificando ainda mais a sua problemática social.

As últimas décadas do século XIX podem ser caracterizadas como um período de grandes movimentos migratórios em decorrência de mudanças econômico-sociais ocorridas no país, de modo que o fenômeno da migração interna ganhou visibilidade, caracterizando-se como um problema nacional.

Segundo Correa (1969), os poetas e escritores deixavam-se enlevar pela visão deslumbrante da Amazônia. Suas palavras eram cheias de admiração por Manaus que se tornou uma verdadeira revelação de uma cidade voltada para a baía, cortada por entre rios e igarapés, dando um sentido de uma ‘Veneza tropicalizada e primitiva’ cujas habitações apresentavam construções de taipa e madeira, coberta de palha em caminhos de águas.

Estas eram as demandas de necessidades de uma cidade pretensamente moderna e sua população tinha que estar preparada para o avanço modernista, que se apresentava.

Carlos aponta que, a cidade em sua pluralidade e multiplicidade, revela o destino do homem. Nessa perspectiva é antes vida, ação, construída sobre a dialética entre produção/apropriação/reprodução. Mais do que uma forma material, uma morfologia, a problemática sobre a cidade se revela como problemática urbana, isto é, transcende a cidade para focar o sujeito e a sociedade urbana.

Nessa direção o sentido da cidade é o conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção de sua vida (e o que isso implica). É um lugar que se reproduz como referência e, nesse sentido, lugar de constituição da identidade e da memória; nessa dimensão, revelaria a condição do ser humano, como construção e obra.

O fator principal para o crescimento populacional foi o fator econômico, com os mais variados tipos de profissões no contexto da divisão do trabalho e das classes sociais. As características da cidade de Manaus foram mudando e a paisagem natural diminuindo,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conforme o crescimento dos bairros, predominando barracas de palha e tábuas, com os sintomas de acentuada ecologia de humanos.

A conceitualização de Manaus se dá pelo fato de ser um núcleo urbano ilhado pela massa verde da floresta virgem, banhado pelo rio Negro e cortado pelos igarapés, dando uma paisagem tropical veneziana e primitiva, com construções de estilo oriental e ao mesmo tempo com a existência de palafitas. Araújo (1973, p.108) salienta que,

Manaus é uma cidade típica. Cheia de águas e cortada por águas, sem grandes cachoeiras e importantes quedas d'água. O seu crescimento acompanha a margem do rio e, depois, volta-se para o interior da mata, no rumo norte, - criando num semicírculo de bairros pobres, que sofrem já a expansão do urbano, e que já ocupam pontos inúmeros de nossa geografia.

Este era um traço importante da cidade de Manaus que atravessava o perímetro urbano: as águas, que é o que se prende à influência do indivíduo sobre a geografia local. E é dessa influência que vem a transformação da geografia. Tocantins (2000, p. 275) salienta que “não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos em marcha e que levam aonde queremos ir do que a Amazônia”. As suas baías, os seus golfos, rios, paranás, lagos, furos e igarapés revelam o aspecto da geografia dinâmica e as manifestações de vida do sujeito, cujo destino está entregue aos caminhos que andam.

Para o autor, os caminhos que andam trazem a fortuna ou a desgraça. Quando nas cheias de navegação alcança os sítios mais longínquos, certas vezes as alegrias do feliz acontecimento são toldadas pelas inundações funestas, arrasando culturas agrícolas, tragando barrancos, removendo a pobreza das barracas, levando o desespero aos lares, e constituindo uma série de ameaças à economia. Nos seis meses de seca o verão derrama sobre o vale o fulgor do sol em céu azul, descoberto, e o drama nos altos rios é a falta de água. Araújo (1973, p. 33) assinala que as águas são fundamentais para o desenvolvimento dos povos porque são vias de comunicação; auxiliares da ocupação, do trabalho, do transporte, da irrigação, da alimentação, da agricultura. As águas têm diversas funções sociais.

Tocantins (2000, p. 276) revela que “o primado social dos rios, trazendo a marca da geografia singular, revela-se nos múltiplos aspectos da vida amazônica”. Para este



autor, o ser humano e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. Daou (2000, p.36) acrescenta que,

O novo modelo urbanístico adotado era baseado num traçado em forma de tabuleiro de xadrez, e as obras, a partir daí, fizeram com que as colinas fossem aplainadas, os igarapés, aterrados, e as ruas avançassem em direção à mata. A cidade passou a ter dois patamares: um voltado para o rio e outro que dele se distanciava, incorporando as áreas de mata ao quadriculado do novo traçado. O eixo principal, inicialmente denominado Avenida do Palácio, quando inaugurado em 1900, recebeu posteriormente o nome de Eduardo Ribeiro, numa homenagem póstuma. Chamado pelos moradores da cidade simplesmente de 'Avenida', indicava o centro simbólico da nova cidade então concebida.

Enquanto praticamente todas as grandes cidades do país viviam de atividades rurais, Manaus foi uma das primeiras capitais a ter luz elétrica e um circuito cultural sofisticado. Manaus, uma cidade tranquila e pitoresca com sua paisagem atrativa, fora invadida por comerciantes estrangeiros, que ambicionando suas riquezas, procuravam o interior do Estado em embarcações, para suprir as necessidades das populações. Dispersas nas terras ao longo dos rios, essas pessoas se dedicavam a atividades extrativistas.

Os comerciantes itinerantes faziam o escambo de alimentos, tecidos, roupas, remédios e ferramentas, e, em troca, adquiriam os produtos coletados da floresta, sem a presença de moeda. Tratava-se de uma relação econômica de característica feudal que mantinha o produtor escravizado aos interesses de comerciantes intermediários e donos de seringais.

Carlos (1992) afirma que a cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico. Portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido.

A implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou o crescimento econômico regional, iniciado durante o ciclo da borracha, época em que a população havia aumentado significativamente.

A Zona Franca abrigou novas indústrias, comercializando produtos importados de outros países. Com a sua instalação, Manaus foi invadida pela migração das



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

populações interioranas e ribeirinhas, como mão de obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas.

Araújo (1973) salienta que o processo migratório fez com que Manaus tivesse uma transformação física, formando vários bairros, definindo-se o espaço urbano, compondo uma população de ribeirinhos, seringueiros, caboclos, castanheiros, nordestinos, estrangeiros, formando um segmento de trabalhadores que buscam vida melhor. Mediante as transformações da cidade, um fenômeno passa a ser predominante na paisagem da cidade de Manaus: a densa ocupação das áreas de igarapés por famílias que têm baixo nível econômico, o que causa impactos ambientais e visuais.

O Brasil é um país constituído por processos migratórios presentes nos deslocamentos de pessoas de todos os lugares. A primeira imigração foi a dos portugueses que o descobriram e colonizaram, empurrando os índios, os povos autóctones.

Durante o período de extração da borracha e o consumo da banha da tartaruga e seus ovos, as praias amazonenses exibiam uma extensão grande de lençóis branquíssimos, atingindo quilômetros de distância a perder de vista. A natureza exibiu seu esplendor às margens do rio Negro, e a população amazonense desfrutava a sua beleza. De acordo com Dias (1999, p.30),

Modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época da borracha passa ser o objetivo maior dos administradores locais. Era necessária que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente. A política seria a transformação da cidade de Manaus, defendendo a dominação do grupo que vai geri-la. Este grupo será constituído pelos extrativistas e aviadores, todos ligados ao capital financeiro internacional, com estreita conexão com o poder público local.

Manaus passou por um embelezamento devido às influências da metrópole parisiense com quem a elite gomífera estabelecia relações. Tornou-se uma cidade plástica com costumes e valores importados. Isso tornava a cidade atraente para se morar e para visitar. É o que assinala Dias (1999, p. 30),



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A Manaus dos naturalistas vai se transformar na Paris dos Trópicos, na capital da Borracha, cidade moderna e elegante, na cidade do fausto. A cidade sofre a partir de 1890 seu primeiro grande surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia agrária extrativista-exportadora, especificamente a economia do látex.

A cidade é uma construção coletiva e o espaço urbano incorpora, com maior ou menor relevância, cada um dos seus moradores. A memória do espaço urbano da Amazônia, mais do que em qualquer lugar, não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores.

Carlos (1992, p.57) sustenta que “a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas sob sua influência”.

Esta autora compreende a cidade como um ente que se articula com a sociedade. Não existe cidade em si mesma, não é uma abstração, ela só existe porque os sujeitos que moram nela a constroem.

A cidade é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir. Enfim, é um modo de vida. A cidade é uma resultante não só do impacto objetivo das condições reais que ela causa sobre os indivíduos, mas também da maneira como sua interveniência social e valores culturais agem na vida da cidade. Manaus se inscreve na dinâmica contraditória de ser ao mesmo tempo uma cidade rica e pobre, desde os seus primórdios no século XIX.

A cidade é, portanto, uma produção coletiva e cada fragmento que se produz contém uma parte de quem o faz. Conforme Oliveira (2003, p.30), “compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se especializa na cidade”.

A sociedade local assumiu características cosmopolitas, típicas da *belle époque*, podendo-se fazer uma analogia desta fase de mudanças com a montagem de uma *vitrine*. A cidade havia alcançado um novo status, o insignificante lugarejo provinciano passava



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a ser descrito como uma cidade moderna, graciosa e com ares europeus, dada a sua plasticidade e aparência. As mudanças não ocorreram somente no aspecto da arte arquitetônica, mas também, no âmbito social e cultural, pois a introdução de novos e variados costumes gerava um ambiente cosmopolita.

Mesquita (2006, p. 142) assinala que, Manaus foi uma das poucas cidades brasileiras a ter vivenciado a *belle époque*, quando, ao finalizar o século XIX, passou a usufruir dos benefícios que a sua próspera situação financeira permitia. Toda a riqueza da região era proveniente de uma só fonte – a borracha – e o lucro proveniente da comercialização deste produto sustentou um amplo e frágil império, gerando uma nova condição econômica que repercutiu em todos os setores da sociedade amazonense. Manaus sofreu uma mudança radical em sua fisionomia. Sua população foi ampliada com a introdução de elementos e costumes de procedências diversificadas, aliadas a outros fatores.

Carlos (2001, p.134) chama a atenção para o fato de que “na realidade, planeja-se o espaço sem nem sequer pensar na existência de vontades e necessidades do cidadão, muito menos de seus habitantes diante da efemeridade das formas construídas”. Para a autora, assiste-se hoje à realização de um ‘urbanismo’ que abdicou de seu possível papel social para se subjugar ao político e à sua estética de dominação, acentuando a fragmentação e a segregação espacial.

A gestão democrática da cidade exige compromissos das organizações sociais e da população com a mobilização das entidades e da população para o reconhecimento das instâncias de participação e para o debate político com compromisso e comprometimento de todos; o compartilhamento das informações e das decisões com a população; a disposição para participar de processos de capacitação de maneira a qualificar as intervenções da sociedade para o efetivo controle social.

Assim, a cidade, ao longo da história, antes de ser um espaço onde se produz a sobrevivência, abre-se às perspectivas e possibilidades da realização da própria vida humana. De acordo com Lefebvre (1968, p.108),

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformando, renovada. Pouco importa





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o urbano, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

O autor entende que a vida urbana compreende mediações originais entre cidade, campo e a natureza que devem ser compreendidas pelos simbolismos e pelas representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo feitas pelos cidadãos. Uma de nossas entrevistadas nos falou de sua experiência na cidade e como se sentia sendo moradora de Manaus. Ela assim se expressou:

Quando eu penso na cidade de Manaus, eu vejo que essa cidade é uma cidade muito boa. Tem muitos atrativos. A culinária deixa qualquer um com água na boca. Aqui tem peixe com um sabor especial. O tacacá, eu adoro. O tucumã dentro do pão fica uma delícia. É terra boa de se morar, sem contar na facilidade de se conseguir emprego. Muitos reclamam que é quente, mas eu prefiro mesmo é o calor. Algo que eu acho difícil de entender é porque aqui deveria ser uma cidade bastante arborizada já que estamos em plena Amazônia, mas a gente se admira muito porque tem pouca vegetação na cidade. Nossos rios e riachos estão contaminados. As praças são muito mal tratadas. É engraçado que no interior de Manaus a gente encontra praças muito mais bonitas e bem cuidadas, bem podadas. Penso que o poder público deveria pensar sobre isto. Cuidar do meio ambiente deveria ser uma meta. (M. F. / Entrevista/ 2016).

Vê-se que há conscientização ambiental por parte desta moradora. Ela nos ensina que é importante a preocupação com a cidade e que ela necessita de mudanças para preservar seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social equitativo, permitindo que as sociedades humanas obtenham qualidade de vida em todos os aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas décadas do século XIX podem ser caracterizadas como um período de grandes movimentos migratórios em decorrência de mudanças econômico-sociais





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ocorridas no país, de modo que o fenômeno da migração interna ganhou visibilidade, caracterizando-se um problema nacional. A implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, propiciou o crescimento econômico regional, iniciado durante o ciclo da borracha, época em que a população havia aumentado significativamente.

A Zona Franca abrigou novas indústrias, comercializando produtos importados de outros países. Com a sua instalação, Manaus foi invadida pela migração das populações interioranas e ribeirinhas, como mão de obra barata para as indústrias, gerando um crescimento desordenado da cidade e aumentando consideravelmente o número de bairros periféricos e favelas.

A memória do espaço urbano da Amazônia, mais do que em qualquer lugar, não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz.

Manaus já foi denominada Cidade Sorriso, um título sinalizador da alegria sempre presente em seus habitantes, apesar das dificuldades decorrentes das distâncias e circunstâncias. Nas ruas, as pessoas se saudavam mesmo sem se conhecerem, uma situação muito diferente dos dias atuais quando nem moradores do mesmo prédio se cumprimentam quando compartilham o espaço do elevador. Manaus traz, na estruturação de seu espaço e de sua população, as marcas dessa acelerada e desmesurada urbanização, perceptível nos bairros que compõem a cidade.

O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas porque cada sujeito se situa num espaço e isso determina, no nível da vida cotidiana, a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e à necessidade de construir consensos em torno deles.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **A cidade de Manaus**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. 15: 18-45, out. de 1953.
- .ARAÚJO. André Vidal de. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Fundação, Cultura, 1973.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CORREA, Luiz de Miranda. **Guia de Manaus: roteiro histórico e sentimental da cidade do Rio Negro.** Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica** ed. Jorge Zahar Rio de Janeiro 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Editora Anthropos: 1968.

MESQUITA, Otoni Oliveira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852 – 1910.** 3 ed. Manaus: Valer/Prefeitura de Manaus/ Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypyranga. Fundação de Manaus. 4 ed. Manaus: Metro Cúbico, 1994.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer/Edua, 2003.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida.** Manaus: Valer, 2000.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTERDISCIPLINARIDADE E INSTITUCIONALIDADE: A FUNÇÃO DO ARQUIVO EM MICHEL FOUCAULT

INTERDISCIPLINARITY AND INSTITUTIONS: THE FILE FUNCTION IN MICHEL FOUCAULT

Andréa Costa de Andrade¹
 Bernardo Farias dos Santos²
 Nelson Matos de Noronha³

RESUMO: Alguns estudiosos pensam o arquivo como objeto de novas práticas e problematizações, dentre estas formas de pensar destaca-se a metodologia do filósofo Michel Foucault, pois ao ser ver, o arquivo não deve se limitar a conceitos, mas ser entendido como um discurso construído a partir de práticas sociais contextualizadas. Pensar sobre o arquivo nessa perspectiva é entendê-lo holisticamente, devendo atuar de forma interdisciplinar não só em benefício de quem o gera, mas também dos indivíduos que o circundam. Identificar o arquivo na sua essência é percebê-lo não como um espaço limitado, mas como um lugar dinâmico de produção do conhecimento. Na sociedade contemporânea, a ordem do discurso do arquivo não está mais garantida, uma vez que as memórias nos arquivos tornam-se um trabalho desafiador, o seu *sentido* é instrumental e institucional, percorre um caminho complexo e conflituoso. Como devemos compreender um arquivo hoje? Trata-se apenas um lugar de memória? Um instrumento de pesquisa? Uma instituição onde se guardam documentos antigos? Porque no arquivo se guardam determinadas fontes e outras não? Porque temos um conceito tão reduzido do arquivo? Para entender o arquivo é necessário desconstruirmos o que “sabemos” sobre ele, pois abrange um campo onde as experiências e relações humanas se fazem presentes, gerando várias possibilidades de compreensão desse fenômeno. Quando se fala em *arquivo* deve-se perceber a multiplicidade de conceitos e representações que se dão ao termo enquanto fenômeno histórico, ou seja, uma palavra constituída em determinado momento histórico por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos.

Palavras-chave: Arquivo, interdisciplinaridade, interculturalidade, Foucault

ABSTRACT: Some scholars think of the archive as an object of new practices and problematizations, among these ways of thinking, the methodology of the philosopher Michel Foucault stands out, because in being to see, the archive should not be limited to concepts, but be

¹ Psicóloga e Professora, Mestre e Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM.

² Bibliotecarista, Mestre em História pela UFAM.

³ Filósofo e Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Filosofia pela UNICAMP-SP



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

understood as a discourse constructed to Contextualized social practices. To think about the archive in this perspective is to understand it holistically, and to act in an interdisciplinary way not only for the benefit of the one who generates it, but also of the individuals that surround it. Identifying the file in its essence is perceiving it not as a limited space, but as a dynamic place of knowledge production. In contemporary society, the order of the discourse of the archive is no longer guaranteed, since the memories in the archives become a challenging work, its meaning is instrumental and institutional, it goes through a complex and conflicting path. How should we understand a file today? Is it just a place of memory? A research tool? An institution where you keep old documents? Why do not you store certain fonts in the file and not others? Why do we have such a low concept of the file? To understand the archive it is necessary to deconstruct what we "know" about it, since it covers a field where human experiences and relations are present, generating several possibilities of understanding this phenomenon. When speaking of a file, one must perceive the multiplicity of concepts and representations that are given to the term as a historical phenomenon, that is, a word constituted in a certain historical moment by real, concrete men, with interests, also real, concrete values.

Keywords: Archive, interdisciplinarity, interculturality, Foucault.

Pensar o *arquivo* epistemologicamente é um trabalho desafiador, uma vez que problematizar teoricamente o seu *sentido*, além da visão instrumental e institucional, é percorrer um caminho complexo e conflituoso. Como compreendemos um arquivo hoje? Ele é apenas um lugar de memória? Um instrumento de pesquisa? Uma instituição onde se guardam documentos antigos? Porque no arquivo se guardam determinadas fontes e outras não? Porque temos um conceito tão reduzido do arquivo?

Para entendermos o arquivo é necessário desconstruirmos o que “sabemos” sobre ele. O arquivo abrange um campo onde as experiências e relações humanas se fazem presentes, gerando várias possibilidades de compreensão desse fenômeno. Alguns autores ajudaram a pensar o arquivo como objeto de novas práticas e problematizações. Pensá-lo nessa perspectiva é entendê-lo globalmente, é identificá-lo na sua essência, é percebê-lo não como um espaço limitado, mas como um lugar dinâmico de produção do conhecimento.

Quando se fala na palavra *arquivo* pode-se perceber a multiplicidade de conceitos e representações que se dão ao termo. É importante destacar que qualquer conceito atribuído a esse



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fenômeno é histórico, ou seja, “constituído em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos”.⁴

Assim, os conceitos atribuídos ao arquivo acompanharam de certa forma as transformações políticas, culturais e sociais ocorridas no mundo e a produção informacional que elas geraram. Não se pode falar do arquivo de forma estática, ele faz parte de um *campo real*, que se movimenta, se transforma; não o determinando, mas constituindo-o a partir das experiências sociais. Mas afinal, o que é o arquivo? Para responder a essa pergunta, apresenta-se a contribuição de Michel Foucault sobre esse fenômeno.

Filósofo, historiador, filólogo Foucault destaca em sua teoria a relação entre poder e conhecimento, suas formações discursivas, e certas práticas das instituições sociais em relação aos indivíduos, dizendo que “o discurso é um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência, a questão do poder, um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política”.⁵ Hoje, mais do que nunca se percebe a importância do imaginário no meio social, parecendo que tudo é explicado pelas imagens, pelos símbolos, evidenciando o discurso político dominante, que é ordenado, direcionado, não pode ser dito a qualquer um. Tudo aquilo que “não está na ordem do discurso”, é perigoso.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...] Em uma sociedade como a nossa [...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.⁶

É importante lembrar que o poder do discurso não emana só do Estado, mas de outras esferas, principalmente das relações entre os homens, sendo assim, o discurso e o poder vão se articulando num universo temporal, agindo sutilmente no campo político e social. Michel Foucault constrói e desconstrói conceitos, e apresenta o arquivo como:

⁴ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 9.

⁵ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 148.

⁶ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 8-9.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo. Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos do seu próprio passado, ou como testemunho da sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.⁷

Pode-se perceber nessa visão não um conceito, mas apenas um *sentido* que o autor dar ao arquivo, buscando a sua essência, o que é importante que cada pesquisador compreenda, para que não se perca entre os diversos “discursos” que o arquivo pode disponibilizar, iludindo-se com as “verdades” e deixando de lado o que é mais importante para o trabalho do historiador, que é o questionamento do documento, da fonte.

O *arquivo* pode gerar muitas discussões, e quando problematizado historicamente, revela significados que vão além do seu entendimento enquanto instrumento, documento ou instituição. Toda ação que parte dos arquivos vislumbra em práticas políticas e sociais com interesses. Nesse sentido, o arquivo está cheio de armadilhas, tentações, ilusões, podendo dar uma falsa sensação de “verdade” e “segurança” em nossas pesquisas.

Nesta breve exposição, procurou-se pensar o arquivo num campo em movimento, de constituição, de luta, de poder e de ordem. O arquivo não deve se limitar a conceitos, mas ser entendido como um discurso construído a partir de práticas sociais contextualizadas. Na sociedade emergente a ordem do arquivo não está mais garantida. Ele deve atuar de forma dinâmica não só em benefício de quem o gera, mas também dos indivíduos que o circundam.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em História**. 4^a. ed. São Paulo: Ática, 2005.

⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2012, p. 157-158.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

A POSIÇÃO ESTATAL ACERCA DOS CRESCENTES CASOS DE ESTUPROS E A IMPUNIDADE CRIMINAL ANTE ESTA CULTURA DE VIOLÊNCIA CONTRA O GÊNERO FEMININO, AO LONGO DESTA DÉCADA.

THE GOVERNMENTAL POSITION ABOUT THE INCREASING RAPE CASES AND THE CRIMINAL IMPUNITY BEFORE THAT VIOLENCE CULTURE AGAINST FEMININE GENDER ALL OVER THIS DECADE.

FERREIRA, Matheus Oliveira - m.oliveirafer@gmail.com¹

ARAÚJO, Marina das Graças de Paula - morenamarinaufam@gmail.com²

RESUMO: O presente artigo busca analisar os aspectos gerais do aumento dos crimes de estupro, como a precária assistência às vítimas, o endurecimento legislativo contra o mesmo, de forma a avaliar a efetividade da legislação e o comprometimento do Estado Brasileiro com medidas solúveis e com os direitos humanos. Além disso, será exposto neste artigo uma breve explanação sobre o conceito de estupro e sua vasta consequência física, mental, emocional e psicológica. Sendo assim, este artigo busca avaliar a posição estatal ante os crescentes casos de estupro contra as mulheres, durante esta década. Utilizando-se do método histórico e indutivo, propõe obstáculos, falhas e possíveis soluções para o aumento dos casos de estupro, a fim de demonstrar como resultado que impunidade começa desde as bases educacionais e o endurecimento de pena não é solução eficaz para a problemática.

PALAVRAS CHAVES: estupro, vítimas, direitos humanos, mulheres.

ABSTRACT: The present article aim at analyzing the several aspects about the increasing number of rape crimes such as the poor victims assistance and the legislative hardness against the crimes above mentioned in a way to evaluate the law effectivity and the nion commitment with applicable measures and the Human rights. Besides, it will be discussed in this article a brief explanation about rape concept and its vast physical, mental, emotional and psychological consequences. Thus, this article aims at analyzing the governmental position before the increasing rape crimes against woman, during this decade. By making use of the inductive and historical method, it also proposes obstacles, flaws and possible solutions to break the increasing rape

¹ Acadêmico de graduação do 1º período do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

m.oliveirafer@gmail.com

² Graduada em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Professora e Coordenadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas. morenamarinaufam@gmail.com



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

crimes, in order demonstrate how result that impunity starts from the educational foundations and hardening of punishment is not effective solution to the problematic.

KEY WORDS: rape, victims, human rights, woman.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento exorbitante dos casos de estupro, nesta década, o Estado Brasileiro recentemente, aprovou uma decisão no Senado que endurece as penas contra os crimes de estupro. No entanto, esta cultura de violência, principalmente contra as mulheres tem tomado proporções ainda maiores.

Os processos e casos criminais envolvendo estupro, mostram-se ainda regidos pelo descaso e pela injustiça. São variados os problemas, as irrefutáveis omissões e descumprimento dos direitos penais. Uma das elucidações dessa realidade é o grande número de criminosos impunes em virtude de diversos processos arquivados e vítimas injustiçadas, sem qualquer assistência. Estas, pois, buscam justiça; todavia estão igualmente "esquecidas" pela mesma, decorrente da precária assistência dada pelas autoridades estatais.

Mais uma questão que exemplifica a desumana e ineficaz situação no contexto de direito penal brasileiro, é o número tão exorbitante de casos de estupros em nosso país. Tal tópico é uma consequência decorrente da omissão estatal quanto ao cumprimento contestável da lei que pune, estatisticamente, apenas 1% dos casos de estupros, segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) o qual constata que a ocorrência de estupros pode ser até dez vezes maior do que o total notificado, fato que tem sido motivo de um automático clamor pelo aumento de penas efetivamente aplicáveis e severas.

Este estudo propõe-se, por meio da análise das modificações legislativas e a assistência às vítimas de estupro, trazer uma reflexão sobre a posição estatal ante a impunidade, a justiça penal e suas necessárias melhorias. Assim também como discorrer sobre as ações e o posicionamento frente à sociedade, dados pelo Estado, ao tentar garantir maior segurança, através da lei e o comprometimento do mesmo em garantir os direitos humanos. Além disso, em virtude de ser o pesquisador um entusiasmado, meditar sobre possíveis medidas preventivas como as reformas nas bases educacionais. Sendo tal estudo de extrema importância, pois trará uma necessária reflexão sobre as falhas presentes na esfera do Direito.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O desenvolvimento deste estudo é também de extrema pertinência ao meio científico, pois proporcionará uma visão mais crítica e abrangente da problemática da justiça penal diante da crescente cultura de estupros no país. Mediante a isso, esta pesquisa tem, pois, a função de revelar o caráter desta impunidade, o qual, às vezes, não realiza o ofício de fazer justiça às vítimas de estupro.

Faz-se imprescindível citar que tal artigo fundamenta-se em uma profunda e minuciosa revisão bibliográfica e documental acerca do tema ora em análise. Todavia este trabalho visa analisar a atual concepção estatal, e sua conduta de negligência e omissão, quanto às assistências às vítimas e comprometimento de garantir os direitos humanos, além de maneiras para conter os atos, o que demonstra, deste modo, a inovação trazida por esta pesquisa e, portanto, a relevância em viabilizar-se tal estudo; o qual é muito debatido, de divergentes formas e âmbitos: político, penal, humano e histórico brasileiro.

Em suma, a avaliação da dicotomia entre o endurecimento das penas e a assistência às vítimas dos crimes será efetuada com base na legislação federal brasileira e a avaliação do compromisso do Estado com os direitos humanos será efetuada na legislação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ambas serão analisadas através de fatos históricos, ou seja, mediante a relatos e casos noticiados de estupro. Posteriormente, será exposto medidas de solução quanto a educação que podem inibir e mudar essa realidade de violência. No entanto, antes de abordar tais assuntos, será introduzido o conceito e as consequências deste tipo de violência.

CONCEITO E CONSEQUÊNCIAS DO ESTUPRO

Consoante o portal de medicina e psicologia *AbcMed*, o estupro é uma forma de agressão sexual que envolve a relação sexual ou outras formas de penetração sexual executada contra uma pessoa sem o seu consentimento, mediante o exercício de força física, coação, abuso de autoridade, ameaças ou ainda, realizadas contra uma pessoa incapaz de expressar um consentimento válido, como quando ela está inconsciente, física ou mentalmente incapacitada ou abaixo da idade legal, definida pela Constituição, de consentimento.

Ainda segundo o portal, as vítimas de estupro passam por um trauma severo. Além de serem submetidas a atos sexuais não desejados, podem ter vivido sob ameaças. Comumente, após o episódio sofrem com despersonalização ou dissociação da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

consciência, dificuldades de se lembrar de partes importantes do evento, memórias ou pesadelos, fobias a coisas e lugares que recordem o fato; dificuldades de dormir e entre outros fatores de maior gravidade, como depressão e síndrome do pânico. Podem apresentar, ainda, transtorno de estresse pós-traumático e podem ter dificuldades de se desempenhar em tarefas e na rotina do dia a dia. Tais transtornos podem durar vários meses, de certa forma, deixarem sequelas subjetivas ou comportamentais para o resto da vida.

Além de danos psicológicos, o estupro pode causar lesões físicas, transmitir doenças sexualmente transmissíveis ou gerar uma gravidez indesejada. Ademais, na sequência de um estupro, a vítima pode enfrentar ameaças a partir do estuprador, como uma forma de evitar que ela relate o fato, não dê queixa dele ou sob a acusação de que ela tenha provocado o estupro, sendo culpada por algo quando na verdade é a própria vítima. Do ponto de vista legal, as diversas nuances do estupro deveriam gerar penas diferenciadas.

Segundo diz a Assistente Social Dias, Salette Laurici Marques (p. 200):

É sabido que as sequelas da violência podem ser atenuadas se a vítima dispor de tratamento especializado e possuir uma consistente rede de apoio (pessoas que compreendam sua dor, não atribuam culpa à vítima pelo ocorrido, e procuram fomentar sua autoestima). Contudo, considerando que as estatísticas apontam que apenas 10% das vítimas buscam apoio podemos concluir que via de regra a vítima de violência sexual silencia sua dor e a sufoca internamente. Daí, termos o saldo desconhecido de crianças, adolescentes e adultos que apresentam diversos comprometimentos ao nível de saúde física, mental e emocional; onde além de anônimos, tornam-se incompreendidos.

LEGISLAÇÃO E ENDURECIMENTO PENAL

A Constituição Federal de 1988 veda e prevê pena contra a prática de estupro no artigo 213, 215 e 217-A do Código Penal passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 213 – Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º - Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º - Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Art. 215 - Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.

Pena – reclusão, de 2 (dois) anos a 6 (seis) anos.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Art. 217-A – Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º - Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 2º - vetado.

§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º - Se da conduta resulta morte:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

No entanto, a cada ano os índices de casos de estupro têm crescido de forma exorbitante; fato notado por uma tentativa de reação do Estado ao iniciar reformas legislativas, aprovadas recentemente pelo Senado, no que se refere ao endurecimento penal de tal espécie de crime. Os esforços adotados por esta na tentativa de, através de normas jurídicas, garantir ao começar pela lei uma maior assistência às vítimas, não tem surtido efeito.

Segundo o Senado, o Código Penal estabelece pena de reclusão de 6 a 10 anos para o crime de estupro. Se for coletivo, a pena é aumentada em um quarto, o que eleva a punição máxima para 12 anos e meio de prisão. A proposta aumenta para um terço da pena. "Não basta que os direitos humanos estejam previstos em tratados internacionais ou nas Constituições. É preciso que eles sejam respeitados na realidade social, o que só é possível se os Estados se comprometerem a garanti-los e aplicá-los nas relações interpessoais" (SAMENTO, George, 2012). Além disso, na visão do mestre em Direito Penal pela PUC-SP, Euro Bento Maciel Filho, o endurecimento das penas não é solução adequada para acabar ou diminuir a criminalidade.

Positivamente, já está mais do que demonstrado que o recrudescimento das penas não resolve o problema da criminalidade. A saída está na educação do povo, não no mero confinamento do criminoso. Lamentavelmente, sai Governo, entra Governo, e o discurso parece ser sempre o mesmo (...).

O criminalista também defende que alterar o atual sistema de progressão de regime, como pretendido pelo nosso Ministro da Justiça, é, em verdade, um ‘tiro no pé’.

Nem bem estão identificados os autores do crime e o Ministro da Justiça e os parlamentares, mais do que depressa, vêm a público para postular pelo endurecimento das penas e do tratamento penal dado aos autores não só de estupro, como também de todo e qualquer delito considerado hediondo. Nada mais equivocado. Ora, levando-se em conta o alto índice de reincidência hoje existente, é forçoso concluir que nossas cadeias mais aviltam o cidadão do que o recuperam para retornar ao convívio social.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

IMPUNIDADE: A PRECÁRIA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS

O Estado mostra-se ainda ineficaz e impotente quanto a devida aplicação dos direitos penais e comprometimento com os direitos humanos ante os casos de estupro no país, que segundo análise exposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estima-se que, a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas, aproximadamente, 10% chegam ao conhecimento da polícia. Em 2015, o país registrou 47.646 casos de estupros. Segundo os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no final do ano passado, no país, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada.

Diversos relatos confirmam a impunidade dos crimes de estupros na sociedade brasileira. A lei tem passado em branco no quanto ao seu cumprimento. Segundo a Deputada Estadual Márcia Lia, o estupro coletivo de uma mulher no Rio de Janeiro reflete a decadência social e a perda de capacidade de convivência civilizada na sociedade brasileira. Mais que isso, reflete como foi construída, até aqui, a cultura da impunidade, que é mola mestra, gatilho da cultura da violência. Consideração por ela feita após a divulgação do chocante e inadmissível caso ocorrido no Rio de Janeiro, há poucos meses, quando uma jovem de 16 anos foi estuprada coletivamente por supostamente, 30 homens.

A adolescente de dezesseis anos vítima de um estupro coletivo, sofreu abusos por dois grupos diferentes. Na mesma semana do ocorrido, tanto o Executivo quanto o Legislativo esboçaram reações. A Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma comissão externa de parlamentares para acompanhar e fiscalizar a apuração do estupro coletivo ocorrido no Rio. A jovem foi encaminhada para fazer exames e à delegacia na qual foi interrogada, no entanto o delegado desacreditou na vítima, violentada por no mínimo seis homens numa favela do Rio de Janeiro, de acordo com a depoimentos da jovem, disse que se sentiu muito envergonhada e como se fosse culpada por ter sido abusada sexualmente. Após diversas pressões externas o delegado Alessandro Thiers foi afastado do caso.

Não obstante, tal pronunciamento é verossímil e condizente com a decadente realidade humana no meio social. Uma recente situação ratifica essa demérita realidade trata-se da problemática ocorrida no Piauí, há um ano, quando quatro adolescentes foram estupradas e uma delas acabou não resistindo e faleceu.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

De acordo com as polícias civil e militar, as garotas teriam saído para tirar fotos em um ponto turístico distante alguns quilômetros da zona urbana, quando foram rendidas por cinco homens, sendo pelo menos três menores. O delegado geral Riedel Batista confirmou que as meninas foram agredidas, amarradas e violentadas. Após serem agredidas e violentadas, as meninas foram arremessadas do alto do penhasco com cerca de 10 metros de altura. Consoante outro delegado, Laércio Evangelista: "Foi um crime muito bárbaro e cruel. Eles cortaram os pulsos das meninas, furaram mamilos e olhos e depois ainda as arremessaram de cima de um morro", disse o delegado.

Em ambos os crimes, os suspeitos foram identificados, mas não foram declaradas as penas dos suspeitos, bem como não se sabe se os mesmos estão pagando pelos atos cometidos. Fato é que a justiça brasileira, assiste precariamente às vítimas. Após estes ocorridos, a revista eletrônica Marie Claire iniciou uma campanha contra à cultura do estupro e abriu um canal para que receber relatos sobre violência sexual, com o intuito de publicar 33, referência ao abominável caso da adolescente no Rio. A cada dia era postado um relato de estupro, dos quais maioria, relatava a falta de assistência na delegacia após a violência, lá passavam de vítimas para cúmplices, como o citado em trechos de um depoimento a seguir, por uma jovem estudante de Direito, Larissa (O nome foi trocado pela entrevistada), de 32 anos, foi estuprada pelo primeiro namorado aos 16 anos:

(...) a situação mais traumática aconteceu aos 16 anos, quando comecei a namorar um rapaz de 26. (...).

Até que, três meses depois, ele me convidou para ir até a casa dele e disse que a mãe estaria lá. Só que quando cheguei, percebi que ele estava sozinho. Fiquei nervosa quando me dei conta da intenção dele. Ele estava alterado - mais tarde me confessou ser usuário de drogas (...). Por ser bem maior que eu, consegui me arrastar para dentro da casa e trancar a porta. (...). Disse que não queria mais e comecei a chorar. (...)

*Entre em depressão profunda. (...). Só chorava. Minha mãe percebeu tudo e foi quando, dois meses depois, decidi contar o que tinha acontecido. Ela me aconselhou a denunciar. Na **DELEGACIA DA MULHER**, passei por uma situação mais traumatizante que o próprio estupro. Lembro da delegada me dizendo: "Fala a verdade, você gostou. Você está fazendo isso porque sua mãe descobriu que você não é mais virgem. Você sabe que se for pra frente com esse processo vai acabar com a vida dele? Isso já passou. Agora é tarde demais pra fazer alguma coisa. Você tinha que estar sangrando para comprovar que realmente foi estuprada."*

No estado do Amazonas, de acordo com o Ministério de Justiça, registrou, em média, quatro casos de estupro de mulheres por dia. E os dados mostram um crescimento alarmante de 156% nas ocorrências de violência sexual contra mulheres de 2009 a 2013, quando chegaram a 1.153 casos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Segundo a renomada revista *ISTO É*, na cidade de São Paulo, capital brasileira com o maior número de registros de estupros anuais, a média de mulheres que foram à delegacia dar queixa entre 2013 e 2014 foi de 2,5 mil por ano, mas só cerca de 800 dessas notificações viraram inquéritos policiais. O decréscimo ocorre porque o crime de estupro exige que a vítima reafirme, em até seis meses após registrar o boletim de ocorrência, o desejo de o agressor ser processado. Muitas mulheres, porém, desistem de seguir com o processo.

Consoante a defensora pública de São Paulo Ana Rita Souza Prata, a vítima denunciante, por sua vez, desestimulada e traumatizada pela violência que sofreu, de fato abandona o caso. “É o primeiro funil”, diz a defensora. O segundo funil é o encaminhamento da investigação policial para o Ministério Público, para que seja aberta uma ação penal. Entre 2013 e 2014, uma média de 211 casos evoluíram para processos judiciais na capital, o que representa 8,44% dos registros iniciais. “Muitas investigações policiais não são concluídas. Ao longo de todo o processo persiste um entrave para que o saldo de condenações seja mais alto: a dúvida sobre a validade da palavra da mulher como única prova. “Pelas circunstâncias do próprio crime, que acontece, regra geral, em espaço privado, não há outra forma de provar a não ser pelo depoimento”, diz Janaína Penalva, professora da faculdade de direito da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em direitos das mulheres.

“É difícil esperar que a polícia, o Ministério Público e o Judiciário considerem o relato como deveriam, pois, eles também operam sob estereótipos sexistas.” Para as especialistas consultadas, a solução para acabar com a impunidade no crime de estupro não passa por mudança na legislação, mas pela educação. E muito incentivo à discussão de gênero.

DIREITOS HUMANOS

É essencial ao entendimento deste contexto uma breve explanação histórica acerca dos direitos e deveres garantidas pela lei, em questão de seu cumprimento; no que diz respeito à adesão e ao compromisso do Estado Brasileiro com os direitos humanos, a fim de combater e inibir os casos de violência e aplicar devidamente as penas.

A Organização das Nações Unidas, a propósito, promoveu a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, China, em 1995, “enquadrada na





sequência de grandes eventos da década para os temas globais da agenda social internacional”, que ficou assentado que a violência contra a mulher é um desrespeito aos direitos humanos, a qual o Brasil aderiu onde na mesma a Plataforma de Ação, recomenda, em seu parágrafo 124 (2), como medidas que devem ser adotadas pelos governos para o combate à violência contra a mulher:

- (a) Adotar e/ou aplicar as leis pertinentes e revisá-las e analisá-las periodicamente, a fim de assegurar sua eficácia para eliminar a violência contra a mulher, pondo ênfase na prevenção da violência e na perseguição dos infratores; adotar medidas para assegurar a proteção das mulheres vítimas da violência, o acesso a remédios justos e eficazes, inclusive a reparação dos danos causados, a indenização e a cura das vítimas, e a reabilitação dos agressores;
- (b) Adotar todas as medidas necessárias, especialmente na área da educação, para modificar os hábitos de condutas sociais e culturais da mulher e do homem, e eliminar os preconceitos e as práticas consuetudinárias e de outro tipo baseadas na ideia da inferioridade ou da superioridade de qualquer dos sexos e em funções estereotipadas atribuídas ao homem e à mulher;
- (c) Criar mecanismos institucionais, ou reforçar os existentes, a fim de que as mulheres e as meninas possam denunciar os atos de violência cometidos contra elas, e registrar ocorrências a respeito em condições de segurança e sem temor de castigos ou represálias;
- (d) Instaurar, melhorar ou desenvolver, conforme o caso, e financiar a formação de pessoal judicial, legal, médico, social, educacional, de polícia e serviços de imigração, com o fim de evitar os abusos de poder conducentes à violência contra a mulher, e sensibilizar tais pessoas quanto à natureza dos atos e ameaças de violência baseados na diferença de gênero, de forma a assegurar tratamento justo às vítimas de violência”.

A exemplo, vale mencionar a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (OEA – Organização dos Estados Americanos), de junho de 1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995. O Brasil, em 1998, declara que reconhece, por tempo indeterminado, como obrigatória e de pleno direito a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a esta declaração, segundo site oficial da CIDH.

O Brasil passou, então, a ser externamente cobrado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), após a assinatura do chamado Pacto São José da Costa Rica - Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Esta, por sua vez, estabeleceu um regimento capaz de efetivamente garantir a legitimidade aos preceitos humanos. Três



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

artigos, da Convenção, são de extrema importância para o entender da falta de compromisso com os direitos humanos que não estão sendo garantidos a sociedade:

Art. 1. Obrigação de Respeitar os Direitos

1. Os Estados-Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para os efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

Art. 5. Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

Art. 7. Direito à liberdade pessoal

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoal.

2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.

O Brasil não obteve e não tem obtido sucesso, como exemplo do caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro ou as diversas situações que tem acontecido no país, no exercício de garantir e respeitar os direitos, liberdade e proteção, previstos pelos artigos acima e pelas medidas postas na Conferência Mundial sobre a Mulher. Pois, diante de tantas ocorrências de estupro, apenas 1% dos mesmos, é punido, revela a impunidade e omissão estatal quanto ao cumprimento e aplicação dos direitos humanos e quando necessário, os penais.

Tal pressão externa ao Brasil ratifica o exposto pelos artigos acima da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, pois o Estado tem a obrigação de retificar seu sistema jurídico a fim de efetivar os almejados direitos e liberdades, ainda uma realidade utópica frente aos casos de estupro que tem vitimado milhares de mulheres (sexo feminino) na nação.

Além disso, tal exposição do acordo internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA), além de diversos outros dos quais o Brasil participa e sofre influência, demonstra certo reconhecimento por parte do Estado em melhorar esta horrenda e desumana realidade de violência sexual ainda vigente.

A SOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO

O combate à cultura de estupro contra as mulheres passa necessariamente pela educação e pelo entendimento do que significa consentir. É o entender sobre o que é



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

consentimento, o que é limite, o que é respeito. As pessoas precisam de uma educação, não somente sexual adequada, mas também de próprio convívio harmonioso social. Precisam conhecer e estudar os seus direitos e deveres, assim entenderão e saberão, os limites do próximo e como se deve respeitar, além disso criar políticas públicas, no que se refere a movimentos em redes sociais, divulgações no meio social, seria algo eficaz para iniciar a redução e inibir esta cultura de estupros.

Para combater esta cultura, precisa-se de educação, de civilidade, do entendimento sobre consentimento. Educação maior sobre o que é sexo e consentimento. Quando acontece um crime como esse, observa-se que boa parte da população é muito ignorante em relação a isso, mais ainda sobre direitos. Isso está muito conectado com uma relação difícil do brasileiro que vai desde a falta do básico saber jurídico até a própria sexualidade.

Uma reforma nas bases educacionais, com a finalidade de inserir o estudo mais a fundo da filosofia, sociologia e como novidade do direito, pode vir a ser uma possível solução para inibir a crescente cultura do estupro. Uma vez que alguém conhece seus direitos em um meio social onde os demais também conhecem, todos se policiam para um melhor e mais harmônico convívio, pois não é eficaz a criação ou endurecimento de leis, se as pessoas não conhecem e não respeitam as mesmas e se as autoridades cabíveis não aplicam devidamente as mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, tal compreensão histórica e atual, da situação brasileira frente ao exercício do direitos humanos e aplicação dos penais, demonstra uma negligência e falta de compromisso do Estado em garantir estes direitos fundamentais, além disso, ocorre notadamente uma diferença de gêneros na sociedade.

Tais expostos ratificam a importância de políticas públicas nas bases educacionais do Estado Brasileiro, devendo haver, por parte deste, o compromisso para retificar através da educação a lamentável realidade de violência sexual que têm ocorrido no país. Para isso, faz-se necessário observar suas efetivas propostas, as modificações destas e seus resultados em prol da dignidade humana do cidadão e principalmente do gênero feminino.

Não somente cumprir os direitos humanos, mas também os aplicar os penais quando necessário, visto que é incoerente endurecer penas, se as mesmas não recebem a devida aplicabilidade, e mesmo quando aplicadas, criminosos são inseridos num sistema



de cárcere precário, onde os direitos humanos são novamente infringidos, e quando retornam sociedade voltam a cometer os mesmos delitos. Portanto, tal precário contexto torna a Justiça prejudicada, atrasada e finda por comprometer o funcionamento desta. Isto, digno de demérito, ratifica a imprudência estatal, a qual deve ser imediatamente corrigida.

Assim, traz-se evidentes embates ante atual problemática dos estupros contra o gênero feminino. A começar pela impunidade dos crimes em sua extrema maioria com a falta de assistência a vítima. Posteriormente, pela infração contra os direitos humanos, ocorre quando uma mulher é vítima de violência ou quando em muitos casos a mesma não recebe qualquer assistência do Estado.

Visto todos os argumentos apresentados, pode-se tomar como resultado a busca por uma nova forma de solucionar o problema dos estupro, visto que o endurecimento de penas, somente, não traz eficaz solução, então necessita-se de reformas nas bases educacionais, a fim de ensinar atuais e futuras gerações valores como respeito e dignidade, os quais podem vir do estudo à fundo de matérias como sociologia e filosofia, inclusive com a inserção do direito, o simples saber básico de direitos e deveres, ou ainda, dos próprios direitos humanos. Sendo assim, na opinião também do autor deste trabalho, construindo-se uma educação de qualidade, garantindo a acessibilidade ao conhecer do direito, facilitando, portanto, a própria aplicação do mesmo na sociedade, trariam uma solução eficaz ao problema em debate e ao ordenamento da sociedade em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

- ABC MED, 2015; *Estupro: o que é? Quais são as causas? E as consequências?*. Disponível em: <<http://www.abc.med.br/p/psicologia..47.psiquiatria/807564/estupro-o-que-e-quais-sao-as-causas-e-as-consequencias.htm>>. Acesso em ago. 2016.
- BRANDALISE, Camila; *Por que o estupro continua impune no Brasil?*. ISTO É. Disponível em: <<http://istoe.com.br/por-que-o-estupro-continua-impune-no-brasil/>>. Acesso em ago. 2016.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em ago. 2016.
- BUCHMÜLLER, Hélio; *Crimes sexuais: a impunidade gerada por um estado omissor*. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/crimes-sexuais-a-impunidade-gerada-por-um-estado-omisso/>>. Acesso em jun. 2016.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz; *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. IPEA, Brasília, mar 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdaude_marco2014.pdf>. Acesso em jun. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

CONFERÊNCIA ESPECIALIZADA INTERAMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, San José, Costa Rica, em 22 de nov. de 1969. *Convenção Americana Sobre Direitos Humanos*. Disponível em:

<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em jun. 2016.

DE SOUZA, Silberth Steffany; *Lei do Estupro e suas consequências*. Barroso, ago 2016. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8236>. Acesso em ago. 2016.

ESTADÃO CONTEÚDO, 2016; *A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil. Isto é*. Disponível em: <<http://istoe.com.br/uma-mulher-e-violentada-a-cada-11-minutos-no-brasil/>>. Acesso em jun. 2016.

FILHO, Euro Bento Maciel; *“Endurecer pena para o estupro ou alterar sistema de progressão penal não resolverá o problema da criminalidade”*. Disponível em:

<<http://www.jcregional.com.br/endurecer-pena-para-o-estupro-ou-alterar-sistema-de-progressao-penal-nao-resolvera-o-problema-da-criminalidade-avalia-mestre-em-direito-penal/>>. Acesso em jun. 2016.

GESSE, Claudia Maria Camargo; AQUOTTI, Marcus Vinicius Feltrim. *As consequências físicas e psíquicas da violência no crime de estupro*. Presidente Prudente. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1669/1595>>.

Acesso em ago. 2016.

GONSALES, Michelle dos Santos. *A Natureza da Ação Penal nos Crimes de Estupro em Ambiente Doméstico e Familiar*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 136, maio 2015. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16018&revista_caderno=22>. Acesso em jul. 2016.

LIA, Márcia; *O estupro e a cultura da impunidade*. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=372070>>. Acesso em jun. 2016.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. *Código Penal interpretado*. 6ª ed.; São Paulo: Atlas, 2007. MIRABETE, Júlio Fabbrini.

PANDJIARJIAN, Valéria; PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; *Estupro: Direitos Humanos, gênero e justiça*. Revista USP, São Paulo (37): 58 - 69, março / maio 1998. (p.6-25)

PITASSE, Mariana; *“Quase 90% dos estupros não são notificados por vergonha e medo”*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/17/quase-90-dos-estupros-nao-sao-notificados-por-vergonha-e-medo/>>. Acesso em jun. 2016.

SAMENTO, George. *As gerações dos Direitos Humanos e os desafios da efetividade*. In: RIBEIRO, MR & RIBEIRO, G. (Orgs). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: Diálogos Interdisciplinares*. ed. UFAL. Maceió-Alagoas, 2012. p.123.

_____. *Marie Claire recebe 850 relatos de violência sexual em 15 dias*.

Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/06/marie-claire-recebe-850-relatos-de-violencia-sexual-em-15-dias.html>>. Acesso em jul. 2016.

_____. *“Na delegacia passei por uma situação mais traumatizante que o próprio estupro”*, diz vítima. Disponível em:

<<http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/06/na-delegacia-da-mulher-passei-por-uma-situacao-mais-traumatizante-que-o-proprio-estupro-diz-vitima.html>>.

Acesso em jul. 2016.

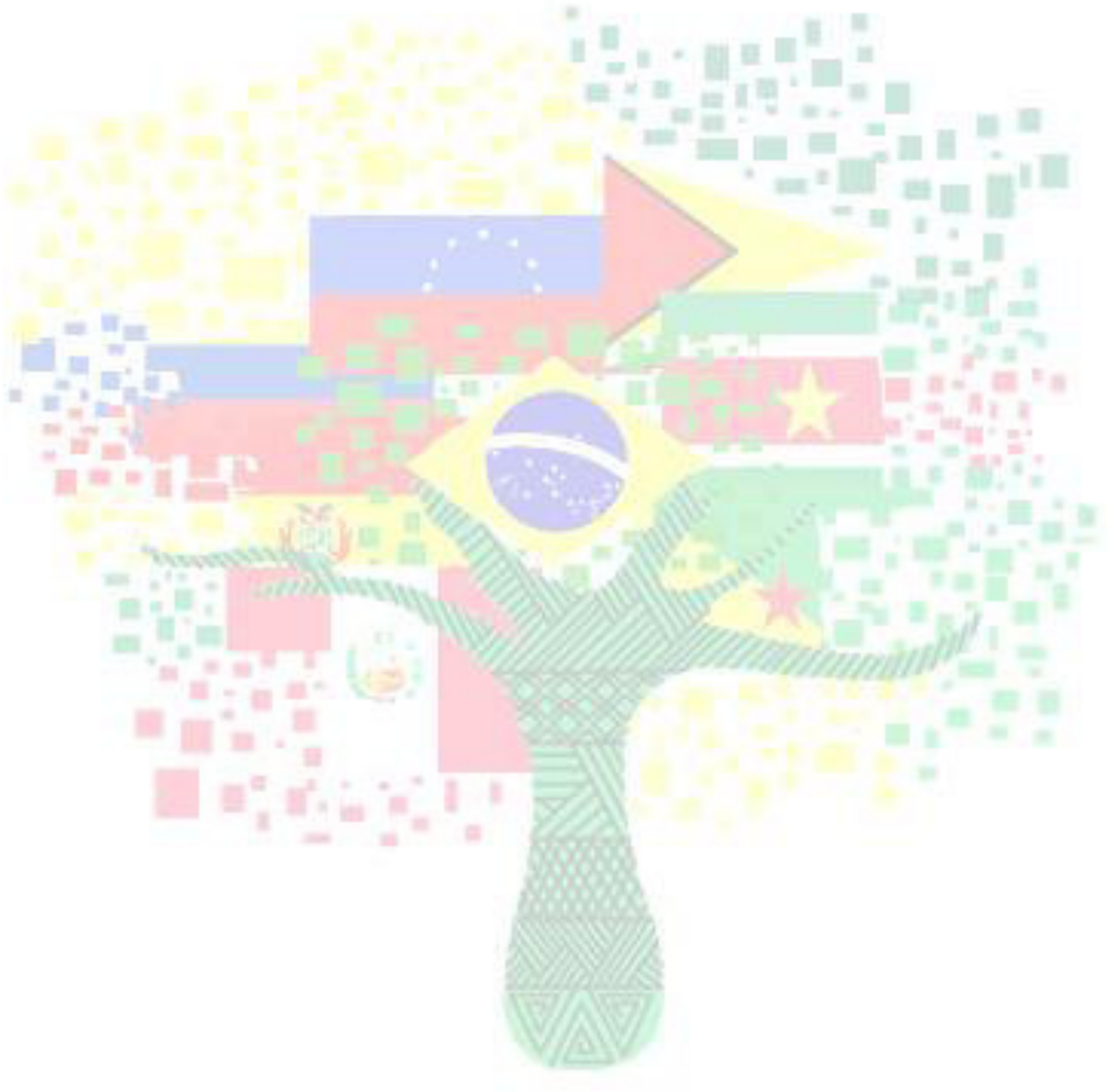




II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. *Quatro adolescentes são violentadas em Castelo do Piauí.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/05/quatro-adolescentes-sao-violentadas-em-castelo-do-piaui.html>>. Acesso em jul. 2016.

_____. *Estado registra, em média, quatro casos de estupro de mulheres por dia.* Disponível em: <<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/estado-registra-em-media-quatro-casos-de-estupro-de-mulheres-por-dia/108054>>. Acesso em out. 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA NO QUE SE REFERE À ENERGIA NUCLEAR E SUA INTERFERÊNCIA NA VIDA E NOS DIREITOS DE CADA INDIVÍDUO

THE EVOLUTION OF SCIENCE WITH REGARD TO NUCLEAR ENERGY AND ITS INTERFERENCE IN THE LIFE AND RIGHTS OF EACH INDIVIDUAL

ARAÚJO, Victor Lozovoi Figueiredo de¹
 lozovoiaraujo@gmail.com
 MARQUES, José Roque Nunes²
 roquemarques@mpam.mp.br

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma análise acerca do uso da Energia Nuclear em território brasileiro e da sua falta de rigor no que se refere à escolha da localização para a construção de Usinas Nucleares, além de apontar os perigos nestas contidos, fazendo também uma rápida análise acerca dos resíduos radioativos gerados por estas Usinas. Tal artigo pauta-se em uma profunda e detalhada revisão bibliográfica e documental acerca do tema em análise. A interferência da ciência no modo de vida de determinadas sociedades apresenta-se como tema relevante, o qual, através deste artigo, é discutido profundamente, além de apresentar possíveis soluções para os problemas anteriormente citados.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Direito. Energia Nuclear. Usina Nuclear.

ABSTRACT: This article aims to make an analysis about the use of nuclear energy in Brazil and its lack of rigor as regards the choice of location for the construction of nuclear plants in Brazil, while pointing out the dangers in these contained, making also a brief analysis about the radioactive waste generated by these plants. This article is guided in a deep and detailed literature and documents on the subject in analysis review. The interference of science in the way of life of certain companies is presented as a relevant theme which through this article, is discussed deeply, and present possible solutions to the problems mentioned above.

KEY-WORDS : Science. Right. Nuclear Energy. Nuclear Plant.

¹ Acadêmico de Graduação do 2º período do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (1986), com especialização em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Amazonas, mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Biotecnologia pelo Programa Multi-institucional de Pós-graduação em Biotecnologia pela Universidade Feral do Amazonas (2013). Atualmente é Professor Adjunto I, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, responsável pela cadeira de Direito Ambiental.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

Algumas pesquisas desenvolvidas recentemente por E. Fermi e L. Szilard, cujas comunicações me foram entregues em manuscritos, induziram-me a considerar que o elemento urânio possa ser transformado, num futuro próximo, em uma nova e importante fonte de energia. Alguns aspectos da situação justificam uma certa vigilância e uma rápida intervenção por parte da administração estatal. Albert Einstein³

A partir do século XX a ciência deu um grande salto, tornando-se uma das principais aliadas das nações. Em busca do melhoramento bélico para as guerras existentes nesse século, grandes investimentos foram feitos, dando início a uma verdadeira corrida em busca de novas descobertas. Após todo o drama vivido nessa época em que a paz não se fazia presente no planeta e que as disputas políticas eram mais importantes que vidas, o que foi aperfeiçoado e descoberto com a guerra pôde enfim ser usado em proveito das populações. Novas formas de energia visando o menor impacto na natureza passaram a ser usadas, dentre elas, a energia nuclear.

Em 26 de junho de 1954, surge a primeira usina nuclear do mundo. Em um período de extrema tensão por conta do recente fim da segunda grande guerra, uma das maiores potências da época, União Soviética, deu um importante passo para a ciência implementando a primeira usina nuclear do mundo, na cidade de Obninsk, localizada a cerca de 40 km de Moscou.

Desde então, diversos outros países passaram a investir nessa forma de energia. Com a vantagem de não necessitar de uma grande área de alagamento, como no caso das Usinas Hidrelétricas, vários países em que os recursos hídricos são escassos ou que não apresentam outros meios para obtenção de energia de forma expressiva passaram a adotar esta fonte de energia como sendo uma das suas principais, com no caso da França, onde cerca de 77% da matriz energética do país corresponde a esse tipo de energia.

Outra grande vantagem apresentada pelos defensores dessa forma de energia é por esta ser uma forma de obtenção de energia sustentável. Como aborda Antônio Teixeira e Silva em seu artigo “O futuro da energia nuclear”:

Atender às metas de sustentabilidade inclui fornecer um sistema de geração de energia sustentável, substituindo fontes de energia poluidoras e promovendo a efetiva utilização do combustível nuclear. (SILVA, 2007, p. 39).

³ EINSTEIN, Albert. Trecho de carta enviada ao então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, a qual trata acerca da utilização da Energia Nuclear para uso bélico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A utilização de energia nuclear transmite uma ideia de energia limpa e segura, podendo, de certa forma, encobrir os riscos nela existentes. No mundo, diversos desastres tornaram-se conhecidos, como o de Chernobyl, cujo deixou cerca de 30 mil mortos e milhares de pessoas afetadas pela radiação.

No Brasil, as usinas nucleares não detêm de regulamentação direta quanto ao local em que são alocadas, não podendo as populações de cidades vizinhas ao local de construção da usina demonstrar suas opiniões a respeito disso, tornando os moradores de localidades próximas vulneráveis a possíveis desastres que possam vir a acontecer.

Além de uma importância social, este artigo apresenta também relevância ao meio acadêmico, ou científico. Ao tornar evidente a falta de regulamentação nos casos aqui apresentados, abre-se espaço para reflexão acerca disso, podendo a lei intervir e finalmente regulamentá-los. Com isso, torna-se possível que a comunidade acadêmica conheça os limites e medidas necessárias para execução de futuros projetos sem correrem maiores riscos, sendo estes reduzidos consideravelmente.

O presente artigo versará sobre os riscos envolvidos na utilização da Energia Nuclear no Brasil no que se refere a sua falta de regulamentação quanto à escolha dos locais de construção das Usinas Nucleares, além de apresentar alternativas que possam vir a diminuir os danos sofridos pelas populações atingidas por eventuais problemas que possam a vir a acontecer. Além disso, um breve direcionamento para a questão da fiscalização das usinas nucleares em solo nacional tornar-se-á evidente, tendo em vista uma breve reflexão sobre esse tema.

Faz-se necessário mencionar, por fim, que este artigo pauta-se em uma profunda e detalhada revisão bibliográfica e documental acerca dos temas em análise. A interferência científica no modo de vida as espécies e sua falta de regulamentação apresentam-se como temas relevantes, sendo viável um estudo detalhado sobre o mesmo.

O SURGIMENTO DA ENERGIA NUCLEAR

Antes de tratarmos sobre a descoberta da Energia Nuclear, faz-se necessário que um breve resumo sobre alguns conceitos que são importantes para o entendimento dessa forma de energia sejam explicados, a fim de uma melhor fluidez na leitura deste artigo.

Inicialmente, devemos retornar ao século V, onde tivemos a descoberta do Átomo. O primeiro a dar uma definição ao Átomo foi o filósofo grego Demócrito de Abdera, o qual dizia que o Átomo era a menor parte constituinte da matéria.

Avançando ao ano de 1897, JJ Thompson anunciou a descoberta de partículas com carga negativa que ele chamou de Elétrons, as quais são células que estão em órbita em





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

torno de um núcleo. Para um melhor entendimento, é com se estes Elétrons fossem planetas que orbitam o sol.

O físico francês Antoine-Henri Becquerel, no ano de 1896, descobriu o que viria a ser denominado como Radioatividade, fenômeno o qual determinadas substâncias, tais como sais de urânio, produzem radiação penetrante de origem desconhecida.

No final de 1938 ocorreu a descoberta de uma das principais formas para obtenção da energia nas Usinas Nucleares existentes hoje em dia, a fissão nuclear. Lise Meitner e Otto Frisch puderam deduzir que o urânio, ao ser bombardeado por nêutrons, ele captura um nêutron o divide em dois fragmentos, liberando uma grande quantidade de energia.

A partir destas e de outras descobertas, Einstein, em 1939, envia uma carta acerca da construção de bombas nucleares ao então presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, na qual consta o seguinte trecho:

Alguns trabalhos recentes de E. Fermi e L. Szilard, que me foram comunicados em manuscrito, levaram-me a crer que o elemento urânio possa ser transformado em uma nova e importante fonte de energia em um futuro próximo. Certos aspectos da situação que se criou parecem exigir atenção e, se necessário, rápida ação por parte da Administração. Creio, portanto, que é meu dever trazer a sua atenção para os seguintes fatos e recomendações:

No decorrer dos últimos quatro meses, foi provado - através do trabalho de Joliot na França, bem como de Fermi e Szilard na América - que é possível a criação de uma reação nuclear em cadeia em uma grande massa de urânio, através da qual vastas quantidades de energia e grandes quantidades de novos elementos semelhantes ao rádio são gerados. Agora, parece quase certo que isso possa ser conseguido em um futuro próximo.

Esse novo fenômeno levaria também à construção de bombas e é concebível - embora não tão certamente - que bombas extremamente poderosas de um novo tipo possam ser construídas. Uma única bomba deste tipo, carregada por um barco e explodida em um porto, pode muito bem destruir todo o porto, juntamente com parte do território circundante. (EINSTEIN. A. [carta] 2 de agosto de 1939, Peconic, Long Island [para] ROOSEVELT. F., Washington, D.C. 2f. Informa sobre a possibilidade de construção de Bombas Nucleares).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e seus efeitos catastróficos, sendo um deles o lançamento de bombas nucleares pelos Estados Unidos em cidades Japonesas, ocasionando instantaneamente a morte de milhares de pessoas e outras milhões afetadas em longo prazo pela radiação, iniciaram-se diversos projetos para evitar a utilização dessa tecnologia para fins bélicos.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No ano de 1968, a partir da observação dos efeitos causados pela utilização de armas nucleares em conflitos, foi assinado o Tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP), o qual conta atualmente com a adesão de 189 países, cinco dos quais reconhecem ser detentores de armas nucleares: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China.

No ano de 1954, mais exatamente no dia 26 de junho deste ano, na Rússia, entra em funcionamento a primeira Usina Nuclear do mundo, na cidade de Obninsk. O local tornou-se símbolo do triunfo da União Soviética durante a Guerra Fria e foi usada para fins civis e militares. Desde então, diversos outros países têm investido nessa forma de produção de energia, principalmente países com pequena extensão territorial, que não detêm de outras formas de produção de energia, ou quando dispõem, estas não suprem completamente a demanda.

No Brasil, a primeira Usina Nuclear a entrar em funcionamento foi Angra 1, no estado do Rio de Janeiro, iniciando suas atividades no dia 1 de abril de 1982. Atualmente, estão em funcionamento no Brasil as Usinas Nucleares de Angra 1 e Angra 2, além de uma terceira estar em construção, Angra 3. Quando esta estiver pronta, adicionará mais de 1000 megawatts de energia elétrica à disposição do Brasil, além dos 2000 megawatts já produzidos por Angra 1 e Angra 2.

CHERNOBYL: Um desastre que abriu os olhos do mundo

Após a descoberta de novas fontes energéticas, uma reflexão acerca de qual seria a melhor opção de geração de energia tornou-se necessária, sendo intensificada com o aumento da temperatura e seus efeitos ocasionados pelo aquecimento global. A energia nuclear, dita como uma das mais limpas entre as existentes é alvo de intensa discussão sobre seus prós e contras. Por um lado, é considerada a energia mais viável no que se refere à quantidade energética produzida em relação à quantidade de poluentes liberados na atmosfera, por outro, mostra-se como uma ameaça constante às populações alocadas próximas as usinas nucleares, além do lixo tóxico que estas geram, necessitando que o descarte seja feito em lugares específicos e constante fiscalização.

Um exemplo desses “prós x contras” fica claro quando analisamos a história de Chernobyl, por exemplo. A Usina nuclear de Chernobyl está situada no assentamento de [Pripyat](#), Ucrânia, 18 km a noroeste da cidade de [Chernobyl](#). Pripyat é uma cidade a qual nasceu à partir da construção de Chernobyl e tinha o objetivo de abrigar os trabalhadores que estavam construindo a usina. Foi criada em 1970, mas só em 1979 foi oficialmente proclamada como uma cidade.

Apesar de ser uma cidade criada para abrigar os trabalhadores da usina, Pripyat mostrava-se como uma cidade próspera e em crescimento, passando a ser uma das zonas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mais agradáveis de viver da antiga URSS. A cidade que inicialmente abrigava apenas os trabalhadores, em apenas 16 anos teve um crescimento de 40 mil habitantes.

Porém, nove anos após a inauguração do primeiro reator de Chernobyl, as operações dessa usina foram interrompidas pelo o que veio a ser o maior acidente nuclear da história, e um dos maiores desastres já ocorridos no mundo. No dia 26 de abril de 1986, o reator 4 de Chernobyl sofreu uma explosão de vapor que deu origem a um incêndio, e diversas explosões posteriores, ocasionando um derretimento nuclear.

Esse desastre, cujos efeitos são sentidos até hoje em regiões próximas, teve um total de 30 mil mortos e ao menos 10 milhões de pessoas atingidas pela radiação (dados obtidos 14 anos após o desastre).

LOCALIZAÇÃO DAS USINAS NUCLEARES BRASILEIRAS E SEUS REJEITOS SÓLIDOS

Após décadas desse desastre, reflexões ainda pairam as mentes de muitos estudiosos quanto aos riscos dessa fonte de energia. No Brasil, segue uma discussão acerca da localização das usinas nucleares, seguindo em tramitação um projeto de lei para regulamentar os locais de construção.

O ex-senador Itamar Franco, com a criação deste projeto de lei, o qual Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e de outras providências, tem o objetivo de regulamentar os locais de futuras construções de usinas nucleares em solo nacional, impondo regras a serem cumpridas.

Uma dessas principais regras é a aceitação das populações descritas no Artigo 2º deste projeto de lei através de referendo popular, o que fica claro no Artigo 1º do mesmo projeto e em seu parágrafo único:

Art. 1. A autorização para localização, em território nacional, de usina que opere com reator nuclear somente será expedida após a entrada em vigor da lei prevista no art. 225, § 6º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A lei a que se refere o “caput” deste artigo deverá prever sua entrada em vigor mediante aprovação em referendo popular, a ser convocado com a participação exclusiva da população residente nas áreas descritas no art. 2º desta Lei.”

Seguindo para o Artigo 2º de tal projeto, no que se refere às populações contempladas com o direito de escolherem entre a construção da usina em localidade próxima ou o veto, temos:





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Art. 2. A localização a que se refere o art. 1º será determinada com a observância das seguintes margens de segurança:

I – fixação de Área de Exclusão – assim considerada a que circunscreva o reator nuclear, com raio de, no mínimo, 500 (quinhentos) metros e reservada à permanência de pessoas envolvidas com a sua operação.

II – demarcação de Área de Baixa População – considerada como tal a que circunscreva a Usina Nuclear, com raio de 40 (quarenta) quilômetros, onde a população total não seja superior a 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes.

III – estabelecimento de Área de Afastamento de Centros Populacionais – assim considerada a que circunscreva a Área de Baixa População, com o prolongamento de seu raio, e que mantenha o reator nuclear afastado, pelo menos, 50 (cinquenta) quilômetros de qualquer centro populacional de mais de 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes.

Pode-se observar que essa lei supriria, pelo menos em partes, a falta de regulamentação quanto à localização das usinas nucleares em solo nacional, diminuindo os riscos para as populações próximas.

Além dos riscos existentes no funcionamento de usinas nucleares, deve-se considerar também o descarte dos resíduos oriundos dessas usinas.

De acordo com as especificações da Eletrobrás a respeito dos resíduos dessas usinas, o Brasil, no que se refere à suas Usinas Nucleares de Angra 1, Angra 2 e Angra 3, os resíduos nucleares são classificados e armazenados de diferentes formas.

Os rejeitos sólidos de baixa e média atividade são acondicionados em embalagens metálicas, testadas e qualificadas pela CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e transferidos para o depósito inicial, construído no próprio sítio da CNAEA (Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto). Já os elementos combustíveis de alta atividade são colocados dentro de uma piscina contendo um sistema de resfriamento no interior das usinas, este é considerado um depósito intermediário de longa duração, cercado de todos os requisitos de segurança exigidos internacionalmente.

Além do armazenamento dos resíduos, algumas medidas também são previstas caso haja algum problema com os reatores nucleares. Há um plano de ação para assegurar a proteção das populações que vivem próximas às usinas.

Quanto à disposição final dos rejeitos radioativos, constata-se que sua responsabilidade é estatal no Brasil. Entretanto, os custos do armazenamento definitivo dos resíduos devem ser suportados pelas entidades que os produzem (TAVARES, 2005).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em se tratando da fiscalização destes depósitos de resíduos radioativos gerados pelas Usinas Nucleares, podemos recorrer a Lei no 10.308, de 20 de Novembro de 2001, a qual trata em seus Art. 10 e Art. 11 sobre este tema.

Art. 10. A responsabilidade pelo licenciamento de depósitos iniciais, intermediários e finais é da CNEN no que respeita especialmente aos aspectos referentes ao transporte, manuseio e armazenamento de rejeitos radioativos e à segurança e proteção radiológica das instalações, sem prejuízo da licença ambiental e das demais licenças legalmente exigíveis.

Art. 11. A fiscalização dos depósitos iniciais, intermediários e finais será exercida pela CNEN, no campo de sua competência específica, sem prejuízo do exercício por outros órgãos de atividade de fiscalização prevista em lei. (BRASIL, 2001)

Como podemos observar, a fiscalização destes depósitos de armazenamento de resíduos oriundos das Usinas Nucleares é feito pela própria CNEN, tendo esta praticamente o monopólio sobre a implementação e fiscalização das usinas nucleares brasileiras, criando assim impedimentos para a atuação de outros órgãos, tais como Ministério do Trabalho, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no setor nuclear.

Buscando uma espécie de complemento à regulamentação existente, o Brasil participa das seguintes convenções internacionais: Convenção sobre a Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Convenção de Viena, 1993); Convenção sobre a Proteção Física de Material Nuclear (1987); Convenção sobre Pronto Resposta a um Acidente Nuclear (1991); Convenção sobre assistência em caso de acidente nuclear ou emergência radiológica (1991); Convenção sobre Segurança Nuclear (1997); Convenção n. 115 da Organização Internacional do Trabalho (1964) e Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Irrradiado e a Segurança da Gestão dos resíduos radioativos (2006).

Como podemos notar, o Brasil participa de um grande número de convenções, podendo ser considerada essa uma atitude que visa uma espécie de complemento à regulamentação existente no que se refere a essas usinas nucleares. Porém, ao fazermos uma análise, podemos concluir que essa pode ser comparada a uma “colcha de retalhos”, ficando evidente a falta de uma regulamentação por parte do governo em si, se fazendo necessário preencher essas “lacunas” ocasionadas pela falta de leis regulamentadoras acerca do tema em questão em seu texto constitucional participando de tais convenções, passando uma ideia de que, desta forma, estaríamos protegidos e amparados.

No que se refere à fiscalização de tais usinas nucleares, o Brasil não dispõe de um órgão independente para tal. Existe uma proposta de criação de uma agência fiscalizadora desde 2009 aguardando uma análise pelos 11 ministérios integrantes do comitê de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

gerenciamento do setor nuclear do Brasil, porém, tal comitê não se reúne desde aquele ano.

Além de detentora do poder comercial de tudo relacionado a energia nuclear, a CNEN é detentora de poderes para, como consta na Lei 7.781/89, expedir normas, licenças e autorizações relativas a instalações nucleares, armazenamento e transporte do material nuclear, entre outros. Além disso, pode expedir regulamentos e normas de segurança e proteção relativas à construção e à operação de estabelecimentos destinados a produzir materiais nucleares e utilizar energia nuclear, além de ser a fiscalizadora de suas próprias atitudes.

Reforçando a ideia da necessidade de um órgão independente fiscalizador, Bermann (2012) diz que em função desta estrutura que a faz “fiscal de si mesma”, muitas instalações nucleares e radioativas da própria CNEN não estão licenciadas ou certificadas e apresentam-se fragilmente fiscalizadas.

CONCLUSÃO

O uso da Energia Nuclear ainda levanta uma série de questionamentos quanto a sua eficácia. Apesar de ser, como citado anteriormente neste artigo, uma das formas de produção de energia com melhor custo-benefício, segundo cientistas, esta se mostra um tanto perigosa quando um governo não apresenta uma regulamentação própria, criada a partir dos interesses da sociedade.

Considerando o fato do Governo Brasileiro não direcionar a atenção necessária no que se refere à construção de novas usinas nucleares, torna-se evidente a falta de cuidados com as populações que podem vir a sofrer com eventuais desastres nucleares. Sendo assim, torna-se válida uma reformulação da regulamentação sobre a construção de novas usinas nucleares e suas garantias de segurança, garantindo assim a segurança das populações que viriam a viver próximo a tais Usinas, preservando seus direitos de escolha sobre aceitar ou não aceitar a construção de tais usinas, mantendo assim o equilíbrio e preservando não somente a vida humana, como das demais espécies. Além disso, deve-se considerar a criação de uma agência independente para a fiscalização das usinas nucleares brasileiras como sendo algo plausível, visto que estas não tem um órgão independente fiscalizando-as, atuando como “fiscalizadora de si mesma”.

Por fim, vale ressaltarmos que as Usinas Nucleares mostram-se como uma boa fonte energética, desde que previamente planejadas e tendo diversas medidas de segurança, tanto para as pessoas que nestas trabalharão, quanto para as comunidades próximas a tais usinas, além de toda biodiversidade existente nos arredores.

Todas as atitudes que tenham em vista a redução dos impactos ambientais devem ser tomadas a fim de preservarmos as diversas formas de vida, visto que garantir uma boa





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

qualidade de vida para as próximas gerações é uma um dever de todos. Nossos rios, florestas, mangues, entre outros, são habitat de incontáveis espécies, muitas das quais ainda nem se quer foram descobertas. Buscar formas de preservar o nosso ecossistema é uma das principais tarefas da nossa geração, não nos rendendo à ideia de “lucro a qualquer custo” e aderindo a ideia de preservar o que de mais sagrado existe, em qualquer forma, a vida.

REFERÊNCIAS

BERMANN, Celio. *Avaliação dos aspectos de segurança da Usina Nuclear de Angra 3*. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2012/Estudo%20Angra%203-garantia%20Hermes%20-%20CB.pdf> . Acesso em: 09 ago. 2016.

BRASIL. *Lei no 10.308, de 20 de novembro de 2001*. Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110308.htm . Acesso em: 30 ago. 2016.

CHADE, Jamil. *Prejuízos causados pelo desastre de Chernobyl em 30 anos*. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,em-30-anos--chernobyl-gerou-prejuizos-de-us-700-bilhoes,1861045> . Acesso em: 01 ago. 2016.

CNEN. *A história da Energia Nuclear*. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/images/cnen/documentos/educativo/historia-da-energia-nuclear.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2016.

ELETROBRAS. *Critérios de segurança adotados pelas usinas nucleares de Angra 1, Angra 2 e Angra 3*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/CriteriosSeguranca_A123_JMDF.pdf . Acesso em: 29 jul. 2016.

ELETROBRAS. *Energia Nuclear: O que é? Como funciona?* Disponível em: <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Espa%C3%A7oConhecimento/PesquisaeScolar/EnergiaNuclear.aspx>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FRANCO, Itamar. *Projeto de lei acerca da localização das usinas nucleares*. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/88414.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MARTÍN, Eduardo. *Pripyat antes do desastre*. Disponível em: <http://www.pripyat.es/antes/index.html> . Acesso em: 27 jul. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *CNEN deve regulamentar descontaminação de usinas nucleares*. Disponível em : <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/cnen-deve-regulamentar-descontaminacao-e-desmantelamento-das-usinas-nucleares> . Acesso em: 29 jul. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989. Dá nova redação aos artigos 2º, 10 e 19 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7781.htm. Acesso em: 05 nov. 2016.

SENADO FEDERAL. *Moratória para construir usinas nucleares não tem consenso*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/o-desafio-da-energia/propostas/projetos-para-gerar-a-propria-energia/moratoria-para-construir-usinas-nucleares-nao-tem-consenso> . Acesso em: 27 jul. 2016.

SILVA, Antônio. *O futuro da energia nuclear*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13636/15454> . Acesso em: 30 ago. 2016.

SUZUKI, Natalia. *Brasil quer retomar programa, mas esquece medidas de segurança*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Brasil-quer-retomar-programa-mas-esquece-medidas-de-seguranca/3/9856> . Acesso em: 30 ago. 2016.

TAVARES, Wagner. *Legislação Nuclear no Brasil, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Alemanha*. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema16/2005_4125.pdf . Acesso em: 09 ago. 2016.